

LÍNGUA PORTUGUESA: ESTRUTURAS, USOS E CONTRASTES

VOLUME COMEMORATIVO DOS
25 ANOS DO CENTRO DE LINGUÍSTICA DA
UNIVERSIDADE DO PORTO

LÍNGUA PORTUGUESA: ESTRUTURAS, USOS E CONTRASTES

VOLUME COMEMORATIVO DOS
25 ANOS DO CENTRO DE LINGUÍSTICA DA
UNIVERSIDADE DO PORTO

Organização
Comissão Directiva do CLUP

 Centro de
Linguística da
Universidade
do Porto

Com o apoio da
Fundação para a Ciência e Tecnologia
e da
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

FICHA TÉCNICA

Título: Língua Portuguesa: Estruturas, Usos e Contrastes

Organização: Comissão Directiva do CLUP – Fernanda Irene Fonseca, Ana Maria Brito,
Isabel Margarida Duarte, Joana Guimarães

Edição: Centro de Linguística da Universidade do Porto

ISBN: 972-9350-56-6

Depósito legal: 169828/01

Execução gráfica: Rainho & Neves, Lda. / Santa Maria da Feira

Novembro 2003

NOTA PRÉVIA

Embora publicado com algum atraso relativamente à data prevista, o presente livro perfaz – com o *Encontro Comemorativo dos 25 Anos* (realizado em Novembro de 2001) e a publicação dos dois volumes das respectivas *Actas* (em 2002) –, o conjunto de iniciativas promovidas pelo Centro de Linguística da Universidade do Porto para assinalar os seus vinte e cinco anos de existência.

Dadas a diversidade e a heterogeneidade da formação e das áreas de investigação dos membros do CLUP foi necessário reunir as várias linhas de investigação sob a égide de um amplo projecto comum. O título escolhido para este livro – *Língua Portuguesa: Estruturas, Usos e Contrastes* – corresponde justamente à designação mais abrangente (adoptada em 1994) para esse Projecto global.

Para além da colaboração de actuais e antigos membros do CLUP, este volume conta ainda com o contributo de linguistas que, nos últimos anos, acompanharam de perto o trabalho do CLUP, na qualidade de membros da Comissão de Aconselhamento: os professores Georges Kleiber (da Universidade de Strasbourg), Gerd Wotjak (da Universidade de Leipzig) e Maria Helena Mateus (da Universidade de Lisboa).

Espera-se que os trabalhos reunidos neste livro fiquem como mais um testemunho da vitalidade do Centro de Linguística da Universidade do Porto e constituam um contributo para o diálogo científico tanto a nível nacional como a nível internacional.

A Comissão Directiva do CLUP
Porto, Junho de 2003

HISTORIAL E ACTIVIDADES DO CENTRO DE LINGUÍSTICA DA UNIVERSIDADE DO PORTO

António Franco

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Centro de Linguística da Universidade do Porto
cluporto@mail.telepac.pt

1. Criação do Centro de Linguística da Universidade do Porto

A criação do Centro de Linguística da Universidade do Porto foi homologada por despacho do Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica, de 23 de Abril de 1976, e comunicada, por ofício de 4 de Maio de 1976, à Comissão Proponente do CLUP. Esta homologação «coloca[va] o Centro na dependência do Instituto de Alta Cultura» – uma entidade que fora constituída em 1973 com a função de, entre outras coisas, «promover, fomentar e coordenar as actividades de investigação nos organismos dependentes do Ministério da Educação e Investigação Científica» – e estabelecia condicionamentos especiais e gerais a que ficavam sujeitos «o seu funcionamento e as verbas que lhe venham a ser atribuídas». Por aquele mesmo ofício comunicava-se ainda que, «de acordo com a proposta apresentada..., o IAC tomou nota de que o Secretário da Comissão Directiva do Centro será o Senhor Prof. Óscar Luso de Freitas Lopes».

O antecedente legal próximo que permitiu o aparecimento do CLUP foi o Despacho n.º 17/75, de 21 de Abril, do Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica, que veio dar conta e submeter à apreciação dos investigadores do IAC as «linhas gerais em que se pretende enquadrar a actividade de investigação científica ligada ao ensino superior», pois que se entendia «necessário proceder, no mais curto prazo, a um equacionamento da política científica nacional e dos órgãos aos quais cumprirá realizá-la». Aceitando como óbvia a necessidade de dar prioridade a certos domínios de actividade, nomeadamente ao «sector da educação, um dos motores do desenvolvimento e da democratização», o referido Despacho estabeleceu que «o mais urgente era a reestruturação dos próprios órgãos de investigação», extinguiu «os actuais Projectos de Investigação, Núcleos e Centros de Estudo do Instituto de Alta

Cultura» e determinou que «a nova unidade de investigação a criar é o *Centro*, que se integrará necessariamente numa universidade, e ao qual é cometida uma ou mais das seguintes funções: investigação científica, ensino pós-graduado, serviços à comunidade e extensão cultural». Para se porem em prática as novas orientações, «deverão os trabalhadores científicos concertar-se *sectorialmente*, tendo em vista... propor ao IAC, tão rapidamente quanto possível, a constituição de Centros da respectiva universidade e os nomes dos investigadores e técnicos que se propõem integrá-los», estipulando-se igualmente que «as propostas de criação de Centros deverão ser elaboradas de acordo com [um conjunto de] quesitos» relacionados, nomeadamente, com a indicação do pessoal investigador, técnico, administrativo e auxiliar; composição e tarefas da comissão directiva na coordenação das actividades; linhas de investigação, verbas necessárias para o funcionamento de cada Centro – cuja denominação passaria agora a obedecer ao modelo: «Centro de... da Universidade de...».

Com este documento estavam, pois, traçadas as linhas que haviam de enquadrar o CLUP. Mas o verdadeiro embrião do Centro tem de procurar-se, antes, num «projecto de organização de um Centro de Estudos de Linguística e Poética da Faculdade de Letras do Porto, cujo texto já tinha sido dado por concluído em 4 de Janeiro de 1974», como consta da «Explicação Preliminar» ao «Projecto de Estruturação do Centro de Estudos Linguísticos do Porto (CELP)», datado de Setembro de 1975. De acordo com este texto, aquele projecto inicial foi repensado na sequência «das discussões em volta da reestruturação da investigação no nosso País», dando lugar ao CELP, que, para além do Prof. Óscar Lopes, que havia de ser o seu Secretário até Abril de 1988, era integrado por mais doze docentes-investigadores da Faculdade de Letras do Porto que desde o início de 1975 se vinham dedicando a trabalhos de investigação e à reciclagem de professores do Ensino Secundário. Alguns tinham sido bolseiros do IAC e tinham estado ligados ao Projecto de Investigação do Centro de Linguística Geral e Aplicada de Coimbra. Prevvia-se ainda que viessem a fazer parte do CELP «todos os docentes a contratar para o Departamento de Linguística e outros elementos da Faculdade e de instituições relacionadas com ela».

Apesar de o Instituto de Alta Cultura, por ofício de 26 de Junho de 1975, dirigido à Comissão Directiva da Faculdade de Letras do Porto, ter chamado «a atenção dos interessados para a necessidade de até 30 de Junho entregarem ao I.A.C. as propostas para a constituição de novos Centros», o certo é que a proposta-projecto para a formação do Centro de Linguística só pôde ser entregue em Setembro de 1975, após uma série de esforços de aproximação e de articulação com os projectos de investigação linguística já existentes em Lisboa e em Coimbra.

Como que corroborando a institucionalização do CLUP, o I.A.C., em ofício de 10 de Maio de 1976, comunicou a atribuição da verba «para funcionamento do Centro... a partir da data da homologação», acrescentando que «a sua concessão só se efectuará no início do 2.º semestre de 1976». Na verdade, só a partir de Outubro desse ano é que o CLUP teve ao seu dispor uma base financeira concedida pela tutela e um subsídio da Fundação Calouste Gulbenkian, que lhe permitiram satisfazer condições para a execução de actividades projectadas, que iam desde a encomenda de armários-estantes até ao início da aquisição de bibliografia específica para a constituição da sua biblioteca própria. Até essa altura, o Centro nada mais tinha que «o espaço (de uma sala e uma saleta anexa)... na Sede da Faculdade», cedido pelo Conselho Directivo da mesma, por ofício de 14 de Janeiro de 1976.

Esta fase de arranque e de organização havia de coincidir ainda com a transferência, em Fevereiro de 1977, dos cursos de Letras do antigo edifício da Faculdade de Medicina, no então largo da Escola Médica, para as novas instalações (provisórias) da Rua do Campo Alegre, 1055, onde também passou a gozar de uma sala de leitura, de investigação e de reuniões de trabalho, disponibilizada pela FLUP, como se acautelava igualmente no já referido ofício de 14/1/1976.

Com a publicação do Decreto n.º 538/76, de 9 de Julho, foram retiradas ao I.A.C. «as competências e meios de execução correspondentes à investigação científica», sendo as mesmas atribuídas «ao novo Instituto Nacional de Investigação Científica», a quem «incumbe contribuir para a formulação, coordenação e realização da política científica nacional». Em virtude das novas disposições legais, o CLUP constituir-se-ia, como outros organismos de investigação, num Centro dependente, financeira e administrativamente, do INIC (cfr. também Despacho n.º 61/78, de 8 de Julho, publicado no D.R., II Série, de 19 de Julho). Esta dependência relativamente a este Instituto manteve-se até 1992, data em que, pelo Decreto-Lei n.º 188/92, de 27 de Agosto, o INIC foi efectivamente extinto – um passo já, aliás, anunciado no Decreto-Lei n.º 451/91, de 4 de Dezembro, que no seu Artigo 11.º, ponto 3, estipulava: «O Instituto Nacional de Investigação Científica transita para o Ministério do Planeamento e da Administração do Território, que articulará com o Ministério da Educação, de quem aquele Instituto anteriormente dependia, a sua extinção». Refira-se, no entanto, que mesmo antes da publicação deste diploma e logo que começaram a circular notícias quanto à intenção governamental de vir a transferir o INIC para a dependência do Ministério do Planeamento e de integrar os Centros nas Universidades, todos eles, a começar pelos de Lisboa, que não tinham sequer sido ouvidos na condução de todo o processo, mobilizaram-se em protestos públicos, pelas dúvidas quanto os

resultados que decorreriam da decisão do Governo para a investigação científica. Gerou-se, de facto, um clima de instabilidade, não só por se considerar indispensável a existência de um organismo de tutela, de coordenação, de financiamento continuado e de avaliação isenta da investigação, mas também porque se temia que a integração administrativa dos Centros nas Universidades compromettesse a autonomia da investigação, conduzindo-a ao definhamento, como consequência directa das reduções progressivas das dotações orçamentais universitárias.

2. Os anos de 1992 a 1994 e a passagem a Unidade I&D

Extinto o INIC e decretada a integração dos Centros e organismos de investigação, até agora dele dependentes, nas Universidades a que estavam ligados e determinada a transferência para a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT) das competências que cabiam àquele Instituto, houve lugar a novos procedimentos burocráticos nas relações entre as instituições, ao mesmo tempo que se procurou salvaguardar o andamento dos trabalhos de investigação nos Centros. No quadro das alterações introduzidas, e após reunião do Reitor da Universidade do Porto e do Presidente da JNICT, em Dezembro de 1992, o CLUP passou, neste período de transição, a ser financiado através da Reitoria da U.P. (via Fundação Gomes Teixeira), tendo recebido, por ofício de 26/1/1993, um conjunto de instruções relacionadas com o cumprimento das suas responsabilidades perante a JNICT, traduzidas nomeadamente no envio de relatórios de actividades e de execução financeira.

Por força do Decreto-Lei n.º 188/92, de 27 de Agosto, a JNICT passou a ter, entre outras atribuições, o «apoio aos centros de investigação... através de um programa específico de contratos plurianuais», programa a ser «lançado por concurso», facto que lhe impôs a preparação duma proposta de Regulamento de Concurso de Financiamento Plurianual de Unidades de I&D. Entre as entidades que podiam concorrer a esse financiamento plurianual figuravam os Centros do ex-INIC. Ao concurso, aberto de 13/12/1993 a 14 de Fevereiro de 1994, apresentou-se, em 10 de Fevereiro de 1994, também o CLUP que, «na sequência do processo de avaliação das candidaturas... ficou posicionad[o] no 2.º escalão de financiamento», como Unidade n.º 22/94 (cfr. ofício da JNICT, de 23 de Junho de 1994). Com esta classificação, o CLUP recebia da Junta, simultaneamente, a garantia da manutenção de um financiamento e a promessa do seu reforço futuro, o que lhe permitia continuar os trabalhos de investigação em curso. Quer dizer, a partir desta data o CLUP

ficava, pois, sujeito, por um lado, a uma avaliação técnico-administrativa, decorrente do número de doutorados da equipa de investigação e das percentagens de tempo dedicado à Unidade, e, por outro, a uma avaliação científica baseada no percurso da equipa e dos seus objectivos científicos, como determinava o Regulamento.

3. O terceiro capítulo da vida do CLUP

O ano de 1997 representa um novo marco na vida organizativa interna do Centro. Com efeito, data de 30 de Abril desse ano o envio, para efeito de avaliação, do «'Termo de Aceitação' relativamente ao financiamento plurianual para 1997-1999, bem como o regulamento do correspondente programa», tendo este Regulamento estabelecido as normas do programa e, fundamentalmente, definido de modo preciso o conceito de Unidade de Investigação. Ficavam agora, desse modo, assentes questões importantes como a dos pressupostos da sua existência, a da coordenação científica da unidade, do seu regulamento interno e do conselho científico e sua constituição, e da verificação anual da sua contabilidade. Ao mesmo tempo, davam-se indicações claras não só quanto às responsabilidades a assumir por parte da instituição de acolhimento, mas também quanto à comissão externa permanente de aconselhamento científico da Unidade e sua constituição, e forneciam-se instruções quanto a candidaturas ao financiamento plurianual e relatórios, duração do período de funcionamento, avaliação e sanções.

Se inicialmente o CLUP respondia perante a JNICT pelas normas estabelecidas pelo Regulamento do Programa de Financiamento Plurianual de Unidades de I&D, após a extinção da Junta, em 1 de Agosto de 1997, o CLUP passou a ter como tutela a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), um dos três organismos a que a extinção daquela entidade deu origem, e a quem remete a sua documentação. É que foi a esta Fundação que se cometeram as atribuições de «promoção, financiamento, acompanhamento e avaliação de instituições, programas e projectos de ciência e tecnologia, de formação e qualificação de recursos humanos».

4. Actividades e função do CLUP

Para além de se obrigar, desde o início da sua existência, e como condição dela, ao desenvolvimento de «linhas de trabalho, explicitando, para cada uma, o pessoal científico e técnico que nela colabora; o responsável ou responsáveis

científicos; os resultados que se pretendem alcançar; o interesse desses trabalhos para o país e a verba requerida... para a sua realização» (Despacho n.º 17/75, de 21 de Abril), o CLUP, logo que dispôs de condições materiais mínimas, lançou um conjunto alargado de actividades que marcaram bem a sua dinâmica. Já a sua primeira linha de acção – *Pragmática Linguística do Português*, da responsabilidade do Prof. Óscar Lopes -, apoiada na importância que se reconhecia à Pragmática Linguística, era dirigida para a investigação e para a didáctica: para a investigação, porque lhe interessou o intercâmbio, interno e externo, de resultados, assim como o desenvolvimento da pesquisa interdisciplinar, envolvendo áreas como as da lógica intensional e temporizada, lógicas da acção e da (con)textualidade, semântica e pragmática da modalidade, do tempo e aspecto; para a didáctica, porque as investigações levadas a cabo trariam fortes contributos à linguística aplicada, particularmente à didáctica. Por outro lado, e com base na experiência acumulada, o CLUP envolveu-se, através dos seus membros, na prestação de serviços à comunidade – como sejam a manutenção de um seminário regular de reciclagem para orientadores de estágios pedagógicos do Ensino Preparatório, a orientação da formação de docentes em Angola, Moçambique e Cabo Verde, ou organizando cursos, séries de conferências ou colóquios, sessões de informação ou de sensibilização, em estabelecimentos de Ensino Preparatório, Secundário ou de Magistério Primário ou em salas na própria Faculdade, sobre a aplicação das recentes aquisições da Linguística. Estas actividades, decorrentes de propostas espontâneas do Centro às Escolas ou de solicitações destas mesmas, receberam certamente um dinamismo ainda maior com a realização, em Lisboa, em Novembro de 1976, do *I Encontro Nacional para a Investigação e Ensino do Português*, organizado pelos Centros de Linguística de Lisboa, Porto e Coimbra e pelos núcleos de Linguística das Universidades de Aveiro e Minho.

Após a primeira fase difícil de instalação e de organização, o CLUP continuou a assegurar e a apoiar o ensino da Linguística na FLUP, dado que todos os membros são aí docentes; a garantir os serviços de actualização e de informação à comunidade, orientando cursos de Formação de Docentes (Programa FOCO); participando em comissões de avaliação de projectos europeus (Galatea) e em comissões científicas de revistas nacionais e estrangeiras (*Alfa*, *Delta*, *International Journal of Psycholinguistics*, *Verba*, entre outras); publicando os resultados da investigação em revistas científicas, nacionais e internacionais, em obras colectivas e, a partir de 1998, também nos seus próprios *Cadernos de Linguística*; e, ainda através dos seus membros, coordenando ou orientando Cursos de Português para Estrangeiros, Projectos (PEC – CONTACT; PEC – Formação de Formadores), integrando projectos (como o PRA-

XIS XXI), ou responsabilizando-se por Cursos de Linguística Portuguesa ou de Pós-graduação e proferindo conferências em universidades como as de Paris VIII, Saint-Denis; Colónia, Mainz, Marburg, Frankfurt/M., Giessen, Rostock e Augsburg; Viena e Salzburg; Gent e Antuérpia; Vigo, Corunha, Salamanca; Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Unicamp e Salvador da Baía; Maputo e Nampula, Univerzita Karlova, de Praga; Lorand Eötvös, de Budapeste; Newcastle e Oxford. Paralelamente, o CLUP não descurou as suas relações para com as universidades nacionais, tendo mantido a colaboração com a Universidade Clássica de Lisboa, a Universidade Nova de Lisboa, a Universidade de Coimbra, a Universidade do Minho, a Universidade da Madeira, a Universidade de Aveiro, a Universidade de Évora e a Universidade do Algarve.

4.1. *Projectos e Linhas de Acção*

A investigação e as actividades do Centro desenvolveram-se sempre no quadro de linhas de acção e projectos. Para além da primeira linha *Pragmática e Linguística do Português*, já anteriormente referida, e que se manteve até meados dos anos 80, outras linhas e projectos foram lançados. Assim, em 1981 iniciou-se uma segunda linha de acção: *Aspectos de Análise Morfo-Sintáctica e Semântica*, da responsabilidade do Prof. Mário Vilela; e em 1982, também em paralelo com aquela primeira de todas, da iniciativa do Prof. O. Lopes, desenvolveu-se a linha *Questões de Semântica e de Sintaxe do Português*, da responsabilidade de Mário Vilela.

Entretanto, a diversidade da investigação e da formação dos linguistas justificava novos projectos, em várias áreas da Linguística Teórica e Aplicada. Como corolário disso mesmo, foi apresentada, em 1983, a proposta de contrato para o projecto *Descrição Sintáctica e Semântica de Estruturas Verbais do Português*, da responsabilidade de M. Vilela; em 1984, apresentou-se a «concurso para subsídios a projectos de investigação» da Reitoria o projecto *Alguns Problemas de Sintaxe, Semântica e Pragmática do Português*, da responsabilidade de O. Lopes, bem como o projecto de Linguística Contrastiva com o título *Análise Contrastiva. Teoria e Prática* (M. Vilela), que foi subsidiado até 1988 como projecto de *Análise Contrastiva Teórica e Aplicada*; em 1985 e 1986, candidatou-se ainda junto da Reitoria o projecto *Tratamento Formal elou Quantificado de Determinadas Feições Sintáctico-Semântico-Pragmáticas do Português* (O. Lopes).

No ano de 1985, iniciaram-se duas linhas de acção que se estenderam até finais de 1993, embora tenham sofrido, a partir de 1988, ligeiras alterações na sua designação: a primeira linha: *Problemas Gramaticais e Psicolinguísticos: Especificidades do Português*, com dois projectos: um intitulado *Problemas*

Sintáctico-Semântico-Pragmáticos, com Dados Diacrónicos e Regionais (O. Lopes); o outro: *Níveis nas Práticas da Linguagem Oral e Escrita da População Portuguesa* (Maria da Graça Pinto). Segunda linha de acção: *Estruturas Verbais. Planos de Construção Frásica. Organização dos Discursos*, com dois projectos: *Sintaxe e Semântica das Estruturas Verbais do Português* e *Planos de Construção Frásica* (M. Vilela) e *Gramática e Texto* (Joaquim Fonseca).

A partir de 1994, já como Unidade I&D, e até 1996 inclusive, o Centro agrupou a sua actividade científica, que continuava a incidir na descrição da língua portuguesa, em torno de quatro grandes blocos: Bloco A: Descrição da Língua Portuguesa como Sistema; Bloco B: Descrição das Estruturas Discursivas e Accionais do Português; Bloco C: Níveis da Prática Oral e Escrita em Crianças Portuguesas; Bloco D: História da Língua e da Gramática do Português.

Em 1997, e no âmbito de uma reflexão interna e da análise do primeiro Relatório de Avaliação do Centro e das apreciações dele constantes, o CLUP, embora tenha deixado de poder contar com dois dos seus doutores, decidiu, em 12 de Junho, manter a funcionar esta Unidade, subscrevendo o Termo de Aceitação do Programa de Financiamento Plurianual de I&D e reformulou o projecto de investigação anterior, procurando encontrar uma «linha mais marcadamente coesiva», sem comprometer as investigações em curso e a imagem que construiu de si ao longo dos anos. Foi assim que propôs a inclusão de novos membros na equipa e, para os anos de 1997 a 1999, reorganizou a investigação, subordinada ao título genérico «Língua Portuguesa: Estruturas, Usos e Contrastes», com três grandes domínios: I Estruturas da Língua Portuguesa; II Língua e Uso: Análise de Dimensões Textuais e Discursivas do Português, numa Perspectiva Enunciativo-Pragmática; III O Português em Contraste com o Alemão e com o Inglês.

Em 1999, o CLUP recebeu novamente a visita dos seus avaliadores, depois de, para esse efeito, ter submetido à apreciação as actividades do período de 1996-1998, bem como o plano de actividades para 1999-2001, plano em que figuram como áreas de investigação os três domínios atrás mencionados. Concluído o processo de avaliação, o Centro garantiu uma classificação muito boa e um financiamento de base para os anos de 2000 a 2002, continuando a desenvolver a sua actividade investigativa no quadro do projecto geral com os seus sub-domínios e a manter a organização e promoção de encontros científicos, conferências e workshops.

4.2. Encontros organizados ou apoiados pelo CLUP

Da série de Encontros que realizou e apoiou, não só para dar conta do trabalho desenvolvido pelos seus membros, mas para promover a troca de ideias

e o debate entre os linguistas empenhados na investigação no âmbito das mais diversas sub-disciplinas, contam-se:

- 1978 (27-31 de Março): Encontro «O Ensino da Língua Materna em Debate», FLUP;
- 1979 (5-7 de Abril): II Encontro «O Ensino da Língua Materna em Debate», promovido pelo CLUP e pela Associação de Professores de Português, FLUP;
- 1987 (4-5 de Junho): Encontro Regional da Associação Portuguesa de Linguística e do CLUP, em homenagem ao Prof. Óscar Lopes. Tema: «Referência Nominal / Referência Temporal», FLUP;
- 1988 (6-7 de Outubro): «I Colóquio Internacional de Linguística Contrastiva Português-Alemão: Duas Línguas em Contraste – Português e Alemão». Realizado na Faculdade de Letras do Porto, com a colaboração e apoio do CLUP;
- 1995 (2-4 de Outubro): «4.º Encontro sobre o Ensino das Línguas Vivas no Ensino Superior em Portugal – CENELESP», FLUP;
- 1997 (25-27 de Junho): «5th International Congress of the International Society of Applied Psycholinguistics», realizado na FLUP, com o apoio de organização do CLUP;
- 1998 (29-30 de Maio): «I Encontro de Linguística Cognitiva», FLUP;
- 2000 (30-31 de Março): Colóquio: «A Linguística na Formação do Professor de Português», FLUP;
- 2000 (5-6 de Junho): *Quid Novi?* 2000 – Ponto de Encontro de Investigações Recentes em Linguística, FLUP;
- 2001 (4-5 de Junho): *Quid Novi?* 2001 – Ponto de Encontro de Investigações Recentes em Linguística, FLUP;
- 2001 (22-24 de Novembro): «Encontro Comemorativo dos 25 Anos do CLUP», Faculdade de Letras do Porto.

4.3. Apoio a Mestrados e Doutoramentos

Um dos contributos mais importantes que o CLUP tem dado, através dos seus membros, é o apoio à orientação de dissertações de doutoramento e de mestrado, elaboradas quer por docentes da FLUP quer de outras Universidades, nacionais ou estrangeiras.

Pelo que respeita a cursos de mestrado e, portanto, ao esforço do Centro no sentido da valorização científica e profissional dos que neles se inscrevem e os frequentam, o CLUP desde cedo se envolveu na sua organização. Foi assim que o primeiro – mestrado em *Linguística Portuguesa Descritiva* –, compreendendo quatro semestres lectivos (nos termos do Decreto-Lei n.º

173/80, de 29 de Maio, e da Portaria n.º 23/82, de 11 de Janeiro), decorreu entre 15 de Fevereiro de 1982 e 15 de Fevereiro de 1984.

Seguiu-se-lhe o curso de mestrado em *Ensino da Língua Portuguesa*, com a duração de dois anos lectivos (conforme a Portaria n.º 369/85, de 15 de Junho, e Despacho reitoral de 25 de Setembro de 1985, publicado no D.R., II Série, n.º 232 de 9/10/1985), e que se iniciou em 4 de Novembro de 1985 com quatro áreas e várias disciplinas por elas distribuídas.

Depois de aprovado (Resol. 9/SC/93, publicada no D.R., II Série, n.º 127, de 1/6/1993) o Regulamento dos Mestrados da Universidade do Porto e de aprovado igualmente (Resol. 18/SC/SG/93, D.R., II Série, n.º 228, de 28/9/1993) o Regulamento do Curso de Mestrado em *Linguística Portuguesa Descritiva* para o ano de 1993-1994, pôde o curso iniciar-se em 2 de Dezembro de 1993, desdobrado em duas variantes. Para este curso previa-se uma «duração normal [...] de quatro semestres, incluindo a apresentação da dissertação».

No ano lectivo de 1995-1996 e a partir de 16/10/1995, voltou a funcionar o curso de mestrado em *Linguística Portuguesa Descritiva*, igualmente com duas variantes, como na versão anterior (cf. Aviso publicado no D.R., II Série, n.º 226, de 29/9/1995).

Em 1998-1999, membros do CLUP estiveram de novo empenhados no curso bissemestral de mestrado em *Linguística Portuguesa Descritiva*, cujo Regulamento sofreu entretanto alterações, introduzidas pela Resolução n.º 107/98 (2.ª série), publicada no D.R., II Série, n.º 185, de 12/8/1998. O início das aulas do primeiro semestre deu-se a 15 de Outubro de 1998, conforme Aviso n.º 15267/98 (2.ª série), publicado no D.R., II Série, de 23/9/1998.

Pelo que toca a doutoramentos, o CLUP apoiou, durante o período da sua existência de vinte e cinco anos, doze doutorandos seus, dos quais um obteve o grau de doutor na Alemanha e os restantes, na Universidade do Porto.

Finalmente, deve notar-se que, como instituição, o Centro tem prestado um auxílio inestimável, ao longo dos anos, aos seus próprios docentes-investigadores através da sua já bem recheada biblioteca. De facto, e sob este aspecto, o CLUP dedicou, desde os seus primeiros dias, uma particular atenção à formação de uma biblioteca especializada, para cujo apetrechamento sempre canalizou as suas prioridades em termos de investimento, e que se tem revelado um instrumento de elevadíssimo préstimo para todos os que, dentro ou fora da Universidade, buscam informação específica ou desejam elaborar trabalhos de investigação.

4.4. Seminários, Cursos e Conferências

4.4.1. Seminários e Cursos promovidos (ou apoiados) pelo CLUP

As condições em que surgiu e o seu funcionamento inicial determinaram a necessidade de o CLUP se abrir a outras instituições e de estabelecer contac-

tos com outros investigadores em diversas áreas da Linguística Geral, Teórica e Aplicada. Foi nesse sentido que convidou inúmeras individualidades, nacionais e estrangeiras, com o duplo objectivo de obstar ao risco de algum isolamento e de compensar de certo modo as dificuldades que também sentiu no que diz respeito ao financiamento de deslocações a outras universidades por parte dos seus membros. Apostado em fomentar a valorização e o enriquecimento científico destes, o Centro fez, sobretudo até finais da década de 80, um esforço considerável, traduzido num longo conjunto de iniciativas, de que se registam:

- 1977 (Fevereiro): Curso de «Introdução à Programação», orientado pelo Eng. Francisco Azevedo Machado, do L.A.C.A.
- 1978 (15-24 de Maio): «Fonética e Fonologia do Português», orientado pelas Dr^{as}. Amália Andrade e Céu Viana, do grupo de Fonética do CLUL.
- 1979 (29 de Março): (em colaboração com o Instituto Alemão do Porto): «A Gramática do Diálogo – Perguntas e Respostas», orientado pelo Prof. J. Schmidt-Radefeldt, da Universidade de Kiel.
- 1979 (19-22 de Novembro): «Teoria e Análise do Discurso», orientado pelos Profs. Michel Pêcheux, do Lab. de Psychologie Sociale e C.N.R.S., e A. Lecomte, da Universidade de Grenoble II.
- 1979 (26-29 de Novembro): «Lógica Natural e Discurso Argumentativo», orientado pelo Prof. J.-B. Grize, da Universidade de Neuchâtel.
- 1980 (24-28 de Novembro): «Léxico e Sintaxe», orientado pelo Prof. Maurice Gross.
- 1980 (16-19 de Dezembro): «Gramática Funcional», orientado pelo Prof. Simon Dik, da Universidade de Amsterdão.
- 1981 (7-9 de Outubro): «Semântica Formal das Línguas Naturais», orientado pelo Prof. Robert Martin, da Universidade de Paris-Sorbonne.
- 1981 (12-15 de Outubro): «Teorias da Enunciação», orientado pela Prof^a. Catherine Fuchs, da Universidade de Paris VII.
- 1981 (26-30 de Outubro): «Argumentação e Conectores do Discurso», orientado pelo Prof. Oswald Ducrot, da E.P.H.E..
- 1981 (14-18 de Dezembro): «Aspectos do Português Medieval e Clássico», orientado pelo Prof. Paul Teyssier, da Universidade de Paris-Sorbonne.
- 1982 (18-22 de Janeiro): «Pragmática Integrada», orientado pelo Prof. Herman Parret, da Universidade Católica de Louvain e Univ. de Antuérpia.
- 1982 (6-8 de Maio): «Aspectos da Linguística Ibero-Românica (adjectivação e pronominalização em Português, Espanhol e Catalão)», orientado pela Prof^a. Elena Wolf, do Instituto de Linguística de Moscovo.
- 1982 (25-28 de Maio): «Sintaxe Generativa do Português e outras Línguas

- Românicas no Quadro da Teoria Standard Alargada», orientado pelo Dr. Alain Rouveret, da Universidade de Paris VIII.
- 1982 (12-14 de Outubro): «Semântica e Pragmática Linguística», orientado pelo Prof. Östen Dahl, da Universidade de Estocolmo.
- 1982 (Dezembro): Curso (de 15 horas) de «Introdução à Informática», orientado pelo Eng. Francisco A. Azevedo Machado, do Instituto para o Desenvolvimento das Comunicações.
- 1983 (1-3 de Março): «Fonologia Generativa», orientado pela Prof^a. Maria Helena M. Mateus, da FLUL. (Seminário integrado no Mestrado de Linguística Portuguesa Descritiva, da FLUP).
- 1983 (8-16 de Março): «Linguística de Texto. Sequências Frasais: Relação Pergunta-Resposta», orientado pelo Prof. J. Schmidt-Radefeldt, da Universidade de Kiel.
- 1983 (4-8 de Julho): «Inteligência Artificial», orientado pelo Eng. Hélder Coelho, do LNEC. (Seminário integrado no Mestrado de Linguística Portuguesa Descritiva, da FLUP).
- 1984 (21-24 de Maio): «Os Sistemas dos Tempos», orientado pelo Prof. Christian Rohrer, da Universidade de Stuttgart.
- 1984 (28-30 de Maio): «As Bases Linguísticas de uma Análise do Discurso», orientado pelo Prof. Patrick Charaudeau, da Universidade de Paris XIII e Paris III.
- 1984 (17-18 de Dezembro): «Problemas e Soluções da Gramática de Valências»; «Gramática de Port-Royal»; «A Linguagem (e seus Problemas) na Revolução Francesa», orientado pelo Prof. Winfried Busse, da Universidade de Berlim.
- 1985 (25-26 de Fevereiro): «Les Temps de la Narration» e «Critique de la Théorie des Déictiques ou Que veulent montrer les Démonstratifs?», orientado pelo Prof. Harald Weinrich, da Universidade de Munique.
- 1985 (5-8 de Março): «Gramática de Valências e Gramática de Casos», orientado pelo Prof. Gerhard Helbig, da Universidade de Leipzig.
- 1986 (27-31 de Outubro): «Anáfora e Referência Nominal», orientado pelo Prof. Georges Kleiber, da Universidade de Metz.
- 1987 (9-12 de Fevereiro): «Valenzgrammatik», orientado pela Prof^a Barbara Wotjak, da Universidade de Leipzig.
- 1987 (2-3 de Junho): «Questões de Referência Nominal», orientado pelo Prof. Georges Kleiber, da Universidade de Metz.
- 1988 (29 de Fev.-4 de Mar.): (Em colaboração com o Bureau d'Action Linguistique): «Semana de Tradução: Teoria e Prática da Tradução», orientada pelos Profs. Elisabeth Lavault, da ESIT e da Universidade de Paris III, e Michel Ballard, da Universidade de Lille.

- 1989 (10-14 de Abril): (Em colaboração com o Bureau d'Action Linguistique): «Informatique, Didactique et Statistique», orientado pelo Prof. André Camlong, da Universidade de Toulouse II.
- 1991 (7-9 de Janeiro): «Seminário de Fonética», orientado pelo Prof. Francisco Lacerda, da Universidade de Estocolmo.

4.4.2. Conferências e Workshops promovidos pelo CLUP

- 1979 (21 de Junho): «Macro-estruturas textuais: sua natureza e suas funções», pelo Dr. Michael Metzeltin, da Universidade de Groningen.
- 1979 (22 de Novembro): «Teoria e análise do discurso», pelo Prof. Michel Pêcheux, do Lab. de Psychologie Sociale e C.N.R.S..
- 1979 (29 de Novembro): «A propósito da lógica natural», pelo Prof. J.-B. Grize, da Universidade de Neuchâtel.
- 1982 (20 de Janeiro): «A ideologia essencial das teorias linguísticas», pelo Prof. Herman Parret, da Universidade Católica de Louvain e Univ. de Antuérpia.
- 1982 (8 de Fevereiro): «Problemas fundamentais de análise contrastiva», pelo Prof. Carl James, da Universidade de Bangor.
- 1982 (10 de Maio): «Relações culturais luso-russas – do Renascimento à Geração de 70», pela Prof^a. Elena Wolf, do Instituto de Linguística de Moscovo.
- 1983 (15 de Março): «Provérbios – Estrutura e função textual», pelo Prof. J. Schmidt-Radefeldt, da Universidade de Kiel.
- 1985 (9 de Janeiro): «Problemas teóricos e práticos da tradução», pela Dr^a. Maria dos Prazeres Gomes, da Universidade de S. Paulo.
- 1985 (25 de Fevereiro): «Ao princípio era a narração», pelo Prof. Harald Weinrich, da Universidade de Munique.
- 1985 (26 de Fevereiro): «Petite xénologie des langues étrangères», pelo Prof. Harald Weinrich, da Universidade de Munique.
- 1985 (27 de Fevereiro): «Vitesse de la lecture», pelo Prof. Harald Weinrich, da Universidade de Munique.
- 1985 (24 de Maio): «L'homme dans son discours», pelo Prof. Herman Parret, da Universidade Católica de Louvain e Universidade de Antuérpia.
- 1987 (9-10 de Fevereiro): «Zu den Beziehungen zwischen Inhalts – und Ausdrucksstruktur». «Ansatz eines integrativen Beschreibungsmodells (Valenz – Satzmodelle – Verbbeschreibung», pela Prof^a. Barbara Wotjak, da Universidade de Leipzig.
- 1987 (12 de Fevereiro): «Aspekte der 'Übersetzung Portugiesisch-Deutsch'» pelo Dr. Rainer Bettermann, da Universidade de Jena.

- 1991 (17 de Janeiro): «A capacidade metafonológica e a leitura», pela Prof^a. Leonor Scliar-Cabral, da Universidade de Santa Catarina.
- 1991 (1 de Junho): «L'activité paraphrastique au Moyen-Âge dans la Péninsule Ibérique: son approche», pelo Prof. Jean Roudil, da Universidade de Paris XIII.
- 1994 (3-4 de Março): «Ordem das palavras nas línguas românicas» e apresentação dos volumes do «Lexikon der Romanistischen Linguistik», pelo Prof. Michael Metzeltin, do Instituto de Romanística da Universidade de Viena.
- 1995 (30 de Março): «Le langage: pour une pédagogie de l'immédiateté», pela Prof^a Andrée Girolami-Boulinier, Paris.
- 1998 (2 de Junho): «Processamento da linguagem natural. Gramáticas de categorias com restrições», pela Prof^a. Nelma Moreira, da Faculdade de Ciências – Laboratório de Informática da Universidade do Porto.
- 1998 (8 de Junho): «L'anaphore associative», pelo Prof. Georges Kleiber, da Universidade de Strasbourg.
- 1998 (15 de Julho): «Da teoria de princípios e parâmetros ao programa minimalista», pelo Prof. E. Paiva Raposo, da Universidade de Santa Barbara, Califórnia.
- 1999 (11 de Março): «Acerca del potencial comunicativo de las unidades léxicas sencillas y complejas», pelo Prof. Gerd Wotjak, da Universidade de Leipzig.
- 1999 (18 de Março): «Produção de fala em idade pré-escolar: precisão segmental e efeitos de contexto», pela Prof^a. São Luís Castro, da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da U.P.
- 1999 (18 de Março): «Aquisição da estrutura 's+C' em início de palavra», pela Prof^a. Maria João Freitas, da FLUL.
- 2000 (17 de Fevereiro): «Problèmes posés par la confection d'un dictionnaire onomasiologique de l'espagnol médiéval ou du portugais», pelo Prof. Jean Roudil, da Universidade de Paris XIII.
- 2000 (18 de Fevereiro): «Variation et dictionnaire», pelo Prof. Jean Roudil.
- 2000 (17 de Maio) «Apresentação da *Gramática de usos do Português do Brasil*», pela Prof^a. Maria Helena Moura Neves, da Universidade de Araraquara, São Paulo.
- 2000 (1 de Junho): «The semantics of terminology», pelo Prof. Herbert Eisele, do Institut Supérieur d'Interprétation et de Traduction – Institut Catholique de Paris.
- 2000 (2 de Junho): «Workshop: Master classes in terminology: expert-terminologist relations», pelo Prof. Herbert Eisele.
- 2000 (11 de Julho): «A situação do Português em Moçambique», pelo Prof. Gregório Firmino, da Universidade Eduardo Mondlane.

- 2000 (4 de Outubro): «Processamento computacional do Português: o que é?», pela Prof^a. Diana Santos, da Universidade de Oslo.
- 2000 (4 de Outubro): «Workshop: Hands on/ mãos na massa: fundamentos e dicas para uma ‘linguística experimental’», pela Prof^a. Diana Santos.
- 2001 (3 de Abril): «Questões de semântica-pragmática sob o prisma da proxémica verbal», pela Prof^a. Maria Helena Araújo Carreira, da Universidade de Paris VIII, Saint-Denis.
- 2001 (11 de Abril): «Workshop I: Language change and variation», com a presença de sete investigadores de várias universidades estrangeiras, entre eles, como conferencista convidado, o Prof. David Lightfoot, da Universidade de Maryland, USA; «Workshop II: Syntax-Semantics Interface: Nominal and temporal anaphora» – com a presença de sete investigadores de universidades estrangeiras, entre eles o conferencista convidado, o Prof. G. Chierchia, da Universidade de Milão, Itália.
- 2001 (7 de Junho): «Aprendizagem automática de processamento em linguagem natural. O problema de etiquetagem de corpora», pelo Dr. Alneu Lopes, USP, Brasil.
- 2001 (14 de Dezembro): «Nomes, pronomes fortes e pronomes fracos na aquisição», pela Prof^a. Mary Kato, Unicamp, Brasil.

5. Resumo

Se, com base nos elementos atrás apresentados, se procurar fazer um resumo condensado do que foi a actividade e a orientação do Centro de Linguística da Universidade do Porto ao longo da sua existência, pode dizer-se que desde a sua fundação em 1976 até ao ano de 1994 todos os esforços foram dirigidos no sentido do intercâmbio científico, interno e externo, e da prestação de serviços à comunidade, mas também, fundamentalmente, no sentido do fomento à investigação no quadro da Universidade, o que quer dizer, em primeira linha, apoio aos doutoramentos.

A partir de 1994, o CLUP, como Unidade I&D, adoptou uma filosofia sensivelmente diferente: a prioridade vai para o apoio a projectos de investigação, com investigadores da Universidade ou de fora dela. Mas isso não significa que não permaneça como objectivo essencial da sua actividade o acompanhamento e contributo, através dos seus membros e do recurso ao precioso acervo bibliográfico de que dispõe, para a valorização científica de todos os que, através de mestrados e de doutoramentos, pretendem obter o respectivo grau académico.

ONTOLOGY, ONTOLOGIES, GENERAL LANGUAGE AND SPECIALISED LANGUAGES

Belinda Maia

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Centro de Línguaística da Universidade do Porto
bmaia@mail.telepac.pt

0. Introduction

The inspiration for this paper came from Barbara Lewandowska-Tomaszczyk who organised a round table on the topic 'Ontologies' during the conference PALC – Practical Applications of Language Corpora at Lodz, Poland on 6-9 September 2001¹. The full discussion will be published later, but I shall develop my own contribution to the round table more fully here, since the ideas expressed address fundamental problems that those of us in the humanities, who have been trained to study general language, encounter during research in the area of terminology.

The topic draws attention to the fact that, although general language and specialised languages share many features, the approaches to studying them differ in certain essential ways. This paper will look briefly at these approaches and then go on to examine developments in knowledge engineering that demonstrate the complex activity of systematisation of concepts and, by implication, the lexical items that represent them.

1. Definitions

Since we are in an area where definitions are necessary for the understanding of the nature of the debate, we shall start by examining the words used in the title.

¹ The other members of the round table were Barbara Lewandowska-Tomaszczyk (University of Lodz), Wolfgang Teubert (University of Manchester), Josef Schmied (University of Chemnitz), John Osborne (Université de Savoie) and Michael Oakes (University of Sunderland).

1.1. *Ontology and Ontologies*

Ontology has been an area of philosophical debate related to metaphysics since the word was coined in the 18th century. Corazzon² supplies a long list of definitions by philosophers over the ages of which those below are a selection:

Ontologia seu *Philosophia Prima* est scientia entis in genere, seu quatenus ens est.

(Ontology or *First Philosophy* is the science of Being in general or as Being)³.

Ontology is the first part that actually belongs to metaphysics. The word itself comes from the Greek, and just means the *science of beings*, or properly according to the sense of the words, the *general doctrine of being*. Ontology is the doctrine of elements of all my concepts that my understanding can have only a priori⁴.

All ontology has to do with fundamental assertions about being as such. Assertions of this sort are precisely what we call categories of being⁵.

Ontology is the theory of objects. And it is so of every type of object, concrete and abstract, existent and non-existent, real and ideal, independent and dependent. Whatever objects we are or might be dealing with, ontology is their theory. 'Object' is used in this sense as synonymous with the traditional term 'being'⁶.

Ontology is frequently found in texts that discuss the existence, or otherwise, of God, and other metaphysical debates. A quick search of the British National Corpus (BNC)⁷ will return plenty of examples that refer to the ideas of Hegel, Husserl, Heidegger, Lacan, Sartre, Barth, Levinas, Merleau-Ponty and others. The Portuguese corpus CETEMPúblico⁸ also produced several philosophy-related examples. The plural form appears once in both cases, which is itself indicative of the fact that this usage has developed over the last eight or nine years, or since the BNC was finished and after most of the material in CETEMPúblico was published. Yet a search with the Google browser⁹

² See <http://www.formalontology.it/>. It provides plenty of material on the whole problem of ontology in the past and in the present.

³ From: Christian Wolff (1729) *Philosophia Prima sive Ontologia*.

⁴ From: Kant *Lectures on metaphysics* – Part III *Metaphysik L2* (1790-1791?) Translated and edited by Karl Ameriks and Steve Naragon – Cambridge University Press 1997 p. 307 and 309.

⁵ From: Nicolai Hartmann (1949) *New ways of Ontology*. Translated by Reinhard C. Kuhn – Chicago, Henry Regnery Company, 1953 (pp. 13-14).

⁶ From: R. Poli, «Ontology for knowledge organization», in R. Green (ed.), *Knowledge organization and change*, Indeks, Frankfurt, 1996, (pp. 313-319).

⁷ Accessible at: <http://sara.natcorp.ox.ac.uk/>.

⁸ Accessible at: <http://www.portugues.mct.pt/>.

returns about 80,900 answers to the singular and 32,900 to the plural – so something must be happening.

Dictionary definitions quoted by Corazzon are:

1. A science or study of being; specifically, a branch of metaphysics relating to the nature and relations of being; a particular system according to which problems of the nature of being are investigated; first philosophy.
2. A theory concerning the kinds of entities and specifically the kinds of abstract entities that are to be admitted to a language system¹⁰.

Corazzon then goes on to give his own definition of ontology as ‘the theory of objects and their ties’.

It is the reference to ‘ties’ and the second definition above, which refers to ‘a language system’, that give us the clues to understanding modern interpretations of *ontology* and, more significantly, the plural, *ontologies*. It is beyond the scope of this paper to trace the development of the modern use of the words¹¹, but there is no doubt that they now would appear to apply more often than not to the organisation of concepts/things, and the words that represent them, into what are sometimes referred to in lexicological circles as *subject fields*. A related notion is that of *conceptual fields/frameworks* used in traditional lexicology and terminology.

Ontology and *ontologies* are used nowadays in the scientific literature related to artificial intelligence, knowledge engineering, machine translation, information retrieval, lexical semantics, and related areas. Perhaps, given the fact that so much of the work being developed is formalised for use by machines, one could explain the preference of *ontology* over phrases that involve the word *concept* by the fact that the latter has such intimate connotations with the human capacity to think and understand. Less consideration has been shown for another word found in the literature, *cognitive*, which is used rather promiscuously to relate to both human and artificial intelligence, presumably on the understanding that the two are sufficiently close for no distinction to be made¹². This assumption of the relationship between human and artificial intelligence underlies much work in the areas described above.

⁹ Accessible at: <http://www.google.com>.

¹⁰ From: Webster’s Third New International Dictionary.

¹¹ For those who wish to follow up this subject, Corazzon and his fellow-authors provide plenty of information at <http://www.formalontology.it/>.

¹² For a discussion of this problem – see Maia (1994).

There is also an obvious link to *epistemology*, defined by Webster's as 'the study or a theory of the nature and grounds of knowledge especially with reference to its limits and validity', and, on occasion, it is natural that the methods and theories of the two areas should be intertwined. We shall be looking at aspects of language study that touch on these areas, and hope to show how they affect the study of general language and specialised languages.

1.2. *General language and specialised languages*

It is common to hear people making the distinction between general language and specialised languages, and yet, given the limited resources of any language, it is not always that easy to demonstrate where general language becomes specialised, and vice versa.

1.2.1. General language

The notion of *general language* is suitably vague. The difficulties in defining it relate to descriptions like 'everyday language', and 'language that any normal person can understand', since they call into question the meaning of 'everyday' and 'normal person'. There is also the fact that, despite an understanding that the level of the general language text should be accessible at the level of style and register, the lexical level will receive a more specific focus. Even if one describes it as 'the most generic use of items of language', or tries to restrict it to the language found in an 'average' dictionary, it is still difficult, even with the help of dictionaries built using modern corpus based methods, to restrict and contain areas of language in any way.

Many people have tried to systematise the study of the lexicon for different reasons, amongst which are various attempts to find and establish language universals, and there are several well-known examples of the ways this has been done. Berlin & Kay (1968/1999) worked on discovering how colour terms were distributed in different languages in order to find the extent to which colour could be seen as a universal phenomenon, or as relative to different languages and cultures. Bendix (1966), Lehrer (1974) and Nida (1975) worked on finding basic features of meaning in work known as componential analysis, the objective of which was to make it possible to describe the entire lexicon in terms of basic components of meaning. This reductionist method soon sank under the weight of the rules it needed to create, rather as the idea of transformations in transformational-generative did in syntax, but some of the more practical work emerging from it has proved useful in exercises in distinguishing between synonyms and words belonging to particular subject fields.

Wierzbicka (e.g. 1996) still perseveres in her search for universals, using a basic set of lexical items to describe 'scenarios' according to which all con-

cepts/words can be categorised. The main problem with this kind of research is that one can never get outside language to discuss language, and there is always the difficulty of deciding which words should be used to describe the 'basic elements of meaning', since all words are subject to changes of meaning in context, even, or perhaps particularly, apparently general words like *good* and *bad*, *big* and *small*.

A lot of more recent work has derived from or been influenced by the work of Rosch (1978) on prototypes and Lakoff (1980) on metaphors and Lakoff (1987) on categories. There is also all the work in cognitive linguistics deriving from works like Jackendoff (1983) and Langacker (1987). Much of this work is devoted to examining how we conceptualise aspects of our lives like time and space, as well as the many metaphors with which we express our interpretation of other aspects of our lives. The long-term objective of today's linguists varies wildly, from those claiming to demonstrate a revolutionary new approach in Western philosophy, like Lakoff and Johnson (1999), (see also: Lakoff & Nunez, 2001), to those who wish to organise and harness linguistically organised databases to the needs of computational linguistics, knowledge engineering and related areas.

1.2.2. Specialised languages

Many people look upon specialised languages as simply the vocabulary of subjects to which, it is assumed, the average person will not have access. Nowadays, it is also recognised that there is more to special language than its vocabulary, and the study of genre analysis and text typology is an important part of the research into the use of specialised languages¹³. However, for the purposes of this paper, the focus will be domain specific terminology and the categories into which it is organized.

One fact that soon becomes obvious to anyone embarking on terminology work is that, despite the theoretically almost unlimited possibilities of producing and combining lexical items, most languages actually have a limited number of words with which to express everything in the experience of the people who use them. There may be a general consensus on what scientific terms like *magnesium* or *hydrochloric acid* mean, or what type of animal or bird is signified by a certain Latin name, but the fact is that a lot of terms are built out of apparently more general lexical items.

Traditional terminology of the kind encouraged by Wüster (1959), and continued by the Vienna school of terminology, assumed that concepts could

¹³ For example, simply knowing the correct vocabulary for legal terms in another language – if, indeed, a corresponding concept and term exists in that language –, is not sufficient to translate from the legal genre of one language into that of another.

be clearly delineated by the subject experts involved, that these concepts could be given a place in a concept system, and then clearly defined and designated by a word or combination of words which, in turn could be institutionalised by usage and, when necessary, by the semi-legal process of standardisation. For many practical purposes, this process, which grew out of structuralist semantics, has obvious advantages, particularly when the understanding of the concept is fairly straightforward and refers to something easily identifiable by common sense processes in the real world.

The nature of realism is the subject of many philosophical debates. However, for the purposes of this paper, we agree with Lakoff & Johnson (1999:109) when they say: «What we mean by 'real' is what we need to posit conceptually in order to be realistic, that is, in order to function successfully to survive, to achieve ends, and to arrive at workable understandings of the situation we are in.» When we assume the reality of a concrete thing or scientific theory for such practical reasons, we are making an ontological commitment which 'can therefore be used to make predictions and can function in explanations' (ibid: 109). The real world functions, for better or worse, by assuming that the use of language implies such ontological commitments to everything that forms part of our daily lives. With standardised terminologies, this commitment is made explicit by an organised attempt to stabilise the fluidity of language.

1.2.3. Fuzziness

The dichotomy between general and specialised languages is far fuzzier than the above distinctions would suggest. As already pointed out, many terms are simply the result of the polysemic usage of single, or combinations of, general lexical items. Making these units into official terms helps to restrict their usage to a particular interpretation when used in a pre-determined context. It is only natural that the general language item and the specialised use of it will share a certain amount of semantic content, but, by deciding which of a possible selection of synonyms may be used in certain circumstances, it is possible to avoid misunderstanding.

This theoretical problem has practical consequences. One of the reasons why unqualified, or badly trained, translators make so many lexical mistakes when translating specialised texts is because, being ignorant of the subject matter, they often simply select one such synonym from a general dictionary, without consulting any further reference or other literature to discover whether their choice is actually relevant or correct. Another result is that, at least in the past, one of the arguments in favour of teaching students 'general' language studies and ignoring specialised language was that specialised vocabulary was considered to be of minimal importance when considering texts as a

whole¹⁴. This sort of observation was often based on crude analyses of corpora that simply listed words in isolation. Today more sophisticated methods of term retrieval lead to quite different conclusions¹⁵.

Lakoff & Johnson (1999) extension of their theory of metaphors to all aspects of language has implications for both general and specialised language, which Temmermann (2000) develops explicitly in relation to terminology. Using the relatively new area of biotechnology for her examples, she demonstrates how metaphorical notions also shape usage in the creation of terms, and argues that these processes are just as common in specialised as in general language. Cognitive linguists suggest that the way in which we understand and express anything – whether it is a primitive emotion or a highly sophisticated scientific concept – is governed by the metaphors that reflect the positioning of the whole human being in relation to the surrounding environment. In this sense, the difference between general and specialised language is often a matter of perspective, and the choice of synonym in a particular specialised context is probably governed by the metaphorical usage adopted in the discipline, rather than by a choosing a synonym from a dictionary. Since specialists may adopt different metaphorical usages in different languages for socio-cultural reasons, these factors also further complicate the life of the translator.

To illustrate the problems of polysemy, metaphor and socio-cultural usage, in relation to this fuzzy area between general and specialised language, let us take an example that is well known in Portuguese engineering circles, where a certain technical meaning of the polysemous English word *plate*¹⁶ is translated by both *placa* and *laje*, also polysemous¹⁷. The definitions in general dictionaries do not provide any directly equivalent notions either between the English word and the Portuguese ones, or between the two Portuguese words, although several of the

¹⁴ It should be obvious that students of English for Special Purposes need to start with a reasonable knowledge of general English. However, once this has been acquired, there are plenty of practical reasons why they should be trained to specialise in certain areas of language, both from the point of view of proficiency in the language itself, and as a tool for studies in other areas.

¹⁵ See Veronis (Ed) (2000) and Bourigault et al (2001).

¹⁶ *Webster's Encyclopedic Unabridged Dictionary of the English Language* lists 34 entries under *plate*, of which the most relevant for our purposes is Entry 8: a thin flat sheet or piece of metal or other material, esp. of uniform thickness.

¹⁷ The *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* lists 4 entries for *laje* and 14 for *placa*.

Entry 2 for *laje* gives: Pedra grande, achatada e lisa.

Entry 4 for *laje* gives: *Eng.* Placa em betão armado, de altura reduzida, usada para cobrir superfícies, com pavimentos, tectos...

Entry 1 for *placa* gives: Folha ou lamina de um material relativamente rígido.

Entry 3 for *placa* gives: *Constr.* Estrutura de betão armado que numa construção cobre um determinado espaço.

definitions supply semantic notions that relate to some sort of hard, flat, man-made/crafted piece of a material used in construction engineering¹⁸.

A detailed historical, socio-cultural and psychological study might result in some interesting explanations as to why there should be such an argument over which Portuguese word to use. Here are a few clues one could follow up. The more general dictionary definitions seem to show *placa* as being made out of some man-made substance, whereas *laje* is associated with natural stone. An older dictionary¹⁹ sees *placa* in the building sense as ‘afrancesado’ or of French influence (*plaque*). *Laje* has an important definition that associates it to tombstones in churches²⁰. Perhaps the engineers who support *placa* have been influenced by a French education or, possibly unconsciously, reject the associated image of the tombstone and its metaphorical associations with death. The supporters of *laje*, on the other hand, may be influenced by the possibly more Portuguese origin of the word which, combined with a certain fashionable chic attached to using natural materials, gives the word a blend of positive connotations. In any case, neither word has much to do with the most generally recognised use of the English word *plate*, which is best translated into Portuguese as *prato*, and there are meanings for *placa* and *laje* in engineering that are distinguishable from each other.

2. The systematisation of the lexicon

The debate on how we categorise the world around us goes back to early philosophy, and the relationship between entities, concepts, and words is an essential part of this discussion. Lexicography develops our awareness of words, and lexicology theorises about the conceptual frameworks underlying the alphabetically arranged contents of dictionaries. Technological developments over the last twenty years have also helped to change traditional lexicographical work in ways that can benefit from increased awareness of lexical relations and networks.

2.1. *Lexicography and the possibilities of technology*

The influence of corpora on the preparation of dictionaries over the last twenty years has revolutionised certain theoretical approaches to lexico-

¹⁸ This would seem to be a special meaning that is independent of that in which *placa* and *laje* refer respectively to the structures above and below a living space/room in a house, for example (information provided by a lay person with a knowledge of building techniques).

¹⁹ *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* by Cândido de Figueiredo (1939).

²⁰ The *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* – entry 1.

graphy. However, the impact on the dictionaries available has not yet reflected all the possibilities offered by technology. Even the dictionaries on CD-ROM remain in a similar format, with the main observable advantage being a certain sophistication of the look-up facility. However, the advantages of hypertext, and underlying relational databases, have not been ignored by the more theoretical researchers in the field.

There have been pragmatic attempts to systematise the lexicon into explorable networks. Fillmore's frame semantics, which classifies words according to their semantic closeness and the type of situation in which they occur, is behind the project FrameNet, (see Fillmore & Atkins 1998) at the University of Berkeley. As they explain:

For practical reasons, frames in the FrameNet project are organized by domain, which are very general categories of human experience and knowledge. Domains serve as useful groupings of semantic frames, but their theoretical significance is slight and indirect. All the important information about lexical items is captured by their associations with specific frames and by constraints on their syntactic expression of the elements of those frames²¹.

For example, after being assigned to one of the general categories of the frames, verbs are described according to the syntactic structure in which they occur, with a semantic analysis of the roles or valencies of the subjects, objects and complements to be found with these structures.

A more lexically orientated project is WordNet, run by George Miller and Christiane Felbaum at Princeton University, which is described in Felbaum (1998). The result can be consulted on-line or downloaded²². It is a project which not only gives fairly traditional information on general lexical items, it also provides information on synonyms, hypernyms, hyponyms, antonyms, syntax and a variety of other aspects of the words being examined. This implies an underlying conceptual framework, which, however, is not immediately obvious to the casual observer. There is also a projected EuroWordNet for several European languages²³, but little information is available yet.

2.2. *Electronic Thesauri*

Lexicographers have made other attempts to organise the lexicon by subject, rather than in alphabetical order. The most well known example of this for general language is probably Roget's thesaurus, and there is also Wordtree (1984), which works by relating words to each other semantically. However, these refe-

²¹ Accessible at <http://www.icsi.berkeley.edu/~framenet/>.

²² Accessible at <http://www.cogsci.princeton.edu/~wn/>.

²³ Accessible at <http://www.hum.uva.nl/~ewn/>.

rence books have always been restricted by their two dimensional paper format.

The electronic encyclopaedias like Encarta, the Encyclopaedia Britannica and the Portuguese Diciopedia have accustomed us to the delights of hypertext. There is also an interesting exercise in a dictionary-thesaurus at the site called Wordsmyth²⁴, which allows one to follow links to related words in hypertext fashion, as can be seen in Figure 1. The 'synonym' and 'similar words' divisions are links to the relevant lexical entries in the database – and one thing leads to another.

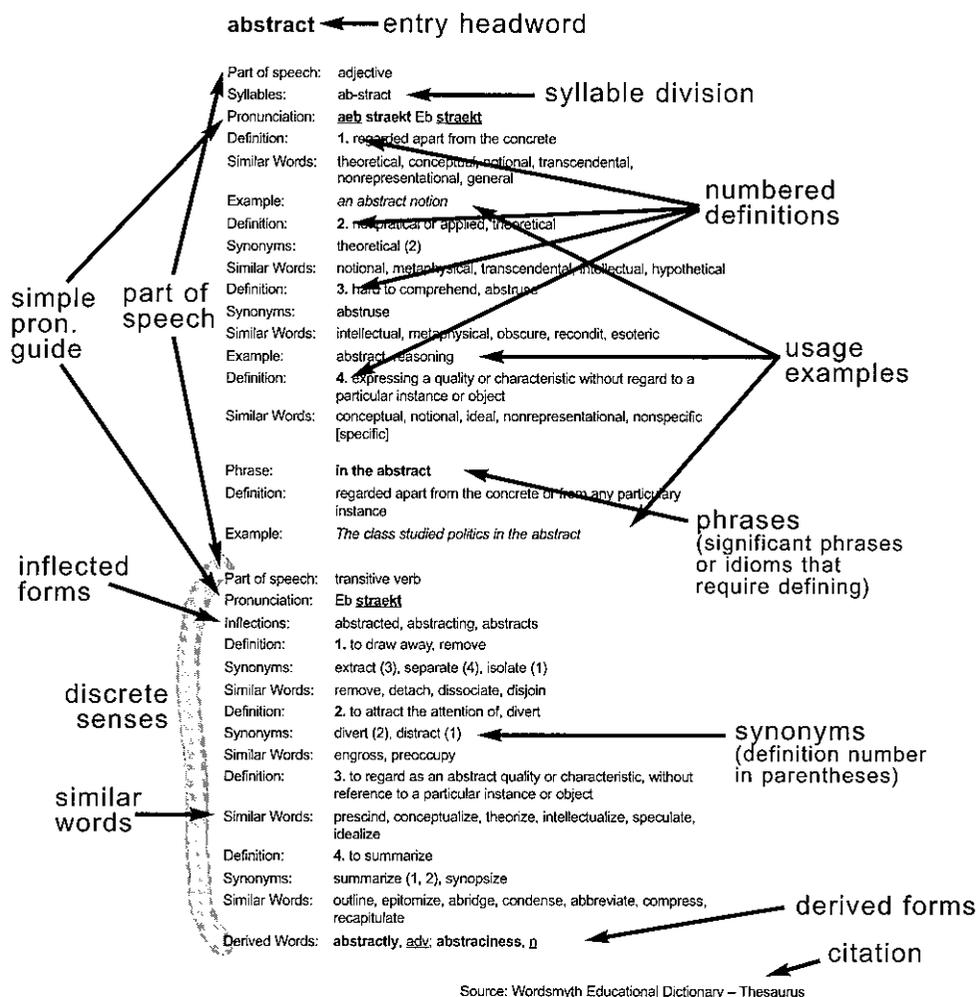


Figura 1 – From <http://www.wordsmyth.net/home.html>.

²⁴ Accessible at <http://www.wordsmyth.net/home.html>.

There are also a large variety of thesauri in special domain languages, the objective of which is to systematize the concepts in that area, rather than simply the words that represent them. Some of those in technical and scientific areas – like engineering, medicine, chemistry or law - are important works of classification and essential works in a specialised library. The name of thesaurus is also given to more general works, but the principal function of these works is to serve as reference to documents in specific areas. This type of work is closely related to library organisation and documentation.

Until recently, such attempts at systematisation were governed and restricted by the need to produce them in two-dimensional printed form, with cross-references indicated in the text with expressions like ‘see also’. Now, hypertext and relational databases have opened up new vistas as to how knowledge can be organised, categorised and represented in an easily accessible form. Examples of on-line thesauri that serve largely as guides to bibliography are HASET - Version 2.1 Humanities And Social Science Electronic Thesaurus²⁵ and the NASA Thesaurus²⁶. These thesauri, in turn, owe much to well-known library classifications like the Universal Decimal Classification (UDC)²⁷ and the Dewey classification²⁸.

2.3. Terminology and conceptualisation

It is a truism that the difference between lexicography and terminology is that the latter deals essentially with concepts and that the words or terms used to express these concepts are the result of an agreement between the subject specialists, with or without the help of linguists. The International Standards Organisation²⁹ ISO/DIS standard 1087-1.2 on *Terminology work – Vocabulary – Part 1: Theory and application* (2000) goes to some lengths to diagram and describe the various aspects of concepts.

The concept is seen as ‘a unit of knowledge created by a unique combination of characteristics’ that can be explained either by its ‘designation’ or representation of a concept by the sign which denotes it or a ‘definition’ or ‘representation of a concept by a statement which describes it’. Concepts are individual and general, superordinate – sub-divided into generic and comprehensive concepts, and subordinate – sub-divided into specific, partitive and coordinate concepts. Apart from the usual considerations of the intensional and extensional nature of concepts and their characteristics, the standard also

²⁵ Accessible at: <http://dasun1.essex.ac.uk/services/intro.html>.

²⁶ Accessible at and downloadable from <http://www.sti.nasa.gov/98Thesaurus/vol1.pdf>.

²⁷ Accessible at: <http://www.udcc.org/>.

²⁸ Accessible at: <http://www.oclc.org/dewey/>.

²⁹ Accessible at: <http://www.iso.ch/iso/en/ISOOnline.openerpage>.

draws attention to other considerations like the relations between concepts – hierarchical (generic and partitive) and associative (sequential, temporal and causal) – as well as general aspects of terminology work.

3. Ontologies and knowledge engineering

Even the relatively small proportion of the general public who use libraries are often unaware of the way they are organized, because they are organised in real space and time and there is usually someone to point the way to the appropriate shelf. The virtual space of the Internet has, however, given rise to various attempts to systematise, organize and make easily accessible the enormous amount of material on-line. The browsers typically present a list of categories that lead to sub-categories and then to finer and finer distinctions. Most of this is based on the UDC and Dewey categories.

In the early days of the Internet, the three main ways of finding information were a) to have the address of site required, b) to ‘surf’ using the categories already mentioned or to c) use keywords to help localize suitable sites. However, as the amount of information increases, and one-word searches return hundreds of thousands of possible leads, more sophisticated methods of searching are being developed. The emerging discipline for this work is ‘Knowledge Engineering’, the objective is ‘information retrieval’, and the term used for the attempts at semantic organisation of this information is ‘ontologies’.

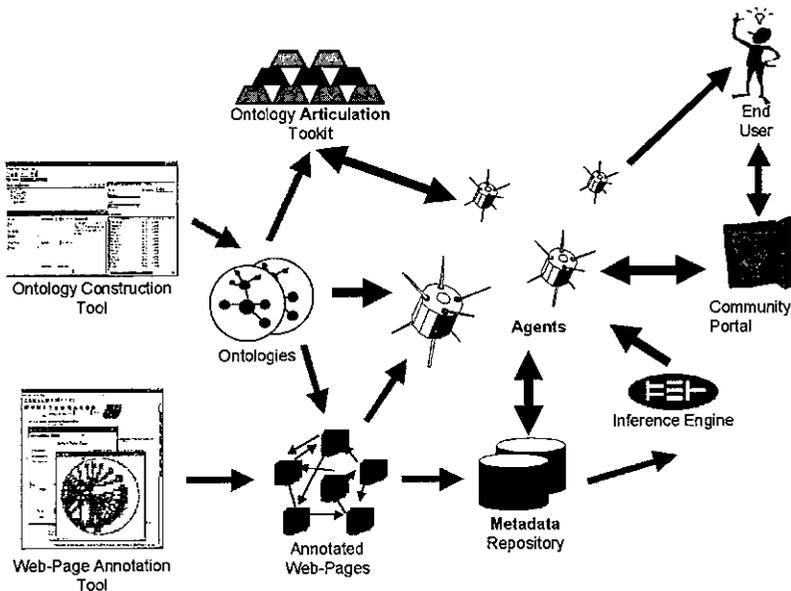


Figura 2 – From: <http://www.semanticweb.org/semanticwebfoodchain/gif>

The type of work can be seen at the Semantic Web³⁰, where we found Figure 2. This diagram shows how ontologies function in the wider context, or 'foodchain', to use their own expression. There are also links on this site to ONTOLINGUA³¹ organized by Stanford University, where one may register, use their software and make suggestions on how to create an ontology for a specific area. The tutorial they offer on-line demonstrates how one would do this if one needed to create an ontology for one's used car salesroom. This example draws attention to the multiple uses to which this technology can be put. Rather than restrict people to strict philosophical and academic classifications, people are invited to use and contribute to the ontologies created, although suggestions are given on how to use the framework offered.

The DARPA Agent Markup Language (DAML) Program and the DAML ontology library³² brings together project work done at Stanford University, the Semantic Web and about sixteen other organisations. They are all working in conjunction with the World Wide Web Consortium (W3C), which 'develops interoperable technologies (specifications, guidelines, software, and tools) to lead the Web to its full potential as a forum for information, commerce, communication, and collective understanding'³³. These projects seem to be in their early stages. The ontologies are compiled into relational databases and lists can be accessed according to class, properties, instances and topics, as well as according to the project or organisation sponsoring them.

The ontology lists represent totals of 21,692 classes, 4,640 properties and 12,387 instances. Such numbers leave the linguist in a state of disbelief, until one begins to analyze and understand what lies behind them. For a start, the lists contain a lot of repetitions because the numbers represent the total contribution of the entries to the database by a collection of unrelated projects. The classes they describe are essentially classification codes to be found in various areas. One such list of 9,975 classes that is included is taken from the UNSPSC – Universal Standard Products and Services Classification Code³⁴, which "was created when the United Nations Development Program and Dun & Bradstreet merged their separate commodity classifi-

³⁰ Accessible at <http://www.semanticweb-org/>.

³¹ Accessible at <http://www.ksl-svc.stanford.edu:5915/>.

³² Accessible at <http://www.daml.org/ontologies/>.

³³ See the W3C site at <http://www.w3c.org/>.

³⁴ Accessible at <http://www.unspsc.org>.

³⁵ See <http://www.ksl.stanford.edu/projects/DAML/UNSPSC.daml>.

cation codes into a single open system. The UNSPSC Code is the first coding system to classify both products and services for use throughout the global marketplace”³⁵. The properties listed make one understand even better why lexicologists gave up on the componential analysis theories of the 1970s, and the relatively small number of instances demonstrate that the projects are largely in the theory phase, although there are ontologies which consist only of instances, – one such example has 1,208 instances – and are still waiting to be categorised.

4. Conclusions

And where, one may ask, does this leave us, the linguists who will, we hope, be reading the articles in this volume produced by a research centre devoted to linguistics? Some may argue that we still have plenty to do working out the metaphors of everyday life, a prospect that appeals to us with our humanities training. As I write this, a message arrives from COGLING, the Cognitive Linguistics list³⁶, from an Italian researcher asking for advice on research into ‘erotic metaphors in mystical literature in mainstream religions’³⁷. What a lovely ivory tower to build for oneself in the interests of research!

However, it would seem that our colleagues in knowledge engineering, computational terminology and related areas could benefit from linguistic insights as they hasten to build a system that needs to be accessed by words – representing concepts – but still words, with all the power words have in organizing perception and knowledge. It is not the stuff of ivory towers, but there is an enormous amount of work out there that needs to be done. Perhaps we linguists should offer to help.

General Bibliography

- AMERIKS Karl, & NARAGON, Steve (Translators and Editors) (1997) – *Kant Lectures on metaphysics – Part III Metaphysik L2 (1790-1791?)* pp. 307 and 309. Cambridge: Cambridge University Press.
- BENDIX, E. H. (1966) – *Componential Analysis of General Vocabulary: The Semantic Structure*

³⁶ Accessible at: <http://listserv.linguistlist.org/archives/cogling.html>.

³⁷ Message received 1/10/2001 from Vito Evola of the University of Palermo, Italy.

- of a set of verbs in English, Hindi and Japanese.* Bloomington: Indiana University, & The Hague: Mouton & Co.
- BERLIN, Brent & KAY, Paul (1968/1999) – *Basic Color Terms. Their Universality and Evolution.* Stanford: CSLI Publications.
- BOURIGAUT, Didier; JACQUEMIN, Christian & L'HOMME, Marie-Claude (Eds.) (2001) – *Recent Advances in Computational Terminology.* Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins Publishing Co.
- BOWKER, Lynne (1995) – *A Multidimensional Approach to Classification in Terminology: Working Within a Computational Framework.* Doctoral thesis. Manchester: University of Manchester Institute of Science and Technology, Centre for Computational Linguistics.
- CABRÉ CASTELLVI, M. Teresa; BAGOR, Rosa Estopà & Jordi Vivaldi Palatresi (2001) – «Automatic term detection – a review of current systems», in Bourigault, Didier, Christian Jacquemin, & Marie-Claude L'Homme (Eds.) (2001) – *Recent Advances in Computational Terminology.* Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, pp. 53-87.
- CHARLET, J.; ZACKLAD M.; KASSEL G.; BOURIGAUT, D. (2001) – *Ingénierie des connaissances.* Paris: Éditions Eyrolles.
- FELBAUM, Christiane Editor (1998) – *WordNet: An Electronic Lexical Database,* MIT Press.
- FILLMORE, Charles J. & ATKINS Beryl (1998) – «FrameNet and Lexicographic Relevance», to appear in *Proceedings of the First International Conference on Language Resources and Evaluation, Granada, Spain 28-30 May, 1988.*
- HARTMANN, Nicolai (1949) – *New ways of Ontology.*
- ISO/DIS standard 1087-1.2 (2000) – *Terminology work – Vocabulary – Part 1: Theory and application.*
- JACKENDOFF, Ray (1985) – *Semantics and Cognition.* Cambridge, Mass: The MIT Press.
- LAKOFF, George & NUNEZ, Rafael (2001) – *Where Mathematics comes from.* Basic Books.
- LAKOFF, George & JOHNSON, Mark (1999) – *Philosophy in the Flesh – The Embodied Mind and its challenge to Western Thought.* Basic Books.
- LAKOFF, George & Mark Johnson. 1980. *Metaphors We Live By.* Chicago: University of Chicago Press.
- LAKOFF, George (1987) – *Women, Fire, and Dangerous Things.* Chicago: University of Chicago Press.
- LANGACKER, Ronald W. (1991) – *Foundations of Cognitive Grammar.* Stanford: Stanford University Press.
- LEHRER, Adrienne (1974) – *Semantic Fields and Lexical Structure.* Amsterdam and London: North Holland Pub. Co.
- MAIA, Belinda (1994) – *A Contribution to the Language of Emotion in English and Portuguese.* Tese de doutoramento. Porto: FLUP.
- NIDA, Eugene A. 1975. *Componential Analysis of Meaning.* The Hague / Paris: Mouton.
- OAKES, M. & PAICE, Chris. D. (2001) – «Term extraction for automatic extracting». In Bourigault, Didier, Christian Jacquemin, & Marie-Claude L'Homme. (Eds.) 2001. *Recent Advances in Computational Terminology.* Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins Publishing Co. pp. 353-370.
- POLI, R. (1996) – «Ontology for knowledge organization», in R. Green (ed.), *Knowledge organization and change,* Indeks, Frankfurt, pp. 313-319).
- ROSCH, E & LLOYD, B. (Eds.) (1978) – *Cognition and Categorization.* Hillsdale NJ: Lawrence Erlbaum. Ass.

- ROSCH, Eleanor (1978) – «Principles of Categorisation.» In E. Rosch & B. Lloyd (eds.) *Cognition and Categorization*. Hillsdale NJ: Lawrence Erlbaum. Ass.
- TEMMERMANN, Rita (2000) – *Towards New Ways of Terminology Description – The Sociocognitive-Approach*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins Pub. Co.
- VERONIS, Jean (Ed) (2000) – *Parallel Text Processing – Alignment and Use of Translation Corpora*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- WOLFF, Christian (1729) – *Philosophia Prima sive Ontologia*.
- WÜSTER, Eugen (1991) – *Einführung in die Allgemeine Terminologielehre und Terminologische Lexikographie*. 3.^a ed. Bonn: Romanistischer Verlag.

Dictionaries

- ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA (2001) – *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. Lisbon: Verbo.
- BURGER, Henry G. (1984) – *The Wordtree*. U.S. Library of Congress No. 84-13007.
- FIGUEIREDO, Cândido de (1939) – *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Amadora: Livraria Bertrand.
- ROGET'S THESAURUS – various editions (www.amazon.com supplies 137 possibilities).
- WEBSTER'S ENCYCLOPEDIA UNABRIDGED DICTIONARY OF THE ENGLISH LANGUAGE (1996) – New York: Grammercy Books.

Electronic information

Please note: All sites last accessed 2/10/2001

British National Corpus at: <http://sara.natcorp.ox.ac.uk/>.

CETEMPúblico at <http://www.portugues.mct.pt/>.

COGLING at: <http://listserv.linguistlist.org/archives/cogling.html>.

DAML ontology library at: <http://www.daml.org/ontologies/>.

DARPA Agent Markup Language (DAML) Program at: <http://www.daml.org/ontologies/>.

Dewey classification at: <http://www.oclc.org/dewey/>.

Diciopedia at: <http://www.priberam.pt/Diciopedia/diciopedia.htm> and on CD-ROMs.

Encarta at: <http://www.microsoft.com/uk/encarta/> and on CD-ROMs.

Encyclopedia Britannica at: <http://www.britannica.com> and on CD-ROMs.

Eurowordnet: <http://www.hum.uva.nl/~ewn/>.

Formalontology edited by Raul Corazzon at <http://www.formalontology.it/>.

Framenet at: <http://www.icsi.berkeley.edu/~framenet/>.

HASSET – Version 2.1 Humanities And Social Science Electronic Thesaurus
<http://dasun1.essex.ac.uk/services/intro.html>.

International Standards Organisation at: <http://www.iso.ch/iso/en/ISOOnline.openerpage>.

NASA Thesaurus at: <http://www.sti.nasa.gov/98Thesaurus/vol1.pdf>.

ONTOLINGUA at: <http://www-ksl-svc.stanford.edu:5915/>.

Semantic Web at: <http://www.semanticweb-org/>.

Universal Decimal Classification (UDC) at: <http://www.udcc.org/>.

UNSPSC -- Universal Standard Products and Services Classification Code at:
<http://www.unspsc.org>.

Wordnet at: <http://www.cogsci.princeton.edu/~wn/>.

Wordsmyth: <http://www.wordsmyth.net/home.html>.

World Wide Web Consortium (W3C) at: <http://www.w3c.org/>.

O SLOGAN NA LINGUAGEM DA PUBLICIDADE:

– um estudo contrastivo Português-Alemão

Carola Kaiser

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Centro de Linguística da Universidade do Porto

*«A publicidade é parte da economia, do mundo
dos media e da sociedade e, nessa medida,
também não se pode furtar às convicções
e desejos sociais gerais.»*

(Edmund Stoiber, 1993)

0. Introdução

Fique mais jovem, maiores vantagens no seu seguro automóvel, evite o stress ... para (quase) todos os problemas a publicidade oferece a solução ideal, por meio da imprensa, da rádio, da televisão ou em painéis publicitários de grande formato instalados na via pública.

É através da publicidade que muitos produtos conseguem atingir um valor simbólico que, na maior parte dos casos, é mais elevado que o verdadeiro valor do objecto em questão. Sob a forma de slogans (quase sempre conjugados com fotogramas), muito bem elaborados do ponto de vista psicológico, semântico e sintáctico, explica-se aos potenciais clientes as suas necessidades, para logo a seguir se lhes indicar também o caminho ou o meio de as satisfazer:

(1) Os seus olhos precisam de um «Serviço de Despertar» (CLINIQUE)

Muitas vezes, o destinatário é seduzido por meio de uma comparação com os seus ideais ou com alguma coisa proibida, não consentida a todos:

(2) Martini Metz Só para adultos

Esta função do slogan e a sua ambiguidade, quer dizer, a sua capacidade para realizar actos comunicativos simultaneamente interpessoais e intra-individuais, trouxe, nos últimos anos, o slogan – como forma de diálogo entre o que oferece um produto (o comunicador) e o potencial comprador (destinatário) – para mais próximo do horizonte de interesses da Linguística. A linguagem publicitária deixou de pertencer apenas ao domínio exclusivo dos estrategos publicitários e dos psicólogos, cujas múltiplas abordagens, visando uma clarificação do fenómeno do efeito extraordinário dos slogans sobre os potenciais compradores, foram já amplamente discutidos¹. Nos estudos mais recentes, é a componente sintáctica, lado a lado com a semântica, que cada vez mais é posta em primeiro plano.

Este artigo ocupa-se predominantemente da sintaxe dos slogans; mas, uma vez que são inevitáveis determinados paralelos com outras áreas da Linguística, como, por exemplo, com a semântica, não podem deixar de ser contemplados também.

1. O slogan na publicidade: tentativa de uma panorâmica

Na Linguística alemã, as investigações sobre o tema da linguagem publicitária iniciaram-se nos anos 60. A primeira linguista alemã a ocupar-se fundamentalmente da linguagem publicitária foi Römer (1968). A sua obra está, no entanto, na sua maior parte, ultrapassada, em virtude do carácter efémero da publicidade. Baumgart (1992) actualizou o trabalho de Römer, limitando-se no seu estudo à forma mais condensada da publicidade – os slogans. O slogan é o elemento da linguagem publicitária que, por força da sua importância para a publicidade, ocupou durante muito tempo o centro das atenções da investigação linguística neste campo. Até aos dias de hoje, o slogan constitui a base das análises sobre linguagem publicitária.

Schlinkmann-Keppler/Hanke (1973) ocuparam-se exclusivamente das estratégias e meios característicos da sintaxe dos slogans. Por sua vez, a interacção entre conteúdo e forma, a conjugação da sintaxe, da semântica e da psicologia como garante do êxito da publicidade com base no slogan, foi objecto de investigação por parte de Möckelmann/Zander (1970) e serviu de ponto de partida para muitos estudos que se lhe seguiram.

Uma análise linguística do slogan dos anos 70, que, aliás, serve de fundamento ao presente trabalho, é a de Flader (1975). Este artigo é dedicado à sin-

¹ Cfr., entre outros, Pickert, Mike, 1994 e Hantsch, Ingrid, 1975.

taxe do slogan e ao seu efeito psicodinâmico e, conseqüentemente, à relação entre comunicador e destinatário. Apoiando-se nos resultados da sua análise, Flader conclui que as 'qualidades ideais dos produtos' se podem realçar melhor através de meios sintácticos específicos, como, por exemplo, o emprego de 'frases accionais, frases caracterizantes, frases gerais' (Flader, 1975, 373). Flader vê a relação entre (a) a função da construção sintáctica da frase e (b) a dimensão do sentido frásico no facto de (a) ser a concretização linguística de (b).

Há também numerosos estudos feitos por não-linguistas sobre o tema, como, por exemplo, na ciência publicitária (cfr. Meyer, P. W./ Hermanns, A., 1981 e Pickert, M., 1994), que se ocupam de publicidade, das suas condições de produção, dos aspectos plásticos e do seu efeito. A língua só se torna aí em objecto de análise, quando se trata da questão da sua dominância e eficácia.

A Linguística portuguesa também se tem ocupado ultimamente do fenómeno da linguagem da publicidade. Um dos trabalhos mais recentes nesta área é o de Pinto (1997), dedicado à publicidade e à linguagem da publicidade como campo de manipulação sociologicamente determinado. A autora parte de que a pressão do consumo na sociedade de hoje não é só definida pela necessidade de possuir determinado produto. Antes, é a publicidade que transmite ideais socialmente estabelecidos de que o destinatário crê ou se tenta apropriar através da aquisição do respectivo produto. Pinto estuda o modo como mensagens verbais (e visuais) levam com êxito estas informações manipulatórias até ao destinatário e analisa, em especial, os meios retórico-pragmáticos de que depende o sucesso ou o insucesso da publicidade.

2. O *corpus*

O *corpus* do presente estudo é constituído por cerca de 700 slogans da publicidade portuguesa e por cerca de 650 da publicidade alemã feita em painéis e em revistas, no ano de 1998.

Na selecção dos slogans da publicidade em revistas não se fez qualquer distinção com respeito ao público-leitor interpelado e quanto à exigência intelectual das revistas.

O que em primeiro lugar mais interessou foi ter à disposição um *corpus*, o mais possível abrangente, que servisse de base à investigação, para se poderem tirar conclusões amplamente documentadas quanto à função e à estrutura sintáctica dos slogans. Mas logo se começou a verificar que nem todos os slogans

se prestavam para uma análise contrastiva, de modo que se tornou necessário o estabelecimento de critérios de selecção.

Constatou-se que – independentemente das exigências intelectuais das respectivas revistas – o volume da parte textual é variável. O resultado disso é uma fusão de slogan e de texto publicitário de tal ordem que deixa de ser possível separarem-se os slogans do contexto sem, ao mesmo tempo, lhes retirar a força enunciativa. Por isso, o critério de selecção foi que os slogans têm de ser inequivocamente identificados como tais e que tem de haver uma delimitação clara em relação ao resto do texto publicitário. Como critérios de identificação foram consideradas a extensão e a densidade da informação veiculada.

Na publicidade em painéis, é possível identificar os slogans de maneira essencialmente mais inequívoca. Isso deve-se ao facto de – por força da necessidade de tornar a publicidade dos *outdoors* mais rapidamente compreensível – a componente textual-verbal ser extraordinariamente reduzida e ser construída, na maior parte dos casos, apenas pelo slogan, pelo nome da firma ou da marca e eventualmente por algumas, poucas, indicações sobre o local onde o produto se pode adquirir. Correspondentemente alargada e de grande efeito é a parte do fotograma. E de facto há uma série de slogans da publicidade em painéis que se tornam difíceis de entender ou são incompreensíveis sem o respectivo fotograma. Mas, como este aspecto diz respeito apenas ao conteúdo e não à estrutura sintáctica, também estes slogans foram incluídos no nosso estudo.

A parte portuguesa do *corpus* integra slogans provenientes, até cerca de 70%, da publicidade em revistas e em jornais e, até 30%, da publicidade em painéis. A parte alemã foi retirada quase completamente (98%) da publicidade em revistas.

A quota-parte reduzida da publicidade dos painéis no conjunto do material analisado, pode atribuir-se às consequências da estratégia publicitária: para que a publicidade em painéis tenha um efeito sobre as massas, é necessário que seja vista por muita gente. Isso leva a uma limitação relativamente ao número dos produtos de que se faz publicidade num determinado período de tempo. Do ponto de vista das especificidades sintácticas dos slogans, não há diferenças entre a publicidade dos painéis e a das revistas, de modo que se tornou dispensável uma investigação a este propósito.

A publicidade televisiva não foi considerada para efeito de constituição do *corpus*, uma vez que a profusão de informação, tipicamente determinada por este meio de comunicação, durante a transmissão de um *spot* publicitário, não permite sempre uma delimitação clara dos slogans.

3. Metodologia

Ao proceder-se à análise e apreciação crítica dos estudos já existentes sobre o tema slogans, verificou-se que não existe qualquer esquema analítico que se possa transferir e aplicar ao presente trabalho. Uma parte dos autores² estudou a linguagem publicitária como um fenómeno complexo, sem abordar mais de perto as suas particularidades gramaticais; ou então foram considerados os aspectos sintácticos, semânticos, sociológicos e psicológicos³ na sua globalidade e nas suas influências recíprocas. Dado que este estudo tem por objectivo ocupar-se principalmente das peculiaridades sintácticas do slogan como elemento específico da linguagem publicitária, tornou-se necessário o estabelecimento de critérios de análise próprios.

Uma delimitação da sintaxe relativamente à semântica e à morfologia é uma questão problemática, pelo que não se deixam de tomar em linha de conta as especificidades semânticas e morfológicas. No entanto, elas não ocupam qualquer lugar central no estudo e, por conseguinte, ficam também em grande parte excluídas do nosso esquema de análise.

Um número considerável de slogans reveste-se da forma de frase; por essa razão, eles serão, em primeiro lugar, analisados relativamente à sua completude (ou incompletude⁴) gramatical. Em geral, considera-se como frase a mais pequena unidade da língua com que se podem exprimir ideias, pensamentos e sentimentos de uma maneira relativamente autónoma, e fechada do ponto de vista entonacional. Numa perspectiva gramatical, uma frase (completa) é constituída pelo menos por sujeito e predicado. As frases gramaticalmente completas são analisadas tendo em vista a sua forma e extensão, ao passo que as incompletas são classificadas de acordo com os membros em falta. Além disso, os slogans são comparados sob o aspecto dos membros que os constituem (cfr. Möckelmann/Zander, 1970).

No caso da existência de vários membros, procede-se à análise do tipo de coordenação – sindética ou assindética – desses diferentes membros. Em virtude das particularidades relativamente à pontuação na coordenação assindética, essa pontuação é também tomada em conta na análise.

Os resultados da análise dos slogans portugueses e alemães serão submetidos a comparação, pondo-se em evidência as diferenças mais marcantes.

A função e a eficácia dos meios gramaticais e a correlação entre sintaxe e semântica são também objecto de menção.

² Cf., por exemplo, Karmasin, Helene, 1993 e Brinkmann, Richard, 1976.

³ Cfr., por exemplo, Zielke, Achim, 1991 e Schmider, Ekkehard, 1990.

⁴ Cfr. Stave, Joachim, 1973.

4. Interpretação e comparação dos resultados da análise

Dada a natureza efémera da publicidade, os especialistas em publicidade são obrigados a procurar constantemente novos e mais eficazes métodos. Neste contexto, salta particularmente à vista que na publicidade alemã dos últimos anos se regista uma regressão no recurso a frases sintacticamente completas como slogans, em comparação com a prática de há, por exemplo, duas décadas.

Só um terço dos slogans alemães do nosso *corpus* coincide com frases completas do ponto de vista gramatical; por sua vez, uma parte significativa desse número são frases imperativas a que falta o ponto de exclamação, com o fim de se atenuar a exortação expressa por esse tipo de frase:

- (3) Fühl Dich wohl mit Efamol.
- (4) IBIZA SUN & FUN Hol' dir das Ibiza Feeling
- (5) Entdecken Sie die Kraft von Reinem Vitamin e

Na publicidade portuguesa, metade dos slogans analisados é constituída por frases gramaticalmente completas (cfr. por exemplo (6)), enquanto a outra metade são frases gramaticalmente incompletas (cfr. p. ex. (7)):

- (6) Uma boca Aquafresh fala por si
- (7) DUNE POUR HOMME O Perfume da evasão

Tal como nos slogans alemães, também nos portugueses (cfr. (8)) se verifica uma tendência para o uso do imperativo, embora de amplitude essencialmente mais reduzida que no caso dos slogans alemães:

- (8) Limpe os insectos do seu pára-brisas (Lava Vidros elf)

Tanto em relação aos slogans de uma língua como aos da outra se pode dizer que as frases completas que os formam são constituídas por sujeito, predicado e (até cerca de 90%) por um ou, no máximo, dois complementos/actantes. Trata-se predominantemente de frases principais.

As frases gramaticalmente incompletas são elipses, grupos preposicionais, grupos nominais ou sequências de adjectivos:

- (9) (LANCASTER) Mit Sauerstoff gegen die Zeichen der Zeit
- (10) BRANDY OSBORNE VETERANO stolz und sanft
- (11) BMW Pelo prazer de conduzir
- (12) Sedução na Hora certa (RODIER)

A necessidade de concentrar a informação faz da elipse a forma ideal da publicidade. O slogan torna-se numa espécie de tópico que se vem gravar na memória. Quantitativamente, não há aqui diferenças essenciais a registar na comparação da publicidade alemã com a portuguesa.

A publicidade alemã elimina sobretudo os verbos (cfr. (13), (14)), de modo que o verbo copulativo «sein» (traduzível por ‘ser, estar’) (cfr. 15) não ocorre em nenhum slogan do *corpus*, uma vez que o destinatário é capaz de o recuperar sem esforço. Esta eliminação funciona como um importante meio estilístico da actual práxis publicitária, sendo a sua função e eficácia analisados com mais pormenor no lugar correspondente. Só 35% dos slogans têm um verbo (cfr. (16)):

(13) Der leichte Tip von MIRACLE WHIP

(14) Das Erlebnis in der Sonne

(15) seba med Die Nr. 1 der medizinischen Hautpflege für empfindliche und problematische Haut

(16) RIEDEL Den Sinnen dienen!

Nos slogans portugueses, o uso de verbos também é reduzido, mas, mesmo assim, 40% desses slogans têm uma forma verbal. Em contraste com o Alemão, os verbos copulativos (neste caso «ser» e «estar») ocorrem naturalmente nos slogans.

Os estrategos publicitários alemães usam os adjectivos com parsimónia e a maior parte das vezes sob a forma de sequência sindética (cfr. (10)). O slogan apresentado no exemplo (15) representa, pela sua extensão e pela concentração de adjectivos, uma absoluta excepção entre os slogans alemães.

Comparativamente aos slogans da publicidade portuguesa, não há diferenças quantitativas dignas de nota pelo que respeita ao uso de adjectivos; mas, de modo diferente do que se passa na publicidade alemã, esses adjectivos são usados de acordo com outros pontos de vista. São na sua maior parte formas de superlativo e servem, numa forma ou noutra, para a expressão de intensificação (cfr. (17), (18)). Este tipo de estratégia publicitária mal se encontra hoje na publicidade alemã:

(17) A extrema segurança, a máxima beleza

(18) Q'ERU MAIS O nome do queijo mais querido

Um outro aspecto que também se torna notado nos actuais slogans alemães é a cumulação de substantivos (37%).

O recurso ao estilo nominal torna possível uma extrema densidade de

informação, sendo por isso que o grupo nominal (cfr. (14), (19), (20)) goza de uma popularidade cada vez maior na publicidade alemã:

(19) Renault Autos zum Leben

(20) PERSONA Verhütung in Harmonie mit dem Körper

Nos slogans portugueses, a tendência é semelhante, predominando o estilo nominal com 47% (cfr. (7), (21)):

(21) SERVIÇO DE PRIMEIRA CLASSE. PREÇO DE CLASSE EXECUTIVA

Os slogans podem ser constituídos por um, dois, três ou quatro membros/segmentos. Segundo Möckelmann/Zander (1970, 84), os slogans de dois segmentos desempenham a ‘função psico-enonómica de, num primeiro momento, criarem uma tensão e, num segundo momento, de a resolver’. A grande maioria dos slogans alemães é formada por dois e mais segmentos:

(22) Erst geht man irgendeinen Weg. Dann seinen eigenen. (Rover 2000)

Os slogans portugueses são maioritariamente bi-segmentais; o nome da marca constitui muitas vezes um dos segmentos:

(23) (Puro. Biotherm.)

(24) Água do Fastio Reserva Natural

Partindo da sua estrutura sintáctica, distinguem-se dois tipos de coordenação: a sindética (cfr (25), (26)) e a assindética ((27), (28)). Estas estruturas servem para a expressão de diferentes relações entre os estados de coisas. Os membros destas coordenações têm de ser compatíveis entre si, e são-no se apresentarem traços de solidariedade semântica:

(25) LANCÔME A TERNURA DOS LÁBIOS E A PAIXÃO DAS CORES.

(26) klein und fein und merci pur

(27) ERGO: Vier Unternehmen. Eine Strategie

(28) BELLE COLOR tão simples, tão seguro, tão natural

Tanto em Português como em Alemão, 80% dos slogans de vários membros são construções assindéticas. As sindéticas são, na maior parte, ligadas pela conjunção «e»/«und», mais raramente por outras conjunções (como, por ex., «mas»/«aber» ou «denn»). Este aspecto é válido de forma igual para os slogans portugueses e alemães.

Neste contexto, a pontuação merece também uma menção. Se, no exemplo seguinte, a conjunção «und», repetida em (26), é substituída por um sinal de pontuação, o comunicador consegue, dessa forma, um enunciado mais incisivo e conciso que corresponde à respectiva carga semântica:

(29) Überraschend. Überzeugend. Anders. (Daihatsu)

A par de recursos gramaticais e retóricos, a pontuação é assim também usada, entre outras coisas, como meio de reforço da expressão. A pontuação é, em primeiro lugar, um conjunto de sinais de articulação do discurso. Na língua escrita, eles correspondem às pausas da linguagem falada. Nos slogans alemães e portugueses, no seu todo, regista-se, em comparação com os resultados das análises dos anos 80, um aumento do uso da pontuação, sem que pontos de vista gramaticais desempenhem aí qualquer papel. A pontuação é usada conforme a intenção do enunciado: a forma apoia o conteúdo.

Mais de metade de todos os slogans alemães analisados (65%) tem um ou mais sinais de pontuação. Pontos de interrogação e de exclamação, até há vinte anos postos de lado pela publicidade por serem demasiado «ruidosos», importunos e deselegantes, são agora usados mais intensamente, embora, nos slogans alemães, não necessariamente com tanta discrição como nos portugueses, mas ligados à expressão de solicitações ou exortações. Nos slogans alemães, os nomes das marcas (comerciais) são muitas vezes separados por um ponto e por vezes também por dois pontos do resto do slogan (cfr. (30)); a maior parte das vezes ocorrem em posição inicial (cfr. (30), (31)) e mais raramente são incorporados no slogan (cfr. (32)):

(30) Focus: Fakten, Fakten, Fakten

(31) Biofax: Weniger wiegen durch weniger Wasser.

(32) L'oréal's neuer Durchbruch in der Gesichtspflege.

Um número substancial (53%) de todos os slogans portugueses analisados tem pelo menos um sinal de pontuação (cfr. (33)), enquanto menos de metade (47%) não apresenta nenhum.

Também no final dos slogans portugueses constituídos por frases gramaticalmente completas (cfr. (34)), e pelos motivos atrás referidos, não se encontra necessariamente um ponto. Pontos de exclamação e de interrogação só ocorrem em casos excepcionais. Quando, por exemplo, o slogan se reveste da forma de um par adjacente (no caso vertente, sequência de pergunta-resposta), o primeiro segmento do par (que actua como estímulo) termina com ponto de

interrogação, seguindo-se-lhe a maior parte das vezes uma «resposta-sugestão» ou conselho (35):

- (33) GALP GÁS. Vai a todas.
 (34) Dê Longa Vida ao seu bem estar
 (35) Já fez a sua pausa hoje? McDonalds⁵.

Especialmente o ponto de exclamação é sentido como marca de uma atitude decidida e categórica do respondente e é usado quase em exclusivo em conjugação com «eu» como expressão do «desejo pessoal», como possibilidade de identificação (cfr. (36)):

- (36) (Novo Polo Variant: ... Eu quero!)⁶.

O emprego de grupos de palavras, coordenados entre si sindética ou assindeticamente, tem a vantagem de assim se poder veicular muita informação de modo muito condensado e com o máximo de economia. O meio mais generalizado capaz dessa condensação é o grupo nominal (ver atrás).

Também por causa da sua concisão e precisão, a forma aberta da concepção frásica é do agrado de muitos. A incompletude da forma frásica elíptica obriga o destinatário a «pensar também». ‘Só um cuidado e um cálculo extremos é que podem, pois, fazer do slogan aquilo que ele hoje é: uma base imaginativa que, por um lado, comporta múltiplas informações, mas que, por outro, tem de oferecer suficiente espaço de manobra para desafiar o destinatário e o obrigar a colaborar’ (Möckelmann/Zander, 1970, 78).

Foi a partir desta necessidade que se desenvolveram estratégias características de uma sintaxe eficaz do slogan. Como meio estilístico adopta-se, por exemplo, a incompletude sintáctica (elipse), uma forma aberta que só permite uma completação – estruturalmente fixada e exclusivamente positiva – através do destinatário.

Com a supressão de elementos dá-se origem a espaços vazios que têm como consequência a polissemia, o que quer dizer que são possíveis várias interpretações do enunciado dos slogans. O destinatário completa o slogan publicitário e fica com a sensação de o ter co-produzido em parte, sentindo-se interpe-

⁵ Esta formulação é aparentemente uma construção (agora reactivada) paralela à da publicidade que a Toddy fazia há anos: «Já tomou o seu Toddy hoje? Todo o mundo vai tomar.»

⁶ A propósito, note-se que, ao contrário do Alemão e de outras línguas, o Português não exige sempre, como aliás o Latim, o uso expresso da(s) forma(s) de pronome pessoal sujeito, nomeadamente da 1ª.pessoa. Esse uso verifica-se em casos como (36), em que, entre outras coisas, se pretende um efeito de contraste, de focalização, de afirmação do sujeito.

lado. Este trabalho de complementação a fazer leva a uma identificação do comprador potencial com o slogan que elaborou de uma maneira aparentemente criativa e, desse modo, indirecta e naturalmente, a uma identificação com o produto. No exemplo da publicidade de *lingerie*:

(37) UMA MULHER DOS DIABOS TRIUMPH INTERNATIONAL

o leitor completa automaticamente para: uma mulher dos diabos seduz com/ usa/ compra roupa interior da Triumph.

A relação íntima entre sintaxe e semântica revela-se também em que os contrastes semânticos são reforçados pelas formas sintácticas. Os exemplos (38), (39) e (40) ostentam a estrutura sintáctica isomórfica dos slogans que, por força do paralelismo sintáctico, é responsável pelo ritmo. O «estereotipado» corresponde à tendência da publicidade para a originalidade e para ser facilmente retida em memória e favorece o «reconhecimento»:

(38) Nicht zu teuer, nur zu gut. (BORDEAUX)

(39) A extrema segurança, a máxima beleza. (PHAS)

(40) AZZARO POUR HOMME Para os homens que amam as mulheres que amam os homens.

A ideia do «efeito de reconhecimento» tem tanto sucesso na Alemanha que os peritos em publicidade têm entretanto usado alguns dos slogans mais consagrados, como, por exemplo:

(41) (VISA) Die Freiheit nehm' ich mir

para, depois de os modificarem ligeiramente, os aplicar também a outros produtos:

(42) ProSieben Die Freiheit nehm' ich mir.

O mesmo se aplica a outras expressões muito conhecidas e frequentes vezes empregadas, como, por exemplo, as instruções dos folhetos informativos dos medicamentos, transformadas em slogan:

(43) Der neue Mitsubishi Eclipse Zu Risiken und Nebenwirkungen lesen Sie die Anzeige oder fragen Sie Ihren Händler.

Não são só os slogans já existentes que são modificados, mas também dados provenientes de todos os domínios da sociedade. A única condição é que haja deles um elevado grau de conhecimento por parte do público:

(44) Flohbespierre: «Freiheit! Sanftheit! Flohlosigkeit!» (BAYER)

Na mente do receptor surge imediatamente a associação com Robespierre: «liberté, égalité, fraternité». Os efeitos de reconhecimento e de surpresa actuam aqui em conjunto e garantem o sucesso do slogan.

A criação de novas palavras que, sem o contexto, são incompreensíveis, mas que dentro dele produzem efeito por a estrutura do seu significante ser semelhante ao termo original, é um recurso de que os técnicos publicitários alemães e portugueses cada vez mais se servem. Mais uma vez:

(45) RehFLOHlution (BAYER)

e, como imagem de marca da publicidade portuguesa de cerveja:

(46) O COOLto da Frescura. (COOL BEER)

Pelo que respeita a expressões dísticas, os slogans portugueses e alemães têm na sua maior parte um comportamento neutro. Mas há, apesar disso, sobretudo em Alemão, uma série de slogans com dísticos por meio dos quais se define a relação do verdadeiro ou pretendo emissor para com o destinatário ((47), (48)). O destinatário ou é interpelado directamente ((47), (48)) ou a sua identificação terá de ser conseguida, como no exemplo (49), por intermédio do fotograma. Quer dizer, a identificação do destinatário com o modelo fotográfico deve tornar-se possível por via da forma de dativo, «mir», do pronome pessoal:

(47) Fühl dich wohl mit Efamol

(48) (Kellogg's Special) Vê-se no teu corpo.

(49) Meine FREUNDIN sagt mir alles

Há muitas informações que também não se podem obter exclusivamente a partir dos slogans. Neste sentido, o fotograma, na sua função de elemento chamativo, ajusta-se à forma concentrada do slogan, tornando-se muitas vezes também parte constitutiva imprescindível da informação, sem a qual o slogan não se compreende ou só a custo é compreensível. O efeito do slogan assenta, entre outras coisas, no gosto do destinatário por jogos linguísticos bem sucedidos ou por inesperadas associações, alusões e insinuações (51), muitas vezes conseguidas à custa de uma mudança de registo de linguagem:

(51) Passe o fim de semana com duas de 24 (Filmes Kodak).

A ambiguidade de muitos slogans e o «sentido alternativo» (Pinto 1997, 65) apresentado no respectivo fotograma corresponde aos desafios de se terem slogans publicitários sempre novos e criativos:

(52) Klassische Stücke lassen sich auch modern interpretieren, je nachdem, wie man sie trägt. (EINHORN)

Aqui aparece o London International Piano Quintett vestido com camisas e blusas (em estilo clássico) da marca EINHORN.

5. Conclusão

Os slogans, em Alemão e em Português, são breves e concisos, muitas vezes elípticos, sendo a incompletude gramatical empregada como recurso estilístico, cujo efeito se torna manifesto, entre outras coisas, ao proceder-se à análise da pontuação e em conjugação com os meios retóricos correspondentes (elipse, anacoluto, assíndeto).

As figuras retóricas têm influência na sintaxe dos slogans. A acção recíproca de conteúdo e forma é um meio estratégico da práxis publicitária que, apoiando-se na multivalência, evidencia certa polaridade da língua. A construção frásica e os meios semânticos actuam em estreita ligação. Não raro, são eliminados os verbos copulativos (entre outros, em Alemão, o verbo «sein», semanticamente vazio), e, por isso, a elisão semântica dá origem ao chamado «Hackstil» (estilo duro).

Dado que o sucesso de um produto não depende só da sua qualidade, mas da capacidade do slogan de transferir para o produto os desejos e os ideais do destinatário, é necessário adequar o conteúdo e a forma às respectivas condições sociais e até criar novos ideais e valores. Por isso, os slogans estão sujeitos a uma constante alteração, são efémeros pela forma e pelo conteúdo. Esta é também a tendência da sintaxe dos slogans que, em comparação com as análises dos anos 70 e 80, se alterou em aspectos essenciais. Do ponto de vista da estrutura frásica, os slogans portugueses e os alemães não apresentam diferenças fundamentais; estas encontram-se, antes, no plano semântico, em que a publicidade trabalha com diferentes meios, tendo em vista os seus destinatários, o seu *background* social, intelectual e cultural. O estilo nominal, muitas vezes criticado como moda dos meios de comunicação, ganhou importância também nos slogans por se prestar muito bem à concentração da informação e por ser muito económico linguisticamente. Por via do estilo nominal, o slogan transforma-se numa espécie de estereótipo de que o destinatário não se

esquece facilmente e que reconhece. Em virtude da sua estrutura sintáctica, os slogans adquirem um ritmo que ainda sublinha mais o seu aspecto estereotipado.

A publicidade feita com slogans resulta, na sua complexidade, da acção recíproca do conteúdo e forma, cuja conformidade é, por sua vez, responsável pelo sucesso ou insucesso de um slogan. Nesta medida, a sintaxe não pode ser vista como separada do contexto morfo-semântico, cuja dependência sociológica representa a maior diferença entre a publicidade alemã e a portuguesa. A actual publicidade portuguesa feita com slogans segue as tendências das estratégias publicitárias alemãs dos anos passados – o que se mostrou com base numa comparação com análises respeitantes aos slogans alemães dos fins dos anos 80 e dos princípios da década de 90. Mas no conjunto torna-se evidente uma cada vez maior aproximação às actuais estratégias alemãs por parte da publicidade portuguesa com slogans, condicionada provavelmente pela publicidade dos produtos em toda a Europa e por uma orientação pelas tendências da estratégia publicitária de outros países.

Bibliografia

- BAUMGART, Manuela (1992) – *Die Sprache der Anzeigenwerbung. Eine linguistische Analyse aktueller Werbeslogans*. Heidelberg: Physica.
- BRINKMANN, Richard (1976) – «Werbesprache». In: *Linguistica* 10, pp. 21-46.
- FLADER, Dieter (1975) – «Pragmatische Aspekte von Werbeslogans». In: Wunderlich, D. (Hrsg.): *Linguistische Pragmatik*. Wiesbaden: Athenaion, pp.341-376.
- HANTSCH, Ingrid (1975) – «Textformanten und Vertextungsstrategien von Werbetexten. Ein systematisches Analyse-repertoire». In: *Wissenschaftliche Zeitschrift der Universität Rostock* 18, pp. 257-305.
- KARMASIN, Helene (1993) – *Produkte als Botschaften. Was macht Produkte einzigartig und unverwechselbar? Die Dynamik der Bedürfnisse und die Wünsche der Konsumenten. Die Umsetzung in Produkt – und Werbekonzeption*. Wien: Überreuter.
- MEYER, Paul W.; HERMANN, Arnold (1981) – *Theorie der Wirtschaftswerbung. Ein Beitrag zum Wissenschafts-Praxis-Transfer*. Stuttgart u.a.: Kohlhammer.
- MÖCKELMANN, Jochen; ZANDER, Sönke (1970) – *Form und Funktion der Werbeslogans. Untersuchung der Sprache und werbepsychologischen Methoden in den Slogans*. Göppingen: Kümmerle.
- PICKERT, Mike (1994) – *Die Konzeption der Werbung. Determinanten, Strategien, Kommunikués*. (= Heidelberger Fachbücher für Praxis und Studium). Heidelberg / Zürich: Sauer / Industrielle Organisation.
- PINTO, Alexandra Guedes (1997) – *Publicidade: Um Discurso de Sedução*. Porto: Porto Editora.
- RÖMER, Ruth (1968, 1980) – *Die Sprache der Anzeigenwerbung*. Düsseldorf: Schwann.
- SCHLINKMANN-KEPPLER, Brigitte; HANKE, Ferdinand (1973) – «Die Syntax der konzipierten Sprache in der kommerziellen Werbesprache». In: Wackernagel-Jolles, B.S. (Hrsg.): *Aspekte*

- der gesprochenen Sprache. Deskriptions- und Quantifizierungsprobleme.* Göppingen: Kümmerle, pp. 257-305.
- SCHMIDER, Ekkehard (1990) – *Werbedeutsch in Ost und West. Die Sprache der Konsumwerbung in beiden Teilen Deutschlands – ein Vergleich.* Berlin: Spitz.
- STAVE, Joachim (1973) – «Bemerkungen über den unvollständigen Satz in der Sprache der Werbung». In: *Muttersprache* 83, pp. 210-224.
- ZIELKE, Achim (1991) – *Beispiellos ist beispielhaft oder: Überlegungen zur Analyse und zur Kreation des kommunikativen Codes von Werbebotschaften in Zeitungs – und Zeitschriftenanzeigen.* (= Reihe Medienwissenschaft 5). Pfaffenweiler: Centaurus.

TERMOS DE ESPÉCIE E TIPOS DE PREDICADOS

Fátima Oliveira e Luís Filipe Cunha
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Centro de Linguística da Universidade do Porto
foliveir@netcabo.pt
l.f.cunha@netcabo.pt

Tendo em conta que há dois grandes tipos de frases genéricas, as que se constituem em função de um nominal de espécie e aquelas em que se processa uma generalização sobre indivíduos ou sobre eventos, o objectivo fundamental deste trabalho é o de analisar sob que condições um nominal se constitui como termo de espécie em português europeu, dado que nada na sua estrutura indicia tal leitura.

Uma das questões mais interessantes que se nos colocam quando observamos o comportamento linguístico de nominais que, de alguma forma, manifestam a capacidade de receber uma leitura de espécie prende-se com as restrições a que uma tal leitura parece estar sujeita. Nesta medida, poderíamos dizer, de acordo com Kratzer (1995), que uma leitura de espécie somente será admissível no contexto de predicados de indivíduo, distinguindo-se das frases genéricas caracterizadoras construídas a partir de predicados de estádio¹ aos quais é atribuído um argumento eventivo sobre o qual se opera a generalização.

No entanto, há frases genéricas que manifestam um comportamento com evidentes pontos de contacto com o dos predicados de estádio e que atribuem uma leitura de espécie aos nominais que os integram. Os exemplos (1) e (2) ilustram eventos singulares considerados suficientemente relevantes para se

¹ Tradicionalmente este tipo de predicados tem sido designado como de «fase». No entanto, optámos aqui pela utilização do termo «estádio», na medida em que desejamos evitar ambiguidades no que toca à questão da diferenciação entre estados [\pm «faseáveis»] e estados de indivíduo / «estádio». De facto, na sequência de trabalhos como o de Cunha (1998), postulamos a distinção entre a noção de «fase», que entendemos como um período aspectualmente relevante de uma eventualidade (cf. as componentes do Núcleo Aspectual de Moens (1987)), do conceito de «estádio», que remete somente para um período espacio-temporalmente delimitado de um indivíduo, independente do tipo de situação em que este se encontra envolvido. Por outras palavras, «fase» designa uma realidade eminentemente aspectual enquanto «estádio» parece pertencer preferencialmente ao domínio da temporalidade.

aplicarem à totalidade da espécie e (3) exemplifica um estado formado a partir de várias ocorrências temporalmente diferenciadas.

- (1) O homem (= a espécie humana) chegou à Lua em 1969. (leitura de espécie)
- (2) Bell inventou o telefone. (leitura de espécie)
- (3) O(s) lobo(s) está/estão em vias de extinção. (leitura de espécie)

Assim, a hipótese de tratamento que aqui propomos baseia-se na ideia de que se estabelece, pelo menos até certo ponto, uma dialéctica ou interacção recíproca entre o predicado e as expressões de carácter nominal com valor de espécie que o acompanham: os predicados de indivíduo fornecem as condições indispensáveis para uma leitura de espécie dos nominais que os integram e estes, por sua vez, poderão, em circunstâncias apropriadas, desencadear certas alterações nas características básicas das configurações em que ocorrem, conferindo-lhes traços de predicados de indivíduo, requisito necessário para que uma leitura de espécie possa vir a ser licenciada.

Assim, abordaremos em primeiro lugar os diferentes tipos de frases genéricas, em particular as que se constituem com termos de espécie e as frases caracterizadoras; a seguir apresenta-se uma breve caracterização de nominais como termos de espécie, quer em posição de sujeito, quer de objecto directo; seguidamente discute-se a articulação entre termos de espécie e contextos de ocorrência, nomeadamente a diferença entre leitura de espécie e leitura existencial e também entre predicados de indivíduo e de estádio; depois da discussão de duas propostas sobre a articulação entre termos de espécie e tipo de predicado, apresentam-se alguns dados para uma revisão dessas propostas; por último, apresentam-se algumas questões para uma explicação de casos excepcionais.

1. Tipos de frases genéricas

A partir de pelo menos Krifka et al. (1995) considera-se que a genericidade se pode veicular através de dois grandes tipos de frases: as que se constituem com um termo de espécie e as frases caracterizadoras. No primeiro caso, a genericidade advém do termo de espécie mas no segundo caso é necessário um operador genérico (GN) que permita generalizar sobre situações (tipicamente eventos, mas também estados faseáveis²) ou sobre indivíduos, contribuindo toda a frase para a construção genérica. As frases (4)-(8) ilus-

² Sobre a noção de «estado faseável», veja-se Cunha, 1998.

tram frases genéricas em que a primeira apresenta um termo de espécie e a segunda e a terceira são frases genéricas caracterizadoras construídas com um evento (*fumar*) e com um estado faseável (*ser simpática*). Em (7) e (8) apresentam-se as versões em português europeu de uma frase ambígua em inglês³.

- (4) Os gnus são herbívoros.
- (5) A Maria fuma quando chega a casa.
- (6) A Maria é simpática quando a vida lhe corre bem.
- (7) Os tufões aparecem nesta parte do Pacífico.
- (8) Aparecem tufões nesta parte do Pacífico.

Em (5'), (7') e (8') apresentam-se as respectivas formalizações das frases genéricas correspondentes, utilizando uma estrutura tripartida⁴.

- (5') GN [x, s;] (x = Maria & x chega a casa em s; x fuma em s)
- (7') GN [x, y] (x são tufões; y é esta parte do Pacífico & x aparece em y)
- (8') GN [x,y] (x é esta parte do Pacífico; y são tufões & y aparecem em x)
= GN [x;] (x é esta parte do Pacífico; \exists y [y são tufões & y aparecem em x])

A frase (5) constitui um exemplo típico de uma frase genérica caracterizadora na medida em que vários elementos contribuem para uma tal leitura, como seja o aspecto habitual e a existência de uma variável não ligada, 's'. Com efeito, para que a generalização ocorra é necessário haver, pelo menos, uma variável que não esteja explicitamente ligada a um objecto particular. Se isto não acontecer, só se afirma que um objecto particular (tal como descrito pelo restritor) tem uma certa propriedade (tal como descrita na matriz) e não há generalização.

Embora na frase (5) a oração temporal seja crucial para fornecer essa variável, a ocorrência de uma tal construção não é por si só suficiente para obter uma leitura genérica uma vez que o tipo de predicado é de grande relevância. O contraste de aceitabilidade nos exemplos (9) e (10) advém exactamente de *ser preta* ser aspectualmente um estado e *miar* ser um evento permitindo que 's' varie sobre todas as situações em que *a Tareca mia*:

³ A frase em questão é a seguinte: «Hurricanes arise in this part of the Pacific». A sua importância advém de ter suscitado, pela sua ambiguidade, uma reformulação por parte de Carlson, 1989 relativamente à sua análise anterior (Carlson, 1977), propondo que o operador GN (genérico) deve ser binário. As duas versões em português revelam algumas questões interessantes, como seja a explicitação ou não do artigo ou a diferente ordem de palavras, evidenciando que estas frases estão na zona de interface sintaxe-semântica (cf. Oliveira, 1998).

⁴ Tal estrutura tem a forma Q[A][B] em que A é o restritor e B o seu escopo nuclear (ou matriz). Para um desenvolvimento, veja-se, entre outros, Lewis, 1975 e Krifka et al., 1995.

- (9) ?? A Tareca é fértil quando é preta.
 (9') GN [x;] (x =Tareca & x é preta; x é fértil)
 (10) A Tareca tem fome quando mia.
 (10') GN [x, s;] (x 0 Tareca & x mia em s; x tem fome em s)

Como a generalização não se pode fazer sobre uma só ocorrência de uma situação e esta tem de ser delimitada para poder ser contada, isto é, ocorrer várias vezes, os estados não parecem ser bons candidatos para a construção de frases caracterizadoras uma vez que não são delimitados por natureza e não apresentam qualquer estrutura interna⁵. Por isso Kratzer (1995) defende que um predicado estativo não fornece uma variável de situação e De Swart (1991) considera que, mesmo quando há uma variável de situação, a frase pode ser inaceitável, se o evento for único:

- (11) ?? Usualmente, a Maria está triste quando o Pantufa morre.

Depois destas breves observações, podemos desde já considerar que o tipo de predicado é de grande relevância para a construção de frases genéricas caracterizadoras.

2. Caracterização de nominais como termos de espécie

Contrariamente ao que acontece noutras línguas, em português europeu não há um tipo particular de nominal para a leitura de espécie. Assim, uma das hipóteses que se pode colocar é a de que também a frase pode contribuir para tal leitura e muito em particular o tipo de predicado.

Nessa medida, convém num primeiro momento explicitar de forma breve os contextos e as construções em que é possível atribuir uma leitura de espécie a um nominal, quer considerando a distinção entre predicados de espécie, de indivíduo e de estádio, quer considerando diferentes determinantes.

2.1 *Nominais em posição de Sujeito*

Consideramos em primeiro os nomes contáveis, com artigo definido tanto no singular como no plural⁶. Em (12) e (13) obtém-se uma leitura de espécie

⁵ Note-se que esta observação é demasiado abrangente uma vez que é possível construir frases genéricas caracterizadoras com «estados faseáveis».

⁶ Não se apresentam aqui exemplos com massivos em virtude de as suas leituras serem semelhantes às dos contáveis, com a excepção de que aqueles só podem comparecer no singular morfológico.

do nominal em posição de sujeito em virtude de no primeiro dos exemplos estar presente um predicado de espécie (*estar em vias de extinção*) e no segundo haver um predicado de indivíduo (*ser inteligente*). No exemplo (14), a leitura só pode ser episódica em virtude de o predicado ser de estádio.

(12) A baleia está / as baleias estão em vias de extinção.

(13) A baleia é inteligente / as baleias são inteligentes.

(14) #A baleia está / as baleias estão na baía⁷.

Em segundo lugar, veja-se a ocorrência destes nomes com artigo indefinido. Em (15) a leitura possível só pode ser a taxinômica (ou também chamada de subespécie), pois a combinação de um predicado de espécie com um indefinido só admite, nos casos em que tal é possível, a leitura de subespécie da espécie em consideração. A frase exemplificada em (16), com um predicado de indivíduo, parece muito pouco natural e em (17) temos uma leitura episódica em virtude de ocorrer um predicado de estádio⁸.

(15) Uma baleia está em vias de extinção.

(16) ?? Uma baleia é inteligente.

(17) # Uma baleia está na baía.

Por fim, vejamos alguns casos especiais de nomes simples, quer contáveis no singular ou no plural, quer ainda massivos. Trata-se de casos excepcionais em que, apesar do seu interesse do ponto de vista semântico e também sintático, não apresentam leitura de espécie em posição de sujeito⁹. Assim, os nomes simples contáveis no singular não podem ocorrer a não ser com modificação como em (18), mas neste caso não se trata de leitura de espécie mas antes de uma frase caracterizadora cuja leitura pode ser parafraseada por «se a criança é pequena, então faz asneiras». Porém, em contexto definitório, como em (19), um nome simples contável pode ocorrer em posição de sujeito¹⁰.

(18) Criança pequena faz asneiras. (Duarte et al., 1998)

(19) (O que é baleia?) Baleia é um mamífero que vive no mar.

⁷ Utiliza-se o sinal '#' nos casos em que a frase, sendo bem formada, não apresenta a leitura relevante, em particular, um termo de espécie.

⁸ Note-se que é possível obter frases genéricas com indefinidos em posição de sujeito como «Uma baleia come 500 quilos de alimento por dia». No entanto, tratando-se de uma frase caracterizadora, a leitura do nominal como termo de espécie é discutível.

⁹ Para um desenvolvimento desta questão do ponto de vista semântico, veja-se Oliveira, 1998 e Müller e Oliveira, 2002.

¹⁰ De acordo com Kleiber, 1990, trata-se da noção ou do conceito, no caso concreto, de *baleia*.

Quanto aos nomes simples contáveis no plural, verificamos que podem ocorrer em contexto definitório, (20), tal como no singular, mas em contexto de predicado de espécie, (21), ou de indivíduo, (22), parecem pouco ou mesmo nada aceitáveis. Só (23), construído com um predicado de estádio não levanta quaisquer problemas, embora exiba uma leitura episódica.

(20) Baleias são mamíferos de grandes dimensões.

(21) ??Elefantes estão extintos.

(22) * Elefantes são inteligentes.

(23) Elefantes comeram a erva do parque.

Os nomes simples massivos parecem também poder ocorrer em contexto definitório e apresentam pouca aceitabilidade em contexto de predicado de espécie, tal como os contáveis no plural.

(24) Ouro é um metal precioso.

(25) ?? Ouro é raro (em Portugal). (predicado de espécie).

2.2. *Nominais em posição de Objecto Directo*

Nesta posição podemos encontrar alguns casos de leitura de espécie com artigo definido quer com nomes contáveis no singular, quer ainda com massivos em associação com predicados de espécie eventivos, como é o caso de *inventar*. Com indefinidos, só a leitura taxinómica parece ser aceitável, como se pode ver em (28):

(26) Bell inventou o telefone / ??os telefones.

(27) Os gregos inventaram o vinho.

(28) X inventou um chip.

Quanto aos nomes simples contáveis e também massivos, podemos dizer que, em português europeu, admitem excepcionalmente uma leitura de espécie em contextos muito particulares, distinguindo-se neste aspecto das outras línguas românicas que, como o italiano e o espanhol, admitem nomes simples em outras construções.

Convém, no entanto, referir que, em português europeu, nomes simples contáveis no plural e massivos são aceitáveis quando governados por um núcleo lexical e nomes simples sem número não o são, tal como se pode ver nos exemplos seguintes:

(29) A Maria comeu bolachas / sopa.

(30) *A Maria comeu bolacha.

Assim, a excepcionalidade do português europeu reside na possibilidade de obter uma leitura de espécie de nomes simples contáveis no plural e também massivos associados a predicados estativos (disposicionais) de indivíduo, como em (31)-(34). O exemplo (33) parece constituir uma excepção ao que acaba de ser dito comparativamente com (34). No entanto, o referido exemplo é aceitável uma vez que se operou uma mudança de tipo de nome, deixando *coelho*, neste contexto, de ser um nome contável para passar a ser um nome massivo.

(31) Ela adora gatos (siameses).

(32) Ele adora café / chá.

(33) Ele detesta coelho.

(34) * Ele detesta gato.

Do que atrás foi dito pode concluir-se que os sintagmas com leitura de espécie ocorrem preferencialmente com definidos, quer no singular (contáveis e massivos), quer no plural (contáveis). Com indefinidos a leitura de espécie parece ser a taxinómica e com nomes simples não manifestam leitura de espécie a não ser em posição de Objecto Directo com certos estativos, como se viu acima.

Com efeito, em posição de Sujeito pré-verbal nomes simples, massivos e contáveis no plural, podem ocorrer, modificados ou não, com leitura genérica em contextos adequados¹¹ ou com leitura existencial, mas não apresentam leitura de espécie, como se pode observar nos exemplos (35)-(37) em que este último tem leitura existencial.

(35) Leite (magro) faz bem à saúde.

(36) Baleias (brancas) invadem a baía frequentemente.

(37) Baleias (brancas) invadiram a baía.

Assim, a discussão sobre a articulação entre termos de espécie e tipos de predicados, que a seguir se apresenta, vai incidir fundamentalmente sobre os sintagmas com definido, quer singular, quer plural.

3. Termos de Espécie e contextos de ocorrência

Em virtude de podermos considerar que espécies são regularidades que ocorrem na natureza (ou no mundo) cujas manifestações espaço-temporais

¹¹ Esses contextos são em especial predicados caracterizadores, o aspecto habitual e advérbios de quantificação como *sempre*, *frequentemente*.

são tipicamente ‘descontínuas’, podemos também dizer que a cada propriedade natural (como *ser leão*) corresponde uma espécie e para cada espécie natural haverá uma correspondente propriedade (a de pertencer a essa espécie).

Porém, o que conta como espécie não é directamente estabelecido pela gramática, mas pelo conhecimento partilhado¹². Por isso varia, até certo ponto, com o contexto.

Assim, o objectivo central dos pontos seguintes consiste em determinar os contextos que licenciam uma leitura de espécie para uma expressão nominal (com definido singular e plural).

3.1. *Leitura de Espécie versus Leitura Existencial*

Uma das questões mais interessantes que se nos colocam quando observamos o comportamento linguístico de sintagmas que, de alguma forma, manifestam a capacidade de receber uma interpretação de espécie prende-se com as restrições a que uma tal leitura parece estar sujeita. Com efeito, se a interpretação existencial dos referidos sintagmas não levanta grandes problemas, pelo menos quando lidamos com indivíduos ou grupos, na medida em que se afigura perfeitamente acessível em praticamente todos os seus contextos de ocorrência, à excepção dos designados predicados de espécie (cf. (38)-(43)), já a leitura de espécie está confinada a determinadas configurações particulares ((44)-(49)).

(38) O(s) lobo(s) comeu/comeram o veado.

(39) O(s) lobo(s) saltou/saltaram.

(40) O(s) lobo(s) atravessou/atravessaram o rio.

(41) O(s) lobo(s) é/são grande(s).

(42) O(s) lobo(s) é/são assustador(es).

(43) O(s) lobo(s) habitou/habitaram esta região (antes de ter(em) ido para as montanhas).

(44) # O(s) lobo(s) comeu/comeram o veado¹³.

(45) # O(s) lobo(s) saltou/saltaram.

(46) # O(s) lobo(s) atravessou/atravessaram o rio.

(47) O(s) lobo(s) é/são grande(s).

(48) O(s) lobo(s) é/são assustador(es).

(49) O(s) lobo(s) habitou/habitaram esta região (antes de ter(em) ido para as montanhas).

¹² Veja-se a este respeito Krifka et al., 1995 ou Chierchia, 1998.

¹³ Embora nem todos os «nomes de espécie» sejam identificáveis com entidades da natureza como animais e plantas, com taxinomias perfeitamente delimitadas, optámos por iniciar a nossa exposição utilizando um desses exemplos, com o objectivo de facilitar a distinção entre leitura existencial e leitura de espécie. De facto, esta última poderá ser obtida através da substituição da expressão nominal pela designação científica correspondente (no presente caso *Canis lupus*).

À primeira vista, poderíamos supor que uma leitura de espécie se encontra intimamente ligada ao carácter estativo das predicacões envolvidas: nesse sentido, tal leitura estaria exclusivamente confinada a contextos estativos. Os dados que apresentam sintagmas definidos com potencial de espécie em posição de Objecto Directo parecem apontar na mesma direcção:

- (50) # O Pedro avistou o(s) lobo(s). (leitura de espécie)
- (51) # A Maria prendeu o(s) lobo(s). (leitura de espécie)
- (52) O Pedro adora o(s) lobo(s). (leitura de espécie)
- (53) A Maria teme o(s) lobo(s). (leitura de espécie)

No entanto, a hipótese aqui sugerida enfrenta obstáculos difíceis de superar. Nomeadamente, existem estados, como os dos exemplos (54)-(56), em que uma leitura de espécie dos sintagmas definidos é totalmente excluída, tal como sucede com a grande maioria dos eventos.

- (54) # O(s) lobo(s) está/estão deitado(s). (leitura de espécie)
- (55) # O(s) lobo(s) está/estão faminto(s). (leitura de espécie)
- (56) # O(s) lobo(s) teve/tiveram febre. (leitura de espécie)

Verificamos, pois, que a presença de uma predicacão estativa não é condição suficiente para o licenciamento da leitura de espécie. Quais serão, nesse caso, as propriedades semânticas que propiciam uma tal leitura? É o que procuraremos investigar em seguida.

3.2. *Predicados de Indivíduo versus Predicados de Estádio*

Dados como os apresentados em (54)-(56) sugerem que os designados estados de estádio se comportam, basicamente, como os eventos, no sentido em que não parecem acomodar uma leitura de espécie para as descrições definidas que neles participam. Tal facto poderá servir-nos como ponto de partida para a elaboração de uma nova hipótese de explicação para o problema que nos tem vindo a ocupar aqui.

Na esteira de Carlson (1977), que defende que a distinção entre predicados de indivíduo e predicados de estádio estará na origem das divergências, ao nível da interpretação, que surpreendemos no seio dos «meros plurais»¹⁴ – nomeadamente, que uma leitura existencial se encontra indissociavelmente ligada a predicados de estádio, ao passo que uma leitura «genérica» é despo-

¹⁴ «Meros plurais» é uma expressão que traduz «bare plural». No entanto, é também comum na literatura utilizar-se «nomes simples».

letada por predicados de indivíduo –, proporemos que uma tal divisão comporta importantes consequências no que respeita ao estabelecimento de uma leitura de espécie com sintagmas definidos.

Antes, porém, de prosseguirmos esta linha de análise, importa dar, ainda que brevemente, algumas indicações acerca da distinção de que nos iremos ocupar.

Os predicados de indivíduo poderão ser encarados como aqueles que directamente caracterizam uma entidade, descrevendo as propriedades que lhe são «permanentes» ou «intrínsecas». Os predicados de estádio, pelo contrário, apenas dão conta de especificidades que se relacionam com «porções» espaço-temporalmente delimitadas de um indivíduo, o que significa que, tipicamente, revelam um carácter, por assim dizer, mais «temporário».

Uma definição como esta vai acarretar, naturalmente, consequências importantes ao nível do comportamento linguístico ostentado por cada uma das classes propostas. Dado que os estados de indivíduo caracterizam directamente uma entidade, eles irão revelar algumas incompatibilidades com determinados adverbiais temporais de duração e de localização, sendo, por outro lado, praticamente impossível quantificá-los por meio de expressões como *sempre que*. Os predicados de estádio, pelo contrário, não manifestam quaisquer restrições combinatórias com adverbiais de duração e de localização temporal, podendo ser facilmente quantificados e ocorrendo, sem grandes dificuldades, no contexto de adverbiais de localização temporal estrita (pontuais), ocasionando uma interpretação de inclusão destes no tempo em que decorrem. Finalmente, predicados manifestamente de estádio parecem ser de todo impossíveis sob o escopo do operador aspectual *passar a*, ao contrário do que sucede com os predicados de indivíduo. Observe-se o contraste entre os dois grupos de exemplos seguintes:

- (57) * O João foi alto na semana passada.
- (58) * Sempre que o João é alto, inscreve-se na equipa de basketball.
- (59) * O João foi/era alto às duas da tarde.
- (60) O João passou a ser alto (desde que foi para a praia todos os Verões).

- (61) A Maria esteve doente na semana passada.
- (62) Sempre que a Maria está doente, toma chá de limão com mel.
- (63) A Maria esteve/estava doente às duas da manhã.
- (64) * A Maria passou a estar doente. (leitura não habitual)

Tal como, segundo Carlson (1977), os predicados de indivíduo induzem leituras «genéricas» aos meros plurais, poderíamos sugerir que a referida classe favorece ou permite uma leitura de espécie para os sintagmas definidos,

tanto em posição de Sujeito quanto de Objecto Directo. Ou seja, diríamos que uma leitura de espécie somente será admissível no contexto de predicados de indivíduo, embora não excluindo interpretações existenciais das configurações em causa, como, por exemplo, em «O miúdo é alto».

Uma abordagem deste género parece ter a seu favor um conjunto significativo de factos linguísticos, dos quais destacaremos apenas três: a. as construções habituais; b. a distinção entre *ser* e *estar*; c. a diferença entre estados «faseáveis» e não «faseáveis».

Se admitirmos, como os exemplos que se seguem deixam transparecer, que as frases de cariz habitual se comportam como verdadeiros predicados de indivíduo (nomeadamente, apresentam restrições quanto à combinação com adverbiais de mera localização temporal como em (65) e (68); resistem à quantificação por expressões como *sempre que* como em (66) e (69) e submetem-se, sem problemas, ao escopo do operador *passar a* como em (67) e (70)), não será de estranhar que suportem uma leitura de espécie para sintagmas definidos, tal como é ilustrado por (71)-(73):

(65) * Ontem, o João ia ao cinema habitualmente.

(66) * Sempre que o João ia ao cinema habitualmente, atrasava os seus trabalhos.

(67) O João passou a ir ao cinema habitualmente.

(68) * Ontem, a Maria escrevia artigos frequentemente.

(69) * Sempre que a Maria escrevia artigos frequentemente, ficava famosa.

(70) A Maria passou a escrever artigos frequentemente.

(71) A(s) águia(s) faz(em) os ninhos nas montanhas. (leitura de espécie)

(72) O(s) lobo(s) caça(m) javalis. (leitura de espécie)

(73) O(s) mamute(s) comia(m) erva. (leitura de espécie)

As frases não habituais correlativas, na medida em que descrevem simples eventos, correspondendo a predicados de estádio, não parecem tolerar a leitura de espécie aqui patenteada. Com efeito, as inferências obtidas entre os dois tipos de estruturas são bem diferentes, corroborando o que acabámos de afirmar: se uma frase não habitual como «As águias fizeram o ninho nas montanhas» pode, sob um certo ponto de vista, ser parafraseada por «As aves fizeram o ninho nas montanhas», já a construção habitual correspondente ostentando uma leitura de espécie (ou seja, «As águias fazem o ninho nas montanhas») não é de todo equiparável a «As aves fazem o ninho nas montanhas», demonstrando que existem divergências muito significativas em termos do estatuto semântico do sintagma em posição de sujeito. Em particular, diremos que um SN que ostente uma leitura meramente existencial pode ser substituído, nos contextos relevantes, pelos seus hiperónimos sem que se verifique uma considerável alteração do significado; pelo contrário,

um SN com valor de espécie não se encontra sujeito a este tipo de monotonicidade¹⁵.

Em segundo lugar consideremos a distinção entre *ser* e *estar* em construções de tipo predicativo que, como veremos, parecem apoiar a análise aqui desenvolvida. Tradicionalmente tem sido defendido que as configurações com *ser* descrevem predicados de indivíduo, enquanto as que integram *estar* veiculam predicados de estádio. Se uma tal assumpção está correcta, isso significa que, tipicamente, apenas as estruturas com *ser* permitem uma interpretação de espécie para os sintagmas envolvidos. Os exemplos que a seguir indicamos apontam nesse sentido:

- (74) Os gnus são herbívoros.
- (75) As baleias são pacíficas.
- (76) Os elefantes são fortes.
- (77) # Os gnus estão deitados.
- (78) # As baleias estão pacíficas.
- (79) # Os elefantes estão fortes.

Um último argumento em favor das propostas que temos vindo a defender prende-se com o comportamento linguístico dos designados estados «faseáveis». Quando revelam plenamente o seu cariz estativo, estas estruturas permitem, sem dificuldades, uma leitura de espécie para os SNs que as integram; se, pelo contrário, sofrem comutações na Rede Aspectual que as obrigam a alterar a sua configuração temporal interna para a que caracteriza os processos, apenas uma leitura existencial se encontra disponível. Vejam-se os exemplos (82)-(84) em que, através da aplicação do operador de Progressivo ou da integração em orações temporais introduzidas por *quando*, se evidencia a impossibilidade de uma leitura de espécie¹⁶.

- (80) O(s) lobo(s) é/são agressivo(s).
- (81) O(s) coelho(s) é/são guloso(s).
- (82) # O(s) lobo(s) está/estão a ser agressivo(s). (leitura de espécie)

¹⁵ Esta generalização parece estender-se também aos casos em que a habitualidade não está envolvida. Comparem-se os seguintes exemplos:

- (i) Os gatos estão deitados a descansar. (leitura existencial)
- (ii) Os felinos estão deitados a descansar. (leitura existencial)
- (iii) Os gatos são mansos. (leitura de espécie)
- (iv) Os felinos são mansos. (leitura de espécie)

Se é certo que (ii) pode parafrasear (i), já (iv) não parece equivaler a (iii). Ou seja, nos casos sob análise, a equivalência de significação na monotonicidade crescente apenas se aplica à leitura existencial.

¹⁶ A construção progressiva ou o recurso a orações temporais constituem alguns dos critérios que permitem distinguir estados faseáveis de não faseáveis. Estes últimos não ocorrem em tais contextos.

- (83) # O(s) coelho(s) está/estão a ser guloso(s). (leitura de espécie)
(84) # Quando os cães os atacaram, os lobos foram agressivos. (leitura de espécie)
(85) # Quando viram o monte de cenouras, os coelhos foram gulosos (e por isso caíram na armadilha). (leitura de espécie)

Propostas como as desenvolvidas por Kratzer (1995) parecem, pelo menos até certo ponto, ser adequadas para descrever este tipo de comportamentos. Com efeito, a ideia de que os predicados de estádio, contrariamente aos de indivíduo, ostentam um argumento adicional para a localização espácio-temporal poderá ser muito útil no que diz respeito à explicação para os padrões distribucionais dos nomes de espécie. Vejamos em que medida.

Sempre que o operador de genericidade se aplica a predicados de estádio, ele integrará o argumento espácio-temporal que obrigatoriamente os acompanha no seu escopo, dando origem a frases caracterizadoras (i.e., quantificando sobre a predicação em si mesma). Pelo contrário, quando o operador de genericidade se combina com predicados de indivíduo, os únicos argumentos disponíveis para «preencherem» o seu domínio de aplicação serão os nominais presentes na frase, obtendo-se, assim, a leitura de espécie característica destes contextos.

A teorização de Kratzer (1995) parece explicar, de forma adequada, a razão pela qual não é possível encontrar nominais com uma leitura de espécie no contexto de eventos e de estados de estádio: na medida em que tais predicções integram um argumento de natureza espácio-temporal, este será o único candidato disponível para a aplicação do operador de genericidade. Somente nos casos em que a referida posição argumental se encontra ausente, i.e., com predicados de indivíduo, é que os nominais estarão em condições de ocorrer sob o escopo do operador de genericidade, obtendo uma leitura de espécie.

Se é certo que a abordagem que aqui temos vindo a expor não oferece quaisquer problemas à análise de predicções básicas, já a acomodação dos factos manifestados por parte de certas estruturas derivadas (nomeadamente no que concerne aos estados habituais) requer uma revisão das assumpções adoptadas. Na verdade, tais construções, porque derivadas a partir de eventos, comportam, necessariamente, um argumento espácio-temporal. Dado que nos encontramos perante frases caracterizadoras, tal argumento estará sob o escopo de um operador de genericidade. O que se torna mais interessante, porém, é que, nestes casos, se afigura possível inserir um outro operador de quantificação genérica aplicado a nominais com um potencial de leitura de espécie. Comparem-se as seguintes frases:

- (86) (Gosto muito destas águias que passam por aqui ao fim da tarde.) As águias fazem os ninhos nas montanhas (e descem para os campos junto ao rio à procura de alimento). (leitura existencial)

(87) (Porque precisam de defender as crias contra os predadores), as águias fazem os ninhos nas montanhas. (leitura de espécie)

Tanto em (86) quanto em (87) estamos perante frases caracterizadoras, o que significa, em última instância, que um operador de genericidade actua sobre eventos por forma a conferir-lhes um valor de habitualidade. Em (87), porém, confrontamo-nos adicionalmente com um sintagma ostentando uma leitura de espécie, o que nos leva a acreditar que um outro operador de genericidade, neste caso directamente aplicado ao indivíduo descrito pela expressão nominal, tem que estar presente. Ora, uma proposta como a de Kratzer não parece poder prever a integração, numa mesma frase, de dois operadores de quantificação genérica, um associado ao argumento espacio-temporal e o outro a um nominal (atribuindo-lhe uma interpretação de espécie). Se, pelo contrário, assumirmos que a presença de um predicado de indivíduo, seja qual for a sua constituição interna, é suficiente para licenciar uma leitura de espécie, exemplos como (87) deixarão de ser problemáticos: independentemente da presença de um argumento espacio-temporal, as frases habituais comportam-se como estados de indivíduo, o que será suficiente para a admissão de um sintagma com leitura de espécie¹⁷.

A distribuição dos nominais com um valor de espécie levanta, contudo, dificuldades ainda mais complexas, que nenhuma das propostas até aqui desenvolvidas está em condições de solucionar. Na próxima secção deste trabalho procuraremos reflectir um pouco sobre elas, bem como sobre algumas pistas que nos conduzam à sua resolução.

4. Dados para uma revisão da proposta apresentada

A hipótese de trabalho que temos vindo a prosseguir ao longo da presente secção não está, de modo algum, isenta de objecções. Uma das mais significativas, em nossa opinião, tem a ver com o facto de certas configurações linguísticas, que ostentam um comportamento com evidentes pontos de contacto com o dos predicados de estádio (cf. eventos singulares considerados suficientemente relevantes para se aplicarem à totalidade da espécie ou estados for-

¹⁷ Levada às suas últimas consequências, a proposta de Kratzer não poderia admitir a ideia de que um estado habitual seria um predicado de indivíduo, dado que comporta, obrigatoriamente, um argumento espacio-temporal. Veja-se, além disso, a argumentação desenvolvida por Parsons (1990) e também por Chierchia (1995) que vai no sentido de defender a necessidade de um argumento situacional tanto para predicados de estádio quanto de indivíduo.

mados a partir de várias ocorrências temporalmente diferenciadas), suportarem uma interpretação de espécie para os SNs que os integram. Uma tal constatação é tanto mais surpreendente quanto algumas destas estruturas se revelam verdadeiros predicados de espécie ou seja, predicados que, tendencialmente, se aplicam em exclusivo a nomes de espécie, ocasionando anomalia semântica na presença de outros tipos de indivíduos (cf. *estar em vias de extinção, ser abundante/raro*, etc.).

Observem-se os seguintes exemplos ilustrativos:

- (88) O homem (= a espécie humana) chegou à Lua em 1969. (leitura de espécie)
- (89) Bell inventou o telefone. (leitura de espécie)
- (90) O(s) lobo(s) está/estão em vias de extinção. (leitura de espécie)
- (91) O(s) cogumelo(s) é/são abundantes. (leitura de espécie)

(88) combina um predicado eventivo (considerado suficientemente relevante) com um sintagma em posição de sujeito que ostenta uma leitura de espécie; (89) ilustra um caso semelhante, mas com o nominal que recebe a leitura de espécie desempenhando a função sintáctica de Objecto Directo. (90) e (91) integram estativos que, apesar de não se enquadrarem totalmente no padrão de ocorrência típico dos estados de indivíduo, suportam, sem grande dificuldade, interpretações de espécie para os seus nominais em posição de Sujeito. Uma leitura de espécie será, por conseguinte, possível em predicacões que não se comportam (pelo menos à superfície) como verdadeiros predicados de indivíduo. Revelarão estes exemplos a capacidade de invalidar totalmente a hipótese de tratamento anteriormente avançada? Como poderemos compatibilizar as predições efectuadas em 3.2. – em nosso entender basicamente correctas – relativas a estados habituais, à oposição entre *ser* e *estar* e à questão da «faseabilidade» com tais configurações?

Uma pista muito interessante para a resolução do problema sob análise prende-se com a observação de que, embora as configurações em causa não possam ser de todo concebidas enquanto predicados de indivíduo em estado «puro», manifestam sempre, de uma maneira ou de outra, propriedades que considerámos serem típicas desta classe de predicados. Por outras palavras, encontramos-nos face a predicados que, pelo menos a avaliar pelo seu comportamento algo «híbrido», por alguma razão, «absorvem» marcas características dos predicados de indivíduo. Tal alteração sucede tanto com eventos considerados suficientemente relevantes para se alargarem a uma espécie quanto com estados cuja significação envolva a possibilidade de recorrência de uma dada situação, como os exemplos que a seguir apresentamos parecem confirmar.

(92) Ontem, o homem chegou à Lua¹⁸.

(93) O homem chegou à Lua às 2 horas da manhã.

(94) * O homem passou a chegar à Lua.

(95) # Sempre que o homem chega à Lua, espantamo-nos com o desenvolvimento tecnológico (leitura de espécie)

(96) Ontem, Bell inventou o telefone.

(97) Bell inventou o telefone às duas da manhã.

(98) * Bell passou a inventar o telefone.

(99) * Sempre que Bell inventa o telefone, recebe um prémio em dólares.

Estas frases ilustram casos em que uma única ocorrência de um evento relevante é suficiente para conferir uma nova característica à espécie envolvida. Nesse sentido, não surpreende que, tal como sucede com os predicados de indivíduo, não seja possível qualquer tipo de quantificação com expressões do género de *sempre que*. No restante, as estruturas sob análise comportam-se como a generalidade dos eventos, isto é, enquanto predicados de estádio.

(100) * Ontem, os lobos estiveram em vias de extinção.

(101) * Os lobos estiveram em vias de extinção às 5 da tarde.

(102) Os lobos passaram a estar em vias de extinção.

(103) Sempre que os lobos estão em vias de extinção, a sua caça é expressamente proibida.

(104) # Ontem, os cogumelos foram abundantes.

(105) * Os cogumelos foram abundantes às seis da manhã.

(106) Os cogumelos passaram a ser abundantes (nesta região).

(107) Sempre que os cogumelos são abundantes, as empresas que os vendem têm lucros consideráveis.

As predicções aqui representadas parecem ter origem num conjunto recorrente de ocorrências que, tomado na sua globalidade, permite caracterizar a espécie envolvida. Suportam, sem problemas, a quantificação mas manifestam importantes restrições no que respeita à combinação com adverbiais de localização temporal, como acontece com os predicados de indivíduo. Ou seja, apesar de manterem algumas propriedades que as aproximam inegavelmente dos predicados de estádio, as configurações sob análise demonstram igualmente características típicas dos predicados de indivíduo.

Uma análise atenta aos dados expostos permite-nos, pois, acreditar que a intuição inicial que nos tem conduzido está no caminho certo: existe, na realidade, uma forte ligação entre nominais com leitura de espécie e traços rela-

¹⁸ Não estamos aqui, obviamente, interessados na veracidade destes enunciados, mas apenas na questão da sua aceitabilidade em termos puramente formais. Uma frase como (92) parece absolutamente adequada se proferida no dia seguinte à chegada de Neil Armstrong à Lua.

tivos a predicados de indivíduo. Importa, no entanto, reformular a proposta adiantada, por forma a enquadrar exemplos como os que nos têm vindo a ocupar.

Antes, porém, de tentarmos fornecer um esboço de postulado que nos permita acomodar, de modo adequado, as condições que regem a leitura de espécie de sintagmas definidos, prestaremos ainda um pouco mais de atenção aos casos de predicados eventivos em combinação com nomes de espécie.

O que levará as construções em causa a alterarem algumas das suas propriedades intrínsecas com vista a uma aproximação aos predicados de indivíduo? A presença de sintagmas ostentando um potencial de leitura de espécie, em conjugação com um certo tipo de «relevância» da eventualidade descrita no decurso da História, poderá considerar-se uma hipótese interessante. Observem-se os contrastes seguintes:

- (108) O homem chegou à Lua. (leitura de espécie)
- (109) O vaivém Discovery chegou à Lua. (leitura existencial)
- (110) O(s) canguru(s) apareceu/apareceram na Austrália. (leitura de espécie)
- (111) O(s) canguru(s) apareceu/apareceram no meu quintal. (leitura existencial)
- (112) # Sempre que o homem chega à Lua, há avanços na ciência.
- (113) Sempre que o vaivém Discovery chega à Lua, há avanços na ciência.
- (114) # Sempre que o canguru aparece na Austrália, os cientistas ficam atónitos¹⁹.
- (115) Sempre que o canguru aparece no meu quintal, os cientistas ficam atónitos.

O que parece fazer a diferença, no que respeita à estrutura semântica destas frases, é a presença *versus* ausência de um nominal com uma leitura de espécie. Na realidade, quando nos confrontamos com uma leitura meramente existencial do sintagma em causa, a quantificação torna-se possível, comportando-se a predicação como um verdadeiro predicado de estádio; se, no entanto, é introduzido um nominal com valor de espécie, a predicação altera algumas das suas características típicas (nomeadamente em termos quantitativos), ostentando um comportamento mais próximo daquele que identifica os predicados de indivíduo.

Não se nos afigura, pois, de todo descabido colocar a hipótese de que é a presença de um nominal com potencial de espécie que, provavelmente em conjugação com o contexto da frase, altera algumas das suas especificações por

¹⁹ Note-se que não se deve confundir uma leitura estritamente de espécie com uma leitura que remete para membros de uma espécie. Por exemplo, uma frase como «Sempre que os mosquitos aparecem nesta região, o governo toma medidas de controlo» parece remeter para o conjunto de indivíduos e não para a espécie em si mesma, pelo que a quantificação se torna natural. A fronteira entre uma leitura de espécie e a de membros de uma espécie não é, no entanto, sempre fácil de delimitar. Não sendo este o objectivo central do presente trabalho, deixamos a questão em aberto.

forma a poder vir a ser licenciado. Isto significa, em última análise, que não são apenas os predicados que condicionam a comparência de sintagmas com uma leitura de espécie, mas que o elemento nominal poderá, em circunstâncias apropriadas, dar o seu contributo no sentido de criar as condições indispensáveis para a sua ocorrência.

Sublinhemos, no entanto, que existem configurações cuja estrutura não pode ser reorientada no sentido de uma leitura como predicados de indivíduo, nomeadamente nos casos em que as propriedades veiculadas pela globalidade do evento não são concebidas como suficientemente «relevantes» para a espécie que caracterizariam. Daí a completa impossibilidade de SNs com valor de espécie em frases como as que se seguem:

(116) # Os gatos subiram à árvore.

(117) # Os gatos desapareceram do meu quintal.

Em suma, a hipótese de tratamento que aqui propomos baseia-se na ideia de que se estabelece, pelo menos até certo ponto, uma dialéctica ou interacção recíproca entre o predicado e as expressões de carácter nominal com valor de espécie que o acompanham: os predicados de indivíduo fornecem as condições indispensáveis para a comparência de uma leitura de espécie dos nominais; estes, por sua vez, poderão, em circunstâncias apropriadas, despoletar certas alterações nas características básicas das configurações em que ocorrem, conferindo-lhes traços de predicados de indivíduo, requisito necessário para que uma leitura de espécie possa vir a ser licenciada.

Com o objectivo central de acomodar devidamente todos os casos aqui analisados, propomos a seguinte reformulação para a descrição das condições de licenciamento de nominais com valor de espécie:

(118) *Um nominal (definido) está em condições de receber uma interpretação de espécie sse a predicação em que comparece ostenta (pelo menos alguns) traços ou marcas de predicado de indivíduo.*

Uma formulação deste género permite não só dar conta da plena compatibilidade que se verifica entre a totalidade dos predicados de indivíduo (básicos ou derivados) e uma leitura de espécie para as expressões nominais definidas, mas também dos casos em que, embora estando presentes predicações de estádio, estas vêem o seu «perfil» semântico alterado (provavelmente devido à influência dos nominais com valor de espécie) no sentido de uma aproximação às características típicas dos predicados de indivíduo.

Em conclusão, diremos que uma leitura de espécie parece estar confinada, de uma forma ou de outra, a configurações que manifestem «marcas» ou tra-

ços de predicados de indivíduo, mesmo que estes não pertençam ao seu «perfil» semântico de origem. Assim, são passíveis de integrar nominais como termos de espécie todos os predicados de indivíduo, independentemente de serem: a. básicos ou derivados; b. eventos que se convertem em predicados de espécie em função da sua relevância em termos históricos; c. estados construídos a partir da múltipla ocorrência de situações que, embora temporalmente delimitáveis, podem caracterizar uma espécie.

As interpretações existenciais, pelo contrário, não parecem estar sujeitas a quaisquer restrições semânticas relevantes, surgindo com todos os tipos de predicados.

Finalmente, é importante sublinhar que os nominais com potencial de leitura de espécie não se apresentam nas estruturas em causa de um modo inteiramente «passivo», mas, ao invés, desempenham, por vezes, um papel fulcral na modificação de certas propriedades características das predicções em que se integram, por forma a criarem as condições requeridas para a sua ocorrência. Tal observação remete-nos para o facto de a própria constituição interna dos sintagmas em questão não ser de todo indiferente no que diz respeito ao problema que aqui nos ocupa. Com efeito, existem variações significativas, em termos de interpretação, em conformidade com o tipo de sintagma que veicula a leitura de espécie.

5. Questões para uma explicação

Como se pode observar do que foi dito anteriormente, os predicados de indivíduo (ou predicados com ‘traços’ destes predicados) constituem uma condição necessária para a leitura de espécie de um nominal. No entanto, tal condição não é suficiente para a obtenção dessa leitura uma vez que são possíveis exemplos com predicados de indivíduo em que a leitura do nominal não é de espécie, como em (119).

(119) O(s) miúdo(s) é/ são inteligente(s).

Por outro lado, alguns predicados de espécie podem eles próprios ser objecto de generalização como é o caso de (103), aqui repetido, em que parece ser possível aceitar *os lobos estarem em vias de extinção* como uma situação única que se pode quantificar, o que, note-se, é típico dos predicados de estádio.

(120) Sempre que os lobos estão em vias de extinção, a sua caça é expressamente proibida.

É claro que se pode considerar que este predicado de espécie é de um tipo particular, mas o que aqui é relevante é notar que tal como é possível construir frases genéricas a partir de uma variável de situação, a que corresponde tipicamente um predicado de estádio, também, em certas circunstâncias, um predicado de espécie parece poder fazê-lo. Assim, a mudança de tipo de predicado surge como uma possibilidade, embora fique por averiguar em que condições isso pode ocorrer.

Por último, como podemos explicar que a partir de um evento singular como é o descrito por *Neil Armstrong chegou à Lua em 1969* se possa fazer uma generalização de modo a que o nominal em posição de sujeito da frase o *homem chegou à lua em 1969* apresente uma leitura de espécie?

Estas questões, associadas à possibilidade de constituir um termo de espécie com um nominal singular, colocam alguns problemas à determinação do que envolve um termo de espécie.

Com efeito, *espécies* podem ser conceitos de indivíduo de um certo tipo: funções de mundos (ou situações) para pluralidades, isto é, a soma de todas as instâncias da espécie²⁰. Mas o que é instanciado por um só indivíduo não pode qualificar-se como uma espécie (cf. Chierchia, 1998).

De acordo com Chierchia, há, no entanto, nominais que denotam espécies e ocorrem naturalmente em contextos episódicos, como em (120). Neste caso, quando uma posição argumental é preenchida por um termo de espécie, o tipo de predicado é automaticamente ajustado para introduzir uma quantificação existencial (local) sobre instâncias da espécie (cf. 121'). Isto é feito por um mecanismo de mudança de tipo designado «Derived Kind Predication», (cf. 122).

(121) Aquela espécie de animal está a estragar o meu jardim.

(121') $\exists x [\cup \text{aquele tipo de animal } (x) \ \& \ \text{estragar o meu jardim } (x)]$

(122) Se P se aplica a objectos e k denota uma espécie, então

$P(k) = \exists x [\cup k (x) \ \& \ P (x)]$

Assim, uma hipótese de solução para uma frase como (123) seria a de considerar que tal propriedade se aplica à espécie (homem) e também se aplica a um indivíduo através de uma quantificação existencial (123').

(123) O homem chegou à lua em 1969.

(123') $\exists x [\cup \text{o homem } (x) \ \& \ \text{chegar à lua em 1969 } (x)]$

²⁰ Note-se que pode, por vezes, ter uma só instância ou nenhuma (como é caso do dodô).

Mas neste caso particular o processo parece seguir a via inversa. Essa é talvez a razão por que (124) não tem uma leitura de espécie por contraste com (125) que a pode exibir sem qualquer problema.

(124) #O americano chegou à lua em 1969. (leitura de espécie)

(125) Os americanos chegaram à lua em 1969. (leitura de espécie)

Uma questão não abordada neste trabalho é a da possibilidade de um termo de espécie se poder constituir com um nome contável no singular associado a artigo definido²¹. Apesar da pouca atenção dada a este problema, Chierchia (1998) aborda-o considerando a existência de dois tipos de termos de espécie, «espécies plurais» e «espécies singulares». No primeiro caso estaríamos perante um conjunto e no segundo caso perante um colectivo, considerado como um átomo. Esta sua proposta poderá ajudar a esclarecer a questão colocada acima.

Assim, parece-nos possível propor que enquanto «espécies plurais» devem ocorrer com estativos, em particular predicados de indivíduo (ou com traços destes predicados), «espécies singulares» podem também ocorrer com eventos.

Concluindo por agora, podemos dizer que, para além de uma leitura de espécie parecer estar confinada, de uma forma ou de outra, a configurações que manifestem «marcas» ou traços de predicados de indivíduo, mesmo que estes não pertençam ao seu «perfil» semântico de origem, outros factores estão possivelmente envolvidos, como o contexto e o conhecimento do mundo.

Diferentemente da ideia de que a genericidade envolve ou termos de espécie ou frases genéricas, parece-nos que a leitura de espécie de um nominal depende também de toda a frase, em particular do predicado, pelo menos em línguas como o português.

Por último, parece-nos relevante mencionar que as frases habituais se comportam como predicados de indivíduo e por isso são um bom contexto para as frases genéricas caracterizadoras.

Referências Bibliográficas

CARLSON, G. (1977) – *Reference to Kinds in English*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Massachusetts, Amherst. Publicado em 1980 por Garland Press, Nova Iorque.

²¹ Esta construção encontra-se também em inglês, apesar de os termos de espécie terem geralmente o formato de nomes simples no plural (contáveis) ou no singular (massivos).

- CARLSON, G. (1989) – «The Semantic Composition of English Generic Sentences» in Chierchia, G. B. Partee e R. Turner (orgs.) *Properties, Types and Meaning*, vol 2: *Semantic Issues*. Dordrecht: Kluwer, pp. 167-191.
- CHIERCHIA, G. (1995) – «Individual-Level Predicates as Inherent Generics» in Carlson, G.N. e Pelletier, F. J. (orgs.) *The Generic Book*. Chicago: The Chicago University Press, pp. 176-223.
- CHIERCHIA, G. (1998) – «Reference to Kinds across Languages». *Natural Language Semantics* 6:339-405.
- CUNHA, L.F. (1998) – «Os Operadores Aspectuais do Português: Contribuição para uma Nova Abordagem» *Cadernos de Linguística*, n.º 1, CLUP, 38 p.
- De SWART, H. (1991) – *Adverbs of Quantification: A Generalized Quantifiers Approach*. PhD Dissertation. Gröningen.
- DUARTE, I., GONÇALVES, A., MIGUEL, M. e MOTA, M. A. (1998) – «'Não cheguei de aprender nada'. Áreas de Variação e Tendências de Mudança no Português de Moçambique» *Actas do XIV Encontro da APL*, vol. I, pp. 477-493.
- KLEIBER, G. (1990) – *L'article LE générique: La généralité sur le mode massif*. Genebra: Librairie Droz.
- KRATZER, A. (1995) – «Stage-Level and Individual-Level Predicates» in Carlson, G.N. e Pelletier, F. J. (orgs.) *The Generic Book*. Chicago: The Chicago University Press, pp. 125-175.
- KRIFKA, M., et al. (1995) – «Genericity: An Introduction» in Carlson, G.N. e Pelletier, F. J. (orgs.) *The Generic Book*. Chicago: The Chicago University Press, pp. 1-124.
- LEWIS, D. (1975) – «Adverbs of Quantification» in Keenan, E. (org.) *Formal Semantics of Natural Language*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 3-15.
- LONGOBARDI, G., (2001) – «How Comparative is Semantics? A Unified Parametric Theory of Bare Nouns and Proper Names». *Natural Language Semantics* 9, pp. 335-369.
- MOENS, M. (1987) – *Tense, Aspect and Temporal Reference*. Dissertação de Doutoramento, Edimburgo.
- MÜLLER, A. e OLIVEIRA, F. (2002) – «Nomes Simples e o Parâmetro Nominal no Português Europeu e no Português Brasileiro». Apresentação no 3.º Colóquio Português Europeu e Português Brasileiro: Unidade e Diversidade na passagem do Milénio. FLUL, Lisboa.
- OLIVEIRA, F. (1998) – «Frasas Genéricas: Algumas Especificidades do Português» *Seminários de Linguística*, 2, pp. 5-19.
- OLIVEIRA, F. e CUNHA, L. F. (2001) – «Especificidade e tipos de Predicação». Apresentação no Encontro Comemorativo dos 25 anos do CLUP. FLUP, Porto.
- PARSONS, T. (1990) – *Events in the Semantics of English: a Study in Subatomic Semantics*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.

A TEMPORALIDADE EM O *HOMEM* DE SOPHIA DE MELLO BREYNER ANDRESEN

Fátima Silva

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Centro de Língua da Universidade do Porto
mhenri@letras.up.pt

A narração é, antes de mais, um texto temporal, isto é, uma forma discursiva que não só implica o tempo mas também o produz.

Fonseca, F. I. (1992:163)

A consideração do texto narrativo como a forma mais elaborada de representação linguística conduz ao estabelecimento de uma correlação entre tempo e narração e implica ainda a atribuição de um papel fundamental à língua na organização de mundos temporais, não redutíveis a uma ordenação do tempo em termos meramente físicos, naturais ou cronológicos.

A reflexão que nos propomos fazer foi motivada pela leitura do conto de Sophia de Mello Breyner Andresen, *O Homem*. Constituindo, na sua essência, a (re) criação de um universo textual em que o tempo aparece como uma obsessão, o tratamento da temporalidade neste conto¹ assume-se como o ponto de encontro entre o relato de uma experiência humana do tempo e a análise linguística das marcas que vinculam essa experiência ao exercício da linguagem.

1. Tempo e texto narrativo: deixis temporal

De facto, a vivência humana do tempo apresenta essencialmente um carácter subjectivo, não sendo concebível fora da linguagem, visto que, como

¹ Este artigo constitui a síntese do trabalho de mestrado apresentado no seminário intitulado «Tempo e Texto Narrativo», da responsabilidade da Prof. Doutora Fernanda Irene Fonseca. Agradecemos à Prof. Doutora Fernanda Irene Fonseca e ainda ao Prof. Doutor Mário Vilela a leitura deste trabalho e as sugestões dela decorrentes.

afirma Benveniste (1974: 73), o tempo linguístico está «organiquement lié à l'exercice de la parole» e «se définit et s'ordonne comme fonction du discours». Neste sentido, a linguagem possibilita a referência ao tempo através da instituição de um marco de referência temporal coincidente com o da enunciação, o que transforma a experiência subjectiva do tempo numa realidade intersubjectiva. A esta concepção de intersubjectividade está subjacente um acto de fala em que, paralelamente às coordenadas espacial (*aqui*) e pessoal (*eu-tu*), se gera uma outra, de natureza temporal (*agora*), imprescindível à mostraçã de universos atinentes à visão ou à memória de realidades compartilhadas pelos sujeitos falantes.

Deste ponto de vista, o tempo linguístico institui-se como categoria deíctica, representativa de uma realidade dialógica em que o *eu* e o *tu* se situam em relação ao presente enunciativo, marco de referência susceptível de determinar um antes e um depois que se torna, conseqüentemente, base de todas as oposições temporais. Tais oposições (presente, passado e futuro) apresentam-se como realidades intralinguísticas, ou seja, perspectivas que um locutor adopta no momento em que enuncia ou no momento para que se transpõe.

Por este facto, a noção de transposição tem um papel fundamental na reflexão sobre o tempo linguístico, ligando-se de forma estreita aos conceitos de ficção e de ramificação. O primeiro, que tem na sua base o sema de fingimento, significa que é tomado como critério um marco de referência distinto do que se refere ao acto enunciativo. O segundo decorre deste e relaciona-se com a multiplicação de relações temporais em termos de anterioridade, contemporaneidade e posterioridade. Ambos se ligam à ideia de transposição, uma vez que esta consiste na criação de um contexto referencial distinto do *agora* da enunciação, mas a ele referido de forma anafórica ou fictiva². Se a anáfora constitui um campo mostrativo textual acessível mentalmente, a deixis transposta ou fictiva resulta da localização de seres, objectos ou acontecimentos situados num campo mostrativo fictivo evocado pela memória ou (re)construído pela imaginação.

De entre as marcas temporais inscritas na própria estrutura da língua para representação das diferentes modalidades da deixis temporal, assumem especial relevo os tempos verbais.

² Do facto de o marco de referência estar ou não ancorado na situação de enunciação resulta a possibilidade de realização da deixis temporal segundo as três modalidades referidas por Bühler: a indicial, a anafórica e a fictiva.

2. Tempos verbais e tipologia enunciativa

O vínculo tradicionalmente estabelecido entre tempos verbais e a própria noção de tempo revelou-se incapaz de explicar a grande variedade flexional do sistema verbal, pelo que se tornou necessário recorrer à definição de outros conceitos, nomeadamente os de aspecto e de modo. Por outro lado, mesmo quando a sua função deíctica foi considerada (o que aconteceu raramente), foi-o de forma redutora, visto que não explorou integralmente a especificidade dos tempos verbais como operadores deícticos.

Enquanto tais, funcionam como operadores de uma referência temporal, relativamente ao *agora* da enunciação e como operadores de uma transposição referencial, que se baseia na criação de um marco de referência transposto. Esta dupla forma de referência – o momento em que se fala e aquele de que se fala – está gramaticalizada na flexão verbal, através de uma relação de oposição e coexistência que se manifesta entre dois grupos de tempos e pode ser articulada com as três modalidades de deixis definidas por Bühler. Neste contexto, atribuem-se três funções aos tempos verbais: uma indicial, que consiste em situar os processos relativamente ao marco de referência constituído pelo presente enunciativo; outra, anafórica, em que os processos são situados em relação a um marco de referência textual, e uma última, de transposição fictiva, cujo marco de referência é imaginário. Daqui se infere a existência de duas referências temporais, centradas num *agora*, no primeiro caso, e num *não-agora*, nos restantes.

Esta subdivisão conduz à organização das flexões temporais em dois subsistemas, procedimento que se generaliza sobretudo a partir de Benveniste, permitindo uma análise mais adequada e completa da estruturação do sistema verbal. Assim, este autor faz corresponder à divisão em dois níveis de enunciação – história e discurso – igual número de sistemas verbais. A cada um destes sistemas, concorrentes e complementares, corresponde apenas uma parte dos tempos verbais que estão, de acordo com Benveniste, continuamente disponíveis para o locutor na sua activação dos dois modos de enunciação³.

Apesar de precursora, a teoria benvenistiana é criticável por apresentar algumas limitações, de entre as quais a mais grave parece ser o facto de Benveniste ter efectuado a sua análise em função de um facto particular do sistema verbal francês, a coexistência isofuncional do «passé composé» e do «passé simple».

Weinrich, autor (entre outros) dessa crítica a Benveniste, procurou superar as lacunas detectadas através de uma proposta mais profunda e completa. No entanto, a sua teoria não deixou de centrar-se igualmente na repartição dos

³ Cf. Fonseca, F. I., 1992: 30.

tempos do indicativo em dois subsistemas correspondentes a outros tantos modos de enunciação: o «commentaire» e o «récit».

Esta distinção e a atribuição de um carácter deíctico aos tempos verbais são explicitadas nos sistemas verbais românicos pela oposição, formulada por Pottier e por Coseriu, entre um plano actual e um plano inactual. Essa oposição é estabelecida em função de dois pontos de referência temporal – o *agora* e o *então* –, considerando-se como tempo central do subsistema actual o Presente e, do subsistema inactual, o Imperfeito. Há, no entanto, a registar a existência de outros tempos verbais em cada uma das séries, cuja distribuição se organiza de acordo com o quadro 1⁴:

Quadro 1

SISTEMA	ANTERIORIDADE	SIMULTANEIDADE	POSTERIORIDADE
ACTUAL	Pretérito Perfeito	Presente	Futuro
INACTUAL	Pret. mais-que-perfeito	Imperfeito	Condicional

Assim, tanto num subsistema como noutro, a determinação dos valores temporais, de que decorre ainda a dos valores modais, é realizada em função do tipo de marco de referência e pode ser representada da seguinte forma:

Quadro 2

VALORES	SUBSISTEMA ACTUAL	SUBSISTEMA INACTUAL
TEMPORAL	Presente	Passado
MODAL	Factual	Contrafactual

Falar temporalmente de presente não implica restringir-nos em exclusivo ao tempo Presente, uma vez que este é sobretudo uma tradução da vivência do tempo como experiência indissociável da subjectividade do sujeito falante. Essa experiência, a da enunciação, constitui, por outro lado, o

⁴ A proposta teórica destes autores inscreve-se numa longa tradição gramatical, filiando-se na diferenciação postulada por Damourette e Pichon entre sistema «noncal» e sistema «toncal», que, por sua vez, remonta a Destutt de Tracy, autor que, em 1803, efectuou uma classificação dos tempos verbais, distinguindo entre tempos absolutos e tempos relativos. Embora a terminologia adoptada por Damourette e Pichon não se tenha generalizado, os princípios que lhe estão subjacentes manifestaram-se bastante produtivos na análise do sistema verbal, por tomarem como ponto de partida a distinção entre referência directa e indirecta ao momento de enunciação.

momento a partir do qual é possível efectuar-se uma transposição, isto é, uma desinserção fictiva relativamente às coordenadas da enunciação. Aliada a esta noção encontra-se a de ramificação temporal que pressupõe a criação de marcos de referência hipotéticos, não coincidentes com a instância enunciativa, sendo, por isso, uma forma de representação explicativa das inter-relações entre valores temporais e modais.

Ao subsistema temporal fictivo, isto é, inactual, atribui-se a reprodução mimética das relações estabelecidas em torno do marco de referência enunciativo. Daí a ligação que, em geral, se estabelece entre a ideia de passado e as noções de ficção e de evocação. Neste âmbito, o acto de evocar deve ser definido como a capacidade de trazer o ausente ao presente. O imperfeito, centro do subsistema inactual, assume, pela efectuação de uma transposição fictiva, uma função de conector entre a ficção, a memória e a imaginação. Por outro lado, à semelhança dos outros tempos inactuais, não é temporalmente autónomo, visto ser um potencial passado cuja actualização depende da sua ligação a um marco de referência intermédio, passível de ser representado por uma data, uma expressão temporal ou um tempo deíctico primário anterior ao momento da enunciação. Da omissão desse ponto intermédio, verbalmente acordado ao Pretérito Perfeito, resulta um efeito de ficção.

A partir da relação entre o Pretérito Perfeito e o Imperfeito, é possível formular um subsistema específico de um dos modos de enunciação referidos – a narração –, na medida em que ela aparece como central na articulação dos diversos tempos narrativos. Essa conexão entre o Pretérito Perfeito e os tempos inactuais decorre de uma análise comparativa dos dois subsistemas, da qual se conclui existir entre eles uma relação de paralelismo e assimetria⁵.

Assim, ainda que estes subsistemas temporais não possam ser confundidos com a divisão efectuada por Benveniste, permitem a sua melhor compreensão e apresentam, na sua base, o mesmo critério deíctico. Por outro lado, são um dos pólos da articulação entre tempos verbais e modos de enunciação, cuja distinção corresponde essencialmente à diferenciação entre modos de referência deíctica. Neste sentido, o subsistema actual relaciona-se com o modo de enunciação discursivo e o inactual, com o modo histórico (ou narrativo). Benveniste define o primeiro como «toute énonciation supposant un locuteur et un auditeur, et chez

⁵ Fernanda Irene Fonseca apresenta um esquema de articulação dos diversos tempos verbais no domínio do subsistema específico da narração (1992: 206). A formulação de um subsistema temporal narrativo resulta da dissociação de tempos que são simultaneamente complementares e opostos (Imperfeito e Pretérito Perfeito) e de uma representação de anterioridade do Mais-Que-Perfeito incompleta (uma vez que é apenas consignada em relação ao Imperfeito, quando, na realidade, o é também no que se refere ao Pret. Perfeito).

le premier l'intention d'influencer l'autre en quelque manière» (1992: 242) e o segundo como «la présentation des faits survenus à certain moment du temps, sans aucune intervention du locuteur dans le récit» (1992: 239). Para que possam ser registados como produzidos, estes factos têm que pertencer ao passado.

Seguindo nesta linha, Weinrich aprofunda a teoria de Benveniste com uma reflexão sobre o funcionamento da literatura de ficção, da qual conclui haver uma predominância de tempos passados na narração⁶. Esta constitui o palco onde se manifestam as relações entre ficção e passado. De facto, o passado liga-se à ficção que, por sua vez, se aplica às diferentes formas de ramificação déctica relacionadas com a possibilidade de escapar à contingência déctica por um acto de desinserção fictiva «que pode ser um futuro possível, um passado real ou um irreal imaginário» (Fonseca, 1992: 219).

A ficção apresenta ainda um conjunto de índices ficcionais, entre os quais se contam os tempos verbais centrais no subsistema temporal narrativo já indicado, o Pretérito Perfeito e o Imperfeito. Estes dois tempos apresentam uma relação de complementaridade na narração, sendo, no entanto, distintos em termos temporais e modais.

O Pretérito Perfeito é directamente referido ao momento da enunciação, caracterizando-se aspectualmente pelo seu carácter perfectivo, acabado, pontual. Modalmente, é actual, factual. Servindo de ponto de referência intermédio ao Imperfeito, este tempo condiciona a sua actualização e institui-se como ficção enquanto convenção.

Por sua vez, o Imperfeito tem um valor aspectual imperfectivo e durativo e é modalmente inactual, contrafactual. Por isso, permite enquadrar o Pretérito Perfeito, na medida em que constitui um cenário que promove o seu aparecimento, sendo, nesse sentido, um momento de abertura para a ficção.

Paul Ricoeur considera-os, ainda que por motivos diferentes, tempos ficcionais: o Pretérito Perfeito tem uma significação intrínseca de passado enquanto o Imperfeito (à semelhança dos outros tempos inactuais) é operador de uma transposição fictiva do marco de referência enunciativo e, por isso, também passado. E, na verdade, a narrativa gera-se na conjugação dos dois tipos de mundos indicados por estes tempos verbais, funcionando como «(re)construção de mundos: de um real passado que ao ser narrado se contamina de irrealidade, de um irreal que se finge ser passado para criar uma “ilusão referencial”» (Fonseca, 1992: 223). Daí a complementaridade existente entre o efeito de real (termo usado por

⁶ As teorias de Benveniste e de Weinrich, embora precursoras de uma mais fecunda compreensão do sistema verbal e dos modos enunciativos, apresentam as seguintes limitações: falta de explicitação do fundamento déctico das suas teorias e da dimensão fictiva inerente ao modo de enunciação narrativo; ausência de um investimento produtivo na relação entre Imperfeito e Perfeito.

Barthes), que traduz a acção do Pretérito Perfeito como tempo factual por exce-lência, e o efeito de irreal ou de ficção, inerente aos tempos inactuais.

A estes efeitos pode aliar-se a correlação de planos alternados entre a aber-tura para a ficção e a ficção assumida como convenção, que Weinrich consi-dera ser a única função da oposição entre Imperfeito e Pretérito Perfeito. No entanto, o tempo de ficção não é indissociável do tempo real, uma vez que, sendo a ficção essencialmente criação de mundos temporais, acaba por ter um papel activo na sua origem.

3. Tratamento genérico do tempo em *O Homem*

Esta afirmação encontra eco em *O Homem*, na medida em que se trata de um texto narrativo organizado em torno de uma sequência de acontecimentos activados pela memória de uma autora-narradora que narra, descreve e reflecte no decurso do fluir diegético.

Temporalmente, a narrativa apresenta-se estruturada em função de uma analepse – introduzida pela primeira frase do texto e constitutiva da evocação –, uma prolepse – resultante da tentativa de encontrar uma solução para a falta de termos capazes de explicar um gesto – e uma elipse – que marca a distância entre o momento em que se produz a evocação e o tempo em que ocorreram os eventos narrados. A exploração destas três modalidades indicia uma articula-ção do presente, do passado e do futuro. Estabelece-se uma convergência entre passado / presente e passado / futuro, elegendo-se, assim, como denomi-nador comum desta dialéctica o momento evocado pela narradora, que institui o fulcro da obsessão do tempo e das consequências da sua irreversibilidade.

A recordação de um conjunto de eventos – a situação vivida numa rua, em que intervêm como personagens a narradora, um homem, a criança que este leva ao colo e a multidão que passa – constitui a acção principal na qual se encaixa uma outra, secundária, procedente da evocação de uma determinada passagem da vida de Cristo. A estrutura de encaixe é concomitante com uma orientação cir-cular da narrativa, que propõe uma leitura alegórica com intenções moralizantes: denunciar a injustiça e a cegueira dos homens, alertando para o valor espiritual e essencialmente humano do Homem. Esta circularidade manifesta-se já na apre-sentação do cenário que começa e termina com uma referência ao tempo:

«Era uma tarde...», «Deviam ser quatro horas...»⁷

⁷ Andresen, 1983, p. 155.

Por outro lado, indicia também a existência de um paralelismo acentuado entre a realidade temporal e a espacial, uma vez que a recordação permite reconstituir não só momentos, mas também lugares (para além das emoções neles vividas).

Depois de situados o espaço, o tempo e as personagens, a narrativa evolui através da alternância entre momentos de narração e momentos de descrição que, segundo Clara Crabbé Rocha (1980: 53) são responsáveis pela oscilação das velocidades narrativas. Ao início da narração, que apresenta um ritmo bastante rápido

«Foi então que vi o homem. Imediatamente parei.»⁸

sucede a descrição do homem «muito pobremente vestido»⁹, que provoca uma dilatação temporal, marcada pela utilização de frases mais longas. Há uma espécie de suspensão do tempo para a contemplação do homem cujo gesto a memória parece não ser capaz de reconstituir:

«Como contar o seu gesto?»¹⁰

A evocação do passado concentra-se num momento privilegiado, num instante que pode considerar-se como infinito, pois situa-se a um duplo nível temporal: o do passado da acção e o do presente da rememoração. Esse passado, correspondente a um momento

«Tudo isto se passou num momento.»¹¹

articula-se com um sentimento de frustração, visto que a narradora

«só sabia hesitar e duvidar»¹²

mostrando-se incapaz de viver plenamente esse momento ou recuperá-lo.

O encontro com o homem é um encontro com a marginalização e marca a impossibilidade de comunicação entre o homem e a narradora, conduzindo à experienciação de um remorso retrospectivo em que o passado e o presente

⁸ ibidem, p. 156.

⁹ ibidem, p. 155.

¹⁰ ibidem, p. 156.

¹¹ ibidem, p. 157.

¹² ibidem, p. 158.

alternam: procurando reconstituir os factos, a narradora questiona a sua própria atitude, fazendo-o pela incursão na memória mais longínqua, que leva ao reconhecimento da figura do homem com a imagem de Cristo. A memória opera esta pesquisa através da sequencialização rápida de imagens a que corresponde o aparecimento, lento, das palavras fundadoras do reconhecimento. No momento em que se verifica essa constatação, o ritmo narrativo acelera-se. Verifica-se, então, um movimento contrastivo entre a regressão no espaço

«Voltei para trás»¹³

e a progressão diegética que parece acentuar, uma vez mais, a irreversibilidade do tempo e da actuação humana.

A impossibilidade de recuperar o tempo perdido, cuja evocação representa a tentativa de consciencializá-lo e, conseqüentemente, dominá-lo, reflecte-se na alternância entre desenrolar rápido e lentidão diegética, representados pela narração e pela descrição, respectivamente. Essa modulação remete para o núcleo temático do conto – a dialéctica entre a eternidade do Homem-Deus e o instante do encontro com ele – que está consignado no último parágrafo

«Mas continua ao nosso lado. Pelas ruas.»¹⁴

– representativo da relação do *eu* narrador com o *eu* personagem, em que, tal como nas pausas descritivas, a narradora reflecte e, fazendo-o, promove igualmente a reflexão do narratário, do leitor.

Esta breve abordagem das relações temporais instituídas no texto em análise, que tomou como ponto de partida o estudo de Clara Crabbé Rocha sobre *Contos Exemplares*, de Sophia de Mello Breyner Andresen, corrobora a especificidade linguística do tempo e o seu carácter deíctico, mostrando que a narração é a criação de um universo temporal que «consiste em «fazer de conta» que pode haver marcos de referência não coincidentes com a instância enunciativa presente, porque transpostos para uma situação ausente» (Fonseca, 1992: 219).

4. Tratamento deíctico do tempo em *O Homem*

Na medida em que *O Homem* constitui a evocação de acontecimentos ocorridos num passado já distante

¹³ *ibidem*, p. 160.

¹⁴ *ibidem*, p. 161.

«Muitos anos passaram»¹⁵

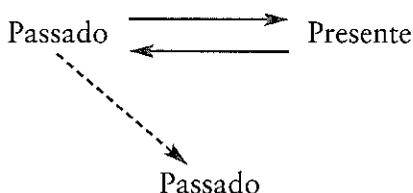
verifica-se uma transposição das coordenadas enunciativas, sem que, no entanto, se perca a ligação com o momento da enunciação. A referência directa a este momento é marcada pela utilização do deíctico temporal *agora*, em

«Agora eu penso...»¹⁶

enquanto a referência indirecta a esta instância enunciativa é indiciada pelo uso do deíctico marcador da transposição fictiva – *então*, em

«Foi então que vi...»¹⁷

Parte-se, assim, do presente da narração para o passado da acção do qual deriva a referência a um outro passado mais longínquo. Esta relação pode ser representada pelo esquema a seguir apresentado:



O conto escolhido relaciona, assim, os dois modos de enunciação considerados por Benveniste – o discurso e a história – e, conseqüentemente, os subsistemas temporais a ele ligados, visto que, no decurso da narração, há intervenções discursivas que justificam o facto de este texto consistir numa evocação e estão de acordo com a relação de diálogo e reflexão estabelecida entre o narrador e o narratário. De facto, a utilização da primeira pessoa do Presente e a pressuposição de uma relação dialógica em que o eu procura influenciar o tu (ao conduzi-lo à reflexão) remete-nos para o domínio do discurso. Por sua vez, a evocação e a conseqüente narração de factos passados, utilizando tempos passados, aponta para o modo enunciativo da história.

¹⁵ *ibidem*, p. 161.

¹⁶ *ibidem*, p. 158.

¹⁷ *ibidem*, p. 156.

Apesar de existir uma relação de concomitância entre os planos do discurso e da história, é notória a predominância deste último, sobretudo devido à forma obsessiva como é encarado o momento evocado, situado temporalmente com o auxílio de expressões temporais e de tempos verbais. No que diz respeito a estes impera, no texto, a utilização do Imperfeito e do Pretérito Perfeito, numa relação de complementaridade e de oposição. Esta predominância permite, desde logo, confirmar a relação preferencial da narração com o passado e justifica o estabelecimento de um subsistema temporal específico da narração de que estes dois tempos verbais instituem o centro.

Considerar como tempos centrais da narração o Pretérito, Perfeito e o Imperfeito implica efectuar uma deslocação do sistema inactual para um novo subsistema, que configura de forma mais clara as relações temporais experienciadas na narração, cujos tempos mais representativos são o Pretérito Perfeito, o Imperfeito e o Presente. Os dois primeiros aparecem numa relação oposta e complementar, opondo-se, em bloco, à utilização do Presente.

O Pretérito Perfeito tem maior representação no texto a partir do momento em que a narradora faz um sumário condensado dos acontecimentos evocados:

«Tudo isto se passou num momento.»¹⁸

O pronome *isto* retoma textualmente tudo o que foi dito até esse momento, tendo, por isso, uma função deíctica evidente. Não se trata de uma mostração indicial, mas antes anafórica ou textual. O Pretérito Perfeito indica que as acções denotadas pelos verbos se produziram num determinado momento do passado que é directamente referido ao momento da enunciação, o que é mais facilmente verificável se tivermos em conta a sua articulação frequente com o deíctico *então*. Este tempo verbal exprime um facto passado que não é habitual, mas se produz momentaneamente, tendo, em consequência, um carácter pontual. Esta característica aparece de forma explícita na evocação que conduz a narradora à relação entre o homem e Cristo¹⁹, na medida em que ela consiste numa sucessão de acções momentâneas que procuram reconstituir uma determinada imagem. Além disso, o Pretérito Perfeito refere acções pontuais acabadas, encerradas definitivamente no passado. Basta, para o comprovarmos, recorrer ao seguinte excerto:

«No próprio instante em que eu o vi, o homem levantou a cabeça para o céu.»²⁰

¹⁸ *ibidem*, p. 157.

¹⁹ *ibidem*, pp. 158-159.

²⁰ *ibidem*, p. 156.

Esta frase permite ainda verificar a importância das expressões temporais na sua co-articulação com o tempo verbal, dado que, neste caso, elas referenciam o carácter pontual e acabado da acção representada pelo Pretérito Perfeito.

A especificidade funcional deste tempo verbal contempla também a sua actuação complementar com o Imperfeito, ao qual serve de ponto de referência intermédio, sendo, por isso, um elemento fundamental (juntamente com as expressões temporais) para a sua actualização, visto que tem um carácter essencialmente factual. Apesar desta correlação, os tempos referidos apresentam ainda uma relação de oposição, verificável através da consideração das funções específicas do Imperfeito, que é sobretudo representativo na primeira parte do conto. Neste texto, são essencialmente três as suas funções.

A primeira consiste em situar no tempo a história narrada. Para o fazer, a narradora serve-se de dois elementos

«Era uma tarde do fim de Novembro...»²¹

e

«Deviam ser quatro horas da tarde...»²²

sendo, ao segundo, atribuído um valor de especificação em relação ao primeiro. Dado que a narradora pretende evocar uma situação real, este tempo verbal permite introduzir o momento em que se inicia a acção evocada. No entanto, das suas intenções moralizantes advém um valor simbólico em que se inscreve o Imperfeito, que assume, nesse caso, um carácter existencial e de localização equiparável ao das histórias tradicionais: «Era uma vez...».

Este tempo tem ainda como atributo a deslocação a uma época passada para descrever o que então era presente. Distingue-se do Pretérito Perfeito por exprimir uma acção durativa, que não é limitada no tempo, e apresenta um aspecto imperfectivo. Isto significa que a sua função narrativa é sobretudo a de fazer ver sucessivamente os diversos momentos da acção. Exemplo desta função é a apresentação do cenário, em que se anunciam o tempo, o espaço e as personagens. Aparece, depois, ao longo de todo o percurso diegético, alternando frequentemente com o Pretérito Perfeito. Esta co-ocorrência torna-se mais visível a partir do momento em que a narradora-autora enuncia

²¹ *ibidem*, p. 155.

²² *ibidem*, p. 155.

«Voltei para trás.»²³

embora haja, nesta parte da narrativa, uma maior utilização do Pretérito Perfeito. Isso indica um aceleração do ritmo narrativo em direcção ao desfecho final, que é trágico – o homem e a criança caíram.

Para além da narração, este tempo é usado para fazer a descrição da personagem principal – o homem, devido ao seu valor de expressão de um passado habitual que permite enumerar, ou antes, explicitar, as características de um ser ou de um objecto. Nessa funcionalidade, o Imperfeito estabelece um contraste com o Pretérito Perfeito, visto que, ao contrário deste, implica a suspensão da acção, a sua dilatação. Imprime, assim, pelo seu carácter durativo, uma desaceleração do ritmo diegético, o que provoca uma sensação de suspensão temporal.

No entanto, essa oposição não exclui a complementaridade, uma vez que a descrição realizada através do Imperfeito serve de enquadramento ao Pretérito Perfeito. Além de fornecer indicações do cenário, o Imperfeito está patente nos comentários, como se verifica no seguinte passo:

«Era preciso ter decidido depressa. Mas eu tinha a alma e as mãos pesadas de indecisão. Não via bem. Só sabia hesitar e duvidar. Por isso estava ali parada, impotente, no meio do passeio.»²⁴

O comentário é ainda representado de forma hipotética, marcada pela utilização do Imperfeito, no excerto

«Era como se a sua solidão estivesse para além de todos os meus gestos (...). Era como se eu tivesse as mãos atadas.»²⁵

em que a narradora procura explicar a sua angústia perante a impossibilidade de comunicar com o homem:

«Quis fazer alguma coisa, mas não sabia o quê.»²⁶

Ao contrário do Pretérito Perfeito, factual, o Imperfeito apresenta-se, assim, como um tempo contrafactual.

A organização deste conto com base nos tempos do Pretérito Perfeito e do Imperfeito comprova a produtividade e a pertinência da formulação de um

²³ *ibidem*, p. 160.

²⁴ *ibidem*, p. 158.

²⁵ *ibidem*, p. 157.

²⁶ *ibidem*, p. 157.

subsistema temporal da narração centrado no passado. Esta análise mostra também que «quando procuramos aplicar ao sistema verbal português a separação em duas séries temporais proposta por Benveniste, deparamos imediatamente com uma dificuldade intransponível: é impossível basear, em português, (...) a existência de dois sistemas temporais no uso relativo do PS e do PC.» (Fonseca, 1994b: 43). Ao carácter secundário desta articulação sucede o carácter essencial Presente / Imperfeito, já prevista em propostas anteriores à de Benveniste.

E, no conto *O Homem*, o Presente tem como função principal enunciar factos que ocorrem no momento em que se fala, havendo, por conseguinte, uma referência directa à instância enunciativa, ou seja, ao momento em que se produz a evocação. Trata-se da interferência do discurso, da presença da autora que comenta os factos evocados. Para o verificar, atenda-se às frases:

«...eu, que me lembro nitidamente do fato do homem,(...) não consigo rever com clareza...»²⁷

e

«Agora eu penso no que podia ter feito.»²⁸

Além deste valor discursivo, o Presente exprime ainda três outras funções. Assim, expressa uma acção habitual, patente em

«Assim às vezes nos sonhos queremos agir e não podemos.»²⁹

e

«...começa a prova do suplício: o silêncio de Deus.
E os céus parecem desertos e vazios sobre as cidades escuras.»³⁰

que se enquadra no contexto simbólico do conto; indica um estado permanente no seu papel de conector dos elementos que constituem a metáfora que tenta descrever a beleza da criança loira ao colo do homem:

«É a beleza de uma madrugada de verão...»³¹

²⁷ ibidem, p. 157.

²⁸ ibidem, p. 158.

²⁹ ibidem, p. 157.

³¹ ibidem, p. 159.

³¹ ibidem, pp. 155-156.

e permite dar maior vivacidade a factos passados. Neste caso, ocorre de forma pontual no contexto do passado e é designado como presente histórico. Assume esse valor no momento em que a narradora procura atravessar o círculo formado pela multidão para ver o homem caído:

«Ombros mais fortes do que os meus empurram-me para trás.»³²

Uma vez mais se evidencia o domínio do passado nesta narração, manifestado na existência de uma transposição fictiva em que, a partir do momento da enunciação, a narradora-autora convida o narratário-leitor a entrar no jogo do «faz de conta» e a transportar-se para um «então»³³ e um «ali»³⁴. A utilização destas expressões deícticas revela que o tratamento da deixis temporal, nomeadamente através do estudo dos tempos verbais e das expressões temporais, é apenas uma parcela da globalidade constituída pelo fenómeno da deixis.

Conclusão

Parece-nos pertinente transpor para o domínio desta reflexão a mesma circularidade que caracteriza o conto *O Homem*, para retomar, no momento de concluir, o princípio básico enunciado em epígrafe: «a narração é, antes de mais, um texto temporal».

Procurámos, ao longo deste estudo, desenvolver esta afirmação de Fernanda Irene Fonseca, motivo pelo qual realizámos uma reflexão teórica sobre o tempo linguístico, que nos serviu de suporte à análise de um texto narrativo literário. Dela sobressai a consideração do tempo como ficção linguística, decorrendo da multiplicidade de formas atribuíveis à actividade enunciativa o carácter narrativo do tempo linguístico. Nele se inscreve a possibilidade de «recriar o passado – não só «o passado que foi» mas também o passado que *era*, que *tinha sido*, que *seria*, que *teria sido*.» (Fonseca, 1992: 327).

Daí o nosso interesse no estudo dos tempos verbais no conto escolhido, onde predomina a utilização de tempos passados e, entre estes, do Pretérito Perfeito e do Imperfeito. Enquanto ao Pretérito Perfeito se atribui o papel de organizar a coluna vertebral da narração, ao Imperfeito cabe dar indicações sobre o cenário, as descrições e os comentários, enviando a pontos de referência fora deles.

³² *ibidem*, p. 160.

³³ *ibidem*, p. 156.

³⁴ *ibidem*, p. 158.

Este domínio conduziu-nos à constatação da existência de um subsistema temporal específico da narração que resultou da deslocação do subsistema inactual. Com esta deslocação, a posição central dos subsistemas actual e inactual, constituída pelo Presente e pelo Imperfeito, sofre uma alteração que consiste na substituição do primeiro tempo referido pelo Pretérito Perfeito. No entanto, apesar da maior rentabilidade deste par, que estabelece entre si uma relação de oposição e de complementaridade, o grupo em que é central o Presente apresenta igualmente uma forte produtividade, pois marca os momentos discursivos referidos ao momento da enunciação.

Isto implica falar da correlação entre subsistemas temporais e modos de enunciação. Dos modos de enunciação referidos domina, no conto de Sophia de Mello Breyner, o da narração, visto que a diegese consiste na evocação dum momento passado, para o qual a narradora se transpõe (e propõe ao narratário que se transponha), desinserindo-se fictivamente do presente e escapando, assim, à contingência deíctica imposta pela utilização da linguagem.

Daqui se depreende que a vocação narrativa do Homem está profundamente marcada na vocação narrativa da linguagem, porque são inseparáveis.

Bibliografia

- ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner (1983) – «O Homem» in *Contos Exemplares*, 13.ªed., Figueirinhas, pp. 155-161.
- BENVENISTE, E. (1966a) – «Les relations de temps dans le verbe français» in *Problèmes de Linguistique Générale*, 1, Paris, Gallimard, 1992, pp. 237-257.
- BENVENISTE, E. (1966b) – «Le langage et l'expérience humaine» in *Problèmes de Linguistique Générale*, 2, Paris, Gallimard, 1974, pp. 67-78.
- CAPELLO, S. (1986) – «L'imparfait de fiction» in *Points de vue sur l'imparfait*, Caen, Centre d'Études Linguistiques de l'Université de Caen, pp. 31-41.
- CUNHA, C. e Cintra, L. (1984) – *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, 2.ª ed., Lisboa, Edições Sá da Costa.
- FONSECA, F. I. (1992) – *Deixis, Tempo e Narração*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida
- FONSECA, F. I. (1993) – «Quand dire c'est feindre: théorie linguistique et fiction littéraire» in *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*, II Série, vol. X, Porto, pp. 55-62.
- FONSECA, F. I. (1994a) – «Deixis et anaphore textuelle en portugais» in *Gramática e Pragmática. Estudos de Linguística Geral e de Linguística Aplicada ao Ensino do Português*, Porto, Porto Editora, pp. 37-58.
- FONSECA, F. I. (1994b) – «O perfeito e o pretérito e a teoria dos níveis de enunciação» in *Gramática e Pragmática. Estudos de Linguística Geral e de Linguística Aplicada ao Ensino do Português*, Porto, Porto Editora, pp. 37-58.
- FONSECA, F. I. (1994c) – «Para o estudo das relações de tempo no verbo português» in *Gramática e Pragmática. Estudos de Linguística Geral e de Linguística Aplicada ao Ensino do Português*, Porto, Porto Editora, pp. 15-28.

- KLEIBER, G. (1993) – «Lorsque l'anaphore se lie aux temps grammaticaux» in *Le Temps: de la Phrase au Texte*, Lille, Presses Universitaires de Lille, pp. 117-166.
- LE GOFFIC, P. (1986) – «Que l'imparfait n'est pas un temps du passé» in *Points de vue sur l'imparfait*, Caen, Centre d'Études Linguistiques de l'Université de Caen, pp. 55-69.
- RICOEUR, P. (1986) – *Du texte à l'action*, Paris, Seuil
- ROCHA, Clara Crabbé (1980) – Os «Contos Exemplares» de Sophia de Mello Breyner, 2.^a ed., Coimbra, INIC.
- VETTERS, C. (1993) – «Temps et deixis» in *Le Temps: de la Phrase au Texte*, Lille, Presses Universitaires de Lille, pp. 87-115.
- VILELA, M. (1999) – *Gramática da Língua Portuguesa*, 2.^a ed., Coimbra, Almedina.
- WEINRICH, H. (1984) – «No princípio era a narração» in *RUNA – Revista Portuguesa de Estudos Germanísticos*, 2, Coimbra, pp. 127-141.

UN «PUZZLE» RÉFÉRENTIEL EN ANAPHORE ASSOCIATIVE

Georges Kleiber
Université de Strasbourg 2 & Scolia
kleiber@umb.u-strasbg.fr

Introduction: une situation énigmatique

Les noms de parenté comme *père, fils, mari, épouse*, etc., devraient pouvoir normalement, étant donné leur sens relationnel, s'intégrer sans difficulté majeure¹ dans les anaphores dites *associatives*². Or, comme l'a remarqué Salles (1995 a et b), c'est plutôt le contraire que l'on observe. Ces noms de parenté regimbent en effet à figurer à la place du N de l'expression anaphorique associative, comme le montrent les séquences 1) à 5):

- 1) ?? *J'ai rencontré une jeune fille très malheureuse. La mère lui rend la vie impossible*
- 2) ?? *J'ai rencontré une jeune fille très malheureuse. Les parents l'ont mise à la porte*³
- 3) ? *Lukas a la grande joie de vous faire part du mariage des parents Nathalie et Olivier ainsi que du baptême de la petite soeur Lucie qui auront lieu le samedi 12 septembre 1998 à 16h, à la Collégiale de Thann*
- 4) ?? *C'est l'histoire d'un père qui cherche des histoires au fils parce qu'il n'aime pas la copine. En définitive, toujours la même galère*
- 5) ? *Un homme de 33 ans a été condamné par le tribunal correctionnel de Metz à deux ans de prison, dont un avec sursis, pour avoir cassé une clavicule et causé une fracture du crâne au fils de 3 ans, en novembre 1996*⁴

¹ Janssen (1980) et Milner (1982) les citent d'ailleurs en tête des noms qui permettent d'effectuer un tel type de processus anaphorique.

² Pour une vue d'ensemble de la question, voir Kleiber (2001) et l'ouvrage collectif *L'anaphore associative (Aspects linguistiques, psycholinguistiques et automatiques)* (Schneidecker, Charolles, Kleiber et David, 1994), notamment le chapitre de synthèse de Kleiber, Schneidecker et Ujma (1994: ch. 1).

³ Ces deux premiers exemples sont de Salles (1995 a: 55 et 1995 b: 454).

⁴ Les exemples 3) à 5) sont des exemples attestés dans lesquels nous avons remplacé l'adjectif possessif par l'article défini. Voir ci-dessous 8)-10) pour la version originelle.

Ils s'accommodent par contre parfaitement de l'adjectif possessif:

- 6) *J'ai rencontré une jeune fille très malheureuse. Sa mère lui rend la vie impossible*
- 7) *J'ai rencontré une jeune fille très malheureuse. Ses parents l'ont mise à la porte*⁵
- 8) *Lukas a la grande joie de vous faire part du mariage de ses parents Nathalie et Olivier ainsi que du baptême de sa petite soeur Lucie qui auront lieu le samedi 12 septembre 1998 à 16h, à la Collégiale de Thann (DNA, 6 / 9 / 98)*⁶
- 9) *C'est l'histoire d'un père qui cherche des histoires à son fils parce qu'il n'aime pas sa copine. En définitive, toujours la même galère (Publicité, résumé des Fourberies de Scapin)*
- 10) *Un homme de 33 ans a été condamné par le tribunal correctionnel de Metz à deux ans de prison, dont un avec sursis, pour avoir cassé une clavicule et causé une fracture du crâne à son fils de 3 ans, en novembre 1996. (DNA, 27 / 11 / 97)*⁷

Qu'une anaphore associative ne puisse s'établir dans des séquences telles que 1)-5) est un fait assez intrigant, dans la mesure où aucun obstacle apparent ne vient entraver la connexion. Un nom comme *mère*, par exemple, parce qu'il met en jeu la relation prédicative *x est mère de y*, devrait pouvoir fonctionner comme anaphore associative pour introduire *x* (*la mère* = la mère de *y*) dans un contexte où *y* se trouve déjà disponible, sur le même modèle que celui mis en jeu par les anaphores associatives méronymiques (Kleiber, 1996):

- 11) *Il s'approcha de la maison et scruta le toit (toit est sémantiquement un nom 'partie de...')*

et les anaphores associatives fonctionnelles (Kleiber, 2000):

- 12) *Paul s'est inscrit dans un club de foot. Le président lui a fait signer une licence pour deux ans*

Si *toit* et *président* peuvent fonctionner comme anaphores associatives, parce qu'ils impliquent la relation sémantique *x est toit de y* et *x est président de y*, on ne voit pas pourquoi il n'en va plus ainsi avec les noms de parenté comme *mère*, *époux*, *parents*, etc.

La chose se complique encore avec les exemples 13) et 14) qui sont de Milner (1982: 27-28) et les séquences 15)-18), puisque cette fois-ci les N de parenté passent sans encombre la rampe «associative»:

⁵ Ces deux premiers exemples sont de Salles (1995 a: 55 et 1995 b: 454).

⁶ DNA = *Dernières Nouvelles d'Alsace* (quotidien régional).

⁷ Nous devons cet exemple et d'autres à Crévenat (à paraître) que nous tenons à remercier ici.

- 13) *On m'a présenté une jeune fille à marier, mais la mère était impossible*
 14) *Un couple m'a rendu visite hier; le mari était insupportable*
 15) *Un beau mariage a eu lieu hier à Pfaffenheim. Les mariés étaient en blanc, le curé a fait un grand sermon et le maire a prononcé un discours républicain. Les parents étaient ravis⁸*
 16) *Une famille autrichienne très bon genre (Monsieur, Madame, le chien, le fils d'une dizaine d'années, le monospace tractant un bateau à voile ...). Le chien, l'enfant, le père la mère seront successivement massacrés dans une sorte de long jeu d'épouvante (DNA 16/1/98)*
 17) *Dans les familles d'origine immigrée notamment, la mère est en porte à faux entre sa culture d'origine et sa volonté d'intégration, elle est complètement larguée au niveau scolaire et les enfants en profitent (DNA 18 / 1 / 98)*
 18) *Quatre membres d'une même famille ont été blessés par une explosion dans leur pavillon de Hoenheim, hier, vers 13 heures. Les parents ont été grièvement brûlés (DNA 27/1/98)*

Pour résoudre ce «puzzle» référentiel il faut au moins répondre à trois questions:

- quelle est la raison du blocage des noms de parenté dans des énoncés tels que 1)-5)?
- dans quelles conditions, ce blocage, comme le montrent 13)-18), se trouve-t-il levé?
- quelle est la différence produite entre une saisie en anaphore définie et une saisie en anaphore possessive?

Nous nous occuperons ici essentiellement des deux dernières en nous appuyant sur la réponse apportée à la première dans un travail précédent (Kleiber, 1999 b). Notre investigation s'effectuera en deux étapes: la première mettra en relief les conditions qui permettent de lever la barrière à un emploi associatif des N de parenté; la seconde essaiera d'apporter un élément de réponse à la concurrence dans ce site entre article défini et adjectif possessif.

1. Les N de parenté en anaphore associative

1.1. Un rappel pour commencer

Notre réponse (Kleiber, 1999 b) à la question du blocage des N de parenté dans des énoncés tels que 1)-5) a montré qu'à l'origine de ce blocage il y avait le statut relationnel converse ou réciproque des N de parenté. La particularité sémantique des noms comme *filis*, *père*, *mari*, *épouse*, *parent*, etc., est, on le sait, de donner lieu à une relation sémantique *converse* ou encore nommée *réciproque*: si *x est père de y*, alors *y est fils de x*. Autrement dit, il y a équi-

⁸ Exemple que nous avons utilisé dans Kleiber (1997 b).

valence logique (Lyons, 1978: 127 et 227) entre les propositions exprimées par les phrases *x est le père de y* et *y est le fils de x*, *x est le mari de y* et *y est la femme de x*, *x est parent de y* et *y est parent de x*, etc.

Une telle situation de réciprocité interdéfinitoire, qui ne se retrouve dans aucun cas d'anaphore associative, ni méronymique (Kleiber, 1996), ni locative (Kleiber, 1997 a), ni actancielle (Kleiber, 1997 b), ni collective, ne peut donner lieu à un enchaînement associatif, parce qu'elle implique l'absence d'englobement ou d'inclusion unilatérale entre les entités impliquées. Comme la relation *x est père de y* est réversible en *y est fils de x*, ni *x* ni *y* ne peut être dit englober ou inclure unilatéralement l'autre. Or, si l'on examine sous cet angle les différents cas d'anaphore associative, on s'aperçoit qu'à chaque fois il y a un englobement unilatéral et que c'est le référent antécédent (*y*) qui englobe ou inclut le référent de l'expression anaphorique.

L'absence d'englobement implique aussi l'absence d'une diversité de N disponibles pour fonctionner en anaphore associative. Mis à part le cas des collectifs homogènes (cf. *forêt-arbres*), on note en effet que la condition d'englobement a comme corollaire, dans la majeure partie des cas du moins, la diversité des N au niveau des référents englobés. On ne citera que le cas où les deux référents impliqués dans l'anaphore associative sont du même type ontologique⁹: l'englobement signifie alors nécessairement qu'il y a plus d'un élément inclus de type différent, donc qu'il y a encore d'autres référents (et de noms par conséquent) susceptibles de devenir la tête d'une expression définie associative: pour *voiture*, par exemple, *roues*, *volant*, *pare-brise*, *portières*, etc. S'il n'en allait pas ainsi, il n'y aurait évidemment plus d'englobement ou d'inclusion.

Notre analyse débouche ainsi sur un triple résultat qui éclaire sous un nouveau jour la relation sur laquelle tournent les anaphores associatives:

- R1 – Une anaphore associative ne peut s'établir sur la base d'une relation converse ou réciproque.
- R2 – Il faut qu'il y ait d'une manière ou d'une autre englobement ou inclusion, le référent antécédent étant l'englobant, le référent de l'expression anaphorique étant l'englobé.
- R3 – Les points R1 et R2 ont pour conséquence d'imposer au niveau du référent englobé, dans presque tous les cas, une pluralité de N disponibles pour être le nom anaphorique d'une anaphore associative.

La conjonction R1-R2-R3 va nous permettre de répondre aux deux autres questions posées au début de notre travail et en premier lieu à celle qui porte

⁹ Dans le cas de *voiture-volant*, *maison-toit*, par exemple, *voiture* et *volant*, *maison* et *toit* sont des individus concrets.

sur la possibilité pour les N de parenté d'apparaître malgré tout en anaphore associative.

1.2. Relation «membre-collection»

Qu'est-ce qui fait que, interdits de séjour dans des séquences telles que 1)-5), ils retrouvent droit de cité dans des séquences telles que 13)-18)?

Si notre explication antérieure est correcte, ces emplois ne sont possibles que si et seulement si:

- 1 – l'anaphore ne s'établit pas sur une relation converse et
- 2 – a pour référent antécédent un référent englobant le référent exprimé par le terme de parenté anaphorique.

Autrement dit, les noms de parenté, dans ce cas, ne fonctionnent plus sur leur dimension relationnelle de réciprocité, qui lie, par exemple, *père à fils* ou *mari à femme*, mais sur une autre dimension, qui les relie en tant qu'englobé à une entité englobante.

Les exemples 14) et 17)-18):

- 14) *Un couple m'a rendu visite hier; le mari était insupportable*
- 17) *Dans les familles d'origine immigrée notamment, la mère¹⁰ est en porte à faux entre sa culture d'origine et sa volonté d'intégration, elle est complètement larguée au niveau scolaire et les enfants en profitent*
- 18) *Quatre membres d'une même famille ont été blessés par une explosion dans leur pavillon de Hoenheim, hier, vers 13 heures. Les parents ont été grièvement brûlés*

montrent clairement quelle est cette relation: c'est, comme l'a fort bien observé Salles (1995 a et b), celle de membre-collection qui unit les éléments ou membres (noms de parenté) à un ensemble collectif qui les rassemble: soit *famille*, soit, dans le cas de 14), pour *mari* et *femme*, *couple*.

Dans ce cas, les trois points R1, R2 et R3 se trouvent vérifiés. Premièrement, le nom de parenté n'est plus en relation de réciprocité: *famille* et *père*, par exemple, ne donnent pas lieu à des termes converses. Si, dans 17) et 14), par exemple, *x* est bien *la mère* de *y* (la famille) ou *le mari* du couple (*y*), la réciproque n'est pas vraie, *y* n'est pas *la famille* de *la mère* ou n'est pas *le couple du mari*, de même que, si les soldats sont bien les soldats du régiment, le régiment n'est pas le régiment des soldats. En deuxième lieu, l'entité

¹⁰ On soulignera ici en passant un fait significatif: la présence d'un singulier distributif (*la mère*) faisant suite à un pluriel antécédent (*les familles*).

famille ou *couple* est bien plus vaste que le référent du nom de parenté *mère* ou *mari*, par exemple. Et, troisièmement, le collectif, soit *famille*, soit *couple*, est constitué de plusieurs membres différents, donc d'une pluralité de N «inclus»: une famille comprend un père, une mère, des enfants, des grands-parents, etc., un couple comprend un mari et une femme. Salles (1995 a et b) considère, à la suite de Winston, Chaffin et Herrmann (1987), qu'il s'agit d'un sous-type de la relation «partie-tout». Nous préférons les maintenir séparées des méronymiques et parler d'anaphores associatives collectives à leur propos, pour des raisons que nous laisserons ici de côté.

Pour le moment, il nous semble plus utile de montrer que c'est également cette solution de la relation «membres-collection» qui est la bonne pour expliquer la source des anaphores associatives telles que 13) et 15), dans lesquelles, parce que sans doute l'antécédent *famille* n'est pas explicite, on peut être tenté d'y voir (Salles, 1995 a et b) plutôt un cas de rôle sémantique dans un scénario:

13) *On m'a présenté une jeune fille à marier, mais la mère était impossible*

15) *Un beau mariage a eu lieu hier à Pfaffenheim. Les mariés étaient en blanc, le curé a fait un grand sermon et le maire a prononcé un discours républicain. Les parents étaient ravis*

Pour Salles, dans 13), «c'est un scénario qui favorise l'occurrence de *la mère* au défini». «Il s'agit, poursuit-elle (1995 a: 55-56), du scénario rattaché à la rencontre d'une jeune fille à marier: dans une rencontre arrangée de cette espèce, la mère de la jeune fille joue en effet un rôle *conventionnel* (en tant qu'instigatrice de la rencontre du mariage, elle a un rôle agentif)». Que l'idée de *mariage* joue un rôle, c'est certain. Il suffit d'enlever le SP à *marier* et 13) est moins bien formé:

19)? *On m'a présenté une jeune fille, mais la mère était impossible*

Mais cette idée de *mariage* n'a pas l'effet que lui prête Salles. Son rôle, c'est de rendre ici saillante la notion de famille avec l'aide de la conjonction *mais*, celle-ci opérant par son caractère contrastif un resaisie implicite de la jeune fille sur le même niveau que celui de la mère. L'ensemble donne lieu à un discours implicite du type *j'aurais bien épousé la fille ou la fille était bien / ça allait, mais la mère était impossible* qui établit une comparaison entre les membres concernés de la famille et qui justifie ainsi la saisie de *la mère*, non comme directement la mère de la jeune fille, mais comme la mère de la famille dont la jeune fille à marier est la fille. Pour 15), c'est également la notion de *famille* qui, par l'intermédiaire du mariage et des mariés, permet d'avoir le SN défini *les parents*. Il s'agit en effet des parents saisis comme membres de la

famille des mariés. Les parents ne sont en effet pas définis directement vis à vis de leurs enfants qui se marient: on aurait sinon *leurs parents*, mais ils se trouvent saisis *via* l'ensemble *famille* (celle des mariés), au sein duquel ils sont *les parents*. Ensemble qui se trouve précisément activé ici par le scénario du mariage, dans la mesure où celui-ci est une fête qui rassemble normalement avant tout les membres et amis de la famille des mariés.

Ce qu'il faut observer dans tous les cas, c'est que ces noms de parenté employés sur la dimension membre-collection, qui leur ouvre les portes de l'anaphore associative, ne perdent pas pour autant leur sens prédicatif relationnel: que ce soit *un père*, *le père* ou *son père*, le nom *père* implique dans les trois cas que le référent a au moins un enfant. C'est la raison pour laquelle, lorsque le référent avec lequel ils sont directement en relation converse est présent dans le contexte, même s'ils sont présentés sur le mode associatif de la relation «membre-collection» (cf. *le père*, par exemple), on établit néanmoins, mais indirectement, la relation de parenté entre les deux. Nous voulons dire par là que de 13) ou 15) par exemple, il ressort que *la mère* et *les parents* sont respectivement la mère de la jeune fille et les parents des mariés. Le point important est que ce n'est pas cette relation qui a été mise en contribution pour l'établissement de la définitude des deux syntagmes *la mère* et *les parents*. Celle-ci, comme nous l'avons vu, exploite une autre dimension des noms de parenté, celle de la relation «membre-collection»: une mère est mère directement par rapport à son (ou ses) enfants, mais en tant que mère, elle occupe aussi une place dans un ensemble collectif plus vaste, la famille, qui regroupe d'autres membres. Si c'est la relation de parenté directe qui est en jeu, c'est le possessif qui convient: *un fils* → *sa mère*, et non le défini *la mère*. Si par contre, c'est la relation membre-collection, nous avons *la mère*, saisi dans un ensemble plus vaste comprenant d'autres membres du même niveau (*les enfants*, *le père*, *les grands-parents*, etc.).

La différence de ce point de vue-là avec les noms des anaphores méronymiques et fonctionnelles est claire. S'il y a bien, comme avec les noms de parenté, une relation de type *x relation y* (*x partie de y* pour les méronymes et *x fonction y* pour les fonctionnels), l'entité qui prend la place de *y* est par contre notablement différente. Dans la mesure où elle est en même temps englobante par rapport à *x*, elle peut jouer à la fois le rôle relationnel de *fils* par rapport à *mère* ou vice versa et celui de *famille*, par exemple, vis à vis de *mère*. Le premier débouche sur le possessif, le second sur le défini. Autrement dit, pour les fonctionnelles et méronymiques, *y* peut servir à la fois pour *son x* (*son volant* pour *y = voiture*) et pour *le x* (*le volant* pour *y = voiture*), alors que pour les noms de parenté il ne donne lieu qu'au possessif *son x* (*sa mère* pour *y = fils*), le défini *le x* (*la mère*) exigeant, nous venons de le voir ci-dessus, une autre entité *z*, qui soit englobante.

2. Anaphore associative et anaphore possessive: distribution des N de parenté

Nous pouvons à présent répondre à la troisième question posée par notre «puzzle» référentiel associatif, puisqu'on comprend mieux dans quelles conditions un nom de parenté peut ou non donner lieu à une anaphore associative. Trois situations sont théoriquement possibles:

- seule l'anaphore possessive convient;
- seule l'anaphore associative convient;
- il y a concurrence possible entre les deux modes de référence.

2.1. Première situation: anaphore possessive

La première situation est celle des séquences 1)-10), que nous reprenons ici sous 20)-24):

- 20) a) *J'ai rencontré une jeune fille très malheureuse. Sa mère lui rend la vie impossible*
 b) ?? *J'ai rencontré une jeune fille très malheureuse. La mère lui rend la vie impossible*
- 21) *J'ai rencontré une jeune fille très malheureuse. Ses parents l'ont mise à la porte*
 ?? *J'ai rencontré une jeune fille très malheureuse. Les parents l'ont mise à la porte*
- 22) a) *Lukas a la grande joie de vous faire part du mariage de ses parents Nathalie et Olivier ainsi que du baptême de sa petite soeur Lucie qui auront lieu le samedi 12 septembre 1998 à 16h, à la Collégiale de Thann*
 b) ? *Lukas a la grande joie de vous faire part du mariage des parents Nathalie et Olivier ainsi que du baptême de la petite soeur Lucie qui auront lieu le samedi 12 septembre 1998 à 16h, à la Collégiale de Thann*
- 23) a) *C'est l'histoire d'un père qui cherche des histoires à son fils parce qu'il n'aime pas sa copine. En définitive, toujours la même galère*
 b) ?? *C'est l'histoire d'un père qui cherche des histoires au fils parce qu'il n'aime pas la copine. En définitive, toujours la même galère*
- 24) a) *Un homme de 33 ans a été condamné par le tribunal correctionnel de Metz à deux ans de prison, dont un avec sursis, pour avoir cassé une clavicule et causé une fracture du crâne à son fils de 3 ans, en novembre 1996*
 b) ? *Un homme de 33 ans a été condamné par le tribunal correctionnel de Metz à deux ans de prison, dont un avec sursis, pour avoir cassé une clavicule et causé une fracture du crâne au fils de 3 ans, en novembre 1996*

Ce qui entrave la possibilité d'une anaphore associative définie, c'est que rien ne justifie l'abandon de la détermination de x par sa relation de parenté directe avec y au profit d'un mode de donation où, d'une part, x ne se trouve plus défini directement par rapport à y , mais est présenté comme membre d'une entité z plus vaste (collection), non discursivement activée, et où, d'autre part, y se trouve placé au même niveau que x comme membre de z . Lorsqu'on n'a, comme dans 20)-21) et 23)-24), que x et y présents et que rien

ne vient activer une entité englobante z , on ne voit pas pourquoi x serait défini autrement que par l'entité déjà saillante y . Le défini apparaîtrait comme intempestif, introduisant même une rupture par rapport à cette relation entre y et x . Dans 22), parce que c'est un faire part de mariage et de baptême, l'idée de famille (z) est certes disponible, mais ne suffit pas. On comprend facilement pourquoi. Comme c'est Lukas (y) qui annonce le mariage de ses parents et le baptême de sa petite soeur, le point de vue pertinent adopté ne peut être que le sien, donc celui de y , et les x , les parents et la petite soeur Lucie, ne peuvent être présentés que selon leur relation de parenté avec lui, c'est-à-dire avec le possessif. Employer le défini reviendrait en quelque sorte à rompre ce rapport de parenté direct entre lui et les autres membres de sa famille. On le voit nettement dans l'opposition entre 25) et 26):

- 25) a) *Une petite Audrey vient de naître; le papa et la maman / les parents se portent bien*
 b) ? *Une petite Audrey vient de naître; son papa et sa maman / ses parents se portent bien*
- 26) a) *Une petite Audrey vient de naître qui ne sait pas encore que son papa et sa maman / ses parents ne pourront la garder à la maison*
 b) ?? *Une petite Audrey vient de naître qui ne sait pas encore que le papa et la maman / les parents ne pourront la garder à la maison*

Si le défini convient mieux que le possessif dans 25) a), c'est parce que le prédicat *se portent bien* de la phrase qui contient les expressions anaphoriques¹¹ *le papa et la maman* s'accommode mieux d'une saisie des référents comme membres de la famille au sein de laquelle la petite Audrey vient d'apparaître que d'une donation «parentale» directe où c'est l'enfant qui sert de point de repère aux parents. C'est juste l'inverse dans 26): le fait que la phrase-hôte soit un objet de pensée attribué à (plus exactement envisagé sous l'angle de) la petite Audrey appelle une détermination des parents à partir de la petite Audrey et rend donc inappropriée une donation englobante par rapport à la famille.

Modifions un peu 23) en 27) en remplaçant l'indéfini *un père* par le défini *le père*:

- 27) *Le père cherche des histoires au fils, ...*

¹¹ Nous retrouvons là un des principes de base du fonctionnement référentiel, que nous avons mis en relief il y a plus d'une dizaine d'années déjà (Kleiber, 1986) et que le phénomène des portes ouvertes fait redécouvrir avec une naïveté goulue à intervalles réguliers depuis: le choix des expressions référentielles dépend autant de l'information véhiculée par la phrase-hôte que de celle rendue disponible ou accessible par le texte antérieur et/ou la situation.

on constate que cette fois-ci on a bien le défini pour *le fils*, ceci parce que la définitude de *le père* repose elle-même déjà sur une relation membre-collection (du type $z = \text{famille}$), de telle sorte que l'on peut continuer par un autre membre de cette collection sur le mode du défini (*le fils*). Même si on comprend que le fils est le fils ... du père, il n'y a pas, et c'est là l'élément essentiel, anaphore entre *le père* et *le fils*. Les deux sont définis par rapport à un même englobant antécédent 'famille'. Il est intéressant de noter que le SN possessif *sa copine* ne peut dans l'opération virer au défini:

28) ? *Le père cherche des histoires au fils, parce qu'il n'aime pas la copine*
Le père cherche des histoires au fils, parce qu'il n'aime pas sa copine

A la différence de *le père, le fils, les enfants*, etc., la copine ne peut être saisie au niveau de la famille. Ce n'est pas un membre d'une famille prototypique et son statut à l'intérieur d'un tel ensemble n'est pas univoque: chaque membre de la famille peut avoir une copine. Du coup, son caractère relationnel $x \text{ est copine de } y$ ne peut pas être mis en veilleuse au profit d'une donation définie *via* l'ensemble plus vaste z de la famille. La détermination doit se faire au niveau de y et c'est donc le possessif qui subsiste dans 28).

2.2. Deuxième situation: anaphore associative

La deuxième situation est celle où seule, cette fois-ci, l'anaphore associative définie convient, le possessif n'étant plus à sa place, comme le montrent les séquences 14), 16)-18) reprises sous 29)-32) et auxquelles nous ajoutons 33), opposées à 34)-38):

- 29) *Un couple m'a rendu visite hier; le mari était insupportable*
 30) *Une famille autrichienne très bon genre (Monsieur, Madame, le chien, le fils d'une dizaine d'années, le monospace tractant un bateau à voile...). Le chien, l'enfant, le père, la mère seront successivement massacrés dans une sorte de long jeu d'épouvante*
 31) *Dans les familles d'origine immigrée notamment, la mère est en porte à faux entre sa culture d'origine et sa volonté d'intégration...*
 32) *Quatre membres d'une même famille ont été blessés par une explosion dans leur pavillon de Hoenheim, hier, vers 13 heures. Les parents ont été grièvement brûlés*
 33) *La famille Busser a été frappée par la malchance ces dernières années. En janvier 1995, elle avait été prise en otage toute une nuit par deux malfaiteurs armés. Au matin, ces derniers avaient emmené le père, directeur de banque...*
 34) ? *Un couple m'a rendu visite hier; son mari était insupportable*
 35) ? *Une famille autrichienne très bon genre (Monsieur, Madame, son chien, son fils d'une dizaine d'années, le monospace tractant un bateau à voile...). Son chien, son enfant, son père, sa mère seront successivement massacrés dans une sorte de long jeu d'épouvante*
 36) ? *Dans les familles d'origine immigrée notamment, sa mère est en porte à faux entre sa culture d'origine et sa volonté d'intégration...*

- 37) ? *Quatre membres d'une même famille ont été blessés par une explosion dans leur pavillon de Hoenheim, hier, vers 13 heures. Ses parents ont été grièvement brûlés*
- 38) ? *La famille Busser a été frappée par la malchance ces dernières années. En janvier 1995, elle avait été prise en otage toute une nuit par deux malfaiteurs armés. Au matin, ces derniers avaient emmené son père, directeur de banque...*

La raison en est bien simple: il n'y a pas, au moment de l'occurrence des expressions définies de parenté, de *y* disponible pour que l'anaphore possessive puisse s'établir. Se trouve par contre présente dans le contexte l'entité plus vaste *z* (*famille* ou *couple*) qui ouvre toute grande la voie à une anaphore associative du type membre-collection.

Il suffit qu'un tel *y* s'installe discursivement entretemps pour que le possessif retrouve ensuite voix au chapitre. C'est ce qui se passe, par exemple, dans 33), où le référent de *le père*, qui pourtant ne peut être lui-même, comme nous venons de le voir, saisi par un adjectif possessif, fournit par contre le *y* nécessaire à une relation de parenté directe ultérieure et donc à l'emploi d'un syntagme anaphorique possessif, comme le montre la séquence complète 39):

- 39) *La famille Busser a été frappée par la malchance ces dernières années. En janvier 1995, elle avait été prise en otage toute une nuit par deux malfaiteurs armés. Au matin, ces derniers avaient emmené le père, directeur de banque, et sa fille pour se faire ouvrir le coffre.*

Il en va de même dans 31), où, une fois que *la mère* est posée, elle peut servir de pivot référentiel à une anaphore possessive marquant le rapport direct *mère-enfants*. C'est ainsi qu'au lieu de la suite attestée en *les enfants*, 31) pourrait se continuer avec l'anaphore possessive *ses enfants*, enchaînement peut-être pas très heureux ici, mais que l'on ne peut néanmoins exclure:

- 40) *Dans les familles d'origine immigrée notamment, la mère est en porte à faux entre sa culture d'origine et sa volonté d'intégration, elle est complètement larguée au niveau scolaire et ses enfants en profitent*

2.3. Troisième situation: anaphore possessive et anaphore associative

On l'aura compris, nous sommes avec ces exemples déjà entré dans la troisième situation, celle où les deux modes référentiels sont licites. C'est ainsi que dans les énoncés 13) et 15) (modifié) repris sous 41)-42):

- 41) *On m'a présenté une jeune fille à marier, mais la mère était impossible*
- 42) *Un beau mariage a eu lieu hier à Pfaffenheim. Les mariés étaient en blanc. Les parents étaient ravis*

auxquels nous ajouterons 43) et 44):

- 43) *Nous étions une famille de 4 enfants (25, 18, 15 et 8 ans) originaire d'un village voisin de Hambung. Notre père est mort de faim, il y a 3 ans, notre mère de maladie peu après. Les deux enfants de notre soeur aînée sont aussi morts de faim à respectivement 1 et 4 ans (Libération, 30/09/1998)*
- 44) *Hier, la cour d'assises du Haut-Rhin a consacré une première journée à cerner la personnalité de l'accusée. ... A la maison, le frère aîné faisait régner un ordre quasi totalitaire ... Quant à la mère, elle s'inquiétait de ce que sa fille «buvait trop de Coca-Cola» (DNA 30/9/97)*

on peut remplacer le défini par le possessif et vice versa, même si le résultat peut paraître moins adéquat que la version originale:

- 45) *On m'a présenté une jeune fille à marier, mais sa mère était impossible*
- 46) *Un beau mariage a eu lieu hier à Pfaffenheim. Les mariés étaient en blanc. Leurs parents étaient ravis*
- 47) *Nous étions une famille de 4 enfants (25, 18, 15 et 8 ans) originaire d'un village voisin de Hambung. Le père est mort de faim, il y a 3 ans, la mère de maladie peu après. Les deux enfants de la soeur aînée sont aussi morts de faim à respectivement 1 et 4 ans (Libération, 30/09/1998)*
- 48) *Hier, la cour d'assises du Haut-Rhin a consacré une première journée à cerner la personnalité de l'accusée. ... A la maison, son frère aîné faisait régner un ordre quasi totalitaire ... Quant à sa mère, elle s'inquiétait de ce que la fille «buvait trop de Coca-Cola»*

Point besoin d'expliquer longuement pourquoi: les deux modèles de saisie référentielle sont disponibles: ou c'est le modèle de la relation membre-collection (z) qui est choisi — nous avons alors l'anaphore associative — ou c'est le modèle de la relation de parenté directe avec y qui est activé et nous avons alors le possessif. Le choix dépend du point de vue adopté et du but recherché. Si on veut mettre l'accent, pour une raison ou une autre, sur y , en somme si on entend définir x en prenant y comme repère, c'est le possessif qui sera élu, comme dans 43) par exemple. Si, au contraire, comme dans 44), on entend plutôt, comme le souligne le révélateur à *la maison*, décrire la famille dont y (l'accusée) est un membre, ce sera plutôt le défini. On notera que le possessif *sa fille* dans cet exemple permet de souligner le côté discours rapporté de la dernière phrase.

Les exemples présentés jusqu'ici montrent que cette troisième situation est moins fréquente que celle des deux autres. On comprend pourquoi: le contexte est rarement ouvert de façon égale aux deux types de saisie, de telle sorte que le plus souvent l'un des deux apparaît comme meilleur que l'autre.

Le fait d'avoir trois situations possibles explique que les deux procédés d'enchaînement référentiels puissent se retrouver dans une même séquence. Il faut toutefois ajouter que dans ce cas, comme le montrent des exemples tels que 49) et 50), l'influence de deux facteurs se fait sentir: la possibilité d'avoir

plusieurs noms de parenté pour un même référent et la présence de plus de deux référents impliqués dans le même ensemble familial:

- 49) *Un père de famille de 44 ans a été mis en examen hier. Après enquête de la brigade des mœurs de la sûreté de Strasbourg, il est accusé d'avoir abusé de ses deux filles. La mère est poursuivie pour «non assistance à personne en danger et non dénonciation de crime sur mineures de 15 ans» ... L'épouse a été laissée en liberté sous contrôle judiciaire, tandis que son mari a été écroué*
- 50) *Violences en famille. Un père a maltraité ses deux fils pendant trois ans. La mère n'a jamais rien dit*

Arrêtons-nous sur le dernier SN de 50), à savoir *la mère*. On pourrait théoriquement avoir *son épouse / sa femme* ou *l'épouse* ou encore *leur mère*, mais aucun de ces trois SN ne se révèle aussi adéquat que lui:

- 51) *Violences en famille. Un père a maltraité ses deux fils pendant trois ans. Son épouse n'a jamais rien dit*
- 52) *Violences en famille. Un père a maltraité ses deux fils pendant trois ans. L'épouse n'a jamais rien dit*
- 53) *Violences en famille. Un père a maltraité ses deux fils pendant trois ans. Leur mère n'a jamais rien dit*

Le possessif *son épouse / sa femme* et le défini *l'épouse* font perdre de vue le rapport de parenté avec les enfants maltraités au profit du lien direct 'x épouse de y' ou du rapport englobant 'couple z: mari-épouse'. Le possessif *leur mère* focalise par contre le rapport direct 'x mère de y' et met du coup en veilleuse le rapport avec le père. Seul le défini *la mère* permet à la fois de garder le contact avec les fils et le père par la saisie englobante définie effectuée au sein de la famille: celle-ci a en effet pour résultat de placer *la mère* au même niveau que *le père* et *les fils*.

Conclusion

La conclusion ne peut être que provisoire, puisque, comme on ne le sait que trop bien, en matière d'anaphore, c'est avant tout l'enchaînement qui compte. Et de préférence ... réussi! Alors ...

Bibliographie

CRÉVENAT, D. (à paraître) – «Entre le déterminant associatif *le* et le possessif *son*, quel type de concurrence?» *Romanische Forschungen*.

- JANSSEN, T. (1980) – «Coreference and Interference in Anaphoric Relations: Grammatical Semantics or Pragmatics?»; in Van der Auwera (ed.), *The Semantics of Determiners*, London, Croom Helm, pp. 67-80.
- KLEIBER, G. (1986) – «Pour une explication du paradoxe de la reprise immédiate», *Langue française*, 72, pp. 54-79.
- KLEIBER, G. (1990) – «Sur l'anaphore associative: article défini et adjectif démonstratif», *Rivista di Linguistica*, 2, 1, pp. 155-174.
- KLEIBER, G. (1992) – «Article défini, unicité et pertinence», *Revue Romane*, 27, pp. 61-89.
- KLEIBER, G. (1994) – *Anaphores et pronoms*, Bruxelles, Duculot.
- KLEIBER, G. (1996) – «Anaphores associatives méronymiques: définitions et propriétés», in Blumenthal, P., Rovere, G. & Schwarze, C. (eds.) *Lexikalische Analyse Romanischer Sprachen*, Tübingen, Niemeyer, pp. 51-62.
- KLEIBER, G. (1997 a) – «Des anaphores associatives méronymiques aux anaphores associatives locatives», *Verbum*, XIX, 1-2, pp. 25-66.
- KLEIBER, G. (1997 b) – «Les anaphores associatives actanciennes», *Scolia*, 10, pp. 89-120.
- KLEIBER, G. (1999 a) – «Anaphore associative et relation partie-tout: condition d'aliénation et principe de congruence ontologique», *Langue française*, 122, pp. 70-100.
- KLEIBER, G. (1999 b) – «Les noms relationnels en anaphore associative: le cas des noms de parenté», *Studi Italiani di Linguistica Torica e Applicata*, XXVIII, n.° 2, pp. 283-300.
- KLEIBER, G. (2000) – «Typologie des anaphores associatives: le cas des anaphores associatives fonctionnelles» in Englebert, A., Pierrard, M., Rosier, L. et Van Raemdonck, D. (éds), *Actes du XXIIe Congrès International de linguistique et philologie romanes* (Bruxelles, 23-28 juillet 1998), vol. 7, *Sens et fonctions*, Tübingen, Niemeyer, pp. 335-342.
- KLEIBER, G. (2001) – *L'anaphore associative*, Paris, PUF.
- KLEIBER, G., PATRY, R. et MÉNARD, N. (1993) – «Anaphore associative: dans quel sens «roule-t-elle?», *Revue québécoise de linguistique*, 22, 2, pp. 139-162.
- KLEIBER, G., SCHNEDECKER, C. et UJMA, L. (1994) – «L'anaphore associative: d'une conception l'autre», in Schnedecker, C., Charolles, M., Kleiber, G. et David, J. (éds), *L'anaphore associative (Aspects linguistiques, psycholinguistiques et automatiques)*, Paris, Klincksieck, pp. 5-64.
- LYONS, J. (1978) – *Éléments de sémantique*, Paris, Larousse.
- MILNER, J. C. (1982) – *Ordres et raisons de langue*, Paris, Le Seuil.
- NIKLAS-SALMINEN, A. (1997) – *La lexicologie*, Paris, Librairie Armand Colin.
- RIEGEL, M., PELLAT, J. C. et RIOUL, R. (1994) – *Grammaire méthodique du français*, Paris, PUF.
- SALLES, M. (1995 a) – «Anaphore, partie-de et stéréotypes», *Scolia*, 3, pp. 47-58.
- SALLES, M. (1995 b) – *La relation lexicale «partie-de»*, Thèse de Doctorat de l'Université de Caen, Caen, Université de Caen.
- SCHNEDECKER, C., CHAROLLES, M., KLEIBER, G. et DAVID, J. (éds) (1994) – *L'anaphore associative (Aspects linguistiques, psycholinguistiques et automatiques)*, Paris, Klincksieck.
- WINSTON, M. E., CHAFFIN, R. et HERRMANN, D. (1987) – «A Taxonomy of Part-Whole Relations», *Cognitive Science*.

SOBRE LA INTERFAZ ENTRE LÉXICO Y GRAMÁTICA, SIGNIFICADO LÉXICO Y COMBINATORIA MORFOSINTÁCTICA

Gerd Wotjak
Universidad de Leipzig
wotjak@rz.uni-leipzig.de

0. La relación entre léxico y gramática así como la entre sintaxis y semántica cada día más atraen la atención de los lingüistas y filólogos. El interés creciente por esta temática se debe fundamentalmente

- a) a la convicción de que el léxico – lejos de ser ajeno a las descripciones de la gramática en general y a la sintaxis en especial (cf. por ejemplo Salazar García 2000) – ocupa un lugar importante, a no ser predominante en los intentos encaminados a describir cabalmente la combinatoria morfosintáctica de los signos lingüísticos o unidades léxicas/UL como elementos del habla e indispensables para la construcción de oraciones y textos;
- b) se alimenta este interés, además, por los logros y retos de los análisis del léxico que, de parienta pobre, de cenicienta, se ha transformado en estrellita y reina de la investigación lingüística actual.

De esta tendencia se está aprovechando también el estudio del significado léxico que, sin embargo, todavía necesita mayor atención para que puedan compensarse el descuido de varios decenios y el predominio aún observable de los análisis sintácticos y del significado oracional.

1. El interés por las interrelaciones entre léxico y gramática y, en escala menor, también entre semántica léxica y sintaxis no es, empero, nada nuevo. Se manifiesta ya en los enfoques funcionalistas de la escuela de Praga y los análisis glosemáticos de la Escuela de Copenhague, donde nunca se había descuidado la correspondencia indisoluble entre forma y contenido/función ni se había olvidado nunca que la combinatoria de UL en la construcción de oraciones tiene que tener presente que estas UL son entidades bilaterales de forma y contenido, o sea, palabras portadoras de significado(s) y no meras categorías morfosintácticas abstractas. Al recordar los intentos de la llamada *inhalt-bezogene Sprachbeschreibung* (cf. Brinkmann, Erben, Glinz de los años

1950/60) debemos destacar igualmente que se ha hecho hincapié en la influencia marcada y hasta decisiva ejercitada sobre la combinatoria morfosintáctica y semántica oracional y textual por los aspectos semánticos en general y en concreto por el significado de las UL en cuestión (hoy añadiríamos por los aspectos cognitivos).

1.1. En este contexto quisiéramos mencionar el enfoque onomasiológico-cognitivo según el que Pinchon/Damourette, ya en los años treinta del siglo XX, han basado su gramática en las ideas, pista que se ha seguido, por ejemplo, en los análisis funcional-comunicativos o semánticos propuestos por Bondarko y continuadores y que han dado lugar, entre otros, a la producción de gramáticas comunicativas – véanse Mate Bon 1992; Boeck 1981; Sommerfeldt et al. 1984; 1986; pero también Pottier con su gramática «semántica» de 1971 y Subirats con su gramática léxica de 2001.

1.2. En este brevísimo recuento histórico debemos señalar también que ya en los años 60 del siglo XX, cuando con el libro «Syntactic Structure» de 1957 y la versión estándar extendida de la gramática generativa transformacional de Chomsky de 1964 se ha ido imponiendo una vertiente predominantemente sintáctico-formal y lógica (con grandes reservas frente al léxico), una postura contraria casi inapercibida (cf. G.F.Meier en Wotjak 1971/79), donde se perfila una tendencia hacia una semantización cada vez más reforzada de las descripciones sintácticas.

1.3. A mediados y finales de los mismos años sesenta, la relación entre el léxico y la gramática ha sido tematizada con mayor detenimiento, primero con el auge insostenible de la teoría de la valencia¹, posteriormente con los análisis promovidos por la corriente *lexique-grammaire* (cf. M.Gross 1996, G.Gross/R.Vivés 1986, Lamiroy 1991, Eggermont 1992 y otros) así como por el así llamado *Pronominal Approach* (cf. Blanche-Benveniste et al. 1984), que pese a las divergencias metodológicas existentes entre estos enfoques han coincidido en centrar sus investigaciones en el léxico, en particular en los verbos.

Desgraciadamente, estos enfoques casi no se han tomado en consideración en los países románicos o anglosajones, sea por el desconocimiento del alemán, sea por el predominio de otros enfoques, entre los que destaca la gramática generativa transformacional como la lingüística *mainstream* impe-

¹ Bien que estrechamente vinculada con el nombre de Tesnière 1959, son ante todo Helbig, Engel y otros germanistas como Bondzio y Welke que han ido desarrollando este enfoque lexicocentrista – cf. Báez San José 1988; Schumacher 1988; Vilela 1992.; Wotjak 2001 sobre la persistencia y presencia en la lingüística actual y en particular la de las lenguas románicas.

rante. Gracias a las innovaciones importantes introducidas por Chomsky en 1981 en sus lecturas sobre Government and Binding, aspectos de valencia y de la descripción de papeles temáticos/casos semánticos (cf. ya Fillmore 1968) han sido retomados y se ha producido un viraje importante, un acercamiento al léxico con la subsiguiente necesidad de redefinir la relación entre sintaxis/gramática y léxico.

2. En la actualidad, los artículos y libros monográficos que tematizan esta interrelación entre léxico y gramática y en escala mucho menor también entre sintaxis y semántica/cognición son legión. Mientras que ya no parece ponerse en tela de juicio la necesidad de tener en cuenta la existencia/importancia de tal interrelación, siguen perfilándose fundamentalmente los siguientes enfoques en lo que se refiere a cómo concebir el peso que se les deba conceder al léxico, a la semántica léxica y/o a la sintaxis respectivamente.

- (i) Predomina el estudio modular y relativa o totalmente independiente de los fenómenos morfosintácticos y léxicos; se propone trazar reglas canónicas o por lo menos preferencias prototípicas para la construcción de oraciones correctas (bien formadas/*well formed*). Tales reglas combinatorias siguen concibiéndose como exclusiva o predominantemente sintácticas (y formales, consideradas de preferencia como virtualmente universales) y excluyen en la medida de lo posible cualquier referencia concreta a aspectos del léxico y mucho menos todavía al significado léxico de las UL concretas constitutivas de las oraciones correspondientes.
- (ii) En la misma perspectiva oracional-sintagmática, total o mayoritariamente desvinculando la investigación sintáctica de la descripción del potencial combinatorio-distribucional intrínseco de las UL constitutivas de oraciones y (mini)textos, pero ya admitiendo aspectos semánticos al igual que los sintácticos, hay investigaciones como la *Construction Grammar* de Goldberg 1995 con sus estructuras argumentales o las relativas a los esquemas sintáctico-semánticos en la continuación de Báez San José (cf. Báez San José/ Penadés Martínez 1990; Penadés Martínez 1994; Devís 2000) que como moldes o patrones de construcción suministran algoritmos generadores de sintagmas y oraciones correctas, por regla general con el verbo como centro generador y *noeud des noeuds* en el sentido de Tesnière 1959. Van por una pista bastante parecida, si bien a veces con descripciones más específicas y una separación entre esquemas sintácticos y otros semánticos (Helbig 1982; 1992), los análisis de los llamados esquemas oracionales (*Satzbaupläne*) de Engel 1970, Engelen 1968, 1975 y otros que, en su larga mayoría, no se han tomado en consideración más allá de la germanística o del

paradigma valencial. Siguiendo estimaciones de Báez San José, que según él se basan en un número representativo de ejemplos analizados, podemos postular que unos 700 esquemas sintáctico-semánticos abarquen como un paradigma limitado de reglas o moldes constructoras de sintagmas/oraciones la totalidad de la combinatoria sintáctica y semántica de los verbos o predicados disponibles en español, incluyendo las diatésis activa y pasiva. Este conjunto distribucional o de entornos combinatorios para el español constituye el marco «predicativo» con el que deben congruir las indicaciones combinatorias sintácticas y semánticas intrínsecas de los verbos, correspondencia que debería sistematizarse, lo que es una tarea que no se persigue ni en el libro citado de Goldberg ni en la mayoría de las publicaciones sobre esquemas sintáctico-semánticos de la que podríamos llamar Escuela de Cádiz.

- (iii) Para completar el panorama de las investigaciones hay que mencionar la existencia de otros análisis lexicoxentristas más que focalizan la descripción pormenorizada del potencial combinatorio morfosintáctico (y semántico/sememotáctico) de las UL, ante todo verbales como representantes prototípicos de UL heteroicidentes (cf. Pottier 1971), es decir, de UL cuyo significado léxico presupone/predetermina la existencia de por lo menos una casilla vacía argumental/*slot* argumental que debe o puede llenarse por una ÚL *filler/actante* en la combinatoria sintagmática oracional del verbo en cuestión. Basta con mencionar en este contexto las descripciones de la valencia verbal o de la distribución en sentido amplio por parte de la corriente «lexique-grammaire».

3. Las descripciones de las combinatorias en la que pueden insertarse las distintas UL heteroicidentes evocando predicaciones de estados de cosas parecen, por lo menos en parte, priorizar la perspectiva sintáctica o bien los aspectos semánticos, sin tratar al mismo tiempo los aspectos sintácticos involucrados de esta combinatoria oracional. Nos parece que se está acercando el momento donde se tienen que unir los análisis mencionados bajo (ii) y (iii) cuyo carácter complementario debe haber saltado a la vista. No nos convencen, en este contexto, aún los esquemas sintáctico-semánticos en la simbolización propuesta por la Escuela de Cádiz. Estos últimos, de forma sencilla y muy concreta, reúnen indicaciones semántico-clasemáticas como por ejemplo *alguien* = persona/<+Hum>, *algo* = cosa /<-Hum> y sintáctico-funcionales, que, sin embargo, deben deducirse del orden secuencial elegido así como del conocimiento gramatical compartido que nos dice que la primera indicación: *algo* o *alguien* se refiere al sujeto, que el complemento directo no lleva marca de *a* con *algo* y lleva la *a* con *alguien*; mientras que *a alguien*, junto con un *algo/a alguien* complemento directo, corresponde

al complemento indirecto *ci*. Pueden aparecer otras preposiciones que introducen *algo* o *alguien* en la diatesis activa y/o pasiva.

3.1. Optamos por recurrir a simbolizaciones más abstractas y más explícitas, utilizando para tales fines, de un lado los papeles semánticos o temáticos², tal vez apoyadas por rasgos semántico-categoriales, denotativo-clasemáticos (cf. Wotjak 1987) más detalladas, y las indicaciones morfosintáctico-categoriales y/o funcionales, por el otro lado. No ignoramos que así vamos a tropezarnos con mayores dificultades al tener que determinar la simbolización concreta que debemos escoger. Si, no obstante, preferimos a los esquemas sintáctico-semánticos de la Escuela de Cádiz la indicación de combinatorias/esquemas como los siguientes, más abstractos y más específicas, debemos poder justificar este proceder.

A título de ejemplo presentaremos bajo (1) un esquema morfosintáctico con indicaciones categoriales³; en (2) le seguirá la versión actualizada y que mejor se ajusta a la comparación interlingüística y a la descripción de idiomas sin un sistema de casos/declinación tan manifiesta, y donde se sustituyen las indicaciones de los sustantivos en nominativo/*Sn*, sustantivo en acusativo/*Sa* y sustantivo en dativo/*Sd* o preposición + sustantivo/*ps* o *NS/Nebensatz* (oración subordinada) por la indicación de las funciones sintácticas, de las partes de la oración.

(1) *Sn* + *Sa* + *Sd* o bien *Sn* + *Sd* + *NS* o bien *Sn* + *Sa* + *pS*

(2) sujeto + complemento directo/*cd* + complemento indirecto/*ci* o bien *suj* + *cd* + *cc/complemento circunstancial*

Bajo (3) presentaremos un esquema semántico tal como lo ha propuesto G. Helbig en varias ocasiones y donde no aparecen indicaciones semántico-categoriales al lado de las semántico-funcionales para las que utiliza hasta 25 casos semántico-temáticos distintos.

(3) Predicado/*P*: AGENTE + PACIENTE + DESTINATARIO vs FUENTE o bien
AGENTE + PACIENTE + INSTRUMENTO + *LOCGoal*

Podrían combinarse las descripciones sintácticas en (2) con las semánticas en (3), lo cual daría esquemas sintáctico-semánticos como en (4) que simboli-

² Véanse las indicaciones semántico-funcionales en Helbig 1982, 1992; B. Wotjak 1981; B. Wotjak/G. Wotjak 1995.

³ Cf. el nivel II en el diccionario de valencia y distribución de verbos alemanes de Helbig/ /Schenkel de 1969, donde la indicación de los casos morfosintácticos se justifica por la flexión morfológica, la declinación.

zarían moldes o patrones generadores para oraciones como las mencionadas en (5):

- (4) suj/AGENTE + cd/PACIENTE + ci/DESTINATARIO vs FUENTE o bien
suj/AGENTE + cd/PACIENTE + cc/ps/INSTRUMENTO + cc/ps/LOCGoal
- (5) El padre le regala a su hija un coche. El ladrón les ha robado a los estudiantes todas sus pertenencias.
El padre conduce a sus chicos (en su coche) a la estación. Der Vater fährt seine Kinder (mit seinem Auto) zum Bahnhof.

Pensamos que podemos describir con mayor exactitud y genericidad las interrelaciones entre semántica y sintaxis así como entre léxico y gramática al recurrir a descripciones más pormenorizadas como las mencionadas bajo (2) y (3) y en su combinación en (4). Se evidencian así mejor las coincidencias que hay entre esquemas sintáctico-semánticos (véanse también los marcos predicativos en Dik 1989 y en la lexicología funcional – Faber/Mairal 1999) y las indicaciones de combinatoria morfosintáctica y semántica que deben aparecer en el plano de la expresión del potencial comunicativo de las UL sistémicas (cf. Wotjak 1994a). Para la descripción del potencial combinatorio de las UL debemos muchas indicaciones a los análisis valenciales tanto de la Escuela de Leipzig, como de la Escuela de Mannheim (Engel et al.) como de los seguidores de Bondzio de Berlín; podemos sacar provecho también de las investigaciones realizadas por la corriente *lexique-grammaire* y el *Pronominal Approach* ya mencionados más arriba.

3.2. Hay enfoques, sin embargo, que además de subrayar la importancia de descripciones detalladas de la combinatoria de las UL, de un lado y de los esquemas sintáctico-semánticos, por el otro, estipulan una descripción morfosintáctica de base léxica. Con ellos se va invirtiendo la perspectiva: ya no se considera más la sintaxis como dominante y hasta se sacrifica su independencia modular del léxico, dando lugar a la fundamentación de la combinatoria interlexemática en los sintagmas y las oraciones por la distribución, por el potencial combinatorio de predicados, en su inmensa mayoría de verbos. La sintaxis léxica de Carlos Subirats Rüggeberg nos suministra un ejemplo convincente para este cambio de perspectiva.

3.3. Un cambio algo semejante puede observarse también en cuanto a la relación entre semántica léxica y sintaxis, entre el significado léxico y la combinatoria morfosintáctica y semántica de la UL heteroincidente al respecto. Basta con mencionar la valencia lógico-semántica de Bondzio 1971 y su concepto de una sintaxis basada en estas características semántico-lógicas (cf. Bondzio 1976, 77, 78; 1994) que nos ha inspirado a proponer en Wotjak 1984

una determinación de los complementos o actantes en la terminología de Tesnière con respecto al potencial argumental que presenta la configuración nuclear (básica) del significado léxico en cuestión.

4. Vistas las muchas y variadas descripciones que de una forma u otra tematizan aspectos sintácticos y semánticos juntos y/o por separado, resulta sorprendente que el carácter de esta interrelación, de la interfaz entre distribución morfosintáctica = *potencial actancial* o *actancia* y semántica del verbo = estructura o potencial argumental, muy poco se haya ido profundizando, estudiando o por lo menos tematizando. Cierta despreocupación por esta relación suele manifestarse, por ejemplo, en el uso no reflexionado e indiscriminado del término «argumento» que se utiliza también en aquellos casos donde se refiere a manifestaciones sintácticas concretas, mientras que nosotros optaríamos por utilizarlo sólo en el nivel semántico para referirse a las casillas vacías o slots argumentales preestablecidas y que guían al combinatoria del verbo en su uso sintagmático. Restringiríamos el uso de *actante* a las UL concretas que llenan estos slots y por consiguiente serían UL fillers y evitaríamos así un uso distinto del término «actante» para fenómenos semánticos tal como aparece en trabajos de Pottier, Gak, Heger/Mudersbach 1984 o hasta para los co-partícipes de situaciones/conceptualizaciones de eventos, procesos, estados de cosa, etc. (cf. el pequeño drama de Tesnière).

4.1 En cuanto al carácter de esta interrelación parece que la casi totalidad de los investigadores que se interesan por la descripción de las combinatorias morfosintáctica y semántica de las UL ni siquiera han problematizado el hecho de que pueda haber una no-congruencia parcial entre lo semántico y lo sintáctico. Muchos parecen compartir la hipótesis, formulada expresamente por Welke 1988 siguiendo en esto a Bondzio, que entre lo semántico y lo sintáctico existe un isomorfismo u homomorfismo de manera tal que cualquier divergencia morfosintáctica evidencia una divergencia semántica al igual que diferencias en el significado léxico o coincidencias semánticas se reflejan en características combinatorias morfosintácticas distintas o bien en una coincidencia de la distribución sintáctica. Debemos al famoso germanista G. Helbig el aviso importante y poco tenido en cuenta de que habría que demostrar primero la validez pretendidamente total y absoluta del isomorfismo postulado y que para ello no podríamos basarnos en métodos que presuponen esta existencia de una relación isomórfica como dada, como válida sin previo escrutinio, y que sólo después de descripciones sintácticas y semánticas llevadas a cabo de forma independiente las unas de las otras y después de una comparación posterior detallada entre estas descripciones del potencial argumental y de la actancia podría demostrarse fehacientemente.

Nos parece sensata la prudencia aconsejada y por ello en lo que sigue vamos a presentar una descripción estrictamente independiente de los niveles semántico y sintáctico y sólo posteriormente se correlacionarán ambas descripciones modulares. Esto no impide, sin embargo, contar también con análisis que aparentemente se basan en la idea de un isomorfismo imperante. Teniendo en cuenta los análisis de Apresyan de 1967, donde se utilizan características sintáctico-distribucionales para establecer una relación con el semantismo verbal y la pertenencia de los verbos a distintos o idénticos campos léxico-semánticos respectivamente, así como la afirmación personal de V. Báez San José, que se habría ya demostrado la validez del isomorfismo en por lo menos un 80% de los casos analizados, sería, tal vez, más aconsejable desistir de esta demostración de la fiabilidad del isomorfismo. Y esto con mayor razón, viendo las dificultades con que nos tropezaremos al querer determinar el semantismo independientemente de la distribución sintáctica. Al insistir, no obstante, en una descripción bien delimitada de los niveles semántico (considerado como primordial, dominante) y sintáctico⁴, no queremos poner en tela de juicio la existencia de un isomorfismo total y absoluto; pero nos proponemos ser metodológicamente rigurosos o prudentes y esperamos poder contribuir así a esclarecer mejor la interfaz entre lo semántico y lo sintáctico y hasta perfeccionar así las descripciones semánticas mismas.

4.2 En lo que sigue presentaremos una breve sinopsis de nuestros postulados en cuanto al significado léxico y su interrelación con la sintaxis y la cognición, invitando al lector interesado a consultar más detalles y fundamentación en la bibliografía mencionada. Para nosotros

- (i) cada significado léxico de una UL heteroincidente (en adelante exclusivamente verbos – cf. para los sustantivos Wotjak 2000c), como parte del núcleo designativo referencial, presenta, por regla general, más de un slot argumental o argumento; mayoritariamente se trata de argumentos variables o variables argumentales con determinadas restricciones semántico-funcionales y semántico-categoriales para las UL fillers, y sólo en casos excepcionales el significado contiene también un argumento constante;
- (ii) podemos concebir estos argumentos como co-partícipes sememizados, es decir, socializados y usualizados, a partir de una determinada conceptualización/predicación, una configuración cognitiva (escena, frame, script, etc.), por regla general más abarcadora y co-activada o

⁴ Considerado como nivel de manifestaciones/ actantificaciones convencionalizadas, usualizadas, esquemas o patrones/moldes generadores de oraciones.

co-activable por medio del significado léxico, por el semema o la *microestructura semántica* en cuestión. Serían, pues, los argumentos del semema co-partícipes del pequeño drama de Tesnière o bien de la noción constitutiva de un campo léxico-semántico, de la *macroestructura semántica paradigmática* a la que pertenece el verbo en cuestión con su configuración nuclear (archi)semémica, compuesta de *functores/predicados* o predicadores semánticos y sus respectivos argumentos/ slots argumentales;

- (iii) predetermina la cantidad y cualidad semántico-funcional y categorial-clasemática de este potencial argumental (= *estructura argumental*) la cantidad y cualidad de las UL fillers que pueden (= actantes facultativos) o deben acompañar (actantes obligatorios) a la variante verbal que le corresponde a la microestructura, al semema, analizados. No pueden darse más actantes que slots argumentales; la actancia máxima (= totalidad de actantes tanto obligatorios como facultativos) puede coincidir con el máximo de slots argumentales que representa la configuración nuclear semémica;
- (iv) el semema abarca, además de la configuración nuclear con los funtores y los slots argumentales, otros elementos semánticos que son responsables de la diferenciación semántica entre sinónimos como, por ejemplo, entre *stehlen* (hurtar) y *rauben* (robar) en alemán o entre los sememas cuyas configuraciones nucleares son altamente idénticas, como, por ejemplo, entre *caminar*, *andar*, *correr*, *volar*, etc. en su calidad de verbos pertenecientes al campo del DESPLAZAMIENTO. Siguiendo a Bondzio 1971, podemos llamar estos rasgos diferenciadores, que garantizan la idiosincrasia semántica, *modificadores* y hablar de modificadores variables o constantes. Las UL fillers serían en este caso *circunstantes indicados por el semema verbal* (cf. los K-circunstantes de Kotschi 1991; Melis 1983). A aquellos pueden ir añadiéndose otros circunstantes, que corresponderían, o bien a otros co-partícipes de la configuración cognitiva evocada no sememizados – se trataría de *circunstantes inducidos por el semema verbal*, o bien no tendrían ninguna correspondencia en el significado léxico de la UL heteroincidente al respecto⁵. No podemos determinar aquí si los circunstantes del tipo A (los indicados = modificadores semémicos) y/o del tipo B (circunstancias de otros co-partícipes de la conceptualización/predica-

⁵ Se trataría también de circunstantes, a no ser que acuñemos otro término distinto, en el caso dado, de adverbios oracionales que expresan una determinada postura del hablante y que no tienen relación previsible alguna ni con el semema, ni con la escena evocada por el significado léxico.

ción o escena correspondiente) indistintamente les corresponden a los *satélites* en el marco predicativo de Dik; nosotros, por ejemplo, no admitiríamos en él los circunstantes del tipo B con igual valor como los del tipo A inherentes al semema y responsables para su idiosincrasia. Si quisiéramos profundizar en esta temática, que tiene que ver también con la diferenciación entre complementos/ actantes y adjuntos/circunstantes, tendríamos que presentar otro artículo (cf. Wotjak 1994b; 1996a; 1996b).

4.3. Véamos a continuación algunos ejemplos concretos, donde nos proponemos suministrar descripciones del potencial combinatorio de verbos escogidos del alemán y el español, partiendo de la descripción del nivel semántico, restringiéndonos aquí a destacar y especificar semánticamente la estructura argumental y complementando esta descripción modular independiente por la indicación de las funciones morfosintácticas que desempeñan las UL fillers al respecto.

4.3.1. Que sirvan de primeros ejemplos los análisis correspondientes de las parejas de verbos alemanes *stehlen/rauben* y *bestehlen/berauben* cuyo equivalente español es *robar* ya que *hurtar* ha desaparecido del uso común y corriente. Esperamos poder explicitar los problemas con que nos enfrentamos al comparar estas dos parejas de verbos altamente sinonímicas entre sí. No parece dudoso en absoluto que para *stehlen* o *bestehlen* o bien *rauben* y *berauben* respectivamente podemos postular una alta coincidencia en las configuraciones nucleares designativas, referenciales: ambas se refieren a, instancian o instauran la escena prototípica del robo/hurto con los co-participes de la conceptualización/predicación cognitiva correspondiente:

argumento1 = AGENTE; argumento2 = PACIENTE (= lo que se ha robado/hurtado) y argumento3 = FUENTE (= a quien se le ha robado algo) – cf. (6).

De ahí la fórmula archisemémica específica idéntica para este subgrupo del macrocampo CAMBIO de POSESIÓN/DISPOSICIÓN, donde el argumento3 aparece como FUENTE (dimensión o microcampo del TOMAR) y en otros verbos pertenecientes al mismo macrocampo (perspectivación del DAR – cf. los ejemplos de *alquilar* bajo 9) como DESTINATARIO. La estructura argumental de tres argumentos variables parece válida tanto para *robar* como para los verbos *stehlen* y *rauben* del alemán; para los verbos *bestehlen* y *berauben*, sin embargo, donde se focalizan los argumentos arg1/AG y arg3/FUENTE, podría dudarse de si los sememas han conservado como trasfondo cognitivo-onomasiológico, archisemémico (véase el *landmark* en el sentido de Langacker) también el arg2/PACIENTE. A favor de la exclusión de este argu-

mento de la estructura argumental de *bestehlen/berauben* frente a la estructura archisemémica completa de los tres argumentos, incluyendo el arg2/PAC, podría alegarse el hecho de que sirven estos dos verbos justamente para poder no expresar lo que se ha robado/hurtado sea, por no saberlo, sea, por no querer decirlo (ya que no se considera como comunicativamente pertinente o que se quiere ocultar por otras razones). Si se admite la existencia de este argumento también para los verbos *bestehlen, berauben* habrá que expresar que se trata de un slot argumental cognitivamente implícito, pero semánticamente relegado al segundo plano y bloqueado para una eventual actantificación.

Si se basa en el isomorfismo, quedaría patente la decisión, resuelto el problema. estamos en presencia innegable de divergencias sintácticas: los verbos *rauben/stehlen* son de tres actantes, de los cuales dos serían facultativos y el sujeto de obligatoria actantificación y los verbos *bestehlen/berauben* son bivalentes de obligatoria actantificación, y es más: mientras que para ambas parejas de verbos el arg1/AG se actantifica indistintamente como sujeto, como cd se actantificarían argumentos distintos: el arg2/PAC para *stehlen/rauben* y el arg3/FUENTE para *bestehlen/berauben*.

(6) Fórmula archisemémica común para *stehlen/bestehlen* y *rauben/berauben*

$$[\text{ADESSE}(\text{arg2}, \text{arg3})]_{\text{ti}} \ \& \ [\text{CAUS arg1}, (\text{ADESSE}(\text{arg2}, \text{arg1}))]_{\text{ti+k}}$$

Leyenda: funtores/predicados semánticos = ADESSE = hallarse, encontrarse; pertenecer
 = CAUS = causar
 argumentos = arg1/AGENTE
 = arg2/PACIENTE
 = arg3/FUENTE

4.3.2. Si admitimos la persistencia de la fórmula archisemémica en la configuración nuclear semémica de *bestehlen/berauben*, estos dos verbos frente a los verbos no prefijados *stehlen/rauben* sólo se diferenciarían en su actantificación y podríamos aprovecharlos como contraejemplos relativos al isomorfismo entre sintaxis y semántica. Si postulamos para ellos una estructura argumental diádica en correspondencia isomórfica con su actancia bivalente obligatoria, también admitiríamos una divergencia semántica frente a *stehlen/rauben*, donde no se focaliza ningún argumento y se prestan los tres de forma semejante para ser actantificados.

En (7) dejaremos indecisa esta cuestión y presentaremos los tres argumentos ya que los verbos *stehlen/rauben* como bases derivativas para la pareja *bestehlen/berauben* son triádicos y por lo menos disponen ambos del mismo tras-

fondo conceptual-cognitivo y se refieren virtualmente a una misma escena/situación/predicación, indicando sus actantificaciones admisibles.

(7)

actantificaciones para <i>stehlen/rauben</i>		argumentos		actantificaciones para <i>bestehlen/berauben</i>
sujeto	←	arg1/AGENTE	→	sujeto
(cd)	←	arg2/PACIENTE	→	0
(ci)	←	arg3/FUENTE	→	cd

Mientras que los verbos *stehlen/rauben* no permiten una secuencia actancial sujeto + ci y, por consiguiente, no admiten una actantificación del AGENTE junto con la FUENTE, el verbo español correspondiente *robar* es apto para la actantificación de todas las combinaciones de argumentos, incluyendo la de AGENTE + Fuente, siendo este último actantificado como ci, y el AGENTE como sujeto, que puede aparecer solo, sin otros actantes (cf. los ejemplos bajo 8i-iv).

- | | |
|--|---------------------------------------|
| (8i) Pedro ha robado | → sujeto/AG + 0 |
| (8ii) Pedro ha robado la bicicleta | → sujeto/AG + cd/PACIENTE |
| (8iii) Pedro le ha robado la bicicleta a mi amiga. | → sujeto/Ag + cd/PACIENTE + ci/FUENTE |
| (8iv) Pedro le ha robado a mi amiga. | → sujeto/AG + ci/FUENTE |

4.3.3. Parece que en alemán los verbos, que admiten actantificaciones de argumentos por cd y ci, generalmente no suelen admitir que sólo se actantifique el ci sin el cd, mientras que no hay problemas en actantificar sólo sujeto y cd, sin el ci. En otras palabras, para la combinatoria de los verbos trivalentes con cd y ci la actantificación del ci presupone la del cd también, mientras que ambos actantes pueden omitirse a la vez o sólo el ci, sin que deba desaparecer también el cd. Valdría la pena seguir esta pista para averiguar si hay otros verbos bivalentes con el mismo esquema sintáctico-semántico del tipo sujeto/Agente + cd/FUENTE o DESTINATARIO que, parecidos a los verbos *bestehlen/berauben*, estén prefijados igualmente por *be-* (por ejemplo, *beladen/laden*, *bemalen/malen*; *beschenken/schenken*, etc.). Habría que ver también, si hay verbos bivalentes con el esquema sintáctico idéntico sujeto + cd, pero que no coinciden en la atribución de los casos semánticos, sea porque haya AGENTE + PACIENTE, sea porque haya en lugar del AGENTE otro papel semántico-funcional como EXPERIMENTADOR y para cd también otro caso semántico o profundo distinto. Habría que analizar, no por último, si hay verbos cuya actancia obligatoria admite la secuencia actancial sujeto +

ci y donde le correspondería al ci el caso EXPERIMENTADOR como, por ejemplo, en predicados tales como *mir ist kalt, mir graut vor/davor, schwant, dämmert etwas/dass...*

4.3.4. Los ejemplos investigados hasta ahora no han podido esclarecer la cuestión de si hay un isomorfismo total y absoluto entre lo semántico y lo sintáctico y que permita decir a partir de lo sintáctico que se trata de dos o más sememas distintos vinculados, sea con una sola forma verbal homográfica y homófona, sea con dos o más verbos cuyo cuerpo sígnico formalmente distinto ya los define como dos UL independientes. Nos inclinamos a admitir que los sememas de las parejas *stehlen/rauben* y *bestehlen/berauben* respectivamente se distinguen en cuanto a sus estructuras argumentales, disponiendo los verbos *bestehlen/berauben* de un argumento menos y de que se haya eliminado el arg2/PACIENTE de la base onomasiológico-archisemémica común, del landmark cognitivo, válido tanto para ellos como para la pareja *stehlen/rauben*. De ahí a atribuir la omisión de este argumento o de un argumento cualquiera de entre los varios que conforman la estructura básica de los verbos al uso del prefijo *be-* sólo hay un pequeño paso⁶.

Veremos en el ejemplo siguiente *alquilar* que puede complicarse aún más la decisión de si hay isomorfismo o no.

4.3.5. En cuanto a la utilidad de recurrir a esquemas sintáctico-semánticos, ya con los pocos ejemplos analizados podemos comprobar:

a) es muy útil, a no ser indispensable, la indicación sintáctica y su estricta correlación con lo semántico;

b) los esquemas sintáctico-semánticos propuestos por la Escuela de Cádiz podrían considerarse como suficientes al satisfacerse con la mera indicación de la secuencia combinatoria concreta, por ejemplo, **alguien – algo – a alguien**, a la que se relacionaría la combinatoria sintáctico-semántica de los verbos investigados. Así para *robar* podría utilizarse la indicación combinatoria de **alguien – algo – a alguien** que catalogaría estos verbos entre los que satisfacen el esquema sintáctico-semántico sintagmático indicado.

c) Esta caracterización, sin embargo, no nos daría suficiente información para saber qué actantificaciones pueden omitirse y si hay secuencias actanciales bloqueadas; tales informaciones son muy útiles para el uso correcto, normativo o canónico del verbo al respecto, pero no pueden aparecer desvincu-

⁶ Para poder validar tal generalización, habría que analizar, sin embargo, un mayor número de parejas con verbo básico y verbo derivado mediante este prefijo *be-*; y realmente parece que no podemos ni siquiera excluir que se produzca el efecto contrario, o sea, que vaya aumentando la cantidad de argumentos en estos procesos lexicogenéticos o que se quede intacto.

ladas del potencial comunicativo de la UL concreta. Por eso sería incorrecto reprochárselo a una descripción que se propone destacar la totalidad de las combinatorias posibles, de los esquemas sintáctico-semánticos. Lo que sí podría reprocharse a estos esquemas es que no especifican ni qué papeles semánticos desempeñan los complementos indicados, ni cuál es su función morfosintáctica.

d) Para la descripción del potencial combinatorio de las UL nos parece más adecuada una simbolización, donde – mediante los casos semánticos o papeles temáticos – ya podemos introducir ciertas diversificaciones semánticas; así, por ejemplo, al diferenciar el *ci/a alguien*, recurriendo a FUENTE o DESTINATARIO, se delimitan dos grandes subcampos dentro del cambio de la posesión (TOMAR y DAR). Obviamente nos acercamos en este sentido más a las indicaciones que propone Dik 1989 para los actantes/argumentos.

e) Aceptando la importancia de la estructura argumental para la combinatoria sintáctica y semántica del verbo correspondiente, nos hemos limitado hasta ahora a describir sólo las actantificaciones de los argumentos; mientras que las descripciones propuestas por la Escuela de Cádiz se preocupan del todo por una eventual diferenciación entre actantes y circunstanciales, Dik 1989, con sus satélites, introduce indicaciones sobre ellos en su marco predicativo y los diferencia de los actantes/argumentos. Partiendo de otros fundamentos (Bondzio 1971), quisiéramos nosotros también integrar en nuestras descripciones del potencial combinatorio de las UL los modificadores. Estos últimos predeterminan una parte de los circunstanciales que acompañan o pueden acompañar al verbo en cuestión. ¿Tienen o no tienen influencia éstos sobre la combinatoria, la distribución del verbo? Según Bondzio, los propios modificadores no suelen tener impacto sobre la valencia verbal, lo cual no impide que puedan incitar en la distribución en sentido más amplio. Como veremos más adelante con ejemplos de *stellen* y *colocar*, determinados circunstanciales tienen a veces repercusiones sobre la combinatoria sintagmática y pueden garantizar que la oración sea considerada como correcta al haberse omitido la actantificación de un argumento dado.

5. Véamos primero si el análisis semántico y sintáctico de un verbo como *alquilar* nos aporta informaciones más convincentes a favor o en contra de un isomorfismo total y absoluto entre distribución sintáctica y semantismo verbal. El verbo *alquilar* presenta dos equivalentes formalmente diferenciados en alemán: *mieten* y *vermieten*, hecho que nos sugieren la existencia de distintos significados para *alquilar* también, o sea, significados con una perspectivación conversiva intrínseca del estado de cosas referencializado: *mieten* destaca el sujeto y AGENTE/arg1 de la acción del ALQUILAR como un futuro inquilino

deseoso de alquilar un algo =arg2 actantificado como cd/PACIENTE (aquí restringido aún más a cuarto/piso/casa), y el argumento3/FUENTE (=propietario) aparece actantificado como ci de forma que coincide el esquema sintáctico-semántico totalmente con el dado para *stehlen/bestehlen/robar* y categoriza al verbo *alquilar* como otro verbo más de la subdimensión TOMAR dentro del campo del cambio de la posesión/disposición. *Vermieten*, por el contrario, focaliza el arg3/ci semánticamente como DESTINATARIO de la acción del ALQUILAR, lo cual ubica a este verbo entre los que destacan la subdimensión DAR dentro del mismo campo; para *vermieten* sigue vigente el arg1/AGENTE como sujeto, quien en esta perspectiva es el propietario de la casa (siendo la FUENTE en un nivel ontológico más profundo) y el arg2/PACIENTE como cd. Resulta obvio que para señalar esta perspectivación conversiva en *mieten* y *vermieten* no bastan las indicaciones de los esquemas sintáctico-semánticos de Báez San José y seguidores. Para ambos verbos es válida la secuencia alguien – algo – a alguien, motivo por el cual ambos verbos cumplen con el esquema válido también para *robar*, pero también para verbos pertenecientes a campos distintos como los verba dicendi. No sería prudente postular que el cambio de la perspectiva se deba al aporte del prefijo *ver-*; por lo menos tendría éste otras funciones más, como lo demuestran, por ejemplo, las parejas: *schenken/verschenken*, *geben/vergeben*; *schicken/verschicken*, etc.

5.1. Para *mieten/vermieten* hay que prever un potencial argumental común en cuanto al número de slots argumentales; contrariamente a lo que hemos visto con *stehlen/ bestehlen* no nos ocurre poner en tela de juicio que hay tres argumentos que en los significados de ambos verbos aparecen sememizados como co-partícipes del estado de cosas del evento/suceso/ de la acción que puede circunscribirse como «cambio de la disposición⁷». Para ser más preciso, habría que añadir para estos verbos al igual que para *vender/ comprar* otro argumento arg4/INSTRUMENTO más como co-partícipe de la acción (se trata de un arg4 constante en el sentido de que siempre será una determinada suma de dinero).

Los co-partícipes de la acción de transferencia de algo a la disposición temporal de otra persona contiene, pues, los argumentos siguientes: este arg4 como suma de dinero y actantificado por una preposición *für* + sustantivo; un arg1/AGENTE que se actantifica como sujeto; un arg2/PACIENTE (con referentes/ámbito de designación o extensión limitados: cuarto/piso/casa) que se

⁷ No utilizamos en este contexto el término «posesión» ya que no cambia el propietario de la casa; sabemos que en el sentido jurídico se dan interpretaciones más diferenciadas.

actantifica como cd y un arg3 actantificado como ci indistintamente para el verbo *alquilar*, mientras que para el alemán aparece una actantificación por una preposición + sustantivo (*von* + FUENTE) para *mieten* y otra preposición distinta *an* + sustantivo/ DESTINATARIO para *vermieten*, donde paralelamente se admite o predominantemente se utiliza un ci⁸.

Mientras que en la actantificación del arg3 se diferencian también morfosintácticamente los verbos alemanes *mieten* y *vermieten*: *mieten* con la preposición *von* + sustantivo (propietario) y *vermieten* con la preposición *an* + sustantivo o bien sustantivo en dativo/ci, lo cual subraya la existencia de dos significados distintos si nos basamos en el criterio del isomorfismo, para el verbo *alquilar* no podemos averiguar que haya una discrepancia morfosintácticamente marcada (9).

5.2. Para *mieten* y *vermieten* hay que postular dos significados distintos a pesar de lo que tienen en común del archisemema; no podemos utilizar un mismo esquema sintáctico-semántico ya que en la atribución de los papeles temáticos y en las actantificaciones del arg3 se diferencian ambos verbos. La pertenencia a dos subdimensiones del macrocampo CAMBIO de disposición/posesión TOMAR y DAR, que se refleja en los sememas respectivos, se manifiesta en la atribución de los papeles temáticos distintos FUENTE y DESTINATARIO. Para un alemán queda claro que tenemos dos sememas suficientemente divergentes, lo cual se evidencia también en lo morfosintáctico (preposiciones distintas para el arg3/DESTINATARIO y /FUENTE) y lo suele insinuar también la existencia de dos verbos formalmente diversificados. Es inconcebible para un germanoparlante que no sea válido este cambio de perspectiva también para el verbo español *alquilar*; se sorprenderá, tal vez, algo por el hecho de que no se hayan acuñado dos verbos formalmente diferenciados al igual que en su propia lengua, pero no le parece dudoso que en el uso contextual-situativo el hispanohablante también le atribuya al arg3/ci el papel DESTINATARIO o FUENTE. Lo que le cuesta aceptar es que aparentemente el verbo *alquilar* no recurre a distribuciones parcialmente distintas, que no se traduzca o manifieste la divergencia semántica por lo menos por algo en la actantificación (por ejemplo, por dos preposiciones distintas – digamos *a* o *de* respectivamente).

⁸ La coexistencia de dos variantes admisibles para actantificar al DESTINATARIO con el verbo *vermieten*, la que se repite también en verbos como *schreiben*, *schicken*, etc., es decir, *an* + sustantivo o *ci*, nos induce también a replantearnos la validez del pretendido isomorfismo, ya que para un significado obviamente único existen dos actantificaciones distintas, si bien repetidas para otros verbos también.

- (9) lectura1 contextual-situativa con el arg1/sujeto/AGENTE (entendido como propietario) y el arg3/ci como DESTINATARIO:
 La señora García le ha alquilado un cuarto al estudiante por/en 5000 pesetas mensuales.
 La señora García le ha alquilado un cuarto al estudiante.
 La señora García ha alquilado dos cuartos en 5000 pesetas mensuales (cada uno).
 La señora García alquila cuartos. La señora García ha alquilado un cuarto.
 La señora García ha alquilado por 5000 pesetas mensuales.
 *La señora García alquila/ha alquilado. *La señora García le ha alquilado al estudiante.
 Se alquila casa. Se alquila (afiche en la pared con número del teléfono)
- (10) lectura2 con el arg3/ci enténdido como FUENTE (=propietario) y el arg1/sujeto como AGENTE:
 El estudiante ha alquilado un cuarto a la señora García por/en 5000 pesetas mensuales.
 El estudiante ha alquilado un cuarto a la señora García.
 ¿Un estudiante ha alquilado este cuarto lujoso?
 *El estudiante ha alquilado. *El estudiante le ha alquilado a la señora García.
 ?Alquilamos cuarto. ?Se alquila casa. *Se alquila.

5.3. Si comparamos las oraciones formadas con *alquilar* y las mismas UL fillers para los argumentos arg1 hasta arg4 involucrados en la escena respectiva y en la fórmula archisemémica respectiva, no nos salta a la vista ninguna marcada diferencia entre los ejemplos bajo (9) y los bajo (10) con sus lecturas respectivas. Esto es válido, por lo menos en cuanto a que

- (i) ambas lecturas permiten la actantificación de los 4 argumentos recurriendo a las mismas actantificaciones: arg1/AGENTE por sujeto; arg2/PACIENTE por cd; arg3/DESTINATARIO o FUENTE indistintamente por ci (hay que ver si el uso del clítico *le* es igualmente de frecuente para el ci DESTINATARIO y el ci/FUENTE) y el arg4/INSTRUMENTO por las preposiciones *p = por o en*;
- (ii) ambas lecturas parecen admitir la no actantificación del arg4/dinero/ /p+sustantivo y del arg3/ci simultánea y alternativamente;
- (iii) ambas lecturas admiten la actantificación del arg2/PACIENTE como cd junto con el sujeto/AGENTE; en construcción con *se* y sólo en la lectura 1 se posibilita la omisión del cd (se requiere para esto una vinculación estrecha con el «algo» que se quiere dar en alquiler y se basa en convenciones de uso al respecto); por razones evidentes no se admite el mismo uso sin especificación del arg2/cd con la lectura 2;
- (iv) ambas lecturas no admiten una co-actantificación simultánea de los arg1 y arg3 sin especificación del cd/PACIENTE;
- (v) la lectura1, pero no la lectura2 suele admitir una co-actantificación del arg1/AGENTE/sujeto junto con el arg4/INSTRUMENTO/p+sustantivo;
- (vi) la lectura2 parece poner obstáculos a una actantificación de *se + alquilar +cd/PACIENTE* (parece más comprensible que se busca o necesita casa).

6. Sin entrar en detalles quisiéramos concluir nuestra modesta revisión del estado de la cuestión con respecto a la interfaz entre lo semántico y lo sintáctico con unas pocas consideraciones sobre lo que pasa al tener en cuenta otros elementos constitutivos de la distribución verbal más allá de los argumentos y sus actantificaciones. Otra vez nos valdremos de una comparación interlingüística para demostrar divergencias evidentes que nos inducen a preguntarnos a que se deben tales idiosincrasias y qué elementos pueden considerarse como interlingüísticamente comparables o idénticos. Ya hemos dicho que hay que tomar en consideración también aquellos circunstantes que corresponden a los modificadores intrasemémicos y que hemos llamado circunstantes indicados por el semema verbal. No podemos entrar en detalles a continuación para ver si importan, tal vez, también los circunstantes que se relacionan con co-partícipes de la configuración cognitiva más amplia evocada por el semema verbal. De todo modo, ya se ha reconocido la importancia de los adverbios para diagnosticar peculiaridades semánticas de los verbos (cf. ante todo la semántica evenimental con los adverbios de duración y otros señalando peculiaridades aspectuales y otros del estado de cosas – véanse los verbos de achievement, accomplishment, etc.). En este contexto sólo vamos a mostrar que un adverbio o un cc que sugerimos se considere como indicado por el semema verbal pueden ocupar una posición en la oración junto con una localización determinada que aparece como argumento del semema y actantificación en la oración donde sólo se puede omitir en alemán si lo sustituye un circunstante adverbial que especifica la forma de la colocación (véanse los ejemplos bajo 11, 12 y 13).

Comprobamos que por contraste al verbo *stellen* su equivalente español discursivo-situativo *colocar* sí admite la omisión del argumento locativo sin que tenga que ir acompañado en especie de compensación por una forma adverbial; hecho para el que no podemos suministrar todavía una explicación convincente.

- (11) Peter stellte den Umzugskarton in die Ecke.
 Peter stellte den Umzugskarton hochkant in die Ecke.
 Peter stellte den Umzugskarton hochkant.
 *Peter stellte den Umzugskarton.
- (12) Peter wohnt verkehrsgünstig im Zentrum.
 Peter wohnt im Zentrum.
 Peter wohnt verkehrsgünstig.
 *Peter wohnt.
- (13) Pedro ha colocado la caja en la esquina.
 Pedro ha colocado la caja de forma vertical en la esquina.

Pedro ha colocado la caja de forma vertical.

Pedro ha colocado la caja.

7. Resumiendo diríamos que todavía queda mucho por explorar en lo que se refiere a la interfaz entre semántica y sintaxis y que para hacer esto se impone metodológicamente proceder a descripciones al máximo independientes de los fenómenos semánticos y sintácticos para solamente entonces contrastar los resultados y correlacionarlos bajo forma de esquemas sintáctico-semánticos algo más explícitos. En este contexto se nos brinda la posibilidad de juzgar con conocimiento de causa sobre si hay un isomorfismo total y absoluto entre lo semántico y lo sintáctico. Sea como sea el resultado de tales investigaciones, ya el hacer corresponder aspectos sintácticos y semánticos nos ayuda a precisar mejor nuestras nociones del significado léxico y sus interrelaciones con la cognición. Tanto al seguir la investigación de los esquemas sintáctico-semánticos sin preocuparse de los significados léxicos de las UL como en la descripción del potencial combinatorio de las UL (donde mayoritariamente no se piensa en establecer una relación explícita con los esquemas sintáctico-semánticos oracionales) hay que procurar no perder de vista que en el lenguaje *tout se tient* (Saussure) y que, por consiguiente, sería óptimo suministrar descripciones que puedan fácilmente correlacionarse unas con otras.

Referencias bibliográficas

- APRESYAN, Yu. D. (1967) – *Ekspierimental'noe issledovanie semantiki russkogo glagola*. Moskva: Nauka.
- BÁEZ SAN JOSÉ, V. (1988) – *Fundamentos críticos de la Gramática de Dependencias*. Madrid: Síntesis.
- BÁEZ SAN JOSÉ, V.; PENADÉS MARTÍNEZ, I. (1990) – «Diccionario informatizado de construcciones oracionales y el proyecto “Esquemas sintáctico-semánticos del español”». In: G.Wotjak/A.Veiga (eds.): *La descripción del verbo español*. Anexo 32 a Verba. Univ. de Santiago de Compostela, pp. 33-70.
- BÁEZ SAN JOSÉ, V. (1996) – «Las formas en -mente en una teoría fenomenológica integrada del acto de hablar, la expresión y el esquema oracional». In: G.Wotjak (ed.): *En torno al adverbio español y los circunstanciales*. Tübingen, pp. 1-40.
- BIERWISCH, M. (1983) – «Semantische und konzeptuelle Repräsentationen lexikalischer Einheiten». In: Ruzicka, R./Motsch, W. (eds.): *Untersuchungen zur Semantik*. Berlin, pp. 61-99.
- BIERWISCH, M.; SCHREUDER, R. (1992) «From Concepts to Lexical Items». In: *Cognition* 42, pp. 23-60.
- BLANCHE-BENVENISTE, C. ET AL. (1984) (1987), *Pronom et syntaxe: L'approche pronominale et son application au français* (= Sociolinguistique: Systèmes de langues et interactions sociales et culturelles 1), Paris.
- BOECK, W. (Hg.) (1981) – *Kommunikativ-funktionale Sprachbetrachtung als theoretische Grundlage für den Fremdsprachenunterricht*. Leipzig: Enzyklopädie.

- BONDARKO, A. V. (1991) – *Functional grammar: a field approach*. Amsterdam/ Philadelphia: Benjamins.
- BONDZIO, W. (1971) – «Valenz, Bedeutung und Satzmodelle». In: G. Helbig (ed.): *Beiträge zur Valenztheorie*. Halle: Bibliographisches Institut/ The Hague/Paris: Mouton, pp. 85-106.
- BONDZIO, W. (1976) – Abriss der semantischen Valenztheorie als Grundlage der Syntax I. In: *Zeitschrift für Phonetik, Sprachwissenschaft und Kommunikationsforschung* 4/1976, pp.354-363.
- BONDZIO, W. (1977) – «Abriss der semantischen Valenztheorie als Grundlage der Syntax II». In: *Zeitschrift für Phonetik, Sprachwissenschaft und Kommunikationsforschung* 3/1977, pp. 261-273.
- BONDZIO, W. (1978) – «Abriss der semantischen Valenztheorie als Grundlage der Syntax III». In: *Zeitschrift für Phonetik, Sprachwissenschaft und Kommunikationsforschung* 1/1978, pp. 21-33.
- BONDZIO, W. 1994: «Funktorenstrukturen in der deutschen Sprache». In: Simmler, F. (ed.): *Probleme der funktionellen Grammatik*. Frankfurt et al.: Peter Lang, pp. 21-89.
- BOONS, J.-P. et al. (1976) – «*La structure des phrases simples en français*». Band 1: *Constructions intransitives* (= Langue & cultures 8), Genf/Paris.
- BUSSE, W.; DUBOST, J.-P. (1977) – *Französisches Verblexikon. Die Konstruktion der Verben im Französischen*, Stuttgart.
- BUSSE, W. et al. (1994) – *Dicionário sintático de verbos portugueses*, Coimbra, Almedina.
- CHOMSKY, N. (1957) – *Syntactic Structures*. (jaunua linguarum, 4). Gravenhague: Mouton.
- CHOMSKY, N. (1964) – *Current issues in linguistic theory*. The Hague: Mouton.
- CHOMSKY, N. (1981) – *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris.
- CIFUENTES HONRUBIA, J. L. (1999) – *Sintaxis y semántica del movimiento. Aspectos de gramática cognitiva*. Diputación Provincial de Alicante.
- COSERIU, E. (1971) – «Semantik und Grammatik». In: *Neue Grammatiktheorien und ihre Anwendung auf das heutige Deutsch*. Düsseldorf, Schwann, pp. 77-89.
- DIK, S. C. 1989: *The Theory of Functional Grammar*. Dordrecht: Foris Publications.
- DEVÍS MÁRQUEZ, P. P. (2000) – *Fundamentos teóricos básicos de morfología y semántica oracionales*. Málaga: Agora.
- EGGERMONT, C. et al. (1992) – *Dictionnaire automatisé des valences des verbes français*, Leuven, CCL.
- ENDRUSCHAT, A.; VILELA, M.; WOTJAK, G. (eds.) (1994) – *Verbo e estruturas frásicas*. Faculdade de Letras do Porto.
- ENGEL, U. (1970) «Die deutschen Satzbaupläne». In: *Wirkendes Wort*, no. 6, pp. 361-392.
- ENGELN, B. (1968) – «Zur Semantik des deutschen Verbs. Ein Diskussionsbeitrag zur Ermittlung von lexikalischen Feldern auf Grund von Kombinierbarkeitskriterien. In: *Forschungsberichte des Instituts für deutsche Sprache*. Düsseldorf: Schwann, Bd.1, pp. 55-93.
- ENGELN, B. (1975) – *Untersuchungen zu Satzbauplan und Wortfeld in der geschriebenen deutschen Sprache der Gegenwart* (= Heutiges Deutsch I/3), 2 Bd., München.
- ESPINOSA GARCÍA, J. (1997) – *Estructuras sintácticas transitivas e intransitivas en español*. Univ. de Cádiz: Servicio de Publicaciones.
- ESPINOSA GARCÍA, J. (1999) – «Sobre la opcionalidad de los argumentos y la obligatoriedad de los circunstanciales». In: *Estudios de lingüística descriptiva y comparada. Trabajos presentados en el III Simposio Andaluz de Lingüística General*. Sevilla: Kronos, pp. 129-137.
- FABER, P.; MAIRAL USÓN, R. (1999) – *Constructing a Lexicon of English Verbs*. Berlin, de Gruyter.

- FILLMORE, C. J. (1968) – «The Case for Case». In: Bach, E./Harms, R.T. (eds.): *Universals in Linguistic Theory*. New York, pp. 1-88.
- FRANÇOIS, J. (1997) – «States of Affairs and predicate Frames: How can we link them together in Functional grammar?» In: Wotjak, G. (ed.): *Toward a Functional Lexicology/Hacia una lexicología funcional*. Frankfurt et al.: Peter Lang, pp. 37-56.
- GOLDBERG, A. (1995) – *A Construction Grammar. Approach to Argument Structure*. Chicago: Univ. Press.
- GRIMSHAW, J. (1990) – *Argument Structure*. Cambridge: MIT Press.
- GROSS, G.; VIVÈS, R. (eds.) (1986) – *Syntaxe des noms*. Langue Française 69. Paris.
- GROSS, G. (1989): *Les constructions converses du français*. Genève.
- GROSS, G.; KIEFER, F. (1995) – «La structure événementielle des substantifs». In: *Folia Linguistica* XXIX 1/2. Berlin, pp. 43-65.
- GROSS, M. (1996) – «Lexicon Grammar». In: Brown, Keith/ Miller, Jim (eds.): *Concise Encyclopedia of Syntactic Theories*. Oxford: Pergamon, pp. 244-258.
- HEGER, K.; MUDERSBACH, K. (1984) – *Aktantenmodelle*. Birkenau/Heidelberg, Birtsch.
- HELBIG, G.; SCHENKEL, W. (1969) – *Wörterbuch zur Valenz und Distribution deutscher Verben*. Leipzig. Enzyklopädie.
- HELBIG, G. (1982) – *Valenz-Satzglieder-semantische Kasus-Satzmodelle*. Leipzig, Enzyklopädie.
- HELBIG, G. (1992) – *Probleme der Valenz- und Kasustheorie*. Tübingen: Niemeyer.
- HELBIG, G. (1997) – «Grammatik und Lexikon». In: *Sitzungsberichte der Sächsischen Akademie der Wissenschaften zu Leipzig. Philologisch-historische Klasse*, Band 135, H.5. Leipzig/ Stuttgart, pp. 1-15.
- HUDSON, R. (1984) – *Word Grammar*. Oxford: Blackwell.
- JACKENDOFF, R. (1990) – *Semantic Structures*. Cambridge. Mass.: MIT Press.
- JACKENDOFF, R. (1997) – *The Architecture of Language Faculty*. Cambridge. Mass.: MIT Press.
- KOTSCHI, T. (1991) – «Zirkumstanten und komplexe Prädikate», in *Connexiones Romanicae. Dependenz und Valenz in romanischen Sprachen*, P. Koch/T. Krefeld (eds.), Tübingen, Niemeyer, pp. 129-137.
- LAMIROY, B. (1991) – *Léxico y gramática del español. Estructuras verbales de espacio y tiempo*. Barcelona.
- LANGACKER, R. W. (1990) – *Concept, Image, Symbol: The Cognitive Basis of Grammar*. Berlin.
- LANGACKER, R. W. (1991) – *Foundations of Cognitive Grammar. vol.2*. Stanford University Press.
- LEVIN, B. (1993) – *English verb classes and alternations: A preliminary investigation*. Chicago: Univ. Press.
- MARTÍN MINGORANCE, L. (1998) – *El modelo lexemático-funcional*. Universidad de Granada.
- MELIS, L. (1983) – *Les circonstants et la phrase*. Leuven: (Symbolae A, 13). Kathol. Universiteit.
- PENADÉS MARTÍNEZ, I. (1994) – *Esquemas sintáctico-semánticos de los verbos atributivos del español*. Univ. de Alcalá.
- POTTIER, B. (1971) – *Gramática del español*. Madrid. Síntesis
- SALAZAR GARCÍA, V. (1998) – *Léxico y teoría gramatical en la lingüística del siglo XX*. Barcelona: Sabir Ed.
- SCHUMACHER, H. (1988) – *Valenzbibliographie*. Institut für deutsche Sprache. Mannheim
- SOMMERFELDT, K. E.; SPIEWOK, W. (eds.) (1986) – *Beiträge zu einer funktional-semantischen Sprachbetrachtung*. Leipzig: Enzyklopädie.
- SOMMERFELDT, K. E.; STARKE, G. (eds.) (1984) – *Grammatisch-semantische Felder der deutschen Sprache der Gegenwart*. Leipzig: Enzyklopädie.

- STIEBELS, B. (1994) – *Lexikalische Argumente und Adjunkte*. Diss. Universität Düsseldorf.
- SUBIRATS RÜGGERBERG, C. 2000: *Introducción a la sintaxis léxica del español*. Lingüística Iberoamericana, 13. Frankfurt/Madrid: Vervuert/Iberoamericana.
- TESNIÈRE, L. (1959) – *Éléments de syntaxe structurale*. Paris.
- VILELA, M. (1992) – *Gramática de valências*. Coimbra, Almedina.
- VAN VALIN, R. D.; LAPOLLA, R. J. (1997) – *Syntax*. Cambridge.
- WELKE, K. (1988) – *Einführung in die Valenz- und Kasustheorie*. Leipzig.
- WOTJAK, B. (1981) – *Untersuchungen zu deutschen Verben des Beförderns unter Berücksichtigung ausgewählter spanischer Äquivalente*, Diss. A, Leipzig (vervielfältigt).
- WOTJAK, B. (1990) – «Acerca de incorporaciones lexemáticas en verbos españoles», in G. Wotjak/A. Veiga (eds.), *La descripción del verbo español*. Anexo 32 a Verba. Santiago de Compostela, pp. 259-264.
- WOTJAK, B.; WOTJAK, G. (1995) – «Werben für Verben?» In: Popp, Heidrun (ed.): *An den Quellen eines Faches*. München, iudicum, pp. 235-286.
- WOTJAK, G. (1971/1979) – *Untersuchungen zur Struktur der Bedeutung*. Berlin: Akademieverlag./ *Investigaciones sobre la estructura del significado*. Madrid: Gredos.
- WOTJAK, G. (1984) – «Zur Aktantifizierung von Argumenten ausgewählter deutscher Verben». In: *Zeitschrift für Germanistik* 4. Leipzig, pp. 401-414.
- WOTJAK, G. (1987) – «La sémantique lexicale – état actuel et perspectives». In: *Linguistische Studien*, Reihe A, H. 166. Berlin, pp. 45-85.
- WOTJAK, G. (1994a) – «El potencial comunicativo de las unidades léxicas». In: *Voz y Letra* V/1. Madrid, pp. 155-173.
- WOTJAK, G. (1994b) – «Actantes y circunstantes y sus correspondencias semánticas en verbos». In: Endruschat, A./Vilela, M./Wotjak, G. (eds.): *Verbo e estruturas fráscas*. Univ. do Porto, pp. 71-91.
- WOTJAK, G. (1996a) – «Circunstantes y modificadores del significado verbal». In: G. Wotjak (ed.): *En torno al adverbio español y los circunstantes*. Tübingen: Narr, pp. 93-114.
- WOTJAK, G. (1996b) – «Circunstantes y modificadores del significado verbal». In: G. Wotjak (ed.): *En torno al adverbio español y los circunstantes*. Tübingen, Narr, pp. 93-114.
- WOTJAK, G. (1997) – «Acerca del significado léxico verbal visto desde la lexicología funcional». En: *ALFINGE*, no. 9. Universidad de Córdoba, pp. 451-468.
- WOTJAK, G. (2000a) – «Structures du lexique et structures cognitives», in H. Dupuy-Engelhardt/J.-M. Montibus (eds.), *La lexicalisation des structures conceptuelles*. Presses Universitaires de Reims, pp. 353-378.
- WOTJAK, G. (2000b) – «Was kann und was soll die Valenztheorie an der Schwelle zum neuen Jahrtausend?», in CLAC (=Círculo de lingüística aplicada a la comunicación) Madrid (www.ucm.es/info/circulo/no2/wotjak.htm), pp. 1-14.
- WOTJAK, G. (2000c) – «¿Qué les pasa a los sustantivos al sustantivarse verbos?» In: Wotjak, G. (ed.): *En torno al sustantivo y adjetivo en el español actual*. (Lingüística Iberoamericana, no. 11. Frankfurt/Madrid, pp.
- WOTJAK, G. (2001) – «Valenztheorie im Aufwind? – Versuch einer Bilanz». In: Thielemann, W.; Welke, K. (Hgg.): *Valenztheorie – Einsichten und Ausblicke*. Münster: Nodus, pp. 27-64.

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE ORDEM DE PALAVRAS EM LÍNGUAS ROMÂNICAS DE SUJEITO NULO

Inês Duarte

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Departamento de Linguística Geral e Românica
aij@mail.telepac.pt

1. Introdução

Em Português Europeu, no caso não marcado (i.e., em que a ordem de palavras está associada a contextos discursivos neutros e não a contextos discursivos específicos), a ordem canónica SVO é a única apropriada:

- (1) a. O que aconteceu?
b. O *João estragou os pincéis*.
c. #Estragou o João os pincéis¹.
d. #Estragou os pincéis o João.

A gramaticalidade de frases com sujeitos pós-verbais em PE mostra que o movimento do sujeito para fora de VP em (1b) não tem como motivação a verificação de traços não interpretáveis como, por exemplo, traços de Caso (cf. (2), (3)):

- (2) a. Com o incêndio, arderam *muitos hectares de floresta*.
b. Encontraram-se *novos vestígios de dinossáurios* na zona centro.
c. Foram recenseados *9 casais de golfinhos* no estuário do Sado.
d. Ainda existem *lincas* na Serra da Malcata.
- (3) a. Estava *eu* a fazer o jantar quando a Maria telefonou.
b. Estávamos todos a conversar, telefona *a Maria* e diz: ...
c. Tocou *o telefone*: vai atender.

¹ Utilizo o símbolo ‘#’ para indicar que a frase, embora gramatical, não constitui uma resposta apropriada à pergunta.

O contexto discursivo (1a) mostra adicionalmente que o movimento do sujeito para a posição de *Spec, IP* não tem também como motivação factores relacionados com a oposição *dado/novo*, i.e., o sujeito não é movido para posição pré-verbal em (1b) por ser *dado*.

Inspirada no trabalho de Reinhart (1982) sobre o papel desempenhado pelos tópicos na interpretação das frases, propus que em Português europeu os sujeitos pré-verbais são interpretados como tópicos, tendo embora características que os distinguem de constituintes «antepostos» em construções como a Deslocação à Esquerda Clítica ou a Topicalização (cf. Duarte, 1987). Assim, em PE, um sujeito pré-verbal permite a criação de uma estrutura temática analisável no par tópico-comentário², uma ideia presente implicitamente na tradição gramatical luso-brasileira, em definições do sujeito como «o ser sobre o qual se faz uma declaração» (Cunha & Cintra, 1984: 122).

Esta estrutura temática é estruturalmente aquilo que É. Kiss (1995) chama uma «predicação primária», que a autora define como em (4):

(4) Predicação primária (É. Kiss, 1995: 211)

VP tem uma relação de predicação primária com um XP sse:

- i. XP c-comandar VP,
- ii. não existir nenhuma categoria máxima que inclua VP e exclua XP, e
- iii. XP ligar uma posição argumental vazia interna a VP.

Em línguas que fixam o valor negativo para o Parâmetro do Sujeito Nulo, a presença de um sujeito c-comandando VP não cria necessariamente uma estrutura de predicação primária, uma vez que as propriedades do núcleo I exigem um XP lexical na posição de *Spec, IP*, mesmo quando tal XP não é um argumento do verbo. Assim, frases como (5) não são estruturas de predicação primária, uma vez que o elemento expletivo em itálico não liga nenhuma posição argumental interna ao VP:

- (5) a. *Il a été mangé trois pommes.*
 b. *There is a smiling ghost in her castle.*

Pelo contrário, em línguas que fixam o valor positivo para o Parâmetro do Sujeito Nulo, a presença de um XP na posição de *Spec, IP* cria sempre uma estrutura de predicação primária, interpretável como uma estrutura tópico-comentário, já que as propriedades de I não exigem um XP lexical na sua

² Vejam-se igualmente as oposições juízos categóricos / juízos téticos, de Kuroda (1972-1973), predicação / apresentação, de Guéron (1980).

posição de *Spec*. Assim, nas línguas deste tipo, a posição pré- ou pós-verbal do sujeito tem reflexos directos na interpretação a atribuir à frase e na estrutura informacional da mesma. De acordo com Calabrese (1991), frases com sujeitos pré-verbais são estruturas de predicação, o que determina uma certa interpretação da frase, enquanto frases com sujeitos pós-verbais são estruturas de apresentação, o que condiciona outra interpretação. Do ponto de vista da estrutura informacional, uma estrutura de predicação atribui tipicamente o estatuto de novo ao VP ou a toda a frase, enquanto uma estrutura de apresentação atribui tipicamente o estatuto de novo ao sujeito.

Existem várias formas de implementar tecnicamente esta hipótese. Uma delas consiste em considerar que em línguas de sujeito nulo o núcleo funcional I pode entrar na numeração com um traço funcional de natureza discursiva [tópico], caso em que atrai um XP para a sua posição de *Spec* (cf. Duarte, 1997, Zubizarreta, 1998); quando isto acontece, o movimento de tal XP assegura o licenciamento morfológico e temático (cf. Raposo, 1997) das categorias envolvidas. Alternativamente, pode entrar na numeração um núcleo I sem este traço funcional, decorrendo daqui que nenhum XP lexical é atraído; nestas circunstâncias, o licenciamento morfológico das categorias envolvidas é assegurado por movimento apenas do traço relevante, se assumirmos o modelo apresentado em Chomsky (1995)³.

Percebe-se, por isso, facilmente, que a ocorrência de sujeitos pós-verbais em declarativas finitas, seja, desde há muito, considerada uma propriedade característica das línguas de sujeito nulo, sob o nome de «inversão livre», i.e., um tipo de inversão que, do ponto de vista estritamente sintáctico, é sempre permitida pela gramática (cf., por exemplo, Chomsky, 1981, Burzio, 1981/1986, Rizzi, 1982).

Contudo, em diferentes línguas de sujeito nulo, a chamada inversão livre não obedece às mesmas condições e os sujeitos pós-verbais também não parecem ocupar a mesma posição.

Neste trabalho, considerarei algumas destas diferenças em frases declarativas em início de discurso e em respostas redundantes a interrogativas-Q que introduzem foco largo (i.e., em que toda a resposta tem o estatuto de novo) em Português europeu, no Espanhol peninsular e no Italiano padrão. Por facilidade de exposição, passarei a referir as variedades consideradas apenas como Português, Espanhol e Italiano.

³ Em Costa & Duarte (no prelo), propõe-se uma implementação técnica diferente da mesma hipótese, baseada no Parâmetro EPP (cf. Alexiadou & Anagnostopoulou, 2001, Bailyn, 2001).

2. Espanhol vs. Italiano e Português

Contrariamente ao Espanhol, o Italiano e o Português não admitem a ordem XP VSO em início de discurso (veja-se o contraste entre (6) e (7)-(8))⁴.

- (6) a. Todos los días compra Juan el diario. (Zubizarreta 1998: 100-101)
 b. El primer día de escuela deberá acompañar cada madre a su hijo. (*id*: 100-101)
 c. Ayer presentó María su renuncia. (*id*: 100-101)
- (7) a. *Tutti i giorni compra Giovanni il giornale⁵.
 b. *Il primo giorno di scuola devono accompagnare le madri i figli.
 c. *Ieri ha rassegnato Maria le sue dimissioni.
- (8) a. *Todos os dias compra o João o jornal.
 b. *No primeiro dia de escola deve(rá) acompanhar cada mãe o(s) filho(s).
 c. *Ontem apresentou a Maria a demissão.

Contrariamente ao Espanhol, o Italiano e o Português exigem a ordem XP SVO, mesmo quando o XP em posição inicial não constitui uma entidade entoacional própria (veja-se o contraste entre (9) e (10)-(11), exemplos em que a vírgula assinala que o constituinte em posição inicial é uma unidade entoacional).

- (9) a. Todos los días *(,)Juan compra el diario. (*id*: 102)
 b. El primer día de escuela *(,) cada madre deberá acompañar a su hijo. (*id*: 102)
 c. Ayer *(,) María presentó su renuncia. (*id*: 102)
- (10) a. Tutti i giorni (,) Giovanni compra il giornale.
 b. Il primo giorno di scuola (,) le madri devono accompagnare i figli.
 c. Ieri (,) Maria ha rassegnato le sue dimissioni.
- (11) a. Todos os dias(,) o João compra o jornal.
 b. No primeiro dia de escola(,) cada mãe deve(rá) acompanhar os filhos.
 c. Ontem(,) a Maria apresentou a demissão.

A diferença entre o Espanhol e o Italiano e o Português ilustrada pelos paradigmas (6)-(8) e (9)-(11) constitui uma primeira evidência empírica a

⁴ Não estou, é claro, a considerar aqui construções de Inversão Locativa, de resto pouco frequentes com verbos transitivos em Italiano.

⁵ Os dados do Italiano que não têm indicação da fonte foram fornecidos por Serenella Pelaggi, a quem agradeço.

favor da ideia de que as condições de legitimação dos sujeitos pós-verbais nas línguas românicas de sujeito nulo não são idênticas.

Aceitando a hipótese de que as diferenças nas condições de legitimação dos sujeitos pós-verbais deve ser encontrada na especificidade dos núcleos funcionais que definem a arquitectura das frases, o comportamento evidenciado pelo Espanhol pode ser atribuído, na sequência da análise proposta em Zubizarreta (1998), às propriedades do núcleo funcional mais alto da frase nesta língua, que a autora considera ser T. Assim, de acordo com esta autora, T é sincrético, podendo conter, entre outros, um traço funcional de natureza discursiva, [tópico].

Quando é seleccionado um núcleo T com este traço, tanto DPs sujeito, como advérbios referenciais – i.e., constituintes com um traço [tópico] – podem ser atraídos para a posição de *Spec, TP*, derivações que correspondem, respectivamente, a frases como (12) e a frases como (6):

- (12) a. Juan compra el diario todos los días.
 b. Cada madre deberá acompañar a su hijo en el primer día de escuela.
 c. María presentó su renuncia ayer.

O núcleo T pode apresentar igualmente o traço [*wh*-], atraindo para a sua posição de especificador sintagmas-*wh*⁶, o que poderia explicar a presença / ausência de inversão com sintagmas-*wh* argumentais *vs.* não argumentais (cf. (13)) e a ocorrência de interrogativas-*wh* como (14):

- (13) a. No sé [TP [qué cosa]_i comió_j María t_j t_i]. (cf. *id*: 105)
 b. No sé [CP [porqué]_i [TP María no vino t_j]]. (cf. *id*: 105)

- (14) Mara me preguntó que [TP [qué libros]_i había comprado yo t_j en Russia]] (cf. *id*: 183)

Ainda de acordo com esta análise, a agramaticalidade das frases (9) resulta das propriedades V/2 do Espanhol: o Espanhol partilharia, assim, com algumas línguas germânicas a fenomenologia V/2, distinguindo-se destas por o núcleo relevante para tal fenomenologia ser T e não C e por, como corolário da fixação do valor positivo para o Parâmetro do Sujeito Nulo, a posição de *Spec, TP* poder ser ocupada por advérbios temporais sem realização lexical controlados pelo tempo da enunciação ou pelo discurso, o que permite frases como (15a) e (15b), respectivamente.

- (15) a. Acaba de ganhar España el mundial de football. (*id*: 108)
 b. Lavó NINA los platos (no María). (*id*: 108)

⁶ Tanto quanto sei, esta hipótese foi defendida originalmente por Goodall (1991).

Pelo contrário, a agramaticalidade de (7)-(8) e a gramaticalidade de (10)-(11) em Italiano e Português apontam para propriedades dos núcleos funcionais da frase nestas línguas diferentes das propostas por Zubizarreta (1998) para o Espanhol. Crucialmente, o núcleo funcional mais alto, que assumirei aqui ser *AgrS* em ambas as línguas (cf., entre outros, Belletti, 1990, Belletti & Schlonsky, 1995 para o Italiano; Martins, 1994, Duarte, 1997, Costa, 1998 para o PE) pode ou não ter um traço funcional de natureza discursiva [tópico], mas a verificação deste traço através de movimento para a posição de *Spec, AgrSP* está restringida a XPs sujeitos (básicos ou derivados)⁷.

Esta diferença de propriedades do núcleo funcional mais alto da frase estaria na base de uma generalização descritiva há muito notada na literatura: em Italiano e em Português em frases declarativas com verbos transitivos e ditransitivos em contextos neutros (*out of the blue*), só são legítimos sujeitos pós-verbais se os argumentos internos do verbo não forem DPs plenos.

3. Italiano vs. Português

Mas a semelhança de propriedades do Italiano e do Português quanto às condições que regulam a «inversão livre» com verbos transitivos e ditransitivos desaparece quando se consideram verbos inergativos e mesmo verbos inacusativos. De facto, nestes contextos, quando um complemento do verbo é lexicalmente realizado sob a forma de um PP, a ordem VS PP está mais restringida em Italiano do que em Português (veja-se o contraste entre (16) e (17)).

(16) Che cosa è successo?

- a. *Ha telefonato Masiero al avvocato. (*id*: 124)
- b. *Ha suonato il postino due volte. (*id*: 124)
- c. *È arrivato Piero a Roma. (*id*: 124)

(17) O que aconteceu?

- a. #Telefonou o Mário ao advogado.
- b. #Tocou o carteiro várias vezes.
- c. #Chegou o Pedro a Roma.

Enquanto as frases (16) são agramaticais em Italiano, as frases (17) são gramaticais em PE, tratando-se de respostas não apropriadas a perguntas que indu-

⁷ De acordo com esta análise, o que está em causa nas construções de Inversão Locativa não é a verificação de um traço [tópico], mas a verificação de EPP por um argumento locativo-temporal (cf. Pinto, 1997).

zem foco largo, mas apropriadas a perguntas de foco estreito (*Quem telefonou a quem? Quem tocou quantas vezes? Quem chegou aonde?*) ou de réplicas a afirmações como *Ninguém fez nada para resolver esse assunto, Ninguém tocou à porta, Ainda ninguém chegou ao destino previsto* (cf. Costa, 1998, 2000).

Uma segunda diferença entre as duas línguas reside no papel desempenhado pela Restrição de Definitude. Como salientaram vários autores (cf., por exemplo, Belletti, 1988, Calabrese, 1991), esta restrição desempenha um papel mais relevante na distribuição dos sujeitos pós-verbais em Italiano do que em Português (veja-se o contraste entre (16) e (18) e compare-se (17) com (19)).

- (18) a. ?Ha telefonato una ragazza a tuo fratello. (*id*: 124)
 b. ?Ha suonato un tizio due volte. (*id*: 124)
 c. ?È arrivato un marziano a Roma. (*id*: 124)

- (19) a. Telefonou uma rapariga ao teu irmão.
 b. Tocou um sino duas vezes.
 c. Chegou um marciano a Roma.

Embora a presença de um sujeito indefinido melhore o estatuto de frases com a ordem VS PP, ainda assim, a ordem preferencial em Italiano em frases com verbos inergativos e inacusativos e com sujeitos pós-verbais indefinidos é V PP S, como se pode observar em (20).

- (20) a. Ha telefonato a tuo fratello una ragazza.
 b. Ha suonato due volte un tizio.
 c. È arrivato a Roma un marziano.

Uma terceira diferença entre o Italiano e o Português reside na interpretação dos sujeitos indefinidos com verbos que admitem estruturas invertidas com foco largo. Neste caso, a ocorrência em posição pré-verbal determina que o sujeito receba uma interpretação forte (i.e, específica), enquanto a posição pós-verbal determina uma interpretação fraca, i.e., existencial (cf. Pinto, 1997). Assim, em (21a), o sujeito tem uma interpretação partitiva e em (21b) uma interpretação existencial.

- (21) a. *Due linguisti* sono arrivati. (Pinto, 1997:199)
 b. Sono arrivati *due linguisti*. (*id*: 199)

Pelo contrário, em Português, a posição pré-verbal dos sujeito indefinidos não induz necessariamente interpretação forte dos mesmos (compare-se (22a) com (22b)) e, sobretudo, a posição pós-verbal não determina uma interpretação fraca destes constituintes (compare-se (23a) com (23b)).

- (23) a. *Um aluno* chegou atrasado ao teste. É um aluno que eu conheço muito bem e que costuma ser pontual.
(interpretação referencial ou partitiva)
- b. *Um aluno* telefonou a pedir informações. Não faço ideia de quem se trata.
(interpretação existencial)
- (23) a. Chegou atrasado ao teste *um aluno*. Eu conheço-o muito bem e ele costuma ser pontual.
(interpretação referencial ou partitiva)
- b. Telefonou *um aluno* a pedir informações. Ninguém sabe de quem se trata.
(interpretação existencial)

Finalmente, outra diferença relevante entre o Italiano e o Português é a que diz respeito à possibilidade de ocorrência de sujeitos pós-verbais definidos – veja-se o contraste entre (24) e (25).

- (24) a. *Ha telefonato la ragazza.
b. *È arrivata la lettera.
- (25) a. Telefonou a rapariga.
b. Chegou a carta.

Contudo, como os exemplos (26) e (27) mostram, a posição pós-verbal não está vedada a todos os sujeitos definidos.

- (26) a. Ha telefonato la ragazza di Gianni. (Pinto (1997: 57))
b. È arrivata la lettera di Maria. (*id*: 57)
- (27) a. Ha telefonato Masiero. (Renzi (1988, org. :124))
b. È arrivato Piero. (*id*: 123)

O contraste entre frases como (24) e como (26) e (27) pode descrever-se recorrendo ao diferente tipo de denotação dos sujeitos: enquanto em (24) os sujeitos não denotam não ambigualmente uma entidade única no contexto discursivo em questão, os sujeitos pós-verbais de (26) e (27) fazem-no: em (26), devido aos sintagmas preposicionais genitivos *di Gianni* e *di Maria*; em (27), pelo facto de serem nomes próprios.

Este requisito de unicidade referencial dos sujeitos pós-verbais definidos em Italiano foi denominado Condição de Unicidade (cf. Calabrese (1991)) e, como a gramaticalidade de (24) e de (28)-(29) mostra, não se verifica em Português.

- (28) a. Telefonou a namorada do João.
b. Chegou a carta da Maria.
- (29) a. Telefonou o Mário.
b. Chegou o Pedro.

Em síntese: Diversas propriedades distinguem o Italiano do Português nas construções chamadas de inversão livre. Assim, a ordem VSO é permitida em Português, mas não em Italiano; com verbos de inversão, a interpretação forte e fraca dos sujeitos indefinidos é determinada em Italiano pela posição pré- e pós-verbal, respectivamente, ao contrário do que acontece em Português; a legitimação de sujeitos definidos em posição pós-verbal é regulada em Italiano pela Condição de Unicidade, contrariamente ao que sucede em Português.

As duas últimas propriedades sugerem que a ordem de palavras em Italiano privilegia questões de interpretação envolvendo LF, enquanto em Português numerosos estudos têm enfatizado a relevância das interfaces sintaxe-prosódia e sintaxe-discurso em PE para a ordem de palavras (cf., entre outros, Raposo, 1997, Ambar, 1992, Frota & Vigário, 1996, Costa, 1998). Antes de extrairmos consequências desta diferença, vejamos que propriedades comuns partilham o Italiano e o Português.

Tal como em Português, a ordem de palavras canónica em Italiano é SVO(X). A aplicação a derivações com esta ordem de palavras da *Regra de Proeminência do Foco (FPR)* marca como [+ Foco] o constituinte mais profundamente encaixado (cf. Zubizarreta, 1998). Por sua vez, a *Regra de Acento Nuclear (NSR)* faz igualmente recair sobre este constituinte o acento nuclear, como proposto em Cinque (1993).

Contudo, há casos em que existe conflito entre o resultado da aplicação de cada uma destas duas regras. Nestes casos, as línguas podem solucionar tal conflito através de uma estratégia prosódica ou de uma estratégia sintáctica (cf. Zubizarreta, 1998). Línguas como o Inglês, o Alemão e o Francês utilizam uma estratégia prosódica (um acento sobre o constituinte marcado como [+ F(oco)] por *FPR*), o que significa que os constituintes mais encaixados marcados como [- F(oco)] são invisíveis para *NSR* (cf. (30))⁸.

(30) a. Who ate an apple?

b. JOHN [_{VP} ate [_{DP} an apple]].

[+F]	[- F]	[- F]	<i>FPR</i>
*			<i>NSR</i>

Pelo contrário, línguas como o Italiano e o Português, usam uma estratégia sintáctica para resolução dos conflitos entre *FPR* e *NSR*, i.e., usam a ordem de palavras para compatibilizar os resultados da aplicação das duas regras. Nas línguas que seguem esta opção, todos os constituintes soletrados, i.e., fonologicamente especificados, são metricamente visíveis para o algoritmo de

⁸ * assinala o constituinte em que recai o acento nuclear.

atribuição do acento nuclear. Assim, em Português, a derivação correspondente a (31b) exibiria um conflito entre *FPR* e *NSR*, uma vez que o acento nuclear de frase recairia sobre um constituinte marcado como [- F(oco)].

- (31) a. Quem comeu uma maçã?
 b. *O João ... [TP ... comeu [VP ... uma maçã]].
- | | | | |
|-------|-------|-------|------------|
| [+ F] | [- F] | [- F] | <i>FPR</i> |
| | | * | <i>NSR</i> |

A estratégia usada para fazer com que a resposta a (31a) seja uma derivação convergente consiste em assegurar que o constituinte marcado como [+ F] pela *FPR*, o *João* no exemplo considerado, seja o constituinte fonologicamente realizado mais encaixado. Uma derivação como (32b), em que o sujeito permanece em *Spec*, VP e o objecto foi movido por *Scrambling* para adjunção a VP, evita o conflito entre *FPR* e *NSR*⁹.

- (32) a. Quem comeu uma maçã?
 b. [_{Ag_{SP}} ... Comeu [_{VP} [uma maçã] [_{VP} o João ...]]].
- | | | | |
|-------|-------|-------|------------|
| [- F] | [- F] | [+ F] | <i>FPR</i> |
| | | * | <i>NSR</i> |

Se Italiano e Português podem usar a estratégia sintáctica para acomodar estrutura informacional da frase e acento nuclear de frase, a que se deve a impossibilidade de ordem VSO do Italiano e as restrições semânticas sobre sujeitos pós-verbais?

Se considerarmos as restrições semânticas sobre sujeitos pós-verbais como uma indicação da «orientação para LF» do Italiano, é plausível formular a hipótese de que, nas frases com sujeitos pós-verbais, está activo nesta língua um núcleo funcional Foco, como proposto em Belletti & Schlonsky (1995) e Zubizarreta (1998), que atrai para a sua posição de especificador o constituinte marcado como [+ F], sendo eliminadas em LF as derivações em que o mesmo não satisfaça condições semânticas como a Condição de Unicidade. Adopto aqui a hipótese de que este núcleo funcional se encontra localizado na arquitectura da frase imediatamente acima de VP¹⁰. A generalização apresentada em (33) é uma concretização desta hipótese.

⁹ Adopto aqui a análise proposta em Costa, 1997, 1998 para as frases com ordem VOS em Português. Em Italiano a resposta exhibe igualmente a ordem VOS mas a derivação que a origina não é idêntica.

¹⁰ Zubizarreta (1998) também assume a existência de uma projecção funcional FocP na derivação deste tipo de frases em Italiano, mas localiza-a na periferia esquerda da frase, pelo que deriva a ordem VOS por movimento do IP *remnant* para a posição de adjunto a FocP.

Enquanto em Português a derivação convergente tem como resultado uma ordem VSO a derivação correspondente em Italiano origina uma ordem VOS.

Assumindo a análise proposta em Duarte (1997), os exemplos do Português são o resultado da entrada na numeração de um nó *AgrS* sem traço [tópico]. Nestas condições, a única derivação convergente é a que origina a ordem VSO: o algoritmo *NSR* atribui o acento nuclear ao constituinte mais encaixado, o objecto, o qual faz parte do constituinte ao qual é atribuído pela *FPR* o traço [+ F] – *AgrSP*.

Quanto ao Italiano, assumindo (33), o sujeito pós-verbal ocupa a posição de *Spec*, *FocP*, sendo, por isso, o candidato adequado para receber o acento nuclear de frase, resultado que a ordem V S PP não garantiria. Neste caso, o Italiano recorre à estratégia de mover o PP por *Scrambling* para a posição de adjunção à esquerda a *FocP*¹³.

4. Conclusões

Neste trabalho, tentei derivar a possibilidade das construções chamadas de inversão livre observadas em Português, Espanhol e Italiano da fixação do valor positivo para o Parâmetro do Sujeito Nulo (como é clássico fazer) e da opção escolhida pelas três línguas de utilização de uma estratégia sintáctica para resolução dos conflitos entre os resultados da aplicação de *FPR* e de *NSR*.

Adoptei a proposta de Zubizarreta (1998) de que as diferenças entre o Espanhol, por um lado, e o Português e o Italiano, por outro, se devem a propriedades do núcleo funcional mais alto na primeira: um núcleo sincrético que pode albergar traços de [tópico], [*wh*-], etc., pelo que esta língua manifesta uma fenomenologia V/2 em IP.

Finalmente, atribuí as diferenças entre o Português e o Italiano à «orientação para LF» desta última língua, orientação que legitima a presença, nas construções em análise, de um núcleo *FocP* para a posição de especificador do qual o sujeito é atraído. A interacção desta hipótese com movimento visível do objecto para verificação de Caso acusativo e *Scrambling* de PP, independentemente motivados para o Italiano, permitiu-me derivar a possibilidade *vs*.

¹³ O *Scrambling* de PP em Italiano foi proposto em Bianchi (1993) para dar conta de contrastes como o que se observa entre (ia) e (ib). Foi igualmente proposto por Belletti & Schlonsky (1995) como análise para os casos de *Heavy Object Shift*.

(i) a. Hanno dato a Gianni finalmente una bella lezione.

b. ??Hanno dato finalmente a Gianni una bella lezione.

impossibilidade da ordem VSO em Português e Italiano e atribuir uma estrutura diferente às frases com ordem VOS em ambas as línguas.

Como é desejável em Teoria da Gramática, a possibilidade de «inversão livre» que caracteriza as três línguas e as diferenças de comportamento observáveis nestas construções foram derivadas, por um lado, de opções idênticas para valores paramétricos e, por outro, dos núcleos funcionais nelas presentes e das propriedades que os caracterizam.

Bibliografia

- ALEXIADOU, A. & ANAGNOSTOPOULOU, E. (2001) – «Subject-in-Situ Generalization and Role of Case». *Linguistic Inquiry*, 32(2).
- AMBAR, M. (1992) – *Para uma Sintaxe da Inversão Sujeito-Verbo em Português*. Lisboa: Colibri.
- BARBOSA, P. (2000) – «Clitics: a Window into the Null Subject Property». In Costa, org. *Portuguese Syntax. New Comparative Studies*. Oxford: Oxford University Press.
- BAILYN, J. F. (2001) – *Generalized Inversion*. Suny, ms.
- BELLETTI, A. (1988) – «The Case of Unaccusatives». *Linguistic Inquiry*, 19(1).
- BELLETTI, A. (1990) – *Generalized Verb Movement. Aspects of Verb Syntax*. Turim: Rosenberg and Sellier.
- BELLETTI, A. & U. Schlonky (1995) – «Order of Verbal Complements: A Comparative Study». *Natural Language and Linguistic Theory*, 13(3).
- BIANCHI, V. (1993) – *An Empirical Contribution to the Study of Idiomatic Expressions*. Scuola Normale Superiore di Pisa, ms.
- BURZIO, L. (1981/1986) – *Italian Syntax. A Government-Binding Approach*. Dordrecht: Reidel.
- CALABRESE, A. (1991) – «Some Remarks on Focus and Logical Structures in Italian». *Harvard Working Papers in Linguistics*.
- CHOMSKY, N. (1981) – *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris.
- CHOMSKY, N. (1995) – *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- CINQUE, G. (1993) – «A Null Theory of Phrase and Compound Stress». *Linguistic Inquiry*, 24(3).
- CINQUE, G. (1999) – *Adverbs and the Universal Hierarchy of Functional Projections. A Cross-Linguistic Perspective*. Oxford: Oxford University Press.
- COSTA, J. (1997) – «Scrambling in European Portuguese». In *SCIL*, 8. *MIT Working Papers in Linguistics*.
- COSTA, J. (1998) – *Word Order Variation. A Constraint-Based Approach*. Haia: Holland Academic Graphics.
- COSTA, J. (2000) – «Word Order and Discourse-Configurability in European Portuguese». In Costa, org. *Portuguese Syntax. New Comparative Studies*. Oxford: Oxford University Press.
- COSTA, J. & I. Duarte – «Pre-verbal subjects in null-subject languages are not necessarily dislocated». *Journal of Portuguese Linguistics*, 1(2), pp. 159-175.
- CUNHA, C. & LINDLEY CINTRA, L. F. (1984) – *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- DUARTE, I. (1987) – *A Construção de Topicalização na Gramática do Português*. Regência, *Ligação e Condições sobre Movimento*. Lisboa, Dissertação de doutoramento.

- DUARTE, I. (1996) – «A Topicalização no Português Europeu: Uma Análise Comparativa». In Duarte & Leiria (orgs.). *Actas do Congresso Internacional sobre o Português*. Vol I. Lisboa: APL/Colibri.
- DUARTE, I. (1997) – «Ordem de Palavras: Sintaxe e Estrutura Discursiva». In A. M. Brito *et alii*, (orgs.) *Sentido que a Vida Faz. Estudos para Óscar Lopes*. Porto: Campo das Letras.
- GOODALL, G. (1991) – «On the Status of Spec of IP». In Bates, (org.). *Proceedings of the Tenth West Coast Conference on Formal Linguistics*. Stanford: CSLI.
- GUÉRON, J. (1980) – «On the Syntax and Semantics of PP Extraposition». *Linguistic Inquiry*, 11(4).
- É. KISS, K. (1995) – «NP Movement, Operator Movement and Scrambling in Hungarian». In É. Kiss, K. (1995), (org.).
- É. KISS, K., (org.) (1995) – *Discourse Configurational Languages*. Oxford: Oxford University Press.
- FROTA, S. & M. Vigário (1996) – *On Weight Effects in European Portuguese*. Comunicação apresentada ao Colóquio do GLOW sobre *Weight Effects*, Atenas.
- KURODA, S.-Y. (1972-1973) – «The Categorical and the Thetic Judgement». *Foundations of Language*, 9.
- LASNIK, H. (2001) – «A Note on the EPP». *Linguistic Inquiry*, 32(2).
- MARTINS, A. M. (1994) – *Clíticos na História do Português*. Universidade de Lisboa, Dissertação de doutoramento.
- PINTO, M. (1997) – *Licensing and Interpretation of Inverted Subjects in Italian*. OTS, Universidade de Utrecht, Dissertação de PhD.
- RAPOSO, E. (1997) – «Deslocamento e Mover α . Uma Solução para o Problema do 'EPP'». In A. M. Brito *et alii*, (orgs.). *Sentido que a Vida Faz. Estudos para Óscar Lopes*. Porto: Campo das Letras.
- REINHART, T. (1982) – *Pragmatics and Linguistics: An Analysis of Sentence Topics*. Bloomington, Indiana: Indiana University Linguistics Club.
- REINHART, T. (1995) – *Interface Strategies*. OTS, Universidade de Utrecht.
- RENZI, L., (org.) (1988) – *Grande Grammatica Italiana di Consultazione*. Vol. 1. Bolonha: Il Mulino.
- RIZZI, L. (1982) – *Issues in Italian Syntax*. Dordrecht: Foris.
- RIZZI, L. (1991) – «Residual Verb Second and the Wh-Criterion». Universidade de Genève, *Technical Report 2*.
- ZUBIZARRETA, M. L. (1998) – *Prosody, Focus, and Word Order*. Cambridge, MA: The MIT Press.

PORQUE É QUE A CABEÇA DEITA FUMO?

Metáforas em idiomatismos do português, francês e alemão

Isabel Galhano Rodrigues, Júlia Cordas, Margarida Mouta
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Centro de Língua da Universidade do Porto
isabel.galhano@oninet.pt
ccordas@mail.telepac.pt
mmouto@net.sapo.pt

*«Não há nada na nossa inteligência que não tenha
passado pelos sentidos»*

Aristóteles, *Metafísica*

Introdução

Dotadas da capacidade de objectivar o real, todas as línguas naturais expressam sentimentos e traduzem conceitos abstractos relacionados com a experiência humana.

Frequentemente realizados em expressões metafóricas reveladoras da mundividência própria de cada língua, estes conceitos fixam-se preferencialmente em fraseologismos, expressões cujo funcionamento permite compreender não só as características semânticas do léxico, mas também o modo como, em cada língua, se processa a construção do sentido.

Na base da elaboração do presente trabalho está o interesse pelos fraseologismos. Duas preocupações dominantes motivaram este estudo: a primeira consistiu na necessidade de fundamentar com bases sólidas a descrição/explicação dos idiomatismos junto de estudantes portugueses aprendentes de alemão; a segunda, na necessidade de dar resposta a problemas levantados em práticas de tradução. As maiores dificuldades sentidas na tradução de idiomatismos residem no facto de não haver, em muitos casos, correspondência directa entre as imagens e os valores semânticos que essas expressões assumem em cada língua.

A experiência de ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras tem mostrado que existem problemas comuns às diferentes línguas, particularmente no que diz respeito ao domínio dos idiomatismos, em função tanto da aquisição da competência de comunicação, como da competência de tradução.

Sentida a necessidade de esclarecer os processos que determinam a construção dos idiomatismos no português e no alemão, procedeu-se, numa primeira fase, ao levantamento da pesquisa existente. O estudo realizado revelou a exiguidade de trabalhos de investigação existentes neste domínio tanto sob o ponto de vista semântico-semiótico, como sob o ponto de vista contrastivo. As leituras efectuadas reforçaram a necessidade de desenvolver um trabalho teórico numa perspectiva contrastiva alargada, pelo que foram posteriormente considerados os casos de idiomatismos da língua francesa.

Para dar conta do funcionamento da transposição metafórica subjacente à construção dos idiomatismos e evidenciar o modo como ela se realiza nas três línguas, pretendemos descrever e contrastar idiomatismos que possam testemunhar não só os modos de estruturar o mundo que nos rodeia, mas também os meios utilizados para com eles expressar valores e significados culturais e universais.

Seleccionou-se como objecto de estudo um conjunto de idiomatismos que contém o lexema *cabeça* como elemento nuclear e, a partir da análise de diferentes tipos de transposição metafórica verificados, pretendeu-se salientar os valores semânticos contextualmente determinados que *cabeça* pode assumir nas três línguas em questão.

Simultaneamente, procurou-se verificar a existência de correspondências, totais ou parciais, a nível interlinguístico, assim como de sinónimos a nível intralinguístico.

1. Estado actual da pesquisa

As primeiras investigações sobre agrupamentos de palavras (fraseologismos) inserem-se em trabalhos de investigação lexicográficos ou estilísticos, muitas vezes integrados em estudos dialectológicos e histórico-culturais (cf. Hundt, 1994: 212). É por volta dos anos 50 que linguistas de vários países começam a interessar-se pelos fraseologismos. Na pesquisa científica que tem por objecto de estudo a fraseologia como área específica da linguística, destacam-se três grupos de maior interesse: a fraseologia soviética, a fraseologia americana e a fraseologia realizada por germanistas e romanistas alemães. A fraseologia soviética que surge com Vinogradov no final dos anos 40, e se enquadra inicialmente na Lexicologia, é hoje uma disciplina independente.

A divisão de grupos de palavras no tratado sobre estilística de Bally (1951) influenciou a classificação dos fraseologismos de Vinogradov, e, conseqüentemente, muitas outras investigações sobre os fraseologismos da língua russa.

Para muitos generativistas americanos¹ a investigação da idiomática tornou-se também um objecto de interesse, pelo facto de levantar problemas quanto à aplicabilidade da teoria da gramática generativa.

Na Alemanha, os trabalhos nesta área desenvolveram-se sobretudo a partir dos anos 70, por influência da obra da linguista russa Cernyseva (1970; cit. in Burger, 1973: 17-18; Higi-Wydlar, 10-11)².

A maior parte dos trabalhos realizados centra-se em questões de classificação de expressões fixas de todos os tipos. Atende-se sobretudo aos aspectos formais e à definição de critérios de classificação (idiomaticidade, motivação, fixidade e variação).

Em França, país em que esta obra de Bally não teve o mesmo impacto que no estrangeiro, a investigação sobre fraseologismos não foi objecto de grande interesse³.

Quanto ao português, além das investigações efectuadas por Schemann/Schemann-Dias (1979), Schemann (1981) e Hundt (1994, 1997), destacam-se dicionários que incorporam idiomatismos nas suas entradas lexicais. Hundt (1994) apresenta uma bibliografia de investigações realizadas na área da fraseologia do português e chama a atenção para o facto de esta área ainda carecer de estudo aprofundado, sobretudo no que diz respeito à descrição das características semânticas, à identificação de aspectos pragmático-comunicativos e à contrastação entre expressões idiomáticas de várias línguas, com vista à descrição de universais fraseológicos (Idem, 214-215).

Questões relativas à composicionalidade / não-composicionalidade dos fraseologismos assim como à existência das estruturas conceptuais que se encontram na sua base têm motivado vários trabalhos de orientação cognitivista⁴. De grande relevância nesta área da linguagem figurada e dos fra-

¹ Hockett (1956, 1958), Katz/Postal (1963), Weinrich (1972), Fraser (1970), Chafe (1968, 1971), Makkai (1972), autores cit. in Higi-Wydlar, 1989: 13-20.

² Salientam-se as obras Burger (1973; 1982), Pilz (1978), Fleischer (1982), Häusermann (1977), Koller (1977), Rothkegel (1973), Fix (1974, 1976), Karpf (1978); Gläser (1986) ocupa-se com fraseologismos do inglês, Thun (1978) estuda fraseologismos em várias línguas românicas, Zuluaga (1980) dedica-se aos fraseologismos do espanhol, Schemann/Schemann-Dias (1979), Schemann (1981) e Hundt (1994, 1997) aos fraseologismos portugueses, Schmid (1984), Greciano (1983) aos fraseologismos franceses (autores cit. in Higi-Wydlar, 1989). Por sua vez, Higi-Whyler (1989) realiza um trabalho contrastivo sobre fraseologismos franceses e alemães, apresentando problemas relativos à tradução.

³ Para o francês surgiram apenas alguns trabalhos esporádicos que se debruçam: Greimas (1960/61), sobre a definição de idiomático; Guiraud (1980), sobre questões sócio-culturais relacionadas com fraseologismos; e Curat (1982), sobre a investigação das locuções verbais sob o ponto de vista psico-sistemático, com a colocação da hipótese explicativa do mecanismo locucional (autores cit. in Higi-Wydlar, 47-49).

⁴ Defensores da perspectiva não-composicional propõem modelos de compreensão de idioma-

seologismos contendo metáforas são os estudos realizados por Lakoff/Johnson (1980) e Lakoff (1987). Estes autores defendem que os significados de muitos idiomatismos são motivados por estruturas conceptuais que existem independentemente da língua. A sua visão sobre o funcionamento da metáfora, como iremos ver mais adiante, conduz a uma perspectiva de abordagem dos idiomatismos que dá maior relevância aos aspectos semânticos do sentido figurado, os quais remetem, por sua vez, para valores culturais e universais.

Também a semiótica se tem vindo a interessar cada vez mais pelo comportamento não-verbal e pelos sinais convencionalizados, transmitidos gestualmente. Alguns destes gestos convencionalizados, conhecidos por emblemas, têm origem em fraseologismos, enquanto outros são acompanhados por expressões ou interjeições mais ou menos convencionalizadas. Os gestos emblemáticos que se encontram mais estreitamente ligados a fraseologismos contêm frequentemente palavras que designam partes do corpo (ex: *ter dor de cotovelo; ser de trás da orelha*). No intuito de descobrir a origem de certos gestos, posturas ou atitudes, têm-se desenvolvido trabalhos de pesquisa e de recolha sistemática de dados em numerosas comunidades linguísticas. Pretende-se comprovar o seu significado diacrónico e sincrónico, como consta do projecto *Berliner Lexikon der Alltagsgesten*, orientado por Posner et al., Berlin, TU – Arbeitsstelle für Semiotik. Em Payrató (1993) encontra-se uma lista bibliográfica detalhada de estudos sobre gestos emblemáticos em várias línguas do mundo. Neste âmbito, a semiótica também tem vindo a observar fraseologismos e idiomatismos, dando conta da imagem que eles evocam, bem como do valor do significado que essa imagem pode ter.

2. Referências teóricas

As línguas reflectem não só as necessidades e interesses de comunicação do homem, mas também o modo como ele interpreta e lida com o mundo em que está inserido. Lakoff/Johnson (1980) e Lakoff (1987) explicam que até o nosso modo de pensar e de atribuir significado àquilo que nos rodeia está condicionado, não só pela nossa própria natureza, mas também pela natureza do

tismos que explicam o modo de acesso aos significados figurados (cf. Bobrow/Bell, 1973; Swinney/Cutler, 1979; Gibbs et al, 1989b, Gibbs, 1980, 1986, autores cit. in Titone/Connine, 1999: 1658); aqueles que seguem uma perspectiva composicional propuseram taxonomias semânticas de fraseologismos (Nurnberg, 1978; Cacciari/Glucksberg, 1991, autores cit. in Titone/Connine, 1999: 1661-1663).

mundo em que estamos inseridos e com o qual interagimos. Segundo estes autores, na base da estruturação do pensamento e da criação de significado encontram-se estruturas conceptuais, fundadas em estruturas pré-conceptuais geradas pela nossa experiência⁵. Por experiência entendem-se as nossas capacidades de ordem genética e o nosso modo de funcionamento dentro do mundo físico que nos rodeia. Lakoff (1987: 267 segs.) considera que há dois tipos de estrutura conceptual das nossas experiências pré-conceptuais: a estrutura de nível básico e a estrutura imagístico-esquemática. A primeira integra categorias geradas pela nossa capacidade de percepção de formas (gestalt), pela nossa capacidade de imaginação e pela nossa capacidade motora. A segunda engloba esquemas imagísticos que se formam a partir daquilo que mais directamente apreendemos da nossa experiência: a orientação vertical; a natureza do nosso corpo como recipiente (contentor que pode estar vazio, cheio ou ainda sentir frio ou calor); a constituição do corpo como um todo com partes; a deslocação entre dois pontos, o que implica uma origem, uma meta, um percurso e uma determinada orientação. Os esquemas de imagem, a saber, CONTENTORES, PERCURSOS, LIGAÇÕES, FORÇAS, EQUILÍBRIO, e as orientações e relações do tipo ACIMA-ABAIXO, FRENTE-TRÁS, PARTE-TODO, CENTRO-PERIFERIA, são estruturas simples que estão sempre presentes na nossa vida quotidiana.

Para lidar com abstracções resultantes de experiências que ultrapassam o mundo dos objectos concretos, ou seja, para estruturar e definir conceitos abstractos, o nosso sistema conceptual serve-se dos «gestalts» experimentais básicos pertencentes a vários domínios. A estrutura conceptual abstracta surge do nível básico por transposição metafórica do domínio físico para domínios abstractos. É a este processo de transposição que Lakoff/Johnson, (1980: 26-27) chamam metáfora ontológica. Assim, partes da nossa experiência, por exemplo eventos, acções, actividades e estados podem ser tratadas como entidades ou substâncias. Um exemplo disto é a metáfora TIME IS MONEY (Lakoff/Johnson, 1980: 10) e o modo como ela se realiza ao nível da língua: o tempo gasta-se, desperdiça-se, ganha-se, etc.

O estudo dos tipos de metáfora usados numa língua não só permite conhecer os valores culturais, mas também ajuda a compreender a mundividência que essa língua denuncia.

⁵ Também Piaget argumenta que a língua é solidária com as aquisições feitas a nível da inteligência senso-motora e que as estruturas conceptuais que se desenvolvem na primeira infância são o resultado de uma extensão semiótica de esquemas sensoriais (Bateson et al., 1987: 241). Segundo o autor, o conhecimento constrói-se com base na actividade manipulatória. Vestígios deste nível de construção de conhecimento encontram-se nos usos metafóricos da língua na idade adulta (cf. Feyereisen, 1991: 74).

Os idiomatismos, realizações linguísticas caracterizadas, entre outros aspectos, por transposição metafórica, são assim o objecto mais adequado para o estudo do modo como nas línguas se constróem os conceitos abstractos.

Para melhor elucidar a análise que se segue, convém descrever com maior pormenor alguns esquemas conceptuais de Lakoff (1987) que explicam o funcionamento da metaforização.

2.1. *Metáfora e esquemas conceptuais*

Como já foi referido, são os correlatos pré-conceptuais da nossa experiência que motivam uma projecção da base lógica dos esquemas estruturantes experienciais para domínios abstractos. Essa projecção, designada por METÁFORA, envolve um domínio de partida (origem) e um domínio de chegada (destino). O facto de a estrutura do domínio de origem se projectar numa estrutura correspondente do domínio de destino permite afirmar que a metáfora é conceptualmente estruturada.

Passamos a apresentar alguns dos tipos de esquemas metafóricos propostos por Johnson (1987, cit. in Lakoff, 1987: 271 segs.), que permitem mostrar mais claramente certas estruturas conceptuais manifestadas na língua:

Esquema CONTENTOR: Este esquema assenta na noção dentro-fora, uma noção determinante para a apreensão que fazemos do nosso corpo como um contentor ou como uma coisa existente dentro de um contentor. Como referem Lakoff/Johnson (1980: 29), o ser humano tem a tendência para quantificar os objectos que o rodeiam através da delimitação do território à volta desses objectos. Essa delimitação vai possibilitar a operação de quantificação que permite avaliar quer o tamanho quer o conteúdo do contentor. Assim, as noções de limite e, por extensão, de limite interior e limite exterior são fundamentais para a estruturação desta metáfora. Estas noções permitem-nos a compreensão de conceitos abstractos que determinam a existência de um conteúdo com características próprias, localizado num contentor que se pode eventualmente abrir ou fechar para se proceder à introdução ou à extracção de partes ou da totalidade de um conteúdo.

Esquema ORIGEM-PERCURSO: Apreendemos este esquema directamente da nossa experiência de nos deslocarmos de um sítio para outro, percorrendo vários lugares. Os elementos estruturantes desta metáfora são a origem, a meta, o percurso e a direcção para o destino.

Esquemas de ORIENTAÇÃO / RELAÇÕES:

ACIMA-ABAIXO: De acordo com a nossa via experimental de aquisição de

conhecimento sabemos que o que está em cima (vivo, de pé, saudável, atento) é avaliado positivamente e que o que está em baixo (morto, doente, cansado, desatento) sofre uma avaliação negativa. Como referem Lakoff/Johnson, (1980), UP IS GOOD, DOWN IS BAD. Directamente ligadas às posições ACIMA/ABAIXO encontram-se as noções de tamanho/quantidade: o que é grande geralmente encontra-se mais acima do que aquilo que é pequeno; mais, implica também ser maior e menos implica ser menor. Sendo assim, da metáfora ACIMA É BOM, ABAIXO É MAU podem derivar-se as metáforas MAIS É BOM, MENOS É MAU e GRANDE É BOM, PEQUENO É MAU. Destas correlações pode-se inferir que aquilo que culturalmente é considerado melhor se encontra acima do que é pior.

CENTRO-PERIFERIA: Compreendemos o nosso corpo como sendo um todo composto por partes centrais, essenciais para a vida, e por partes periféricas. Para identificar um indivíduo, o que é central é tido como melhor do que aquilo que é periférico. Assim se explica que as injúrias dirigidas a órgãos centrais sejam mais graves do que as que são dirigidas a órgãos periféricos. Os elementos estruturais a considerar neste esquema imagístico são um centro, uma periferia e uma entidade.

PARTE-TODO: Assim como temos a noção da existência de um centro e de partes periféricas no corpo, também nos apercebemos de que o corpo é um todo complexo divisível em partes. À semelhança do que acontece com o nosso corpo, também os objectos do mundo são constituídos por um todo e partes.

Na nossa interacção com o ambiente também está envolvido o esquema FORÇA (Johnson, 1987: 42, cit. in Pauwels/Simon-Vandenberg, 1995: 47). Este esquema está ligado à experiência do nosso corpo exercendo ou sendo submetido a uma força em qualquer tipo de interacção com outros elementos. Como refere Johnson, só nos apercebemos dessas forças quando são extraordinariamente fortes. Pauwels/Simon-Vandenberg constata que estas experiências têm um lugar de relevo na metaforização: «*It is therefore not accidental that a large group of instances in the corpus actually have violent actions of fighting as a donor domain*» (1995: 47) e que esse esquema de FORÇA se encontra especificado de vários modos através da combinação com outros esquemas, como PERCURSO, CONTENTOR e EQUILÍBRIO (Idem).

Como proposta de reinterpretação do esquema de EQUILÍBRIO de Johnson (1987), Pauwels/Simon-Vandenberg (1995: 55) sugerem uma outra estrutura imagístico-esquemática, a saber, o CONTROLE. Pela sua relevância óbvia, este esquema também foi considerado na presente análise.

Todos os esquemas referidos funcionam isoladamente, mas também são susceptíveis de funcionar em simultâneo numa metaforização: o cruzamento

de dois esquemas é visível, por exemplo, na experiência de se retirar um elemento de um contentor, de fazer um percurso (de dentro para fora), ou de levantar qualquer coisa, isto é, colocá-la numa posição mais favorável.

Assim, Lakoff parte do princípio de que para grande parte dos conceitos abstractos existe uma metáfora central, altamente produtiva, tanto através de meios lexicais, ou seja, de diferentes codificações linguísticas, como através de encadeamentos metafóricos (Lakoff, 1987: 380 segs.).

2.2. *Metonímia*

Tal como acontece com a metáfora, também a metonímia não é arbitrária, mas sim conceptualmente determinada. Na metonímia, para além de haver uma projecção de um domínio de conhecimento para outro, estabelece-se uma relação entre dois elementos – A e B. Nesta relação, A pode ESTAR POR B, se B for uma categoria e A um membro ou sub-categoria de B. A relação ESTAR POR é apresentada estruturalmente por um esquema origem-percurso-meta (Lakoff, 1987: 77; 288-289). Lakoff (Idem, 84 segs.) refere que há vários tipos de modelos metonímicos para categorias, originando cada um desses tipos uma espécie diferente de efeitos prototípicos. Os tipos de modelos metonímicos para categorias são os estereótipos sociais, os exemplos típicos, os ideais, os padrões (protótipos), os geradores, os submodelos e os exemplos proeminentes. Todos estes tipos de elementos são susceptíveis de ser colocados como representantes de uma categoria, ou seja, de ESTAREM PELA categoria.

Revistas sucintamente as bases teóricas que orientaram este trabalho, passaremos à descrição e análise de idiomatismos portugueses, franceses e alemães que contêm a palavra *cabeça*.

3. Análise dos idiomatismos com *cabeça*

3.1. *Descrição e definição do corpus*

Para a constituição do *corpus*, foi nossa intenção recolher, nas três línguas, idiomatismos de uso frequente, nos quais figura o lexema *cabeça*. A recolha desses idiomatismos, realizada a partir dos dicionários que figuram na Bibliografia, não pretende ser exaustiva. Em primeiro lugar, porque a natureza contrastiva de um estudo que abrange três línguas obriga já a uma restrição do número de exemplos a analisar; em segundo lugar, porque há alguns idiomatismos que, embora ainda lexicalizados, já caíram em desuso; por último, porque outros idiomatismos embora apresentem já uma certa reprodutividade, não se encontram ainda convencionalmente lexicalizados. Apesar destas restrições, consideramos que os exemplos analisados permitem tirar conclu-

sões válidas sobre algumas tendências de semantização para a palavra *cabeça* encontradas nas três línguas.

Para designar os fraseologismos que constituem o *corpus* demos preferência ao termo *idiomatismo*, por um lado, porque designa por si só a propriedade de «ser idiomático» e, por outro lado, porque dentro da área da investigação fraseológica se verifica uma maior tendência para utilizar os termos correspondentes em inglês e em alemão (*idiom/Idiom*). Com *idiomatismo* pretende-se designar as unidades lexicais, rígidas e estáveis, formadas, pelo menos, por duas palavras, reproduzidas como um todo. O significado desse todo não corresponde (completamente) à soma dos significados simples dos seus componentes (cf. Higi-Wydler, 1989: 56; Hundt, 1994: 204).

Os idiomatismos recolhidos são, então, ligações fixas de palavras, mais ou menos idiomáticas. Quanto ao seu semantismo, inserem-se nos grupos de fraseolexemas parcial e totalmente idiomáticos (Hundt, 1994: 207-208) e nos grupos de pares idiomáticos e comparações idiomáticas (Higi-Wydler, 1989: 89-91). Sempre que necessário, foram consideradas variantes lexicais, fraseologismos sinónimos e polissémicos. Não se tomou em conta expressões fixas como os provérbios e os verbos de suporte que, de acordo com muitas classificações, se inserem no grupo dos fraseologismos. Também foram excluídos os idiomatismos em que *cabeça* desempenha as funções semânticas de: elemento localizador (como em *cabeça-de-lista*), elemento valorativo (como em *cabeça-de-casal*), elemento qualificador atribuível não só aos seres humanos, mas também aos objectos (como em *com pés e cabeça* e em *sem pés nem cabeça*) e elemento adverbial (como em *com cabeça* e em *de cabeça*).

As expressões que constituem o *corpus* caracterizam-se a nível semântico por um grau de idiomaticidade variado e, a nível morfossintáctico, por uma heterogeneidade notória. Esta heterogeneidade formal é de pouca relevância para o presente estudo, uma vez que, de acordo com os objectivos atrás expostos, nos propomos analisar questões de natureza semântica e não de ordem morfossintáctica. Também não se deu especial atenção a questões ligadas a diferentes registos de língua.

Os idiomatismos seleccionados centram-se em fenómenos cognitivos: capacidade intelectual e actividade mental; fenómenos psicológicos relacionados com o temperamento ou com estados emocionais; fenómenos interaccionais ligados a atitudes assumidas nas relações interpessoais e em função de determinados valores sociais. Estas áreas semânticas sublinham a importância da *cabeça* como elemento capaz de metaforizar domínios abstractos.

As metáforas subjacentes a estes idiomatismos partem da percepção da *cabeça* como um CONTENTOR, uma caixa com características físicas e cinestésicas, com propriedades idênticas às dos objectos do mundo. De acordo com

o senso comum, este contentor deve guardar a maior quantidade possível de matéria com vista à sua utilização de um modo eficaz e adequado. Desta constatação se pode extrair a metáfora central INTELIGÊNCIA É MATÉRIA.

Esse contentor também pode ser ORIGEM ou META de um PERCURSO descrito por uma entidade, ou até mesmo o próprio PERCURSO.

Como parte constituinte do corpo humano, a cabeça também estabelece com o todo relações de inclusão ou de exclusão, de localização (CENTRO-PERIFERIA) e de direccionalidade (FRENTE-TRÁS, ACIMA-ABAIXO).

Para além de poder exercer FORÇAS, a cabeça pode também estar sujeita à acção de outras forças. Em estados ou acções em que participa um indivíduo, pode estar presente tanto o CONTROLE do indivíduo, como o controle de uma instância exterior ao indivíduo.

3.2. *Percurso metodológico*

A análise desenvolveu-se do seguinte modo:

- seriação das ocorrências inventariadas com base nas áreas semânticas acima estabelecidas;
- descrição das estruturas imagístico-esquemáticas subjacentes à construção dos valores metafóricos, a saber, as estruturas CONTENTOR, ORIGEM-PERCURSO, ORIENTAÇÕES/RELAÇÕES e FORÇA/CONTROLE;
- verificação, dentro de cada sistema de língua, das correspondências entre as imagens evocadas e os significados por elas criados;
- contrastação, nos diferentes sistemas de língua, das imagens evocadas com os significados por elas criados.

Como mencionado na introdução, na análise contrastiva dos idiomatismos do português com os idiomatismos do francês e do alemão procurou dar-se conta da existência/não-existência de correspondências totais e parciais e, sempre que se tornou pertinente, da existência de idiomatismos sinónimos.

Nas tabelas só figuram os idiomatismos que contêm o lexema *cabeça*. Os idiomatismos sinónimos em que esta palavra não surge serão apenas referidos no texto, com a respectiva tradução literal, caso se trate de exemplos em francês ou em alemão. Os idiomatismos parcial e totalmente correspondentes encontram-se dispostos na mesma linha. Caso existam variantes, estas aparecem em linhas contíguas. Para facilitar a apresentação nas três línguas, garantindo-se uma certa uniformidade, os verbos dos idiomatismos encontram-se conjugados na terceira pessoa do singular, com sujeito e complementos indefinidos.

3.3. *Estruturas imagístico-esquemáticas*

De acordo com o saber comum do ser humano, a cabeça é a parte do corpo que tem a função de comandar as restantes partes, sendo o seu bom funcionamento decisivo para a sobrevivência. É na cabeça que estão situados os órgãos da audição, olfacto e visão, que nos permitem a apreensão sensorial do que se passa à nossa volta, assim como os órgãos do aparelho fonador, que nos possibilitam interagir verbalmente com os outros. É ainda através dela que nos apercebemos de certas alterações fisiológicas (dores, subida de temperatura, transpiração excessiva, latejar intenso) provocadas por acontecimentos que afectam o nosso estado emocional ou por períodos de actividade mental prolongada e intensa.

Nos exemplos analisados em 3.3.1. e em 3.3.2. encontram-se transposições metafóricas com vários tipos de conotações: o lexema *cabeça* surge, no primeiro grupo, como uma metáfora da capacidade intelectual (conotando, neste caso, mais ou menos inteligência) e da actividade intelectual (referindo a introdução ou a extracção de informação/conhecimentos e a elaboração de raciocínios); no segundo grupo, surge como metáfora do temperamento.

Nos idiomatismos analisados nos três pontos seguintes (3.3.3. – 3.3.5.) verificam-se transposições metonímicas: os idiomatismos sob 3.3.3. evocam inferências relacionadas com reacções fisiológicas na cabeça (aquecimento, aumento de pressão) que se explicam através do modelo metonímico «a (re)acção fisiológica ESTÁ POR emoção». Sob 3.3.4. encontram-se agrupados os idiomatismos que descrevem reacções físicas do corpo (de que a cabeça faz parte) as quais ESTÃO metonimicamente PELOS estados emocionais que as originaram. Em 3.3.5., os exemplos descrevem acções físicas interpessoais (dirigidas para outro) em que a cabeça ocupa um lugar central. Essas acções físicas ESTÃO PELA atitude de um indivíduo para com o outro.

O último grupo (3.3.6.) insere idiomatismos formados por transposições metafóricas geradas a partir da metáfora central CABEÇA É VIDA.

3.3.1. *Cabeça É capacidade/actividade intelectual*

Segundo a lógica popular correspondente à ideia de que a inteligência equivale à «massa cinzenta» existente, as pessoas com mais inteligência são as que demonstram ter mais conteúdo dentro da cabeça. Decorrentes deste princípio, são muitos os idiomatismos que apontam para o conceito fundador da metáfora central: INTELIGÊNCIA É MATÉRIA DENTRO DE UM CONTENTOR.

3.3.1.1. No quadro que abaixo se reproduz, a palavra *cabeça* representa nas três línguas estudadas o mesmo que capacidade intelectual, ou seja, a qualidade de ser mais ou menos inteligente. Neste grupo encontram-se metáforas

baseadas sobretudo no esquema conceptual CONTENTOR: os lexemas utilizados nos idiomatismos comportam características semânticas que podem designar propriedades tanto das paredes do contentor, como da(s) substância(s) que nele estão contidas.

A constituição das paredes do contentor é determinante para a entrada e o armazenamento de matéria⁶ no seu interior: uma parede dura e compacta oferece resistência à entrada de matéria. Sendo assim, nos idiomatismos abaixo listados, os qualificadores *duro / de pau / de coco / Holz-* (paredes duras) atribuem à cabeça-contentor as propriedades de dureza/resistência, que são sinónimo de impenetrabilidade, de tal modo que, nestes idiomatismos, se associa ao lexema *cabeça* o significado «ser estúpido».

PORTUGUÊS	FRANCÊS	ALEMÃO
alguém é duro de cabeça alguém é cabeça-de-coco alguém é cabeça-de-pau	quelqu'un a une tête bien dure	jd. ist ein Holzkopf

Nestes exemplos há paralelismos entre os idiomatismos das três línguas. Todos eles fornecem imagens da experiência do mundo ou de objectos nele existentes que põem em evidência o traço [+ duro].

3.3.1.2. A importância dada à forma do contentor baseia-se na metáfora SER PERFEITO/BONITO É BOM. As formas esféricas e arredondadas predominam na configuração morfológica do mundo e na do próprio homem (veja-se a esfericidade da cabeça humana). Estas formas projectam-se metaforicamente em conceitos abstractos como a completude e a perfeição. Daí que qualquer má-formação da cabeça implique uma disfuncionalidade. Uma cabeça quadrada, limitada por linhas rígidas significará, assim, imperfeição de formas. Em *tête de noeud* a distorção do contentor acarreta a distorção da matéria que se encontra no seu interior. A imagem descrita em *avoir la tête à l'envers*, por sua vez, implica incapacidade de receber conteúdo, ou seja, ausência de inteligência.

Já a expressão *nicht auf den Kopf gefallen sein* (não ter caído sobre a cabeça) implica que as paredes do contentor estão preservadas e a cabeça intacta, dispondo o indivíduo de todas as suas faculdades.

⁶ Quando nos referimos a matéria seguimos o esquema contentor-substância apresentado por Lakoff/Johnson (1980: 30).

PORTUGUÊS	FRANCÊS	ALEMÃO
alguém tem uma cabeça quadrada alguém é/está marreco da cabeça	quelqu'un a une tête de noeud quelqu'un a la tête à l'envers	jd. ist nicht auf den Kopf gefallen

Em português e em francês está patente a ideia de má-forma como indicador de mau-funcionamento.

3.3.1.3. Outro aspecto a considerar é o tamanho do contentor. O que é grande ou de maiores dimensões, por oposição ao que é pequeno, é tido como superior ou de maior qualidade. Sendo assim, quanto maior o contentor, mais matéria poderá armazenar, o que equivale a uma maior capacidade intelectual. A reduzida capacidade intelectual pode ser metaforizada pela referência a um fruto de reduzidas dimensões (como a avelã) ou a animais (maioritariamente aves e insectos), cujo cérebro é reconhecidamente pequeno. No alemão encontramos a expressão *ein Vogelhirn haben* (ter um cérebro de pássaro), que se pode considerar uma correspondência de *cabeça-de-avelã* ou de *tête de linotte*.

PORTUGUÊS	FRANCÊS	ALEMÃO
alguém é uma grande cabeça	quelqu'un a une petite tête	jd. hat einen grossen Kopf
alguém é uma cabeça de avelã	quelqu'un a une tête de linotte	
alguém é uma cabeça-de-avelã		
alguém é uma cabeça-de-galinha		
alguém é uma cabeça-de-atum		
alguém é uma cabeça-de-grilo		

A ideia de grandeza como metáfora (indício) de inteligência está representada nas três línguas. Por sua vez, a pequenez como sinal de falta de inteligência ocorre em maior número de exemplos no português e no francês. Verificamos que em português existe um grande número de expressões de carácter insultuoso baseadas nas reduzidas dimensões do cérebro. Em francês, esta intenção não se esgota na referência ao tamanho, tal como podemos obser-

var em expressões do tipo *tête d'andouille* ou *tête de lard* (toucinho). Aqui a intenção insultuosa realiza-se pela aproximação do indivíduo ao animal.

3.3.1.4. Uma das características que o senso comum associa às noções de perfeição e de completude é a de resistência. Esta qualidade confere maior durabilidade aos seres e aos objectos do mundo físico: o que é mais durável tem, em princípio, maior qualidade. Sendo assim, o que é resistente é tido como superior, por oposição ao que é frágil, característica convencionalmente associada a uma certa inferioridade.

Outra característica sobressai do adjectivo *hell* (claro, iluminado). Se uma cabeça é ou está clara, é porque recebe luz. Sendo a luz indispensável para a nossa sanidade física, para a nossa vitalidade, este adjectivo atribui à cabeça uma qualidade positiva. Por outro lado, luz é símbolo de conhecimento. Logo, o que é mais iluminado é tido como mais esclarecido. Outras variantes de *hell* são os adjectivos *klug* (esperto) e *gut* (bom).

PORTUGUÊS	FRANCÊS	ALEMÃO
alguém tem uma cabeça forte	quelqu'un a une forte tête	jd. ist ein Schwachkopf
alguém tem fraca cabeça	quelqu'un a une tête faible	jd. hat einen hellen/klugen/guten Kopf

Neste grupo os idiomatismos do alemão apresentam imagens e qualidades mais variadas sobre a resistência / não-resistência da cabeça como indicador de maior ou menor inteligência. O português e o francês recorrem apenas à dicotomia forte/fraco.

3.3.1.5. O espaço dentro do contentor pode estar mais ou menos preenchido com matéria. Como já foi referido, as pessoas mais inteligentes são aquelas que possuem maior quantidade de massa no contentor-cabeça, o que significa que espaço vazio ou pouco preenchido corresponde a pouca inteligência. São numerosas as referências aos diferentes estados da matéria para atribuir qualidades à inteligência humana. Assim, o estado sólido conota características valoradas positivamente, enquanto os estados líquido e gasoso se associam a características negativas. A solidez sugerida pelo chumbo em *avoir du plomb à la tête* traduz uma grande capacidade intelectual. Já no idiomatismo português *ter areia na cabeça*, é a inconsistência da areia que indicia a falta de capacidade intelectual.

Inúmeros idiomatismos referem cabeças-contentor sem conteúdo (*cabeça*

de vento, cabeça oca, ter a cabeça vazia, não ter nada na cabeça / tête vide, tête de pioche / einen leeren Kopf haben, nichts im Kopf haben, einen Hohlkopf sein). No caso particular do idiomatismo francês *tête de pioche*, (tradução literal: cabeça de pá), o esvaziamento da cabeça é sugerido pela forma côncava do objecto.

Outros idiomatismos designam cabeças-contentor com algum conteúdo (*ter algo na cabeça / avoir quelque chose en tête*).

Outros ainda referem-se a conteúdos com propriedades negativas: tanto *chocho* (seco), como *minhoca* (repelente) sugerem estados de deterioração. Em alemão, encontramos o substantivo composto *Strohkopf* (cabeça de palha), em que palha também representa *secura*. Da mesma maneira, substâncias fluidas como a *água bórica*, quase-fluidas como o miolo da *melancia*, pouco consistentes como o miolo da *abóbora* são metáforas que ajudam a construir, por transposição de um domínio experiencial concreto, o conceito abstracto de (menos) inteligência.

PORTUGUÊS	FRANCÊS	ALEMÃO
alguém é cabeça-de-vento	quelqu'un a la tête à l'évent / / quelqu'un a la tête éventée	
alguém é cabeça oca	quelqu'un a la tête vide	jd. ist ein Hohlkopf jd. ist ein Strohkopf
	quelqu'un a une tête de pioche	
alguém é cabeça chocha		
alguém é cabeça-de-alho-chocho		
alguém não tem nada na cabeça	quelqu'un a un petit pois à la tête	
alguém tem algo na cabeça	quelqu'un n'a rien dans la tête	jd. hat nichts im Kopf
alguém tem a cabeça	quelqu'un a quelque chose en tête	
cheia de minhocas		
alguém tem areia na cabeça		
	quelqu'un a du plomb dans la tête	
alguém é cabeça-de-água bórica		
alguém é cabeça-de-abóbora		
alguém é cabeça-de-melancia		

Tanto no português, como no francês é dada maior importância à consistência/ constituição da matéria que enche / não enche o contentor. Isto está patente nas variadas imagens culturais que os idiomatismos evocam. Em alemão, pelo contrário, surge apenas a noção do vazio ou do conteúdo-palha.

3.3.1.6. Os efeitos provocados por um grande esforço intelectual também se encontram metaforizados tanto através da consistência (*tem-se a cabeça em água* quando já não se é capaz de raciocinar), como através da presença ou ausência de matéria no contentor: a incapacidade de formar novas ideias deve-se ao facto de se *ter a cabeça vazia* / *avoir une tête vide* / *einen leeren Kopf haben*; por sua vez, *ter a cabeça cheia* salienta as conotações de volume, peso e pressão provocados pelo esforço intelectual. O aumento de volume, peso e pressão significa que a capacidade intelectual chegou aos seus limites.

Em *alguém tem a cabeça a deitar fumo* / *jdm. raucht der Kopf*, está visível um dado experiencial do âmbito da tecnologia. Aqui a metáfora parece estabelecer uma correlação entre a cabeça e um motor/máquina⁷ que aqueceu demais devido a uma laboração contínua por um período prolongado.

Também encontramos conotações ligadas a outros órgãos dos sentidos: *alguém tem a cabeça a zumbir* / *jdm. brummt der Kopf* / *jdm. schwirrt der Kopf*. O cansaço resultante do trabalho mental manifesta-se através de um zumbido (*brummen*) ou de uma tontura causada por um esvoaçar rápido com algum ruído, em movimentos circulares (*schwirren*). Na base desta metáfora não está visível a estrutura imagístico-esquemática contentor, parecendo antes tratar-se de uma visão dinâmica da cabeça.

PORTUGUÊS	FRANCÊS	ALEMÃO
alguém tem a cabeça em água alguém tem a cabeça vazia alguém tem a cabeça cheia	quelqu'un a la tête vide	jd. hat einen leeren Kopf
alguém tem a cabeça a deitar fumo alguém tem a cabeça a zumbir		jd. hat einen schweren Kopf jdm. raucht der Kopf jdm. brummt der Kopf jdm. schwirrt der Kopf

Neste grupo parece haver bastantes correspondências entre o português e o alemão. Em ambas as línguas, para além da noção de ruído, estão patentes as noções de vazio, de peso e de aumento de temperatura que o fumo denuncia. No francês encontra-se apenas um exemplo para o caso de vazio.

⁷ Estamos aqui perante uma metáfora ontológica do tipo estrutural contentor-entidade (cf. Lakoff/Johnson, 1980: 30).

3.3.1.7 Com base na estrutura conceptual PARTE-TODO, vemos a cabeça como uma parte do todo coeso que é o nosso corpo. *Ter a cabeça no sítio / avoir la tête sur les épaules* significa estar de posse de todas as suas faculdades mentais. O facto de a parte ocupar no todo o lugar que lhe é devido indicia um funcionamento harmónico dentro do contentor. Em contrapartida, a circunstância de a cabeça não se encontrar no seu lugar (*cabeça no ar / tête ailleurs*), mas sim num espaço que não lhe é próprio, sugere a falta de concentração. Em alemão, existe a expressão *mit den Gedanken wo anders sein* (estar com os pensamentos noutra lugar) que reforça este ponto de vista. Outra imagem de onde ressalta uma deslocação da cabeça do seu lugar é evocada em *não saber onde se tem a cabeça / ne pas savoir où donner de la tête / nicht wissen, wo einem der Kopf steht*.

O contentor-cabeça pode também ser apreendido em função da sua localização espacial relativamente a outros objectos. Em *ein Brett vor dem Kopf haben* (tradução literal: ter uma tábua à frente da cabeça), paralelamente à estrutura CONTENTOR, encontra-se outra estrutura conceptual ligada à ORIENTAÇÃO FRENTE-TRÁS. Assim, de acordo com este eixo espacialmente estruturado, localiza-se um objecto, *Brett* (tábua) à frente do contentor. Esse objecto é visto como um obstáculo que impede a saída de informação. Convém, no entanto, salientar que o obstáculo ao pensamento / raciocínio se encontra no exterior do contentor. Contrariamente aos exemplos anteriores, o estado de espírito é sugerido aqui por referência ao exterior e não ao interior do contentor.

PORTUGUÊS	FRANCÊS	ALEMÃO
alguém tem a cabeça no sítio	quelqu'un a la tête sur les épaules	
alguém anda de cabeça no ar	quelqu'un a la tête en l'air quelqu'un a la tête ailleurs	
alguém não sabe onde tem a cabeça	quelqu'un ne sait pas où donner de la tête	jd. weiß nicht, wo ihm der Kopf steht jd. hat ein Brett vor dem Kopf

A noção de cabeça como parte de um todo deslocada do lugar que lhe é próprio é metáfora de incapacidade de concentrar. Esta noção está patente nos três sistemas de língua. Para o caso do alemão, veja-se também o ponto 3.3.5.8.

3.3.1.8. Na nossa vida quotidiana, recorreremos a verbos do tipo *meter e tirar* para designar a dinâmica das interacções que a cabeça estabelece com o mundo circundante. Esses verbos encontram-se fraseologicamente determina-

dos nos idiomatismos que se seguem, nos quais a cabeça-contentor é um objecto onde se introduz e de onde se extrai informação. Os verbos *encasquetar* e *arrancar* são encadeamentos lexicais do binómio *meter/tirar* que sugerem os diferentes modos de realização da acção. Em alemão, *sich etwas aus dem Kopf schlagen* (sacudir, batendo, alguma coisa para fora da cabeça) expressa a acção de dar pancadas nas paredes do contentor para extrair, à força, alguma coisa que não quer sair do seu interior. Em *jd. will sich den Kopf freihalten [für andere Sachen]* (tradução literal: alguém quer manter a cabeça livre [para outras coisas]) está bem clara a ideia de que a cabeça é uma caixa com determinados limites e que cabe a cada indivíduo decidir a natureza e a quantidade do que quer colocar no seu interior.

PORTUGUÊS	FRANCÊS	ALEMÃO
alguém mete alguma coisa na cabeça	quelqu'un met (quelque chose) dans la tête	
alguém encasqueta alguma coisa na cabeça		
alguém enche a cabeça de alguma coisa		jd. macht den Kopf voll mit etw.
alguém tem alguma coisa (ainda fresco) na cabeça	quelqu'un a en tête	jd. hat etw. (noch frisch) im Kopf
alguém tira alguma coisa da cabeça		jd. behält etw. im Kopf sich etwas aus dem Kopf schlagen
alguém arranca alguma coisa da cabeça	quelqu'un enleve/ôte quelque chose de la tête	jd. will sich den Kopf freihalten (für andere Sachen)

Neste grupo parece haver correspondências totais entre os idiomatismos das três línguas, certamente por se tratar de metáforas baseadas em noções de experiências básicas do indivíduo com o próprio corpo.

3.3.1.9. O ser humano tem também acesso ao contentor-objecto e pode manipulá-lo de vários modos, como referem as expressões: *dar voltas, quebrar, puxar, fazer contas*. Todas as acções são referidas por verbos que descrevem estados de coisas cuja realização depende de esforço e/ou insistência, ou seja, do uso de forças.

PORTUGUÊS	FRANCÊS	ALEMÃO
alguém dá voltas à cabeça		jd. lässt sich etw. im Kopf herum gehen
alguém quebra a cabeça	quelqu'un se casse la tête	jd. zerbricht sich den Kopf
alguém puxa pela cabeça	quelqu'un se creuse la tête	
alguém faz contas de cabeça	quelqu'un se monte la tête	

Como em 3.3.1.8., nota-se aqui um certo paralelismo na construção das metáforas nos idiomatismos das três línguas.

3.3.1.10. Noutros idiomatismos a manipulação é efectuada por alguma coisa que, vinda do exterior, exerce sobre o contentor uma acção de desgaste. Os verbos *moer*, *martelar* e *matar* descrevem estados de coisas que remetem para a erosão do contentor. A ideia de martelar também é conferida no francês e no alemão. No entanto, no caso do alemão, o verbo *hämmern* (martelar), não refere um pensamento constante e incomodativo, mas sim uma dor-de-cabeça.

PORTUGUÊS	FRANCÊS	ALEMÃO
alguma coisa mói a cabeça a alguém		
alguma coisa martela na cabeça a alguém	quelqu'un se met martel en tête	
alguma coisa mata a cabeça a alguém		etw. hämmert im Kopf

Pode-se afirmar que também a imagem de manipulação do contentor (com instrumentos da vida quotidiana) é comum às três línguas.

3.3.1.11. O contentor-cabeça também se pode enquadrar numa outra estrutura imagístico-esquemática, a saber, META, ORIGEM ou PERCURSO. Assim, em *quelque chose porte/monte à la tête à quelqu'un / qualquer coisa vem à / / entra (não quer entrar) na cabeça a alguém / etw. geht (will) jdm. (nicht) in den Kopf (gehen)* é como se uma substância exterior chegasse ao contentor (META); em *qualquer coisa passa pela cabeça a alguém / quelque chose passe par la tête à quelqu'un*, a cabeça-contentor constitui o próprio PERCURSO que

um determinado elemento segue ao descrever uma trajectória; em *qualquer coisa sai / não quer sair da cabeça a alguém / etw. geht (will) jdm. (nicht) aus dem Kopf (gehen)*, o contentor-cabeça representa a ORIGEM do percurso. Os verbos alemães *fahren* (ir de veículo com rodas) *schießen* (atirar, dar um tiro) são variantes de *gehen* (ir a pé) usadas aqui para indicar maior rapidez. A existência de META, ORIGEM E PERCURSO implica um movimento que torna visível o modo, muitas vezes não controlado, como uma ideia surge ou foge do pensamento.

PORTUGUÊS	FRANCÊS	ALEMÃO
alguma coisa vem à cabeça a alguém		etw. fährt jdm. in den Kopf
alguma coisa passa pela cabeça a alguém	quelque chose passe par la tête à quelqu'un	etw. geht jdm. durch den Kopf etw. schießt/fährt jdm. durch den Kopf
alguma coisa entra (não quer entrar) na cabeça a alguém		etw. geht (will) jdm. nicht in den Kopf (hinein)gehen
alguma coisa sai (não quer sair) da cabeça a alguém	quelque chose monte à la tête à quelqu'un quelque chose porte à la tête à quelqu'un	etw. geht (will) jdm. nicht aus dem Kopf (gehen)

Em linhas gerais, todas as línguas se servem do mesmo tipo de metaforização para descrever processos relativos à actividade mental, como ter uma ideia, lembrar-se, esquecer-se / não se esquecer de alguma coisa.

3.3.2. Cabeça É temperamento

Além de poder servir de indicador das capacidades intelectuais de um indivíduo, a matéria existente dentro do contentor pode ser o domínio de origem das metáforas relativas a características temperamentais. Na língua francesa, a referência a objectos do mundo físico e natural traduz, através das formas e dos percursos circulares sugeridos por *bille* e *vélo*, a obstinação; a referência a uma entidade do mundo natural caracterizado pela constante mudança (*lune*) indica a característica oposta, a instabilidade temperamental.

3.3.2.1. A ideia da obstinação de alguém com vontade própria que não aceita opiniões alheias, também é dada por imagens em que *cabeça* é tomada na sua totalidade. Nos três primeiros fraseologismos do alemão surge uma imagem de *cabeça* como uma parte de um todo. Em *jd. setzt seinen Kopf durch* (alguém impõe a sua cabeça) e *jd. besteht auf seinen Kopf* (alguém exige que a sua vontade seja cumprida), a motivação é tão forte que o significado não carece de maior explicação. A ideia de cabeça-contentor está mais nítida em *jd. setzt sich etw. in den Kopf* (traduzido à letra, alguém senta alguma coisa na sua cabeça). A escolha de *setzen* (sentar) em vez de *stecken* (meter) remete para uma arrumação segura daquilo que se coloca na cabeça, ou seja, para uma ideia firme que nada nem ninguém pode alterar. A expressão seguinte, *jdm. steht der Kopf nach etwas* (traduzido à letra, a cabeça de alguém está direccionada para qualquer coisa), reflecte mais a ideia da orientação, ou seja, a cabeça está virada para uma determinada meta, não admitindo qualquer mudança de direcção. Por último, se alguém vai com a cabeça através da parede (*jd. geht mit seinem Kopf durch die Wand*), isso quer dizer que não está disposto a mudar de opinião. Por outras palavras: nenhum obstáculo, por mais intransponível que pareça, obrigará essa pessoa a mudar de opinião. Estamos aqui perante a estrutura PARTE-TODO, em que a cabeça é vista como uma parte dura que exerce uma força contra a parede.

O conceito de obstinação também é transmitido pelo tamanho em *Dickkopf* (cabeça gorda, espessa); em contrapartida, no francês, o tamanho da cabeça induz outros valores semânticos (cf. 3.3.2.2).

A correcta morfologia da cabeça representa a predisposição para pensar com clareza (cf. 3.3.1.2); por oposição, a deformação do contentor e, consequentemente, do conteúdo equivale à recusa de pensar com inteligência, como traduz a expressão *alguém tem a cabeça torcida*. O idiomatismo *tête de mule* põe em evidência uma metáfora cultural. Há um processo de *animalização* que, associando as características do animal à teimosia, atribui aos seres humanos esta qualidade negativa. O contraponto positivo desta qualidade, a determinação de carácter, é metaforizado no último exemplo, *avoir à la tête et pas au talon / au cul / autre part* (ter na cabeça e não nos calcanhares, no cu nem noutra parte), pela ênfase que a relação estabelecida confere à centralidade da cabeça como sede da inteligência e da vontade.

PORTUGUÊS	FRANCÊS	ALEMÃO
alguma coisa mete-se na cabeça a alguém	quelqu'un a (une idée) bille en tête quelqu'un a un petit vélo à la tête quelqu'un a un quartier de en tête	jd. setzt seinen Kopf durch jd. besteht auf seinen Kopf jd. setzt sich etw. in den Kopf jdm. ist der Kopf nach etw jd. geht mit dem Kopf durch die Wand jd. ist ein Dickkopf / / dickköpfig
alguém tem a cabeça torcida	quelqu'un a une tête de mule quelqu'un a à la tête et pas au talon / au cul / autre part	

No alemão, a cabeça é vista como um elemento forte, independente do corpo, que age por si próprio. Em francês, outros tipos de imagem sugerem aquilo que existe dentro da cabeça de uma pessoa e a obriga a actuar de um determinado modo. Para o caso do português, apenas se regista um idiomatismo onde está patente a estrutura contentor. No seu interior encontra-se alguma coisa que controla a maneira de pensar ou de agir de alguém.

3.3.2.2. O princípio de que o que é grande é melhor do que o que é pequeno vem-nos do conhecimento experiencial da escala de grandezas que regula o mundo físico e natural. Em francês, o orgulho, característica de quem se sente superior, é evidenciado pela referência ao tamanho da cabeça-contentor (*avoir la grosse tête*). É de notar, como já referido, que o mesmo recurso é utilizado para conotar em português, inteligência e, na língua alemã, teimosia/obstinação.

O idiomatismo *avoir la tête plus grosse que le poing* (ter a cabeça maior do que o punho), utilizado para conotar o indivíduo arrojado e temerário, assenta nesta mesma estrutura metafórica do tamanho do contentor. A superioridade mede-se, nesta ocorrência, em função de um termo de comparação (o punho) que, por sua vez, simboliza a força física.

PORTUGUÊS	FRANCÊS	ALEMÃO
	quelqu'un a la grosse tête quelqu'un a la tête plus grosse que le poing	

Só na língua francesa se encontra a referência ao tamanho da cabeça como indicador de orgulho.

3.3.3. *Reacção fisiológica* ESTÁ POR *estado emocional*

Neste grupo inserem-se os idiomatismos que podem ser explicados através do modelo metonímico *reacção fisiológica na cabeça* ESTÁ POR *estado emocional*. O saber comum diz-nos que qualquer estado emocional provoca reacções fisiológicas: o sangue circula com mais força, há um aumento de temperatura, de transpiração, etc. Qualquer subida de temperatura dentro do contentor-cabeça implica o sobre-aquecimento do seu conteúdo. Se esse aquecimento for intenso, a matéria pode ferver, derreter e provocar um aumento de pressão que por sua vez, irá causar um movimento de forças contra a parede do contentor. Portanto, ter a cabeça quente significa estar emocionado. Por oposição, ter a cabeça fria equivale a ser capaz de raciocinar com lógica e clareza.

3.3.3.1. No francês, encontramos a metáfora fogo (*feu*) para designar emoção. Os estados emocionais são metaforizados pela referência à combustão de materiais sólidos operada dentro do contentor. Para designar estados semelhantes em português, o idiomatismo *saltar a tampa da cabeça a alguém* cria uma imagem que transmite a ideia de uma substância líquida em ebulição. Neste exemplo, encontramos a combinação de duas metáforas: uma, já mencionada por Lakoff (1987: 383), é ANGER IS HEAT OF A FLUID IN A CONTAINER; a outra é uma variante da metaforização baseada no esquema conceptual CONTENTOR, em que o contentor é um utensílio comum – a panela – um recipiente com tampa, onde é costume aquecer líquidos. Sabe-se que sempre que há um aumento de pressão no interior de uma panela, a tampa salta. Este fenómeno físico funciona como metáfora da fúria numa das suas manifestações-limite, consagrada na expressão «explodir de fúria». Uma correspondência parcial em alemão é *jdm. platzt der Kragen*.

PORTUGUÊS	FRANCÊS	ALEMÃO
alguém tem / está com a cabeça quente	quelqu'un a la tête chaude	jd. hat einen heißen Kopf
alguém tem / está com a cabeça fria	quelqu'un a le feu à la tête	
alguém tem / está com a cabeça fresca	quelqu'un a la tête froide	jd. bewährt einen kühlen Kopf
a tampa salta da cabeça a alguém		

A sugestão de aquecimento do contentor que acompanha uma emoção forte é comum às três línguas. Também o facto de ter a cabeça fresca / fria aponta para um estado que permite raciocinar com clareza.

3.3.3.2. Esta mesma noção de sobre-aquecimento provocado por uma emoção forte manifesta-se também no idiomatismo francês *avoir la tête près du bonnet* (ter a cabeça perto do boné) através do qual se sugere que a cabeça, «aquecida» pelo calor da fúria, aumenta de volume. A ideia de aumento de volume é dada pela imagem de um crescimento tão intenso que leva a cabeça a aproximar-se do boné que a cobre. Em português e em alemão são os adjetivos *grande* e *dick* (gordo) que transmitem essa ideia. A realização (oral) destes idiomatismos é muitas vezes acompanhada por um gesto que reforça a ideia do aumento de volume. Note-se que, tanto em português, como em alemão, os verbos *ficar/bekommen* dão conta da passagem de um estado de calma para um estado de exaltação, enquanto em francês está apenas visível o novo estado, como resultado do aumento de volume da cabeça.

PORTUGUÊS	FRANCÊS	ALEMÃO
alguém fica com uma cabeça (grande)	quelqu'un a la tête près du bonnet	jd. bekommt einen (dicken) Kopf

O aumento de volume causado pela subida de temperatura está patente nas três línguas.

3.3.3.3. A cabeça-contentor pode representar também a META de um PERCURSO seguido por uma determinada entidade. Em *subir o sangue à cabeça*,

cabeça é o CONTENTOR para onde essa entidade (sangue) corre. É sabido que o aumento de fluxo sanguíneo na cabeça implica uma subida de temperatura, a qual provoca uma incapacidade de raciocinar «friamente». No alemão, está apenas patente a ORIENTAÇÃO (ACIMA-ABAIXO) seguida pela entidade em direcção à META. O movimento ascendente indicado por *steigen* revela a alteração de estado provocada pelo preenchimento excessivo do espaço no contentor.

PORTUGUÊS	FRANCÊS	ALEMÃO
o sangue sobe à cabeça a alguém alguma coisa sobe à cabeça a alguém		das Blut steigt jdm. in den Kopf jdm. steigt etw. in den Kopf

Neste grupo verifica-se um paralelismo de correspondências (totais) entre os idiomatismos do português e do alemão, mais uma vez devido ao tipo de metaforização, baseado em estruturas básicas da experiência humana.

3.3.3.4. Para descrever o estado de espírito de saturação, existe em francês o idiomatismo *quelqu'un a quelque chose par dessus la tête* (tradução literal: alguém tem alguma coisa por cima da cabeça) que corresponde a *alguém está cheio até à ponta dos cabelos*. Por aumento de volume, a matéria existente no contentor ultrapassa os limites do corpo humano, encontrando-se fora das paredes do contentor.

PORTUGUÊS	FRANCÊS	ALEMÃO
	quelqu'un a quelque chose par dessus la tête	

Os três sistemas de língua servem-se de imagens diferentes para descrever o estado de espírito de saturação. Em português, *estar cheio até à ponta dos cabelos*, o aumento de volume da matéria existente no contentor provocou a sua subida até aos limites do corpo humano, sem contudo os ter ultrapassado. Em alemão, na expressão correspondente *die Nase voll haben* (estar cheio até ao nariz), verifica-se o aumento de volume de uma matéria exterior ao corpo humano. O limite imposto a essa subida situa-se abaixo do nariz. De qualquer modo, nos três idiomas ao conceito abstracto de saturação subjaz um saber experiencial que tem a ver com atingir/ultrapassar limites.

3.3.4. (Re)acção física ESTÁ POR estado emocional

Neste grupo, a palavra *cabeça* representa a própria cabeça. Os idiomatismos que nele se incluem descrevem acções em que a cabeça participa nos estados de coisas descritos pelo verbo. Os domínios de destino (de carácter abstracto) são postos em correlação com domínios de origem (concretos), cujas características são conhecidas do ser humano através da sua experiência natural e cultural. As *posturas físicas* descritas nos exemplos abaixo apresentados ESTÃO metonimicamente PELO *sentimento* que motiva a sua realização.

3.3.4.1. Assim, nos idiomatismos *atirar-se de cabeça / se jeter la tête la première*, a imagem da trajetória descrita por um corpo a saltar projectando a cabeça sugere, pelo relevo dado à cabeça como parte proeminente do corpo, o conceito de determinação. No caso português, esta mesma imagem pode também referir a imaturidade/insensatez próprias de quem age sem reflexão prévia. A força da determinação é sublinhada de um modo exagerado na expressão *sich Hals über Kopf in etwas stürzen* (atirar-se para alguma coisa com o pescoço acima da cabeça). Segundo Röhrich (1973: 375) na origem desta forma (de registo familiar) encontra-se outra mais vulgar que usava a palavra *Arsch* (cu) em vez de *Kopf*, como ainda acontece em idiomatismos regionais.

Os restantes exemplos são transposições metonímicas diferentes: *baixar a cabeça / courber/baisser la tête* são expressões que denunciam estados de espírito de tristeza ou de submissão; *den Kopf hängen lassen* significa ter falta de coragem, estar abatido; *andar de cabeça erguida / marcher la tête levée / den Kopf oben behalten* são expressões que podem indiciar, como se sabe, atitudes de orgulho ou de coragem. O valor semântico atribuído à orientacionalidade subjacente às expressões que referem estas posturas baseia-se na metáfora referida por Lakoff / Johnson (1980) UP IS GOOD, DOWN IS BAD.

Em *donner de cul et de tête* (*entregar-se de alma e coração*), a metáfora da valentia, da coragem, da intrepidez constrói-se a partir da referência a duas partes do corpo (cu /cabeça) que claramente permitem a visualização do todo: comprometer todo o corpo (*donner*) equivale a ter grande coragem. Note-se, a título de curiosidade, que o par idiomático *cul/tête* também surge na expressão do alemão acima mencionada (*Arsch/Kopf*).

PORTUGUÊS	FRANCÊS	ALEMÃO
alguém atira-se de cabeça	quelqu'un se jette la tête la première	jd. stürzt sich Hals über Kopf in etw.
alguém baixa a cabeça	quelqu'un courbe/baisse la tête	jd. lässt den Kopf hängen
alguém anda de cabeça erguida	quelqu'un va/marche la tête levée	jd. behält den Kopf oben
alguém levanta a cabeça	quelqu'un dresse/redresse la tête quelqu'un donne de cul et de tête	

Verifica-se que os três sistemas de língua se servem de representações de movimentos impetuosos do corpo e de posturas ontologicamente determinadas para referir estados emocionais abstractos de determinação, coragem, submissão, tristeza e falta de coragem.

3.3.4.2. O nosso conhecimento do mundo diz-nos que *esconder-se* é uma reacção natural de sobrevivência da maior parte dos animais em situação de perigo. Em *meter a cabeça na areia* e em *mettre la tête sous l'aile* (meter a cabeça debaixo da asa), o gesto de esconder a cabeça é a metáfora da cobardia. Vista na relação PARTE-TODO, *cabeça* simboliza nestas ocorrências o indivíduo e o gesto evidencia a sua incapacidade de enfrentar problemas de difícil resolução. No idiomatismo *pôr a cabeça de fora*, a acção descrita pelo verbo metaforiza a ousadia ou o atrevimento. Em qualquer um destes casos, a cabeça – parte de um todo – é tomada como elemento central do corpo e representa a própria individualidade. A *(re)acção física* (movimento) está pelo *estado emocional* do indivíduo (cobardia / ousadia). Nota-se também uma relação DENTRO-FORA entre o mundo visível (o que está dentro do campo visual) e o mundo oculto (o que está fora do campo visual), sendo também o campo visual apreendido como um CONTENTOR.

PORTUGUÊS	FRANCÊS	ALEMÃO
alguém mete a cabeça na areia	quelqu'un se met la tête sous l'aile	jd. steckt den Kopf in den Sand
alguém põe a cabeça de fora		

O comportamento físico de esconder / proteger a cabeça é comum às três línguas.

3.3.4.3. No exemplo *se donner de la tête contre le mur*, o uso reflexivo do verbo que descreve uma acção auto-destrutiva confere centralidade ao agente e marca a intencionalidade com que ele a realiza. Também neste caso, *cabeça* está por *indivíduo*, responsável pela realização de acções que metaforizam estados emocionais de cólera. Em *tenir tête* (fazer frente), idiomatismo em que *cabeça* representa a cabeça, a força imagética do verbo é tão forte que facilmente se pode deduzir a metáfora da resistência (voluntária e consciente) a alguém ou a alguma coisa.

Nos idiomatismos *bater com a cabeça nas paredes / se cogner / se taper la tête contre les murs*, *cabeça* está por *indivíduo* e a acção auto-agressiva que o verbo descreve remete para estados psicológicos desequilibrados, próprios de quem, tendo perdido a razão, procede incorrectamente.

PORTUGUÊS	FRANCÊS	ALEMÃO
alguém bate com a cabeça nas paredes	quelqu'un se cogne / tape la tête contre les murs quelqu'un se donne de la tête contre le mur quelqu'un tient tête à quelqu'un	

A imagem de punição directa sobre a cabeça surge nas duas línguas como referência de cólera, decepção, desequilíbrio psicológico.

3.3.4.4. Um estado de manifestação efusiva de emoções (sobretudo de grande contentamento) através do comportamento físico encontra-se representado no idiomatismo alemão *kopf stehen* (tradução literal: estar de cabeça para baixo). No idiomatismo seguinte, *sich auf den Kopf stellen* (tradução literal: pôr-se de cabeça para baixo), essa posição do corpo, que exige extrema flexibilidade e destreza física, representa o impossível que se faz com vista à obtenção daquilo que se deseja. Esta mesma expressão também pode aplicar-se a objectos para designar, por exemplo, uma grande desarrumação e corresponde, com este mesmo significado, ao idiomatismo português *virado de pernas para o ar*. A alteração de estados emocionais que aqui é traduzida pela anómala localização no espaço, também pode ser representada pela deformação do contentor, quando sujeito à acção de forças exteriores. É o caso do idiomatismo *alguém fica/está com a cabeça feita num oito*.

O último exemplo deste grupo descreve um gesto / postura realizado em situações de grande aflicção (como quem invoca a ajuda de uma instância superior). A *descrição do gesto* ESTÁ PELO *estado emocional* com que é realizado.

PORTUGUÊS	FRANCÊS	ALEMÃO
alguém fica/está com a cabeça feita num oito		jd. steht kopf jd. stellt sich auf den Kopf
alguém deita as mãos à cabeça		jd. schlägt sich die Hände über den Kopf

Para referir desequilíbrio psicológico provocado por uma emoção forte (surpresa, alegria) a língua alemã recorre a uma imagem em que o ser humano se encontra numa posição invertida, ou seja, com a cabeça para baixo. Os idiomatismos gestuais do português e do alemão correspondem-se totalmente.

3.3.5. Acção física interpessoal ESTÁ POR atitude

Nas relações interpessoais, que estabelecem entre si, os seres humanos adoptam comportamentos de sinal positivo ou negativo. Assim, interage-se para manifestar apoio / solidariedade ou, pelo contrário, para criticar o outro levando-o a perder a face. Interage-se ainda para impor a sua própria vontade ou, em casos extremos, para tirar a vida a outrém. Neste grupo está patente o uso de FORÇAS, em parte violentas, e o CONTROLE sobre essas forças.

3.3.5.1. Nas três línguas, há idiomatismos em que a *cabeça*, concebida como PARTE de um TODO, está na base das imagens que referem a manipulação da vontade dos outros. Em *virar/dar a volta à cabeça / faire tourner la tête* é acentuada a característica de a parte se poder mover e orientar espacialmente. Em qualquer um destes exemplos, o movimento de rotação implícito à acção descrita metaforiza a alteração da vontade por influência de outrém. Esta alteração da vontade decorre de uma mudança no modo de pensar, o que sugere a manipulação da matéria existente dentro do contentor-cabeça.

No idiomatismo *fazer perder a cabeça (a um santo)*, o facto de se isolar um elemento de um todo indivisível ajuda a descrever uma acção de efeitos devastadores. É sobre os contornos da imagem descrita que se desenha o valor metafórico da impaciência extrema e das manifestações nefastas deste estado de espírito.

O idiomatismo alemão *jdm. den Kopf schwer machen* (tornar a cabeça pesada a alguém) poderá traduzir-se, respeitando o mesmo esquema imagético da cabeça-contentor, por *encher a cabeça a uma pessoa*.

Os idiomatismos *alguém tira alguma coisa a alguém* e *alguém mete alguma coisa na cabeça a alguém* são variantes sintáticas das expressões construídas com os mesmos verbos e já analisadas sob 3.3.1.8. No caso presente, a variação consiste no uso do actante dativo, valência facultativa do verbo: a instância (actante sujeito) que introduz ou extrai informação do contentor-cabeça (actante objecto) é exterior ao contentor-indivíduo (actante dativo).

PORTUGUÊS	FRANCÊS	ALEMÃO
alguém faz perder a cabeça a um santo		
alguém vira a cabeça a alguém		jd. den Kopf verdrehen
alguém tira alguma coisa da cabeça a alguém		
alguém dá cabo da cabeça a alguém	qu. cave la tête à qu.	jd. den Kopf zerbrechen
alguém mete alguma coisa na cabeça a alguém		
alguém enche a cabeça a alguém		jdm. den Kopf schwer machen

A concepção da cabeça como contentor / objecto manipulável apresenta, de uma maneira geral, formas correspondentes nas três línguas.

3.3.5.2. O idiomatismo *comer as papas na cabeça de alguém* aponta para uma atitude de superioridade, sugerida pelo facto de alguém ser tão alto que consegue comer sobre a cabeça de outrém. Embora se tenha perdido a motivação que lhe deu origem, este idiomatismo conserva e reproduz esse valor semântico de superioridade. Parece ter havido aqui uma segunda metaforização (cf. Hundt, 1994: 208), visto ser um caso concreto de polissemia: o idiomatismo tanto quer dizer «enganar alguém», como «crescer de tal modo que deixa de poder ser superado». Curiosamente, o idiomatismo francês *manger la soupe sur la tête à quelqu'un* é utilizado apenas nesta última acepção.

Na expressão correspondente em alemão, *jemandem über den Kopf wachsen* (crescer acima da cabeça de alguém), a ideia de superioridade também é marcada pela orientação ACIMA-ABAIXO: alguém deixa de estar sob o domínio de outrém porque ficou mais alto do que ele. Embora o significado seja idêntico ao do idiomatismo português, o valor aspectual é diferente e confere outras conotações à imagem criada. Enquanto no caso do português, o valor

aspectual é cursivo, para o caso do alemão verifica-se um valor aspectual incoativo que marca a passagem de «estar sob o domínio de» para «deixar de estar sob o domínio de». Também aqui parece ter havido uma segunda metaforização, precisamente com o mesmo significado.

Para significar «enganar alguém» encontra-se em alemão o idiomatismo *jdm. auf den Kopf kommen* (chegar acima da cabeça de alguém), um sinónimo de *jdm. auf der Nase herumtanzen* (dançar em cima do nariz de alguém).

PORTUGUÊS	FRANCÊS	ALEMÃO
alguém come as papas na cabeça a alguém		jd. wächst jdm. über den Kopf jd. kommt jdm. auf den Kopf

Em português e em alemão, a noção de superioridade está representada por imagens que descrevem a correlação existente entre dois indivíduos que se situam a níveis diferentes. Esta ideia de localização a níveis distintos é retomada para designar uma situação de engano.

3.3.5.3. Em *se payer la tête de quelqu'un* (tradução literal: comprar para si (para seu uso-fruto) a cabeça de alguém), constata-se uma metáfora cultural cuja motivação pode já não ser perceptível mas que se situa claramente no âmbito dos valores sociais / trocas comerciais, já que o indivíduo, a quem pertence a cabeça, é encarado como um bem transacionável.

PORTUGUÊS	FRANCÊS	ALEMÃO
	quelqu'un se paye la tête de quelqu'un	

Este idiomatismo, que não encontra correspondência formal nas outras duas línguas, traduz-se em português por *gozar com a cara de alguém*. A correspondência semântica que se estabelece entre *tête* e *cara* verifica-se em muitos outros casos (veja-se a título de exemplo 3.3.5.10. e 3.3.6.1).

3.3.5.4. Em *tenir la tête de quelqu'un* (ajudar / apoiar alguém), *cabeça* representa cabeça. Tal como observámos no exemplo *tenir tête* (3.3.4.3.), o semantismo do verbo facilita a transposição metafórica que se estabelece entre a

acção por ele descrita e o conceito de solidariedade, de inter-ajuda que lhe está subjacente. Importa referir o facto de a cabeça, vista na relação parte-todo, designar aqui o indivíduo.

PORTUGUÊS	FRANCÊS	ALEMÃO
	quelqu'un tient la tête de quelqu'un	

Nas três línguas este conceito é também representado por idiomatismos construídos com a palavra *mão* (*dar uma mãozinha / donner un coup de main / die Hand reichen, jdm zur Hand kommen*).

3.3.5.5. Para referir uma convicção ou sentimento de confiança que se experimenta por alguém, recorre-se a imagens que descrevem situações culturalmente determinadas e que representam perigo de vida para o indivíduo. Assim, pode-se arriscar a própria vida por algo ou por alguém, oferecendo a cabeça (*pôr a cabeça num cepo / donner/mettre sa tête à couper / für jdn. den Kopf hinhalten / mit dem Kopf für etw./jd. haften*).

PORTUGUÊS	FRANCÊS	ALEMÃO
alguém põe a cabeça num cepo	quelqu'un donne/met sa tête à couper	jd. hält für jdn. den Kopf jd. haftet mit dem Kopf für etw.

Nas três línguas as imagens dos idiomatismos sugerem situações marcadas culturalmente de forma idêntica.

3.3.5.6. Em *apanhar/levar na cabeça*, a acção descrita pelos verbos *apanhar / levar* sugere a imagem da punição exercida sobre a cabeça-contentor e metaforiza a resposta negativa do mundo exterior.

Em *jd. steht da wie vor dem Kopf geschlagen* (tradução literal: ficar como se lhe tivessem batido na cabeça) que significa ficar grandemente surpreendido, decepcionado, a imagem descrita refere um estado de espírito comparável àquele que se tem perante uma punição imprevista do mundo exterior. Esta imagem de punição inesperada corresponde em português à frase *levar com um balde de água fria*.

PORTUGUÊS	FRANCÊS	ALEMÃO
alguém apanha/leva na cabeça		jd. steht da wie vor dem Kopf geschlagen

As imagens sugeridas em português e em alemão são semelhantes.

3.3.5.7. Em *chercher des poux sur la tête à quelqu'un* (tradução literal: catar piolhos na cabeça de alguém), correspondente ao português «implicar com alguém», a palavra cabeça representa a cabeça-contentor. Trata-se aqui de uma metáfora cultural cuja força imagética reside na transposição de uma acção física que exige minúcia (catar piolhos) para o âmbito das atitudes. O fraseologismo refere atitudes intencionalmente levadas a cabo por alguém que vai à procura da eventual vulnerabilidade ou fragilidade do outro, com o objectivo de o incriminar.

PORTUGUÊS	FRANCÊS	ALEMÃO
	quelqu'un cherche des poux sur la tête à quelqu'un	

3.3.5.8. Outros modos de manipular a cabeça-contentor de outrém são descritos pela referência a acções como colocar a cabeça de alguém no seu lugar ou entre as orelhas (*jdm. den Kopf zurecht / zwischen die Ohren setzen*). Em *laver la tête à quelqu'un / jdm. den Kopf waschen* (lavar a cabeça a alguém), idiomatismos que referem uma atitude de censura exercida sobre alguém, o semantismo do verbo aponta para uma renovação do conteúdo da cabeça por influência de um agente exterior. O valor semântico dos verbos *laver* e *waschen*, respectivamente do francês e do alemão, conserva-se ainda, em português, na expressão *dar uma ensaboadela a alguém*.

Para dar conta de uma censura mais áspera que exige uma atitude mais agressiva, existem em alemão os idiomatismos *jdm. etwas an den Kopf werfen* (atirar alguma coisa à cabeça a alguém), e *jdm. eins auf den Kopf geben* (dar uma (pancada) na cabeça a alguém).

PORTUGUÊS	FRANCÊS	ALEMÃO
	quelqu'un lave la tête à quelqu'un	jd. setzt jdm. den Kopf zurecht jd. stezt jdm. den Kopf zwischen die Ohren jd. wäscht jdm. den Kopf jd. wirft jdm. etw. an den Kopf jd. gibt jdm. eins auf den Kopf

Os idiomatismos que descrevem actos agressivos são mais frequentes nos idiomatismos alemães. A imagem que recorre aos verbos lavar / waschen é comum às três línguas, embora, no idiomatismo português correspondente, não figure nenhum lexema que designa partes do corpo. Segundo Röhrich, 1973: 526, esta expressão surge, pela primeira vez, em Judas IV, 127, 192 e também na variante «lavar a cabeça com uma solução forte» em Judas IV, 363.

3.3.5.9. Em *faire une tête au carré* (agredir), idiomatismo em que a cabeça surge mais uma vez como CONTENTOR, faz-se alusão à forma (quadrada) e sublinha-se a pretensão de moldar a cabeça-contentor do indivíduo com quem se interage. De acordo com o que dissemos atrás, a forma quadrada simboliza a (im)perfeição. O comportamento agressivo consiste na tentativa de modificar abusivamente a forma natural da cabeça.

Este comportamento também pode ser recíproco como em *sich an die Köpfe kriegen* (agarrar-se pelas cabeças) e em *sich an die Haare kriegen* (agarrar-se pelos cabelos), que, no sentido figurado, correspondem a gerar uma grande discussão.

PORTUGUÊS	FRANCÊS	ALEMÃO
	quelqu'un fait une tête au carré à quelqu'un	sich an die Köpfe kriegen

A manipulação da cabeça patente nos idiomatismos do francês e do alemão concretiza-se em português através de uma imagem com idêntico valor semântico: *partir a cara a alguém*.

3.3.5.10. Os idiomatismos *jdm. etwas auf den Kopf zusagen* (tradução literal: dizer alguma coisa sobre a cabeça a alguém, que significa *atirar alguma*

coisa à cara de alguém) e *jdm. vor dem Kopf stoßen* (tradução literal: dar uma pancada na cabeça a alguém) descrevem também acções direccionadas para outrém e significam, respectivamente, acusação e ferimento.

Uma atitude de defesa e/ou reacção à agressão é conotada nos idiomatismos *jd. lässt sich nicht auf dem Kopf herumtrampeln* (alguém não deixa que lhe andem a pisar a cabeça) e *jd. lässt sich nicht auf den Kopf spucken* (alguém não deixa que lhe cusпам na cabeça). A correspondência parcial mais aproximada em português (*alguém não deixa que lhe pisem os calos*) sugere um imagem centrada sobre outra parte do corpo.

PORTUGUÊS	FRANCÊS	ALEMÃO
		jd. sagt jdm. auf den Kopf zu jd. stößt jdm. vor dem Kopf jd. lässt sich nicht auf dem Kopf herumtrampeln jd. lässt sich nicht auf den Kopf spucken

Mais uma vez, os idiomatismos do alemão representam imagens em que o lexema *cabeça* designa o local do corpo de alguém afectado pela agressão de outrém. Em português, os idiomatismos com valor semântico correspondente referem partes do corpo diferentes.

3.3.6. Acção É perda de vida / valor material

Do princípio de que cabeça é um órgão vital para o ser humano, resulta a metáfora central A CABEÇA É VIDA. Esta metáfora funciona como um núcleo gerador de novas metáforas, em que vida é por sua vez representada metaforicamente por um bem de grande valor: CABEÇA É VIDA > VIDA É VALOR > CABEÇA É VALOR. Com base nestas correlações desenvolvem-se idiomatismos em que as acções descritas representam situações que metaforizam o risco da perda da *cabeça*, ou seja, o risco de perda de vida ou de valores essenciais.

3.3.6.1. *Den Kopf in die Schlinge stecken / aus der Schlinge ziehen* (meter a cabeça no laço e tirar a cabeça do laço) provêm, segundo Röhrich (1979: 528) da linguagem dos caçadores. A imagem sugerida nestas expressões ligadas a uma prática culturalmente marcada, aponta para uma situação de morte eminente.

Para designar situações de risco de perda total (incluindo a da própria vida), existem outras expressões que recorrem a metáforas dos tipos acima mencionados, em que *cabeça* simboliza, em primeiro lugar, a própria vida. Nessas expressões a percepção da vida como um valor material é visível atra-

vés do semantismo dos verbos que ocorrem nestes idiomatismos. Note-se que os verbos *riskieren* (arriscar), *verlieren* (perder) *kosten* (custar), *bezahlen* (pagar) e *haften* (ser fiador) se inscrevem no âmbito das trocas económicas e comerciais. Em *Kopf und Kragen* (cabeça e colarinho) a palavra *Kragen* acrescenta à perda da vida a perda dos bens materiais. Note-se que a ideia de valor-custo está também representada pelos olhos no idiomatismo francês (*couter les yeux de la tête* que significa *custar os olhos da cara*). Veja-se 3.3.5.3. e 3.3.5.10.).

PORTUGUÊS	FRANCÊS	ALEMÃO
	quelque chose coûte les yeux de la tête à quelqu'un	jd. steckt den Kopf in die Schlinge jd. zieht den Kopf aus der Schlinge jd. riskiert seinen Kopf jd. riskiert Kopf und Kragen jd. verliert Kopf und Kragen etw. kostet jdm. Kopf und Kragen jd. muss etw. mit seinem Kopf bezahlen

3.3.6.2. A perda de vida por homicídio também pode ser expressa por acções relacionadas com procedimentos que têm origem em vivências culturais: *jd. legt jdm. den Kopf vor die Füße* (alguém põe a cabeça em frente dos pés a alguém) e *jd. macht jdn. einen Kopf kürzer* (alguém põe alguém uma cabeça – medida – mais baixo).

PORTUGUÊS	FRANCÊS	ALEMÃO
		jd. legt jdm. den Kopf vor die Füße jd. macht jdn. einen Kopf kürzer

Como se pode constatar, este tipo de metaforização é praticamente exclusivo da língua alemã. O primeiro exemplo referido tem origem proveniente da linguagem judicial, da prática da pena de morte por meio de uma espada (Röhrich, 1979: 528).

Conclusão

A observação e análise contrastiva dos idiomatismos que em português, em francês e em alemão têm a palavra *cabeça* como lexema nuclear permitiu verificar que:

- na base das metaforizações patentes nos idiomatismos das três línguas se encontram esquemas conceptuais com estruturas idênticas, conclusão já esperada, uma vez que essas línguas assentam em experiências culturais semelhantes;
- os valores metafóricos dos idiomatismos se inscrevem, nas três línguas, nas mesmas áreas semânticas (excepto no que diz respeito à área semântica relacionada com os valores sociais);
- as qualidades humanas que os valores semânticos traduzem são maioritariamente negativas;
- as reacções fisiológicas e físicas descritas pelos idiomatismos traduzem sobretudo estados de alteração emocional e de desequilíbrio;
- as acções interpessoais patentes nos idiomatismos revelam, tipicamente, a intenção de prejudicar outrém.
- os valores metafóricos dos idiomatismos referentes a comportamentos determinados por valores sociais são praticamente exclusivos da língua alemã.

Verificada a transversalidade das estruturas pré-conceptuais subjacentes aos processos de metaforização analisados, parece-nos que a maior utilidade deste estudo é a de fornecer pistas para futuros trabalhos de tradução. Não ignorando que boa parte da expressividade contida nos idiomatismos da língua de partida nem sempre é passível de ser transposta para a língua de chegada, consideramos que esta perspectiva de abordagem poderá, contudo, ajudar a resolver alguns dos problemas referidos no início deste trabalho.

Assim, sempre que não existam na língua de chegada idiomatismos correspondentes aos da língua de partida, a compreensão dos processos de metaforização permite encontrar expressões que, embora não sejam correspondentes formais, se aproximam mais do significado que se pretende traduzir.

Bibliografia

- BALLY, Charles (1951) – *Traité de Linguistique Française*. Genève, Librairie Georg (3^aed.).
- BATESON, Gregory et al (1987) – *Jean Piaget e Noam Chomsky debatem Teorias da Linguagem e Teorias da Aprendizagem*. Lisboa, Edições 70 (= O Saber da Filosofia).

- BURGER, Harald (1973) *Idiomatik des Deutschen*, Tübingen, Niemeyer.
- FEYEREISEN, Pierre / de LANNOY, Jacques Dominique (1991) – *Gestures and Speech*. Cambridge, Cambridge University Press.
- HIGI-WYDLER, Melanie (1989) – *Zur Übersetzung von Idiomen. Eine Beschreibung und Klassifizierung deutscher Idiome und ihrer französischen Übersetzungen*. Bern, Peter Lang.
- HUNDT, Christine (1994) – «Portugiesischen Phraseologie», in: Holtus, G., Metzeltin, M., Schmitt, C., *Lexikon der Romanistischen Linguistik*, Band V. Tübingen, Niemeyer, 204-216.
- HUNDT, Christine (1997) – «Vergleichende Untersuchungen zur Phraseologie Portugiesisch-Deutsch», in: Lüdtke, H., Schmidt-Radefeldt, Jürgen, *Linguistica Contrastiva. Deutsch versus Portugiesisch-Spanisch-Französisch*. Tübingen, Niemeyer, pp. 217-234.
- KEYSER, Boaz; BLY, Bridget Martin (1999) – «Swimming against the current: Do idioms reflect conceptual structure? in: *Journal of Pragmatics*, 31, pp. 1559-1578.
- LAKOFF, George (1987) – *Women, Fire and Dangerous Things: what categories reveal about the mind?* Chicago, University of Chicago Press.
- LAKOFF, George / JOHNSON, Mark (1980) *Metaphors we live by*. Chicago, University of Chicago Press.
- PAYRATÓ, Luís (1993) – «A pragmatic view on autonomous gestures: a first repertoire of Catalan emblems», in: *Journal of Pragmatics*, 20, pp. 193-216.
- PAUWELS, Paul/ SIMON-VANDENBERGEN, Anne-Marie (1995) – «Body Parts in Linguistic Action. Underlying Schemata and Value Judgements», in: Goossens, L. et al., *By Word of Mouth. Metaphor, Metonymy and linguistic action in a cognitive perspective*. Amsterdam, Benjamins, (= Pragmatics and Beyond. New Series), pp. 35-69.
- SCHMIDT-RADEFELDT, Jürgen, (1980), «Portugiesisch-deutsche Idiomatik», in: *Ibero-americana*, 12.
- TITONE, Debra A. / CONNINE, Cynthia M., (1999) – «On the compositional and noncompositional nature of idiomatic expressions, in: *Journal of Pragmatics*, 31, pp. 1655-1674.

Dicionários:

- (2001) – *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea. Academia das Ciências*. Lisboa, Ed. Verbo.
- (1973) – *Dictionnaire usuel Quillet-Flammarion*. Paris, Quillet-Flammarion.
- (1986) – *Grand Dictionnaire des lettres*. Paris, Larousse.
- DROSDOWSKI, G. / SCHOLZE-STUBENRECHT, W. (eds.) (1992) – *Redewendungen und sprichwörtliche Redensarten. Idiomatisches Wörterbuch der deutschen Sprache*. Bd. 11. Mannheim, Dudenverlag.
- DUNETON, Claude, (1990) – *Le Bouquet des Expressions Imagées*. Paris, Seuil.
- FRIEDRICH, Wolf (1976) – *Moderne deutsche Idiomatik*. München, Hueber.
- NEVES, Orlando (1991) – *Dicionário de frases feitas*. Porto, Lello & Irmão Lda.
- NEVES, Orlando (2000) – *Dicionário de Expressões Correntes*. Lisboa, Círculo de Leitores.
- ROBERT, Paul (1967) – *Le Petit Robert, dictionnaire alphabétique et idéologique de la langue française*. Paris, ed. le Robert.
- RÖHRICH, Lutz (1973) – *Lexikon der sprichwörtlichen Redensarten*. Freiburg, Herder.
- SCHEMANN, Hans; SCHEMANN-DIAS, Luiza (1979) – *Dicionário Idiomático português-alemão*. München, Hueber.
- SIMÕES, Guilherme Augusto (1993) – *Dicionário de Expressões Populares Portuguesas*. Lisboa, Publicações Dom Quixote.

O RELATO DE DISCURSO NA CRÓNICA DE D. JOÃO I (I PARTE) DE FERNÃO LOPES

Isabel Margarida Duarte

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Centro de Linguística da Universidade do Porto
iduarte@letras.up.pt

«A palavra fala com certeza do mundo – mas fala igualmente de si mesma, dos seus utilizadores e suas circunstâncias.»

Joaquim Fonseca, «Ensino da Língua Materna como pedagogia dos discursos»

Começarei por dar uma definição muito rápida de discurso relatado. No ponto 1., passarei em revista os diferentes modos de relato incluídos na *Crónica de D. João I* (I parte)¹ e suas especificidades e, no ponto 2., procurarei indicar funções que o relato de discurso pode assumir neste texto de Fernão Lopes. Em 3., referirei quem são os enunciadores aos quais Fernão Lopes atribui discursos relatados. Terminarei com uma breve contextualização da *Crónica* no seu circunstancialismo histórico e argumentativo².

0. Todo o falante pode citar palavras (próprias ou alheias). Segundo Coulmas (1986), a possibilidade de relatar discursos é um universal linguístico. É uma constante de qualquer discurso citar palavras de outros (ou do seu próprio locutor), de modo directo, indirecto, ou através de formas mais subtis e menos visíveis, como alusões, ecos irónicos, negação, reprodução de

¹ A edição que utilizei é a da Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1977, Reprodução facsimilada da edição do Arquivo Histórico Português (1915) preparada por Anselmo Braamcamp Freire da *Cronica del Rei Dom Joham I de boa memoria e dos Reis de Portugal o decimo* (Parte Primeira), agora com prefácio de Luís F. Lindley Cintra.

² Conteí, para me atrever a escrever este texto, com a preciosa ajuda do Professor Doutor Luís Miguel Duarte a quem agradeço o apoio científico e o incentivo.

léxico alheio, pressuposições, etc. É difícil falar das coisas, das pessoas, dos acontecimentos reais ou fictícios sem ter em conta o que sobre eles ou neles foi dito. O próprio acto de dizer é um acontecimento que se pode narrar. Por isso a actividade discursiva é predominantemente citacional. A transposição de palavras do discurso original para o do relator faz-se de vários modos e não apenas usando as formas canónicas: o discurso directo (DD) e o discurso indirecto (DI). Desde a mera referência a um acontecimento de palavras até descrições mais ou menos resumidas daquilo que se disse e da forma de o dizer, desde citações literais até o discurso indirecto livre (DIL) e as citações repetitivas, parece haver uma gradação, um *continuum* do menos para o mais mimético, se quisermos adoptar um dos vários modelos de escala que têm procurado dar conta de várias formas de relato mais maleáveis e menos fáceis de descrever linguisticamente do que o DI e o DD. Referirei, muito brevemente, algumas convicções que defendo acerca do relato de discurso.

A reprodução de discurso é um fenómeno discursivo e não oracional, já que nem todas as citações coincidem com orações: «[...] a menudo, son enunciados que comprenden un amplio fragmento de discurso.» (Maldonado, 2000: 3554). Por isso é mais rentável estudar o relato de discurso num texto longo do que em meras frases descontextualizadas, como nos ensinou a gramática tradicional.

Na reprodução de discurso, uma enunciação inclui uma outra, reprodu-la. Mas a maior parte dos discursos reproduzidos é fictícia. Nem o DD cita literalmente. Raramente o discurso reproduzido é igual ao discurso originário. É, frequentemente, uma representação aproximada, em que o locutor reproduz o essencial do conteúdo ou da forma do discurso que quer relatar, mas a selecção que faz depende das suas próprias estratégias comunicativas, ou seja, as intenções comunicativas do locutor-relator condicionam o seu relato. O discurso relatado e o modo como se encaixa no discurso do relator constituem um dos aspectos da argumentação de um texto polifónico.

1. Ao narrar os acontecimentos de 1383-85, Fernão Lopes recorre frequentemente à palavra dos principais protagonistas. Como Reyes refere, «en casi todo discurso hay un vaivén continuo entre lo que se dice del mundo directamente y lo que se dice del mundo a través de la reproducción de otros enunciados.» (Reyes, 1994: 40). O cronista fala do mundo, sobretudo através dos enunciados de outros locutores pretensamente reproduzidos: a palavra do outro é objecto do seu discurso. Poderíamos dizer da *Crónica* o que se afirma sobre o discurso jornalístico dos nossos dias: assiste-se a uma generalização do discurso citado, em detrimento do discurso plenamente assumido pelo seu enunciador.

As formas mais frequentes de relato de discurso, na *Crónica de D João I* (I parte) de Fernão Lopes, são o DD e o DI, cujas características passarei brevemente em revista.

O DD é, sintacticamente, uma justaposição da expressão introdutora e da citação das palavras do locutor citado, entre as quais há uma «barreira gráfica»³. A pessoa gramatical, o tempo verbal e os díticos referenciam-se a esse locutor citado e ao momento da sua enunciação. A mais importante característica do DD é o respeito pelas marcas enunciativas do discurso que relata ou representa: o discurso citado está directamente ancorado na sua instância enunciativa. Porque há operadores citacionais, o fragmento que o DD cita é um objecto bem delimitado, unívoco, faz parte dos fenómenos a que Authier-Revuz (1984) deu o nome de heterogeneidade mostrada, marcada (por aspas, itálicos, travessões, entoação, etc). O enunciado citado em DD tem, no discurso em que se encaixa, um estatuto próprio a que a mesma autora chamará autonímico⁴. Às vezes, a expressão dita «introdutora» do DD (a que pertence ao relator) ocupa uma posição de incisa sendo, portanto, uma construção parentética:

«Senhor, disserom elles, estes treedores destes Judeus dom Yuda, e dom Davi Negro que soom da parte da Rainha, teem gramdes tesouros escomdidos, e queremos lhos tomar e dallos a vos que queremos por nosso senhor.» (cap. XIV, p. 30).

Nas intervenções relatadas em DD, podem incluir-se vocativos (como no exemplo anterior), interjeições, frases de tipo exclamativo e interrogativo, estruturas clivadas, nomes qualitativos (cf. «estes treedores destes Judeus»), fraseologias e outras instruções de oralização do discurso que, em Fernão Lopes, concorrem para a verosimilhança, criam um «efeito de real» (Barthes, 1968). Há um contraste entre a aparente neutralidade do discurso que narra e a subjectividade e emotividade dos segmentos citados:

«Oo Senhor! disse Rui Pereira vos nom sabees como isto he? Quando eu amdava por casar com minha mulher, todo fallavom como eu queria casar com Viollante Lopez; e depois que fomos casados, numca nemguem fallou em nosso casamento. E estes, Senhor, taaes som; [...]» (cap. IV, p. 9).

³O texto da *Crónica* não faz qualquer distinção gráfica entre os enunciados de discurso relatado e a narrativa. Só por facilitação de leitura as convenções gráficas do DD foram adoptadas nas edições contemporâneas da obra.

⁴Já em 78, Authier atribuía ao DD dois quadros de referência, correspondentes a dois actos de enunciação: o do relator e o do discurso citado (cf. 1978: 20), ou seja, distinguia, no DD, uma dupla ancoragem enunciativa. O estudo do carácter heterogéneo do DD, das diferenças enunciativas entre a parte que introduz a citação e o enunciado propriamente citado vai ser levado às últimas consequências em trabalhos mais recentes da autora.

«Santa Maria vall! como os Imgresses ham mui boom costume, que quando som no tempo da paz, nom tragem armas, nem curam damdar armados, mas boas rroupas e luvas nas mãos come domzellas;[...]» (cap. IX, p. 18).

A caracterização habitual do DI refere a sua organização sintáctica, quer dizer, o facto de a estrutura sintáctica do DI incluir, a seguir a um verbo de comunicação, uma conjunção subordinativa completiva que introduz uma oração subordinada integrante ou completiva. Desta subordinação decorrem várias consequências. O verbo da oração subordinada submete-se à chamada *consecutio temporum*. A conjunção subordinativa integrante *que* introduz⁵, geralmente, a oração subordinada⁶. Os sistemas pessoal e temporal referenciam-se a um único enunciador, ao relator do discurso ou seja, pessoa gramatical, tempos verbais e dísticos são transpostos para o sistema enunciativo do relator. Do ponto de vista enunciativo, o DI é, portanto, mais homogêneo do que o DD.

Na *Crónica* de Fernão Lopes, o discurso relatado tem um carácter de ficção ora claramente assumido ora não assumido e que é, às vezes (embora raramente), relato de pensamento e não de palavras, sendo então sempre reproduzido em DI:

«E cuidamdo em esto, certificou em seu pensamento, que non avia outrem que mais dereita rrazom tevesse de sse poer por defensom do rregno que o Meestre dAvis filho delRei dom Pedro; [...]» (cap. IV, p. 8, sublinhado meu).

«Quando ella foi çerta que sse o Mestre despoinha pera partir do rregno, pensou que emtom tiinha muito mais prestes aazo pera o aver aa maão preso ou morto; [...]» (cap. XXI, p. 39, sublinhado meu).

Em ocorrências como estas, estamos perante discurso fictício (cf. Hamburger [1957] 1993), já que não é possível saber o que pensam nem a Rainha nem Nuno Álvares Pereira, a não ser que eles tivessem verbalizado os respectivos pensamentos⁷. Se todo o discurso relatado na *Crónica* é obviamente fic-

⁵ No português antigo, usava-se o *como* enquanto conjunção integrante (cf. Dias, 1933: 257). Veja-se um exemplo da *Crónica*: «Hora de quall quer guisa que seja, ell foi a elle e comtoulhe toda sua fazenda, e quanto lhe avehera com o poboo da çidade, dizemdo como sse todos aficavom de o tomar por senhor, e que sse nom fosse fora do rregno; [...]» (cap. XXIV, p.43, sublinhado meu).

⁶ Se, em inglês, a conjunção *that* se suprime cada vez mais frequentemente, sobretudo em estilos coloquiais, o mesmo não acontece em português, onde o uso do *que* é obrigatório. Epifânio da Silva Dias (cf. 1933: 202) refere que, quando há várias completivas encadeadas, a seguir a uma mesma oração subordinante, a conjunção se pode suprimir.

⁷ Com alguma ingenuidade, Fernão Lopes relata, em DD, palavras de Álvaro Pais ao Conde de Barcelos, mas acrescentando «fallou secretamente com o Comde de Barçellos [...], e disse:» (cap. V, p. 10, sublinhado meu).

tício, por vezes a ficcionalidade é assumida quase explicitamente, como no caso das palavras atribuídas ao Mestre de Avis e ao Conde, no cap. IX, já que o narrador afirma que o Mestre começou a

«fallar passo [...]. E as pallavras foram amtrelles tam poucas e tam baixo ditas, que nehuu por estomçe entemdeo quegemdas eram; porem afirmam que foram desta guisa.» (p.19).

Segue-se, em DD, um breve diálogo entre os dois locutores, apesar da informação contraditória do relator, segundo o qual eles falaram «passo», e as palavras teriam sido «tam baixo ditas que nehuu por estomçe entemdeo quegemdas eram».

Quando, no cap. III, Fernão Lopes refere a carta que D. Fernando teria escrito ao seu irmão, ordenando-lhe que matasse o conde, «não dizendo porem a rrazom por que», o cronista não transcreve a carta que o escrivão João Gonçalves teria resumido ao Rei («rresumindolhe quegemda era», p. 7). Apesar de não haver certezas quanto à autoria da carta («dizem alguus que foi Joham Gomçallvez»), as presumíveis palavras do escrivão ao Rei estão «reproduzidas» em DD e têm um forte valor argumentativo no sentido de o dissuadir de mandar D. João matar o Conde Andeiro. A persuasão resultou: «ElRei cuidamdo neeste feito, parecerom lhe as rrazões boas, e rrompeo a carta e nom foi enviada.» (p. 7). Eis a razão por que não pôde ser transcrita. E eis uma «prova» de que o relato de Fernão Lopes não utilizaria a ficção, mas apenas daria a conhecer a verdade dos factos, mesmo quando os factos são palavras.

2. O texto da *Crónica de D. João I* tem uma dimensão assumidamente dialógica e interactiva, já que Fernão Lopes convoca diferentes vozes do pólo da produção cujos discursos «relata»⁸ em DD ou em DI. Aliás, como escreve Bakhtine, «l'interaction verbale est la réalité fondamentale du langage. [...] toute communication verbale, toute interaction verbale se déroule sous la forme d'un échange d'énoncés, c'est-à-dire sous la forme d'un dialogue.» (Bakhtine (1930), 1981: 292). No caso que nos ocupa, o diálogo desenrola-se quer entre Fernão Lopes e os leitores/ouvintes, quer entre os protagonistas dos acontecimentos, quer ainda entre o autor e os seus informadores. Por vezes, antecipa um contradiscurso (o relato de discurso não é, como se vê, reprodução de um outro previamente produzido) que vai rebater, por meio de argu-

⁸ Este relato tem um carácter marcadamente fictício, porque os acontecimentos relatados não foram presenciados pelo cronista e os discursos das diferentes pessoas envolvidas nos acontecimentos relatados não ficaram, obviamente, registados.

mentos que lhe são contrários: «alguns dirão...». Quando adianta duas opiniões discordantes para explicar um mesmo acontecimento, Fernão Lopes não toma, aparentemente, posição, mas, com subtileza, apresenta a segunda hipótese como mais plausível e, às vezes, identifica-se abertamente com uma das argumentações, desvalorizando a outra: «e nos deste dito nom somos comentes» ou «allegam huu dito que nos nom apraz.» (cap. I, p. 3).

O relato dos discursos dos intervenientes nos acontecimentos da crise de 1383-85 tem um valor argumentativo que reside no facto de permitir ao Locutor citador enunciar um conteúdo mas sem assumir a responsabilidade do dito, antes o atribuindo a outro locutor e pretende, a meu ver, criar um efeito de creditação ou credibilização⁹ que leve à aceitação do narrado pelo destinatário, cujas legítimas dúvidas ou perguntas Fernão Lopes imagina ou antecipa, respondendo-lhes e considerando que não são perguntas «indignas». Eis uma das estratégias de sedução e envolvimento do leitor/ouvinte.

«Nom parece cousa indigna, se alguu que leer ou ouvir esta estoria fezer pergunta, pois que tamto avia que era fama, e largamente pobricada, amtre a rainha e o Comde Joham Fernamdez, se tinha elRei dello alguua sospeita? ou sabia de tall fama parte? Aos quaes se rresponde desta guisa.» (cap. III, p. 6).

A reprodução de palavras ou pensamentos de diferentes personagens históricas faz parte, em Fernão Lopes, de uma estratégia mais geral de sedução do alocutário, em que podemos incluir, também, o visualismo, o comprazimento no pitoresco, a expressividade literária (intencional ou espontânea) de algumas imagens, o sublinhar de certas passagens e as chamadas directas a esse alocutário. A convocação directa do destinatário da *Crónica* é um modo de aumentar as respectivas curiosidade e atenção:

«Ouvera aimda o Comde de seer morto per outra vez, e veede de que guisa se aazava de seer.» (cap. IV, p.8, sublinhado meu).

«Seemdo no poboo cuidado notavell por sua seguramça e defenssom da terra da guisa que teemdes ouvido, nom embargamdo que sse o Meestre escusasse per suas rrazoões a nom poder ficar e, no rregno; [...]» (cap. XXII, p. 39, sublinhado meu).

O locutor institui o alocutário «em testemunha e/ou juiz das suas crenças» e leva-o a sofrer «alterações de natureza cognitiva, emotiva.» (Fonseca, J., 88-89: 67).

⁹ O efeito de credibilização referido está de acordo com o Prólogo, texto programático com um estatuto metaenunciativo e metadiscursivo.

Do ponto de vista do efeito que o seu uso desencadeia no leitor/ouvinte, o DD torna a narração mais viva e vivida, até pelos já anteriormente referidos elementos de verosimilhança que contém (vocativos, exclamações, p.e.), podendo ser considerado como um traço do realismo documental. Por exemplo: Fernão Lopes tenta sugerir o estado emocional da Rainha, incluindo, nas suas palavras relatadas em DD, alguns elementos de oralização do discurso:

«A Rainha quando os assi vio entrar, disse comtrellos como queixosa.

AA Samta Maria vall! que desmesura he hora essa? ou que emtrada de camara? E como? todos nos avemos de seer em comsselho?» (cap. XIII, cap. 27).

O objectivo do relato é criar envolvimento. No capítulo que acabo de citar, como em outros, há um dramatismo máximo, um efeito de presentificação. A narração suspende-se para «ouvirmos» o diálogo, como em tempo real. O diálogo assume características próximas das de um texto dramático, já que a narrativa fica reduzida a breves comentários¹⁰, criando a ilusão da presença quase exclusiva dos protagonistas, de imediatismo. Estamos perante uma narrativa de carácter polifónico, construída pela interacção linguística de diferentes locutores. Este efeito dramático da inclusão do DD é referido por Tannen, quando escreve: «[...] constructed dialogue in conversation and in fiction is a means by which experience surpasses story to become drama.» (Tannen, 1986: 321). O DD incluído na narrativa tende para a imitação de uma conversa autêntica, o que anula a ilusão ficcional e aumenta a verosimilhança e a credibilização, como se fosse uma reportagem, tipo de texto com o qual o de Fernão Lopes apresenta algumas semelhanças. Talvez a representação fictícia de vozes distantes traga, para mais perto de nós, acontecimentos que, à época em que Fernão Lopes os narrou, já eram passados: «The creation of voices, more than the depiction of actions, occasions the imagination of alternative and distant worlds that is the stuff of dreams and art.» (Tannen, 1986: 311).

Embora o relato em DD seja muito frequente na *Crónica*, nela existe, creio, mais DI do que na ficção romanesca, justamente porque estamos perante uma crónica, um texto com estatuto peculiar em que, tal como numa reportagem jornalística dos nossos dias, há que retirar algum histrionismo aos diálogos. Como o DD, o DI informa sobre as asserções alheias, mas ao relator não inte-

¹⁰ Refiro, a este propósito, a opinião de Teresa Amado: «Quanto à oralidade, a instância discursiva que melhor a integra na narrativa é o diálogo, e é portanto compreensível, pelas razões expostas, que o cronista lhe dê um lugar considerável. Dele tira partido, sobretudo para nos representar o quotidiano das personagens e para acentuar aspectos das relações entre elas, que a narração não poderia exprimir com a mesma intensidade.» (Teresa Amado, 1980: 53).

ressa tanto transmitir a forma como teria sido produzido o discurso inicial, antes a informação nele contida, o seu valor proposicional. O DI não implica qualquer noção de fidelidade literal em relação às palavras presumivelmente pronunciadas. Por isso aparece, em Fernão Lopes, alternando com DD. É também frequente uma proposição ser relatada em DI, mas a oração subordinante ir ficando cada vez mais afastada das subordinadas.

«E amte que partissem de Allamquer, disse o Comde dom Joham Affonso a huu Escudeiro casado em Lixboa, com que avia conhecimento que hia em companhia de embaxadores; que bem viia como Castella era comtra Portugall, e Portugall comtra ssi meesmo; e que bem devia entemder, que tall sandiçe quall levamta-vom dous çapateiros, e dous alfayates, querendo tomar o Meestre por senhor, que nom era cousa pera hir adeamte; e que por tamto ao menos por seguramça de seus bees, que leixasse a çidade e se fosse pereelles.»¹¹ (cap. XXIII, p.45)

Refira-se que, para Bally (1912), este fenómeno é uma explicação possível para a génese do DIL: a primeira ou as primeiras proposições relatadas seriam introduzidas por conjunções, como acontece no DI mas, a estas, seguir-se-iam outras, nelas encadeadas, que já não possuiriam conjunção. Neste caso, embora a conjunção se mantenha, as novas ocorrências de subordinadas estão cada vez mais distantes da oração subordinante¹².

Também o discurso híbrido de que a seguir se transcreve um exemplo parece poder estar na génese do DIL. Por vezes, nos segmentos de discurso relatado da *Crónica de D. João I*, existe uma mistura de DD e de DI, como no capítulo XVI, quando se lê:

«[...] mas nom minguaava dos de sua companhia quem pollo caminho oolhamdo por de tras dissesse comtra Lixboa: que maaoo fogo a queimasse, e que aimda a visse estroida e arada toda de bois.» (p. 33).

Estamos perante uma passagem em que se pode falar de «mixing or confounding of points of view» que, segundo Coulmas, «seems to be typical of earlier forms of literature where the narrator had not yet mastered the artful technique of choosing and changing points of view.» (Coulmas, 1986: 10). Estes enunciados híbridos DD/DI, formas mistas que aparecem em textos medievais de outras

¹¹ Imediatamente a seguir a este relato, sem parágrafo, há uma resposta do Escudeiro: «*Numca tall vistas*, disse o Escudeiro. *Quando aca estou pareçeme que he assi como vos dizees; e depois que lassom, semelhante que todos nom vallees nada, e que quanto me fallaes, que todo he vento.*»

¹² Há, em romances de Jane Austen, passagens de relato de discurso em tudo semelhantes à que acabei de transcrever.

línguas e justificam que alguns linguistas falem da existência de DIL (ou de proto-DIL) já em textos medievais (cf. Banfield (1982), Cerquiglioni (1984) ou Fludernik (1993), p.e.), parecem ter desaparecido posteriormente, para só reaparecerem, naquela forma de relato de discurso a que chamamos DIL, com La Fontaine ou Jane Austen. Em certos textos medievais¹³, há, com efeito, uma hesitação do relato entre DD e DI, hesitação em que muitos autores situam a origem do DIL. Será que o DIL resulta de uma recuperação, feita pelos escritores citados e outros seus contemporâneos, de uma forma híbrida de relatar, presente em textos medievais? Talvez o que começou como uma hesitação da forma de relato de discurso tenha acabado por ser, séculos mais tarde, revisitado e explorado, do ponto de vista enunciativo, dadas as suas potencialidades literárias e expressivas. Exemplos de ocorrências como a transcrita são, no entanto, raros em Fernão Lopes, que distingue bem o seu ponto de vista de narrador do das «personagens» históricas que falam na sua crónica, se não ideologicamente, pelo menos no que diz respeito às formas de relato de discurso.

Se o modo de introduzir discurso relatado é ainda pouco variado e pouco maleável, com predomínio quase total do verbo *dicendi* neutro «dizer»¹⁴, que não inclui qualquer informação sobre o acto de reprodução de discurso efectuado, há já, a acompanhá-lo, alguns complementos circunstanciais, nomeadamente de modo, que revelam a preocupação realista de Fernão Lopes, o seu desejo de parecer verdadeiro, de fornecer, ao leitor/ouvinte, o máximo de pormenores sobre o modo como as palavras relatadas teriam sido ditas, ou de descrever os gestos que teriam acompanhado a produção do discurso:

«A Rainha quando os assi vio entrar, disse comtrellos como queixosa.» (cap. XIII, p. 27, sublinhado meu).

«Ella quando esta pallavra ouvio, foi forçado de rrespomder, e disse como em soom descarnho: [...]» (cap. XIII, p. 28, sublinhado meu).

«A Rainha começou emtom de sorriir per modo descarnho, e disse: [...]» (cap. XIII, p. 28, sublinhado meu).

«Quando estas rrazões ouvio o Comde dom Alvoroz Perez, levantousse em pee e disse: [...]» (cap. XIII, p. 28, sublinhado meu)¹⁵.

¹³ Refiro-me a textos transcritos pelos autores citados (Banfield, Cerquiglioni, Fludernik), mas também por Auerbach (1946), p.e..

¹⁴ Ou do seu sinónimo «fallar» usado transitivamente.

¹⁵ Dado o carácter dramático do capítulo XIII (entre outros), constituído quase só pelo diálogo entre a Rainha e os seus opositores, as indicações sublinhadas assemelham-se a didascálias.

3. Parece-me, por outro lado, relevante o elenco dos locutores cujo discurso Fernão Lopes relata na *Crónica*. Frequentemente, há dissonância de vozes, i. é, o autor relata várias opiniões diferentes para explicar um mesmo facto («alguus», «outros»), como acontece logo no capítulo I:

«Fallamdo alguus da morte do Comde Joham Fernamdez hu sse começam os feitos do Meestre, allegam huu dito que nos nom apraz, dizemdo que [...]» (p. 3).

«Outros lhe emhadiam aimda que [...]» (p. 4).

«E como hi foi, segumdo alguus contam, [...]» (p. 4).

«Outros scprevem per outra maneira, dizemdo que [...] » (p. 4, todos os sublinhados meus).

Como Joaquim Fonseca afirma a propósito de um outro autor, existe uma «preocupação de justeza» na explicação de comportamentos e atitudes que leva a que os juízos sejam produzidos de forma modalizada e «depois de convocadas e confrontadas posições divergentes.» (Fonseca, J., 2000: 47). O cronista mantém assim a imagem de imparcialidade e equidistância que anunciou no Prólogo. Mas é também recorrente que haja unanimidade, marcada por discursos relatados cujo locutor é «todos».

«Porem fallamdo em ello por vezes, todos outorgavam de seer em tall feito, [...]» (cap. I, p. 4, sublinhado meu).

«As gemtes todas quando ouvirom este pregor, folgavom muito em suas voomtades; e deziam huus comtra os outros: [...]» (cap. XIV, p. 31, sublinhado meu).

Esta voz da *doxa* tem, evidentemente, um efeito argumentativo muito forte, de legitimação do ponto de vista que Fernão Lopes defende sobre o Mestre de Avis e os acontecimentos narrados: se «todos» concordavam e «as gemtes todas» se uniam, então as decisões unânimes tomadas deveriam ser as mais legítimas. As conversas entre locutores colectivos e indeterminados são muitas:

«[...] que sse dizia que elRei de Castella premdera o Iffamte dom Joham [...] » (cap. IV, p. 8, sublinhado meu).

«[...] fallavasse esto largamente amtre alguus senhores do rregno [...]» (cap. III, p. 5, sublinhado meu).

Daí que se fale da «pubrica voz», de «pubrica voz e fama» ou de «comuu voz de todos». Igual efeito tem a citação explícita ou não de adágios, fraseologias e

outros argumentos de autoridade, sejam os sujeitos enunciadores o Mestre, Álvaro Pais, D. Nuno Álvares Pereira, o Conde de Barcelos ou outra figura proeminente dos factos narrados na *Crónica*. Pode até ser que Lisboa, personificada, ganhe estatuto de enunciador que fala, ouve e sente. Também acontece que os argumentos de autoridade decorram da citação de autores clássicos ou medievais, mas o efeito de credibilização do narrado, creio, não se altera.

Às vezes, o texto retoma-se a si próprio, como acontece, p.e., no início do cap. XIII. A intenção destas retomas é tornar a narrativa mais coesa, pegando num fio que tinha sido interrompido (no primeiro exemplo que citarei, do cap. XII, interrompido pelo relato da morte do bispo):

«[...] segundo dissemos no capitollo damte este.» (cap. XIII, p. 26).

Um outro exemplo é o início do cap. II, em que se retoma o relato dos factos narrados no cap. I, acrescentando o narrador:

«[...] , como ouvistes.» (cap. I, p. 5).

Há, portanto, um eixo metanarrativo que poderia ser explorado na *Crónica* e mostra a consciência que Fernão Lopes tem de que o seu texto é uma totalidade que se quer coerente. A tensão entre a totalidade narrativa e o gosto pelo pormenor parece-me, aliás, muito interessante. Estas indicações que referem a estruturação macro do discurso revelam um autor atento à unidade da crónica com um todo, ao efeito narrativo daquilo que conta, à adesão do alocutário ao narrado e à forma de o narrar. A preocupação de Fernão Lopes com o pólo da recepção e a eficiência que demonstra na busca dessa adesão conduzem-nos, justamente, ao último ponto deste trabalho.

4. Resta-me pois, como anunciado, fazer uma breve contextualização da *Crónica* no seu circunstancialismo histórico e argumentativo, tentando levantar alguns problemas que me parecem fundamentais. Como Bakhtine exemplarmente escreveu, «aucun énoncé en général ne peut être attribué au seul locuteur: il est le produit de l'interaction des interlocuteurs, et, plus largement, le produit de toute cette situation sociale complexe, dans laquelle il a surgi.» (Bakhtine, cit. por Todorov, 1981: 50). Ora se há situação social complexa, eventualmente responsável pelos enunciados que, muito brevemente, estudei, é justamente quer a dos acontecimentos de 1383-85 quer, homologamente, a que se vivia na época em que Fernão Lopes, décadas mais tarde, os relatou.

Sendo a terceira obra do cronista que, como sabemos, foi também *escrivão dos livros* do Infante D. Duarte, do rei D. João I e *escrivão da puridade* do Infante D. Fernando, chegando a ser, no início dos anos 30, *tabelião geral do*

reino, é uma obra de maturidade. Não devemos dissociar a prática de Fernão Lopes como cronista da sua qualificação como tabelião geral do reino e de toda a sua carreira na burocracia, embora haja muitos aspectos obscuros do percurso do autor cujo conhecimento ajudaria a esclarecer a sua obra: que formação teria sido a sua; como, quando e por que razões, por exemplo, foi substituído por Zurara.

Mesmo sem conseguirmos avançar muito por estes caminhos, algumas pistas podem ser seguidas: Fernão Lopes escreveu muito, contactou com pessoas cultas e boas bibliotecas. O seu universo intelectual foi «construído, provavelmente, mais sobre a base do seu esforço e curiosidade pessoais do que propriamente sob a batuta de uma formação escolar.» (Monteiro, 1988: 77-78). Se da sua formação resulta ou não uma segura erudição, não parece ser questão que adiante muito para este estudo. A quantidade e a qualidade das citações de outros autores que os textos contêm é apenas um critério (discutível) para ajuizar do seu valor.

Mais interessante, creio, é a forma como Fernão Lopes ficcionou o relato atribuível às personagens da *Crónica*, a vivacidade dos diálogos e das intervenções dos diferentes protagonistas, o encadeamento destes segmentos de discurso relatado na narrativa, a mestria na «estruturação do conjunto» (Amado, 1993: 181), a preocupação em envolver o alocutário (leitor ou ouvinte) no narrado. Ora à eficiência dos processos utilizados na escrita, para além dos factores já apontados, pode não ser também alheia a situação em que o autor redige a *Crónica* que, como sabemos, foi interrompida em 1411. Talvez a conclusão da obra tenha sido confiada ao seu sucessor¹⁶. Certo é que Fernão Lopes trabalhou na crónica durante os anos 40 do século XV, ou seja, durante a regência de D. Pedro. Como já foi sugerido, talvez a morte deste em Alfarrobeira tenha significado o afastamento do autor e a interrupção da *Crónica de D. João I*.

Fernão Lopes tem a incumbência difícil de narrar os acontecimentos passados num período sem rei, com uma guerra, uma sucessão de fortes convulsões sociais e tem de apresentar como inevitável a escolha para o trono de um bastardo, em detrimento de pretendentes melhor colocados. Ao escrever, apaixonadamente, sobre estes factos que não viveu, fá-lo num ambiente também de crise, num reino dividido entre os partidários de D. Pedro e a velha nobreza reunida em torno do Conde D. Afonso. Por isso me parece de ter em conta a inseparabilidade entre o texto e o tema, por um lado, e entre o autor e as suas

¹⁶ Tentarei ver, num trabalho posterior a este, as rupturas e continuidades em relação à *Crónica da Tomada de Ceuta*, no que diz respeito ao modo de relatar o discurso dos intervenientes.

circunstâncias, por outro¹⁷. Se Fernão Lopes narra factos passados meio século antes do momento em que os regista, numa época conturbadíssima, talvez lhe tenha chegado inspiração do seu tempo, igualmente efervescente e tenso. E é possível que, consciente ou inconscientemente, ao redigir a *Crónica de D. João I*, as suas interpretação e descrição dos principais episódios e intervenientes, o cronista esteja a 'tomar partido', a intervir nos acontecimentos da sua própria época.

Se não podemos ter certezas em relação a estas entrevistas ligações é, pelo menos, tentador, a meu ver, cruzar a análise do discurso com o circunstancialismo histórico de quem o produz. Porque quem o produz escreve de modo a seduzir quem o recebe, escreve tendo permanentemente em conta o alocutário, procurando prender-lhe a atenção, levá-lo a tomar partido, convencê-lo de que a solução adoptada para a crise foi a mais sensata e a mais consensual.

Ficam sem resposta, – mas colocadas, enquanto perguntas – as seguintes questões: como adquiriu Fernão Lopes o domínio das técnicas discursivas referidas? Quais delas são utilizadas conscientemente, quais são resultado do uso que delas era feito no ambiente da corte ou da Torre do Tombo? Como se relatava, por escrito, o discurso do outro, no tempo em que o cronista escreveu? Que golpe de asa marca a diferença entre Fernão Lopes e os outros cronistas? O estudo que fiz não me deu resposta para estas perguntas. Mas permitiu que as colocasse.

Referências bibliográficas

- AMADO, Teresa, (1980) – *Crónica de D. João I de Fernão Lopes*, Apresentação crítica, selecção, notas e sugestões para análise literária, Lisboa, Seara Nova, 1980.
- AMADO, Teresa, (1993) – «Fernão Lopes» in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, (org. e coord. de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani), Lisboa, Caminho, pp. 272-273.
- AUERBACH, Erich, (1946, 1968) – *Mimesis. Dargestellte Wirklichkeit in der abendlandischen Literatur*, Bern C.A. Francke AG Verlag, trad. francesa: *Mimésis, La Représentation de la réalité dans la littérature occidentale*, Paris, Gallimard.
- AUTHIER, Jacqueline, (1978) – «Les formes du discours rapporté – Remarques syntaxiques et sémantiques à partir des traitements proposés», in *DRLAV* n.º 17, pp. 1-87.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline, (1984) – «Hétérogénéité(s) Énonciative(s)», *Langages* n.º 73, pp. 98-111.
- BAKHTINE, Mikhail (1926, 1981) – «Le discours dans la vie et dans la poésie» in Todorov (1981), pp. 181-215.

¹⁷ Ou, por outras palavras: parece útil adoptar uma perspectiva pluridisciplinar, onde a Linguística se cruze com a Literatura e a História.

- BALLY, Charles, (1912) – «Le Style Indirect Libre en Français Moderne», I e II, *Germanisch-Romanische Monatsschrift*, Heidelberg, pp. 549-556 e 597-606.
- BANFIELD, Ann, (1982), (1995) – *Unspeakable Sentences. Narration and representation in the language of fiction*, Boston, London, Melbourne and Henley, Routledge and Kegan Paul, trad. francesa: *Phrases sans Paroles – Théorie du Récit et du Style Indirect Libre*, Paris, Seuil.
- BARTHES, Roland, (1968) – «L'Effet de Réel» in *Communications*, n.º 11.
- CERQUIGLINI, Bernard, (1984) – «Le Style Indirect Libre et la Modernité», in *Langages* n.º 73, pp. 7-16.
- COULMAS, Florian, (1986) – *Direct and indirect speech* (Ed.) Berlin, Mouton de Gruyter.
- DIAS, Augusto Epifânio da Silva, 1933 – *Syntaxe Historica Portuguesa*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 2.ª ed.
- FLUDERNIK, Monika, (1993) – *The Fictions of Language and the Language of Fiction, The linguistic representation of speech and consciousness*, London and New York, Routledge.
- FONSECA, Joaquim, (1988-89), «O ensino da língua Materna como pedagogia dos discursos», in *Diacrítica*, n.º 3-4, Braga, Universidade do Minho.
- FONSECA, Joaquim, (2000), «O discurso da *Carta de Guia de Casados* (de D. Francisco Manuel de Melo)», in *Revista da Faculdade de Letras, Línguas e Literaturas*, II série, vol. XVII, Porto, Faculdade de Letras, pp. 9-135.
- HAMBURGER, Käte, (1957, 1993) – *Die Logik der Dichtung*, Stuttgart, Ernst Klett Verlag, tradução inglesa: *The Logic of Literature*, (2ª ed., revista), Bloomington and Indianapolis, Indiana University Press.
- MALDONADO GONZÁLEZ, Concepción, (2000) – «Discurso Directo y Discurso Indirecto», in *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, Real Academia Española, vol. 3, *Entre la oración y el discurso. Morfología*, dirigida por Ignacio Bosque y Violeta Demonte, Espasa, Madrid, 1999, pp. 3550-3595.
- MONTEIRO, João Gouveia, (1988) – *Fernão Lopes. Texto e Contexto*. Coimbra, Minerva.
- REYES, Graciela, (1994) – *Los Procedimientos de Cita: Citas Encubiertas y Ecos*, Madrid, Arco Libros.
- TANNEN, Deborah, (1986) – «Introducing constructed dialogue in Greek and American conversational and literary narrative», in COULMAS (1986), pp. 311-332.
- TODOROV, Tzvetan, (1981) – *Mikhail Bakhtine et le Principe Dialogique*, suivi de *Écrits du Cercle de Bakhtine*, Paris, Seuil.

AS COMPARATIVAS CONDICIONAIS COMO ELEMENTOS CONFIGURADORES DE TEXTUALIDADE

Joaquim Fonseca
Universidade do Porto
jfonseca@netcabo.pt

1. A complexidade do texto obriga, como se sabe, a considerar, na sua estruturação e na construção do sentido que nele se dá, níveis diferenciados. É, assim, hoje corrente falar-se dos níveis microestrutural e macroestrutural do texto, distinguindo-se ainda no seio do macroestrutural o especificamente sequencial, o macroestrutural intermédio e macroestrutural global – e também, num plano diverso, o superestrutural.

Os segmentos macroestruturais intermédios e sequenciais representam complexos semântico-pragmáticos unitários sucessivamente configurados sobre ou a partir do local ou microestrutural e são mobilizados para o desenho do macroestrutural global – nível que corresponde à totalidade (não raro, ou mesmo quase sempre, múltipla) de significação/sentido definidora do texto como unidade linguístico-comunicativa.

Aquela totalidade de significação/sentido revela-se constituir o grande marco de referência da construção do texto – sendo que o designado/comunicado em cada frase surge sempre por ela «dominado», dando-lhe realização local.

1.1. Há, então, lugar para o reconhecimento efectivo de uma *textualidade local* – que tem a ver, especificamente, com o que *do texto se revela no microestrutural*. Recorta-se, deste modo, a perspectiva que conduz a indagar como se realiza a *dominância* do todo sobre as partes que o perfazem, e, necessariamente, sobre os elementos, que, via partes – estas, como aqueles, também entre si adequadamente ligadas –, concorrem para o todo, participam na sua construção e no seu funcionamento, através da instituição de uma complexa e diversificada, e mesmo heterogénea, rede de determinações recíprocas.

1.1.1. Tal perspectiva converge largamente com a que propunha, já nos anos trinta do século XX, M. Bakhtine, ao insistir, nas luminosas reflexões que

perfazem o ensaio «Les genres du discours»¹, na força determinante do «achèvement spécifique de l'énoncé», do «dessein discursif» ou do «vouloir-dire» do Locutor (Loc), «qui détermine le tout de l'énoncé – son ampleur, ses frontières». Na verdade, escreve, «c'est par rapport à ce dessein discursif, à ce vouloir-dire (comme nous l'aurons saisi) que nous allons mesurer l'achèvement de l'énoncé. Ce dessein détermine le choix, en tant que tel, de l'objet, avec ses frontières (dans les circonstances précises de l'échange verbal et nécessairement en rapport avec les énoncés antérieurs) et l'exhaustivité de l'objet du sens qui lui est propre.» – sendo que esse mesmo «dessein discursif» «va déterminer aussi, bien entendu, le choix de la forme du genre dans lequel l'énoncé sera structuré [...]». «Ce dessein» materializa-se em discurso, formando «une unité indissoluble, qu'il limite, qu'il rattaché à la situation concrète (unique) de l'échange verbal, marquée par les circonstances individuelles, les partenaires individualisés et leurs interventions antérieures – leurs énoncés.», de tal forma que os «partenaires directement impliqués dans un échange, initiés à une situation et aux énoncés antérieurs, saisissent avec aisance et promptitude le *dessein discursif*, le *vouloir-dire* d'un locuteur, et, aux premiers mots d'un discours, ils perçoivent le *tout* d'un énoncé en cours de développement.»².

Nessa mesma linha, e destacando sempre o papel fulcral que desempenha na configuração do todo textual-discursivo a sua inscrição num dado género de discurso, M. Bakhtine escreve ainda: «Lorsque nous choisissons un type donné de proposition, nous ne choisissons pas seulement une proposition donnée, en fonction de ce que nous voulons exprimer à l'aide de cette proposition, nous sélectionnons un type de proposition en fonction du *tout* de l'énoncé fini qui se présente à notre imagination verbale et qui détermine notre option.»³.

Esta *dominância* do todo (intermédio ou global) é ainda retomada noutros momentos do mesmo ensaio de Bakhtine, como no seguinte: «En choisissant le mot, nous partons des intentions qui président au tout de notre énoncé [...]» – e «C'est ce tout qui irradie son expression (plus exactement, notre expression) sur chacun des mots que nous choisissons et qui, en quelque sorte, inocule à ce mot l'expression du tout.»⁴.

A este segmento o Autor junta uma nota, que interessa reter: «Lorsque nous construisons notre discours, nous gardons toujours à l'esprit le tout de notre énoncé, tant sous forme d'un schéma correspondant à un genre défini que sous forme d'un dessein discursif individuel. *Nous n'égrenons pas les*

¹ Ver Bakhtine, M., 1984.

² Idem, *ibidem*, p. 284.

³ Idem, *ibidem*, p. 288.

⁴ Idem, *ibidem*, p. 293.

mots, passant de l'un à l'autre. Bien plutôt, c'est comme si nous remplissions un tout avec les mots utiles.»⁵

Valerá a pena sublinhar, e especificar, que aquele «dessein discursif»/«vouloir-dire» do Loc – ou seja, a sua intenção comunicativa global – «fixa um *universo de discurso*, não apenas delimitando os *designados possíveis* e suas relações (os “objectos” e o que deles se predica, as situações, os factos, os acontecimentos e seus protagonistas, e os papéis que estes neles desempenham), mas igualmente recortando um dado *rumo discursivo* (ou rumos discursivos dominantes e seu entrosamento)»⁶.

E valerá também a pena lembrar que aquela intenção comunicativa global (ou «totalidade de significação entendida pelo locutor») «só se torna disponível no e pelo texto efectivamente concretizado, através da reconstrução – quase sempre meramente aproximativa – que dela faz o receptor.»⁷ Em tal operação ou complexo de operações – que continuamente se aplicam sobre sucessivas «tranches de discours» integrantes do texto em ordem à sua compreensão, que «se construit peu à peu, par additions entraînant constamment des réinterprétations» – o receptor-intérprete projecta «en plus de sa connaissance de langue», «un ensemble de SAVOIRS (cotextuel, contextuel, situationnel, encyclopédique...) qui interagit avec les données strictement textuelles.»⁸

1.2. Quero observar que a perspectiva de trabalho atrás delineada – a captação e caracterização do que *do texto se revela no microestrutural*, por obra da *dominância* do macroestrutural/global (e do superestrutural) sobre o local – apresenta amplos pontos de contacto com a que toma por objecto a frase enquanto unidade contextualizada, desde que se entenda que esta contextualização se dá não apenas com referência, numa óptica horizontal, ao contexto verbal (cotexto), mas também e antes de tudo, e sempre, com referência, numa óptica vertical, ao agregado de sentido correspondente à intenção comunicativa global que preside à produção textual/discursiva e nesta continuamente se manifesta – e, através desse agregado de sentido, à situação em que se inscreve essa produção. De resto – convém ter presente –, o cotexto não pode senão ser tomado como parcela já manifesta desse mesmo agregado global de sentido.

O que é, então, específico daquela perspectiva (e dela faz um enfoque textual, e não meramente cotextual e contextual) é a consideração do que na frase (e também no intrafrásico e no tansfrásico) está de modo saliente vin-

⁵ Idem, *ibidem, ibidem*. (O sublinhado é meu).

⁶ Fonseca, J., 1993b, p. 182.

⁷ Fonseca, J., *ibidem, ibidem*.

⁸ Pottier, B., 2000, p. 37.

culado à construção do texto como edifício semântico-pragmático e como totalidade de significação/sentido – ainda que esta vinculação se dê, como predominantemente se verifica (e, em particular, nos textos extensos), pela via da configuração de complexos semântico-pragmáticos intermédios, eles mesmos também, naturalmente, mobilizados para a configuração desse mesmo edifício e dessa mesma totalidade. Atender a estes aspectos será, então, aceder directamente, ou mais de perto, ao processo de elaboração e de reelaboração do sentido que se dá na, e pela, construção do texto.

1.3. Quero salientar que as considerações antes desenvolvidas não devem conduzir a que se tome a *dominância* do todo (intermédio ou final) sobre as partes ou os elementos como um princípio unilateral na construção do texto e do seu sentido; na verdade, esse princípio contém ou convoca de modo claro a indicação de que aquela construção é a resultante de um continuado vaivém entre o global e o local, de um jogo de interacções – de orientação tanto proactiva como retroactiva –, de interdependências e de co-determinações (ou de determinações recíprocas, como acima escrevi) entre esses níveis ou planos⁹. Este complexo dinâmico de interacções/interdependências/co-determinações é verdadeiramente constitutivo do texto – resultando, em boa verdade, da inevitável tensão entre, de um lado, a globalidade ou a totalidade de sentido que nessa unidade linguístico-comunicativa se vaza, e, do outro, a inultrapassável linearidade dos produtos discursivos, que têm de se submeter aos quadros formais da língua, cuja construção mais larga ou extensa é, como se sabe, a frase.

1.3.1. Por outro lado (e é importante tê-lo presente), aquele mesmo complexo dinâmico de interacções/interdependências/co-determinações revela-se constituir a raiz da afectação, que não raro tem lugar, de microestruturas a novos/outros modos de funcionamento no todo textual/discursivo – projectando-as na configuração de planos específicos de sentido.

2. É à luz das anotações antes formuladas que me proponho analisar as virtualidades das comparativas condicionais moldadas no esquema *como se (não) p*¹⁰ – actualizadas como independentes ou como termos, nucleares ou

⁹ Sobre a noção de *dominância* do todo sobre as partes e as interacções que, no texto, se travam entre o macroestrutural e o microestrutural, ver Fonseca, J., 1992a, 1993b e também Fonseca, J., 1994a.

¹⁰ Por economia, passarei a referenciar as comparativas em foco – que nos exemplos serão destacadas por itálico – por *como se p*, que valerá, segundo os casos concretos, por *como se p* ou por *como se não p* (sendo que esta solução é muito menos frequente que a anterior).

não nucleares (designadamente, periféricos/marginais), de frase – no que respeita à configuração de textualidade.

Em estudo anterior¹¹, debrucei-me sobre as propriedades semântico-pragmáticas e também sintáticas das comparativas condicionais e, em particular, das que ocorrem projectadas em discurso como sintacticamente independentes – zona em que se impõe a distinção de dois subtipos bem diferenciados, também aqui, em 3., sumariamente introduzidos através dos exemplos (1) e (2). A reflexão centrou-se sobre as comparativas condicionais do subtipo ilustrado em (1) e conduziu a reconhecer que os grandes traços que as marcam se encontram também nas comparativas condicionais do mesmo formato actualizadas como *incisos* (que, embora inscritos em frase, aí detêm uma plena autonomia sintáctica)¹², e ainda num subconjunto das mesmas comparativas condicionais concretizadas na construção frásica como *adjuntos*¹³. Servi-me nesse estudo de um vasto *corpus*, integrado de enunciados colhidos em produções discursivas do quotidiano ou, ocasionalmente, por mim construídos; de segmentos de discursos de opinião publicados no diário «*Público*» (ano de 2001) e no semanário «*Expresso*» (ano de 2002); de extractos do *Corpus de Referência do Português Contemporâneo* (CRPC)¹⁴; e ainda de enunciados recolhidos em *Os Maias* de Eça de Queirós¹⁵.

No presente trabalho, ocupar-me-ei, em 3., das comparativas condicionais independentes (e afins) – segmento em que, por um lado, retomarei alguns exemplos e também alguns comentários contidos no estudo acima referenciado (embora reformulados, e alargados, em função da orientação discursiva central da presente exposição), e, por outro lado, juntarei, e explorarei, um ou outro novo exemplo – extraídos do semanário «*Expresso*» (ano de 2002) e de *Os Maias*; em 4. e em 5., servir-me-ei exclusivamente de trechos retirados de *Os Maias* – para tratar, no primeiro desses sectores, aspectos das comparativas condicionais integradas em frase, e, no segundo, as propriedades e o funcionamento textual/discursivo dos segmentos realizados no complexo sintagmático *ser como se p.*

¹¹ Ver Fonseca, J., 2003.

¹² Ver também aqui, 3.2.

¹³ Ver também aqui, 3.3.

¹⁴ Projecto desenvolvido no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, sob a responsabilidade da Doutora Fernanda Bacelar. Registo que as construções utilizadas são retiradas do subcorpus literário, e também do subcorpus oral, de português europeu.

¹⁵ É conhecido o largo recurso que faz Eça de Queirós – e não apenas na obra referenciada – a processos comparativos, de todos os tipos e vazados em soluções muito variadas. Anoto que em *Os Maias* contei oitenta e três comparativas condicionais moldadas em *como se (não) p.* Nas citações desta obra utilizo a edição de «Livros do Brasil», Lisboa, s/d. Ver, entretanto, mais adiante, as Notas 41, 48 e 54.

As considerações a desenvolver orientam-se fundamentalmente – como acima anuncio – para a captação e caracterização das comparativas condicionais enquanto recurso para a configuração de textualidade, enquanto componentes microestruturais/locais com virtualidades «text-forming»¹⁶.

3. No domínio das comparativas condicionais sintacticamente independentes, há que reconhecer dois subtipos inequivocamente distintos, que de imediato ilustro em (1) e (2)¹⁷:

(1) – Já repetiste n vezes a mesma coisa. *Como se eu fosse surdo!*

(2) – «Começa a chover. Isto é, se não estava a chover antes. As luzes das lojas e dos candeeiros parecem novinhas em folha. *Como se estivessem a brilhar. Como se fossem estrelas ou outras coisas que não há.*» (CRPC).

Tratarei as comparativas condicionais independentes do primeiro subtipo (subtipo I) nos números imediatamente seguintes; ocupar-me-ei das do segundo subtipo (subtipo II) mais adiante, em 3.4.

3.1. As comparativas condicionais independentes do subtipo I são claramente marcadas por contrafactualidade e apresentam um vincado carácter dialógico-interactivo. Elas surgem como comentário – que veicula, segundo modalidades diversas, um *desacordo* do Loc sobre uma outra voz (de um outro Loc, que designarei por Loc0 – convindo, então, àquele a etiqueta de Loc1), que ou surge directamente no cotexto imediatamente precedente ou (como acontece em (1)) aí é retomada ou referenciada. Tal comentário obtém, assim, um claro estatuto de comentário *metadiscursivo* ou mesmo *metaenunciativo*, a que se agregam diferentes valores modais (que indicarei de seguida de modo sumário), não raro sobrepostos, todos em sintonia com o teor de desacordo que essencialmente o marca¹⁸. No todo, *como se p* surge como *sequência (conversacionalmente/discursivamente) não preferida*, constituindo

¹⁶ Retiro esta palavra de Wunderlich, D., 1979. Faço notar que o Autor referencia sob tal designação sobretudo, ou mesmo exclusivamente, dimensões ligadas aos *pares adjacentes*. Ver Fonseca, 1994a.

¹⁷ Para uma análise mais desenvolvida, ver Fonseca, J., 2003.

¹⁸ Para o registo e análise desses valores modais – e também para caracterização dos aspectos centrais em que radica a sua activação/geração – ver Fonseca, J., 2003. Observarei que na expressão daqueles valores modais está envolvida, na oralidade, a entoação específica (de tipo exclamativo e suspensivo) com que são realizadas as comparativas condicionais em referência – dimensão que, na escrita, é representada através de ponto de exclamação e/ou reticências.

uma *réplica* – orientada para a *contestação / refutação / rejeição / reprovação* e ainda para a *crítica/censura* – em conflito com uma intervenção discursiva anterior de um outro Loc, sobre que incide. Importará acrescentar que esta réplica se aplica especificamente sobre uma dimensão *implicitada* (convencionalmente ou não convencionalmente) na intervenção de Loc0 – dimensão essa que o comentário crítico de Loc1 explicita¹⁹.

O processo comparativo marcado em *como* conduz, por obra da contra-factualidade da condicional, à projecção dos valores modais acima apresentados (reunidos na função pragmático-discursiva de *réplica*), que vêm a primeiro plano. O segmento condicional funciona, como se esperaria, como *comparante* – não raro, e em função dos estados de coisas nele referenciados, ao serviço de uma caracterização intensiva do elemento sobre que a comparativa incide²⁰.

3.1.1. Nos termos apresentados no número anterior, ficam desenhados no discurso, por um lado, um movimento de cariz discordante/refutativo, e, por outro, uma sequência discursiva – de teor argumentativo –, imediatamente respeitante à articulação entre uma dada voz e uma segunda, que a contesta/crítica.

Este ‘par mínimo’ pode, naturalmente, ver-se especificamente alargado: por um lado, o movimento discordante/refutativo convoca, tipicamente (por exigência da boa formação semântico-pragmática das sequências argumentativas), os necessários apoios em ordem à sua sustentação adequada; por outro lado, a réplica assim materializada abre, por sua vez, caminho, faz mesmo esperar (na base de *esquemas de acção discursiva* padronizados) uma intervenção do Loc contestado e a modalidade de que se revestirá.

¹⁹ Anoto que os casos que envolvem *implicitações* ligadas ao ilocutório recortam uma zona particularmente ilustrativa do funcionamento discursivo das comparativas condicionais independentes do subtipo I. No entanto, cabem em *como se p* comentários dirigidos a todos os tipos de situações (linguisticamente capturadas em predicados quer de estado quer de evento quer de actividade) – tomadas em si mesmas e nas suas implicações ou nas inferências que disponibilizam, nos actantes e circunstantes envolvidos ou em dimensões várias que se revistam de pertinência numa dada interacção. Neste quadro, ter-se-á, por vezes, que tomar como *extensão* do seu sentido estrito o carácter metadiscursivo ou metaenunciativo de *como se p*. Ver Fonseca, J. 2003.

²⁰ Esses estados de coisas surgem, muitas vezes, como situações extremas ou marcadas por uma propriedade em intensidade exemplar, configurando-se, então, casos típicos de comparações que em estudo anterior designei de *comparações emblemáticas* (Ver Fonseca, J., 1993a). Por outro lado, conjuga-se frequentemente com a dimensão referenciada a intensificação advinda do carácter metafórico que marca *como se p* – aspecto de que me ocuparei mais adiante.

Interessa registrar que aquela sustentação ou fundamentação não é correntemente avançada pelo Loc – pois que ao optar por *como se p* ele joga, decididamente, com a força do que toma como evidência, dando por garantida a verificação dos estados de coisas correspondentes à contrária / contraditória de *p*. Devo assinalar que esta evidência, que é tida como partilhada, respeita não raro a uma *verdade geral* ou mesmo a uma *doxa*, tomadas como reconhecidas e irrefutáveis²¹.

Acontece, entretanto, que muitas vezes o Loc insiste explicitamente nessa evidência. Tal é feito muito correntemente com o recurso a expressões, por vezes introduzidas pelo contrastivo «mas», que a sublinham – tais como «mas é falso que *p/não é verdade que p*», eventualmente reforçadas por segmentos (onde figuram *lexias factivas*) que a assinalam como partilhada/reconhecida por todos (como «é sabido que...», «todos sabem que...», «(é) claro/evidente que...»). Retomando (1), teremos:

(1') – Já repetiste *n* vezes a mesma coisa. *Como se eu fosse surdo!* (Mas) É claro / Claro /
/ Sabes bem que eu não sou surdo...

Observo que este prolongamento ou acrescento nunca é, em rigor, irrelevante, se bem que tendencialmente ele seja redundante (e até, de modo imediato, tautológico) – e isto porque representa uma insistência com pronunciado rendimento argumentativo.

Muitas vezes, aquele prolongamento estende-se ainda pela afirmação explícita, e enfatizada, da contrária/contraditória de *p*, quase sempre precedida da expressão correctiva, com largo poder de *focagem*, «(antes) pelo contrário», como em

(1'') – Já repetiste *n* vezes a mesma coisa. *Como se eu fosse surdo!* (Mas) É claro/Claro que eu não sou surdo... *Antes pelo contrário: (até) ouço muito bem...*

Ter-se-á em conta que muito correntemente aparecem em *como se p* predicados axiologicamente marcados, de cariz negativo (cf. «surdo»), cuja rejeição vale bem uma redundância do tipo apontado, de que o Loc retira dividendos argumentativos em ordem também à reposição da sua boa imagem ou à salvaguarda da sua face positiva, contra a qual atentam os predicados daquele tipo, *implicitados* ou *dados a entender*, aos olhos do Loc (Loc1) – que os explicita –, na/pela intervenção de Loc0, a que aquele replica.

²¹ Ver mais abaixo, 3.1.4.

Dada a força argumentativa concentrada, nos termos apresentados, em *como se p*, não será de estranhar que o *conflito de vozes* instaurado seja resolvido a favor da que aí se faz ouvir explicitamente. Não se ignorará, porém, que a *réplica* de Loc1 vazada em *como se p* abre também (como acima registei) um espaço discursivo, onde terá lugar ou uma *contra-réplica* – que relançará, de um modo ou de outro, o conflito – ou, como *solução preferida*, um movimento (que não deixa de ser convocado por Loc1) de ajustada *reparação* e de *rectificação / correcção*, orientadas, uma e outra, para o apaziguamento ou a reconciliação e, com isso, para a reposição das imagens dos inter-actantes do discurso.

Tal se verifica, em particular, nas interações travadas em discurso dialogal – que é o lugar por excelência, ou típico, para trocas deste género. Ilustrarei o que acabei de recortar com as sequências seguintes, construídas a partir de (1) – em que (ii) surge como reacção a (i):

- (1a) (i) – Já repetiste n vezes a mesma coisa. *Como se eu fosse surdo!*
 (ii) – Não estavas a dar a mínima atenção ao que eu te dizia...

- (1b) (i) – Já repetiste n vezes a mesma coisa. *Como se eu fosse surdo!*
 (ii) – Tens razão; desculpa (mas não estavas a dar a mínima atenção ao que eu te dizia...).

Em (1a – (ii)), o Loc (=Loc0) replica (contra-replica) a Loc1 com uma intervenção de cariz justificativo, que, ao mesmo tempo, dá conta da ofensa à sua face (que também critica/censura – justamente, em jeito de contra-réplica) que vê no comportamento, marcado por alheamento/desinteresse, de Loc1, que referencia, e também, mais directamente, na enunciação de *como se p*.

Em (1b), temos uma *sequência* (conversacionalmente/discursivamente) *preferida*, em que Loc0 (em (ii)) acata o protesto/a contestação de Loc1 (em (i)) e desenvolve um movimento de reparação – não sem juntar, muitas vezes (cf. o segmento entre parêntesis), um acrescento de ordem justificativa do mesmo teor do que encontramos em (1a – (ii)).

3.1.2. Os exemplos e as considerações avançados antes conduzem à verificação de que, por obra do desenho, que activam, de um quadro interactivo-dialógico eminentemente dinâmico, que ocasiona encadeamentos específicos, as comparativas condicionais em foco estão orientadas para a configuração de *esquemas de acção discursiva*, que se manifestam não apenas em *movimentos discursivos* mas também em *sequências discursivas*. Contam-se, assim, com vincada especificidade, entre os recursos, de largo espectro, para a *textualidade* – designadamente, pela projecção que obtêm no plano *macroestrutural* (intermédio) ou no plano *sequencial*.

Este aspecto do funcionamento das comparativas condicionais do subtipo em referência – isto é, a sua capacidade de conformação de movimentos discursivos e de configuração, ou mesmo *pré-desenho* ou *pré-formação*, de seqüências discursivas – dá-se, como se nota, de modo específico: por um lado, os prolongamentos ou acrescentos de ordem argumentativa a que acima me referia estão em estreita sintonia com a contrafactualidade de *se p* – que representa, sem dúvida, uma inultrapassável restrição (vinculada à necessária salvaguarda da *coerência* do discurso)²² ao teor desses acrescentos ou prolongamentos; por outro lado, *como se p* veicula, como vimos, uma *réplica*, com um conteúdo de cariz metaenunciativo ou metadiscursivo, orientada, essencialmente, para a contestação / refutação / rejeição e também crítica / censura – sendo ainda que essa réplica abre caminho a, gera a expectativa forte de, ou uma *contra-réplica* ou uma *reparação e rectificação/correção*. Esta última será, como acima registei, a *solução preferida*, que conduzirá à resolução, pela positiva, da situação conflitual.

3.1.3. A análise que venho propondo mostra, sem dúvida, que a construção em referência constitui um recurso não apenas de largas virtualidades estruturantes ao nível macroestrutural do texto, mas também particularmente económico, de assinalável agilidade e de ampla rendibilidade comunicativo-argumentativa. Dados estes últimos aspectos, não é por acaso que ela recorra abundantemente em produções verbais marcadamente argumentativas como são os discursos de opinião, que, hoje mais do que nunca, os *media* escritos não dispensam.

3.1.3.1. Os segmentos discursivos (3), (4) e (5) a seguir introduzidos são disso exemplo – como exemplo são também das virtualidades «text-forming»²³, em que tenho vindo a insistir, da construção. Neles se destaca um movimento discursivo de contestação ou de refutação/contestação, aberto e logo fechado – sendo que esta condensação lhe dá uma força vincada. Mas igualmente vincados são ainda os valores modais activados: por um lado, a indicação de uma contra-expectativa – e do espanto, crítico, que lhe fica associado –, e, por outro, e sobretudo, a censura/reprovação e/ou o lamento (quase sempre indignados), que são dirigidos a quem enuncia ou subscreve a posição contraditada, ou a quem é apresentado como agente de uma dada actividade, igualmente alvo de contestação. Acontece também que *como se p* carrega mui-

²² Atinente aqui à condição/exigência de *não contradição*. Ver Fonseca, J., 1992a e Fonseca, J., 1993b.

²³ Ver, acima, a Nota 16.

tas vezes a problematização/invalidação dos fundamentos, das motivações e de circunstâncias relevantes daquelas posições/atividades – sendo que esses fundamentos, motivações e circunstâncias, umas vezes, estão patentes no cotexto que é comentado, outras vezes, estão, aos olhos do Loc, disponibilizados por *implicitação* (convencional ou não) activada nesse ou por esse cotexto.

Os traços apresentados são claramente visíveis em (3), trecho em que *como se p* obtém uma inequívoca centralidade – à comparativa condicional se vinculando também, explicitamente, o comentário que a segue:

- (3) – «Repare-se como muita gente acha que Berlusconi será um bom primeiro-ministro porque é um eficaz patrão empresarial. *Como se gerir uma empresa e governar um país fossem a mesma coisa* – aí está mais um sintoma da actual, e preocupante, subordinação da política à economia.»
(F. Sarsfield Cabral, «Berlusconi, um símbolo», in «Público», 19 de Maio de 2001)

Em (4), as duas comparativas condicionais fecham o extracto, intensificando a contra-expectativa, e a crítica/censura – que amplia de modo penetrante –, de que ele dá conta. Este trecho tem, por outro lado, a particularidade de ilustrar um encadeamento de *como se p* sobre uma ausência de intervenção de um Outro – sobre uma omissão –, referenciada em «Ninguém perguntou»: tal ausência/omissão, no quadro em que se dá, activa a *implicitação* do que o Loc *explicita* nas comparativas condicionais. A segunda destas construções apresenta-se como *reformulação (não parafrástica)*²⁴ da primeira – trazendo essa reformulação um claro acréscimo comunicativo-expressivo: tal é obra, em particular, do emprego do verbo «assumir» e do nome «futuro», a que anda ligada uma forte carga simbólica e conotativa, que aqui é amplificada pela ligação, igualmente plena de simbolismo, entre «crianças» e «futuro». Mais exactamente, esta ligação radica numa *metáfora conceptual* – que é, assim, aqui convocada com amplos efeitos de intensificação – traduzida em “as crianças são promessa de vida/futuro”²⁵. Neste quadro, avulta o papel de cariz integrador que as duas comparativas condicionais desempenham no extracto em referência, que rematam de modo significativo. Vai no mesmo sentido a observação de que essas mesmas construções, pela sua brevidade e pela concentração de valores semântico-discursivos que nelas se dá, respon-

²⁴ Ver Fonseca, J., 1992b.

²⁵ Sobre as dimensões metafóricas (vinculadas ou não a *metáforas conceptuais*) que, não raro (como já apontei na Nota 20), percorrem o conteúdo de *como se p*, ver, mais adiante 3.4.1. e 4.2. (mais especificamente, 4.2.1., 4.2.5. e 4.2.7.). Ver também a Nota 47 e o segmento da exposição a que respeita.

dem em eco, respectivamente, à brevidade e, por contraste, à laconicidade da notícia – em contraposição com o desenvolvimento que, na comunicação social, é dado a «outras vítimas da mesma guerra» –, que o extracto referencia e comenta criticamente. Vamos ver/ler:

- (4) – «A notícia de sábado é breve. Diz apenas: «A Unita entregou as 60 crianças que levava consigo durante o ataque de há três semanas ao Caxito, a 60 quilómetros de Luanda». Cita o vice-presidente do movimento, António Dembo. E nada mais. Não confirma junto da Unicef, entidade que denunciara o crime (apesar de esta ter emitido um comunicado a congratular-se com a libertação dos menores e de dois adultos, basta consultar a Internet e, assim, afastar a dúvida), não diz em que condições foram libertadas nem porquê. Lacónica. Jornalisticamente o assunto morreu ali. Contrariamente a outras vítimas da mesma guerra, a dos diamantes e do petróleo (os portugueses reféns de Cabinda), estas crianças não suscitam a curiosidade dos meios de comunicação social. O que é que lhes aconteceu? O que é que lhes vai acontecer? Ninguém perguntou. *Como se não houvesse depois. Como se se assumisse que em Angola não há futuro.*»
(Dulce Neto, «Sacrificar o Futuro», in «Público», 28 de Maio de 2001)

Consideremos agora o fragmento (5):

- (5) – «Em Portugal, aliás, campeiam nesta matéria os mais papistas do que o Papa. Com o dr. Fernando Rosas, no caso Bendit, a achar que este não deveria ter nada de que pedir desculpa ou de que se arrepender e o próprio dr. Mário Soares a dizer, a respeito do passado revolucionário de Fischer, «como se ter sido jovem revolucionário fosse um crime!». Depende do que se fizer enquanto tal, ou não? A prova é que o seu amigo terrorista foi condenado a nove anos de prisão!
Em Portugal, no entanto, qualquer argumentação em contrário continua a ser vista como discurso reaccionário. Prova-o bem a sentença proferida a semana passada no caso das FP-25. [...] Mas se a Justiça realizada 17 anos depois já dificilmente pode ter pretensão de ser justa, não é só estranho o baixo valor das indemnizações entregues às vítimas – é estranha toda a sentença, com a condenação dos operacionais e a absolvição dos políticos, mesmo a coberto da falta de provas (como se não fossem estes a doutrinar os primeiros!). Ficámos a saber que os «danos colaterais» não são apenas exclusivos da linguagem da NATO.
Como se o contexto histórico desculpasse tudo e nas mesmas circunstâncias e com as mesmas idades não tivessem existido escolhas diferentes. Não é crime ter passado pela extrema-esquerda se não se pretender escamotear o erro de boa parte da sua acção e isso implica humildemente pedir desculpa, como fez a Igreja em relação à Inquisição, às cruzadas, etc. Há erros que nenhum contexto desculpa.»
(Graça Franco, «Erros Que Nenhum Contexto Desculpa», in «Público», 10 de Abril de 2001)

Neste caso, a comparativa condicional independente (que abre o último parágrafo)²⁶ obtém um nítido papel estruturador – mesmo ao nível macroestrutural global do texto. Mostra-o, em particular, a circunstância de nela ficar expresso, de modo concentrado, o grande rumo discursivo de todo o fragmento, ou mesmo de todo o texto: comprovam-no explicitamente não apenas o carácter *sumativo* do seu conteúdo (isto é, da contrária/contraditória de *p*, dada a já assinalada – e, de resto, evidente – contrafactualidade de *como se p*) em relação aos elementos fornecidos no cotexto precedente como também a forte sintonia desse conteúdo com o próprio título («Erros que Nenhum Contexto Desculpa») e ainda com o último enunciado («Há erros que nenhum contexto desculpa») – este, em declarado diálogo ou em apertada relação ecóica quer com a comparativa condicional quer com o título. Estes laços sem dúvida que amplificam aquele carácter sumativo do conteúdo da comparativa condicional e, por essa via, o papel estruturador que ela obtém no todo do texto.

3.1.3.2. É basicamente da mesma índole dos anteriores o exemplo (6), introduzido já de seguida, em que *como se p* põe particular acento em representações sociais/valores, permitindo ao Loc uma tomada de posição forte contra o que indiciam «as indecorosas cenas a que nos começamos a habituar» – como referencia o segmento sobre que se dá o encadeamento da comparativa condicional. Tais «indecorosas cenas» remetem (por obra do universo de saberes que o texto convoca, e activa) para, entre outros aspectos, alguma arrogância da parte dos agentes portugueses nelas envolvidos – dimensão que encontra eco no lexema «orgulho» contido em *como se p*. A comparativa condicional constitui aqui um fecho deveras acutilante para todo o discurso – nela utilizando o Loc a invocação de um estado de coisas que, pelo seu carácter anti-ético extremo, não pode senão ser por todos reprovado e rejeitado; de resto, essa reprovação/rejeição apoia-se também no valor da solidariedade ou no reconhecimento da partilha de uma mesma condição – para que remete o título do texto (assim também subsumido em *como se p*): «Somos todos imigrantes». De notar ainda que o estado de coisas capturado em *se p* serve também de medida (envolvida no processo comparativo marcado em «como», que se orienta aqui para uma caracterização intensiva)²⁷

²⁶ Anoto que o trecho em referência contém duas outras comparativas condicionais: uma, inscrita (em discurso relatado) no primeiro parágrafo) e uma segunda, actualizada como *inciso*, que será considerada em 3.2. (exemplo (8)).

²⁷ Neste exemplo, como em alguns outros ao longo da exposição, o processo comparativo recortado em *como se p* manifesta os traços típicos do que se contém em *comparativas emblemáticas*. Ver, acima, a Nota 20.

para o “indecoroso” «das cenas» referenciadas – e para o perigo, sobre que o Loc adverte com idêntica veemência, da sua naturalização entre nós (Cf. «a que nos começamos a habituar.»). Vejamos:

- (6) – «As migrações modernas transformaram-se num dos mais difíceis problemas da humanidade. São milhões as pessoas que, em qualquer momento, andam à procura, tentam instalar-se, são vítimas de preconceitos, provocam incidentes ou são preza do mais cruel banditismo. Andam por aí, sem eira nem beira. Agora batem à porta dos portugueses, que não têm a experiência de receber estrangeiros, mas que sabem tudo do destino dos errantes. Por isso deveríamos ser capazes de evitar as indecorosas cenas a que nos começamos a habituar. *Como se a miséria deles fosse o nosso orgulho.*»
(António Barreto, «Somos todos imigrantes», in «Público», 22 de Abril de 2001)

Tomemos agora o trecho seguinte:

- (7) – «Das eleições – compromisso de honra do MFA – saíram vencedores PS e PPD, representantes da «vontade popular maioritária», que havia que respeitar. Em vez disso, VG (Vasco Gonçalves) insurge-se contra o facto de aqueles partidos, assim como os militares moderados, terem «uma estratégia de tomada do poder». *Como se a política não fosse isso mesmo... Como se a extrema-esquerda e Otelo, o PCP e os militares gonzalvistas estivessem alheados do poder... Como se o «Verão Quente» não tivesse sido a batalha final entre a legitimidade democrática e a legitimidade revolucionária...*»
(J. Pedro Castanheira, «O retrato inacabado de um general marxista», in «Expresso»/«Revista», 01 de Novembro de 2002)

O que avulta neste extracto é, sem dúvida, a força crítica obtida com *como se p* – força essa que se vê ampliada pela recorrência da construção (actualizada, sucessivamente, nos moldes *como se não p*, *como se p e*, de novo, *como se não p*), que carrega, em cada um dos três casos, elementos que põem a descoberto a insustentabilidade e o carácter ingenuamente contraditório do ponto de vista laboriosamente defendido por Vasco Gonçalves, que acusa os partidos vencedores das eleições «assim como os militares moderados» de terem «uma estratégia de tomada do poder». Por outro lado, *como se p* integra-se no recorte de outras dimensões de crítica/refutação obtidas noutros momentos do mesmo texto²⁸, e imprime ao extracto em foco um saliente efeito de agregado unitário – marcado, de resto, tipograficamente como parágrafo: aí, a evocação das eleições como «compromisso de honra do MFA» e da circunstância de nelas «PS e PPD» terem sido constituídos como «representantes da “vontade popular maioritária”», que, como lembra o Autor, «havia que respeitar», é estrategicamente convocada para pôr em relevo as

²⁸ Ver 3.3.2.

contradições (que *como se p* eloquentemente ilustra) de Vasco Gonçalves – que, como se lê na sequência do texto, e a propósito (também) de outros segmentos, continua a revelar-se «maniqueísta», «fiel a um rígido esquema de pensamento», “persistindo” «na mesma grelha de leitura de há 26 anos»²⁹.

3.1.4. Tive já a oportunidade de assinalar o carácter eminentemente interactivo e dialógico das comparativas condicionais que vêm sendo focadas – carácter interactivo-dialógico esse que se traduz no estatuto que elas obtêm de *sequências não preferidas*, orientadas para a *contestação / refutação / rejeição / reprovação* e também *crítica / censura*.

3.1.4.1. A caracterização proposta mostra que tais comparativas condicionais trazem para o discurso uma específica *conjugação de vozes*³⁰, que se desenha como um *conflito* (entre, como sabemos já, Loc0 e Loc1).

Esta dimensão da construção em estudo imprime, pois, no discurso uma clara *heterogeneidade enunciativa* – nele projectando, embora de forma concentrada, *movimentos dialogais* e o dinamismo que lhes é próprio, particularmente acrescido pela dissonância de vozes que neles se dá a ouvir, ou seja, pelas dimensões de conflito/dissenso que apontei.

3.1.4.2. Dado o cariz conflitual que, como ficou visto, estes segmentos apresentam, verifica-se também que eles projectam uma *modalidade enunciativa* igualmente específica, pois desenham um desenvolvimento discursivo marcado de um forte *envolvimento* do Loc (Loc1) e ainda de uma acentuada *tensão*. Estas dimensões traduzem a construção de uma relação intersubjectiva percorrida por uma mais ou menos intensa fricção. Os valores modais que são activados dão testemunho inequívoco desse envolvimento e dessa tensão – tensão que, como anotei acima, só tende a diluir-se ou, pelo menos, a atenuar-se, *se/quando surge*, na sequência da réplica, uma *solução preferida*. O *pré-desenho* deste desenvolvimento, que, como observei, não deixa de estar contido em *como se p*, esboça, assim, também o caminho para a resolução daquela mesma tensão.

²⁹ O texto em referência reporta-se à publicação do livro – cujo lançamento está anunciado para os dias imediatamente subsequentes à data do semanário (01 de Novembro de 2002) – *Vasco Gonçalves. Um General na Revolução* (Lisboa, Editorial Notícias), que recolhe entrevistas conduzidas (entre Junho de 1991 e Março de 1992) por Maria Manuela Cruzeiro (investigação no âmbito do “Projecto de História Oral” do Centro de Documentação 25 de Abril, da Universidade de Coimbra).

³⁰ Ver Fonseca, J., 1994a. Ver também 3.1.4.3.

3.1.4.3. Por outro lado, as comparativas condicionais que nos ocupam representam ainda uma outra instância de *heterogeneidade enunciativa*, situada num outro plano. Vimos que o Loc, na réplica realizada em *como se p*, prescinde habitualmente de agregar a respectiva fundamentação; na verdade, e como acima deixei anotado, ao optar por *como se p* ele joga, decididamente, com a força do que toma como evidência, dando por garantida a verificação dos estados de coisas correspondentes à contrária/contraditória de *p* – que tende frequentemente a surgir como uma *verdade geral* ou como uma *doxa*, que são, deste modo, trazidas do intertexto/interdiscurso ao discurso efectivo; este resulta, assim, marcado por uma outra dimensão saliente de *heterogeneidade enunciativa*, concretizada ainda como *conjugação de vozes*³¹, mas agora de vozes que se articulam em sintonia e que apresentam um estatuto semiótico radicalmente diverso.

Alguns dos exemplos apresentados mostram isso mesmo. Neles o Loc socorre-se, em *como se p*, dessas vozes, designadamente de *verdades gerais* / *doxas*, de grande relevância e, por vezes, de acentuado significado ideológico: elas surgem aí vazadas numa condicional, como sabemos, contrafactual – e, justamente, a contrafactualidade de *se p* disponibiliza, e impõe, como já acentuei, a contrária/contraditória de *p*, que repõe, na positiva, essas *verdades gerais/doxas*, a que o Loc junta, inequivocamente, a sua voz, num movimento argumentativo de grande ênfase, já, acima, suficientemente caracterizado.

3.1.4.4. Acresce ainda um outro aspecto neste mesmo domínio da organização enunciativo-pragmática, que, como os anteriores, respeita a dimensões relevantes na ordem das virtualidades de *como se p* para o desenho de textualidade. Dado o carácter de complexo *comentativo* do que a comparativa condicional independente do subtipo em referência (subtipo I) veicula – carácter comentativo esse que se conecta com, ou em que se traduz, a índole *meta-discursiva* ou mesmo *metaenunciativa* que já acima atribuí ao conteúdo da mesma construção –, a sua ocorrência no texto recorta nele um *plano enunciativo* específico, que corresponde a uma *mudança de perspectiva enunciativa*, objectivada justamente na presença de uma voz que *tematiza* algum segmento do discurso ou a sua enunciação para o/a comentar, interrompendo o fluxo referencial-informativo ou comunicativo em desenvolvimento ou nele se intercalando com marcada individualidade. Tal equivale também a dizer que, dessa forma, se institui no texto uma *heterogeneidade compositiva*, de que *como se p* é o marcador³².

³¹ Ver 3.1.4.1. e a Nota anterior.

³² Sobre estas dimensões de heterogeneidade projectadas no texto/discurso, ver Fonseca, J., 1994a.

3.2. As regularidades que tenho vindo a recortar dão-se também nas ocorrências de *como se p* actualizado como *inciso* – situação que lhe confere uma total autonomia sintáctica, similar à que se verifica nos casos antes considerados. Tal inciso (marcado, na escrita, por parêntesis ou por travessão) revela-se portador de um acréscimo comunicativo de índole comentativa – com orientação nítida para a refutação/contestação mais ou menos indignada – ao contido em algum termo ou segmento do enunciado a que se conecta, ou a este no seu todo³³.

Passo a exemplificar com dois curtos extractos, que comentarei brevemente:

(8) – «Mas se a Justiça realizada 17 anos depois já dificilmente pode ter pretensão de ser justa, não é só estranho o baixo valor das indemnizações entregues às vítimas – é estranha toda a sentença, com a condenação dos operacionais e a absolvição dos políticos, mesmo a coberto da falta de provas (*como se não fossem estes a doutrinar os primeiros!*). Ficámos a saber que os «danos colaterais» não são apenas exclusivos da linguagem da NATO.»

(Graça Franco, «Erros Que Nenhum Contexto Desculpa», in «Público», 10 de Abril de 2001)

(9) – «A violência, o carácter revolucionário da verdadeira poesia – *como se a poesia pudesse, sem se negar, não o ser...* – são dados não tanto pelo domínio exclusivo de uma linguagem nova como pela irresistibilidade de uma experiência própria.» (CRPC)

Em (8), *como se p* é jogado como argumento que acentua a “estranheza” da sentença referenciada, aplicando-se, em particular, sobre «a condenação dos operacionais e a absolvição dos políticos» – e sobretudo sobre a não pertinência da invocação de «falta de provas»: o Loc refuta subtilmente esse apoio da decisão judicial, invocando como evidência irrecusável a responsabilidade, no plano moral e ideológico, que cabe aos «políticos» (absolvidos), dada a sua acção de ‘doutrinação’ exercida sobre os «operacionais» (condenados). O inciso apresenta-se claramente como um microtexto que, tão sumária quanto eficazmente, contraria/infirma ou invalida mesmo o segmento discursivo a que imediatamente se aplica, fazendo ressaltar a adequação e o bem fundado do rumo discursivo do trecho transcrito – rumo discursivo esse em cujo recorte participa de modo decisivo³⁴.

Similares comentários se revelam também apropriados para o fragmento (9) – em que *como se p* se aplica a uma voz que o Loc presente, e convoca

³³ Para mais desenvolvimentos, ver Fonseca, J., 2003.

³⁴ O trecho em foco contém uma (outra) comparativa condicional independente, já analisada em 3.1.3.1. (exemplo (5)).

(imediatamente a anulando), como oponente à tese que está a defender, segundo a qual «a violência, o carácter revolucionário» são constitutivos da «verdadeira poesia», marcando-a profundamente sobretudo da «irresistibilidade de uma experiência própria». Observo que esta tese/posição surge já contida em «a violência, o carácter revolucionário da verdadeira poesia», onde é activada como pressuposição existencial a partir da descrição definida vazada nesse segmento. A comparativa condicional retoma, agora de modo explícito, essa tese/posição, que resulta reforçada mercê do movimento argumentativo recortado naquela construção.

3.2.1. Ter-se-á reparado que as propriedades semântico-pragmáticas, que acabei de apresentar, destas comparativas condicionais actualizadas como incisos trazem para o texto as dimensões dialógico-interactivas, e os efeitos por elas configurados, que ficaram sumariadas nos vários números de 3.1.4.

3.3. As comparativas condicionais ocorrem muito frequentemente como *adjuntos de frase*. Neste domínio, reconhece-se com nitidez um subconjunto dessas construções que são marcadas pelos traços típicos das que se concretizam como sintacticamente independentes do subtipo I, até agora aqui focadas³⁵.

3.3.1. Não raro, o adjunto assim realizado ocorre graficamente separado, por travessão, do corpo nuclear da frase em que se inscreve – o que lhe confere, de imediato, algum destaque, ao serviço de um efeito de *contraposição*. É o que encontramos na tripla ocorrência de *como se p* no trecho seguinte³⁶ – em que esse efeito de contraposição é, sem dúvida, intensificado pela recorrência, em apertada vizinhança, e em final de parágrafos curtos e ritmados, da construção, que visivelmente carrega os eixos centrais do funcionamento discursivo que antes ficou caracterizado:

(10) – «É caricato.

Dá a ideia de que perdemos a noção da dimensão dos problemas.

Agarramo-nos a miudezas e distraímos-nos do que verdadeiramente interessa.

Gastamos dias e dias a debater ninharias.

³⁵ Ver, entretanto, mais abaixo (em 4.), o tratamento dado a comparativas condicionais projectadas como adjuntos de outra índole.

³⁶ Convirá anotar que nos dois primeiros casos (mais claramente no primeiro) do presente exemplo, *como se p* comenta/critica não exactamente uma produção discursiva, antes um comportamento – o que exigirá que se tome aqui como *extensão* do seu sentido estrito o carácter metadiscursivo/metaenunciativo de *como se p* (Ver, acima, a Nota 19).

E, aqui, o PS poderia ter um papel pedagógico importante.

Poderia centrar a discussão.

Questionar o Governo sobre o modo como pensa resolver certos problemas – apresentando ao mesmo tempo as suas próprias soluções [...].

Mas, em lugar de avançar com propostas para os grandes problemas, o PS tem optado por explorar os incidentes que vão surgindo.

Apoiou na rua a manifestação dos trabalhadores da RTP – *como se a situação da RTP se resolvesse com manifestações.*

Associa-se aos protestos dos sindicalistas da Função Pública – *como se fosse possível manter o actual número de funcionários públicos.*

Liderou o debate sobre as acções do Benfica – *como se tivesse melhor solução para o caso.*»

(José António Saraiva, «O sexo dos anjos», in «Expresso», de 08 de Junho de 2002).

Sobressaem aqui a forte crítica/censura e a vincada desqualificação que são feitas ao/do PS – sendo que nelas opera de modo saliente a selecção dos estados de coisas capturados em *como se p*, com que o Loc *desacredita* a opção tomada por esse partido de, «em lugar de avançar com propostas para os grandes problemas», se limitar a «explorar os incidentes que vão surgindo», referenciados, num movimento discursivo de especificação/exemplificação, nos segmentos a que as comparativas condicionais se aplicam; esses estados de coisas remetem para situações que são dadas como não tendo, ostensiva e reconhecidamente, nem cabimento nem consistência nem legitimidade, revelando-se mesmo constituir situações extremas ou paradigmáticas³⁷ de ligeireza, de insustentabilidade e até de demagogia. Tais dimensões, que marcam claramente o comunicado nestas ocorrências de *como se p*, muito potencializam ou ampliam os dividendos argumentativos propiciados pela construção.

Nota-se bem o veio semântico-pragmático recortado nas sucessivas ocorrências de *como se p* – veio que define mesmo a orientação discursiva central de todo o trecho (correspondente a um parágrafo, tipograficamente bem destacado), e que, através deste, também marca como saliente um dos grandes rumos discursivos do todo do texto em que se inscreve.

3.3.2. O exemplo seguinte é constituído por um segmento discursivo que surge na sequência (não imediata) do extracto analisado acima, em 3.1.3.2.:

- (11) – «Gonçalvistas» é um epíteto que VG [Vasco Gonçalves] rejeita com veemência. Prefere falar do que chama «a esquerda militar, de que eu fazia parte», «aquela que, em meu entender, era a esquerda mais coerente e consequente», mais «esclarecida» e «consciente». A esquerda, note-se – não *uma* esquerda. Como fala de «o caminho

³⁷ Ver, acima, a Nota 20.

para o socialismo» – *como se não houvesse outros caminhos e mais que um modelo*. Compreende-se, pois, que deplora que nas Forças Armadas não existisse «uma unidade de pensamento e (...) muito menos de comando».

(J. Pedro Castanheira, «O retrato inacabado de um general marxista», in «Expresso»/«Revista», 01 de Novembro de 2002)

A comparativa condicional – aqui vazada em *como se não p*, e destacada por travessão – apresenta também as propriedades típicas das comparativas condicionais que vêm sendo analisadas, e congrega-se no todo do texto de que faz parte com outros elementos de crítica/refutação, com destaque para os que, em momento anterior³⁸, são carregados pela tripla ocorrência de *como se p* independente (do subtipo I), actualizada, sucessivamente, em estreita contiguidade, nos moldes *como se não p*, *como se p e*, de novo, *como se não p*. Esta recorrência de *como se p* marca bem, só por si, a tonalidade de crítica/refutação que se reconhece no texto em referência.

3.3.3. Em (12), o movimento argumentativo, de ordem refutativa, recortado em *como se p* é ampliado ou mesmo reforçado não apenas pelo segmento (tendencialmente redundante – e até, imediatamente, tautológico –, mas não irrelevante na ordem argumentativa)³⁹ «Não é», como ainda com a convocação explícita (em «Pelo contrário») da contrária/contraditória da tese a que o Loc replica:

(12) – «Vivemos hoje em regime de separação das Igrejas e do Estado. Este regime tem sentido porque historicamente se fez a experiência de uma confusão entre os dois poderes. As mais das vezes, com domínio do poder político, instrumentalizando a Igreja (que quase sempre consentiu e tirou disso partido): foi o regalismo. Outras vezes, mais raras, com influência temporal desmedida da Igreja sobre a sociedade e o poder político: foi o clericalismo. Hoje ninguém deseja renovar qualquer dessas experiências. Já basta. Não obstante, o regime de separação não pode ser um regime de hostilidade contra a Igreja, *como se ela fosse um corpo estranho, anómalo ou prejudicial na sociedade civil. Não é. Pelo contrário.*»

(Mário Pinto, «Crise de Sociedade, Crise de Civilização (2)», in «Público», 14 de Maio de 2001)

É aqui muito vincado o desenho de uma *sequência discursiva*, habitada, como vimos, por um movimento argumentativo de refutação, que é fechado por um momento complementar de rectificação. E mais uma vez, aqui – como é, de resto, habitual, de acordo com os comentários que já produzi acima –, o

³⁸ Ver, acima, 3.1.3.2. (exemplo (7)).

³⁹ Ver, acima, 3.1.1.

Loc não cuida de juntar a fundamentação da sua posição: joga, em pleno, com o que toma como evidências partilhadas, o que lhe permite mesmo mostrar-se tão peremptório, como a sequência dos termos (destacados tanto pela sua brevidade quanto pelo seu formato sintáctico) «Não é. Pelo contrário.» torna patente – sendo que a última expressão, pelo seu semantismo forte de *inversor* ou de marcador discursivo de *inversão argumentativa* (em conjugação com a negação polémica/refutativa actuante em «Não é», a que de imediato segue), introduz, implícita mas efectivamente, no discurso os contrários/antónimos dos predicados «estranho», «anómalo» e «prejudicial», no que justamente se consuma uma marcada rectificação/correção. Como se nota, também aqui, como noutros casos já analisados, o Loc recorre (em p) à referenciação de uma situação extrema⁴⁰ – capturada em «corpo estranho, anómalo ou prejudicial» – com a qual intende *des-legitimar*, anulando-a e desqualificando-a de modo definitivo, a tese contraditada (a saber, a identificação do «regime de separação» entre a Igreja e o Estado com «um regime de hostilidade contra a Igreja»), que convoca como disponibilizada no, e pelo, discurso a que se opõe. É claro que o recurso a esta situação extrema – que, note-se bem, o Loc toma como *implicitada* na voz a que replica, onde é dada como operando como segmento de índole justificativa – é também factor decisivo na utilização da tonalidade fortemente asseverativa que acima foquei.

3.3.4. Vejamos ainda um outro exemplo, em que se molda uma *sequência dialogal*:

- (13) – «E como Ega permanecia mudo, a um canto do sofá, com os olhos no chão:
 – Dize alguma coisa – gritou-lhe Carlos. – Duvida também, homem, duvida comigo!...
 É extraordinário! Todos vocês acreditam, *como se isto fosse a coisa mais natural do mundo, e não houvesse por essa cidade fora senão irmãos a dormir juntos!*
 Ega murmurou:
 – Já ia sucedendo um caso assim, lá ao pé da quinta, em Celorico...».
 (Eça de Queirós, *Os Maias*: 643)

O funcionamento discursivo de *como se p* – aqui, mais exactamente, dobrado em duas ocorrências, em coordenação aditiva, *como se p e como se não p* – é inteiramente similar ao que apresenta nos casos antes analisados⁴¹. Nestas comparativas condicionais ficam vazados não apenas o espanto (de

⁴⁰ Ver, acima, a Nota 20.

⁴¹ Anoto que esta é a única ocorrência em *Os Maias* de uma comparativa condicional do subtipo I – actualizada, de resto, não como sintacticamente independente, mas como adjunto de frase.

resto já assinalado em «É extraordinário!»), mas também, e sobretudo, a crítica/censura indignada que, desesperadamente, Carlos dirige aos amigos (Cf. «Todos vocês») – apoiado no que acredita (deseja acreditar) ser uma evidência partilhada (a falsidade de *p*: «isto fosse a coisa mais natural do mundo», e de *não p*: «não houvesse por essa cidade fora senão irmãos a dormir juntos»).

Mas este fragmento serve ainda para ilustrar um encadeamento do tipo de *contra-réplica* que a intervenção de Carlos suscita da parte de Ega, seu interlocutor do momento. Com essa *contra-réplica* – que Ega arrisca avançar, timidamente (Cf. «murmurou»), em contraste com os gritos de Carlos (Cf. «gritou-lhe Carlos»), que o convoca ansiosamente a vir em seu apoio, ainda que seja pela expressão de uma dúvida (Cf. «Duvida também, homem, duvida comigo!...») – é contraditada / infirmada / anulada a posição que Carlos vaza em *como se p e como se não p*, que, em bloco, funcionam, como sabemos, como *réplica* às vozes congregadas em «Todos vocês acreditam». É claro que esta infirmação / anulação do que fica contido em *como se p e como se não p* traz consigo a impossibilidade em que Ega se vê de “não acreditar” e mesmo de nem sequer “duvidar”.

Encontramos aqui recortada uma *sequência discursiva*, que reúne e integra as intervenções dos dois actantes do discurso e se edifica, de modo básico, sobre, ou a partir de, *como se p e como se não p* – o que atesta bem a centralidade que estas comparativas condicionais obtêm no trecho. E, precisamente, a intervenção, tímida, de Ega surge como *encadeamento não preferido*, pois se opõe, contrariando-a (embora pela referenciação da mera iminência da ocorrência «lá ao pé da quinta, em Celorico» de «um caso assim»), à posição de Carlos – ao mesmo tempo que revela, como atrás escrevi, a impossibilidade, dolorosa, em que Ega se vê de corresponder pela positiva (produzindo o que constituiria uma *sequência preferida*) ao apelo angustiado do amigo.

3.3.5. Os exemplos e os comentários propostos nos números imediatamente anteriores tornam visível que as comparativas condicionais em foco transportam por inteiro para o texto as dimensões interactivas-dialógicas, e os efeitos a elas agregados, que ficaram resenhadas nos vários números de 3.1.4.

3.4. Como deixei sumariamente registado em 3., há que reconhecer, na área das comparativas condicionais independentes, um segundo subtipo – subtipo II –, que apresenta propriedades semântico-pragmáticas bem diferenciadas das que vimos operar na configuração e no funcionamento discursivo das anteriormente analisadas⁴².

⁴² Ver Fonseca, J., 2003.

Forneço, de imediato, três exemplos – o primeiro dos quais retoma o que avancei, sob o número (2), em 3.:

- (14) – «Começa a chover. Isto é, se não estava a chover antes. As luzes das lojas e dos candeeiros parecem novinhas em folha. *Como se estivessem a brilhar. Como se fossem estrelas ou outras coisas que não há.*» (CRPC).
- (15) – «Maria Luísa olha quase vagamente e não fixa a vista ou o pensamento nisto ou naquilo. *Como se ainda não tivesse acordado completamente.*» (CRPC)
- (16) – «– Ora sirva-se desse fricassé, ande, abade – disse Afonso – que eu sei que é o seu fraco, e deixe lá o latim...
O abade obedeceu com deleite; e escolhendo no molho rico os bons pedaços de ave, ia murmurando:
– Deve-se começar pelo latinzinho, deve-se começar por lá... É a base; é a basezinha!
– Não! Latim mais tarde! – exclamou o Brown, com um gesto possante. – Primeiro forrça! Forrça! Músculo...
E repetiu, duas vezes, agitando os formidáveis punhos:
– Primeiro músculo, músculo!...
Afonso apoiava-o, gravemente. O Brown estava na verdade. O latim era um luxo de erudito... Nada mais absurdo que começar a ensinar a uma criança numa língua morta quem foi Fábio, rei dos Sabinos, o caso dos Gracos, e outros negócios de uma nação extinta, deixando-o ao mesmo tempo sem saber o que é a chuva que o molha, como se faz o pão que come, e todas as outras coisas do universo em que vive...
– Mas enfim os clássicos – arriscou timidamente o abade.
– Qual clássicos! O primeiro dever do homem é viver. E para isso é necessário ser são, e ser forte. Toda a educação sensata consiste nisto: criar a saúde, a força e os seus hábitos, desenvolver exclusivamente o animal, armá-lo de uma grande superioridade física. *Tal qual como se não tivesse alma.* A alma vem depois... A alma é outro luxo. É um luxo de gente grande...
O abade coçava a cabeça, com o ar arrepiado.»
(Eça de Queirós, *Os Maias*: 63)

As comparativas condicionais independentes do subtipo II constituem, no essencial, *variantes estilísticas* das comparativas condicionais termo (habitualmente, extranuclear, periférico/marginal) de frase: por opção do Loc, em ordem à realização de efeitos expressivo-estilísticos, elas são projectadas em separado, como sintacticamente independentes⁴³. Obtêm, assim, de imediato uma assinalável saliência, e um vincado efeito de *focagem*.

⁴³ Não está excluída a possibilidade de na opção do Loc pesarem, até de modo decisivo, constrangimentos sintácticos. Ver o caso contido no exemplo (17), introduzido mais abaixo, em 3.4.3.

3.4.1. Importa salientar que estas comparativas condicionais funcionam basicamente como *adjectivação* do termo a que se aplicam, a que juntam habitualmente uma qualificação que, em função do mundo construído em *se p*, se revela portadora de uma tonalidade mais ou menos intensiva⁴⁴. Neste quadro – e interessa também realçá-lo adequadamente –, o mundo virtual construído em *se p* (por obra do semantismo do *operador epistémico de virtualidade* que é o conector *se* – e também do conjuntivo actualizado em *p*)⁴⁵ não está, como nos casos antes considerados, ao serviço da realização de um movimento opoente a um outro discurso ou segmento de discurso. Esse mundo virtual (desenhado agora ou como potencial ou como contrafactual – ou mesmo impossível) está (quase) regularmente ao serviço da ênfase (que é reforçada no caso do contrafactual, e ainda mais no do impossível) ou da expansão, igualmente encarecedora, de um termo ou de um segmento (logo, em consonância, e não em dissonância, com ele) – sendo ainda que o processo comparativo marcado em *como se* direcciona igualmente para essa ênfase ou esse encarecimento⁴⁶.

Acrescem ainda dois outros aspectos, também a sublinhar devidamente: a tonalidade mais ou menos acentuadamente intensiva, a que acima me referi, que a adjectivação carregada por *como se p* traz à caracterização do que se contém no segmento a que se aplica atinge o seu ponto mais alto no caso da referenciação (que aqui, como no domínio das comparativas condicionais independentes do subtipo I, antes estudadas, também se verifica) de situações extremas ou de marcada intensidade, tipicamente operantes, como já deixei registado, em *comparações emblemáticas*; por outro lado, não raro a comparativa condicional constitui-se em *expressão metafórica*, pois que o mundo capturado em *se p* representa a convocação de estados de coisas por via dos quais se alcança uma mais ajustada ou plena apreensão cognitiva das situações que *como se p* qualifica – apreensão essa que se dá na base da associação de domínios de experiência de natureza diversa dos que preenchem aquelas situações. Trata-se, então, de construir uma dada situação em termos ou através de uma outra, vazada em *como se p* – habitualmente de índole mais concreta ou

⁴⁴ Idêntica situação é a que (quase regularmente) se verifica nas ocorrências de *como se p* como termo periférico/adjunto de frase – de que, como já assinali, estas comparativas condicionais independentes são variantes estilísticas. Ver, mais abaixo, 4.. Convém, entretanto, anotar que nem sempre a modificação do termo a que *como se p*, elemento periférico de frase, se aplica se revela constituir caracterização intensiva do estado de coisas capturado nesse termo: é precisamente o que acontece nos exemplos (18) e (19), a analisar em 4.1.

⁴⁵ Ver Fonseca, J., 2003.

⁴⁶ Verifica-se, pois, que o processo comparativo aqui configurado é marcadamente diverso do que tem lugar nas comparativas condicionais (do subtipo I) consideradas antes.

mais familiar, que, como domínio fonte, é endossado (e não apenas justaposto), como compósito estereotipado de representações, àquele outro, tornado, assim, domínio alvo⁴⁷. Por outras palavras: *como se p* transporta regularmente uma *assimilação comparativa* (envolvendo muitas vezes situações extremas ou ‘emblemáticas’), e, não raro, alberga também uma *assimilação metafórica*.

3.4.2. Os aspectos focados estão claramente presentes nos exemplos (14), (15) e (16), acima fornecidos. Deixando de lado os dois primeiros, dada a sua brevidade, e considerando mais de perto (16), verificamos que o envolvimento ou participação de *como se p* na construção do sentido do trecho se prolonga ainda e se matiza por outros caminhos⁴⁸. É aí visível que a comparativa condicional serve para expandir, com ênfase, e num movimento de especificação, o eixo semântico atinente à ‘força física’, tão decididamente proclamada por Afonso da Maia (na sequência, e em aprovação ou suporte, das exuberantes referências feitas por Brown) como objectivo prioritário de «Toda a educação sensata» a proporcionar na adolescência. A definição de tal objectivo é feita de modo concentrado e exemplar em «desenvolver exclusivamente o animal», segmento que convoca, se não a exclusão, pelo menos a marginalização, ainda que a termo, da «alma»: a comparativa condicional explícita, então, essa ‘proposta’ – e fá-lo de modo enfático, também através do intensificador da comparação «Tal qual» –, ao mesmo tempo que introduz um novo objecto de discurso (justamente «alma»), reunido por associação e ao mesmo tempo por antonímia a «animal», configurando-se, assim, com grande coesão, um complexo ou agregado de sentido que articula os domínios ‘físico’ e ‘espiritual’. Aquele novo objecto de discurso vem, na sequência imediata, a ser *tematizado* com insistência: «A alma vem depois... A alma é outro luxo. É um luxo de gente grande...». Por outro lado, esse complexo ou agregado de sentido (em que se integra aquele objecto de discurso – «alma») conhece, de seguida, e ao longo de algumas páginas (p. 63-69), um alargado e matizado desenvolvimento no âmbito de uma controvérsia sobre projectos educativos (que envolve várias personagens e diferentes quadros) que o narrador nos faz presente, plena de vivacidade.

⁴⁷ Ver também, mais adiante, 4.2. (e, de modo mais imediato, 4.2.1.). Sobre a concepção, cognitivista, da metáfora, a que aludo, ver Vilela, M., 2002, e as referências bibliográficas aí contidas. Estas mesmas referências valem para a noção de *metáfora conceptual*, que mais adiante, e por diversas vezes, convocarei.

⁴⁸ Convém anotar que no exemplo (16) está contida a única ocorrência em *Os Maias* de uma comparativa condicional independente do subtipo II.

A comparativa condicional de que nos ocupamos abre, pois, um trilho saliente no discurso, em que se congregam segmentos (precedentes e subsequentes a *como se p*) extensos e diversificados.

3.4.3. Passemos a outro exemplo: em (17), verificamos a ocorrência de várias comparativas condicionais, e entre elas, duas comparativas condicionais independentes do subtipo II, que, como habitualmente, destaco com itálico:

(17) – «Talvez nada haja de mais agudamente doloroso do que o sentimento que por vezes nos assalta de que aquilo que acontece apenas acontece porque não podia deixar de acontecer, segundo uma regra cuja inexorabilidade escapa à nossa capacidade de entendermos: essa é a experiência do irreversível, em que nenhum mal, ou defeito, existe nas coisas senão a evidência impiedosa de elas serem assim.

Mas nada existirá mais insidiosamente triste do que assistirmos a essa forma de o tempo nos dizer que o que não aconteceu jamais poderá vir a acontecer: foi apenas por não ter sido. E é precisamente dessa interminável despedida que se trata num filme como «In the Mood for Love», de Wong Kar-Wai, que se estreia agora em Portugal. «Disponível para o amor», é o que diz a tradução do título. Mas não creio que acerte. Não direi que está (ela – ou ele?) disponível para o amor, como se o amor viesse depois, nem sequer voltada (voltados) para o amor que poderá vir, mas deslizando (os dois, geometricamente separados), lentamente, para dentro do amor, como se o amor tivesse corredores, portas, vozes do outro lado da parede, chuva lá fora, mesas com comida, néons, luzes violentas, imagens calcinadas, escadas, respirações suspensas, como se o amor fosse o dentro de um dentro que apenas se torna visível na superfície muda das coisas, na beleza siderante dos vestidos, na brancura austera das camisas, nas unhas geladas, no fumo dos cigarros, na melancolia absorta das vozes.

E este dentro tivesse a cadência, passo a passo, de uma repetição infinita, a dimensão espectral de um não-acontecer que todos os dias acontece, a amargura de uma distância entre aqueles que talvez se amem (os ausentes, o outro, a outra) e aqueles que tombam silenciosa e cerimonialmente na sedução esplendorosa de um jogo infinito. Como se diz numa ode de Píndaro, «de entre aquelas coisas que aconteceram (situações criadas, situações em que caímos), umas dentro dos eixos do que é justo, outras fora desses eixos, nada pode ser desfeito: nem sequer o tempo, pai de todas as coisas que são, é capaz de pôr termo às suas consequências». Se há uma espécie de apatia soberana nos dois amantes imobilizados de «In the Mood for Love», ela corresponde a essa consciência excessiva de que nada, absolutamente nada, pode ser desfeito, e de que no entanto há uma beleza trémula no interior desse fazer adiado, uma beleza comovedora, terrível, convulsiva, uma beleza que não se explica, mas se dá, ou partilha, ou cicia, ou segreda.

Como se desde sempre tudo fosse amor – ou cinema.»

(E. Prado Coelho, «Ou cinema», in «Público», 06 de Abril de 2001)

3.4.3.1. A primeira das duas comparativas condicionais independentes (subtipo II) surge, em início de parágrafo, onde é introduzida pelo conector aditivo «E». Importa anotar que ela aparece como desdobramento da compa-

rativa condicional adjunto de frase com que remata o parágrafo anterior – onde, de resto, essa mesma comparativa condicional se articula com uma outra (com o mesmo estatuto de adjunto)⁴⁹, que a precede (Cf. a sequência «mas deslizando (os dois, geometricamente separados), lentamente, para dentro do amor, *como se* o amor tivesse corredores, portas, vozes do outro lado da parede, chuva lá fora, mesas com comida, néons, luzes violentas, imagens calcinadas, escadas, respirações suspensas, *como se* o amor fosse o dentro de um dentro que apenas se torna visível na superfície muda das coisas, na beleza siderante dos vestidos, na brancura austera das camisas, nas unhas geladas, no fumo dos cigarros, na melancolia absorta das vozes.»). Nesse desdobramento intervêm, sem dúvida, constrangimentos sintácticos, ligados à significativa extensão dessas mesmas duas comparativas condicionais congregadas/coordenadas como adjuntos num mesmo enunciado.

Interessa observar que a segunda destas duas comparativas condicionais e ainda a seguinte (actualizada como independente e introduzida pelo conector aditivo «E») se revelam como sucessivas extensões, com carácter de *reformulação* (claramente, *não parafrástica*)⁵⁰, da primeira («como se o amor tivesse corredores...») – sendo que através dessas extensões/reformulações o Loc traz acréscimos comunicativo-expressivos vinculados (de resto, ampliados pelo teor metafórico dos respectivos conteúdos). Importa ainda mencionar que esses acréscimos comunicativo-expressivos estão também orientados para a sustentação da posição do Loc revelada no segmento a que as comparativas condicionais se aplicam – pelo que nelas se reconhece também um teor, metadiscursivo, de *justificação*.

3.4.3.2. A segunda comparativa condicional independente do mesmo sub-tipo II surge no final do texto («*Como se desde sempre tudo fosse amor – ou cinema.*») e aplica-se imediatamente sobre todo o segmento iniciado com a pseudo-condicional «Se há uma espécie de apatia soberana nos dois amantes imobilizados de “In the Mood for Love”...». Devo realçar devidamente que este tipo de pseudo-condicional constitui um expediente retórico para a realização de uma asserção forte, e, tipicamente (como no caso em apreço), conduz à concretização de um valor de teor *identificativo* entre dois termos, aqui assinalado em «corresponde» (que introduz o segundo desses mesmos termos); observo que no todo do segmento assim desenhado, fica configurado

⁴⁹ Estes adjuntos inscrevem-se também (como as comparativas condicionais independentes do sub-tipo II) no domínio da adjectivação. Ver, adiante, 4. (e também, acima, a Nota 44).

⁵⁰ Ver Fonseca, J., 1992b. Ver também mais adiante.

um momento central na construção do sentido global do texto – que com tal segmento se encaminha para o seu remate.

A observação que acabei de avançar torna de imediato legítimo defender que a comparativa condicional em referência se aplica, em boa verdade, sobre a totalidade do texto – o que sustentarei ainda na base de elementos que se prendem com alguns dos comentários a formular já de seguida.

A independência sintáctica desta comparativa condicional configura, de imediato, um efeito de *focagem*, que é largamente ampliado pela circunstância de *como se p* constituir o *fecho* do texto – *lugar textual/discursivo*, sempre, de grande relevo e significado. Acresce que este remate, estrategicamente breve (e destacado como parágrafo) e ainda, como antes anotei, imediatamente incidente sobre um segmento central do texto, institui, de modo explícito e, sobretudo, tão condensado quanto penetrante, a orientação discursiva dominante do todo textual/discursivo – que precisamente se direcciona para o reconhecimento de uma perfeita, e desenhada «desde sempre» (expressão que convoca um passado primordial, que o cinema, na visão do Autor, tenderia a incorporar, recriando-o), equivalência / identificação / simbiose (marcada em «ou») entre cinema / vida / amor (ou vida / amor / cinema ou amor / vida / / cinema ou amor / cinema / vida...). Não é, assim, também por acaso, antes discursivamente motivado, que a expressão que fecha o texto (onde, de resto, aparece destacada também por travessão: «- ou cinema») surja como título (ou inversamente) – outro *lugar textual-discursivo* estratégico; deste modo, ele é posto em diálogo ou em eco com o fecho (e inversamente), ambos se intensificando reciprocamente nos efeitos de sentido, nos matizes expressivos e também, como acentuei, no desenho do veio correspondente à orientação discursiva central do todo. Vista neste quadro global, esta última comparativa condicional surge mesmo como *reformulação (não parafrástica)*⁵¹ de todo o texto, de que aponta o rumo predominante – pelo que é particularmente destacada e efectiva a sua capacidade ‘formativa’ de textualidade.

3.4.3.3. Mas há ainda um outro traço que especificamente alarga a capacidade ‘formativa’ de textualidade das comparativas condicionais presentes no texto – ou, mais exactamente, das duas últimas do primeiro parágrafo e da primeira do parágrafo seguinte. Esse traço é mesmo deveras operante no texto: é que essas três comparativas condicionais, que ocorrem em apertada contiguidade, engendram um vincado efeito de ficcionalidade, de recorte de um mundo virtual chamado como comparante (por força do conector *como*) para a carac-

⁵¹ Ver, de novo, Fonseca, J., 1992b.

terização de situações (elas mesmas ficcionais/virtuais, pois são referidas a um filme, objecto de comentário e, em certa medida, de glosa) – ou, mais rigorosamente, para, em sintonia com esse mesmo filme, uma outra/mais plena apreensão cognitiva dessas situações (no que decididamente está envolvido o teor metafórico⁵² dos conteúdos das comparativas condicionais em foco).

Há que sublinhar que estamos aqui perante uma situação singularmente marcada: o comentário proposto mostra que estas ocorrências de *como se p* estão também afectadas a um modo de funcionamento particular, que se projecta num plano específico da construção do texto e do seu sentido⁵³.

3.4.3.4. Quero, entretanto, prolongar a análise do texto em foco com uma referência a uma outra comparativa condicional nele inscrita. Trata-se do segmento «*como se o amor viesse depois*», presente no primeiro parágrafo. Esta comparativa condicional está actualizada como adjunto de frase, mas integra-se plenamente no subtipo analisado acima, em 3.1.6., que, como se viu, converge com o subtipo I das comparativas condicionais independentes. Interessa-me retomá-la aqui, também para destacar a sua participação na configuração de textualidade.

A comparativa condicional em foco – que apresenta um claro teor parentético – carrega um comentário (metadiscursivo) em que o Loc manifesta *discordância* sobre o emprego, que considera inadequado, do predicado «disponível» (em «disponível para o amor») na tradução do título do filme referenciado: esse predicado contém na sua configuração sémica o traço /+ *perspectiva de futuro*, a que se agrega este outro, de natureza modal, e de cariz negativo: /+ *incerteza*, e recorta um intervalo de tempo a vir, não especificamente delimitado, em que se poderá consumir ou não o objecto (introduzido pelo relator «para») a que se aplica a ‘disponibilidade’. Justamente, «como se o amor viesse depois» problematiza e invalida mesmo (por força, como sabemos já, da contrafactualidade que marca esta comparativa condicional) essa perspectiva – ao mesmo tempo que disponibiliza, por implicação, a contrária / contraditória (“o amor não viria/vem/virá depois”). Aquela problematização / invalidação está, de resto, já antes, duplamente anunciada – nos contíguos «Mas não creio que acerte.» e «Não direi...», marcados por negação explícita, realizando a segunda uma negação ilocutória. Observo ainda que *como se p* apresenta também uma índole de *justificação*, precisamente aplicada sobre essas negações.

A sequência imediata do discurso expande o eixo central de *discordância* acabado de referenciar – insistindo na inadequação da mencionada ‘perspec-

⁵² Ver, uma vez mais, a Nota 47 e o segmento da exposição a que respeita.

⁵³ Ver, acima, 1.3.1. Ver também a referência de uma situação similar em 4.2.3.

tiva de futuro' e do seu correlato 'incerteza'. E introduz uma *rectificação/correção* (marcada em «mas»), que recorta, de modo sucessivamente mais próximo, a visão do Loc, para quem a matizada, e singular, experiência retratada no filme é (já), em pleno, (o) amor.

O que assinalo nos dois parágrafos precedentes dá bem conta do envolvimento desta comparativa condicional no desenho de textualidade – sobretudo porque o comentário crítico, discordante, que nela se compendia anuncia ou torna fortemente expectável a visão do Loc a que acabo de me referir, que se afirma de modo definitivo na sequência do texto.

Mas há ainda um outro aspecto não menos relevante nessa mesma esfera: é que nessa comparativa condicional se contém também uma *crítica/censura* (algo suave ou branda – sem dúvida, benevolente –, mas efectiva) dirigida, por *implícitação*, aos que (a começar, por certo, pelos autores da tradução do título do filme), inadvertidamente crêem que (no filme/na vida...) “o amor viria/vem/virá depois” – sendo que dessa crítica/censura se desprende, por derivação ilocutória, um apelo ou incitamento ao abandono e à rectificação ou correção dessa crença. Os elementos disponibilizados no desenvolvimento do texto sustentam bem quer essa crítica/censura quer esse incitamento à rectificação/correção, entrosando-se de modo adequado na configuração de um todo consistente.

4. Os casos analisados ao longo dos números precedentes dão suficiente conta das virtualidades 'formativas' de textualidade que as comparativas condicionais independentes do subtipos I (ê afins) e do subtipo II detêm de modo particularmente marcado – de tal forma que a caracterização dessa construção como recurso inscrito no sistema da língua não pode ignorar essa sua inerente condição para o pré-desenho de estruturas, de unidades fortemente coesas ou de sequências textuais/discursivas.

Pretendo agora, e de acordo com o esquematizado acima, em 2., passar à análise de outros aspectos dessas mesmas virtualidades «text-forming» das comparativas condicionais servindo-me de exemplos extraídos de *Os Maias* – e considerando quase exclusivamente a construção actualizada como termo periférico – adjunto – de frase (excluindo, naturalmente, situações do tipo já antes examinado, em 3.3.)⁵⁴.

⁵⁴ Como deixei registado na Nota 15, são particularmente abundantes em *Os Maias* as ocorrências de comparativas condicionais (oitenta e três). O subtipo agora em foco é, sem dúvida, o que mais recorrentemente ocorre. Como oportunamente anotei, nesse romance apenas se encontra uma ocorrência de comparativa condicional do subtipo I – actualizada, no entanto, como ajunto de frase (Cf. o exemplo (12) em 3.3.3.) e também apenas uma do subtipo II (Cf. o exemplo (16) em 3.4.).

4.1. Começo por introduzir os fragmentos (18) e (19)⁵⁵:

(18) – «[Afonso] Ficou a olhá-lo [o neto, Carlos] muito tempo, como procurando nele os sinais da sua raça: depois tomou-lhe na sua as duas mãozinhas vermelhas que não largavam o guiso, e muito grave, *como se a criança o percebesse*, disse-lhe:

– Olha bem para mim. Eu sou o avô. É necessário amar o avô!

E àquela forte voz, o pequeno, *com efeito*, abriu os seus lindos olhos para ele, sérios de repente, muito fixos, sem medo das barbas grisalhas: depois rompeu a pular-lhe nos braços, desprendeu a mãozinha, e martelou-lhe furiosamente a cabeça com o guizo.»

(Eça de Queirós, *Os Maias*, p. 46-47)

(19) – «Três semanas depois, por uma tarde quente, com um céu triste de trovoadas, e no momento em que estavam caindo algumas gotas grossas de chuva – Carlos apeava-se de um *coupé* de praça, que viera parar, devagar, à esquina da Patriarcal, com os estores verdes misteriosamente corridos. Dois sujeitos que passavam sorriram-se, *como se o vissem escoar-se desjeitosamente de uma portinha suspeita*. E *com efeito* a velha traquitana de rodas amarelas acabava de ser uma alcova de amor, perfumada de verbena, durante as duas horas que Carlos rolara dentro dela, pela estrada de Queluz, com a senhora condessa de Gouvarinho.»

(Eça de Queirós, *Os Maias*, p. 300)

O que mais quero salientar nestes dois casos é a construção, que em cada um deles se dá, de um espaço textual/discursivo de *validação ou invalidação*, edificado por *como se p* na base da sua natureza de recurso desenhador de virtualidade.

Em ambos os exemplos, a comparativa condicional apresenta um núcleo verbal actualizado no imperfeito do conjuntivo («percebesse», em (18), «vissem», em (19)). Esta forma verbal serve, nas condicionais, à configuração tanto de um valor potencial como de um valor contrafactual – tendendo, no entanto, mais para este. Pois bem: nos trechos em referência, o Loc (o narrador) joga, num primeiro momento, com esta ambivalência, para, num segundo momento, a desfazer, através de uma asserção enfatizada – assinalada, em ambos os trechos, pelo *operador de modalidade epistémica*, fortemente *asseverativa/confir-mativa*, «com efeito» (que também sublinhei na transcrição dos referidos trechos) – asserção essa que exactamente recorta a *validação* definitiva do mundo virtual construído em *se p*.

É muito nítida nos segmentos transcritos a presença de um jogo discursivo, que lhes traz acentuado dinamismo; esse jogo/dinamismo – balizado, de um

⁵⁵ Anoto que nestes exemplos *como se p* releva ainda do domínio da adjectivação, em sentido lato (ver 3.4.1.), mas agora não orientada para a caracterização intensiva do denotado pelo segmento sobre que incide.

lado, pelo *operador de modalidade epistémica de virtualidade* (*se*, inscrito em *como se p*) e também pelo processo comparativo assinalado em *como*, *e*, do outro, pelo *operador de modalidade epistémica de teor asseverativo/confirmativo* («com efeito»), que responde especificamente ao primeiro – participa também no desenho de um efeito de unidade, de microssequência, que esses mesmos operadores, postos em apertada correlação e vizinhança, já por si, recortam.

Importa, entretanto, acrescentar que esse efeito de unidade ou de microssequência se origina também por outras vias – ainda largamente vinculadas a *como se p* –, que passo a indicar.

Em (18), «como se a criança o percebesse» harmoniza-se com a postura ou tonalidade «grave» adoptada por Afonso da Maia, a que o comportamento de «o pequeno», que valida o mundo virtual construído naquela comparativa condicional, responde directamente – numa interacção em que a centração sobre o olhar é significativa, desenhando também um segmento onde operam fortes laços de coesão: tal como o avô «ficou a olhá-lo muito tempo», também o neto – em sintonia com o apelo expresso em «Olha bem para mim» que Afonso lhe dirige – «abriu os seus lindos olhos para ele, sérios de repente, muito fixos, sem medo das barbas grisalhas».

A validação do mundo virtual recortado em *como se p* faz-se, em (19), através da referenciação de uma situação que, na economia e na lógica interna da narrativa, se apresenta como relevante no que toca ao desenvolvimento da secreta relação passional entre Carlos e a condessa de Gouvarinho. E precisamente a comparativa condicional serve também para a introdução, e, ao mesmo tempo, para a caracterização (Cf. «uma portinha suspeita»), desta situação como objecto de discurso, que oportunamente virá a ser *tematizado*. Neste particular, *como se p* como que antecipa o que o segmento imediato, de cariz confirmativo – marcado, como registei, em «com efeito» – referencia.

4.2. Como seria de esperar, o papel de elementos microestruturais na configuração – macroestrutural ou sequencial – do texto situa-se também na ordem mais directamente ligada à construção do(s) mundo(s) referencial(ais) que o preenchem.

Tal acontece também, como não poderia deixar de ser – e como, em particular, os trechos contidos no número anterior o ilustram já –, com a construção sintáctico-semântica do subtipo que nos vem ocupando; em *Os Maias*, a comparativa condicional em foco surge, na verdade, de modo recorrente na construção do mundo diegético, aí aparecendo como elemento «text-forming» ao introduzir e/ou caracterizar objectos de discurso que são retomados ou mesmo *tematizados* no desenvolvimento da narrativa, ao participar de modo

saliente no recorte de eixos semânticos relevantes, no desenho de personagens, de microssequências ou micro-unidades semântico-pragmáticas em que se projectam eventos, situações, ambientes.

4.2.1. Devo observar que em todos os casos a considerar agora a comparativa condicional surge inscrita em frase como termo que – como nos casos estudados em 3.4. – releva da *adjectivação*.

Por isso, têm aqui plena aplicação as observações que formulei em 3.4.1., respeitantes à caracterização do processo de adjectivação realizado em *como se p* – nomeadamente, a tonalidade intensiva da modificação nela veiculada. Ficaram aí também especificadas as fontes ou as vias de engendramento dessa tonalidade intensiva – com destaque para a referenciação de situações extremas ou ‘emblemáticas’ e de estados de coisas associados, em registo metafórico⁵⁶, aos que são alvo de caracterização. Esta associação traz ao segmento do discurso em que opera a articulação de domínios de experiência de índole diversa – apresentando-se como as mais correntes situações do foro psicológico / afectivo / emocional / passional, que são caracterizadas mais a fundo (que são cognitivamente configuradas de modo mais pleno e ajustado) pela via da convocação em *como se p* de estados de coisas do domínio concreto ou da experiência de vida do quotidiano – que, de resto, se ligam àquelas situações também por um nexos de índole causal (correspondente à condicionalidade marcada em *se*)⁵⁷.

4.2.2. Vejamos, em primeiro lugar, os trechos (20) e (21):

(20) – «O dia famoso da *soirée* dos Cohens, ao fim dessa semana tão luminosa e tão doce, amanheceu enevoado e triste. Carlos, abrindo cedo a janela sobre o jardim, vira um céu baixo que pesava *como se fosse feito de algodão em rama enxovalhado*: o arvoredo tinha um tom arrepiado e húmido; ao longe o rio estava turvo, e no ar mole errava um hálito morno de sudoeste. Decidira não sair – e desde as nove horas, sentado à banca [...], tentava trabalhar: mas, apesar de duas chávenas de café, de *cigarettes* sem fim, o cérebro, como o céu fora, conservava-se nessa manhã afogado em névoas.»

(Eça de Queirós, *Os Maias*, p. 252)

(21) – « Mas Carlos vinha de lá [tipóia de praça] enervado, amolecido, sentindo já na alma os primeiros bocejos da saciedade. Havia três semanas apenas que aqueles braços

⁵⁶ Ver as anotações contidas em 3.4.1.

⁵⁷ Ver Fonseca, J., 2003. Como oportunamente assinalarei, muitas vezes esta dimensão de causalidade adquire uma saliência significativa, afirmando-se com uma feição de justificação/explicação do que se contém no segmento a que *como se p* se aplica.

perfumados de verbena se tinham atirado ao seu pescoço – e agora, pelo passeio de S. Pedro de Alcântara, sob o ligeiro chuveiro que batia as folhagens da alameda, ele ia pensando como se poderia desembaraçar da sua tenacidade, do seu ardor, do seu peso... É que a condessa ia-se tornando absurda com aquela determinação ansiosa e audaz de invadir toda a sua vida, tomar nela o lugar mais largo e mais profundo – *como se o primeiro beijo trocado tivesse unido não só os lábios de ambos um momento, mas os seus destinos também e para sempre*. Nessa tarde lá tinham voltado as palavras que ela balbuciava, caída sobre o seu peito, com os olhos afogados numa ternura suplicante: «Se tu quisesses! Que felizes que seríamos! Que vida adorável! ambos sós!...». E isto era claro – a condessa concebera a ideia extravagante de fugir com ele, ir viver num sonho eterno de amor lírico, nalgum canto do mundo, o mais longe possível da rua de S. Marçal! «Se tu quisesses!» Não, com mil demónios, não queria fugir com a senhora condessa de Gouvarinho!...»
(Eça de Queirós, *Os Maias*, p. 301-2)

Em (20), a comparativa condicional retoma e expande a qualificação aplicada ao dia nascente pelos predicados «enevoado» e «triste», sendo que o sinal gráfico («:») que a segue introduz a explicitação do eixo sobre que assenta o processo comparativo, circunscrevendo, como um filtro, as referências accionáveis a partir da convocação de «algodão em rama enxovalhado». Este eixo – que, como se viu, arranca já em «enevoado e triste», e que aglutina dados sensoriais de índole diversa (tácteis, visuais, olfactivas) – não é irrelevante no âmbito da sequência descritiva em que se inscreve; na verdade, ele é também ponto de referência para a introdução de circunstâncias indutoras do comportamento de Carlos, logo a seguir apresentado: «Decidira não sair» e, desde cedo «sentado à banca», «tentava trabalhár». Esta tentativa de se aplicar ao trabalho não é, porém, coroada de êxito – pois que (e o trecho retoma aquele mesmo eixo semântico, agora numa perspectiva metafórica) «o cérebro, como o céu fora, conservava-se nessa manhã afogado em névoas». A sequência descritiva em que *como se p* intervém abre-se, pois, a dimensões de cariz narrativo, que se desenvolvem e matizam na continuação do texto.

Em (21), é retratado um momento da fugaz relação amorosa entre Carlos e a condessa de Gouvarinho, momento marcado pelos «primeiros bocejos da saciedade» sentida por Carlos, que o leva a pensar «como se poderia desembaraçar» da condessa («da sua tenacidade, do seu ardor, do seu peso»), que se vinha mostrando «com aquela determinação ansiosa e audaz de invadir toda a sua vida, tomar nela o lugar mais largo e mais profundo». A comparativa condicional introduz a referência de um movimento de aproximação, até à união/fusão plena – a que aspira a condessa –, que fizesse perdurar a experiência de «um momento» (de beijos trocados) num futuro sem limite temporal (Cf. «para sempre», em contraste com aquele contíguo «um momento») em que as suas vidas/«destinos» se cumprissem. A este movimento contrapõe-

se um outro – de direcção oposta: afastamento/separação –, que, recortado já em *como se p* (por obra da contrafactualidade que atinge o segmento da condicional introduzido por «mas»), vem a ser referenciado como decididamente assumido por Carlos, que rejeita «a ideia extravagante» architectada pela Gouvarinho de “fugirem” para com ele «ir viver num sonho eterno de amor lírico, nalgum canto do mundo, o mais longe possível da rua de S. Marçal» (Cf. «Não, com mil demónios, não queria» – em contraponto a «Se tu quisesse!» – «fugir com a senhora condessa de Gouvarinho!...»). A comparativa condicional em foco revela-se, deste modo, como pólo em torno do qual se organiza, em parte decisiva, o fragmento discursivo (21).

4.2.3. Nos exemplos (22)-(24), a comparativa condicional surge ao serviço da construção da figura de João da Ega – de um modo diferenciado.

Em (22), o narrador serve-se de *como se p* para acentuar a exuberância da personagem, num retrato marcado pelo dinamismo dos movimentos referenciados (em «gestos», «lançando-se pela sala», «luta constante», «caía», «procurava pelo peito, pelos ombros, pelos rins», «retorcendo-se, deslocando-se, como mordido por bichos»), em que «como se fosse voar» se integra:

- (22) – «Desembaraçado da majestade que lhe dava a peliça, o antigo Ega reaparecia, perorando com os seus gestos aduncos de Mefistófeles em *verve*, lançando-se pela sala *como se fosse voar ao vibrar as suas grandes frases*, numa luta constante com o monócolo, que lhe caía do olho, que ele procurava pelo peito, pelos ombros, pelos rins, retorcendo-se, deslocando-se, como mordido por bichos. Carlos animava-se também, a fria sala aquecia; discutiam o Naturalismo, Gambetta, o Niilismo; depois, com ferocidade e à uma, malharam sobre o país...»
(Eça de Queirós, *Os Maias*, p. 110)

Em (23) e em (24), Ega é caracterizado através do discurso que o narrador põe na sua boca – discurso recheado, em momentos centrais, de «grandes frases» (como se lê em (22)); aqui, a comparativa condicional (que, em (24), é elemento nuclear da frase) serve bem, também pelo acentuado carácter metafórico⁵⁸ de que está revestida, ao desenho desse ‘estilo’:

- (23) – «Tomou-o de cima do bilhar, leu alto o trecho sobre o *boudoir* cor-de-rosa de Madame Cohen: «Respira-se ali (dizia o Ega) «alguma coisa de perfumado, íntimo e casto, *como se todo aquele cor-de-rosa exalasse de si o aroma que a rosa tem*»!
– Isto, caramba, é lindo em toda a parte! – exclamou o marquês. Tem muito talento, aquele diabo! Tomara eu ter o talento que ele tem!...»
(Eça de Queirós, *Os Maias*, p. 213)

⁵⁸ Ver, acima, 3.4.1. e 4.2.1.

- (24) – «Então o amante da criatura interveio, ameaçadoramente. Era um polícia, um esteio da ordem: e deu a entender que lhe seria fácil provar como na Vila Balzac se passavam «coisas contra a Natureza», e que o pajem não era só para servir à mesa... Nauseado até à morte, Ega pactuou com a intrujice, largou cinco libras ao polícia. Quando nessa noite, uma noite triste de água, Carlos e Craft o acompanharam a Santa Apolónia, ele disse-lhes na carruagem estas palavras, triste resumo de um amor romântico:
– Sinto-me *como se a alma me tivesse caído a uma latrina!* Preciso um banho por dentro!»
(Eça de Queirós, *Os Maias*, p. 289-90)

Anoto que, em (24), o lapidar «triste resumo de um amor romântico» (como o narrador apresenta as palavras da sua personagem) utiliza uma comparativa condicional que vinca bem, até pela feliz expressão metafórica⁵⁹, a náusea profundamente sentida por Ega – ainda por cima amplificada pelo desconforto do comportamento a que se tinha deixado conduzir (Cf. «pactuou com a intrujice, largou cinco libras») face à ameaça do «amante da criatura» (que era, por ironia do destino, devidamente indiciada, «um polícia», logo apresentado como «um esteio da ordem»).

Convém juntar uma observação importante aos comentários formulados: é que, nos três casos considerados, *como se p* adquire um específico modo textual/discursivo de funcionamento, que precisamente lhe advém da circunstância de o narrador utilizar uma comparativa condicional (em (22)) e o recurso por parte da sua personagem (João da Ega) ao uso reiterado dessa mesma construção (em (23) e (24)) – em que, nas suas três ocorrências, se congregam uma assimilação comparativa e uma assimilação metafórica⁶⁰ – para projectar uma feição saliente e significativa (a exuberância, também traduzida pelo gosto por «grandes frases») da construção dessa mesma personagem. Tal revela – e importará sublinhá-lo – que o local/microestrutural é também, por obra da sua inscrição, ou, melhor, da sua intervenção na construção do global/macroestrutural, afectado a outros/novos modos de funcionamento⁶¹.

4.2.4. Como por diversas vezes deixei anotado, o processo comparativo contido na comparativa condicional utiliza frequentemente, em *p* (de *como se p*), a referenciação de situações extremas ou marcadas por propriedades de alta, ou mesmo paradigmática, intensidade – nele se recortando, deste modo, uma pronunciada orientação encarecedora, que tipicamente se reconhece nas *comparações emblemáticas*⁶².

⁵⁹ Ver, de novo, 3.4.1. e 4.2.1. e também o número imediatamente seguinte.

⁶⁰ Ver a Nota anterior.

⁶¹ Ver, acima, 1.3.1. e também 3.4.3.3.

⁶² Ver Fonseca, J., 1993a. Ver também Fonseca, J., 2003.

4.2.4.1. O fragmento a seguir apresentado contém (como também outros, já analisados ou a analisar) um caso deste tipo:

- (25) – «Diante do canapé das senhoras lá se achava também o fiel amigo, o doutor delegado, grave e digno homem, que havia cinco anos andava ponderando e meditando o casamento com a Silveira viúva, sem se decidir – contentando-se em comprar todos os anos mais meia dúzia de lençóis, ou uma peça mais de bretanha, para arredondar o bragal. Estas compras eram discutidas em casa das Silveiras, à braseira: e as alusões recatadas, mas inevitáveis, às duas fronzinhas, ao tamanho dos lençóis, aos cobertores de papa para os conchegos de Janeiro – em lugar de inflamar o magistrado, inquietavam-no. Nos dias seguintes aparecia preocupado – *como se a perspectiva da santa consumação do matrimónio lhe desse o arripio de uma façanha a empreender, o ter de agarrar um toiro, ou nadar nos cachões do Douro*. Então, por qualquer razão especiosa, adia-se o casamento até ao S. Miguel seguinte. E aliviado, tranquilo, o respeitável doutor continuava a acompanhar as Silveiras a chás, festas de igreja ou pêsames, vestido de preto, afável, serviçal, sorrindo a D. Eugénia, não desejando mais prazeres que os dessa convivência paternal.»
(Eça de Queirós, *Os Maias*, p. 69-70)

O retrato que neste trecho é composto da figura do «doutor delegado» – e da sua relação com «a Silveira viúva» – resulta particularmente impressionante. A comparativa condicional – que expande, de modo pronunciadamente intensivo, o predicado «preocupado» (em «aparecia preocupado») – serve, como medida/comparante, a caracterização do desassossego ou da inquietação sobrevinda ao «grave e digno homem» face à «perspectiva da santa consumação do matrimónio», mas também, e na mesma proporção, a caracterização do alívio por ele sentido perante o adiamento do casamento, que permitiu ao «respeitável doutor» o regresso à sua tranquila e apagada rotina. Neste quadro, a comparativa condicional desempenha verdadeiramente um papel relevante de elemento de ligação ou mesmo de integração daquele duplo e antonímico movimento psicológico, que ao mesmo tempo qualifica, de inquietação/preocupação vs alívio/tranquilidade – e, por essa via, das restantes dimensões referenciadas no extracto.

4.2.4.2. Vejamos mais um exemplo:

- (26) – «Afonso da Maia já estava recolhido. Sequeira e Steinbroken tinham partido; e D. Diogo, no fundo da sua velha traquitana, lá fora também a tomar ainda gemada, a pôr ainda o emplastro, sob o olho solícito da Margarida, sua cozinheira e seu derradeiro amor. E os outros não tardaram a deixar o Ramalhete. Taveira, de novo sepultado na *ulster*, trotou até casa, uma vivendazinha perto com um bonito jardim. O marquês conseguiu levar Cruges no *coupé*, para lhe ir fazer música a casa, no órgão, até às três ou quatro horas, música religiosa e triste, que o fazia chorar, pensando nos

seus amores e comendo frango frio com fatias de salame. E o viúvo, o Eusébiozinho, esse, batendo o queixo, tão morosa e soturnamente *como se caminhasse para a sua própria sepultura*, lá se dirigiu ao lupanar onde tinha uma *paixão*.»
(Eça de Queirós, *Os Maias*, p. 128)

O que particularmente se salienta neste fragmento é a força das pinceladas – tão breves quanto certeiras – com que o narrador nos faz presentes alguns traços vincados (já entretanto largamente construídos) de algumas das personagens do romance (D. Diogo, o marquês e o Eusebiozinho). A comparativa condicional surge aqui a compor uma dessas pinceladas, capturando uma situação marcadamente extrema («como se caminhasse para a própria sepultura») através da qual nos é intensiva, e sarcasticamente, mostrada a figura de Eusébio, tomando o narrador como referência a frequência por parte deste de um lupanar, para onde o vemos ‘dirigir-se’, ao encontro de «uma *paixão*» que aí «tinha», com a previsibilidade e a naturalidade (Cf. «lá se dirigiu»), e ao mesmo tempo com a indolência/ sonolência tristonha (Cf. «morosa e soturnamente», qualificações que precisamente *como se p* intensifica) que o seu carácter e, sobretudo, a educação de que fora alvo (um e outra já antes, ao longo de páginas, caracterizados) deixavam adivinhar.

4.2.5. Os trechos a seguir introduzidos respeitam todos à construção da figura de Afonso da Maia.

4.2.5.1. Vejamos o primeiro:

(27) – «Afonso tomou uma colher de sopa, depois rolou a sua poltrona para junto do fogão; e ali ficou envolvido pouco a pouco naquele melancólico crepúsculo de Dezembro, com os olhos no lume, escutando o sudoeste contra as vidraças, pensando em todas as coisas terríveis que assim invadiam num tropel patético a sua paz de velho. Mas no meio da sua dor, funda como era, ele percebia um ponto, um recanto do seu coração onde alguma coisa de muito doce, de muito novo, palpitava com uma frescura de renascimento, *como se algures, no seu ser, estivesse rompendo, borbulhando uma nascente rica de alegrias futuras*; e toda a sua face sorria à chama alegre, revendo a bochechinha rosada [do neto, Carlos], sob as rendas brancas da touca...»
(Eça de Queirós, *Os Maias*, p. 48-9)

Nele se assinala um momento de enlevo vivido por Afonso (face ao seu neto, Carlos, que acabara de ver pela primeira vez) – momento de enlevo esse que, no meio de uma dor «funda» – produto de muitas «coisas terríveis que [...] invadiam num tropel patético a sua paz de velho» –, lhe traz um novo e inesperado alento ou um assomo de revigoramento: «Mas no meio da sua dor, funda como era, ele percebia um ponto, um recanto do seu coração onde

alguma coisa de muito doce, de muito novo, palpitava com uma frescura de renascimento». A comparativa condicional expande e intensifica esta percepção de «renascimento», de doçura, de novidade e de «frescura» integrando como comparante «uma nascente» borbulhante de vida, que Afonso sente “romper” (lexema que remete para uma ‘força’ que leva de vencida os obstáculos representados na «sua dor») «algures no seu ser» e que vê como augúrio de «alegrias futuras» – em contraste com um passado e um presente inundados de sofrimento. O efeito enfatizante obtido pela comparativa condicional muito deve à metáfora que nela se constitui, organizada em torno de «nascente», de que irradiam ou em que convergem ou que convoca ou a que se associam traços semânticos centrais de «frescura», «renascimento», «rompendo», «borbulhando» – sendo ainda todo este compósito de dimensões especificamente ampliado pela força simbólica da imagem da tenra criança (ela mesma identificada, igualmente de modo metafórico, com a referenciada «nascente rica de alegrias futuras») de que Afonso, em pensamento, revê «a bochechinha rosada». Por outro lado, é bem visível que estas metáforas – que se cruzam e reciprocamente se ampliam – tomam por base duas *metáforas conceptuais*⁶³, que do mesmo modo se cruzam e reciprocamente se robustecem, a saber, as que se deixam traduzir em «a água é (fonte de) vida» e «as crianças são promessa de vida / futuro»⁶⁴.

4.2.5.2. É, pois, apesar de tudo, marcadamente eufórico o segmento comentado. Mas na composição da figura eminentemente trágica de Afonso abundam antes as dimensões disfóricas, que são também servidas pelo recurso a comparativas condicionais – como nos dois exemplos seguintes:

- (28) – «Ega, então, lá ganhou ânimo, lá balbuciou a sua história – a que ouvira ao tio Ega – a paixão de Maria por um príncipe, a fuga, o longo silêncio de anos que se fizera sobre ela... Justamente as férias chegavam. Apenas em Santa Olávia, Carlos contou ao avô a bebedeira do Ega, os seus discursos doidos, aquela revelação vinda entre arrotos. Pobre avô! Um momento nem pôde falar – e a voz por fim veio-lhe tão débil e dolente *como se dentro do peito lhe estivesse morrendo o coração*. Mas narrou-lhe, detalhe a detalhe, o feio romance todo até àquela tarde em que Pedro lhe aparecera lívido, coberto de lama, a cair-lhe nos braços, chorando a sua dor com a fraqueza de uma criança. E o desfecho desse amor culpado, acrescentara o avô, fora a morte da mãe em Viena de Áustria, e a morte da pequenita, da neta que ele nunca vira, e que a Monforte levava... E eis aí tudo. E assim, aquela vergonha doméstica estava agora enterrada, ali, no jazigo de Santa Olávia, e em duas sepulturas distantes, em país estrangeiro...»
(Eça de Queirós, *Os Maias*, p. 183)

⁶³ Ver a Nota 47 e o segmento da exposição a que respeita.

⁶⁴ Esta última *metáfora conceptual* surge também activada no exemplo (4), analisado em 3.1.3.1.

- (29) – «– Enfim – interrompeu Carlos – viu-a ainda há dias, numa carruagem, comigo e com o Ega... Que lhe parece, avô?
 O velho murmurou, num grande esforço, *como se as palavras saindo lhe rasgassem o coração*:
 – Essa senhora, está claro, não sabe nada...
 Ega e Carlos, a um tempo, gritaram: – «Não sabe nada!». Segundo afirmava o Guimarães, a mãe escondera-lhe sempre a verdade. Ela julgava-se filha de um austríaco. Assinava-se ao princípio Calzaski...»
 (Eça de Queirós, *Os Maias*, p. 644)

Nestes dois excertos, a comparativa condicional participa de modo relevante na construção da intensidade dramática das situações – aplicando-se directamente sobre «a voz»/«as palavras» de Afonso: no primeiro caso (Cf. (28)), *como se p* amplia a qualificação «débil e doente»; no segundo (Cf. (29)), o segmento «murmurou, num grande esforço». Em ambos os casos, essa ampliação serve-se do recurso à referência do órgão vital – o coração – (com toda a sua carga simbólico-imagística, que é activada), visto como afectado por acentuada violência, expressa em «estivesse morrendo» (em (28)) e em «rasgassem» (em (29)). Em ambos os casos, ainda, estamos perante a caracterização intensiva de situações de ordem psicológico-afectiva através do acento que é posto em manifestações neurofisiológicas (centradas, como ficou visto, sobre aspectos do modo de elocução que reveste a produção discursiva de Afonso) de estados emocionais⁶⁵.

4.2.5.3. Passemos a um outro exemplo:

- (30) – «Defronte do Ramalhete os candeeiros ainda ardiam. [Carlos] Abriu de leve a porta. Pé ante pé, subiu as escadas ensurdecidas pelo veludo cor de cereja. No patamar tateava, procurava a vela, quando, através do reposteiro entreaberto, avistou uma claridade que se movia no fundo do quarto. Nervoso, recuou, parou no recanto. O clarão chegava, crescendo: passos lentos, pesados, pisavam surdamente o tapete: a luz surgiu – e com ela o avô em mangas de camisa, lívido, mudo, grande, spectral. Carlos não se moveu, sufocado; e os dois olhos do velho, vermelhos, esgazeados, cheios de horror, caíram sobre ele, ficaram sobre ele, varando-o até às profundidades da alma, lendo lá o seu segredo. Depois, sem uma palavra, com a cabeça branca a tremer, Afonso atravessou o patamar, onde a luz sobre o veludo espalhava um tom de sangue – e os seus passos perderam-se no interior da casa, lentos, abafados, cada vez mais sumidos, *como se fossem os derradeiros que devesse dar na vida!*»
 (Eça de Queirós, *Os Maias*, p. 667-668)

Neste fragmento, é composto um quadro de extremo dramatismo, em que fica sobretudo desenhado o profundo e irremediável desamparo de Afonso – no que haveria de ser o seu último encontro com Carlos, regressado a casa após o

momento de incesto consciente vivido com Maria Eduarda. Esse quadro é dominado por um múltimodo dinamismo – na ordem física e na ordem emocional, que se intersectam –, emoldurado por um tenso e sufocante silêncio e pelo escuro da madrugada no interior da casa, só quebrado pela claridade de uma vela (ela própria posta em movimento e ao serviço da marcação de uma cadência lenta e de outros efeitos expressivo-comunicativos). Em primeiro lugar, é Carlos que vem à boca de cena, onde chega depois de abrir «de leve a porta», de subir «pé ante pé, as escadas ensurdecidas pelo veludo cor de cereja», para depois, divi-sando «uma claridade que se movia no fundo do quarto», «recuar» e «parar», «nervoso», no recanto do patamar – e para, então, aí ver «chegar», trazido pela luz da vela, o avô Afonso, que se aproximava em «passos lentos, pesados», que «pisavam surdamente o tapete». Depois, é ainda Carlos, agora imobilizado e «sufocado» perante o avô «em mangas de camisa, lívido, mudo, grande, espec-tral» – impressão amplificada pela luz da vela. Depois ainda, é o movimento dos olhos «do velho, vermelhos, esgazeados, cheios de horror» a «caírem» sobre Carlos, a «ficarem» «sobre ele, varando-o até às profundezas da alma, lendo lá o seu segredo» – e reprovando-o surdamente. Depois, finalmente, é Afonso («sem uma palavra, com a cabeça branca a tremer») a, num movimento de afastamento, «atravessar» o patamar («onde a luz sobre o veludo espalhava um tom de sangue» – outro efeito da claridade da vela) – em passos «lentos, abafados» a «perderem-se», «cada vez mais sumidos», «no interior da casa».

É neste complexo dinâmico – na ordem física e na ordem emocional, e suas intersecções, como acima escrevi – que se integra, de modo particularmente relevante, a comparativa condicional, trazendo-lhe um remate que aponta para os «derradeiros» «passos», para a suspensão definitiva de movimento, ou seja, para um fim tão trágico quanto inexorável, na esfera do moral e tam-bém do físico. De sublinhar que a referenciação dos «passos» de Afonso da Maia remete, sem dúvida, para a *metáfora conceptual* traduzida em “a vida é uma caminhada” – caminhada aqui associada, no corpo da própria compara-tiva condicional, como vimos, à figuração de uma etapa terminal (de resto, já indiciada nos qualificativos «lívido» e «espectral» atribuídos a Afonso)⁶⁶.

4.2.6. Abundantes são os casos de ocorrência de *como se p* na caracteri-zação de dimensões passionais respeitantes à relação amorosa entre Carlos e Maria Eduarda⁶⁷.

⁶⁵ Ver Fonseca, J., 2001a. Voltarei a este tópico em alguns momentos subsequentes da exposição

⁶⁶ Ver também, mais adiante, 4.2.7. Ver, de novo, a Nota 47 e o segmento da exposição a que res-peita.

⁶⁷ Ver também 5.4.

4.2.6.1. Os dois primeiros exemplos – (31) e (32) – reportam-se ao período de desencontro de Carlos e «aquela mulher que ele procurava ansiosamente», como se lê no segundo deles.

É justamente dessa procura ansiosa que, mais uma vez (pois que tal já havia tido lugar em momentos precedentes da narrativa), dá conta o excerto (31): *como se p* explicita, e simultaneamente qualifica de modo intensivo, o desassossego de Carlos, especificando o sentido e as motivações do seu insistente gesto ou atitude – «olhava a estrada, olhava as árvores». Tal gesto / atitude insistente (propriedade que a recorrência, em contiguidade imediata, de «olhava» expressivamente traduz) surge como prolongamento exterior daquele mesmo estado anímico de ansiedade e desassossego⁶⁸, que determina ainda a decisão – em contraste com a hesitação (Cf. «Carlos hesitava, parado junto da grade») do momento imediatamente anterior – referenciada logo a seguir:

- (31) – «Mas agora Cruges, impressionado, estava com desejo de subir à Pena. Alencar, por si, ia também com prazer. A Pena para ele era outro ninho de recordações. Ninho? Devia antes dizer cemitério... Carlos hesitava, parado junto da grade. Estaria ela na Pena? E olhava a estrada, olhava as árvores, *como se pudesse adivinhar pelas pegadas no pó, ou pelo mover das folhas, que direcção tinham tomado os passos que ele seguia...* Por fim teve uma ideia.
– Vamos indo primeiro à Lawrence. E depois se quisermos ir à Pena, arranjam-se lá os burros...»
(Eça de Queirós, *Os Maias*, p. 241)

O trecho (32), que se situa na sequência quase imediata do fragmento anterior, prolonga a referenciação da situação de perturbação / ansiedade (agora também matizada de irritação) de Carlos – contendo mesmo uma resenha das iniciativas (que inclui já a deslocação frustrante a Sintra, a que alude (31)) por ele tomadas em ordem ao reencontro dessa «adorável desconhecida», que com ele se cruzara uma tarde, «bela como uma deusa transviada no Aterro», para não mais por ele se deixar ver. Esta comparação intensiva proporciona a ocasião para que seja reintroduzido (pois que tal já havia sido feito em outros segmentos anteriores do texto) o objecto de discurso «uma deusa», que será também utilizado na transposição, que se faz em *como se p*, a um mundo impossível, com que fica assinalada a insuportável ausência – e

⁶⁸ É largamente recorrente esta referenciação de estados anímicos, e sua qualificação intensiva, pela via da convocação de comportamentos ou outras manifestações de que são específicos prolongamentos. Sobre o assunto, ver Fonseca, J., 2001a. Ver também 4.2.5.2. e a sequência da exposição.

também o desespero do desencontro. A comparativa condicional está ainda fortemente envolvida no desenho da superioridade e do carácter divino / / «sobrenatural» que Carlos atribui a Maria Eduarda e, ao mesmo tempo, no recorte dos efeitos provindos da ‘invisibilidade’ dessa «adorável desconhecida» / «deusa» na pungente situação por ele vivida: ela «desaparecia, evaporava-se», «remontava» «ao céu», e ele «ali ficava», profundamente perturbado, «orientando surdamente» para ela – de quem tão pouco sabia – «os seus pensamentos, desejos, curiosidades, toda a sua vida interior». Aquele veio da ‘invisibilidade’ – sublinhado, como anotei, na comparativa condicional – expande-se ainda na sequência do trecho (onde são convocadas, em aproximação comparativa, «as estrelas de acaso» – que, justamente, «passam fugitivamente e se esvaem») e em particular no seu remate: ao contrário de outros, que, mesmo sem a procurarem, «viam» «essa bela desconhecida», Carlos, que porfiadamente a tenta encontrar, «não a tornara a ver», «não a via» – o que robustece a sua angústia e o seu desassossego (Cf. «Ele não a via, e não sossegava...» – expressão condensada, que fecha de modo breve e incisivo o excerto e em que os dois segmentos articulados por «e» são percorridos por uma correlação causa-efeito). Vamos ler o trecho e reconhecer, de acordo com as linhas apresentadas, o relevo que nele obtém *como se p*:

- (32) – «Porque o que o [Carlos] irritava agora era não poder encontrar, na pequenez de Lisboa, onde toda a gente se acotovela, aquela mulher que ele procurava ansiosamente! Duas semanas farejara o Aterro como um cão perdido; fizera peregrinações ridículas de teatro em teatro; numa manhã de Domingo percorrera as missas! E não a tornara a ver. Agora sabia-a em Sintra, voava a Sintra, e não a via também. Ela cruzava-o uma tarde, bela como uma deusa transviada no Aterro, deixava-lhe cair na alma por acaso um dos seus olhares negros, e desaparecia, evaporava-se, *como se tivesse realmente remontado ao céu, de ora em diante invisível e sobrenatural*: e ele ali ficava, com aquele olhar no coração, perturbando todo o seu ser, orientando surdamente os seus pensamentos, desejos, curiosidades, toda a sua vida interior, para uma adorável desconhecida, de quem ele nada sabia senão que era alta e loira, e que tinha uma cadelinha escocesa... Assim acontece com as estrelas de acaso! Elas não são de uma essência diferente, nem contêm mais luz que as outras; mas, por isso mesmo que passam fugitivamente e se esvaem, parecem despedir um fulgor mais divino, e o deslumbramento que deixam nos olhos é mais perturbador e mais longo... Ele não a tornara a ver. Outros viam-na. O Taveira vira-a. No Grémio, ouvira um alferes de lanceiros falar dela, perguntar quem era, porque a encontrava todos os dias. O alferes encontrava-a todos os dias. Ele não a via, e não sossegava...» (Eça de Queirós, *Os Maias*, p. 243-244)

4.2.6.2. Algumas vezes, avulta particularmente em *como se p* a dimensão de cariz justificativo / explicativo que comporta, por força da condicionalidade-causalidade marcada em *se*; ao mesmo tempo, a comparativa condicio-

nal dá a saber, introduz objectos de discurso relevantes na caracterização de situações, nomeadamente da esfera afectiva/passional. Tal é bem visível em (33) – sendo que o silêncio a que Carlos se obriga (Cf. «Carlos permanecia mudo») é constituído em efeito/prolongamento exterior do seu estado anímico⁶⁹, habitado, como expressivamente manifesta *como se p*, pela aguda contradição em que Carlos se debate entre desejo/impulso e temor:

(33) – «Rosa e «Niniche» partiram correndo. Carlos veio ocupar, junto da janela, a costurada poltrona de repes. Mas pela primeira vez, desde a sua intimidade, houve entre eles um silêncio difícil. Depois ela queixou-se de calor, desenrolando distraidamente o bordado; e Carlos permanecia mudo, *como se para ele, nesse dia, apenas houvesse encanto, apenas houvesse significação numa certa palavra de que os seus lábios estavam cheios e que não ousavam murmurar, que quase receava que fosse adivinhada apesar de ela sufocar o seu coração.*

– Parece que nunca se acaba, esse bordado! – disse ele por fim, impaciente de a ver, tão serena, a ocupar-se das suas lãs.

Com a talagarça desdobrada sobre os joelhos, ela respondeu, sem erguer os olhos:

– E para que se há-de acabar? O grande prazer é andá-lo a fazer, pois não acha? Uma malha hoje, outra malha amanhã, torna-se assim uma companhia... Para que se há-de querer chegar logo ao fim das coisas?» (Eça de Queirós, *Os Maias*, p. 405)

É, de modo imediato, basicamente do mesmo teor a primeira ocorrência de *como se p* em (34):

(34) – «– Quanto incómodo por minha causa! – disse ela [Maria Eduarda].

– Realmente! Como lhe hei-de agradecer?...

Calou-se; mas os seus belos olhos ficaram um instante pousados nos de Carlos, como esquecidos, e deixando fugir irresistivelmente um pouco do segredo que ela retinha no seu coração.

Ele murmurou:

– Por mais que eu fizesse, ficaria bem pago de tudo se me olhasse outra vez assim.

Uma onda de sangue cobriu toda a face de Maria Eduarda.

– Não diga isso...

– E que necessidade há que eu lho diga? Pois não sabe perfeitamente que a adoro, que a adoro, que a adoro!

Ela ergueu-se bruscamente, ele também: – e assim ficaram, mudos, cheios de ansiedade, trespassando-se com os olhos, *como se se tivesse feito uma grande alteração no Universo, e eles esperassem, suspensos, o desfecho supremo dos seus destinos...* E foi ela que falou, a custo, quase desfalecida, estendendo para ele, *como se o quisesse afastar*, as mãos inquietas e trémulas:

– Escute! Sabe bem o que eu sinto por si, mas escute... Antes que seja tarde há uma coisa que lhe quero dizer...

⁶⁹ Ver a Nota anterior.

Carlos via-a assim tremer, via-a toda pálida... E nem a escutara, nem a compreendera. Sentia apenas, num deslumbramento, que o amor comprimido até aí no seu coração irrompera por fim, triunfante, e embatendo no coração dela, através do aparente mármore do seu peito, fizera de lá ressaltar uma chama igual... Só via que ela tremia, só via que ela o amava... E, com a gravidade forte de um acto de posse, tomou-lhe lentamente as mãos, que ela lhe abandonou, submissa de repente, já sem força, e vencida. E beijava-lhas ora uma ora outra, e as palmas, e os dedos, devagar, murmurando apenas:

– Meu amor! meu amor! meu amor!»

(Eça de Queirós, *Os Maias*, p. 409)

Aqui, a comparativa condicional em referência («como se se tivesse feito uma grande alteração no Universo, e eles esperassem, suspensos, o desfecho supremo dos seus destinos...») veicula um complexo de elementos que adquire um teor causador, justificando/explicando o que se contém no segmento (sobre que se aplica a construção) «e assim ficaram, mudos, cheios de ansiedade, trespassando-se com os olhos» – segmento que retrata a situação que sobrevém a um momento decisivo no relacionamento entre Carlos e Maria Eduarda; ao mesmo tempo, a comparativa condicional fornece a medida, enfatizante, da intensidade das vivências afectivas / passionais por ambos experienciadas: o quadro desenhado em «como se se tivesse feito uma grande alteração no Universo» propõe já essa medida, que é, entretanto, ampliada pela circunstância de esse quadro ser avançado como moldura (espácio-temporal-nocional) em que devesse dar-se, e de modo definitivo, e sem mais intervenção activa da parte de ambos (Cf. «e eles esperassem, suspensos»), «o desfecho supremo dos seus destinos» (– sendo que esta palavra «destinos» remete também para essa mesma não intervenção activa da parte de ambos, agora também vista como imperiosamente determinada)⁷⁰.

Neste mesmo trecho (34), a segunda comparativa condicional («como se o quisesse afastar») junta-se à caracterização da perturbação trazida a Maria Eduarda pela situação vivida momentos antes – perturbação cuja intensidade fica também recortada em «a custo, quase desfalecida», «as mãos inquietas e trémulas» e também em «tremar», «toda pálida» –, mas sobretudo pela imperiosa necessidade, que ela sente como nunca antes, de transmitir a Carlos, «Antes que seja tarde», algo que se adivinha de grave e decisivo. Carlos, porém, «nem a escutara, nem a compreendera» (e «só via que ela o amava») – sendo que o movimento assinalado em *como se p* se suspende, se perde para dar lugar a um outro: o de ela abandonar a Carlos as mãos, «submissa de

⁷⁰ Ver ainda, na sequência imediata desta análise, alguns comentários complementares à comparativa condicional em foco.

repente, já sem força, e vencida». Perfaz-se, deste modo, um largo movimento, na ordem física, mas sobretudo na ordem emocional/passional – que vai da tentativa, frustrada, de afastamento (aparentemente como última resistência, mas sobretudo, e na verdade, como conturbado apelo) à entrega, que, revelando-se Maria Eduarda «submissa», e, mais que isso, «já sem força, e vencida», configura antes um abandono, uma desistência – no que se consuma, afinal, a cessação da inicial e prolongada resistência. Aquele movimento, que envolve e afecta Maria Eduarda, desdobra-se, pois, também numa atitude activa vs uma atitude passiva – oposição que, partindo da comparativa condicional em foco, organiza também o trecho. Por outro lado, o movimento de entrega de Maria Eduarda correlaciona-se, intersecta-se, imediatamente com um outro – este, partindo da iniciativa decidida de Carlos (Cf. «com a gravidade forte de um acto de posse») e sendo fechado precisamente pela referida entrega. Este outro movimento recorta um segmento fortemente coeso, pois assenta numa relação de antonímia por conversão no domínio dos predicados benefactivos – aqui ‘aquisição activa de posse’ vs ‘entrega’ (que vimos já ser passiva).

Interessa sublinhar que todo o trecho é, como ficou patente, percorrido por um pronunciado dinamismo – com destaque para o que tange aos movimentos (neles se incluindo mudanças) na ordem do passional, que convocam dimensões (integradas numa específica *dinâmica de forças*) de *causação*, de *afecção* e de *resistência*, e ainda prolongamentos de índole física e comportamental⁷¹. Observo, por outro lado, que o pólo de resistência – da parte de Maria Eduarda – fica recortado desde o início do trecho, funcionando mesmo no todo da situação nele retratada como elemento catalisador, activador do específico desenvolvimento dessa mesma situação, marcadamente interactiva; os comentários antes formulados disso dão suficiente conta, e, no que se refere àquele início do trecho, os elementos que surgem sublinhados no extracto seguinte (que retomo de (34)) permitem, directa ou indirectamente, comprovar também isso mesmo⁷²:

(34') – «[Maria Eduarda] *Calou-se*; mas os seus belos olhos ficaram um instante pousados nos de Carlos, *como esquecidos, e deixando fugir irresistivelmente um pouco do segredo que ela retinha no seu coração.*

Ele murmurou:

⁷¹ Sobre estes aspectos, a que já tive a oportunidade de me referir antes, do dinamismo que afecta a configuração de movimentos afectivos / passionais, ver Fonseca, J., 2001a. Ver também a sequência da exposição.

⁷² Sobre estes e outros aspectos da gestão, muitas vezes claramente estratégica, das dimensões atinentes a este pólo de «resistência», ver, de novo, Fonseca, J., 2001a.

- Por mais que eu fizesse, ficaria bem pago de tudo se me olhasse outra vez assim.
Uma onda de sangue cobriu toda a face de Maria Eduarda.
 -- Não diga isso...
 – E que necessidade há que eu lho diga? Pois não sabe perfeitamente que a adoro,
 que a adoro, que a adoro!
Ela ergueu-se bruscamente, ele também [...]».

É à já assinalada cessação desta matizada resistência – resistência só traída (e, ao mesmo tempo, também indiciada) pelo que o narrador referencia em «mas os seus belos olhos ficaram um instante pousados nos de Carlos, *como esquecidos, e deixando fugir irresistivelmente* um pouco do segredo que ela retinha no seu coração» – que se vincula verdadeiramente a comparativa condicional (já, acima, inicialmente comentada) inscrita no segmento «e assim ficaram, mudos, cheios de ansiedade, trespassando-se com os olhos, *como se se tivesse feito uma grande alteração no Universo, e eles esperassem, suspensos, o desfecho supremo dos seus destinos...*»; é certo que, como acima apontei, a comparativa condicional incide directamente sobre «e assim ficaram, mudos, cheios de ansiedade, trespassando-se com os olhos», mas, na verdade, a situação nessas palavras desenhada constitui, no contexto em que passa a vigorar, um estado de coisas a que conduz com plena naturalidade o *evento* que é a referida cessação de resistência.

4.2.6.3. O fragmento (35) reporta-se a um momento subsequente àquele em que Carlos toma conhecimento do carácter incestuoso da sua relação amorosa com Maria Eduarda:

- (35) – «Era, surgindo do fundo do seu ser, ainda ténue mas já perceptível, uma saciedade, uma repugnância por ela desde que a sabia do seu sangue!... Uma repugnância material, carnal, à flor da pele, que passava como um arrepio. Fora primeiramente aquele aroma que a envolvia, flutuava entre os cortinados, lhe ficava a ele na pele e no fato, o excitava tanto outrora, o impacientava tanto agora – que ainda na véspera se encharcara em água de Colónia para o dissipar. Fora depois aquele corpo dela, adorado sempre como um mármore ideal, que de repente lhe aparecera, como era na sua realidade, forte de mais, musculoso, de grossos membros de Amazona bárbara, com todas as belezas copiosas do animal de prazer. Nos seus cabelos de um lustre tão macio, sentia agora inesperadamente uma rudeza de juba. Os seus movimentos na cama, ainda nessa noite, o tinham assustado *como se fossem os de uma fera, lenta e ciosa, que se estirava para o devorar...* Quando os seus braços o enlaçavam, o esmagavam contra os seus rijos peitos túmidos de seiva, ainda decerto lhe punham nas veias uma chama que era toda bestial. Mas, apenas o ultimo suspiro lhe morria nos lábios, aí começava insensivelmente a recuar para a borda do colchão, com um susto estranho: e imóvel, encolhido na roupa, perdido no fundo de uma infinita tristeza, esquecia-se pensando numa outra vida que podia ter, longe dali, numa casa simples,

toda aberta ao sol, com sua mulher, legitimamente sua, flor de graça doméstica, pequenina, tímida, pudica, que não soltasse aqueles gritos lascivos, e não usasse esse aroma tão quente! E desgraçadamente agora já não duvidava... Se partisse com ela, seria para bem cedo se debater no indizível horror de um nojo físico. E que lhe restaria então, morta a paixão que fora a desculpa do crime, ligado para sempre a uma mulher que o enojava – e que era... Só lhe restava matar-se!»
(Eça de Queirós, *Os Maias*, p. 666)

A parte central do excerto organiza-se em torno de um contraste entre dois momentos temporais: um «outrora», vincadamente eufórico – de fascinação, de excitação, de gozo –, e um «agora», fortemente disfórico – de «saciedade», de «repugnância» («Uma repugnância material, carnal») –, a que Carlos tinha sido conduzido pela descoberta da sua relação familiar com Maria Eduarda («desde que a sabia do seu sangue»). O veio que suporta este contraste é, claramente, referenciado à dimensão física, «carnal», da relação – e é nesse mesmo veio que se inscreve o conteúdo vazado em *como se p*, que se liga mais directamente à nova visão por parte de Carlos do corpo de Maria Eduarda, que «de repente lhe aparecera, como era na sua realidade, forte de mais, musculoso, de grossos membros de Amazona bárbara, com todas as belezas copiosas do animal de prazer». A comparativa condicional expande esta nova percepção de Carlos, através da evocação (num trajecto rememorativo que vem do mais afastado ao mais próximo – nele se fixando) dos «movimentos na cama», «ainda nessa noite», de Maria Eduarda, que lhe trouxeram a experiência dolorosa e apavorante de um susto de morte – intensivamente recortado através da assimilação comparativa e metafórica⁷³ desses movimentos com os de «uma fera, lenta e ciosa, que se estirava para o devorar».

A imagem de Maria Eduarda assim redefinida/redesenhada projecta-se ainda – prolongando-se também, dessa forma, os efeitos do que se contém em *como se p* – na sequência imediata da comparativa condicional através do contraste aí estabelecido (de novo, centrado sobre o eixo, atrás assinalado, construído sobre a dimensão física, «carnal») com a de uma outra mulher, idealizada como «flor de graça doméstica, pequenina, tímida, pudica, que não soltasse aqueles gritos lascivos», imagem em que Carlos, «perdido no fundo de uma infinita tristeza», se refugiava, procurando esquecer o seu tormento «pensando numa outra vida que podia ter, longe dali».

4.2.7. Consideremos agora um extracto da parte final de *Os Maias*, em que nos são apresentados Carlos e João da Ega em diálogo (de alto simbolismo e

⁷³ Ver, de novo, a Nota 47 e o segmento da exposição a que respeita.

de saliente significado ideológico na economia da obra), travado na rua e (no início) à vista do Ramalhete «para sempre desabitado, cobrindo-se já de tons de ruína»:

- (36) – «Uma comoção passou-lhe [a Carlos] na alma, murmurou, travando do braço do Ega:
 – É curioso! Só vivi dois anos nesta casa, e é nela que me parece estar metida a minha vida inteira!
 Ega não se admirava. Só ali no Ramalhete ele vivera realmente daquilo que dá sabor e relevo à vida – a paixão.
 – Muitas outras coisas dão valor à vida... Isso é uma velha ideia de romântico, meu Ega!
 – E que somos nós? – exclamou Ega. Que temos nós sido desde o colégio, desde o exame de latim? Românticos: isto é, indivíduos inferiores que se governam na vida pelo sentimento e não pela razão...
 Mas Carlos queria realmente saber se, no fundo, eram mais felizes esses que se dirigiam só pela razão, não se desviando nunca dela, torturando-se para se manter na sua linha inflexível, secos, hirtos, lógicos, sem emoção até ao fim...
 – Creio que não – disse o Ega. Por fora, à vista, são desconsoladores. E por dentro, para eles mesmos, são talvez desconsolados. O que prova que neste lindo mundo ou tem de se ser insensato ou sem sabor...
 – Resumo: não vale a pena viver...
 – Depende inteiramente do estômago! – atalhou Ega.
 Riram ambos. Depois Carlos, outra vez sério, deu a sua teoria da vida, a teoria definitiva que ele deduzira da experiência e que agora o governava. Era o fatalismo muçulmano. Nada desejar e nada recluir... Não se abandonar a uma esperança – nem a um desapontamento. Tudo aceitar, o que vem e o que foge, com a tranquilidade com que se acolhem as naturais mudanças de dias agrestes e de dias suaves. E, nesta placidez, deixar esse pedaço de matéria organizada, que se chama o Eu, ir-se deteriorando e decompondo até reentrar e se perder no infinito Universo... Sobretudo não ter apetites. E, mais que tudo, não ter contrariedades.
 Ega, em suma, concordava. Do que ele principalmente se convencera, nesses estreitos anos de vida, era da inutilidade do todo o esforço. Não valia a pena dar um passo para alcançar coisa alguma na terra – porque tudo se resolve, como já ensinara o sábio do «Ecclesiastes», em desilusão e poeira.
 – Se me dissessem que ali em baixo estava uma fortuna como a dos Rothschilds ou a coroa imperial de Carlos V, à minha espera, para serem minhas se eu para lá corresse, eu não apressava o passo... Não! Não saía deste passinho lento, prudente, correcto, seguro, que é o único que se deve ter na vida.
 – Nem eu! – acudiu Carlos com uma convicção decisiva.
 E ambos retardaram o passo, descendo para a rampa de Santos, *como se aquele fosse em verdade o caminho da vida, onde eles, certos de só encontrar ao fim desilusão e poeira, não devessem jamais avançar senão com lentidão e desdém.*»
 (Eça de Queirós, Os Maias, p. 714-15)

Neste fragmento, são-nos apresentados, por um lado, o reencontro de Carlos com o passado (na ordem pessoal e social) – reencontro que é atesta-

dor de uma inexorável decadência (da família dos Maias, e, num outro plano interpretativo do romance no seu todo, do país) –, e, por outro, a afirmação de uma filosofia de vida (igualmente atestadora daquela mesma decadência) preenchida por ociosidade, diletantismo e... tédio, agora definitivamente vista (Cf. «Depois Carlos [...] deu a sua teoria da vida, a teoria definitiva que ele deduzira da experiência e que agora o governava») à luz de um invocado «fatalismo muçulmano», que Carlos proclama como o grande princípio orientador para a existência humana.

Interessa salientar que a comparativa condicional, aqui, mais do que convocar um estado de coisas virtual-potencial, dá-o a saber como subscrito e assumido; retoma-o, de resto, não apenas das intervenções de Carlos (e de Ega), como também do «fatalismo muçulmano» referenciado e ainda do «Ecclesiastes», igualmente referenciado – de onde é extraída justamente a expressão, que ocorre em *como se p*, «desilusão e poeira» (em que toda a existência humana se resolverá...). E o “retardar do passo” a que Carlos e Ega procedem «descendo para a rampa de Santos» mais não é «em verdade» do que a ilustração do declarado pessimismo existencial (Cf. a intervenção de Carlos – «Resumo: não vale a pena viver...»), que conduz ao desígnio de adotar como «o único que se deve ter na vida» um «passinho lento, prudente, correcto, seguro».

Importa ainda destacar o forte dinamismo que, no quadro de uma acentuada «lentidão» de movimentos físicos, percorre todo o excerto – e a própria comparativa condicional: aos «passos» efectivamente dados, no seu passeio lento, por Carlos e por Ega junta-se, em larga recorrência, a referenciação de outros “passos” (a entender como mudanças, na esfera experiencial/afectiva, cognitiva e comportamental) – sendo que uns e outros se integram na variada expressão que aí se encontra de uma significativa *metáfora conceptual*, de que, no fundo irradiam, a saber, a *metáfora conceptual* condensada em “a vida é uma caminhada”⁷⁴.

É bem conhecida a sequência deste ‘episódio’ final do romance: nela, ironicamente, a conduta prática de Carlos e de Ega contraria frontalmente aquela filosofia de vida – em que se inscrevem, com saliência, um “não valer” «a pena dar um passo para alcançar coisa alguma na terra», um «Sobretudo não ter apetites» e ainda, «mais que tudo», um «não ter contrariedades»; na verdade, vemo-los correr, em grande e prolongado esforço (e, ainda uma última vez, «desesperadamente»), para «apanhar o americano» que os conduziria a um

⁷⁴ Esta mesma *metáfora conceptual* surge também num outro momento do romance, a que me referi no final de 4.2.5.

jantar.. – embora sempre insistindo ao longo da corrida em pontos chave da «teoria definitiva da existência» que declaravam ter adoptado («não vale a pena fazer um esforço, correr com ânsia para coisa alguma» – resumia Carlos, enquanto «Ega, ao lado, ajuntava, ofegante, atirando as pernas magras: – Nem para o amor, nem para a glória, nem para o dinheiro, nem para o poder...»).

5. Um uso particularmente expressivo de *como se p* é o que encontramos em *ser como se p* – expressão largamente estabilizada (próxima de *lexia complexa*), em que *ser* apresenta apenas alguma variação flexional em tempo. Tal complexo sintagmático realiza um segmento discursivo que se articula a um objecto de discurso construído (como evento ou situação) na contiguidade imediatamente anterior – a que se junta por coordenação, sindética ou assindética, de tipo aditivo – e que especificamente amplia ou desenvolve na base de uma associação, de uma semelhança, de uma analogia, marcadas pelo carácter virtual (não raro impossível) do mundo construído em *se p*. Por isso mesmo, tal complexo sintagmático é marcador de uma *transposição discursiva* – que traduz também uma *mudança de perspectiva enunciativa* –, que é especificamente convocada para, através dos *espaços semânticos* que cria/projecta, prolongar e matizar efeitos semântico-pragmáticos ligados ao denotado ou ao comunicado no segmento a que se articula. Daí resulta, no texto, um efeito de unidade ou de bloco de sentido, que muitas vezes também absorve elementos subsequentes. Acresce – e interessa realçá-lo também – que esse mesmo complexo sintagmático cumula, muito regularmente, os valores acabados de caracterizar com o de marcador de uma *operação de reformulação (não parafrástica)*⁷⁵, que, pela via da assimilação comparativa e, não raro, metafórica⁷⁶, traz acréscimos referenciais e comunicativo-expressivos salientes e os engloba, por uma via complementar da referida, num complexo unitário construído conjuntamente com o segmento reformulado e muitas vezes ainda com segmentos subsequentes. São, assim, claramente visíveis os efeitos de textualidade que se agregam a *ser como se p*.

5.1. Em *Os Maias*, verifica-se a ocorrência de vários destes segmentos *ser como se p*. Eles surgem quase sempre como frases curtas – sendo que esta vincada compactação sintáctico-semântica, em articulação com os aspectos atrás considerados, lhes confere uma pronunciada força comunicativo-expressiva. Por outro lado, aquela transposição discursiva/mudança de perspectiva enun-

⁷⁵ Ver Fonseca, 1992b. Ver, mais adiante, o exemplo (43), apresentado e comentado em 5.4.3.

⁷⁶ Ver, acima, 3.4.1. e 4.2.1.. Ver também a sequência da exposição.

ciativa que se dá em *ser como se p* é fortemente potenciada, representando verdadeiramente o segmento, até pelo acabado da estruturação sintáctico-semântica e pela sua compactação, a irrupção vincada de um discurso ficcional num discurso, ele mesmo, globalmente ficcional. Por outro lado ainda, os conteúdos vazados nesse mesmo complexo sintagmático servem regularmente à intensificação de vivências emocionais / afectivas / passionais – intensificação que é (também) obtida pelas vias (metafóricas e não metafóricas) já oportunamente apresentadas acima para *como se p*⁷⁷.

5.2. Nos números seguintes, tratarei alguns dos vários casos – sem deixar, de momento, de observar que algumas vezes, como nos dois fragmentos que se seguem, *ser como se p* se articula directamente a uma circunstância temporal, que abre um intervalo de tempo em que são inscritos os elementos carregados pela construção⁷⁸:

(37) – «Assim ela [Maria Eduarda] achava natural que ele continuasse nos Olivais as suas visitas de Lisboa! E pareceu-lhe logo impossível renunciar ao encanto desta intimidade, tão largamente oferecida, e decerto mais doce na solidão de aldeia. *Quando acabou a sua chávena de chá – era como se a casa, os móveis, as árvores fossem já seus, fossem já dela.* E teve ali um momento delicioso, descrevendo-lhe a quietação da quinta, a entrada por uma rua de acácias, e a beleza da sala de jantar com duas janelas abrindo sobre o rio...» (Eça de Queirós, *Os Maias*, p. 408).

(38) – «Maria Eduarda caíra pouco a pouco sobre a cadeira; e, sem retirar as mãos, erguendo para ele os olhos cheios de paixão, enevoados de lágrimas, balbuciou ainda, debilmente, numa derradeira suplicação:

– Há uma coisa que eu lhe queria dizer!...

Carlos estava já ajoelhado aos seus pés.

– Eu sei o que é! exclamou, ardentemente, junto do rosto dela, sem a deixar falar mais, certo de que adivinhara o seu pensamento. Escusa de dizer, sei perfeitamente. É o que eu tenho pensado tantas vezes! É que um amor como o nosso não pode viver nas condições em que vivem outros amores vulgares... É que *desde que eu lhe digo que a amo, é como se lhe pedisse para ser minha esposa diante de Deus...*»

(Eça de Queirós, *Os Maias*, 409-10).

⁷⁷ Ver a Nota anterior.

⁷⁸ Aproveito para anotar que nos exemplos integrantes do CRPC (Ver, acima, 2. e a Nota 14) tal é bastante corrente. Transcrevo apenas dois casos, entre vários – sublinhando, como fiz em (37) e (38), não apenas *ser como se p*, mas também o segmento de índole temporal:

(i) – «Caem pingas de suor da testa do cirurgião como se fosse chuva. *Mas quando termina, é como se a sua solidão ficasse preenchida por uma presença divina.*» (CRPC)

(ii) – «– Vens ou não vens? ! – perguntava ele, evocando com dorido esforço a imagem da mulher ou da filha. Não vinha; e *quando aparecia, era como se fosse um relâmpago: apagava-se logo.*» (CRPC)

5.3. Considerarei, de imediato, dois dos casos anunciados em 5.2.

5.3.1. Seja, então, como primeiro exemplo o trecho seguinte:

(39) – «Então pelos bancos apinhados correu um sussurro de enlevo. *Era como se os estuques do tecto se abrissem, os anjos cantassem no alto.* Um estremecimento devoto e poético arrepiava as cuias das senhoras.

E Rufino findava, com uma altiva certeza na alma! Sim, meus senhores! Desde esse momento, a dúvida fora nele como a névoa que o sol, este radiante sol português, desfaz nos ares... E agora, apesar de todas as ironias da ciência, apesar dos escárnios orgulhosos de um Benan, de um Littré e de um Spencer, ele, que recebera a confiança divina, podia ali, com a mão sobre o coração, afirmar a todos bem alto – havia um Céu!

– Apoiado! – mugiu na coxia o padre sebento.

E por todo o salão, no aperto e no calor do gás, os cavalheiros das Secretarias, da Arcada, da Casa Havanesa, berrando, batendo as mãos, afirmaram soberbamente o Céu!.»

(Eça de Queirós, *Os Maias*, 590-1)

Em (39), o narrador dá conta da adesão emocionada obtida junto da generalidade (mas não do todo...) do seu auditório por Rufino numa empolgada intervenção, que é retratada, com fina e destrutiva ironia, nos parágrafos anteriores. Mais exactamente, o trecho articula-se imediatamente a um momento alto dessa intervenção, em que o orador evoca uma experienciação singular: havia visto um anjo (o «Anjo da Esmola»...), vindo, segundo ele lhe assegurara, do «espaço divino», «de além». A esta revelação, e no quadro em que foi feita ou mesmo proclamada, não podia senão seguir-se o que o narrador regista nas duas primeiras linhas do excerto – e aí *ser como se p* abre um espaço preenchido por um mundo impossível e fantasmagórico, que, em sintonia com o eixo eufórico e místico/«devoto», que prolonga, da tirada de Rufino, é convocado para o encarecimento dos efeitos emocionais registados. A construção surge mesmo como pólo aglutinador da expressão desses efeitos, articulando ou integrando o que é recortado nas duas outras frases igualmente curtas, entre as quais ocorre, a saber: o «sussurro de enlevo» que «correu» «pelos bancos apinhados» e o «estremecimento devoto e poético» que «arrepiava as cuias das senhoras».

5.3.2. Vejamos agora o fragmento (40):

(40) – «Uma campainha retiniu. D. José Sequeira, escarlate da azáfama, veio, furando, anunciar a Sua Excelência o fim do intervalo – oferecer o braço à senhora condessa. Ao passar, ela lembrou a Carlos as suas «terças-feiras», com a delicada simplicidade de um dever. Ele curvou-se em silêncio. *Era como se todo o passado, o sofá que rolava, a casa da titi em Santa Isabel, as tipóias em que ela deixava o seu cheiro de*

verbena – fossem coisas lidas por ambos num livro e por ambos esquecidas. Atrás, o marido seguia, erguendo alto a cabeça e as lunetas, como representante do Poder naquela festa da Inteligência.

– Pois senhores – disse o Ega afastando-se com Carlos – a mulherzinha tem topete!

– Que diabo queres tu? Atravessou a sua hora de tolice e de paixão, e agora continua tranquilamente na rotina da vida.

– E na rotina da vida – concluiu Ega – encontra-se a cada passo contigo, que a viste em camisa!... Bonito mundo!»

(Eça de Queirós, *Os Maias*, p. 604)

Neste trecho, *ser como se p* compendia uma serena desvalorização, tanto por parte de Carlos como da condessa de Gouvarinho, da secreta e fugaz relação passional por eles vivida num passado não distante – sugestivamente con-vocado, na óptica de Carlos, através da evocação distanciada de «o sofá que rolava, a casa da titi em Santa Isabel, as tipóias» em que a condessa «deixava o seu cheiro de verbena», e agora reduzido, por assimilação comparativa, a um compósito de «coisas lidas por ambos num livro e por ambos esquecidas». Tal assimilação comparativa traduz também que aquela desvalorização de «todo o passado» integra (nela ganhando saliente relevo) o reconhecimento, igualmente sereno, da irrelevância no presente dessa relação passional – irrelevância também por ambos aceite sem constrangimento, sem desconforto, e naturalmente harmonizável com manifestações elegantes de convivialidade civilizada (Cf. «Ao passar, ela lembrou a Carlos as suas «terças-feiras», com a delicada simplicidade de um dever. Ele curvou-se em silêncio.»), num retorno apaziguado, tranquilo (passada a «hora de tolice e de paixão», reportada por Carlos, unilateralmente, à condessa), à «rotina da vida» (o que Ega não se coíbe de comentar com argúcia e ironia).

5.4. Os três exemplos propostos a seguir referem-se todos à relação amorosa – tão apaixonada quanto trágica – entre Carlos e Maria Eduarda.

5.4.1. Eis o primeiro desses exemplos:

(41) – «Foram seguindo [Carlos e o marquês] pelo meio da rua, em direcção ao Ferregial. Adiante do Grémio, encostado ao passeio, estava um *coupé* da Companhia, com um trintanário de luvas brancas esperando junto ao portal. Carlos olhou, casualmente; e viu, debruçado à portinhola, um rosto de criança, de uma brancura adorável, sorrindo-lhe, com um belo sorriso que lhe punha duas covinhas na face. Reconheceu-a logo. Era Rosa, era Rosicler: e ela não se contentou em sorrir, com o seu doce olhar azul fugindo todo para ele – deitou a mãozinha de fora, atirou-lhe um grande adeus. No fundo do *coupé*, forrado de negro, destacava um perfil claro de estátua, um tom ondeado de cabelo louro. Carlos tirou profundamente o chapéu, tão perturbado, que os seus passos hesitaram. «Ela» abaixou a cabeça, de leve; alguma coisa de luminoso,

um confuso rubor de emoção, espalhou-se-lhe no rosto. E fugitivamente *foi como se, da mãe e da filha, ao mesmo tempo, viesse para ele uma suave e quente emanção de simpatia.*

– Caramba, aquilo pertence-lhe? – perguntou o marquês, que notara a impressão de Madame Gomes.

Carlos corou.

– Não, é uma senhora brasileira a quem eu curei aquela pequerrucha...

– Irra! que gratidão! – rosnou o outro de dentro das dobras do seu *cache-nez.*»

(Eça de Queirós, *Os Maias*, p. 305-306)

Neste trecho, *ser como se p* explicita e desenvolve ou expande o que os segmentos imediatamente precedentes sugerem ou deixam adivinhar. Daí o relevo que no fragmento advém àquele complexo sintagmático, que foca um promissor momento de um relacionamento que há-de ser tematizado como nuclear no desenvolvimento da narrativa. Esse mesmo complexo condensa de modo particularmente sugestivo o movimento emotivo/afectivo – visto como «uma suave e quente emanção de simpatia» – que Carlos lhe vê chegar, ‘vindo’ «da mãe e da filha, ao mesmo tempo»: da parte da «filha», explicitamente; da parte da «mãe», sugerido pelo que Carlos divisou – e que não escapou ao «marquês», que o acompanhava e que «notara a impressão de Madame Gomes» (Cf. «“Ela”» – à vista de Carlos e do seu cumprimento respeitoso – «abaixou a cabeça, de leve; alguma coisa de luminoso, um confuso rubor de emoção, espalhou-se-lhe no rosto»). De notar o dinamismo que percorre a expressão desse movimento emotivo/afectivo: na verdade, a experiência em referência é vista (numa perspectiva de ordem eminentemente *locativa*) como algo que «emana» de um “lugar”/“fonte” («filha» e «mãe») e se dirige/‘vem’ para um “alvo”/“destinatário” (Carlos), que o acolhe e em que surge efeitos – manifestados em prolongamentos quer emocionais quer físicos quer comportamentais (Cf. «Carlos tirou profundamente o chapéu, tão perturbado, que os seus passos hesitaram.»). Algo de similar, e simétrico, se passa do lado de Madame Gomes (Maria Eduarda) – ela também capturada como “lugar” de uma experiência emotiva/afectiva, que lhe advém de Carlos e que se revela também em manifestações comportamentais e em prolongamentos neurofisiológicos⁷⁹ (Cf., de novo, «“Ela” abaixou a cabeça, de leve; alguma coisa de luminoso, um confuso rubor de emoção, espalhou-se-lhe no rosto.»).

⁷⁹ Sobre estes aspectos do dinamismo que afecta a configuração de movimentos afectivos/passionais, e também sobre a perspectivização / conceptualização de índole *locativa* dos predicados de sentimento, ver Fonseca, J., 2001a . Ver também o número e a Nota seguintes (e também a Nota 71 e o segmento a que respeita).

5.4.2. No segundo desses três exemplos, que apresento no excerto (42), *ser como se p* traz-nos, de forma tão concentrada quanto sugestiva e aberta, os movimentos afectivos que animam Maria Eduarda, uma vez «calmadas já todas as incertezas» que antes a atormentavam e decidida a não mais abafar ou cercear «aquela paixão tão pronta a apoderar-se de todo o seu ser». O segmento «como se obedecesse só ao impulso da sua ternura» remete para uma força (activada, por sua vez, por uma outra, dominante: «aquela paixão», «tão pronta a apoderar-se de todo o seu ser») a que Maria Eduarda se submete (Cf. «obedecesse»), levando de vencida resistências que se lhe opunham – e que não deixam, de novo, instantes depois, de se afirmarem (Cf. «Mas hesitou de novo...»), antes de definitivamente debeladas. Como também os comentários deixam perceber, todo o trecho assenta a sua unidade na convocação – em que *ser como se p* também participa – de uma conceptualização dos sentimentos como complexo marcado por uma particular *dinâmica de forças*, que engloba *causação, afectação e resistência*⁸⁰. Vamos ler o trecho⁸¹:

- (42) – «O Domingos saiu, a porta ficou cerrada. Ela [Maria Eduarda] então atravessou a sala, veio para Carlos, que a esperava no sofá, com os braços estendidos. *E era como se obedecesse só ao impulso da sua ternura, calmadas já todas as incertezas*. Mas hesitou de novo diante daquela paixão, tão pronta a apoderar-se de todo o seu ser, e murmurou, quase triste:
 – Mas conhece-me tão pouco!... Conhece-me tão pouco, para irmos assim ambos, quebrando por tudo, criar um destino que é irreparável...
 Carlos tomou-lhe as mãos, fazendo-a sentar ao seu lado, brandamente:
 – O bastante para a adorar acima de tudo, e sem querer mais nada na vida!
 Um instante Maria Eduarda ficou pensativa, como recolhida no fundo do seu coração, escutando-lhe as derradeiras agitações. Depois soltou um longo suspiro.
 – Pois seja assim! Seja assim... Havia uma coisa que eu lhe queria dizer, mas não importa... É melhor assim!...»
 (Eça de Queirós, *Os Maias*, p. 411)

5.4.3. O último exemplo a analisar é constituído por um fragmento retirado da parte final de *Os Maias*, que nos remete para largos anos depois de consumada a separação (vinculada à tomada de conhecimento da tragédia do incesto) entre Carlos e Maria Eduarda:

⁸⁰ Sobre estas dimensões (já atrás, e por mais de uma vez, invocadas) da configuração semântico-pragmática dos lexemas da área da expressão linguística dos sentimentos, ver Fonseca, J., 2001a – estudo em que também é apontada a raiz metafórica que há que reconhecer nesse agregado de dimensões. Ver também o número e a Nota anteriores.

⁸¹ O trecho situa-se na sequência quase imediata do que foi analisado em 4.2.6. (Cf. o exemplo (34)).

(43) – «Jam [Carlos e Ega] subindo a escadinha de ferro torneada que levava do jardim aos quartos de Carlos. Com a mão na porta da vidraça, Ega parou ainda, numa derradeira curiosidade:

– E que efeito te fez isso [saber da situação de Maria Eduarda=Madame de Trelain]? Carlos acendia o charuto. Depois, atirando o fósforo por cima da varandinha de ferro, onde uma trepadeira se enlaçava:

– Um efeito de conclusão, de absoluto remate. *É como se ela morresse, morrendo com ela todo o passado, e agora renascesse sob outra forma.* Já não é Maria Eduarda. É Madame de Trelain, uma senhora francesa. Sob este nome, tudo o que houve fica sumido, enterrado a mil braças, findo para sempre, sem mesmo deixar memória... Foi o efeito que me fez.»

(Eça de Queirós, *Os Maias*, p. 712)

À «derradeira curiosidade de Ega», Carlos responde de modo directo e condensado num primeiro segmento, curto: «Um efeito de conclusão, de absoluto remate.». O complexo sintagmático *ser como se p* surge, então, de imediato, para explicitar – mediante uma *operação de reformulação não parafrástica* – ⁸² o pleno sentido desse segmento, com recurso a duas situações extremas: morte e ‘renascimento’ «sobre outra forma» – projectadas com a força comunicativa-expressiva advinda da transposição a um mundo contra-factual, radicalmente impossível. Ambas estas situações são ainda objecto de maior explicitação – dada em frases breves, definitivas, servidas pela oposição temporal-aspectual entre «Já não é...» vs «É...». A transmutação assinalada tem a virtude, agora projectada no mundo ‘real’, consubstanciada na circunstância de que «tudo o que houve fica sumido, enterrado a mil braças, findo para sempre, sem mesmo deixar memória».

O denotado em *ser como se p* revela-se, assim, na verdade, como centro, de acentuada relevância e expressividade, de uma justificação/explicação definitiva (como a morte, elemento que em *ser como se p* apresenta uma recorrência, em contiguidade, aplicada a Maria Eduarda e, nela e com ela, a «todo o passado» – mas uma morte que não deixa memória do vivido, pois que dá lugar a um ‘renascimento’ «sobre outra forma») para aquele «efeito de conclusão, de absoluto remate» experienciado por Carlos – sendo ainda bem visível o recorte de um complexo unitário, de resto, bem vincado mesmo no remate do trecho, através do segmento, de pronunciado carácter sumativo, «Foi o efeito que me fez.». Esse efeito de complexo unitário surge, de resto, reforçado não apenas porque aquele segmento «Foi o efeito que me fez.» retoma, de modo simétrico, o «que efeito te fez isso?» avançado na pergunta de Ega, mas também porque ele fecha, e, como referi, de modo suma-

⁸² Ver a Nota 74 e o segmento da exposição a que respeita.

tivo, o *par adjacente* pergunta-resposta, que especificamente organiza todo o trecho.

6. As análises desenvolvidas ao longo deste estudo evidenciam a pertinência e a produtividade da perspectiva adoptada na exploração de microestruturas enquanto componentes de base da construção do texto e do seu sentido. As microestruturas alvo da descrição apresentada – as comparativas condicionais concretizadas no formato *como se p*, actualizadas em diferentes esquemas construcionais, e o complexo sintagmático *ser como se p* (em que se inscrevem comparativas condicionais) – revelam propriedades centrais que relevam directamente do subsistema frásico/sintáctico-semântico da língua, mas incorporam também, de modo largamente estabilizado, traços semântico-pragmáticos e modos de funcionamento que estão vinculados à sua inscrição, e à sua intervenção, na construção textual/discursiva. Estas últimas dimensões (porque, como escrevi, largamente estabilizadas) são parte integrante da definição *em competência* das construções em foco – sabido que é que o texto/discurso é o lugar em que se dá a plena configuração das entidades linguísticas. Por outro lado, tais construções afirmam-se como uma instância saliente da manifestação do textual (tomado ao nível, genericamente, macroestrutural) no frásico e no intrafrásico – sendo que tal estatuto ou condição ainda se alarga, se matiza e até se aprofunda, por obra da rede de interacções, interdependências e co-determinações que, no texto, se constitui.

Referências bibliográficas

- BAKHTINE, M. (1984) – *Esthétique de la création verbale*, Paris.
- FONSECA, J. (1992) – *Linguística e Texto/Discurso. Teoria, Descrição, Aplicação*, Lisboa.
- FONSECA, J. (1992a) – «Coerência e coesão nas unidades linguísticas», in Fonseca, J., 1992, pp. 7-103.
- FONSECA, J. (1992b) – «As articulações discurso-metadiscurso e a sua exploração na didáctica do português como língua estrangeira», in Fonseca, J., 1992, pp. 293-313.
- FONSECA, J. (1993, 2000) – *Estudos de Sintaxe-Semântica e Pragmática do Português*, Porto (Coleção Linguística/Porto Editora, nº 1).
- FONSECA, J. (1993a) – «Sintaxe, semântica e pragmática das comparações emblemáticas e estruturas aparentadas», in Fonseca, J., 1993, pp. 63-101.
- FONSECA, J. (1993b) – «Coerência do Texto», in Fonseca, J., 1993, 181-193.
- FONSECA, J. (1994) – *Pragmática Linguística. Introdução, Teoria e Descrição do Português*, Porto (Coleção Linguística/Porto Editora, nº 5).
- FONSECA, J. (1994a) – «Heterogeneidade na língua e no discurso», in Fonseca, J., 1994, pp. 49-94.
- FONSECA, J. (1994b) – «Dimensão accional da linguagem e construção do discurso», in Fonseca, J., 1994, pp. 105-131.

- FONSECA, J. (2001) – *Língua e Discurso*, Porto (Colecção Linguística/Porto Editora, nº 14).
- FONSECA, J. (2001a) – «Aspectos centrais da semântica-sintaxe e pragmática dos predicados de sentimento», in Fonseca, J., 2001.
- FONSECA, J. (2003) – *O funcionamento discursivo das comparativas condicionais independentes*, «Diacrítica», Universidade do Minho, Braga.
- POTTIER, B. (2000) – *Représentations mentales et catégorisations linguistiques*, Paris.
- VILELA, M. (2002) – *Metáforas do nosso tempo*, Coimbra.
- WUNDERLICH, D. (1979) – *Foundations of Linguistics*, Cambridge.

A DISTINÇÃO ENTRE PALAVRAS TERMINADAS EM CONSOANTE E PALAVRAS TERMINADAS NA SEQUÊNCIA ORTOGRÁFICA «CONSOANTE+ "-e" » NUM GRUPO DE CRIANÇAS FALANTES DO PORTUGUÊS EUROPEU EM IDADE PRÉ-ESCOLAR^(*)

João Veloso

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Centro de Linguística da Universidade do Porto

1. Introdução

1.1. Considerações preliminares

Neste trabalho, pretendemos reunir algumas pistas para a configuração de uma possível resposta à seguinte questão: evidenciarão as crianças falantes do português europeu (PE) contemporâneo em idade pré-escolar alguma capacidade de distinguirem as palavras terminadas em consoante das palavras ortograficamente terminadas por «-e»? Por outras palavras: evidenciarão tais falantes, sob alguma forma, a capacidade de distinguirem entre si, quanto às terminações, os termos de pares como «*pele/mel*»?¹

Esta pergunta é motivada por algumas particularidades que, quer a nível fonético, quer a nível fonológico, se encontram envolvidas na produção da vogal [i]² do PE (vd. 1.2.1-1.2.8), das quais se destaca, desde já, a seguinte: se

(*) Agradeço à Professora Doutora Maria da Graça Pinto a leitura atenta e crítica de versões anteriores deste texto, da qual resultaram valiosas sugestões que muito enriqueceram algumas das minhas perspectivas iniciais sobre determinados aspectos das questões aqui abordadas.

Um especial agradecimento é devido à directora, às educadoras e às crianças do Colégio Infantil de Santa Teresinha (Maia), pela sua colaboração na recolha de dados.

Este trabalho é dedicado a todos os antigos e actuais membros do Centro de Linguística da Universidade do Porto.

¹ Falamos aqui não de uma capacidade particularizada de estabelecer distinções singulares dentro de pares mínimos baseados na distinção «consoante+∅»/«consoante+[i]» – oposição que, nesses termos, é praticamente inexistente no português europeu contemporâneo (subsistindo residualmente em pares muito raros, como, p. ex., «*arlare*» ou «*cal/cale*») –, mas da capacidade, mais genérica, de se distinguir, a nível do sistema da língua, os dois tipos de terminação mencionados.

² Em textos menos recentes (cf. Herculano de Carvalho, s/d; Lacerda e Hammarströmm, 1952; Lüdtke, 1953; Companys, 1954; Louro, 1954; Strevens, 1954; Morais Barbosa, 1965; Delgado Martins, 1975; Mateus e Delgado Martins, 1982), esta vogal é transcrita como [ə]. Por razões que

bem que distinções como as que foram mencionadas no parágrafo anterior sejam aceites como pertinentes pelas descrições teóricas da fonologia da língua (vd. 1.2.4), no plano da realização fonética concreta elas nem sempre são preservadas, devido, principalmente, a um fenómeno frequente, facultativo, irregular e assistemático de apagamento da vogal [i] que pode corresponder ao «e» ortográfico de palavras como «*pele*» (vd. 1.2.3). Em virtude deste apagamento, podem criar-se no PE contemporâneo, ao nível das realizações fonéticas, homofonias dentro de pares teoricamente distintos – como, p. ex., «*querer/crer*» ([k^hrer]) ou «*terás/traz*» [traʃ] (vd. 1.2.4)³ – capazes de comprometer a distinção sobre a qual nos debruçamos neste estudo.

Quanto à importância de estudar esta questão em crianças em idade pré-escolar, ela pareceu-nos motivada, em primeiro lugar, pela influência que o conhecimento ortográfico pode exercer sobre a capacidade de aceitar as distinções mencionadas anteriormente: como veremos em 1.2.8, as formas em que se admite a presença, a nível teórico, de uma vogal foneticamente realizável como [i] – embora sujeita, como adiantámos já, a uma elisão fonética geradora da neutralização, também a nível fonético, de certas distinções aceites como pertinentes no PE – contemplam sempre, na sua representação ortográfica convencional e de um modo muito regular e sistemático, a notação de tal vogal como «e». Assumindo-se então, de acordo com conclusões provenientes do domínio dos estudos psicolinguísticos – como, entre outros, Morais (1994: 78 e ss.) e Pinto (1998b: 181-182) (vd. ponto 2 deste texto) –, que o processamento da linguagem apresenta características diferentes quando comparamos sujeitos com e sem conhecimento do plano escrito da língua, poderíamos formular a hipótese de que, nas palavras em que a realização fonética de [i], sujeita à irregularidade e à assistematicidade já referidas, não forneça pistas suficientes e consistentes para a preservação das distinções de que nos ocupamos, os sujeitos escolarizados possam recorrer ao seu conhecimento ortográfico para se decidirem sobre a presença ou ausência de tal vogal nas formas teóricas⁴ correspondentes a essas palavras, com as consequências daí advinentes a nível das distinções lexicais referidas.

expusemos já em Veloso (1999: 8-9), optamos, para a sua transcrição, pelo símbolo [i], opção que vemos também perfilhada, entre outros, por Andrade (1993), Andrade e Viana (1996), Barroso (1999) e Mateus e Andrade (2000).

³ Estas distinções, fundadas na presença/ausência de [i], não se verificam somente, como se vê pelos exemplos citados no parágrafo, em posição final absoluta de palavra; no entanto, por razões de ordem diversa, restringiremos a atenção do presente estudo ao contraste «*consoante+Ø*»/«*consoante+[i]*» em posição final absoluta.

⁴ Desta forma, assumimos que, tal como preconizado pela fonologia generativa, cada entrada lexical

Assim, começaremos por reunir (vd. 1.2 e 1.2.1-1.2.8) alguns dados respeitantes a determinados aspectos fonéticos e fonológicos relacionados com a vogal [i] do PE, com base nos quais, fundamentalmente, detalharemos, no ponto 2 do artigo, a questão central que nos propomos explorar no estudo experimental apresentado em 3.

1.2. *Algumas particularidades da vogal [i] do português europeu*

Classificada geralmente como uma vogal central alta não-arredondada (Gonçalves Viana, 1883: 4; 1892: 167; Herculano de Carvalho, s/d:11; Strevens, 1954: 14; Morais Barbosa, 1965: 106; 1994: 53, 78; Barroso, 1999: 67; Veloso, 1999: 27) – o que torna possível aceitá-la como a realização, no PE, da vogal neutra, ou *schwa*⁵ (cf. Gonçalves Viana (1883: 4, nota 1), Xavier e Mateus (orgs., 1990: 328) e Dubois *et al.*, 1991: 85)⁶ –, a vogal [i] ostenta (entre, eventualmente, outras) as características particulares que a seguir discriminamos e que investigações anteriores que dela se ocuparam têm devidamente sublinhado.

1.2.1. [i] nunca é portadora de acento (Herculano de Carvalho, s/d:11; Lüdtke, 1953: 198; Louro, 1954: 230; Strevens, 1954: 14; Morais Barbosa, 1965: 12-13; Mateus, 1975: 15-16; Mateus *et al.*, 1989: 350-351, 356; Cruz-Ferreira, 2000: 127; Mateus e Andrade, 2000: 17, 18)⁷.

da língua é dotada de uma forma ou representação teórica – a sua *forma* ou *representação subjacente* (Chomsky e Halle, 1968: 5, 7, 9-12, 44 e ss.; Schane, 1973: 74 e ss.; Durand, 1990: 22-24; Kenstowicz, 1994: 69-78), a que Roca (1994:44-45) e Roca e Johnson (1999:45-49) chamam também *representação lexical*.

⁵ Cf. Dubois *et al.* (1991: 85-86) e Crystal (1992: 352), que definem o *schwa* como a vogal neutra (ou «indefinida») e central que se atesta em diversas línguas.

⁶ Cruz-Ferreira (2000: 127) contesta as classificações tradicionais que dão esta vogal como central, alta e não-arredondada; classifica-a, alternativamente, como uma vogal *recuada*, alta e não-arredondada, produzida como ligeiramente avançada e rebaixada – transcrita, portanto, como [ui] –, recusando explicitamente a sua identificação com o *schwa*, já que ela «(...) does not correspond to the mid central quality associated with schwa» (Cruz-Ferreira, 2000: 127).

⁷ Contudo, nos dialectos setentrionais da língua é possível encontrar com frequência as realizações fonéticas [ˈpiɫu], [ˈpiɫə], [ˈpiɫuʃ], [ˈpiɫəʃ], em que [i] é realizada como tónica, para as formas que resultam da contracção da preposição «por» com todas as formas do artigo definido («pelo», «pela», «pelos», «pelas»), criando-se assim uma oposição distintiva, nos falantes que a praticam, entre «pelo/pelos» (contracção de «por+o(s)») e «pêlo/pêlos» (substantivo).

[i] pode ainda ser tónica em certos contextos estilísticos, em que o locutor pretenda conferir alguma ênfase ao discurso ou pretenda de alguma forma isolar metalinguisticamente determinadas formas enclíticas (p. ex.: «Não há se nem meio se, ouviste?», ou «O que eu disse foi um que, não foi um se»; cf., a este propósito, Morais Barbosa, 1965: 218).

1.2.2. [i] nunca é nasalizada: com efeito, está ausente dos inventários vocálicos nasais⁸ que encontramos, p. ex., em Herculano de Carvalho (s/d: 12), Lüdtke (1953: 197), Strevens (1954: 15-17), Morais Barbosa (1965: 81), Mateus (1975: 15-16), Mateus *et al.* (1989: 350-351), Barroso (1999: 73-77), Cruz-Ferreira (2000: 127) e Mateus e Andrade (2000: 18)⁹.

1.2.3. Sobretudo num registo coloquial de débito rápido, esta vogal sofre frequentemente um fenómeno de elisão (Gonçalves Viana, 1883: 4; Lüdtke, 1953: 211, 212; Louro, 1954: 230; Morais Barbosa, 1965: 13; 1994: 199; Delgado Martins, 1975; 1996; Mateus e Delgado Martins, 1982: 113; Mateus *et al.*, 1989: 364; Andrade, 1993: 1; Mateus e Andrade, 2000: 18, 32).

Assim, encontraremos, com frequência, realizações como [sɲór] (a par de [sɲór]) para «*senhor*», [kēt] (a par de [kēti]) para «*quente*», ou [ɾm̩tēt] (a par de [ɾim̩tēt]) para «*remetente*», por exemplo, em que a realização fonética de uma vogal [i] correspondente a um segmento da cadeia linear da palavra assume um carácter facultativo¹⁰.

Não havendo contextos ou situações em que esta elisão seja obrigatória para todos os falantes da língua, este apagamento é descrito por autores como Strevens (1954: 14-15) e Mateus e Delgado Martins (1982: 111), p. ex., como um fenómeno facultativo, irregular e assistemático¹¹; esta irregularidade e

⁸ Abstraímos-nos aqui, por não caber nos objectivos deste trabalho, da discussão da existência ou inexistência, ao nível das formas teóricas, daquelas a que a fonética tradicional chama «*vogais nasais*» contempladas precisamente por inventários como os citados no texto (cf., para uma revisão dos argumentos em torno desta questão, Mateus e Andrade, 2000: 20-23).

⁹ Em certos falantes oriundos dos dialectos setentrionais do PE, torna-se possível encontrar, todavia, realizações nasalizadas desta vogal, conforme pudemos já empiricamente comprovar: [ɾi'tɲu], [sɲ'tadu], [sɲ'te'dɲu], [ki'tɲu] e [di'tɲu] para, respectivamente, «*rentinho*», «*sentado*», «*sentadinho*», «*quentinho*» e «*dentinho*». Uma referência a esta possibilidade da realização nasal [i] é aliás encontrada em Louro (1954: 230), que cita a forma «*acender*» realizada como [es̩'tɛr] ([ɒs̩'tɛr]), de acordo com os símbolos fonéticos utilizados pelo autor).

¹⁰ Esta elisão relaciona-se, de acordo com autores como Lacerda e Hammarströmm (1952: 131), Lüdtke (1953: 212), Companys (1954: 105), Strevens (1954: 15) e Andrade (1993: 1), com a articulação desvozeada das vogais átonas, sobretudo em posição final e após consoante surda, que se observa em PE. Esse desvozeamento, que pode conduzir ao apagamento total da vogal no nível da elocução fonética, verifica-se também, ainda que menos frequentemente, com as vogais [e] e [u] átonas (Lüdtke, 1953: 211-212; Companys, 1954: 106; Strevens, 1954: 15; Mateus e Delgado Martins, 1982: 111 e ss.; Andrade, 1993: 1; Mateus e Andrade, 2000: 18), embora estas últimas sejam mais resistentes ao apagamento total.

Andrade (1993: 1) aponta, de entre todas as vogais átonas do PE, [i] como a mais resistente à elisão mencionada.

¹¹ Além do registo coloquial e do débito elocucional rápido, outras causas, como as de natureza dialectal, são previstas por autores como, p. ex., Lüdtke (1953: 216-217) como factores que podem interferir na ocorrência/inibição deste fenómeno de apagamento.

assistemática e certas características acústicas associadas à realização fonética de [i], tais como os baixos valores da sua intensidade e duração (Delgado Martins, 1975: 5; Mateus e Delgado Martins, 1982: 116), levantam sérios obstáculos aos foneticistas que, mesmo com recurso a meios experimentais de investigação, se vêem confrontados, em análises concretas de amostras de fala reais, com a necessidade de decidirem sobre a sua realização ou não-realização em determinados pontos da cadeia falada (cf., p. ex., as observações que a este respeito encontramos em Lacerda e Hammarströmm (1952:131) e Andrade, 1993: 1-2).

1.2.4. Apesar de esta elisão de [i] átona ser uma marca importante do fonetismo do PE contemporâneo, existe uma considerável unanimidade entre os autores que a ela se referem quanto à **importância distintiva que, a nível teórico, corresponde a essa vogal, responsável por distinções como «terás / traz»** (Gonçalves Viana, 1883: 4; Morais Barbosa, 1994: 199), «*amo / ame / ama*» (Morais Barbosa, 1965: 13), «*governante/governanta*» (Morais Barbosa, 1965: 106), «*atapetar / adaptar*» (Andrade, 1993: 2), «*superar / soprar*» (Morais Barbosa, 1994: 199)¹².

Numa tentativa de esclarecer em maior profundidade esta questão, Andrade (1993) propôs-se encontrar marcas acústicas que, para além da presença/ausência de energia espectral nos pontos da cadeia falada onde seriam esperadas realizações fonéticas de [i], indiciassem a sua presença teórica. Tais marcas poderiam precisamente explicar a já mencionada ausência de confusão perceptiva entre formas como «*terás / traz*», «*querer / crer*», etc., quando aparentemente articuladas como homófonas.

Uma das principais contribuições do estudo citado foi a constatação da existência de uma diferença significativa entre a duração das sequências consonânticas com [i] subjacente e a das sequências consonânticas sem [i] subjacente (Andrade, 1993: 6 e ss.), mesmo que, numas e noutras, não fosse encontrada qualquer realização fonética segmentável correspondente à vogal em questão: nas primeiras (sequências [pt] de palavras como «*atapetaram*», em que, a nível teórico, se aceita a presença de uma vogal subjacente entre as duas consoantes, não realizada foneticamente), foram encontradas durações significativamente superiores às das segundas (sequências [pt] de palavras como

¹² A estes exemplos – reforçando que os apontados por Morais Barbosa (1965) são extremamente produtivos na língua, já que a oposição «*amo/ame/ama*» se repete em todos os verbos da primeira conjugação e a oposição «*governante/governanta*» é identificável num grande número de nomes do português com pelo menos uma forma terminada em «-e» gráfico – poderíamos acrescentar outros como «*pelotão/Plutão*», «*Pelágio/plágio*», ou «*querer/crer*», p. ex.

«*adaptaram*», em que, a nível teórico, as duas consoantes se sucedem sem nenhuma vogal intermédia). Uma das conclusões que podemos extrair do estudo citado é a de que os falantes, ao produzirem tais sequências, têm consciência da presença/ausência da vogal subjacente em causa, distinguindo foneticamente os dois tipos de sequências consonânticas mesmo quando a vogal não é realizada (Andrade, 1993: 14), o que, a nível acústico e perceptivo, constituiria um índice responsável pela preservação de tais distinções.

1.2.5. Em casos aparentemente contraditórios com os mencionados em 1.2.3, assistimos a um fenómeno de **epêntese ou paragoge** de [i]. Esta verifica-se quando, a nível fonético, encontramos realizações articulatórias de [i] que não eram esperadas a partir das formas teóricas das palavras: [pɛr'tiri] («*partir*»), [sɐ'bori] («*sabor*»), [ɐ'zuli] («*azul*»), etc.¹³. Segundo Delgado Martins (1975, 1996), estes acrescentos são mesmo mais frequentes do que as elisões mencionadas em 1.2.3.

1.2.6. Quer em autores de matriz estruturalista (Lüdtke, 1953; Barroso, 1999), quer nos que se inscrevem na inspiração generativista (Mateus, 1975; Mateus e Andrade, 2000), os inventários fonológicos da língua nunca contemplam a existência de um fonema ou segmento como /i/; em todos os casos em que é atestada a presença, a nível fonético, de [i], esta vogal é considerada como um alofone (pelos primeiros autores – cf. Lüdtke, 1953: 198; Barroso, 1999: 125, 129, 130), ou como uma representação de superfície (pelos segundos – cf. Mateus e Andrade, 2000: 33), de vogais subjacentes, teóricas, como /e/ ou /ɛ/.

O principal argumento dos autores citados prende-se com a questão acentual de [i]: nunca sendo vogal tónica (com as ressalvas que indicamos na nota 7, que nunca vemos devidamente tomadas em consideração), ela resulta frequentemente da elevação e centralização de /e/ ou /ɛ/ relacionadas com a perda de acento (em formas como [di'dadɐ] ou [si'gɔjɾɐ], derivadas morfologicamente de /'dedu/ e /'segu/), pelo que esta vogal é *sempre* interpretada como uma realização de superfície de vogais teóricas diferentes.

¹³ O acrescento epentético de [i] é particularmente produtivo para se desfazerem certos encontros consonânticos, nomeadamente em palavras entradas na língua por via erudita (Gonçalves Viana, 1883: 4, nota 1; Sá Nogueira, 1941: 163; Morais Barbosa, 1965: 14; Mateus e Delgado Martins, 1982: 111; Mateus e Andrade, 2000: 32-33): «ab[i]dicar», «p[i]neu», «ag[i]nóstico», «ob[i]servar», «cap[i]tar», p. ex.

Nas variedades brasileiras da língua, um fenómeno semelhante se verifica, que difere no entanto no que toca à qualidade fonética da vogal epentética – que geralmente é, nessas variedades, um [i] (cf. Mattoso Câmara, 1953: 60; 1970: 57; 1971: 27).

Tal argumento, quanto a nós, seria merecedor de alguma revisão urgente, já que abundam na língua casos muito frequentes de palavras com realizações fonéticas de [i] que não podemos explicar, de um ponto de vista exclusivamente sincrónico, unicamente a partir da elevação e recuo de /e/ ou /e/ átonos: estão neste caso as formas enclíticas do PE contemporâneo («*que*», «*de*», «*se*», «*me*», «*lhe*», etc., p. ex.) e ainda todas as formas nominais terminadas ortograficamente em «-e» (tais como «*peixe*», «*parede*», «*tapete*», «*face*», etc.), que constituem o foco da atenção deste trabalho e em cuja vogal final Mattoso Câmara (cf., p. ex., Mattoso Câmara, 1970: 87, 89) identifica uma «vogal temática». Nos primeiros como nos segundos exemplos, não é possível a comparação da vogal átona final [i] com quaisquer outras formas sincrónicas morfológicamente aparentadas que mostrem, a nível subjacente, uma vogal diferente de /i/.

Constatações e observações que se aproximam das precedentes são encontradas em Morais Barbosa (1994: 164-166, 199-202), que defende a necessidade de se reconhecer «valor fonemático» a [i] nos casos em que essa vogal, facultativa mas possível no nível fonético, não resulta de elevação e centralização de /e/ ou /e/ fonológicos; no entanto, o autor não chega a propor definitiva e explicitamente a existência de um fonema /i/ em PE, preferindo antes afirmar que «[e]sse fonema vocálico é representado pelo [ə] [itálico nosso] que, mais ou menos, se ouve no lugar dos correspondentes *ee* ortográficos» (Morais Barbosa, 1994: 201) ou referir-se a «(...) um fonema vocálico onde se encontra um [ə] [itálico nosso] mais ou menos audível» (Morais Barbosa, 1994: 201).

Os únicos estudos em que encontramos uma aceitação definitiva e explícita de um /i/ subjacente, presente como tal na forma teórica das palavras, são provenientes da área das investigações fonéticas (cf., p. ex., Delgado Martins (1975: 2 e 5) e Andrade, 1993: 2 e *passim*).

1.2.7 – A elisão de [i], mencionada em 1.2.3, faz com que encontremos, a nível fonético, **sequências consonânticas longas e com consequências diversas a nível da silabificação dos segmentos**¹⁴. Por exemplo: palavras como «*aperfeiçoar*», «*remetente*», «*prescrever*», «*repetir*», «*desestabilizar*», «*escadote*», etc., podem encontrar, a nível fonético, realizações como, respectivamente, [ɐprfɛjswár], [ɾmɛtɛt], [prʃkrvɛr], [ɾptír], [dzʃtɛblizár] e [ʃkɔdót], que

¹⁴ São estas longas sequências consonânticas que dão aos estrangeiros não familiarizados com a língua a impressão auditiva de que o PE contemporâneo é uma língua em que rareiam as vogais, tal como referido por Morais Barbosa (1965:11) na seguinte passagem: «(...) l'étranger (...) commence à trouver que les Portugais «avalent» la plupart de leurs voyelles, voire de leurs syllabes (...)»

oferecem argumentos interessantes para uma discussão de diversas descrições das estruturas silábicas do PE como as que postulam, p. ex., que nesta língua o número máximo de consoantes em posição de ataque silábico é de duas (Morais Barbosa, 1965: 210; Vigário e Falé, 1993: 469, 470, 473-475; Mateus e Andrade, 2000: 40 e ss.).

Para o desenvolvimento do presente estudo, interessa especificamente realçar que o apagamento facultativo de [i] pode originar com frequência, a nível da realização fonética das formas de superfície dos substantivos e adjectivos com vogal temática «-e» (de acordo com a classificação de Mattoso Câmara, 1970:87, 89), formas fonéticas terminadas em consoante diferente de /s/, /l/ ou /r/ – as únicas que, de acordo com Morais Barbosa (1965: 211-212; 1994: 151-155), Mateus (1975: 31-32), Mateus *et al.* (1989: 351), Barroso (1999: 143) e Mateus e Andrade (2000: 52-54), podem ocorrer, a nível fonético, em posição de final absoluto de palavra (cf., a este propósito, as observações de Mateus *et al.*, 1989: 364). Exemplificam esta situação realizações fonéticas como [ˈlum] («*lume*»), [fɐˈgɔt] («*fagote*») ou [ˈfaz] («*fase*»)¹⁵.

1.2.8. Terminando este sumário das propriedades singulares de [i] em PE, sublinharemos o facto, posto em relevo por textos como os de Companys (1954: 107), Morais Barbosa (1965: 106), Delgado Martins (1975: 2) ou Xavier e Mateus (orgs., 1990: 328), entre outros, de que a existência de uma vogal como [i] na forma teórica das palavras é quase sempre contemplada na sua forma ortográfica. Esta regularidade verifica-se quer nas palavras em que [i] corresponde a uma elevação de um /e/ ou /ɛ/ átonos (p. ex.: «*cestinho*», «*cegueira*»), quer naquelas em que [i] não resulta de tal fenómeno (p. ex., em nomes como «*tapete*» ou «*mestre*», p. ex., ou em formas enclíticas como «*que*», «*te*», «*de*», «*se*», etc.). Acrescente-se ainda que em palavras que se assume não contarem, a nível teórico, com a presença de [i] na cadeia segmental mas que são foneticamente realizáveis com um [i] epentético ou paragógico (vd. 1.2.5), não encontraremos essa vogal nas formas ortográficas canónicas que lhes correspondem¹⁶.

¹⁵ Gonçalves Viana (1893: 4), porém, considera que em posição final as realizações fonéticas mantêm a silabificação teórica das palavras, isto é, que mesmo em palavras terminadas ortograficamente em «consoante+«-e» em que a vogal final não seja articulada se mantêm a sílaba teórica final; o autor confronta mesmo a articulação de «*sede*» do português (claramente bissilábica, de acordo com a sua própria observação) com a de «*said*» em inglês (monossílabo fechado, segundo a mesma interpretação).

¹⁶ Em crianças em fases iniciais de aprendizagem da escrita (ou, admita-se, em sujeitos adultos com pouca escolarização), poderemos encontrar, porém, formas escritas que deixem transpare-

2. O problema e as questões de partida do estudo

Em face dos dados reunidos ao longo de 1.2, formulamos novamente aquela que é a questão central deste estudo: os falantes/ouvintes nativos do PE sem conhecimento das convenções gráficas vigentes mostrar-se-ão de alguma forma capazes de distinguir as palavras terminadas em consoante das que terminam graficamente em «-e»?

Como vimos (vd. 1.2.4), tal distinção, respeitada pelas convenções ortográficas mencionadas (vd. 1.2.8), é dada pela generalidade dos autores como pertinente e funcional no PE contemporâneo, embora a nível fonético ela não seja inteiramente preservada, já que, devido a um fenómeno frequente de apagamento da vogal correspondente ao «-e» final ortográfico (vd. 1.2.3), palavras terminadas graficamente em consoante+«-e» são frequentemente realizadas, a nível fonético, como terminadas em consoante, dando mesmo origem, num número significativo de casos, a palavras foneticamente terminadas em consoante não admitida pelas descrições fonológicas da língua como ocorrentes nessa posição lexical (cf. realizações como [ˈlum], [fɐˈgot] e [ˈfaz], p. ex.; vd. 1.2.7).

Relativamente ao interesse de aprofundar esta questão em sujeitos não escolarizados, ele prende-se, como referimos na introdução, com a hipótese de que o conhecimento ortográfico da língua exerça uma influência importante a nível do processamento da linguagem, como tem sido sugerido por diversos estudos da área da psicolinguística: Morais (1994: 78 e ss.), p. ex., prevê que a familiarização dos sujeitos com a escrita pode interferir sobre a sua tomada de consciência de diversos aspectos das estruturas linguísticas (não só fonológicas, mas também, p. ex., de ordem morfológica); numa perspectiva similar, radicada e validada pela aplicação prática aos domínios da educação e da reeducação, Pinto (1998b: 181-182) aceita que o conhecimento do plano ortográfico acaba por «filtrar» – e, conseqüentemente, *alterar* – os processamentos originais da língua, tais como reflectidos, precisamente, nas primeiras produções escritas dos sujeitos (vd. nota 16).

cer este tipo de acrescentos. Exemplos de tais grafias, oriundas de crianças do 1º ciclo do ensino básico, podem ser encontrados em Pinto (1998b: 173). Esta autora engloba este tipo de produções escritas na categoria dos «erros fonéticos», mais precisamente na sub-categoria das «adições», as quais «(...) correspondem em parte às características da oralidade própria da criança e do seu meio» (Pinto, 1998b: 183). No caso específico de grafias como «*senhore*», a mesma autora identifica, no acrescento de uma sílaba suplementar final, uma estratégia de silabificação ancorada no tipo silábico não-marcado na língua (CV) (Pinto, 1998b: 184, nota 78).

Como tal, a irregularidade verificada a nível da realização/omissão fonética de [i], inviabilizando uma distinção fonética sistemática entre palavras terminadas em consoante e palavras terminadas em consoante+[i], poderia ser resolvida pelos falantes/ouvintes nativos da língua através do recurso ao conhecimento gráfico das palavras, uma vez que, como exposto em 1.2.8, as convenções ortográficas vigentes são muito regulares e sistemáticas no tocante a essa distinção teórica.

Foi o intuito de se neutralizar essa possível interferência do conhecimento ortográfico sobre a capacidade de estabelecer as oposições de que aqui nos ocupamos que motivou a escolha, para a exploração experimental subsequente, de um grupo de crianças em idade pré-escolar – logo, sem qualquer experiência de exposição formal ao ensino das convenções escritas vigentes na ortografia do PE.

Por outro lado, pretendeu-se ainda, no presente trabalho, indagar a capacidade de estabelecer as distinções aqui consideradas a partir de dados não confinados às produções concretas – isto é, à *performance* (cf., para uma referência clássica a respeito deste conceito, Chomsky e Halle, 1968: 3) – dos sujeitos do estudo experimental.

O procedimento que consiste em procurar em *corpora* constituídos por produções fonéticas concretas indícios que comprovem ou refutem determinadas hipóteses teóricas acerca de níveis mais abstractos como a fonologia e o conhecimento fonológico é bastante comum, senão predominante, nos estudos de aquisição e desenvolvimento fonológicos¹⁷. Contudo, essa atitude metodológica não nos pareceu suficiente nem adequada aos propósitos do presente trabalho, nomeadamente por duas razões principais: por um lado, a um nível mais geral, parece-nos algo limitadora a visão que encara a *performance* linguística como um espelho seguro e definitivo da competência linguística dos falantes¹⁸; por outro lado, no caso específico da realização foné-

¹⁷ Cf. a seguinte citação, extraída de um estudo sobre a aquisição dos princípios que governam as estruturas silábicas do PE que se baseia, precisamente, na observação longitudinal de um *corpus* infantil: «Através da observação das produções das crianças, é possível ter acesso ao modo como o conhecimento [linguístico] se organiza (...).» (Freitas, 1997: 11). Compare-se esta citação com a contida na nota seguinte.

¹⁸ A forma como são entendidas as diferenças entre a competência e a *performance* e como cada uma delas é encarada no estudo da outra constitui, aliás, um dos pontos de afastamento entre o pensamento generativista e o pensamento construtivista no que diz respeito à linguagem, como o sintetizam as seguintes palavras de Pinto (1988:8-9): «Acontece (...) que o modo como Chomsky encara a execução [=performance] é um pouco diferente do modo como a considera a Escola de Piaget. Enquanto que para Chomsky (...) os dados experimentais, partindo da execução, poderão levar a inferir uma competência linguística mais pobre do que a que adviria de uma sua análise directa, no

tica de [i], vimos já como certas propriedades associadas à sua produção – como os baixos valores da sua intensidade e duração –, aliadas ao carácter irregular e assistemático da sua produção/omissão, levantam sérias dificuldades à sua detecção nas realizações fonéticas de superfície, mesmo com recurso a técnicas laboratoriais avançadas (vd. 1.2.3).

Assim sendo, optámos por basear as nossas conclusões acerca da capacidade de as crianças participantes no estudo experimental efectuarem as distinções em apreço a partir de uma tarefa de manipulação fonética explícita¹⁹ de materiais verbais do português. A tarefa para o efeito escolhida foi a *segmentação silábica*, que, segundo estudos clássicos como, p. ex., Liberman, Shankweiler, Fischer e Carter (1974), não levantaria dificuldades de maior a crianças compreendidas dentro do intervalo etário da população deste estudo. Com efeito, como é demonstrado por inúmeros estudos que se têm debruçado sobre as *capacidades metafonológicas* infantis, as tarefas que envolvem a sílaba como unidade de manipulação são, em geral, bastante precoces e sempre anteriores às que envolvem o fonema (cf., para uma revisão destes estudos, Stackhouse e Wells, 1997: 53 e ss.)²⁰.

3. Estudo experimental

Numa tentativa de reunir argumentos que fundamentassem, pelo menos em parte, uma resposta, ainda que provisória, à principal questão deste trabalho, desenvolvemos uma investigação experimental que se oferece como uma primeira exploração da interrogação lançada. Quaisquer eventuais conclusões a que chegemos serão, portanto, uma primeira tentativa de estudo da questão em causa, a ser aprofundado em futuros trabalhos.

caso de isso ser possível, o psicolinguista da Escola de Genebra, por seu turno, acrescentará que também pode surgir o perigo oposto. Com efeito, os resultados obtidos através da execução podem levar facilmente a uma sobrevalorização da *competência (...)*» (Pinto, 1988: 8-9).

¹⁹ Em estudos como Delgado Martins (1986), p. ex., são igualmente utilizados procedimentos experimentais que procuram pôr em evidência as capacidades metafonológicas dos sujeitos como via de acesso muito esclarecedora à caracterização das suas intuições linguísticas (no estudo citado, uma das tarefas experimentais, entre outras, é precisamente a segmentação silábica, com resultados obtidos junto de sujeitos adultos falantes de diversas línguas).

²⁰ Esta maior facilidade de manipulação da unidade *sílaba* prender-se-á, porventura, com aspectos de natureza perceptiva; lembremos que, de acordo com certas teorias da percepção da fala como a «*teoria motora*» (Liberman, Cooper, Shankweiler e Studdert-Kennedy, 1967), a sílaba é uma unidade perceptiva fundamental (cf. também Keil e Kelly, 1987). Por outro lado, diversos estudos sobre a aqui-

3.1. População

Constituem a população deste estudo 14 crianças (11 do sexo masculino e 3 do sexo feminino) compreendidas entre os 3 anos e 9 meses e os 6 anos e 5 meses de idade (\bar{x} = 4;9 anos; δ = 10 meses) que frequentaram, durante o ano lectivo 2000/2001, um estabelecimento de ensino pré-escolar privado na cidade da Maia (distrito do Porto). Neste estabelecimento, as crianças encontram-se divididas por três grupos etários: no primeiro grupo, em princípio, cabem todas as crianças que no início do ano lectivo têm idade igual ou inferior a 3 anos; no grupo intermédio, têm lugar aquelas que, no início do ano, se encontram compreendidas entre os 3 e os 4 anos; no escalão das crianças mais velhas, são incluídas todas as crianças com idade de 4 ou 5 anos²¹. As 14 crianças entrevistadas foram todas as que, pertencendo aos escalões intermédio e superior (isto é, tendo idades, aproximadamente, entre os 3;6 e os 5 anos), frequentaram o infantário em que decorreu a aplicação do teste durante o período em que se procedeu a essa aplicação (segunda quinzena do mês de Julho de 2001).

O meio social de que a maioria destas crianças é proveniente pode considerar-se genericamente favorecido, já que as profissões de mais de 90% dos pais e das mães das crianças entrevistadas cabem nas três categorias do topo da Classificação Nacional de Profissões (IEFP, 1994).

As crianças em causa são falantes nativas monolíngues do português europeu, ostentando, na sua maioria, algumas marcas típicas dos dialectos setentrionais da língua, como a realização fonética da vogal nasal [ã] e a neutralização da oposição /b/≠/v/.

Dada a idade e o grau de escolaridade frequentado, nenhuma das crianças da amostra sabe ler ou escrever²².

3.2. Metodologia

Como afirmámos em 2, para o presente estudo pretendemos adoptar uma metodologia de observação que se baseasse não somente na observação de formas de superfície, pelas razões aí apontadas; em alternativa, optámos por recolher e observar um conjunto de segmentações silábicas de palavras do PE.

sição e desenvolvimento da fonologia têm posto em destaque a importância da sílaba no processo aquisitivo da língua (cf., para uma revisão dos argumentos teóricos subjacentes a esta posição, Freitas, 1997:22 e ss.).

²¹ Sucede que, como noutros estabelecimentos, certas crianças são englobadas no grupo a que pertencem não só em função da idade cronológica mas também em função da avaliação subjectiva que as educadoras fazem do seu desenvolvimento.

²² Das crianças entrevistadas, só duas tinham uma idade superior a 6 anos, tendo sido este o último ano em que frequentaram o ensino pré-escolar.

Consequentemente, foi pedido a cada criança que segmentasse as sílabas das palavras apresentadas em 3.3: a seguir à apresentação de cada item lexical do teste, era solicitado à criança que «partisse em bocadinhos» a palavra que, em cada momento, era objecto de atenção.

Para evitarmos, na medida do possível, que as segmentações silábicas apresentadas pelas crianças fossem influenciadas pelas formas fonéticas do experimentador, quisemos evitar o confronto das crianças participantes com as formas fonéticas das palavras a segmentar; em alternativa, foi apresentada, para cada palavra, uma imagem que a representasse ou que, de alguma forma, induzisse a sua produção. Por conseguinte, cada palavra, antes de ser segmentada em sílabas, era articulada pela criança, de acordo, em princípio, com a sua norma dialectal e idiolectal.

Antes da aplicação do teste propriamente dito, a criança era submetida a uma explicação simples e breve da tarefa que lhe ia ser proposta, após o que o experimentador e a criança procediam, em conjunto, a uma série de segmentações como as pretendidas, as quais, naturalmente, não foram tidas em conta para a análise de resultados.

Todos os testes foram aplicados individualmente, tendo todas as crianças participado de forma livre e voluntária no trabalho.

A seguir à segmentação silábica de cada palavra, o experimentador registava em transcrição fonética, numa folha de questionário apropriada, quer a produção fonética da palavra apresentada pela criança, quer a subsequente segmentação silábica.

Cada sessão individual de teste teve uma duração aproximada de 30 minutos.

3.3. *Material linguístico utilizado*

Na decorrência dos dados sumariados nas secções precedentes, o material linguístico usado no trabalho experimental foi dividido em quatro grupos de palavras distintos²³:

– GRUPO 1 («PALAVRAS-CONTROLE»).

Para nos certificarmos da capacidade de as crianças da população estudada segmentarem palavras da sua língua em sílabas, foi-lhes proposta, em primeiro lugar, a segmentação de palavras trissilábicas com a estrutura [CV'CVCV] em que V é sempre uma vogal diferente de [i] (portanto, menos sujeita ao apagamento verificado, de forma frequente, irregular e assistemá-

²³ Além do material verbal dado a conhecer nesta secção do trabalho, outras palavras foram usadas neste teste de segmentação silábica; a sua análise não será adiantada no presente estudo, por limitações de ordem distinta.

tica, com esta última – vd. nota 10). Integram este grupo de palavras os seis substantivos seguintes:

<i>batata</i>	<i>janela</i>
<i>camisa</i>	<i>banana</i>
<i>caneta</i>	<i>borracha</i>

– GRUPO 2: PALAVRAS TERMINADAS GRAFICAMENTE EM «-e» ANTECEDIDO DE CONSOANTE NÃO ADMITIDA EM POSIÇÃO FINAL ABSOLUTA

Constituem este grupo seis palavras terminadas graficamente em «-e», sendo esta vogal antecedida de consoante diferente das únicas consoantes que, segundo as descrições fonológicas do PE (vd. 1.2.7), podem ocorrer em final de palavra (/ʃ l r/):

<i>carne</i>	<i>doce</i>
<i>chave</i>	<i>leite</i>
<i>grande</i>	<i>pente</i>

– GRUPO 3: PALAVRAS TERMINADAS GRAFICAMENTE EM «-e» ANTECEDIDO DE CONSOANTE ADMITIDA EM POSIÇÃO FINAL ABSOLUTA

Pertencem a este grupo seis palavras terminadas graficamente em «-e» antecedido de uma das consoantes admitidas em final de palavra, de acordo com as descrições mencionadas no parágrafo anterior (/ʃ l r/):

/ʃ/	/l/	/r/
<i>peixe</i>	<i>pele</i>	<i>árvore</i>
<i>fantoche</i>	<i>mole</i>	<i>tigre</i>

– GRUPO 4: PALAVRAS TERMINADAS GRAFICAMENTE EM CONSOANTE

Este grupo é também formado por seis palavras, que apresentam em posição final absoluta as mesmas consoantes que, nas palavras do Grupo 3, ocorrem antes de «-e» ortográfico final²⁴:

²⁴ Referimo-nos aqui às consoantes enquanto elementos fonológicos, e não aos símbolos ortográficos que as representam.

/ʃ/	/l/	/r/
<i>lápis</i>	<i>papel</i>	<i>colher</i>
<i>rapaz</i>	<i>azul</i>	<i>professor</i>

Na selecção do material linguístico dos 4 grupos de palavras, tentámos, tanto quanto nos foi possível, escolher palavras que, respeitando as restrições fonológicas pretendidas, fossem previsivelmente do conhecimento das crianças da população, atendendo ao seu nível etário, e que fossem facilmente induzidas, nomeadamente por apresentação de imagens visuais (vd. 3.2).

As palavras, à excepção das do Grupo 1 – que foram apresentadas antes das restantes, seguindo a ordem pela qual ocorrem na lista supra transcrita –, foram apresentadas às crianças participantes em ordem aleatória.

3.4. Resultados

Na análise de resultados que se seguirá, apresentaremos, num primeiro momento, os resultados obtidos com os dois primeiros grupos de palavras acima enunciados; a sua observação permitir-nos-á, no caso das palavras do Grupo 1, verificar a capacidade de segmentação silábica das crianças da amostra e, no caso das palavras do Grupo 2, obter uma primeira amostragem da forma como a terminação «-e» é processada em falantes sem conhecimento das convenções ortográficas da língua.

Nesta análise, teremos em conta predominantemente as segmentações silábicas apresentadas; os dados relativos à sua produção fonética serão tomados em consideração a título meramente indicativo, já que, pelas razões repetidamente enunciadas em momentos anteriores, uma investigação mais consistente a propósito deste assunto exigiria um outro tipo de abordagem e de suporte experimental (vd. 1.2.3 e 2).

As segmentações silábicas dos Grupos 3 e 4 serão estudadas em confronto entre si: procuraremos ver se, neste grupo de sujeitos, existem diferenças estatisticamente significativas, a nível da segmentação silábica, entre as palavras de um grupo e de outro.

3.4.1. Palavras do Grupo 1

Dos 14 sujeitos que constituem a população deste estudo, só 1 (uma criança do sexo masculino, com 4;1 anos de idade) se mostrou totalmente incapaz de segmentar em sílabas o material verbal que lhe foi apresentado. Das restantes 13 crianças:

- 10 apresentaram segmentações silábicas do material verbal com a estrutura [CV.CV.CV] – ainda que, em alguns casos, a partir, naturalmente, da

forma fonética que certas palavras assumem no estágio de desenvolvimento articulatorio das crianças (p. ex., nas crianças que articulam a fricativa /z/ da língua como [θ], encontrámos segmentações como [kɐ.'mi.θɐ]);

- as restantes 3 crianças apresentaram segmentações do tipo [CV.CVCV] (p. ex.: [bɐ.'tate] ou [kɐ.'mizɐ]). Destas 3 crianças, 2 usaram esta estratégia de divisão nas 6 palavras deste grupo; a outra seguiu-a apenas em 3 destas 6 palavras, segmentando as 3 restantes de acordo com o padrão mencionado no parágrafo anterior ([CV.CV.CV]).

Assumimos, então, que a generalidade dos sujeitos da população se mostra capaz da tarefa de segmentação silábica, nos moldes em que lhe é proposta na situação experimental presente, e que, como tal, o protocolo experimental subsequente (com as restantes palavras) poderia ser aplicado. Esta assunção é adoptada inclusivamente para as 3 crianças que, não tendo segmentado as 3 sílabas de cada um dos trissílabos deste grupo de palavras, apresentaram segmentações de tipo [CV.CVCV], já que elas indiciam, ainda que limitadamente, algum tipo de capacidade de segmentação silábica.

A única criança na qual identificámos uma incapacidade séria de segmentação silábica foi a que, neste grupo de palavras, não apresentou qualquer segmentação silábica, tendo-se limitado a articular na íntegra as palavras-alvo do teste. Por esta razão, esta criança foi excluída da aplicação dos testes com as palavras seguintes.

3.4.2. Palavras do Grupo 2

Na segmentação silábica das seis palavras bissilábicas terminadas graficamente em «-e» antecedido de consoante diferente de /ʃ l r/, constatamos, em primeiro lugar, que as 13 crianças testadas apresentam segmentações de todas estas palavras.

A constatação mais importante, porém, é que 100% dessas segmentações silábicas prevêm, no final da palavra, não uma consoante, mas uma sílaba formada por consoante e [i]: de facto, a segmentação correspondente, nas 13 respostas respectivas, a cada uma destas 6 palavras obedece, no tocante à sua terminação, ao padrão [...x.Ci] (em que [...x] representa todos os segmentos anteriores à sequência final em estudo, irrelevantes de momento, e C corresponde à consoante que, em cada palavra, antecede a vogal representada ortograficamente por «-e»; ex^{os} deste tipo de segmentações silábicas: ['grɛ̃.di], ['pɛ̃.ti]).

Estes resultados contrastam com as produções fonéticas apresentadas pelas mesmas crianças: nas transcrições fonéticas registadas pelo experimentador no momento da recolha dos dados – sujeitas às reservas que a falta de um estudo

acústico laboratorial das produções infantis naturalmente levanta e às considerações contidas em 1.2.3 e em 2 relativas às dúvidas que a detecção de realizações fonéticas de [i] normalmente sugere – somente 29,9% das realizações contemplam a produção fonética clara de um [i] em posição final, contra 70,1% de produções que, nessa mesma recolha, ocorrem como terminadas em consoante.

3.4.3. Palavras dos Grupos 3 e 4

Agruparemos, nesta análise de resultados, as respostas dadas às palavras terminadas em «-e» ortográfico ou em consoante em função da consoante que ocorre precisamente antes da vogal considerada ou no final absoluto da palavra (/ʃ/, /l/ ou /r/).

As segmentações silábicas apresentadas pelas 13 crianças a quem foram solicitadas serão categorizadas, nesta apresentação dos resultados, em dois tipos: segmentações que prevêm palavras terminadas em consoante («Segmentação I»); e segmentações que prevêm palavras terminadas em [i] («Segmentação II»).

Nas respostas englobadas na «Segmentação I», incluímos as segmentações em que uma consoante final é claramente associada à coda de uma última sílaba cujo núcleo é, na maior parte dos casos, a vogal tónica da palavra, registando-se, nas palavras ortograficamente terminadas em «-e», a supressão da sílaba final de que [i] seria o núcleo (p. ex.: [pe], para «pele»; [pejʃ], para «peixe»; [pɐ.'pe], para «papel»; [v.'zu], para «azul»). Nas respostas incluídas na «Segmentação II», incluímos as segmentações em que a consoante é nitidamente destacada da sílaba que a precede, sendo apresentada pelas crianças da população como ataque de uma sílaba final em que [i] ocorre como núcleo (p. ex., e nas mesmas palavras acima referidas: ['pe.li], ['pej.ʃi], [pɐ.'pe.li], [v.'zu.li]).

/ʃ/

Veremos, neste momento, as segmentações silábicas suscitadas, junto das 13 crianças da população, pelas palavras «peixe» e «fantoche», por um lado (Grupo 3), e, por outro, «lápiz» e «rapaz» (Grupo 4).

O quadro seguinte indica, em termos percentuais relativos às 13 crianças estudadas, as principais categorias de respostas consideradas. Em relação à palavra «fantoche», refira-se que 3 das 13 crianças afirmaram não a conhecer e que, como tal, não apresentaram qualquer segmentação da mesma (pelo que as percentagens indicadas no Quadro 1 na coluna respectiva tomam em consideração apenas as 10 segmentações silábicas efectivamente apresentadas pela população em relação a esta palavra).

Quadro 1 – Número e percentagens das segmentações silábicas que admitem as palavras como terminadas em consoante ou em vogal nas 13 crianças da amostra submetidas a este teste (palavras terminadas em /s/ + «-e» ou /s/)

	«Peixe»	«Fantoche»	«Lápis»	«Rapaz»
SEGMENTAÇÃO I: Segmentações que apresentam as palavras como terminadas em consoante	1 (7,7%)	3 (30%)	13 (100%)	13 (100%)
SEGMENTAÇÃO II: Segmentações que apresentam as palavras como terminadas em vogal	12 (92,3%)	7 (70%)	0 (0%)	0 (0%)

OBS. – Para a palavra «fantoche», foram recolhidas apenas 10 segmentações, visto 3 das 13 crianças participantes terem declarado desconhecer a palavra; as percentagens são calculadas em relação ao número de segmentações recolhidas para a palavra respectiva junto da população.

Comparando as segmentações silábicas, de acordo com a categorização a que foram submetidas, respeitantes a cada uma das palavras do Grupo 3 com as relativas a cada uma das do Grupo 4, observamos que as diferenças constatadas são sempre significativas²⁵: «Peixe» vs. «Lápis»: $Q=12$, g.l.=1, $p<0,005$; «Peixe» vs. «Rapaz»: $Q=12$, g.l.=1, $p<0,005$; «Fantoche» vs. «Lápis»: $Q=7$, g.l.=1, $p<0,05$; «Fantoche» vs. «Rapaz»: $Q=7$, g.l.=1, $p<0,05$.

//

Passando agora às segmentações silábicas das palavras terminadas ortograficamente em «-le» e em «-l», observaremos as respostas das 13 crianças da população perante as palavras «pele» e «mole» (Grupo 3), por um lado, e «papel» e «azul» (Grupo 4), por outro.

No Quadro 2, indicamos os valores respeitantes às duas categorias de respostas consideradas.

Comparando qualquer uma das palavras do Grupo 3 com qualquer outra do Grupo 4, verifica-se que só na comparação entre as palavras «mole» e «papel» existe uma diferença estatisticamente significativa quanto ao tipo de segmentação silábica preferencialmente adoptado pelos sujeitos ($Q=4,5$, g.l.=1, $p<0,05$). Todas as outras comparações são, do ponto de vista estatístico, não-significativas.

²⁵ Todas as comparações estatísticas de resultados que efectuámos basearam-se no teste (não-paramétrico) do Q de Cochran para dados nominais.

Quadro 2 – Número e percentagens das segmentações silábicas que admitem as palavras como terminadas em consoante ou em vogal nas 13 crianças da amostra submetidas a este teste (palavras terminadas em /l/+«-e» ou /l/)

	«Pele»	«Mole»	«Papel»	«Azul»
SEGMENTAÇÃO I: Segmentações que apresentam as palavras como terminadas em consoante	6 (46,2%)	2 (15,4%)	8 (61,5%)	7 (53,8%)
SEGMENTAÇÃO II: Segmentações que apresentam as palavras como terminadas em vogal	7 (53,8%)	11 (84,6%)	5 (38,5%)	6 (46,2%)

OBS. – As percentagens são calculadas em relação ao número de segmentações recolhidas para a palavra respectiva junto da população.

/r/

Finalmente, deter-nos-emos sobre as segmentações silábicas das palavras terminadas ortograficamente em «-re» e em «-r», atendendo nas respostas dadas às palavras «*árvore*» e «*tigre*» (Grupo 3) e «*colher*» e «*professor*» (Grupo 4).

Os resultados das segmentações obtidas junto destas palavras constam do Quadro 3. As palavras «*árvore*», «*colher*» e «*professor*» recolheram somente

Quadro 3 – Número e percentagens das segmentações silábicas que admitem as palavras como terminadas em consoante ou em vogal nas 13 crianças da amostra submetidas a este teste (palavras terminadas em /r/+«-e» ou /r/)

	«Árvore»	«Tigre»	«Colher»	«Professor»
SEGMENTAÇÃO I: Segmentações que apresentam as palavras como terminadas em consoante	6 (8,3%)	0 (0%)	6 (50%)	9 (75%)
SEGMENTAÇÃO II: Segmentações que apresentam as palavras como terminadas em vogal	11 (91,7%)	13 (100%)	6 (50%)	3 (25%)

OBS. – Para cada uma das palavras «*árvore*», «*colher*» e «*professor*», foram recolhidas apenas 12 segmentações; as percentagens são calculadas em relação ao número de segmentações recolhidas para a palavra respectiva junto da população

12 segmentações cada, visto para cada uma delas uma das crianças participantes não ter querido apresentar qualquer segmentação: por esta razão, as percentagens indicadas no quadro são calculadas somente em função das segmentações efectivamente recolhidas para cada palavra.

Comparando qualquer uma das palavras do Grupo 3 com qualquer outra do Grupo 4, constata-se que as diferenças quanto às segmentações silábicas terminadas em consoante ou terminadas em [i] são sempre significativas: «Árvore» vs. «Colher»: $Q=4$, g.l.=1, $p<0,05$; «Árvore» vs. «Professor»: $Q=7$, g.l.=1, $p<0,05$; «Tigre» vs. «Colher»: $Q=6$, g.l.=1, $p<0,05$; «Tigre» vs. «Professor»: $Q=9$, g.l.=1, $p<0,005$.

3.5. Discussão dos resultados

A observação dos resultados obtidos nesta exploração experimental sugere-nos alguns comentários, conforme passamos a expor, para cuja formulação teremos sempre em mente que a investigação do problema aqui efectuada se realizou com um número de sujeitos muito diminuto e com um material verbal limitado, o que impede uma extrapolação absolutamente segura de quaisquer considerações finais para situações de âmbito mais geral. Com as observações que se seguem, pretendemos, acima de tudo, delinear algumas interrogações e pistas a desenvolver em estudos posteriores.

Em primeiro lugar, pensamos ter reunido alguma evidência empírica que confirma a existência de uma capacidade genérica de segmentação silábica em crianças portuguesas em idade pré-escolar: recorde-se que, no conjunto de 14 sujeitos com uma média de idades de 4;9 anos ($\delta=10$ meses) a quem foi solicitada a segmentação das palavras do Grupo 1, só uma das crianças se mostrou totalmente incapaz de realizar a tarefa solicitada.

Em relação aos objectivos mais específicos do presente trabalho e à sua questão central, começaremos por salientar que, em 100% das segmentações das palavras do Grupo 2 (palavras terminadas em consoante diferente de /s l r/ seguida de «-e»), as crianças da população apresentaram respostas que contemplam a existência, em tais palavras, de uma sílaba final constituída pela consoante, em ataque, e por [i] na posição de núcleo (vd. 3.4.2).

A primeira observação que este resultado parece autorizar-nos, desde já, é que, apesar de essa vogal final não ser realizada foneticamente num número muito significativo de situações de enunciação – vd. 1.2.3 e os próprios dados relativos à produção fonética destas palavras pelas crianças participantes, onde nos foi possível constatar que essa vogal foi dotada de uma articulação clara em somente 29,9% das produções recolhidas (vd. 3.4.2) –, as crianças mostram uma certa forma de consciência da sua existência na forma teórica

das palavras em causa²⁶. O facto de, nestas palavras, *todas* as segmentações silábicas admitirem uma vogal [i] final – lembrando que, nas palavras do Grupo 3, as mesmas segmentações, ainda que claramente maioritárias, não atingiram percentagens tão expressivas como os 100% aqui registados (vd. 3.4.3) – terá ficado a dever-se, segundo cremos, à interiorização, no conhecimento fonológico dos sujeitos do presente estudo, das restrições de ocorrência de consoantes diferentes de [ʃ l r] em final de palavra. Com efeito, qualquer segmentação explícita que colocasse em final de palavra consoantes diferentes dessas – como teria sucedido, caso os sujeitos tivessem optado por tais análises, com as palavras deste grupo – representaria sempre uma violação de tais restrições de ocorrência. Violações desse tipo não se verificam, naturalmente, em segmentações silábicas que, nas palavras do Grupo 3, coloquem as consoantes respectivas em posição de final absoluto de palavra, uma vez que estas são admitidas em tal posição lexical. Quanto a nós, a representação deste tipo de restrições no conhecimento fonológico dos nossos sujeitos constitui uma explicação aceitável para a total ausência das segmentações a que chamámos «Segmentação I» nas palavras do Grupo 2, por oposição à detecção de uma quantidade, ainda que minoritária, desse tipo de segmentações com as palavras do Grupo 3.

Estas observações parecem-nos adicionalmente confirmadas pelos resultados obtidos com as palavras dos Grupos 3 e 4 (vd. 3.4.3), em que a comparação de uns e outros nos permite considerações mais fundamentadas sobre a capacidade de distinguir as palavras terminadas em consoante das terminadas na sequência gráfica «consoante+«-e»». Deixando de lado, neste momento, os dados obtidos com as palavras em que a consoante final ou antes de «-e» é a lateral, recordaremos que, nas palavras terminadas em /ʃ/ ou /r/: (i) se a consoante ocorre, na forma ortográfica, antes de «-e», as segmentações apresentadas maioritariamente pelas crianças contemplam a existência de uma sílaba [.Ci] final, mas (ii) se tal consoante ocorre, na forma ortográfica, em posição final absoluta, as segmentações das crianças associam maioritariamente a consoante à coda de uma sílaba final, sem que haja lugar, em tais segmentações, para qualquer sílaba átona final aberta formada pela consoante em causa em ataque e por um [i] em núcleo (vd. Quadros 1 e 3) – sendo estatisticamente

²⁶ Analisando, num grupo de crianças portuguesas em idade pré-escolar, a produção de palavras foneticamente realizáveis, na maior parte das ocorrências, com sequências [ʃ]+consoante resultantes do apagamento fonético de [i] em posição não final, Freitas (1997:285 e ss.) observa uma idêntica recuperação da forma teórica de tais palavras, considerando os seus sujeitos capazes de «(...) reconstituir as propriedades fonológicas do sistema, a partir de um *input* foneticamente degradado» (Freitas, 1997:302).

significativas, em todos os casos, as diferenças entre os dois tipos de segmentação silábica no confronto das duas situações que acabamos de enumerar sob (i) e (ii) (vd. 3.4.3).

Em face destes resultados, parece-nos ser de aceitar que a irregularidade e a assistemática associadas à realização fonética de [i] do PE contemporâneo referidas em 1.2.3 e confirmadas pela breve observação da sua produção articulatória neste mesmo estudo (vd. 3.4.2) não constituem um obstáculo à distinção sistemática, a nível do conhecimento implícito dos falantes acerca das estruturas fonológicas da sua língua, entre terminações consonânticas e terminações que admitem na forma teórica das palavras uma vogal realizável como [i] a seguir à consoante, mesmo em sujeitos sem conhecimento da regularidade ortográfica que acompanha esta distinção.

Pondo aqui em realce, aliás, que quaisquer pistas acerca do lugar desta vogal na forma teórica destas palavras fornecidas pela sua forma ortográfica – pistas cuja funcionalidade admitiríamos, com base nas observações de Morais (1994) e Pinto (1998b) referidas em 2, em sujeitos escolarizados – não são de admitir no caso presente²⁷, visto os sujeitos do trabalho experimental serem crianças em idade pré-escolar sem nenhuma experiência de aprendizagem ortográfica, torna-se pertinente que nos interroguemos acerca de possíveis pistas que preservem no conhecimento fonológico dos falantes uma distinção que, como vimos, é praticamente neutralizada a nível da realização fonética. Quanto a nós, a explicação para esta preservação, nestes sujeitos, poderá residir em duas ordens de factores:

- Por um lado, em factores de ordem fonética, como os sugeridos pelo estudo de Andrade (1993) cujas conclusões referimos em 1.2.4: mesmo quando a vogal [i] é elidida da articulação, não correspondendo, por conseguinte, na forma fonética das palavras a um segmento discreto e localizável na cadeia sonora linear, a sua existência a nível da forma teórica – e, concomitantemente, a sua preservação a nível perceptivo – será

²⁷ Uma outra pista que, na nossa situação experimental, não podemos considerar como funcional na indicação da presença da vogal em causa na forma subjacente das palavras em estudo é a eventual comparação dessas palavras com formas morfológicamente aparentadas em que tal vogal, em posição tónica, fosse foneticamente realizada como [e] ou [ɛ]. Tal comparação, nas palavras em que se torna possível, poderá, na verdade, servir como pista para a aceitação de um [i] nas formas subjacentes respectivas. Como, porém, afirmámos em diversas passagens do texto, em palavras como as que estudámos neste trabalho – assim como nas formas enclíticas do PE – ela não é possível; logo, não é dotada de nenhuma funcionalidade junto dos falantes da língua para que o seu conhecimento fonológico contemple a presença da vogal em causa e do seu valor distintivo nas palavras aqui consideradas.

conservada por índices acústicos associados a segmentos adjacentes, nomeadamente pela duração das consoantes contíguas à posição ocupável por [i];

- Por outro lado, será de admitir, nesta preservação, a importância de factores de natureza morfológica e fonológica. Um exemplo de tais factores e da sua funcionalidade na preservação da distinção em estudo seria, possivelmente e a título de exemplo, a assimilação de /ʃ/ em posição final absoluta. Este é um fenómeno regular em PE e consiste na realização de /ʃ/ como [z] sempre que esta consoante se encontre em posição final absoluta de palavra e antes de palavra iniciada por vogal (p. ex.: a realização do morfema de plural do substantivo numa sequência como «casas amarelas»=[ˈkazɐz ɐmɐˈrɛlɐʃ]; cf. Mateus, 1975:34). No caso das palavras terminadas em /ʃ/ e em /ʃ/ + «-e», esta assimilação verifica-se apenas nas primeiras (palavras que não contemplam, teoricamente, uma vogal final): nas palavras usadas nos nossos testes, esta assimilação dá-se com «lápis» e «rapaz», não se constatando em «peixe» e «fantoche» – cf. as realizações fonéticas de combinações como «lápis amarelo» e «rapaz engracado» (ambos com a assimilação /ʃ/ → [z]) vs. «peixe azul» e «fantoche antigo» (em que tal assimilação não se verifica, deixando pressupor a existência, a nível teórico, de uma vogal que «trava» o fenómeno combinatorio referido)²⁸.

Em nosso entender, é bastante plausível que dados como os enumerados nos dois parágrafos anteriores – com os quais os sujeitos deparam ao longo do seu processo de aquisição da língua – ofereçam aos falantes/ouvintes pistas para a preservação da distinção que aqui nos ocupa, suprimindo assim a lacuna que a sua neutralização a nível fonético poderia originar. Uma investigação que aprofunde o papel destas e de outras pistas na preservação da distinção aqui considerada – inclusivamente, das pistas fornecidas pelo conhecimento ortográfico que, pelas razões apontadas, aqui quisemos deliberadamente excluir – torna-se, a nosso ver, muito pertinente, sendo nosso objectivo explorá-las em trabalhos futuros.

Um caso especial, nos dados recolhidos, parece corresponder às palavras terminadas em «-l» e «-le». Ao contrário do que sucede com as restantes palavras, nestas não se verificou uma distinção sistemática, ao nível das segmentações siláb-

²⁸ Segundo Mateus *et al.* (1989:364), esta ausência de assimilação nas formas terminadas graficamente em «-e» (ainda que nem sempre terminadas foneticamente em [i]) explica precisamente a aceitação de uma vogal final na forma teórica de tais palavras.

bicas, entre as palavras ortograficamente terminadas em consoante e as terminadas em consoante+«-e». Observando o Quadro 2, constatamos que as percentagens relativas a um tipo de segmentação e a outro se repartem de forma menos regular pelos dois sub-grupos de palavras, tendo sido encontrada uma única diferença estatisticamente significativa entre os dois tipos de resposta (quando comparamos as respostas às palavras «*mole*» e «*papel*», conforme foi referido).

A investigação desenvolvida no presente estudo não nos fornece, pelo menos aparentemente, explicações satisfatórias para esta situação: pelo contrário, admitindo-se, como admitimos anteriormente, que certos factores de ordem morfológica e fonológica podem contribuir para preservar uma distinção que foneticamente não é, por norma, preservada, seria de esperar que também nas palavras com uma lateral na última sílaba factores dessa natureza mostrassem alguma funcionalidade. Um desses factores poderia ser, por exemplo, a formação dos plurais dos nomes em causa: de acordo com a gramática normativa da língua, os nomes terminados em «-l» apresentam plurais sem a articulação fonética da lateral («*papéis*» e «*azuis*», no caso das palavras incluídas nos nossos testes de segmentação silábica – cf. Cunha e Cintra, 1986:186), ao passo que os nomes terminados em «-le» mantêm, no seu plural, a articulação de [l] («*peles*» e «*moles*»). Sendo esta formação dos plurais dos nomes terminados em «-l»/«-le» um dado com os quais os sujeitos, no decurso da sua aquisição linguística, tomam contacto, ela poderia fornecer aos falantes/ouvintes nativos evidência suficiente para a preservação da distinção em causa (tal como supostamente o faz, de acordo com o exposto anteriormente, a assimilação de /s/ no tocante à preservação da distinção entre palavras terminadas em /s/ e palavras terminadas em /s/+«-e»). Todavia, este possível efeito deste facto de natureza morfofonológica não se nos afigura como satisfatoriamente demonstrado, em face dos resultados obtidos pelo presente estudo com as palavras com uma lateral em sílaba final.

Perante estas constatações, torna-se portanto menos clara uma eventual explicação para este comportamento especial da lateral, o que, uma vez mais, requer o aprofundamento dos nossos resultados em estudos subsequentes. Para a compreensão deste aspecto em particular, tais estudos deverão, quanto a nós, tentar dar resposta às interrogações que se seguem:

- 1 – Existirão causas fonéticas específicas, associadas à produção articulatória e acústica de [l], que se sobreponham aos eventuais índices fonéticos que preservam a distinção em causa nas palavras terminadas nas outras consoantes?
- 2 – Poderemos considerar que, no caso das palavras terminadas ortograficamente em «-le», a elisão de [i] se encontra já completamente consu-

mada e integrada no plano fonológico da língua? Isto é: será possível que, nesses casos, a própria forma teórica das palavras já não contemple a existência de tal vogal final, fazendo com que não faça sequer sentido falarmos, em tais casos, de uma «elisão»?

Para encontrarmos algum esclarecimento a esta última questão – sublinhando que uma resposta afirmativa explicaria a ausência de uma distinção sistemática e clara encontrada nos resultados patentes no Quadro 2 deste estudo –, seria necessário, em nossa opinião, proceder a duas investigações de alguma forma independentes entre si:

- (a) Por um lado, seria importante verificar se a formação dos plurais anteriormente referida é efectivamente respeitada pela maioria dos falantes da língua ou se, pelo contrário, deve ser encarada somente como um preceito normativo a carecer de revisão em face do uso. Com efeito, já nos foi possível constatar empiricamente a formação de certos plurais que desrespeitam a «regra» de formação dos plurais de palavras terminadas em «-le», em formas como, p. ex., [pɛjʃ] para o plural de «pele». Este facto indicará, em princípio, que muitos falantes não admitem, na forma teórica do singular de palavras como a citada, a presença de uma sílaba final [.li], aplicando na formação do plural, conseqüentemente, os procedimentos correspondentes às palavras teoricamente terminadas em lateral;
- (b) Concomitantemente, sabendo-se que a lateral em final de palavra (mais concretamente, em final de sílaba) sofre em PE uma velarização que determina que a sua forma fonética seja [ʎ] (Morais Barbosa, 1965:181; Mateus e Andrade, 2000:12), tornar-se-ia esclarecedor submeter a realização fonética das palavras terminadas em «-le» a uma investigação laboratorial alargada que tivesse por objectivo verificar se os falantes do PE velarizam ou não a lateral dessas palavras. Caso uma investigação como essa demonstrasse uma velarização sistemática dessa consoante, ver-se-ia confirmado, em nossa opinião, que, no estágio actual da língua, a distinção entre palavras terminadas em lateral e palavras terminadas em lateral+«-e» não é pertinente. Nesse caso, poder-se-ia concluir que a distinção gráfica «-l»/«-le» pretende apenas conservar uma distinção *etimológica* já não atestada nas capacidades distintivas dos falantes nativos da língua – o que, uma vez mais, explicaria os resultados peculiares obtidos no presente estudo com as palavras com lateral em sílaba final (vd. Quadro 2).

Reservamos, nesta parte final da discussão dos nossos resultados, algum espaço para a questão da existência, no inventário fonológico do PE contemporâneo, de um segmento correspondente à vogal [i] que encontramos nas terminações das formas nominais sobre que nos debruçámos neste estudo. Como foi referido em 1.2.6, devido ao facto de esta vogal ser entendida sempre como átona (argumento que não é inteiramente validado pela observação de produções fonéticas concretas em que esta vogal, em certas circunstâncias, pode ocupar posição tónica – vd. nota 7), as descrições fonológicas da língua concebem-na sempre como a realização de superfície de uma vogal como /e/ ou /ɛ/. Como já anteriormente afirmámos (vd. 1.2.6), em palavras morfologicamente aparentadas com outras que demonstrem claramente que [i] resulta da elevação e centralização de /e/ ou /ɛ/ por questões acentuais (ex.^{os}: [di'dadɐ] e [si'gɐjɾɐ], derivadas morfologicamente de /'dedu/ e /'segu/) não se nos oferecem dúvidas relativamente a essa interpretação. Porém, em palavras como as que incluímos no material linguístico do nosso trabalho experimental – palavras terminadas em [i] não obrigatória foneticamente (correspondente, segundo Mattoso Câmara (1970:87, 89), a uma «vogal temática») –, consideramos essa interpretação desajustada de uma descrição satisfatória da língua, visto não existir nenhuma possibilidade de efectuar comparações com outras formas morfologicamente aparentadas que demonstrem, no lugar desse [i], um /e/ ou um /ɛ/ tónicos. Estas observações aplicar-se-iam ainda a outras palavras, de que são um exemplo muito particular as formas enclíticas do PE contemporâneo.

Assim sendo, conjugando as nossas observações preliminares contidas em 1.2.6 com os resultados observados no estudo experimental e a respectiva discussão aqui empreendida, inclinamo-nos para a aceitação, também encontrada nos estudos da área da fonética referidos em 1.2.6 (Delgado Martins, 1975; Andrade, 1993), da existência de uma vogal fonológica /i/ como tal representada na forma subjacente das palavras e, conseqüentemente, como tal merecendo ser incluída nos inventários segmentais do PE contemporâneo.

4. Conclusões

Os resultados obtidos no estudo experimental, bem como a discussão delineada no ponto 3 antecedente, permitem-nos extrair algumas observações finais que, como já fizemos ver no momento da discussão dos resultados, apresentam algumas limitações motivadas pelo carácter reduzido da população e do material linguístico do estudo efectuado.

Em primeiro lugar, salientaremos, uma vez mais, que o estudo efectuado reúne argumentos que nos permitem aceitar, em sujeitos em idade pré-escolar

adquirentes do PE como língua materna, uma capacidade de segmentação silábica visivelmente estabelecida.

Por outro lado, pensamos ter contribuído para a demonstração de que a oposição entre palavras terminadas em consoante e aquelas que a ortografia vigente estabelece que se escrevam com consoante+«-e», ainda que foneticamente pouco preservada, é uma oposição funcional e pertinente na língua, sendo contemplada pelas intuições dos seus falantes mesmo antes da aprendizagem da escrita no que diz respeito às palavras em que a consoante em causa é /s/ ou /t/.

A preservação desta distinção nos sujeitos falantes da língua derivará, presumivelmente, quer de factores de ordem fonética (nomeadamente, de acordo com estudos como o de Andrade (1993), a duração das consoantes adjacentes a [i] elidido), quer de factores de ordem morfológica e fonológica (como certos fenómenos combinatórios), conforme adiantámos na discussão dos resultados e que nos parecem merecedores de um aprofundamento ulterior.

Assim sendo, julgamos legitimadas e justificadas as opções da ortografia convencional vigente para estas palavras, que conservam uma oposição que nos parece presente nas capacidades distintas dos próprios falantes/ouvintes da língua. No caso das palavras com uma lateral na sílaba final, o presente estudo deixa em aberto uma série de questões (vd. 3.5) que gostaríamos de ver mais esclarecidas futuramente, mas admitimos desde já a hipótese de que nessas palavras, independentemente de a grafia oficial contemplar ou não um «-e» final a seguir à lateral, muito provavelmente a forma teórica prevalecente no conhecimento linguístico dos sujeitos não contempla um [i] final.

Finalmente, uma última conclusão que pensamos poder retirar do estudo que agora damos por concluído é a que nos faz aceitar a integração de um segmento fonológico /i/ no inventário segmental do PE contemporâneo; a sua presença, com valor distintivo, na última posição segmental das formas teóricas correspondentes, precisamente, às terminações das palavras exploradas neste trabalho (com excepção, provavelmente, das que contêm uma consoante lateral na sílaba final), assim como, por exemplo, nas formas enclíticas da língua, parece-nos minimamente confirmada pelos resultados obtidos neste mesmo estudo.

Referências

- ANDRADE, A. (1993) – «Estudo Acústico de Sequências de Oclusivas em Português Europeu», in *Actas do IX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (Coimbra, 1993)*, Lisboa, APL/Colibri, 1994, pp. 1-15.

- ANDRADE, A.; VIANA, M. C., (1996) – «Fonética», in FARIA, I. H.; PEDRO, E. R.; DUARTE, I.; GOUVEIA, C. A. M., orgs., 1996 – *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, pp. 115-167.
- BARROSO, H. (1999) – *Forma e Substância da Expressão da Língua Portuguesa*, Coimbra, Almedina.
- CHOMSKY, N.; HALLE, M. (1968) – *The Sound Pattern of English*, New York, Harper & Row.
- CINTRA, L. F. L.; RIBEIRO, J. A. P., orgs. (1973) – *A. R. Gonçalves Viana – Estudos de Fonética Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- COMPANYS, M., 1954 – «Notes sur les finales atones portugaises après consonne sourde», in *Revista do Laboratório de Fonética Experimental* (Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra), II, pp. 105-127.
- CRUZ-FERREIRA, M. (1999) – «Portuguese (European)», in INTERNATIONAL PHONETIC ASSOCIATION (1999) – *Handbook of the International Phonetic Association. A Guide to the Use of the International Phonetic Alphabet*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 126-130.
- CRYSTAL, D. (1992) – *An Encyclopedic Dictionary of Language and Languages*, London, Penguin, 1994.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. (1986) – *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa, Sá da Costa, 3.^a ed.
- DELGADO MARTINS, M. R. (1975) – «Vogais e Consoantes do Português: Estatística de Ocorrência, Duração e Intensidade», in *Boletim de Filologia*, XXIV (1-4), pp. 1-11.
- DELGADO MARTINS, M. R. (1986) – *Sept Etudes sur la Perception*, Lisboa, INIC.
- DELGADO-MARTINS, M. R. (1996) – «Relação fonética/fonologia: A propósito do sistema vocálico do português», in *Congresso Internacional sobre o Português. Actas. Volume I* (org. I. Duarte e I. Leiria), Lisboa, Edições Colibri/APL, pp. 311-325.
- DUBOIS, J.; GIACOMO, M.; GUESPIN, L.; MARCELLESI, C.; MARCELLESI, J.-L.; MÉVEL, J.-P., (1991) – *Dictionnaire de Linguistique*, Paris, Larousse.
- DURAND, J. (1990) – *Generative and Non-Linear Phonology*, London/New York, Longman.
- FARIA, I. H.; PEDRO, E. R.; DUARTE, I.; GOUVEIA, C. A. M., orgs. (1996) – *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, Lisboa, Caminho.
- FREITAS, M. J. (1997) – *Aquisição da Estrutura Silábica do Português Europeu*. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, policopiada.
- GONÇALVES VIANA, A. R. (1883) – *Essai de phonétique et de phonologie de la langue portugaise, d'après le dialecte actuel de Lisbonne*, Paris, Imprimerie Daupéley. Facsimilado em CINTRA, L. F. L.; RIBEIRO, J. A. P., orgs. (1973) – *A. R. Gonçalves Viana – Estudos de Fonética Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, pp. 83-152.
- GONÇALVES VIANA, A. R. (1892) – *Exposição da pronúncia normal portuguesa para uso de nacionais e estrangeiros*, Lisboa, Imprensa Nacional. Facsimilado em CINTRA, L. F. L.; RIBEIRO, J. A. P., orgs. (1973) – *A. R. Gonçalves Viana – Estudos de Fonética Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, pp. 153-257.
- HARNAD, S., ed. (1987) – *Categorical perception. The groundwork of cognition*, Cambridge, Cambridge University Press.
- HERCULANO DE CARVALHO, J. G. (s/d) – *Fonética Portuguesa*, Coimbra, Cursos de Férias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- IEFP, 1994 – *Classificação Nacional das Profissões – Versão 1994*, Lisboa, Instituto do Emprego e Formação Profissional.
- INTERNATIONAL PHONETIC ASSOCIATION (1999) – *Handbook of the International Phonetic*

- Association. A Guide to the Use of the International Phonetic Alphabet*, Cambridge, Cambridge University Press.
- KEIL, F. C.; KELLY, M. H. (1987) – «Developmental changes in category structure», in HARNAD, S. (ed., 1987) – *Categorical perception. The groundwork of cognition*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 491-510.
- KENSTOWICZ, M. (1994) – *Phonology in Generative Grammar*, Cambridge (Mass.)/Oxford, Blackwell.
- LACERDA, A. de; HAMMARSTRÖMM, G. (1952) – «Transcrição fonética do Português normal», in *Revista do Laboratório de Fonética Experimental* (Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra), I, pp. 119-135.
- LIBERMAN, A. M.; COOPER, F. S.; SHANKWEILER, D. P.; STUDDERT-KENNEDY, M. (1967) – «Perception of the Speech Code», in *Psychological Review*, 74(6), pp. 431-461.
- LIBERMAN, I. Y.; SHANKWEILER, D.; FISCHER, F. W.; CARTER, B. (1974) – «Reading and the awareness of linguistic segments», in *Journal of Experimental Child Psychology*, 18, pp. 201-212.
- LOURO, J. I. (1954) – «Estudo e Classificação das Vogais», in *Boletim de Filologia*, XV(3-4), pp. 215-248.
- LÜDTKE, H. (1953) – «Fonemática Portuguesa. II – Vocalismo», in *Boletim de Filologia*, XIV (3-4), pp. 197-217.
- MATEUS, M. H. M. (1975) – *Aspectos da Fonologia Portuguesa*, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos.
- MATEUS, M. H. M.; BRITO, A. M.; DUARTE, I.; FARIA, I. H. (1989) – *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 3.^a ed.
- MATEUS, M. H. M.; DELGADO MARTINS, M. R. (1982) – «Contribuição para o estudo das vogais átonas [ə] e [u] no português europeu», in *Biblos*, LVIII, pp. 111-125.
- MATEUS, M. H.; d'ANDRADE, E. (2000) – *The Phonology of Portuguese*, Oxford, Oxford University Press.
- MATTOSO CÂMARA JR., J. (1953) – *Para o Estudo da Fonêmica Portuguesa*, Rio de Janeiro, Livraria Padrão, 2.^a ed.
- MATTOSO CÂMARA JR., J. (1970) – *Estrutura da Língua Portuguesa*, Petrópolis, Vozes, 19.^a ed.
- MATTOSO CÂMARA JR., J. (1971) – *Problemas de Linguística Descritiva*, Petrópolis, Vozes, 13.^a ed.
- MORAIS BARBOSA, J. (1965) – *Etudes de Phonologie Portugaise*, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar. 2.^{ème} éd., Évora, Universidade de Évora, 1983.
- MORAIS BARBOSA, J. (1994) – *Introdução ao Estudo da Fonologia e Morfologia do Português*, Coimbra, Almedina.
- MORAIS, J. (1994) – *L'Art de Lire*, Paris, Odile Jacob. Trad. port.: *A Arte de Ler*, Lisboa, Cosmos, 1997.
- PINTO, M. G. L. C. (1988) – *Abordagem a Alguns Aspectos da Compreensão Verbal na Criança. Estudo Psicolinguístico Genético do Token Test e de Materiais de Metodologia Complementar*. Porto, CLUP/INIC.
- PINTO, M. G. L. C. (1998a) – *Saber Viver a Linguagem. Um Desafio aos Problemas de Literacia*, Porto, Porto Editora.
- PINTO, M. G. L. C. (1998b) – «A ortografia e a escrita em crianças portuguesas nos primeiros anos de escolaridade. Até que ponto dependem estas habilidades de um bom domínio do oral e de métodos adequados de leitura?», in PINTO, M. G. L. C. (1998a) – *Saber Viver a Linguagem. Um Desafio aos Problemas de Literacia*, Porto, Porto Editora, pp. 139-193.
- ROCA, I. (1994) – *Generative Phonology*, London/New York, Routledge.

- ROCA, I.; JOHNSON, W. (1999) – *A Course in Phonology*, Oxford, Blackwell.
- SÁ NOGUEIRA, R. (1941) – *Tentativa de Explicação dos Fenómenos Fonéticos em Português*, Lisboa, Livraria Clássica.
- SCHANE, S. A. (1973) – *Generative Phonology*, Englewood Cliffs (New Jersey), Prentice-Hall.
- STACKHOUSE, J.; WELLS, B., 1997 – *Children's Speech and Literacy Difficulties. A psycholinguistic framework*, London, Whurr.
- STREVENS, P. D. (1954) – «Some Observations on the Phonetics and Pronunciation of Modern Portuguese», in *Revista do Laboratório de Fonética Experimental* (Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra), II, pp. 5-29.
- VELOSO, J. (1999) – *Na Ponta da Língua. Exercícios de Fonética do Português*, Porto, Granito.
- VIGÁRIO, M.; FALÉ, I. (1993) – «A Sílabas no Português Fundamental: uma descrição e algumas considerações de ordem teórica», in *Actas do IX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (Coimbra, 1993)*, Lisboa, APL/Colibri, 1994, pp. 465-478.
- XAVIER, M. F.; MATEUS, M. H., orgs. (1990) – *Dicionário de Termos Linguísticos*. Volume I, Lisboa, APL/ILTEC/Cosmos.

A HARMONIZAÇÃO VOCÁLICA E O ABAIXAMENTO DE VOGAIS NOS VERBOS DO PORTUGUÊS¹

Maria Helena Mira Mateus
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

1. Introdução

O contacto com a mais recente literatura nas várias áreas da linguística tem evidenciado uma necessidade, sentida pelos linguistas, de intercâmbio de conhecimentos entre essas áreas como motor de progresso na respectiva investigação. Esta necessidade desperta, nos investigadores de domínios mais produtivos como a sintaxe e a semântica, uma natural curiosidade em relação à fonologia que, vivendo em discreto recato nos últimos anos, é respeitada mas pouco conhecida fora do seu estrito âmbito. No entanto, a amplitude progressiva que tem ganho o seu objecto de estudo e as múltiplas propostas teóricas surgidas na sequência da teoria generativa *standard* tornam hoje a fonologia um domínio incontornável na compreensão do funcionamento das línguas e da linguagem. E não se diga que, pelo facto de trabalhar sobre unidades mínimas segmentais ou prosódicas – hoje integradas em estruturas cada vez mais vastas –, a análise do seu funcionamento tem uma importância menor. Aliás, é exactamente devido às características do nosso objecto de estudo que a fonologia é um magnífico campo de treino para a formulação e validação de hipóteses, para uma exigência de rigor e para apaixonantes descobertas.

A exemplificação da aplicação de uma perspectiva fonológica actual é feita, no presente artigo, com a apresentação de uma hipótese de explicação morfofonológica de uma das mais curiosas especificidades do Português.

¹ Esta comunicação insere-se no projecto Understanding Phonology – The Phonological Constituents in European Portuguese, financiado pela FCT e identificado como POCTI/33277/LIN/2000. A sua elaboração beneficiou de discussões com Ernesto d’Andrade.

2. Harmonização vocálica e abaixamento: apresentação descritiva e explicação histórica

A harmonização vocálica e o abaixamento de vogais nos verbos do Português são dois processos vivos em todas as variedades da língua que têm como consequência a alternância de altura das vogais acentuadas. Vejam-se exemplos em (1).

(1)	d[é]vo	d[é]va	m[ó]vo	m[ó]va	f[i]ro	f[i]ra	d[ú]rmo	d[ú]rma
	d[ɛ]ves	d[é]vas	m[ɔ]ves	m[ó]vas	f[ɛ]res	f[i]ras	d[ɔ]rmes	d[ú]rmas
	d[ɛ]ve	d[é]va	m[ɔ]ve	m[ó]va	f[ɛ]re	f[i]ra	d[ɔ]rme	d[ú]rma
	d[ɛ]vem	d[é]vam	m[ɔ]vem	m[ó]vam	f[ɛ]rem	f[i]ram	d[ɔ]rmem	d[ú]rmam

Estes processos morfofonológicos, distintos mas que podem relacionar-se, estão descritos na gramática tradicional e receberam várias explicações da gramática histórica que vale a pena recordar, ainda que a proposta que aqui apresento se insira na teoria autosegmental da fonologia. Referirei, brevemente, a descrição de Cunha e Cintra (1984) e as explicações de Williams [1938] (1961: 213-221), de José Joaquim Nunes [1919] (1951: 282-290) e de Piel (1944).

A *Nova Gramática do Português Contemporâneo* de Cunha e Cintra refere, sob o título de *Verbos com alternância vocálica*, os «verbos que apresentam diferença de timbre na vogal do radical conforme nele recaia ou não o acento tónico» (1984:412). Trata-se de uma descrição que tem em conta o português europeu e o brasileiro devido, sobretudo, às diferenças nas vogais não acentuadas. A descrição incide sobre os Presentes do Indicativo e Conjuntivo e sobre os Imperativos Afirmativo e Negativo cujas formas se identificam com as dos referidos presentes. A alternância entre formas rizotónicas e entre estas e as arrizotónicas é apresentada nas três conjugações segundo os modelos dos verbos *levar* e *lograr*, *dever* e *mover*, *servir* e *dormir*, *frigir* e *acudir*. A descrição é completada com observações sobre verbos que não seguem os respectivos modelos. Nesta perspectiva não se pretende explicar a alternância mas descrevê-la para todos os verbos do Português, o que está de acordo com os objectivos de uma gramática descritiva.

A gramática histórica procura explicar a evolução da língua tomando em consideração, neste caso particular, aspectos morfológicos e fonéticos e referindo-os, naturalmente, ao étimo latino. Williams considera que, nos verbos regulares da segunda e terceira conjugações com vogal breve no radical em latim (exs. *verter* e *volver*, *servir* e *dormir*), a diferença nas vogais rizotónicas da primeira pessoa do singular do presente do indicativo *vs.* as segunda

e terceira do singular, e terceira do plural, se deve ao fechamento da vogal da primeira pessoa, que seria, no português arcaico, aberta na segunda conjugação ($v[\varepsilon]rto$, hoje $v[e]rto$, ou $v[\circ]lvo$, hoje $v[o]lvo$) e média na terceira por influência assimilatória da semivogal ($s[e]rvo$, de *sěrvĭo*, hoje $s[i]rvo$ ou $d[o]rmo$, de *dōrmĭo*, hoje $d[u]rmo$)². Este fechamento seria causado por metafonia – ou assimilação a distância – da vogal final da primeira pessoa³. Nas vogais fechadas do presente do conjuntivo, Williams considera que a passagem de $v[\varepsilon]rta$ a $v[e]rta$ e de $v[\circ]lva$ a $v[o]lva$ ou de $s[\varepsilon]rva$ a $s[i]rva$ e de $d[\circ]rma$ a $d[u]rma$ se fez por analogia com a primeira pessoa do Presente do Indicativo, e ainda por influência das formas do plural em que a vogal não é tónica mas também fechada: *servamos, servais, etc.* A importância da analogia para o neogramático Williams leva-o a dizer: «Tal é a força da analogia no seu triunfo sobre a força da modificação fonológica» (*op.cit.*: 214).

Também em Piel (1944) a analogia tem um lugar de relevo. Se o fechamento da primeira pessoa do indicativo e das formas do conjuntivo se deve à influência assimilatória da vogal final (e na terceira conjugação, da combinação desta assimilação com a provocada pela semivogal), as formas do conjuntivo resultam «da solidariedade morfológica existente entre a 1ª pessoa do indicativo e as formas do conjuntivo, [solidariedade] que se revelou mais forte que os factores fonéticos» (*op. cit.*: 373)⁴. Aqui estamos novamente perante a analogia ainda que sob outra denominação. Também José Joaquim Nunes explica as vogais fechadas da segunda conjugação por influência assimilatória da semivogal existente em *fěrvĕo* ou *mōvĕo* e, nas formas sem semivogal como *vĕrto* ou *sōrvo*, a um fechamento por analogia.

Explicadas que estão as vogais médias e altas por conjugação da assimilação com a analogia, como resolver agora as vogais abertas resultantes de *e* e *o* longos ou de *i* e *u* breves (que, sabemos, davam vogais fechadas no português) nas formas das segunda e terceira pessoas do singular e terceira do plural do presente do indicativo, como em $d[\varepsilon]ve$ (de *dĕbet*), $m[\circ]ve$ (de *mōvet*), ou $s[\circ]be$ (de *sūbĕt*) e $t[\circ]sse$ (de *tŭssĭt*)? Ainda aqui a influência analógica é

² Os exemplos dados por Williams são de verbos com *ĕ*, o que justifica que apenas procure uma explicação para a primeira pessoa, já que as restantes seriam, naturalmente, abertas.

³ O termo *metafonia* é utilizado pelos autores aqui referidos para designar diferentes tipos de assimilação: causada pela vogal final (Williams) ou pela semivogal (Piel), ou passagem de fechada a aberta, por contraste com a assimilação inversa denominada apofonia (Carolina Michaëlis).

⁴ Também Harri Meier refere a analogia para explicar formas como *foges* ou *sobes* com vogal aberta que, por terem *i* ou *u* no radical, não deveriam manifestar alternância, tal como ocorre nos verbos regulares (ex. *vivo, vives, etc., iludo, iludes, etc.*).

determinante para Williams que diz: «Verbos do latim clássico com \bar{e} (ou \bar{i}) radical e \bar{o} (ou \bar{u}) se desenvolveram em português por analogia com verbos com \check{e} e \check{o} radicais do latim clássico» (*op.cit.*: 216). Piel explica a ocorrência de vogal aberta nestas formas como resultado da influência assimilatória da vogal final *e*, que determinaria *d[ε]ves*, *d[ε]ve* etc.

Neste cruzamento de influências assimilatórias das vogais finais e das semi-vogais com analogias entre tempos verbais e entre verbos, apenas José Joaquim Nunes se refere à importância da vogal temática na elevação das vogais: «As mesmas vogais -e- e -o- do radical convertem-se respectivamente em -i- e -u-, se o verbo em que se encontram é dos que terminam no infinitivo em -ir» (*op. cit.*: 284).

A explicação da história das línguas com recurso à analogia, de que frequentemente se serviam os neogramáticos, tem sido discutida⁵. O seu âmbito está hoje bastante limitado, e utiliza-se, sobretudo, na referência à extensão da aplicação de regras gerais na variação linguística e na aquisição da linguagem. Por outro lado, a análise da estrutura interna das palavras e a subsequente construção de formas subjacentes regida por princípios gerais das línguas permitiram apresentar uma explicação mais satisfatória do que a atrás referida para a alternância vocálica nos verbos do português, não só por ser mais generalizante mas por integrar numa mesma perspectiva os níveis fonológico e morfológico.

3. Harmonização vocálica e abaixamento nos verbos do português: uma outra proposta

3.1. Harmonização vocálica

Os problemas que vou tratar com recurso à **teoria autosegmental** da fonologia dizem respeito, portanto, à altura das vogais acentuadas do radical nas formas verbais atrás mencionadas – ou seja, nos presentes do indicativo e do conjuntivo. O termo de fechamento será substituído pelo de **elevação** relativamente às vogais médias e fechadas, e o de abertura, pelo de **abaixamento** relativamente às vogais abertas.

Se observarmos a constituição das formas verbais dos presentes do indicativo e conjuntivo, propondo que a vogal temática esteja integrada em todas essas formas nas representações **lexicais subjacentes**, e se as compararmos com

⁵ Ver Kiparsky (1968:192 e ss.) sobre a relação entre *analogia* e *simplificação*.

as correspondentes formas de superfície, verificamos que a vogal temática é **suprimida** quando à sua direita se encontra uma vogal, seja o sufixo da primeira pessoa do singular do Presente do Indicativo, *o*, seja o sufixo do Presente do Conjuntivo (*e* na primeira conjugação e *a* nas segunda e terceira conjugações). Os verbos que exemplificam são *falar*, *bater* e *partir*.

(2) Formas subjacentes

Presente do Indicativo

fal + a + o	bat + e + o	part + i + o
fal + a + s	bat + e + s	part + i + s
fal + a	bat + e	part + i
fal + a + mos	bat + e + mos	part + i + mos
fal + a + (d)es	bat + e + (d)es	part + i + (d)es
fal + a + m	bat + e + m	part + i + m

Presente do Conjuntivo

fal + a + e	bat + e + a	part + i + a
fal + a + e + s	bat + e + a + s	part + i + a + s
fal + a + e	bat + e + a	part + i + a
fal + a + e + mos	bat + e + a + mos	part + i + a + mos
fal + a + e + (d)es	bat + e + a + (d)es	part + i + a + (d)es
fal + a + e + m	bat + e + a + m	part + i + a + m

(3) Formas de superfície

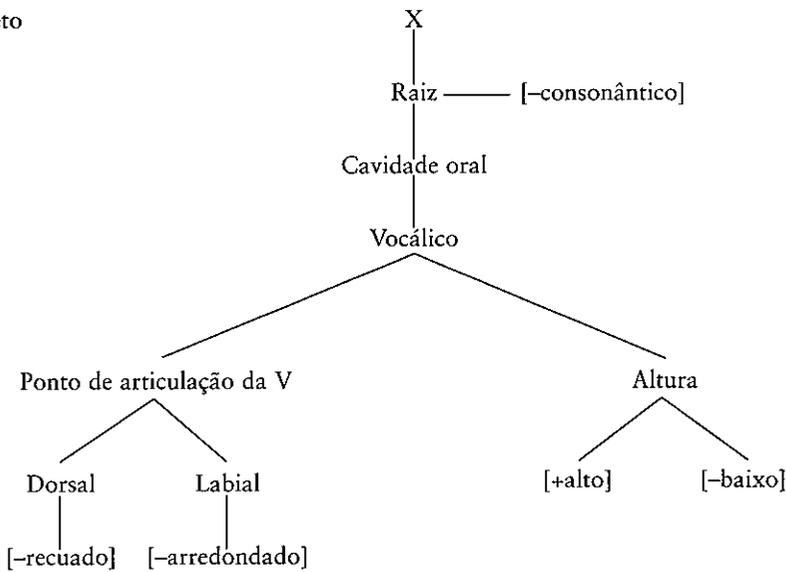
/fal + a + o/	→	falo	[fálu]
/fal + a + e/	→	fale	[fáli] etc.
/bat + e + o/	→	bato	[bátu]
/bat + e + a/	→	bata	[báte] etc.
/part + i + o/	→	parto	[pártu]
/part + i + a/	→	partas	[pártø] etc.

No quadro da teoria **autossegmental** que fundamenta a análise fonológica aqui realizada, os segmentos que constituem as sequências fonológicas situam-se em níveis autónomos e independentes e os próprios traços distintivos também têm autonomia. É portanto uma teoria multilinear (diferentemente da teoria clássica que é linear). Apesar de autónomos, contudo, os traços distintivos que constituem a estrutura interna de um segmento estão agrupados em nós de classe de que dependem e estão localizados em níveis separados. No

nível mais alto, os traços estão ligados a um nó chamado **raiz** do segmento. Cada raiz está associada a uma posição num nível ou numa camada separada, chamada **esqueleto**, que consiste numa sequência de unidades de tempo abstractas e contém, assim, as posições ocupadas pelos segmentos das representações lexicais. Esta organização denomina-se geometria de traços e está exemplificada em (4) com uma representação parcial da estrutura da vogal /i/.

(4) *Representação simplificada da organização dos traços de /i/*

Esqueleto



Nesta representação, *Cavidade Oral*, *Vocálico*, *Ponto de articulação da Vogal*, *Altura* e *Dorsal* são nós de classe dos quais dependem os traços distintivos. O diagrama indica as respectivas dependências.

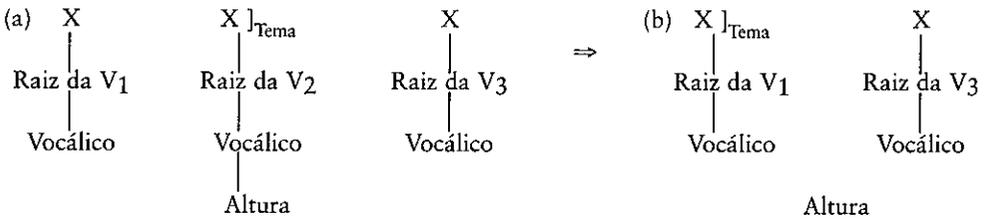
Para mais claro entendimento da análise que se segue apresento em (5) um quadro inteiramente preenchido com os valores dos traços de altura (alto e baixo) das vogais fonológicas do português.

(5) Traços de altura das vogais

Traços	i	e	ɛ	a	ɔ	o	u
alto	+	-	-	-	-	-	+
baixo	-	-	+	+	+	-	-

A supressão da vogal temática nas formas atrás referidas implica a supressão da posição que essa vogal ocupa no nível do esqueleto. Porém, tendo em conta que os traços de um segmento também são autónomos, a supressão da posição da vogal temática deixa ficar o seu traço de altura como um **segmento flutuante** que não está ligado a nenhuma posição. A representação desse processo em (6) está simplificada no que respeita à completa organização dos traços. Apenas figuram a Raiz e o nó Vocálico, de que depende a Altura, e apenas está indicado o nó de Altura da vogal temática.

(6) Supressão da Vogal Temática



Na parte (a) da regra estão indicadas apenas as três últimas vogais das formas verbais – Vogal do Radical, Vogal Temática e Vogal do Sufixo – em que a respectiva raiz tem a correspondente posição no esqueleto representada por X. A primeira vogal, a do radical (aqui indicada como V₁), pode preceder imediatamente a segunda, a vogal temática (V₂), ou estar separada dela por uma ou duas consoantes sem que isso tenha consequências⁶. A condição necessária é que a vogal temática esteja imediatamente seguida da vogal do sufixo (V₃).

Na parte (b) da regra, a vogal do radical (V₁) passou a ser a última vogal do tema visto que a posição da vogal temática e a raiz dessa vogal já não figuram, tendo ficado a Altura como segmento flutuante. Ora a **harmonização vocálica** nos verbos do português resulta exactamente da projecção da altura da vogal temática sobre a vogal do radical. Essa harmonização torna-se evidente se compararmos a **alternância de altura** da última vogal do radical acentuada nos verbos das três conjugações. As formas verbais são as mesmas em que a vogal temática foi suprimida: a primeira pessoa do singular do Presente

⁶ Os verbos que servem de exemplificação têm uma ou duas consoantes entre a vogal do radical e a vogal temática (cf. /fal + a + t/ e /part + i + t/). Em verbos cujo radical termina em vogal, como *doer* ou *sair*, também se dá a supressão da vogal temática (cf. *doa* /do + e + a/ → [dôe]; *doas* /do+e+a+s/ → [dôes]), etc.), embora por vezes exista, em superfície, uma glide introduzida no lugar que essa vogal temática ocupava (cf. *caia* /ka+i+a/ → [kájɛ]).

do Indicativo (cf. 7a) e as primeira, segunda e terceira pessoas do singular e terceira do plural do Presente do Conjuntivo (cf. 7b). Os verbos que exemplificam são *levar* e *morar*, *dever* e *mover*, *ferir* e *dormir*.

(7) levar	morar	dever	mover	ferir	dormir
(a) <i>Presente do Indicativo</i>					
l[é]vo	m[ó]ro	d[é]vo	m[ó]vo	f[í]ro	d[ú]rmo
(b) <i>Presente do Conjuntivo</i>					
l[é]ve	m[ó]re	d[é]va	m[ó]va	f[í]ra	d[ú]rma
l[é]ves	m[ó]res	d[é]vas	m[ó]vas	f[í]ras	d[ú]rmas
l[é]ve	m[ó]re	d[é]va	m[ó]va	f[í]ra	d[ú]rma
l[é]vem	m[ó]rem	d[é]vam	m[ó]vam	f[í]ram	d[ú]rmam

As formas verbais incluídas em (7) mostram que as vogais acentuadas são:

- (i) [é] e [ó], vogais baixas, nos verbos de vogal temática /a/, vogal baixa
- (ii) [é] e [ó], vogais médias, nos verbos de vogal temática /e/, vogal média
- (iii) [í] e [ú], vogais altas, nos verbos de vogal temática /i/, vogal alta

Trata-se claramente de uma assimilação condicionada pela vogal temática. As vogais assimiladas conservam os traços [recuado] e [arredondado] que as identificam na representação lexical. Apenas houve assimilação no traço de altura.

A harmonização vocálica não ocorre com os verbos com vogal do radical /i/ e /u/, como se pode verificar em *virar* e *furar* ou *viver* (a segunda conjugação não possui verbos com [u] no radical).

(8) viro	v[í]ro....(e não *v[é]ro)
furo	f[ú]ro....(e não *f[ó]ro)
vivo	v[í]vo....(e não *v[é]vo)

Além disso, os verbos cuja última vogal do radical é /a/ também não exibem uma alternância, o que é evidente nas formas de *falar*, *bater* e *partir* que mantêm a vogal baixa nas três conjugações, independentemente, portanto, da altura da vogal temática (vejam-se os exemplos em (9)).

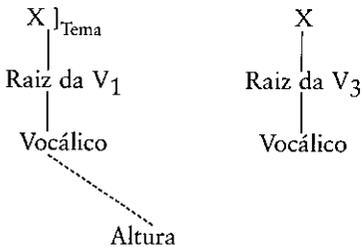
(9) falo	f[á]lo	f[á]le....
bato	b[á]to	b[á]ta.... (e não *b[é]ta)
parto	p[á]rto	p[á]rta.... (e não *p[í]rta)

Assim, a vogal que sofre a assimilação tem duas restrições: não pode ser alta, i.e., /i/ ou /u/, e não pode ser baixa, i.e., /a/. Como /i/ e /u/ são as únicas

vogais altas do Português em representação lexical, não é difícil restringir a actuação do processo. Mas no que respeita às vogais baixas, como distinguir /e/ e /ɔ/ de /a/ apenas com os traços de altura?

Para resolver esta restrição refiro aqui um dos instrumentos teóricos que tem sido desenvolvido no âmbito da fonologia autosegmental: a teoria da **subespecificação**. O princípio de que os segmentos podem não ser inteiramente especificados nas representações lexicais funciona para todas as línguas mas define-se para cada língua. Este princípio resolve, no caso da harmonização vocálica, uma parte importante do funcionamento do processo. Se as vogais médias do radical dos verbos forem subespecificadas quanto aos traços de altura, a assimilação provocada pela vogal temática vem preencher os valores dos traços não especificados com os correspondentes valores da vogal temática. Sendo assim, a harmonização vocálica só se dá nas vogais cuja altura não está especificada naqueles dois traços, podendo ser formalizada como em (10), de forma extremamente económica e simples.

(10) Assimilação do traço de altura pela vogal do radical



Os dois traços não especificados são preenchidos pelos valores dos traços correspondentes da vogal temática suprimida cuja altura se encontrava já como segmento flutuante. Assim, nos verbos da primeira conjugação as vogais ficam baixas, na segunda ficam médias e na terceira ficam altas⁷.

A projecção da altura da vogal temática sobre a vogal do radical não abrange apenas as vogais acentuadas, embora nesses casos seja mais evidente. Formas como *reflectamos*, *firamos*, *adiremos*, *ingiramos*, *sigamos*, *vistamos*, ou *cubramos*, *engulamos*, *durmamos*, *tussamos* mostram que a harmonização vocálica actua antes da aplicação do acento (o verbos do tipo *dormir* ou *cobrir* só na ortografia permitem reconhecer a assimilação devido à elevação da vogal átona). Como a harmonização se dá em consequência da supressão da

⁷ Sobre este problema ver Wetzels, L. (1991).

vogal temática, se esta não tivesse sido suprimida quando incide o acento estaria na posição de acentuável e já não podia ser suprimida⁸.

A hipótese de que as vogais [e] e [ɛ], e [o] e [ɔ] não sejam completamente especificadas na representação lexical vem ao encontro da pouca produtividade de oposições distintivas entre essas vogais, e do facto de que, em muitas línguas como o espanhol e o italiano e outras não românicas, elas nem sequer permitem a constituição de pares mínimos opositivos. No entanto, esta hipótese põe problemas se tomarmos em conta a relação entre nomes e verbos com o mesmo radical. Como se justifica que haja nomes como *força*, *escova* vs. *demora*, *volta*, todos relacionados com verbos da primeira conjugação, ou *acrécimo* e *débito* relacionados com verbos da segunda? Estas diferenças de altura nas vogais do radical implicam que elas já sejam especificadas nas representações lexicais. Mas como também existem alternâncias entre as vogais de *chuva* e *chover*, envolvendo, neste caso, uma vogal alta, podemos propor que as representações lexicais de nomes e verbos relacionados tenham entradas diferentes: os nomes possuem uma vogal final do radical completamente especificada, os verbos, não. Esta hipótese tem justificação exactamente no facto de o processo de harmonização vocálica dos verbos funcionar num contexto morfofonológico específico, como disse acima.

3.2. *Abaixamento da vogal do radical*

Nas formas em que a vogal temática não é suprimida, ou seja, nas segunda e terceira pessoas do singular e na terceira do plural do Presente do Indicativo e nas correspondentes do Imperativo, as vogais acentuadas do radical são todas baixas nas três conjugações:

(11)	l[ɛ]vas	m[ɔ]ras	d[ɛ]ves	m[ɔ]ves	f[ɛ]res	d[ɔ]rmes
	l[ɛ]va	m[ɔ]ra	d[ɛ]ve	m[ɔ]ve	f[ɛ]re	d[ɔ]rme
	l[ɛ]vam	m[ɔ]ram	d[ɛ]vem	m[ɔ]vem	f[ɛ]rem	d[ɔ]rmem

Estas vogais baixas são o resultado de um processo de *abaixamento* que actua, nestas formas, sobre as vogais do radical nas formas em que a vogal temática não foi suprimida. Em consequência, nas segunda e terceira conjugações verifica-se uma alternância de altura entre a primeira pessoa do singu-

⁸ Note-se que existe um grupo de verbos irregulares que, não manifestando assimilação de altura da vogal do radical nas formas em que a vogal temática é suprimida, manifesta, no entanto, nessas formas, uma consoante diferente da consoante do infinitivo. Assim, *ouvir* / *ouço*, *ouça*...; *medir* / *meço*, *meça*...; *poder* / *posso*, *possa*...; *pedir* / *peço*, *peça*...; *fazer* / *faço*, *faça*...; *trazer* / *trago*, *traga*...; *dizer* / *digo*, *diga*...; *perder* / *perco*, *perca*...

lar (vogais médias e altas) e as segunda e terceira do singular e terceira do plural (vogais baixas). Na primeira conjugação essa alternância não se verifica porque as vogais do radical que foram harmonizadas são também baixas e, desse modo, ficam iguais em altura às vogais resultantes da regra de abaixamento. Vejam-se as formas de (12):

(12)	l[ɛ]vo	m[ɔ]ro	d[é]vo	m[ó]vo	f[í]ro	d[ú]rmo
	l[ɛ]vas	m[ɔ]ras	d[ɛ]ves	m[ɔ]ves	f[ɛ]res	d[ɔ]rmes
	l[ɛ]va	m[ɔ]ra	d[ɛ]ve	m[ɔ]ve	f[ɛ]re	d[ɔ]rme
	l[ɛ]vam	m[ɔ]ram	d[ɛ]vem	m[ɔ]vem	f[ɛ]rem	d[ɔ]rmem

Encontra-se assim, neste conjunto de formas, uma outra alternância de altura das vogais, resultante de um processo específico de abaixamento. Esta alternância não se verifica na comparação entre as três conjugações (como no caso da harmonização vocálica) mas constata-se entre as formas de cada um dos verbos das segunda e terceira conjugações como vemos em (12).

Os verbos com vogal alta do radical, /i/ e /u/, também não manifestam abaixamento⁹:

(13)	vives	v[i]ves (e não *v[ɛ]ves) ¹⁰
	iludes	il[ú]des (e não *il[ɔ]des)

Neste processo de abaixamento a especificação das vogais dá-se depois de incidir o acento de palavra. Na posição métrica em que incide o acento as únicas vogais subespecificadas são precisamente as vogais do radical diferentes de /i/, /u/ e /a/. Essas vogais recebem o valor [+] no traço [baixo] (e, consequentemente, o valor [-] no traço [alto]).

Resumindo: a harmonização vocálica dos verbos é um processo de assimilação da altura da vogal temática pela vogal do radical. Essa assimilação segue-se à supressão da vogal temática que deixa o seu nó de altura como um segmento flutuante. Este segmento flutuante projecta-se sobre a vogal do radical quando essa vogal não está completamente especificada nos traços de altura (ou seja, quando não é /i/, /u/, ou /a/). Todo este processo precede a aplicação do acento de palavra.

⁹ O verbo *fugir* e poucos mais, com vogal alta no radical, têm vogal [+ baixa] neste grupo de formas (*f[ɔ]ges*, *f[ɔ]ge*, *f[ɔ]gem*), provavelmente por analogia com os verbos em que se verifica abaixamento. As vogais nasais do radical (ex: *sentir*) são harmonizadas mas não se tornam [+baixas] (ex: *s[ɪ]to*, *s[ɛ]tes* etc.).

¹⁰ Formas como *v[ɛ]ves* ocorrem em dialectos portugueses.

O abaixamento das vogais do radical nas formas em que a vogal temática não foi suprimida é um processo diferente da harmonização que actua quando a posição métrica do acento já está determinada. Neste contexto, as únicas vogais acentuadas que não estão inteiramente especificadas são as vogais do radical das segunda e terceira pessoas do singular e terceira do plural. Essas vogais acentuadas vão ser especificadas com o valor [+] no traço [baixo].

4. Relação entre os dois processos

A relação entre a harmonização vocálica e o abaixamentos das vogais do radical foi apresentada por Harris (1973) como um caso paradigmático da Elsewhere Condition formulada em Kiparsky (1972). Esta proposta da teoria clássica da fonologia generativa tinha como objectivo «estabelecer a condição necessária e suficiente que terá de se impor às regras para serem disjuntivamente ordenadas». Na formulação de Kiparsky, tratar-se-ia de duas regras adjacentes, aplicando-se a primeira num contexto que seria um subconjunto do contexto de aplicação da segunda. Os dois contextos são disjuntos e a aplicação das regras é ordenada. Uma generalização da Elsewhere Condition previa mesmo a não adjacência das regras. Segundo Harris, a harmonização vocálica e o abaixamento dos verbos em português preenchia os requisitos da Condição de Kiparsky visto que o contexto para aplicação da regra de abaixamento é mais geral do que o da regra de harmonização por não estar sujeito à supressão da vogal temática. Assim, desde que não houvesse essa supressão e as vogais não fossem harmonizadas, todas as outras acentuadas seriam tornadas baixas.

Esta perspectiva de ordenação das regras não se torna necessária na teoria autosegmental desde que supomos a subespecificação das vogais do radical. A harmonização vocálica e o abaixamento são dois processos que se interrelacionam com o acento: a harmonização dá-se antes das vogais serem acentuadas porque o segmento flutuante tem que «abrigar-se» numa vogal. O abaixamento é exigido pela subespecificação das vogais já acentuadas.

A procura de explicação para o funcionamento particular de uma língua é o nosso constante objectivo em linguística. Com esse fim analisamos os dados, generalizamos, comparamos com outras línguas, propomos princípios, desenvolvemos teorias, e voltamos aos dados. Indubitavelmente, fazemos ciência. Espero que assim seja entendida esta exemplificação da investigação em fonologia, e espero também ter contribuído para uma aproximação entre fonólogos e não fonólogos já que a paixão da linguística a todos nos faz vibrar.

Bibliografia

- ANDRADE PARDAL, E. d' (1977) – *Aspects de la phonologie (générative) du Portugais*. Lisboa, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, INIC.
- ANDRADE PARDAL, E. d' (1981) – Sobre a alternância vocálica em português. *Boletim de Filologia* 26: 70-81.
- CUNHA, C. e CINTRA, L. F. L. (1984) – *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa, João Sá da Costa.
- HARRIS, J. (1973) – Evidence from Portuguese for the 'Elsewhere Condition in Phonology'. In *Linguistic Inquiry*, 5 (1974): 61-80.
- KIPARSKY, P. (1972) – Elsewhere in phonology. In Anderson e Kiparsky (eds.) (1973) – *Festschrift for Morris Halle*. New York, Holt, Rinehart & Winston.
- MATEUS, M. H. M. (1975) – *Aspectos da fonologia portuguesa*. Lisboa, Centro de Estudos Filológicos (segunda edição revista, Lisboa: INIC, Textos de Linguística, 6, 1982).
- MATEUS, M. H. M. / ANDRADE, E. d' (2000) – *The Phonology of Portuguese*. Oxford, Oxford University Press.
- NUNES, J. J. [1919] (1951) – *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa*. Lisboa, Livraria Clássica (4ª ed.).
- PIEL, J. M. (1944) – *A flexão verbal do português*. In *Biblos*, 20 (1944): 395-404.
- WETZELS, L. (1991) – Harmonização vocálica, truncamento, abaixamento e neutralização no sistema verbal do português: uma análise auto-segmental. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 21, 25-58. Campinas, UNICAMP – IEL.
- WILLIAMS, E. B. [1938] (1961) – *From Latin to Portuguese. Historical Phonology and Morphology of the Portuguese Language*. Philadelphia, University of Pennsylvania. Trad. port. de A. Houaiss: *Do Latim ao Português. Fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, MEC/INL, 1961.

O SOL, QUANDO NASCE, É PARA TODOS – PROVÉRBIO E OCORRÊNCIAS

Maria Helena Sampaio Sereno
Universidade de Valência – Grupo Val.Es.Co

0. Os nossos objectivos são: caracterizar o conceito de provérbio, para o que procedemos à revisão dos principais contributos da filologia e da linguística, no sentido de esboçar uma definição prototípica; perspectivar a sua utilização na narrativa de José Saramago, pelo que analisaremos as ocorrências de uma destas unidades, estabelecendo critérios que orientem uma investigação pragmática sobre as respectivas funções.

Para recobrir a noção de «provérbio» existem, em português, numerosas designações (Silva, 1989: 159-160), muitas delas sinónimas. Fenómeno similar ocorre com outras línguas românicas, embora, ao considerar o uso e a consciência linguística dos termos mais utilizados *adágio*, *aforismo*, *apoteagma*, *ditado*, *máxima*, *provérbio*, *rifão*, *sentença* (e os correspondentes espanhóis, catalães e franceses), se delinee uma fronteira entre *aforismo*, *apoteagma*, *máxima*, criações individuais eruditas, e *adágio*, *ditado*, *provérbio* e *rifão*, de carácter colectivo e anónimo (Cunha, 1882: 6-20; Conca, 1987: 55-58; Muñoz, 1993: 15-18; Anscombe, 1997: 41-45)¹.

Ora, como nos interessa estudar somente os últimos, para os quais o uso e os dicionários do português contemporâneo permitem identificar a hiperonímia de «provérbio», utilizaremos este termo ao longo de todo este estudo, e, como exemplo representativo, «O sol, quando nasce, é para todos», por revelar elevada frequência de emprego e estar distribuído por vários romances de Saramago (*Memorial do convento*, *O ano da morte de Ricardo Reis*, *Ensaio sobre a cegueira* e *Todos os nomes*²).

¹ A selecção de um termo englobante continua a revelar divergências notórias nos títulos de revistas especializadas, como *Proverbiun* (1965-) e *Paremia* (1993-), embora haja consenso nas denominações *paremiografia*, para o registo, e *paremiologia*, para o estudo.

² Para cada um, utilizamos as edições seguidamente indicadas: *Memorial do convento*, 24^a ed.

1. Pode considerar-se que o estudo dos provérbios foi inaugurado nos finais do séc. XIX pelos folcloristas e etnógrafos, no esforço de preservação e estudo do património popular oral, e pelos filólogos, que o recolheram e apreciaram na literatura³. Todavia, só no século passado encontramos a primeira abordagem com maior dimensão, *The proverb* (1931) de Archer Taylor⁴, que, embora assumindo a impossibilidade de definir tal objecto de estudo⁵, esboça uma descrição que aponta: a fixação sintáctica, sempre relativizada pela variação resultante da transmissão oral (Taylor, 1931: 22); o sentido metafórico e idiomático, mas relacionado com uma aplicação concreta (Taylor, 1931: 10); a simplicidade vocabular e a tendência de desaparecimento dos elementos arcaicos ou mal-formados (Taylor, 1931: 155); o facto de se revestir de ritmo, paralelismo, metáfora e contraste (Taylor, 1931: 135-55).

Serão os desenvolvimentos da linguística que permitem aos lexicólogos e semiólogos, na tentativa de descrição exaustiva do léxico, enfrentar o tratamento e classificação das formas mais amplas que a palavra. Nesta caracterização, ficou consagrada, em primeiro lugar, a fixação estrutural, através da noção de «discurso repetido» de Coseriu:

«Las «lenguas» son ante todo técnicas históricas del discurso (o del «hablar»), pero las tradiciones lingüísticas distan mucho de contener sólo «técnica para hablar»: contienen también «lenguaje ya hablado», trozos de discurso ya hecho y que se pueden emplear de nuevo, en diferentes niveles de la estructuración concreta del habla. La «técnica del discurso» abarca las unidades léxicas y gramaticales (lexemas, categoremas, morfemas) y las reglas para su modificación y combinación en la oración, es decir, las palabras y los instrumentos y procedimientos léxicos y gramaticales. El «discurso repetido» abarca todo lo que tradicionalmente está fijado como «expresión», «giro», «modismo», «frase» o «locución» y cuyos elementos constitutivos no son reemplazables o re-combinables según las reglas actuales de la lengua». (1966=77: 113)⁶

(1995); *O ano da morte de Ricardo Reis*, 9ª ed. (1986); *A jangada de pedra*, 2ª ed. (1986); *História do cerco de Lisboa*, 1ª ed. (1989); *O evangelho segundo Jesus Cristo*, 2ª ed. (1991); *Ensaio sobre a cegueira*, 2ª ed. (1995); *Todos os nomes*, 1ª ed. (1997).

³ No âmbito português, cabe destacar José Leite de Vasconcelos, Teófilo Braga e Carolina Michaëlis, e em Espanha, José Sbarbi e Rodríguez Marín.

⁴ Devedor de *Deutsche Sprichwörterkunde* (1922) de Friedrich Seiler.

⁵ O primeiro parágrafo do livro diz «An incommunicable quality tells us this sentence is proverbial and that one is not. Hence no definition will enable us to identify positively a sentence as proverbial.» (Taylor, 1931: 3).

⁶ Aspectos intuídos por Bally, que inaugurou a designação *fraseologia* (Bally, 1909=1951: 65-66) e o seu estudo (Bally, 1909=1951: 66-87), e, sob sua influência, por Casares (Casares, 1950: 225).

Seguidamente, comparando a dimensão sintagmática, separou, em termos classificativos, as unidades substituíveis por palavras ou sintagmas das unidades comutáveis com orações ou textos: sintagmas estereotipados e perífrases léxicas/ frases metafóricas, provérbios, ditados, sentenças, wellerismos, rifões (Coseriu, 1966: 115-118)⁷.

Por seu turno, os estudiosos da semiótica, em trabalhos dedicados especificamente a este tipo de unidades, reconhecem a possibilidade da configuração semântica transposta ou figurada, que diferencia: *proverbes*, conotados / *dictons*, não conotados (Greimas, 1960: 58); provérbios, «image-motivated»/ / outros ditos proverbiais, «directly motivated» (Permyakov, 1970: 12-13). De forma unânime, concluem, a partir da análise da variedade de estruturas sintáticas, que a modulação binária, essa sim, se impõe como traço característico relevante (Greimas, 1960: 59 e Permyakov, 1970: 17).

Enfim, a tripla teorização de Permyakov⁸ e o contributo de Dundes colocam a tónica na relação entre provérbios e contextos, embora em moldes diversos: o primeiro desenvolve, na sua abordagem lógica, uma teoria em que estes são variações concretas de situações típicas (invariantes)⁹; enquanto o último postula três níveis de análise, um deles atento ao contexto ou situação social específica em que um provérbio particular é utilizado – como, quando, onde, para quem e por quem (Dundes, 1964: 256)¹⁰.

A alteração de perspectiva reclamada por Dundes dar-se-á na evolução da linguística, que abandonará as caracterizações puramente formais e internas que privilegiavam o domínio da frase (e da escrita), típicas das descrições elaboradas na década de sessenta e setenta, para convocar uma abordagem alargada da comunicação, que também explique a dimensão textual (e oral) na sua actualização, marcante nos estudos realizados a partir dos anos oitenta.

Assim, Norrick, numa abordagem essencialmente semântica, mas já com preocupações pragmáticas, no livro *How proverbs mean*, para definir provérbio e distingui-lo de outros géneros, desenha uma matriz, onde indica,

⁷ Tal distinção, correspondente à dicotomia entre unidade fraseológica e parémia, é igualmente considerada por outros autores: Casares distingue *locución* (expressão pluriverbal) de *refran* (frase) (Casares, 1950, 212-3); Greimas opõe *idiotisme* (maior que a palavra e menor que a oração) e *proverbe* e *dicton* (oração ou proposição) (Greimas, 1960: 50, 57); Permyakov contrasta *pogovorki* (cliché aberto) com *poslovitsy* (cliché fechado) (Permyakov, 1970=79: 9-10).

⁸ Na sua descrição, linguística, lógico-folclórica e semântica, apresenta, no primeiro nível, uma caracterização detalhada, por exemplo, da generalidade (Permyakov, 1970=79: 11).

⁹ Neste quadro, a classificação e formalização complexificam-se para identificar essa estrutura profunda subjacente a cada parémia (Permyakov, 1970=79: 20-26).

¹⁰ Os outros níveis consistem na textura, ou traços linguísticos, e no texto, a sua interpretação ou versão (Dundes, 1964: 254-5).

como traços definitórios: turno conversacional potencial¹¹; carácter tradicional e falado; com forma fixa e pendor didáctico; de natureza geral (impessoal). Aponta ainda, como dimensões facultativas: carácter figurativo, características prosódicas, e traços humorísticos (Norrick, 1985: 73). Sublinhando o carácter oral e textual do provérbio, verifica o seu funcionamento na conversação¹² e na obra de Shakespeare, onde, servindo frequentemente como molde integrado em longos discursos, até nas alusões e formas modificadas detém carácter avaliativo, e na imprensa, igualmente como modelo e integrado em discursos mais longos, aparentemente retendo parte da força avaliativa (Norrick, 1985: 11-30). Estabelece ainda o conceito de interpretação-padrão, a significação tradicionalmente atribuída ao provérbio (Norrick, 1985: 1), que pode ser coincidente com o significado literal ou não, configurando, neste último caso, uma significação figurada (Norrick, 1985: 83).

Sobre o português, Lopes apresenta uma tese de doutoramento que prossegue tal focagem¹³, centrando a sua atenção no carácter genérico da formulação dos provérbios, ao nível do Sintagma Nominal (Lopes, 1993: 75-131) e da localização temporal (Lopes, 1993: 137-180). Esboça uma tipologia de funções discursivas: as que relevam dos valores ilocutórios relacionais dos enunciados inscritos em sequências discursivas, as macro-discursivas (ou de organização textual) e os tropos ilocutórios¹⁴.

O percurso teórico e metodológico descrito tem paralelo no âmbito dos estudos de fraseologia, entendida como disciplina englobante da paremiologia, que aprofundam a caracterização das várias unidades, acentuando propriedades como a natureza fixa e o carácter idiomático (Zuluaga, 1980: 95-

¹¹ Para ele, o provérbio, fenómeno caracteristicamente conversacional, é superiormente definido pela noção de «turno» (Norrick, 1985: 67-9).

¹² Funcionam quer como comentários avaliativos sintacticamente independentes, quer como argumentos avaliativos integrados em discursos mais longos, além de, também com autonomia sintáctica, serem aplicados directamente à situação, sem clara função avaliativa (Norrick, 1985: 15-18).

¹³ Para o espanhol, destaca-se o trabalho da mesma natureza de Fernando Dominguez sobre *Un début dans la vie* de Balzac (*Análisis del discurso y paremias en H. de Balzac*, 1994) e, ainda relativamente ao português, o de Gabriela Funk analisando textos de imprensa e *O novo testamento (A função do provérbio em Português e em Alemão: análise contrastiva de um corpus de provérbios contextualizados*, 1993).

¹⁴ «Trata-se da citação de um provérbio que funciona como acto ilocutório idiomático, na medida em que o seu valor ilocutório primitivo, directo ou literal, é integralmente substituído por um valor ilocutório convencionalizado.» (Lopes, 1993: 408). Aponta tal função, no *corpus* que estuda, a «Morra Marta, morra farta.», «Vão-se os anéis e fiquem os dedos.», «Falem/ai no mau, aparelhem/ai o pau.», «Até ao lavar dos cestos é vindima.» (Lopes, 1993: 489-492).

-140 e Corpas, 1996: 19-32 e Ruiz, 1997: 85-102¹⁵). Zuluaga debruça-se sobre o que designa por enunciados fraseológicos enquanto sequências autônomas de fala e unidades mínimas de comunicação (Zuluaga, 1980: 192) e aponta o funcionamento do rifão como texto dentro de um texto, servindo de resumo, comentário, explicação e argumento (Zuluaga, 1980: 200-203). De modo idêntico, Corpas propõe uma taxinomia de fenômenos fraseológicos, onde situa as parémias (enunciados com autonomia textual e unidades de fala), que subdivide em enunciados de valor específico, citações e provérbios (Corpas, 1996: 270-1). Enumera as funções de comentário valorativo (geralmente negativo), explicação, apoio de postura ou afirmação (justificação), resumo e comentário global sobre uma situação ou estado de coisas (Corpas, 1996: 228-30). Além disso, classifica as manipulações criativas atestadas em textos jornalísticos, literários e publicitários (Corpas, 1996: 235-58).

Recentemente, num número da revista «Langages» dedicado a «La parole proverbiale», Anscombe problematiza o que classifica de definição-«Vulgata» resultante do privilégio da escrita, da frase, erudição e racionalismo na construção das gramáticas (Anscombe, 2000: 7) e propõe uma caracterização que valoriza o papel do ritmo, metro e rima (Anscombe, 1997: 51-2 e Anscombe, 2000: 18-20)¹⁶. Kleiber sintetiza a sua definição de provérbio, através de três propriedades: denominação de uma situação; constituir um signo-frase; carácter genérico (já que não são infirmadas por contra-exemplos e permitem inferências por defeito) (Kleiber, 2000: 40-2)¹⁷. Por fim, a concepção de provérbio como subclasse da categoria das frases genéricas permite a estes autores concordar no reconhecimento do seu carácter linguístico (Anscombe, 2000: 3 e Kleiber, 2000: 53-4).

2. Desta síntese, podemos abstrair um protótipo de provérbio, indicando como qualidades centrais (essenciais e definitórias):

- em primeiro lugar, tratar-se de uma unidade pluriverbal em cuja enunciação o locutor reproduz tal qual uma sequência de fala já conhecida.

¹⁵ Na deslindagem dos problemas teóricos da disciplina, Ruiz oporá a concepção estrita, limitada à reflexão sobre as unidades que vão desde a palavra ao sintagma, à concepção ampla, que abarca fenômenos como os rifões, frases proverbiais, aforismos e frases feitas (Ruiz, 1997: 55).

¹⁶ Os seus estudos vem acentuando o carácter genérico da significação proverbial (Anscombe, 1995: 304 e Anscombe, 1997: 49), a proximidade entre *topoi* e provérbios (Anscombe e Ducrot, 1983: 13) e o funcionamento dos últimos como argumentos (Anscombe, 1997: 45-49).

¹⁷ São denominações-frase de nível genérico, o seu sentido próprio é o de implicação entre duas situações relativas aos homens, sendo, em alguns casos, o sentido implicativo hiperónimo da situação implicativa «literal» (Kleiber, 2000: 58).

Por isso, é uma unidade discursiva, que, pela sua autonomia sintáctico-semântica e funcional, na fala pode ocorrer individualmente com a extensão de um potencial «turno», mas que, tanto na conversação como na escrita, também se integra como texto, embora mínimo, dentro doutro texto mais longo. Por isso, a sua ocorrência na oralidade destaca-se pela mudança de entoação.

- em segundo lugar, consistir num discurso cujo criador, enunciador-primeiro (pela sua natureza nunca coincidente com o locutor ou enunciador-segundo) é um SE-enunciador¹⁸, numa indeterminação que implica toda a colectividade .
- em terceiro lugar, o facto de tal texto veicular uma mensagem de referência temporal e pessoal genérica (daí a possibilidade de aplicá-lo a múltiplas situações, pessoas e épocas) e a sua utilização desempenhar funções de relação dos enunciados no texto (como comentário, argumento, justificação, etc.), respeitantes à globalidade textual (por exemplo, resumo) ou de comentário duma situação precisa.

Como características periféricas, prováveis e frequentes em muitos provérbios, mas facultativas na sua identificação:

- a nível prosódico, destacar-se pelo ritmo, marcado pela estrutura rítmica binária, regularidade métrica, cadência acentual, rima, aliteração ou a assonância.
- no plano léxico-semântico, deter sentido figurado (por metáfora, metonímia, sinédoque, etc.), léxico estabelecedor de contrastes e repetições.
- a configuração sintáctica apresentar paralelismo e abarcar ampla variedade de estruturas frásticas, encontrando-se os verbos no presente ou no imperativo.
- em termos enunciativos, ser antecedido de uma fórmula do tipo *Diz-se*, etc.

3. Na identificação dos provérbios mais frequentes na narrativa de José Saramago¹⁹, sobressai «O sol quando nasce é para todos», documentado na recolha oral *Os provérbios estão vivos no Algarve*, com três variantes, que transcrevemos com a respectiva numeração:

¹⁸ Traduzimos assim o conceito de Berrendonner retomado por Anscombe (Anscombe, 2000: 11).

¹⁹ Ocorrem com igual frequência, mas menor distribuição «Atrás de tempo, tempo vem.» (*Evangelho segundo Jesus Cristo*, p. 239, p. 239, p. 239; *O ano da morte de Ricardo Reis*, p. 72, p. 175; *História do cerco de Lisboa*, p. 115) e «O que tem que ser tem muita força.» (*O ano da morte de Ricardo Reis*, p. 206, *Jangada de pedra*, p. 10, p. 140, p. 141; *Todos os nomes*, p. 37, p. 254).

- «2167 O sol, quando nasce, é pra todos.»;
 «2168 O sol, quando nasce, nasce pra todos.»;
 «2524 Quando o sol nasce, nasce pra todos.».

As primeira e última formas remetem para S 417 e Q 128 do *Rifoneiro português* de Pedro Chaves, outra colectânea da mesma natureza (Chaves, 1928=45).

Assim sendo, trata-se de um enunciado com as características reunidas no ponto anterior; apenas notamos a possibilidade de uma fonte bíblica²⁰, embora tal nunca seja aduzido no *corpus*, assim como a nominalização e referência temporal genéricas concretizadas em *todo* e no presente do indicativo. Além disso, é possível identificar esquemas métricos (um terceto com gradação do número 2, 3, 4 de sílabas, nas duas primeiras variantes, ou num dístico de 4 sílabas, na última forma), cadência (desenhando-se alternâncias de acento nos conjuntos de duas sílabas, quase sempre numa sequência de sílaba acentuada, sílaba não acentuada), eventual repetição do vocábulo *nasce*, assonância em *a* e *o*. Por último, trata-se de uma frase complexa que alberga uma deslocação de sentido.

Com efeito, numa formulação aparentemente temporal e de conteúdo festivo (descrevendo o geral benefício da luz solar), o provérbio induz também a uma leitura condicional, por estabelecer umnexo de implicação entre um antecedente (acontecimento positivo), condição suficiente, e um conseqüente (benesse universal). Neste caso, *quando* marca a restrição de intervalos de tempo que tornam pertinente a afirmação²¹, ficando indeterminada a verdade da asserção condicional²². Assim, o provérbio, numa duplicidade irónica, parecendo celebrar a generosidade da natureza acaba por lamentar a irregular atribuição dos seus dons.

4. A observação das seis ocorrências deste provérbio no *corpus*²³ (ver o anexo, onde transcrevemos o contexto textual imediato) revela predomínio da sua enunciação pela voz do autor (só em (4) e (6) a citação é feita por perso-

²⁰ O *Dicionário de provérbios Francês-Português-Inglês* indica como fonte bíblica Mateus (5, 45): «solem suum oriri facit super bonos et super malos», Deus fez o sol nascer sobre os bons e os maus (Lacerda, 2000: 330).

²¹ Lopes nota este valor na análise de «Quando fores bigorna, sofre e quando fores malho, malha.» (Lopes, 1993: 206).

²² De resto, o primeiro elemento tem uma significação contingente (Lopes, 1993: 229), já que pelo nosso conhecimento do mundo sabemos que o sol brilha continuamente, mas nuns dias proporciona luz e calor, enquanto noutros, tais efeitos são menos sensíveis, além da possibilidade do mesmo dia ser soalheiro num lugar e invernososo noutro.

²³ Aqui numeradas segundo a data de publicação do romance e o número da página onde se encontram.

nagens) e elevado grau de integração no discurso, alterando as formas tradicionais. Este comportamento confirma as previsões de Norrick de que a tendência para utilizar os provérbios como moldes integrados em longos discursos aumenta com a distância entre o tipo de texto que o contém e a «free conversation» (Norrick, 1985: 22 e 24), pelo que um romance, excepto no diálogo simulado, deverá conter menos provérbios utilizados de modo tradicional e independente do que uma peça de teatro.

Com efeito, em *Todos os nomes*, é no interior dum longo parágrafo que apresenta um diálogo imaginário da personagem principal com o tecto da sua casa (após a conclusão da busca da mulher desconhecida, quando, não tendo nada para fazer, lhe ocorre a ideia de visitar a senhora do rés-do-chão direito), que se situa a forma mais próxima da tradicional

(6) «tal como o sol que é para todos quando nasce,»

O provérbio faria parte do discurso do Sr. José, explicando a esta senhora porque estava a Conservatória tão preocupada com aquela «simples pessoa, uma mulher sem importância»; de resto, o conector «tal como» introdu-lo como paráfrase da afirmação «para a Conservatória do Geral do Registo somos todos iguais», funcionando a enunciação do provérbio como reforço amplificante da intervenção anterior²⁴.

O seu emprego não ostenta uma significação literal, mas antes de índole metafórica²⁵, desenhando uma interpretação-padrão do provérbio como «quando se dá uma acção positiva, isso beneficia qualquer indivíduo». Para lá disso, a reordenação dos constituintes expõe a sua significação condicional, reforçada pela sequência textual explicitamente crítica.

Em contrapartida, integrados no discurso do narrador e mais afastados da forma fixada na tradição paremiográfica, estão os exemplos (1) e (2), extraídos de *Memorial do convento*, e (3), de *O ano da morte de Ricardo Reis*.

(1) «Porém, a quaresma, como o sol, quando nasce é para todos.»

ocorre no final do primeiro parágrafo de um capítulo, onde, mais que os alimentos habituais dos alfacinhas, se apontam os efeitos nocivos da desigual-

²⁴ Entre as funções que têm a ver com a relação com enunciados anteriores inscritos na sequência discursiva, Lopes distingue funções argumentativas, réplicas autónomas em pares adjacentes, comentário avaliativo e reforço amplificante da intervenção anterior (Lopes, 1993: 403-8).

²⁵ Incluir-se-á no tipo que Norrick considera “object-attribute metaphor”, já que o nome metafórico designa literalmente um objecto que, de modo figurativo, substitui um dos seus atributos característicos (Norrick, 1985: 117). Neste caso, *sol* ocupa o lugar de *generosidade*.

dade da sua distribuição; nos parágrafos seguintes e até ao final desta parte, conta-se o quotidiano lisboeta durante a Quaresma.

Assim, o conector restritivo «porém» indicia a mudança da perspetivação da fome de uns e abundância de outros para a geral vivência das privações próprias desse tempo ritual, operando a alusão ao provérbio o resumo catafórico dos eventos narrados no discurso subsequente²⁶. Tal alusão, a propósito deste período de luto, insinua que as realidades negativas, essas sim, têm uma distribuição equitativa²⁷.

Já nos últimos capítulos do romance, no parágrafo que conta o despertar do mendigo João, em Vendas Novas, sob chuva violenta, que o faz adiar a sua saída e dificulta o cortejo real para entrega das princesas nubentes, situa-se

(2) «vede, vede como é para todos a chuva quando cai.»

Estamos perante uma transformação por substituição lexical idêntica à que se verifica, na outra narrativa, quando é contada a chegada de Ricardo Reis ao hotel, encharcado, depois de ser interrogado na PIDE:

(3) «além de que a chuva, celeste justiça, quando cai, é para todos.»

As substituições de *sol* por *chuva e nasce* por *cai*, realizam, por um lado, um processo de literalização (chove muito no *Ano da morte de Ricardo Reis*²⁸ e em toda esta parte do *Memorial do Convento*) e, por outro, a criação de um anti-provérbio, com uma interpretação metafórica paralela à do provérbio tradicional.

Assim, quer (2) que funciona como refutação da asserção anterior («ainda dizem que o céu está com os poderosos»), reclamando o duplo imperativo a observação do exemplo concreto, quer o parentesis irónico «celeste justiça», no interior do provérbio (3), convocam os contornos semântico-pragmáticos

²⁶ Dentro das funções de organização textual, Lopes contrapõe resumo anafórico (ou sumário conclusivo) e resumo catafórico (Lopes, 1993: 407).

²⁷ O que será desmentido na continuação que não relata os jejuns, mas antes a satisfação dos desejos sexuais facilitada pela permissão sazonal das saídas das mulheres para visitar as igrejas, contrastante com a frustração da rainha a quem, além das referidas visitas, não é permitido mais do que sonhar com o Infante D. Francisco.

²⁸ Além do mais, esta parte do romance é perpassada por uma reflexão sobre a solidariedade entre a Natureza e os desgostos humanos, notória em passagens como «bem podia a natureza ser solidária doutra maneira, por exemplo, mandando um terremoto que soterrasse nos escombros o Victor e o doutor-adjunto, » (*O ano da morte de Ricardo Reis*, p. 193) ou «meditando no céu cruel e na indiferença dos deuses, que tudo é uma e mesmíssima coisa» (*Ibidem*, p. 204).

do provérbio originário que são ampliados: os malefícios, como os benéficos, atingem qualquer indivíduo²⁹.

Ao contrário do previsto por Norrick, a estratégia de modificação dá-se também na voz das personagens, desta vez no *Ensaio sobre a Cegueira*, onde, ao enumerar as doenças dos internos, se revela que as autoridades não as tiveram em conta no momento da recolha dos cegos,

(4) «disseram mesmo que a lei quando nasce é igual para todos».

Trata-se da reprodução das explicações dadas pelas autoridades, evocando em primeiro lugar e de forma marcada (através de «mesmo») este novo argumento e provérbio (dada a substituição de *sol* por *lei*), agora, com sentido praticamente literal (à excepção de «nasce», metáfora de «é promulgada») e conteúdo meramente descritivo.

No mesmo romance, introduzido por um conector explicativo, que justifica o reconhecimento de um facto, ocorre

(5) «porque o sol não nasce ao mesmo tempo para todos os cegos,»

ao referir-se o momento de despertar de cada cego no último dia de espera da comida e a reunião de voluntários para o ataque à camarata dos malvados. Enfim, a transformação da frase, pela negação e a introdução de nova referência temporal (especificada no segmento discursivo anterior), volta a inverter o provérbio tradicional, criando ambiguidade entre uma interpretação meramente descritiva e uma leitura motivada, subtilmente irónica, já que a decisão de lutar dos cegos se dá em momentos diferentes.

Em síntese, a consideração destas ocorrências permitiu verificar que a única ocorrência que se aproxima da forma e significação tradicionais de *O sol, quando nasce, é para todos*, assinalando um tratamento generoso, é o exemplo (6), já que as restantes, manipuladas até à configuração dum anti-provérbio, comentam situações de privação de alimentos ou satisfação sexual em (1), de contrariedades naturais e dificuldades sociais em (2), (3) e (5), de abandono humano em (4).

²⁹ Continuando a leitura, poderíamos ver que, nas condições diversas em que viajavam João e as personagens reais, as intempéries atingiam ambos (mas ele viajou sobretudo a pé, no mínimo ao ar livre, enquanto os outros seguiam dentro de carros de cavalos) e que, na sociedade estratificada em que viviam Reis, Salvador e Pimenta, o primeiro não detinha o privilégio de escapar à chuva (nem à vigilância da polícia política).

5. Parece-nos que a vinculação tradicional deste provérbio com uma situação específica (em que extraordinariamente alguém age generosamente) e do anti-provérbio (com uma acção restritiva igualmente arbitrária) permitiria classificá-lo dentro do subtipo reconhecido por Taylor como frase convencional (Taylor, 1930=: 129)³⁰, a frase proverbial que Casares e Ruiz consideram na fronteira entre fraseologia e parémia (Casares, 1950: 203 e Ruiz, 1997: 63), ao qual são atribuídas funções de comentário não avaliativo (Norrick, 1985: 16) ou de tropo ilocutório (ver nota 14).

Contudo, a integração discursiva não revela a autonomia sintáctica apontada por Norrick aos enunciados que exercem esta função³¹; aliás, como vimos anteriormente, tal integração permitiu-nos identificar funções de macro-estrutura textual, em (1), ou de relação inter-enunciados, em (2), (3), (4), (5) e (6). De qualquer forma, na análise do discurso, cabe a possibilidade de uma leitura plurifuncional (Lopes, 1993: 364)³².

Em conclusão, a consideração da ocorrência de «O sol quando nasce é para todos.» na narrativa de Saramago permitiu-nos: deparar com variantes reunidas nas compilações orais; identificar uma significação dupla, irónica, inscrita na própria parémia; observar a elevada plasticidade sintáctica na adaptação ao contexto discursivo e o predomínio da manipulação criativa sobre a reprodução tradicional; verificar a presença do provérbio-molde no jogo de significação do anti-provérbio; estabelecer a interpretação-padrão; identificar a ironia dominante e, conseqüentemente, aventar a hipótese de subclassificação como frase proverbial, anotando a plurifuncionalidade que a aproxima do provérbio, exemplar típico da categoria.

Além disso, a determinação dos valores semântico-pragmáticos destas ocorrências obrigou-nos a considerar a voz que enuncia o provérbio, a (in)existência de introdução, o conector presente no contexto anterior, o papel do comentário imediatamente seguinte, para lá do contexto discursivo mais ou menos amplo e da posição do provérbio no interior dos parágrafos ou dos capítulos.

³⁰ Também são nomeadas como frase proverbial (Casares, 1950: 190-91), ditos ou frases feitas dependentes do contexto linguístico e extralinguístico (Zuluaga, 1980: 204) e enunciados com valor específico (Corpas, 1996: 137-8). A falta de carácter genérico da situação a que se aplicam leva Anscombe a descartá-lo do seu estudo, não sem referir que demonstram menos mobilidade que os provérbios no interior do texto e que podem existir em mais do que um idioma (Anscombe, 2000: 10).

³¹ Perguntamo-nos se também a ausência de introdução explícita, seja quando o provérbio é usado sob a voz do narrador, nos exemplos (1), (2), (3) e (5), seja pela voz de personagens, em (4) ou (6), não será própria dos enunciados que exercem esta função, dada a imediatez com que são produzidos.

³² Assim, podemos perguntar-nos se a dificuldade de distinguir entre frase proverbial e provérbio não se deve a esta possibilidade de utilização, quando a maioria das recolhas vem sendo construída a partir de textos escritos.

Por último, refira-se que o emprego deste provérbio por José Saramago, mais do que contribuir para a polifonia da sua escrita (que alia vozes eruditas literárias e orais populares), apresenta uma subversão que afecta todos os níveis de estruturação linguística (flexibiliza a forma sintáctica, duplica os contornos semânticos, transfigura as funções pragmáticas), numa paródia expressiva de resistência e confrontação social e humana³³. Por isso, deixa antever uma relação criativa e humorística deste escritor com a língua portuguesa, não diferente da que sustenta com a realidade referencial das suas obras perpassada pelos tópicos do mundo às avessas e do desconcerto do mundo³⁴.

Bibliografia

- ANSCOMBRE, J. (1995) – «Semântica y léxico: topoi, estereotipos, y frases genéricas» in *Revista española de lingüística*, 2, pp. 271-295.
- ANSCOMBRE, J. (1997) – «Reflexiones críticas sobre la naturaleza y el funcionamiento de las paremias» in *Paremia*, 6, pp. 43-54.
- ANSCOMBRE, J. (2000) – «Parole proverbial et structures métriques» in *Langages*, 139, pp. 6-26.
- BALLY, C. (1909=1951) – *Traité de stylistique française*, Paris, Librairie Klincksieck.
- BRAZÃO, J. (1998) – *Os provérbios estão vivos no Algarve*, Lisboa, Editorial Notícias.
- CASARES, J. (1950) – «Introducción a la lexicografía moderna» in *Revista de Filología Española*, LII.
- CHAVES, P. (1928=1945) – *Rifoneiro português*, Porto, Domingos Barreira.
- CONCA, M. (1987) – *Paremiologia*, València, Universitat de València.
- COSERIU, E. (1966=1991) – *Principios de semántica estructural*, Madrid, Gredos.
- DOMÍNGUEZ, F. (1994) – *Análisis del discurso y paremias en H. de Balzac*, Murcia, Universidad de Murcia.
- DUNDES, A. (1975) – «On the structure of the proverb» in *Proverbium*, 25, pp. 961-973.
- DUNDES, A. (1964) – «Texture, text and context» in *Southern Folklore Quarterly*, 28, pp. 251-265.

³³ Mieder descobre esta atitude na escrita por contradições de Bertolt Brecht (Mieder, 1999: 258).

³⁴ Talvez por isso tenha escrito: «Ricardo Reis pára diante da estátua de Eça de Queirós, ou Queiroz, por cabal respeito da ortografia que o dono do nome usou, ai como podem ser diferentes as maneiras de escrever, e o nome ainda é o menos, assombroso é falarem estes a mesma língua e serem, um Reis, o outro, Eça, provavelmente a língua é que vai escolhendo os escritores de que precisa, serve-se deles para que exprimam uma parte pequena do que é, quando a língua tiver dito tudo, e calado, sempre quero ver como iremos nós viver. Já as primeiras dificuldades começam a surgir, ou não serão ainda dificuldades, antes diferentes e questionadoras camadas do sentido, sedimentos removidos, novas cristalizações, por exemplo. Sobre a nudez forte da verdade o manto diáfano da fantasia, parece clara a sentença, clara, fechada e conclusa, uma criança será capaz de perceber e ir ao exame repetir sem se enganar, mas essa mesma criança perceberia e repetiria com igual convicção um novo dito, Sobre a nudez forte da fantasia o manto diáfano da verdade, e este dito, sim, dá muito mais que pensar, e saborosamente imaginar, sólida e nua a fantasia, diáfana apenas a verdade, se as sentenças viradas do avesso passarem a ser leis, que mundo faremos com elas, milagre é não endoidecerem os homens de cada vez que abrem a boca para falar.» (Saramago, J., *O ano da morte de Ricardo Reis*, pp. 6-2)

- FUNK, G. (1993) – *A função do provérbio em Português e em Alemão: análise contrastiva de um corpus de provérbios contextualizados*, Universidade dos Açores, tese de doutoramento inédita.
- GREIMAS, A. (1960) – «Idiotismes, proverbes, dictons» in *Cahiers de Lexicologie*, Vol. 2, pp. 41-66.
- KLEIBER, G. (2000) – «Sur le sens des proverbes» in *Langages*, 139, pp. 39-58.
- LACERDA, R. e LACERDA, H. e ABREU, E., 2000, *Dicionário de provérbios – Francês, Português, Inglês*, Lisboa, Contexto.
- LOPES, A. (1992) – *Texto proverbial português*, Universidade de Coimbra, tese de doutoramento inédita.
- MIEDER, W. (1999) – «“Man is a wolf to man”: on proverbial dialectics in Bertolt Brecht» in *Proverbium*, 16, pp. 247-277.
- MUÑOZ, J. (1993) – «La paremias españolas: clasificación, definición y correspondencia francesa» in *Paremia*, 2, pp. 15-20.
- NORRICK, N. (1985) – *How proverbs mean*, Berlin-New York-Amsterdam, Mouton Publishers.
- PASTOR, G. (1996) – *Manual de fraseología española*, Madrid, Gredos.
- PERMYAKOV, G. (1979), *From proverb to folk-tale*, Moscow, Central Department of Oriental Literature.
- RUIZ GURILLO, L. (1997) – «Aspectos de fraseología teórica española» in *Cuadernos de Filología*. XXIV.
- SILVA, J. (1989) – «Os adágios e a sua recolha» in *Revista Lusitana (Nova Série)*, 10, pp. 157-187.
- TAYLOR, A. (1931=1985) – *The proverb*, Bern-Frankfurt am Main-New York, Peter Lang.
- ZULUAGA, A. (1980) – *Introducción al estudio de las expresiones fijas*, Frankfurt a. M. – Bern – Cirencester/U. K., Verlag Peter D. Lang.

Anexo – Contextos³⁵

- (1) Mas esta cidade, mais do que todas, é uma boca que mastiga de sobejo para um lado e de escasso para o outro, não havendo portanto mediano termo entre a papada pletórica e o pescoço engelhado, entre o nariz rubicundo e o outro héctico, entre a nádega dançarina e a escorrida, entre a pança repleta e a barriga agarrada às costas. Porém, a quaresma, como o sol, quando nasce é para todos. (Saramago, J., *Memorial do Convento*, p. 27)
- (2) E a rainha, que terá acontecido à rainha, a estas horas já saiu de Aldeagalega, vem com a infanta D. Maria Bárbara, mais o infante D. Pedro, este é outro, com o mesmo nome do primeiro, frágeis mulheres, criança frágil, expostas aos agravos do mau tempo, ainda dizem que o

³⁵ Trancrevemos como contexto, por limitações de espaço, apenas o discurso situado entre dois pontos finais em que o provérbio ocorre, à excepção de (1) em que reproduzimos a sequência anterior. Numeramo-los tal como os exemplos de emprego, ordenando-os segundo a data de publicação do romance e o número da página onde se encontram. Destacamos o provérbio em negrita.

- céu está com os poderosos, vede, vede como é **para todos a chuva quando cai.** (*Ibidem*, p. 308)
- (3) Quando Ricardo Reis entrou no hotel, o chapéu escorria-lhe como goteira de telhado, a gabardina pingava, era uma gárgula, uma caricata figura, sem nenhuma dignidade de médico, que a de poeta não lha podiam adivinhar Salvador e Pimenta, além de que a **chuva**, celeste justiça, **quando cai, é para todos.** (Saramago, J., *O ano da morte de Ricardo Reis*, p. 193)
- (4) Renunciaria o cronista, por circunspeção, a fazer um relato discriminativo de outros males que estão afligindo muitas das quase trezentas pessoas postas em tão desumana quarentena, mas não poderia deixar de mencionar, pelo menos, dois casos de cancro bastante adiantados, que não quiseram as autoridades ter contemplações humanitárias na hora de caçar os cegos e trazê-los para aqui, disseram mesmo que **a lei quando nasce é igual para todos** e que a democracia é incompatível com tratamentos de favor. (Saramago, J., *Ensaio sobre a cegueira*, p. 160)
- (5) No dia seguinte, uns mais cedo, outros mais tarde, porque **o sol não nasce ao mesmo tempo para todos os cegos**, muitas vezes depende da finura do ouvido de cada um, começaram a juntar-se nos degraus exteriores do edifício homens e mulheres vindos das diversas camaratas, com excepção, já se sabe, da dos malvados, que a esta hora já deverão estar a tomar o pequeno-almoço. (*Ibidem*, p. 195)
- (6) Pensou em ir visitar a senhora do rés-do-chão direito, contar-lhe mais ou menos o que acontecera, mas depois achou que não merecia a pena, ela tinha-lhe dito tudo quanto sabia, e talvez acabasse por lhe perguntar por que demónios andava a Conservatória Geral a ter tanto trabalho por causa de uma simples pessoa, de uma mulher sem importância, seria indecente falsidade responder-lhe, além de estupidez rematada, que para a Conservatória Geral do Registo somos todos iguais, tal como o sol que é **para todos quando nasce**, há coisas que é conveniente não dizer diante de um velho se não queremos que ele se nos ria na cara. (Saramago, J., *Todos os nomes*, p. 159)

TER METÁFORAS À FLOR DA PELE (OU OUTRA FORMA DE «TER NERVOS»)

Mário Vilela

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Centro de Língua da Universidade do Porto
mariovilela@sapo.pt

*«As metáforas que escolhemos condicionam o modo
como falamos do mundo e da sociedade e o modo
como nela intervimos»*

(Nunes 1997: 33)

0. Observações preliminares

O alvo do nosso estudo é mostrar como a linguagem das emoções humanas é fruto do meio cultural, das condições em que o homem vive e convive. Baseio-me essencialmente nas expressões socializadas e habitualizadas, tais como *estou num farrapo, ela está um vidrinho, estou em baixo, ela ficou por terra* (depois de saber a notícia), *não há quem o aguente / suporte, são sempre os mesmos a pagar a factura, (ser uma) pessoa distante, águas mortas, dinheiro vivo, morrer de riso, não caber em si de contente*. Estas expressões mostram como a língua, na categorização e representação da realidade, se serve de domínios mais recorrentes e mais acessíveis para explicar outros domínios. Veremos como o «corpo» humano serve de domínio chave nessa categorização e conceptualização.

0.1.0. Poderemos analisar tais expressões a partir da semântica designada por «estruturalista» com base exclusiva no semema, ou tomando como orientação a chamada corrente cognitivista, que tem como alvo o saber conceptual extralinguístico. A primeira – a estruturalista – analisa o **saber linguístico semémico** duma língua particular, o saber de um falante de uma determinada língua que é relevante, o saber linguístico nuclear, através do qual o falante distingue uma palavra de outras palavras (ou de outra palavra). Esta parte do

significado é actualmente designada como *semema*, ou seja, o fenómeno genuinamente linguístico numa língua particular e que se compõe dos traços relevantes para a estrutura dessa língua. E se este fosse apenas o nosso objectivo de análise, tomaríamos as expressões *vidrinho*, *farrapo*, *águas mortas*, *dinheiro vivo*, fazendo a sua análise em termos de semas, classemas, numa perspectiva paradigmática e sintagmática¹. A segunda perspectiva – a cognitivista –, analisa o *saber extralinguístico*, o saber que uma palavra provoca em nós relativamente a um objecto, estado de coisas, processo, acção, etc., palavra como «designação de» ou «categorização / conceptualização de». Trata-se de um saber acerca das coisas, saber acerca do mundo, uma experiência do mundo ('Welterfahrung')², os *atributos* que encontramos em exemplares próximos dos que consideramos prototípicos³.

0. 2. O saber sobre estes planos (ou níveis: quer o semémico, quer o extralinguístico) de saber está armazenado na memória, no «léxico mental» do falante. Estes planos semanticamente relevantes do saber são assim contemplados de diferente modo pelas várias correntes linguísticas. Pode-se pôr a questão de se saber qual a relação entre semema e referente. Ou, por outras palavras, quais os traços que são obrigatórios, definitórios e em que medida exemplares individuais (referentes) devem mostrar determinados traços para que sejam reconhecidos como realizações de um semema. Por exemplo, se uma *chávena* tiver a asa partida é ainda uma chávena? Se *vidrinho* não incluir «vidro» entre os seus traços ainda é *vidro*? Haverá apenas necessidade de conceito estereotípico ou prototípico para combinar com as relações semânticas? Mas tenha-se em consideração que na teoria do protótipo se joga com representantes típicos (protótipos) e não (em primeira linha) com referentes individuais. A semântica estrutural trata da significação e não dos problemas singulares da designação de referentes individuais (trata da *langue* e não da *parole*). Os semas e sememas são abstrações para explicar a estruturação do léxico de uma

¹ Tratava-se da decomposição léxica em semas, classemas, dimensões arquilexemáticas (Coseriu 1986 e Blank 1997).

² Cfr A. Blank 1997: 54 e s.

³ A linguística estruturalista defende que a língua particular como tal não está envolvida nesse saber, mas considerando o saber lexical de uma língua particular, como uma 'coisa' (Ding) da realidade, o estruturalismo vê no signo linguístico também informação, que embora sendo própria de uma língua particular, não faz parte do semema. Trata-se de um saber acerca da palavra, acerca do seu lugar no léxico, das regras do seu uso no discurso, que é também um saber semântico. Será isto a pragmática do léxico. A linguística cognitivista faz essa decomposição em termos de «moléculas léxicas» como postulados de significado (Miller e Johnson-Laird 1976), de configuração relativizada de primitivos semânticos em guiões prototípicos (Wierzbicka 1996) ou resultantes da associação de redes de conhecimento com conceitos nucleares prototípicos e nós relacionais de atributos e traços (Barsalou 1992).

língua e não pressupostos para se reconhecer os referentes concretos. O semema e o protótipo não se excluem, apenas são representações de diferente grau de abstracção. O semema de um signo não inclui todos os traços relevantes para o significado, mas apenas aqueles que são necessários para distinguir uma palavra dentro do seu campo ou para distinguir os hiperónimos e hipónimos. Acontece mesmo que estes podem coincidir com os atributos da representação imagética e conceptual. Os semas que não são considerados pela semântica estrutural são o saber extralinguístico, o saber conceptual.

Vamos fixar-nos nesta última linha de reflexão, embora não terminemos este pequeno estudo sem mais uma referência à semântica estruturalista (ou, a uma das suas manifestações mais genuínas, a lexemática).

1. Saber enciclopédico, protótipo e «frames» ou os caminhos da semântica cognitiva

O chamado paradigma cognitivo não envolve um enfoque cognitivo unitário, mas uma variedade de paradigmas, que só tem em comum a ênfase nos fenómenos mentais como agente do comportamento. Inclui a psicologia cognitiva, a linguística, a filosofia, a inteligência artificial, a neurociência e a antropologia. O importante é que a linguagem é encarada como processo e estratégia de conceptualização e categorização do real e, por conseguinte, a expressão linguística constitui um reflexo e ainda um elemento estruturador da conceptualização⁴.

1.1. *Paradigma cognitivista experiencial*

Tem merecido o paradigma cognitivista experiencial⁵ uma atenção especial, para quem a linguagem é uma forma de simbolização de capacidades naturais, entre as quais se destaca a capacidade «pré-conceptual» de conceptualizar a experiência corporizada ('embodied mind'), a acção sobre o mundo e a capacidade de relacionar analogicamente domínios conceptuais entre si. As nossas capacidades simbólicas (subjectivas, intersubjectivas, mentais e culturais) estão intimamente enraizadas numa base natural experiencial (Lakoff 1987).

⁴ Cfr. Pires 2001: 9. Eis a formulação aqui feita de «cognitivo»: a «relação entre a forma como experienciamos o mundo físico e social, a sua conceptualização e o modo como esta se traduz linguisticamente.» (Ibid., 9-10).

⁵ Este paradigma é o oposto do chamado paradigma racionalista, para quem a mente não é uma *tabula rasa* que armazena experiências, possui uma linguagem mental interna que computa símbolos internos (mentais) (Fodor, Jackenoff): defende mesmo que estes símbolos são independentes da linguagem natural.

Estruturas esquemáticas mentais, tidas como essenciais, serão recipientes, trajectos, conexões, forças, equilíbrio, havendo ainda outras imagens com outros tipos de orientações e relações, como acima / abaixo, frente / atrás, parte / / todo, centro / periferia⁶. Estas estruturas altamente recorrentes socorrem-se da experiência corporal e do seu modo de funcionamento. Os modelos referenciados são a nossa orientação vertical, a natureza do corpo como recipiente ou como um todo com partes, a nossa capacidade para sentirmos o movimento numa direcção ou noutra, a manipulação de objectos, indicando-se assim que a nossa experiência está estruturada, orientativa e cinestésicamente, para certos domínios. O enfoque experiencial leva-nos a estruturar as experiências abstractas, projectando o domínio físico no domínio abstracto, isto é, projectando as categorias do nível básico nas categorias do nível subordinado e superordenado. A nossa experiência na manipulação de objectos, as nossas percepções, a nossa experiência de movimentos nos espaços físicos palpáveis, servem de base à organização do nosso pensamento conceptualizado.

Essa manipulação, essa percepção e experiência do espaço e do movimento operam-se, em grande medida, através da metáfora. É através da metáfora que organizamos o nosso pensamento e conhecimento: a metáfora não é um recurso estilístico, mas um processo mental em que se estrutura um conceito a partir de outro⁷. Sintetizando, podemos constatar o seguinte:

- (i) a metáfora é um processo cognitivo por meio do qual uma série de conceitos – ou domínios conceptuais⁸ – são compreendidos (conceptualizados e categorizados) em termos de outros domínios;
- (ii) o conceito que serve de modelo é denominado domínio fonte e o outro, domínio destino;
- (iii) cada metáfora estabelece uma projecção (mapping) de correspondências ontológicas, estruturais ou epistémicas entre os domínios;
- (iv) muitas projecções metafóricas são convencionais: usam-se frequentemente em qualquer língua e cultura;
- (v) é possível transferir o conhecimento e os modelos de inferência do domínio fonte para o domínio destino.

⁶ Diferentes metáforas podem estruturar aspectos diferentes de um só conceito. Johnson (1987: 126) distingue vários tipos de esquemas imagéticos básicos (*basic schemata*) e os mais gerais são: receptáculo / recipiente, força, graduação, direcção / trajecto, centro / periferia, parte / todo, contacto, superfície, ciclo. Representam esquemas bem definidos e com uma estrutura interna que condiciona o nosso raciocínio e a nossa compreensão e são portanto fonte das nossas projecções metafóricas.

⁷ Vde Lakoff e Johnson 1980, Johnson 1987, Lakoff / Turner 1989, Lakoff 1990.

⁸ Deve sublinhar-se que, na metáfora, estamos em presença de transferências ou projecções («mappings») entre domínios e não de projecções entre palavras.

Os tipos de metáforas básicos serão:

- (i) as metáforas **orientacionais**, as que estruturam os conceitos numa dimensão linear, dando-lhes uma orientação espacial, como se constata em: «a dor está em baixo: *sinto-me em baixo*», «a alegria está em cima: *ando nas nuvens*», «o futuro está à frente / o passado atrás»: *tens um lindo futuro à tua frente embora tenhas deixado um rasto de sangue atrás de ti*»;
- (ii) as **ontológicas**, as que conceptualizam como substâncias, objectos ou entidades, numerosas experiências e eventos que carecem desse estatuto: a mente é uma máquina, a inflação é uma pessoa ou um ser vivo (*a economia engorda, emagrece; palavras duras, palavras amargas*), em que são preponderantes as chamadas personificações;
- (iii) as **estruturais**, que consistem no facto de se projectar sobre um dado conceito complexo os aspectos correspondentes do conceito fonte, que por sua vez é também complexo, por exemplo, a inflação é um inimigo que é preciso combater (*a luta contra a inflação é o pão nosso de cada dia*).

As metáforas com base física são fortes candidatas a ser universais, atravessando culturas e línguas⁹. Também a **metonímia** é básica para a organização do nosso conhecimento, ainda com uma base experiencial¹⁰. A metonímia é igualmente explicada como projecção entre domínios conceptuais. Enquanto na metáfora compreendemos um domínio conceptual em termos de outro, já a metonímia é definida como uma projecção conceptual dentro de um único domínio¹¹. Procurando manter-nos no domínio do vocabulário do corpo como fonte da categorização / conceptualização do mundo não físico, eis apenas alguns exemplos:

A cabeça está a pedir-me travesseiro (a «cabeça» pela pessoa)

Dar à língua (é o forte de muita gente) («dar à língua» a causa pelo efeito)

A criança *faz beicinho* (quando não se lhe faz a vontade) («beicinho» por atitude simultaneamente de descontentamento e desapontamento)

O político entrou e saiu sem *abrir a boca* («abrir a boca» por falar)

⁹ Considerando-se que, na nossa sociedade, o dinheiro é um recurso limitado e os recursos limitados são valiosos, temos o conceito metafórico «o tempo é dinheiro» (original: *time is money*) implica que 'o tempo é um recurso limitado', o qual por sua vez implica que o tempo é uma coisa valiosa (Lakoff / Johnson 1980). Creio que não há língua e cultura que não tenham aceiteado esta imagem e não a tenham assumido como sua.

¹⁰ Cfr. Goosens et al. 1995, Croft 1993, Ruiz de Mendoza 1996, Lakoff e Johnson 1980, Lakoff e Turner 1989, Kövecses 1986.

¹¹ Lakoff 1987: 288.

Lakoff / Johnson (1980) dão-nos uma lista das metonímias mais comuns: parte pelo todo, o objecto pelo utente, o lugar pela instituição, o lugar pelo acontecimento. Aliás a metonímia e a metáfora vêm frequentemente acompanhadas¹².

A reflexão que vamos fazer tanto se prende com palavras, como com fraseologias ou construções mais amplas. A metáfora e metonímia verificam-se em simples palavras, como, por exemplo, *rivalis* (lt.) era o 'vizinho no mesmo ribeiro', por metáfora e metonímia ('aspecto parcial') chegou ao 'rival' de hoje; *amante* ('o que ama'), por metonímia (possivelmente por tabu) passou a 'pessoa que tem um caso com outra pessoa de sexo diferente e de forma ilegal', ou *alma* no valor de 'pessoa' (*esta aldeia tem três mil almas*), em que a motivação, possivelmente o protótipo, representa a relação parte-todo e ocorrem – a metáfora e a metonímia – em grande profusão nas chamadas fraseologias.

1.2. Paradigma cognitivo-cultural ou a experiência vivida dos falantes

O paradigma cognitivo-cultural (ou, melhor dito, a antropologia cognitivo-cultural) considera que os símbolos e as categorizações através das quais representamos a nossa experiência e a realidade não provêm apenas da nossa estrutura corporal ou mental, mas constituem convenções e adaptações a uma realidade cultural e social¹³. Uma cultura consiste numa rede de sistemas de significado, concepções e esquemas interpretativos que se geram, aprendem, activam, constroem e se mobilizam em práticas sociais, normas impostas por instituições, incluindo as linguísticas. São jogos culturais que tácita ou explicitamente se instalam em nós, criando disposições habituais, valorizações ou desvalorizações. Por exemplo, o indivíduo é o «locus» do emocional, mas é o envolvimento social que determina que emoções se exprimem ou se silenciam, onde, quando, para que fim, quais as razões da sua manifestação ou do seu silenciamento. Sentir-se humilhado, envergonhado, a necessidade de auto-estima, só acontece dentro de uma comunidade. Há estados emocionais que

¹² Faria (1999: 387) dá alguns exemplos dessa combinação.

¹³ Vde, por exemplo, Searle 1995 e D'Andrade 1995. Veja-se ainda a afirmação seguinte: «Essentially cognitive models and cultural models are thus just two sides of the same coin. While the term cognitive stresses the psychological nature of these cognitive entities and allows for interindividual differences, the term «cultural model» emphasises the uniting aspect of its being collectively shared by many people.» Ungerer e Schmidt 1996: 50). É frequente depararmos com afirmações do género de: «... a liberdade individual é condicionada por uma ditadura social, que impõe um estilo de beleza, que escraviza e monopoliza as pessoas. As pessoas tornam-se escravas do espelho e da balança porque não conseguem sentir-se bem quando comparadas e espelhadas pelos critérios exigentes do «alto e magro».» (Maria Inácia Krupenski, in: XIS, 113, Público, 04.8.2001).

dependem de condições sociais bem determinadas: é a grupalidade, a ritualidade, a etnicidade, a purificação, a defesa do «território» a manifestarem-se. Expressões como a *justa vingança*, a *santa ira* de Deus, *olho por olho*, *dente por dente*, *justiça de Fafe*, etc., indicam precisamente uma certa aceitação do que não é correcto, mas que em certas circunstâncias são aceites. Há manifestações que podem ser bem vistas ou mal vistas pela comunidade: responder ou não responder a uma agressão (*se alguém te ferir numa face oferece a outra*) pode revelar auto-controle ou lassidão (*ser-se um badanas*). As emoções não são apenas sentimentos, mas também disposições episódicas para comportamentos, actuações, respostas ou reacções relativamente a uma norma social. Há emoções que são hipervalorizadas, hipercognitivizadas. É o modelo cultural e o modelo cognitivo a interpenetrarem-se. A intercompreensão só é possível porque partilhamos, numa comunidade, os mesmos esquemas.

Vamos atentar no modelo cognitivo-cultural como interpretante das emoções, em que as estratégias de interpretação dos dados emocionais são mediadas pelas redes de conhecimento que se transforma em modelos mentais ou modelos culturais de falantes comuns (leigos) ou «experts». É o conhecimento cultural e o modelo cultural que nos capacitam para a interacção comunicativa. Uma das funções dos modelos culturais é a de codificar esquematicamente – com conceitos básicos e derivados, cenários típicos e guiões pré-fabricados – as conceptualizações e motivações típicas de uma sociedade: os projectos, as metas, os fins e os meios disponíveis que os falantes devem seguir; as atitudes e disposições que devem cultivar; os traços de personalidade que devem fomentar ou eliminar; as coisas que devem possuir ou deitar fora. Os modelos culturais são receitas ou guiões normativos implícitos ou pressupostos que se reflectem evidentemente na linguagem¹⁴: o léxico, os ditados, os provérbios, os discursos, as formas habituais e habitualizadas ou socializadas de falar, etc. A forma de falar reflecte a nossa forma de pensar e a forma de pensar e falar reflecte a nossa forma de viver. Por exemplo, em *estar fora de si* marcamos o espaço como determinante; em *estar nas nuvens* marcamos a

¹⁴ Podemos, por exemplo, verificar que as línguas têm lacunas a nível lexical: traduzir sentimentos bem tematizados e lexicalizados noutras línguas nem sempre é possível. Por exemplo, como traduzir *Schadenfreude* (al.) para português, ou como traduzir *saudade* (ptg.) e *morrinha* (gal.) para outras línguas? Ou ainda, por que se diz *ficar verde com alguma coisa* e *não ficar azul*?

Outro problema é o modo como as línguas focalizam e tematizam nas expressões respectivas (de acordo com a relação cognitiva ‘figure-ground’ de Langacker 1987) certas relações: *tenho uma dor* (posse), *sinto uma dor na cabeça*, *tenho uma pontada* (?? *sinto uma pontada*) *no peito*; *estou triste / contente com* (relação de causalidade) em vez de *triste por* (também causalidade?) e **triste de* ou **triste em* (para indicar a mesma relação); mas já *morrer de* (frio) indica-se a causalidade e *morrer com frio* (não há causalidade, mas apenas ‘companhia’).

orientação; em *estar na fossa, bater no fundo* marcamos a espacialidade e a orientação do «eu». E o vocabulário (da experiência) do corpo é o grande modelo cultural (quase) universal: as projecções conceptuais deste léxico modelam esquemas mentais, guiões imagéticos universais. Reflectem o «equilíbrio», a «orientação», a posição bípede: *encabeçar uma lista* (de protesto), *não ter pés nem cabeça, meter os pés pelas mãos, dar a cara* (pelo saneamento das mentalidades), *estamos (todos) de patas pr'ó ar* (com a crise orçamental).

Mas há em todas estas expressões uma certa invariabilidade (Lakoff 1990), isto é, mesmo quando estas expressões se transferem para o domínio abstracto (ou, como é usual dizer-se, para o sentido figurado), há sempre um resíduo de significado concreto que se mantém: o sentido literal fica de algum modo remanescente. Muitos modelos têm uma explicação imediata, como nos exemplos anteriores. Mas noutros casos, precisamos de muletas culturais convencionais para a interpretação, como nas comparações congeladas (*burro que nem uma porta*¹⁵), ou nas fraseologias, em que o corpo serve de «origem», *levar alguém pelo beijo* (que em fr. é o equivalente de *mener quelqu'un par le bout du nez*), *apanhar alguém com a boca na botija* (em fr., o equivalente será: *prendre quelqu'un la main dans le sac*), *pôr a faca ao peito de alguém* (em fr. será traduzido por: *mettre le couteau sous la gorge de quelqu'un*), *não ter pés nem cabeça* (em fr. *n'avoit ni queue ni tête*), *tirar as teias da aranha da cabeça de alguém* (em fr.: *ouvrir les yeux à quelqu'un*), *torcer a orelha* (fr.: *s'en mordre les doigts*), *não deixar fazer o ninho atrás da orelha* (em fr.: *ne pas se laisser marcher sur les pieds*)¹⁶. Isto é, muitos conceitos ou projecções metafóricas são filtrados pela convenção cultural, que nos chegam incorporados na transmissão cultural (folclore, tradição oral, educação literária, etc.). As duas línguas – muito próximas em termos culturais – representam domínios «origem» bem diferentes.

As emoções estão incorporadas numa teia cultural, em que se estabelece o que é permitido mostrar ou esconder, controlar ou descontrolar, etc. Há um cenário ou marco prototípico em que se situa um guião também prototípico. Por exemplo, a perda de controle: *perder a cabeça, subir o sangue à cabeça, estar fora de si, entrar em paranóia, ficar com a cabeça à roda, ter uma parafuso a menos, perder um parafuso*. Todo o percurso está aí conceptualizado, categorizado e lexicalizado. Há a possibilidade de descrever deste modo a perda de controle, o auge dessa perda, a recuperação de controle, etc. Há que

¹⁵ A reacção de dois alunos meus – um japonês e outro nigeriano – a esta comparação foi a seguinte: «mas que tem a ver «porta» com a 'burrice'»

¹⁶ Utilizo as equivalências apresentadas em Geneviève Blum 1990.

distinguir o que é experiencial (modelo mental) do que é cultural (de base convencional). A linguagem, como processo social, faz parte integrante da sociedade e é condicionada por ela.

2. A linguagem das emoções

Os falantes dispõem de um conjunto de competências e bases de conhecimento, representado a diversos níveis de consciência para produzir expressões linguísticas sobre um domínio semântico determinado¹⁷. Os modelos mentais e culturais, no domínio da descrição das emoções, podem ser interpretados imageticamente nos dois parâmetros seguintes, tidos como os mais recorrentes:

- a emoção é um líquido (*estou a ferver cá por dentro!*)
- o corpo é o recipiente das emoções (*só o sofrimento me fez cair em mim!*)

Estes dois postulados entrecruzam-se, não deixando perceber qual dos dois é o predominante. Por outro lado, os modelos conceptualizadores e categorizadores denominados orientacional e ontológico acompanham estes dois núcleos de categorizadores léxicos. Os seres humanos são concebidos como recipientes, na sua parte mais profunda ou superficial; contêm fluidos que podem encher – atingindo a saturação – e mesmo trasbordar. O corpo é o recipiente das emoções, que são substâncias líquidas em que o esquema da imagem mental e do fluido subindo dentro do recipiente dá sentido à projecção que se apoia em expressões como:

Este triunfo *encheu de alegria* os adeptos do clube
A colmatar os nossos desejos ganhámos o campeonato

¹⁷ Linguisticamente os níveis mais pertinentes são os seguintes:

- (i) rede de conceitos léxicos (simples ou complexos),
- (ii) modelos léxico-gramaticais de realização e
- (iii) modelos léxico-discursivos.

Por detrás destes modelos podemos descortinar:

- (i) modelos pré-conceptuais de esquemas de imagens mentais,
- (ii) modelos conceptuais metafóricos e metonímicos,
- (iii) modelos conceptuais experienciais,
- (iv) modelos convencionais culturais, etc.

Não vamos, no entanto, levar por diante esta análise: ficar-nos-emos apenas pelo enquadramento geral das expressões. Para uma tentativa de aplicação do modelo nos vários quadrantes linguísticos cfr. Martín Morillas / Pérez Rull 1998.

A pressão dentro do recipiente é conceptualizada e recategorizada em expressões fraseológicas como:

Não podia *conter tanta alegria*
 Não *cabia em si* de contente
 Não *podia reprimir* os seus sentimentos
 (Está-se mesmo a ver) que isto viria a *sobrar* para mim!
 Pessoa *cheia de vida* /de vitalidade / de energia

A ‘pressão’ pode ser uma «força» que nos supera:

Ele sentiu-se *invadido* por uma alegria imensa
 A tristeza *apoderou-se* dele

ou uma ‘força’ (quase) impossível de controlar e o ‘fluido’ não podendo transbordar, não se conter dentro, chega mesmo a explodir:

Ele, ao ouvir uma boa anedota, costuma *explodir* numa gargalhada bem sonora ou
 Ele costuma reagir muito mal: normalmente, *explode* quando o criticam
 Ele *reventou a rir* quando soube da notícia
 Não pude *ocultar / dissimular* os meus sentimentos
 Ela não pôde *sufocar* os seus sentimentos / o riso

A ‘temperatura’ suporta um valor ontológico (valor abstracto passando a concreto), para explicitar as emoções:

É necessário deitar *água na fervura*
 Ele *ferve em pouca água*¹⁸

¹⁸ Mas o «aquecimento», num reagrupamento de outros elementos («gestalt»), está disponível para outras representações ontológicas:

O *calor do seu sorriso aquece* a alma das pessoas
 Ele é uma *peessoa fria / quente*
 (Tenho um) *desejo ardente*, que é o de ir por diante na procura
 Desejar *ardentemente / querer ardentemente* (em *desejar/ querer ardentemente*, o advérbio – um autêntico advérbio do verbo – transforma o verbo num novo predicado)
 Isto é, em uma pessoa *é fria, quente* – a que podemos acrescentar *peessoa distante, aberta, fechada, expansiva* -, os atributos (ou os traços) ‘temperatura’, ‘espacialidade’, fornecem o cenário em que o domínio ‘origem’ se projecta no domínio ‘alvo’: a atitude, o comportamento, os sentimentos da pessoa.

O orientacional (ou espacial¹⁹) ligado ao corpo como recipiente, que contém, que se abre ou fecha, é recorrente:

Soltar uma gargalhada
 Rir a bandeiras *despregadas*
Abrir-se num sorriso de orelha a orelha
 Ele *desatou* a chorar como uma Madalena

O espaço tem uma importância fundamental²⁰ na estruturação do mundo e, portanto, da linguagem, em interligação com outras relações, como o receptor, em que há um dentro e um fora:

(Ser) pessoa *muito fechada / muito aberta*

ou em que a «invariante» proximidade ou distanciamento se torna espaço (quase) físico:

Distanciar-se / aproximar-se de alguém: (ser) pessoa *distante*

ou um «acima» e um «em baixo», em que em cima está a felicidade e, em baixo, a infelicidade, à imagem de *estar no sétimo céu, andar / sentir-se nas nuvens*, temos:

Cobrir-se de glória²¹
Levantar o ânimo das pessoas
 Deixar-se *levar pelo entusiasmo*
 Ficar em *êxtase* (extasiado)

¹⁹ O orientacional «espacial», «temporal» concretos ou abstractos são constantemente utilizados no vocabulário da emoção:

- isto é *um paraíso*
- esta paisagem é *um dom divino*
- este foi um *dia idílico*
- este lugar é um *lugar idílico*.

²⁰ «Uma característica particularmente interessante das linguagens e representações do ciberespaço é a sua acentuada dependência em relação a metáforas espaciais. É conhecida a importância do resurgimento do espaço e das metáforas no pensamento e na cultura da pós-modernidade» (Nunes 1997: 30. Vide ainda Santos 1989). Lembro apenas os *espaços virtuais*, o *ciberespaço*.

²¹ Há expressões cuja motivação metafórico-metonímica precisa de mais reflexão. Por exemplo, dizemos que *uma pessoa é esquimuda* e compreendemos facilmente a analogia. Mas em *uma pessoa telhada* ('tem telha'), que, em princípio, é 'em cima' (vide *cobrir-se de glória*) e não é nada positivo, nem traz felicidade para quem vive ao lado.

Ficar / *estar deprimido*
 Estar / *ficar na fossa*
 Perder o ânimo
 Cair numa depressão profunda

O «espaço» compreende um «à frente» e um «atrás», em que, normalmente, a felicidade está à frente (o futuro será melhor):

Ele tem um *futuro risonho / brilhante à sua frente*²²

As diferentes partes do corpo enquadram-se nas chamadas metáforas orientacionais, em que funciona o modelo do recipiente. Por exemplo, o coração é tido como o «locus» onde se aninham os sentimentos:

A notícia *alegrou o nosso coração*
 A notícia *encheu de alegria* o nosso coração de pais
 O coração *estalava / saltava de alegria* ('saltar fora')
 Olhos que não vêem *coração que não sente*
 Longe da vista *longe do coração*

Os sentidos participam nessa reestruturação da língua. Por exemplo, o gosto tem papel importante nessa categorização²³:

Saborear os prazeres da vida
Saborear o momento de glória
Saboreia cada palavra que o neto diz
 O *doce sabor* da vitória

OU

Pessoa insípida
Pessoa amarga

²² Tópico que é recorrente, mesmo em imagens convencionais:

Atrás de tempo tempo vem
Dia a dia Deus melhora
Tarde é o que nunca vem

²³ É particularmente o universo que é envolvido pelo gosto. Por exemplo, a palavra *doce* ('açucarado'), perceptível pelo sabor (portanto, o ponto de partida), tem depois, como destino, 'agradável', 'suave', perceptível pelo ouvido, pela vista, em que a motivação se centra na passagem do conceito concreto para o de abstracto, implicando o que costumamos designar como sinestesia. Vejamos expressões como: *tempo doce, pessoa doce, brisa doce, sorriso doce*, etc.

Pessoa insonsa

Aguçar o apetite de alguém²⁴

Espicaçar (o apetite de) alguém

A «visão» e – um dos (seus mais importantes) atributos – a ‘luminosidade’ servem de origem para a conceptualização de sentimentos:

Os olhos *brilham de alegria*

Os olhos *iluminam-se* ao ouvir o neto

Os olhos *brilharam* ao receber a notícia

Os olhos *lançam centelhas de luz*²⁵

Este traço – ‘luminosidade’ – transfere-se também para outras partes do corpo:

A cara da criança iluminou-se num sorriso lindo (quando recebeu o presente)

O seu rosto / a sua *cara brilhava/ resplandecia de alegria*

A notícia *toldou o seu rosto*

A idade ia *escurecendo o seu sorriso*

A doença deixou *uma sombra no seu rosto*²⁶

A ‘luminosidade’ (e o seu oposto) serve ainda de origem para o ‘sucesso’:

Ontem *estiveste brilhante / luminoso*

Futuro *brilhante / sombrio à tua frente*

O sentimento é uma ‘doença’:

Ele *morreu de riso*

O *riso é o melhor remédio*

Ele ficou *ébrio de alegria*

Ele *fica louco de alegria* quando pode ir praticar o seu desporto

Com a *alegria entrou em delírio*

²⁴ «Aguçar o apetite», metáfora ontológica, tem possivelmente origem numa outra – *aguçar o dente* – onde a metonímia também entra.

²⁵ O corpo é reservatório.

²⁶ Aliás, o rosto e a cara são o «fundo» onde evoluem representações frequentes:

O rosto é o espelho da alma

Quem vê caras, não vê corações

Ter *vontade louca* de fazer algo
Ele *perde a cabeça* sem mais nem menos²⁷

Os sentimentos são como os seres vivos, nascem, crescem, alimentam-se e morrem:

A notícia *fez renascer* em mim a *alegria*
A *alegria crescia* na mesma medida do nosso sucesso
Esboçou um sorriso triste
O *riso apagou-se-lhe* no rosto ao ouvir a triste notícia
Alimentamos sempre o desejo de nos superarmos em cada momento
O *apetite do lucro não há quem o sacie*
Saciar a sua vontade de tudo atropelar
A *fome* de prazer / de liberdade
A *sede* de vender e de comprar
Fome de vitória

A pessoa como recipiente, em que o contacto (ou domínio origem) é uma superfície dura / áspera / amarga, em ferida:

Pessoa *dura, áspera, amarga*
É necessário saber *pôr o dedo na ferida*

ou em que a pele, como superfície do recipiente, tem o seu papel na estruturação da língua:

Ter os nervos *à flor da pele*²⁸

Aliás, a **pele** reveste-se de particular importância no jogo língua-moda-sentimentos:

«A pele é um órgão que recobre externamente o corpo, protege e é um espelho das nossas emoções mais fortes como o medo e a felicidade. Através dela é pos-

²⁷ As doenças dos sentidos – e cá está uma vez mais a combinação da metáfora e metonímia – servem para conceptualizar qualidades de pessoas: *pessoa vesga*, *pessoa míope*, em que a «invariante» (ou sentido literal) se conserva em parte, mesmo no uso figurado.

²⁸ Note-se que esta parte do corpo tem o seu peso bem marcado na língua:
Sentir-se picado por alguém,
Pisar os calos a alguém,
Meter-se na pele de alguém

sível comunicar o amor e ter acesso à alma do outro... A pele funciona também como uma barreira, um limite quando há rejeição, ou não há afectividade. A tonalidade da pele motiva divergências, impede relacionamentos, por vezes, suplantando a diferença linguística. Portanto, a pele é um ponto de abertura e de separação.» (Noémia Viegas d'Abreu – A pele envolve a alma, in: XIS, 113, Público, 04.8.2001)

A pessoa é ainda vista como recipiente onde os objectos são verbalizações e as palavras são o contacto:

Palavras duras
Língua afiada²⁹

3. Análise semémica

Fizemos o levantamento de expressões onde ocorriam grupos de verbos, como:

explodir e rebeitar; iluminar, toldar e escurecer; saciar, alimentar e saborear; desatar, esboçar, abrir e fechar; ocultar, dissimular, sufocar e encobrir; encher e caber em, cobrir e colmatar; invadir e apoderar-se de; morrer e renascer;

de adjectivos como:

ébrio e louco; duro e áspero; brilhante, luminoso e radiante; amargo, insípido e insonso; aberto e fechado; triste e alegre;

de nomes como:

apetite, fome e sede; alegria e tristeza; depressão e fossa ou êxtase / entusiasmo; desejo e vontade; ânimo e desânimo; sombra e luz; sorriso e alegria;

de combinações sintagmáticas do mais variado tipo, que vão desde as expressões convencionais ou congeladas, às simples colocações ou combinações frequentes, como:

verbo + nome: *saborear os prazeres da vida, esboçar um sorriso, saciar a fome, etc.*
verbo + grupo preposicional: *abrir-se num sorriso, desatar a chorar, morrer de riso, (não) caber em si de contente, rebeitar de riso, etc.*

²⁹ Mas não *palavras afiadas.

verbo + advérbio predicativo: *desejar ardentemente*,
 nome + de + nome: *centelhas de luz, fome de..., sede de..., etc.*
 adjectivo + complemento: *louco de alegria, ébrio de riso, etc.*

3.1. O saber lexical de uma língua particular

A concepção da língua (língua histórica) como diassistema leva-nos a ver os traços semânticos relevantes de uma língua particular como constituindo apenas uma parte – embora central – do significado de uma palavra. Os restantes aspectos e associações costumam ser enquadrados na distinção entre significado denotativo (=semema) e significado conotativo ou marca estilística³⁰, em que o significado denotativo e o seu significante funcionam conjuntamente como «conotante» do signo conotativo, cujo conotado representa de certo modo o conteúdo deste signo³¹. Temos de distinguir o saber acerca das relações lexicais de uma palavra, como polissemia, sinonímia, etc. e o saber acerca das marcas de uso. Há que distinguir o que funciona dentro de um campo lexical – apenas unidades do mesmo sistema – em que há oposição de estrutura: no caso do léxico que estamos vindo a ver, teremos *abrir, fechar* (pessoa aberta e pessoa fechada), *explodir e rebentar, saborear, comer e saciar, saciar e encher, ébrio e louco, duro e áspero, brilhante, luminoso e radiante, amargo, insípido e insonso, aberto e fechado, triste e alegre; appetite, fome e sede, alegria e tristeza, depressão e fossa ou êxtase / entusiasmo, desejo e vontade, ânimo e desânimo, sombra e luz, sorriso e alegria*. Mas numa língua há um diassistema onde funcionam três dimensões: a espacial ou variação diatópica, a social ou variação diastrática, a estilística ou variação diafásica. Entre os subsistemas individuais existe sempre uma coexistência e interferência: há elementos de diversos subsistemas, que, na fala, não surgem confusamente. Todos estes elementos pertencem aos traços semânticos de uma língua. Por exemplo, *rebentar de riso* e *rir* ou *sorrir, não caber em si de contente* e *estar muito contente, toldar* (o rosto), *escurecer* e *escurecer o sorriso*, mostram o carácter diassistemático de uma língua. A marca diassistemática pode ser entendida como um saber do falante acerca do uso de uma palavra. É o que encontramos no dicionário como gíria, dialecto, regionalismo, literário, popular, informal, etc.: como em *estar triste* e *estar chateado, estar deprimido* e *estar na fossa*, etc., o «estado de coisas» referenciado é parcialmente o mesmo,

³⁰ «Die denotative Bedeutung fungiert zusammen mit ihrem Signifiant als «connotant» des konnotativen Zeichens, dessen «connoté» oder «Konnotem» gewissermassen die Inhaltsseite dieses Zeichens darstellt» (Blank 1997: 61)

³¹ Para uma explicação da conotação como fenómeno lexical, textual e pragmático e respectiva tipologia cfr. Kerbrat-Orecchioni 1977 e Garza-Cuarón 1991.

mas com aspectualizações bem diferentes. Isto, nesta perspectiva, procura descrever-se o lugar de uma palavra no interior do diassistema.

O uso da palavra não muda do dia para a noite: há por isso também uma variação diacrónica, e daí aparecem as informações arcaico, em desuso, etc. Uma palavra antiquada surge com nomes como eufemismo, poético, vulgar. Assim, a variação diatópica deve ser enquadrada no registo do diafásico. Também um caso especial do diafásico são os chamados estrangeirismos, ou como totalmente estranho, ou como matização estilística de um outro termo: como, por exemplo, *silly season*, aplicado ao Verão dos nossos VIPs e vipinhos, políticos e politiquices baixas. Uma outra variação estaria na oposição língua escrita – língua da distância – e língua falada – língua da proximidade, como no caso de *você* (língua oral) e *senhor* (língua escrita), ou, nos domínios de que nos ocupámos: *ele hoje está um vidrinho*, *ele hoje está irritadiço* e *ele hoje não está nos seus dias*. O facto essencial e característico da marca diassistemática parece ser o facto de a referência extralinguística não ser afectada, ou apenas indirectamente: *rir*, *sorrir*, *rebrantar de riso*, *rir a bandeiras desprezadas* e *rir*, *estar triste* e *estar chateado* ou *estar na fossa / no buraco*, pois reporta-se aos mesmos estado de coisas, mas apontando para diferentes aspectos que mudam a nossa concepção do referente. Sabemos que as marcas regionais, sociais e estilísticas servem para a diferenciação sinonímica. Esta marca diassistemática pertence como o semema ao saber linguístico de um falante de uma língua particular, não ao sistema homogéneo mas ao léxico como um todo. Trata-se do saber linguístico das condições regionais, sociais, estilísticas e conceptuais de uma palavra no uso concreto.

O saber linguístico do falante envolve ainda o conhecimento da concepção interna da palavra, implicando o conhecimento explícito ou implícito da categoria gramatical da palavra ou expressão (e como tal o uso de uma palavra como sujeito ou como predicado, etc.), da existência da família de palavras (*saborear* e *sabor*, *explodir* e *explosão*, etc.), consciência da polissemia e homonímia (*ébrio*, *rebrantar*, *explodir* ou *caber*, *desatar a*, etc.). O falante sabe qual o modo de significação da palavra: substantividade, verbalidade, adjectividade, ou seja o reconhecimento das funções típicas da palavra e a polissemia ou o reconhecimento dos diferentes significados de uma palavra, distinguindo entre polissemia e parónimos e homónimos. O falante conhece ainda as regras das relações sintagmáticas: apenas podemos deduzir o significado actual e actualizado de um lexema polissémico a partir do seu contexto linguístico e situativo, como, por exemplo, em combinações fixas: *rebrantar de riso*, *abrir-se num sorriso*, *rir de orelha a orelha*, *desatar a chorar*; em colocações e complementos adequados, como *centelhas de luz*, *saciar a fome / a sede*, *levantar o ânimo*, *perder as estribeiras*, *perder a cabeça*, *agucar o apetite*, *espicaçar o*

apetite, pessoa fechada / aberta / expansiva, palavras duras e língua afiada (e não: **língua dura* e **palavras afiadas*), etc. Nesse saber do falante inclui-se o conhecimento da contiguidade no domínio de referência ou relações associativas, apreciações / valorizações, textos tradicionais (provérbios, ditados), estratégias discursivas.

4. Conclusão

As expressões de «emoção» que têm como origem o «corpo humano» são abundantes, o que não significa que não haja outros pontos de partida para este domínio «destino»³². Por outro lado, o vocabulário do corpo serve para reestruturar conceptual e linguisticamente outros domínios³³. A nossa experiência quotidiana, as nossas acções, a manipulação dos objectos que nos rodeiam, a grupalidade, a ritualidade, a etnicidade, a convivência com pessoas e coisas, são os primeiros domínios a serem detectados e representados e como tal servem depois de ponto de partida para a nossa interpretação e leitura do mundo. A nossa reacção perante o mundo, a luta pela vida, a procura do «pão nosso de cada dia», a necessidade de complementaridade entre as pessoas, a resistência da natureza aos nossos movimentos, as decepções que a vida nos traz continuamente, são os primeiros domínios a serem conceptualizados e estruturados linguisticamente. E o nosso corpo, o nosso primeiro escudo e arma, instrumento e seu envólucro, morada e companhia, lá estão sempre à mão para servirem de suporte à nossa representação do mundo e categorização lexicalizada.

A explicação da linguística cognitiva e da linguística estrutural não se opõem: completam-se, como provámos (ou tentámos provar) ao longo da nossa reflexão. Uma das perspetivações analisa o saber linguístico sistemático já lexicalizado: a estruturalista; a outra descreve o modo como a língua conceptualiza, categoriza e reestrutura a linguagem: a perspetivação cognitivista.

Bibliografia:

BLANK, Andreas (1997) – *Prinzipien der lexikalischen Bedeutungswandels am Beispiel der romanischen Sprachen*, Tübingen. Max Niemeyer Verlag (= Beihefte zur Zeitschrift für romanische Philologie, Bd. 285).

³² Apenas, a título de exemplo, *ficar verde de raiva*.

³³ Veja-se (*sor*)*riso amarelo*.

- BLUM, Geneviève – *Les idiomatics, français-portugais, portugais-français*, Col. «Point-virgule», Paris: Edit. du Seuil, 1990.
- GARZA-CUARÓN, Beatriz (1991) – *Connotation and Meaning*, Berlin: Mouton de Gruyter.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine (1977) – *La connotation*, Lyon: Presses Universitaires.
- MARTÍN, José Manuel / PÉREZ Rull, Juan Carmelo (1998) – *Semántica cognitiva intercultural*, (=Granada Lingvistica), Granada.
- BARSALOU, L. W. (1992) – «Frames, concepts and conceptual Fields», in: A. Lehrer e E. F. Kittay (eds.) – *Frames, Fields and Contrasts*, Londres: Lawrence Erlbaum, pp. 24-69.
- COSERIU, E. (1986) – *Princípios de semântica estrutural*, Madrid: Gredos (2.^a ed., 1.^a ed. 1981).
- CROFT, W. (1993) – «The role of domains in the interpretation of metaphors and metonymies», in: *Cognitive Linguistics* 4-4, pp. 335-370.
- D'ANDRADE, R. (1995) – *Developments in Cultural Anthropology*, New York: Cambridge Univ. Press.
- FARIA, Isabel Hub (1999) – «Expressões idiomáticas, metáforas, emoções, sentidos figurados e sujeitos experienciadores», in: Id. (org.) – *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*, Lisboa: Edições Cosmos, pp. 377-402.
- FILLMORE, C. (1978) – «On the organization of semantic information in the lexicon», in: D. Farkas et al. (eds.) – *Papers from the Parasession on the Lexicon*, Chicago Linguistic Society, pp. 148-174.
- FILLMORE, C. (1985) – «Frames and the Semantics of Understanding», in: *Quaderni di Semantica*, 6(2), pp. 222-254.
- JOHNSON-LAIRD, P. N. (1987) – «Modelos mentales en ciencia cognitiva», in: *Perspectivas de la Ciencia Cognitiva*, Barcelona: Ediciones Paidós. (Título original: *Perspectives on Cognitive Science*. Hillsdale: Erlbaum, 1981).
- JOHNSON-LAIRD, P. N. (1989) – «The language of emotions: An analysis of a semantic field», in: *Cognition and Emotion*, 3 (2), pp. 81-123.
- JOHNSON, M. (1987) – *The Body in the Mind. The Bodily Basis of Meaning. Imagination, and Reason*, Chicago: The Univ. of Chicago Press.
- KÖVECSES, Z. (1986) – *Metaphors of Anger, Pride, and Love*, Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- KÖVECSES, Z. (1990) – *Emotion Concepts*, Berlin: Springer Verlag.
- LAKOFF, G. (1987) – *Women, Fire, and dangerous Things. What Categories Reveal about the Mind*, Chicago: University of Chicago Press.
- LAKOFF, G. (1990) – «Cognitive Linguistics and the invariance hypothesis: is abstract reason based on image-schemmata?» in: *Cognitive Linguistic*, 1, 1, pp. 39-74.
- LAKOFF, G. / Johnson, M. (1980) – *Metaphors We Live By*, Chicago: Univ. of Chicago Press (Trad. espanhola: *Metáforas de la vida cotidiana*, Ediciones Catedra, 1995).
- LAKOFF, G. / Turner, M. (1989) – *More than Cool Reason. A Field Guide to Poetic Metaphor*, Chicago / London: The Univ. of Chicago Press.
- MARTÍN MORILLAS, José Manuel / PÉREZ RULL, Juan Carmelo (1998) – *Semántica cognitiva intercultural*, Granada; Granada Lingvistica.
- MILLER, G. A. / JOHNSON-LAIRD, P. N. (1976) – *Language and Perception*, Cambridge: Mass: Belknap Press.
- NORMAN, D. A. (1987) – *Perspectivas de la Ciencia Cognitiva*, Barcelona: Ediciones Paidós.
- NUNES, João Arriscado (1997) – «Metáforas da ruralidade: a «aldeia global» e o ciberespaço» in: *Cadernos – ESAP*, pp. 29-36.

- PÉREZ RULL, J. C. (1997) – *Modelo Cognitivo-Cultural del Dolor Emocional: de la Lexemática a los Modelos Mentales*, Tesis Doctoral: Universidade de Granada.
- PIRES, Maria da Conceição Pena Lemos (2001) – *Para a semântica do desejo. Análise cognitiva de alguns aspectos da sua expressão nominal e verbal*, Dissertação de Mestrado (Universidade Católica), Braga.
- PUTNAM, H. (1988) – *Razón, Verdad e Historia*, Madrid: Tecnos (Ed. original: 1981).
- SANTOS, Boaventura Sousa (1987) – *Um discurso sobre as ciências*, Porto: Afrontamento.
- SANTOS, Boaventura Sousa (1989) – *Introdução a uma ciência pós-moderna*, Porto: Afrontamento.
- SEARLE, J. (1995) – *The Construction of Social Reality*, New York: The Free Press.
- UNGERER, F. / SCHMID, H. (1996) – *An introduction to Cognitive Linguistics*, London: Longman.
- WIERZBICKA, Anna (1992a) – *Semantics, Culture and Cognition: Universal Human Concepts in Culture-specific Configuration*, Oxford: Oxford Univ. Press.
- WIERZBICKA, Anna (1992b) – «Talking about emotions: semantics, culture and cognition», in: *Cognition and Emotion*, 6/3.4, pp. 285-319.
- WIERZBICKA, Anna (1992c) – «Defining emotion concepts», in: *Cognitive Science*, 16, pp. 539-581.
- WIERZBICKA, Anna (1996) – *Semantics. Prime and Universals*. Oxford: Oxford Univ. Press.

DA MODULARIDADE LINGUÍSTICA: a propósito do advérbio de modo em *Viagens na Minha Terra*¹

Olivia Figueiredo

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Centro de Linguística da Universidade do Porto
olivia.figueiredo@clix.pt

1. A ideia de gramática modular tem a sua origem a partir de reflexões sobre a linguagem no quadro das gramáticas generativas. A concepção modular parte da hipótese de que o sistema de análise dos estímulos linguísticos comporta uma gramática universal composta de subsistemas contendo cada um deles um elemento de base e regras próprias. Estes subsistemas, chamados módulos, entram em interacção entre si para permitir a descrição do dado linguístico, em quaisquer dos seus aspectos (fonológicos, lexicais, sintácticos, semânticos, pragmáticos...), e a explicação desse dado, por meio da sua generalização ou particularização. O modelo modular, uma vez que os diferentes módulos estão ligados entre si por meio de um sistema de regras – as metaregras –, possibilitarão ao investigador não perder de vista a concepção global do fenómeno a analisar, ao mesmo tempo que o decompõe em módulos autónomos e complementares passíveis de serem estudados em rigor e em pormenor. Graças às diversas conexões entre os módulos, pode-se ter um ponto de vista limitado sobre o fenómeno a descrever e ao mesmo tempo apreender-se a articulação de conjunto do fenómeno em questão de forma a gerir-se a sua multidimensionalidade.

Como instrumento heurístico, a modularidade permite uma grande precisão na descrição do trabalho efectuado, além de abrir a via a um nível explicativo susceptível de dar conta das relações sistemáticas entre os fenómenos examinados e definidos independentemente uns dos outros.

Delimitada a extensão do objecto a estudar, o exercício consistirá então, com a ajuda da teoria, descrever os dados (atribuição de uma estrutura e de

¹ Indicaremos V.M.T. em substituição de *Viagens na Minha Terra*. As páginas indicadas são as da seguinte edição: ALMEIDA GARRETT, *Viagens na Minha Terra* (Realização didáctica de Luís Amaro de Oliveira, Porto, Porto Editora, 1974).

uma interpretação) e explicá-los (por meio de um subsistema de hipóteses independentes dos factos observados). O valor explicativo será tanto mais preciso quanto mais simples for o sistema de regras e quanto mais o sistema de regras for estabelecido independentemente dos dados. Além disso, o sistema explicativo será dotado de uma capacidade de previsão, no sentido de prever quais são os enunciados possíveis e quais são as suas interpretações virtuais.

Deste ponto de vista, a adopção de um quadro modular apresenta a vantagem de permitir aprofundar o estudo sistemático das diferentes dimensões do objecto a estudar sem perder de vista a organização complexa do conjunto e evitar, assim, a multiplicação de soluções *ad hoc*.

1.1. Pode-se conceber o surgimento de teorias modulares como uma espécie de reacção ao desenvolvimento disciplinar isolado no seu próprio domínio (socio-linguística, linguística textual, linguística cognitiva...). Uma teoria modular apresenta vantagens a não desprezar em relação às teorias unitárias: as teorias unitárias exprimem-se em linguagens (teóricas) diferentes e falam mundos diferentes; as teorias modulares, baseadas numa concepção metodológica da modularidade, estabelecem como ponto de partida uma relação dialéctica entre teoria e empiria de forma a constantemente cada teoria modular precisar a extensão do seu domínio. Neste sentido, a modularidade elege como princípio metodológico a delimitação do campo de pesquisa de forma a descrever a forma da língua (dar conta do que é possível e do que não é) e explicar as relações que se podem observar entre as diferentes formas linguísticas e os seus sentidos (valor dos seus empregos).

Para relacionar a forma com o sentido, o linguista tem a possibilidade de o fazer partindo, por exemplo, da unidade formal *frase*, ou da sua ocorrência o *enunciado*. O campo de pesquisas será ou a estrutura do discurso ideal, definido como o discurso construído pela língua ou, em oposição, o discurso «autêntico» que releva da fala. De qualquer forma, no discurso dito autêntico, todos os encadeamentos entre palavras e enunciados obedecem às condições impostas pela língua. Neste caso, como o sentido depende intrinsecamente das interpretações que os sujeitos fazem das falas que eles ouvem ou lêem, haverá a necessidade de uma teoria, ou mais precisamente, de um modelo de interpretação. O fundamental a reter é que a língua produz instruções para a sua interpretação e esta só é acessível pelo contexto que permite a sua saturação.

Interpretar é atribuir um sentido ao enunciado por cada locutor. Nesta perspectiva, o sentido é um termo estático, enquanto a interpretação é um termo dinâmico. Cada receptor faz do enunciado a sua própria interpretação nos limites postos pela significação. De facto, a interpretação consiste na saturação, governada pelas leis do discurso, das variáveis dadas pela significação.

A fim de ilustrar o funcionamento de um sistema modular que observe o princípio da relação dialéctica entre teoria (sistema modular) e empiria (dado linguístico), esboçaremos um modelo modular que se aplique à análise da posição do advérbio em *-mente* em *Viagens na Minha Terra*.

A delimitação do campo de pesquisa tem influência sobre os tipos de métodos aceites no sistema: dever-se-á assegurar a independência mútua dos módulos e estabelecer um aparelho notacional homogêneo que permita o estabelecimento de laços precisos entre os módulos de forma a que todo o módulo tenha um papel no sistema. Este princípio esclarece que o estabelecimento dos módulos não é derivacional, porque nada é dito que a via modular é orientada e hierarquizada. Qualquer que seja a estruturação que se imponha ao sistema, o essencial é assegurar-se sempre que haja relações sistemáticas, precisas e explícitas entre os módulos. Neste sentido, nada impede que o sistema modular se aproprie e explore os resultados adquiridos por outros métodos, em domínios vizinhos. O importante é reinterpretar tais resultados de forma a fazê-los operar no quadro do sistema criado.

1.2. A arquitectura do modelo a desenvolver no estudo da posição do adverbial em *-mente*, na ocorrência os advérbios de modo em V.M.T., não é um modelo universal, mas somente um modelo desenvolvido com a finalidade de uma pesquisa particular. Se, para esta ilustração, escolhemos a posição do advérbio de modo na frase, é porque a ordem das palavras é um fenómeno que põe em jogo numerosos parâmetros. Para a realização desta pesquisa propomos estabelecer três componentes de módulos: um módulo sintáctico, um módulo lógico-semântico e um módulo pragmático-semântico. A adopção deste modelo «tricotómico» não implica nenhum postulado de relação orientada e derivacional; traduz apenas uma certa comodidade e define uma possibilidade ao nível teórico, de uma descrição da significação do advérbio de modo e do grau de aceitabilidade do seu enunciado. Notaremos que estes módulos são teorias já existentes mas reinterpretadas e adaptadas ao sistema modular encetado. A sua produtividade advirá das metarregras desencadeadas que, por um lado, assegurarão a articulação global do quadro explicativo, e que, por outro, pelo seu poder adaptativo, poderão ser sempre modificadas e desenvolvidas aquando das análises empíricas. Residirá aqui o princípio da relação dialéctica entre teoria e empiria. Destacaremos, do módulo sintáctico, a estrutura sintagmática, do módulo lógico-semântico², as restrições seccionais e do módulo pragmático-semântico, a focalização.

² Consideramos que a forma lógica é uma componente de interpretação semântica.

1.2.1. A estrutura sintagmática cria uma estrutura hierárquica da frase³, no sentido de estabelecer uma demarcação dos seus constituintes imediatos e dos constituintes de que estes se compõem. No quadro modular, o analisador sintáctico – a subcomponente do sistema de tratamento da linguagem – ocupa-se por atribuir uma estrutura sintagmática a uma sequência de elementos lexicais. Com efeito, a estrutura sintagmática explora as informações sobre as categorias gramaticais contidas no léxico.

Como uma consequência do contributo modular, as restrições seleccionais, que figuram muitas vezes nas teorias sintácticas, serão consideradas aqui com sendo de natureza semântica, porque dependentes directamente do semantismo dos lexemas. Também os fenómenos prosódicos estão directamente ligados à estruturação sintagmática o que, na prática, permite distinguir elementos linguísticos em posições integradas e em posições destacadas. O destaque, sendo feito por rupturas (cesuras) ligadas à entoação⁴, permite diferenciar, no caso do adverbial em *–mente*, quais os advérbios integrados, isto é, quais os advérbios dos sintagmas verbal e adjectival e os advérbios do enunciado⁵ e da enunciação. No primeiro caso, o advérbio faz parte do sintagma verbal ou adjectival e, no segundo caso, ele tem a capacidade de deslocação por contraste de entoação dentro do enunciado, modalizando-o, ou tem a capacidade de formar o seu próprio sintagma, especificando-o.

A estrutura sintagmática (módulo sintáctico) induz assim uma estrutura específica à frase albergando no seu seio as rupturas de intonação como um fenómeno sintáctico, e as estruturas lógico-semânticas como a correspondência entre uma unidade sintagmática e uma unidade semântica. É neste princípio de composicionalidade que reside o seu valor explicativo.

1.2.2. As restrições seleccionais são atinentes ao módulo lógico-linguístico. Apoiam-se ao mesmo tempo em fenómenos sintácticos, o que mais uma vez ilustra a interacção entre as componentes. Este módulo permitirá detectar os desvios gerados pelas incompatibilidades lógicas. É o caso de certos advérbios de enunciação, como *francamente*, que não aceitam compatibilizar-se com qualquer tipo de sintagma:

³ A frase, tal como é definida, geralmente pela presença de um ponto, corresponde muitas vezes, não a uma estrutura sintáctica, mas a uma estrutura textual, formada de várias proposições máximas (cf. Roulet, 1994).

⁴ A intonação é a resultante da combinação das regras aplicadas aos diferentes níveis: uma cadeia segmental é a resultante da combinação das regras de cada nível (morfológico, sintáctico, forma lógica...).

⁵ Aqui faz-se corresponder «enunciado» a uma sequência limitada por constituintes ou grupos de palavras.

(1) * *Francamente*, três vezes nove são vinte e sete.

Neste caso, o advérbio de enunciação é incompatível com o valor analítico do conteúdo proposicional «três vezes nove são vinte e sete»⁶.

1.2.3. A focalização, o outro módulo a ser considerado no estudo a emprender, permite delimitar o focus no interior do enunciado e verificar que a entoação se prende à estrutura melódica (acento «fonológico»).

A focalização pode ser neutra, quando associada a um domínio de focalização que, na frase standardizada, se pode confundir com a zona posverbal ou preadjectival. Por outro lado, a focalização diz-se especializada quando, geralmente, é acompanhada de um acento de insistência com uma subida ou descida entoativa, marcando uma fronteira prosódica e, conseqüentemente, delimitando o sintagma ou criando um sintagma independente. Nesta focalização caberão os advérbios de modo de enunciado e de enunciação que, normalmente, exercem um efeito de focalização contrastiva sobre os elementos em seu redor. O papel central acordado à sintaxe parece-nos justificado pelos constrangimentos que esta faz pesar sobre a interpretação fonológica e semântica da frase. Mesmo se cada sintagma não corresponde a uma palavra fonológica, todas as palavras fonológicas são limitadas por uma fronteira sintáctica. Os domínios sintácticos importantes correspondem também a domínios de interpretação semântica importantes, como o prevê a hipótese da interpretação composicional.

2. A posição dos adverbiais de modo. Os três módulos seleccionados permitirão aquilatar da posição do advérbio em *-mente* no seio da frase ou do sintagma. A estrutura sintagmática designa as posições abertas aos advérbios, as restrições seleccionais governam a combinatória entre vários advérbios de modo num mesmo enunciado e entre tipos de actos ilocutórios e outros tipos de advérbios. A focalização explica a escolha de posição feita numa situação concreta. A finalidade do estudo a emprender é ilustrar, por meio de um modelo modular, a resolução da posição dos advérbios em *-mente* na configuração da frase, ou mais precisamente, das ocorrências dos ditos advérbios em V.M.T. . Precisemos: no âmbito desta reflexão analisaremos os adverbiais de acordo com a sua perspectiva e o seu escopo. Distinguiremos, dentro dos advérbios de frase os adverbiais de enunciado e os adverbiais de enunciação. Os adverbiais de enunciado, que recaem sobre o «mostrado», sobre o «dito»,

⁶ Este módulo também permitiria analisar a (in)compatibilidade existente entre advérbio de modo de frase e outros advérbios, como por exemplo *talvez*, sob o seu domínio.

e os adverbiais de enunciação, que recaem sobre o «dizer». Trata-se, no fim de contas, de verificar a posição dos advérbios de modo na estrutura superficial da frase, a partir da linearidade discursiva e do contorno prosódico. É, aliás, esta última característica que vai proporcionar distinguir posições integradas de posições destacadas.

2.1. Estrutura sintagmática. Partimos do princípio, cientificamente válido, de que a estrutura sintagmática cria uma estrutura hierárquica da frase. Pretende-se, assim, estabelecer uma demarcação dos constituintes imediatos que compõem a frase de forma a que as categorias gramaticais contidas no léxico sejam destacadas. Com efeito, as categorias gramaticais têm um papel primordial para a aplicação das regras sintagmáticas, no sentido de evidenciar os vários núcleos e os seus satélites (SN, SV, SAdj, etc.). Por outro lado, estas informações de natureza lexical (ou morfossintáctica) permitirão alargar o âmbito da investigação a questões de ordem semântica, dado as restrições seleccionais (o outro módulo a ser considerado) dependerem directamente do semantismo dos lexemas. O outro dado importante a considerar, como já ilustrámos, ligado directamente à estrutura sintagmática, é o fenómeno prosódico. É, então, também, a estrutura rítmica que nos irá permitir fazer a distinção primordial entre posições dos advérbios: posição integrada ou posição destacada.

Consideremos estes exemplos de V.M.T. e confrontemo-los:

- (2) *Franco*, pois...eis aí o que poderão dizer;...” Addison foi secretário de Estado, e então...” – Então o quê? Não concebem um secretário de Estado filósofo, um ministro poeta, escritor, elegante, cheio de graça e de talento? (p. 23).
- (3) *Franco* me confesso de sonâmbulo, de soníloquo, de (...). (p. 25).
- (4) (...) *insensivelmente* era chegado o meio de Abril, estávamos em plena e bela Primavera (...). (p. 112).
- (5) (...) e ao mesmo tempo traduzindo, de pais a filhos *insensivelmente*; (...). (p. 175).

As duas posições, destacada e integrada, correspondem a duas funções diferentes dos advérbios *franco* e *insensivelmente*. Geralmente, a focalizações diferentes correspondem estruturas sintagmáticas diferentes. Nas frases (2) e (3) o advérbio *franco* está em posição destacada porque está delimitado por uma ruptura de entoação. É um advérbio de enunciação e apresenta-se com capacidade de formar o seu próprio sintagma. Nas frases (4) e (5) é um advérbio em posição integrada, considerado como fazendo parte do enunciado.

Pelo que nos foi dado ver, concluímos que toda a estrutura sintagmática deve encontrar a sua justificação na sintaxe (consideradas aqui as rupturas rítmicas como um fenómeno sintáctico) e que a estrutura lógico-semântica deve

respeitar a estrutura sintagmática na medida em que deve fazer corresponder a cada unidade sintagmática uma unidade semântica. Deste princípio de composicionalidade residirá o valor explicativo do dado linguístico sob análise.

2.2. Restrições seleccionais. Este módulo ocupar-se-á das incompatibilidades que provêm de certas combinações lexicais ou funcionais. O importante a reter neste módulo, é que as restrições seleccionais se apoiam ao mesmo tempo em fenómenos sintácticos e em fenómenos semânticos, atestando-se assim a interacção entre as várias componentes.

Dois tipos especiais de restrições seleccionais interessarão para este estudo. Um primeiro tipo diz respeito aos desvios explicados por uma incompatibilidade lógica a haver entre dois advérbios de modo de frase (ou entre um advérbio de modo e outro advérbio de frase como *talvez*), tendo por escopo um sintagma ou a frase inteira:

(5) ?*Certamente*, Pedro fez *provavelmente* o seu exame.

(6) ?*Talvez*, Pedro fez *certamente* o seu exame.

De facto, um mesmo locutor não pode julgar um mesmo acontecimento ao mesmo tempo como certo e como provável. Diga-se, de seguida, que este constrangimento lógico não tem só a ver com os advérbios de modo entre si, mas também entre advérbios de modo e outros segmentos linguísticos do sintagma. Assim se explica o segundo tipo de restrições seleccionais:

(7) *Difícilmente*, a Joana é casada.

A frase (7) é bizarra porque a função do advérbio de enunciação *difícilmente* é incompatível com o valor analítico assertivo do conteúdo proposicional.

O advérbio de modo, cujo escopo é marcado pela sua posição na frase ou no sintagma, apoia-se na hipótese composicional que tem por mérito fazer depender a interpretação de uma frase da sua estrutura sintáctica. É assim que a posição dos advérbios de modo nos exemplos seguintes, retirados de V.M.T., têm determinados valores modais de acordo com a posição que ocupam:

(8) (...) que *só e unicamente* se encontram aonde toda a fé e toda a crença... nuns olhos *sincera e lealmente* pretos. (p. 70).

(9) Havia no frade uma afectação visível, um sistema premeditado e inalterável de se abster *completamente* de tudo (...). (p. 94).

(10) E veio triste, melancólico, pensativo, *inteiramente* outro do que sempre fora (...). (p. 95).

Em (8) *so(mente)* e *unicamente* entram no escopo do SV e *sincera(mente)* e *lealmente* no escopo do SAdj.; em (9) e (10) os advérbios de modo *completamente* e *inteiramente* entram no domínio do constituinte imediato do SV e dele não podem sair sob pena de se alterar a sua significação.

Além do carácter posicional do advérbio de modo, há que acrescentar o factor fonológico como entidade influenciadora da aceitabilidade das estruturas sintácticas. É a partir deste critério que se identifica o constituinte focus da frase.

2.3. Focalização. Este módulo, que se situa numa perspectiva pragmático-semântica, avaliará a frase no seu contexto discursivo ou pragmático. Ter-se-á em conta a identificação do elemento focalizado no interior do paradigma. Essa focalização ou é neutra e, neste caso, encontra-se associada a um domínio de focalização que coincide com uma posição posverbal; ou a focalização é especializada e, então, caracteriza-se prosodicamente por um acento de insistência que termina por uma subida ou descida de intonação. Pode ser constrangida por um domínio de focalização, ou não. Nesta situação trata-se de um domínio de contraste.

Retomaremos aqui a ideia de advérbio de modo integrado para a fazer coincidir com a ideia de focalização neutra; por outro lado, a inserção de um advérbio de modo destacado exerce um efeito de focalização especializada sob o elemento que o precede ou segue imediatamente. Este elemento será pronunciado com uma subida de intonação que marca a fronteira de um domínio de focalização. Do exposto se poderá ainda pôr a hipótese de que não é propriamente só a entidade fonológica que joga um papel na avaliação semântica da frase, mas também os seus efeitos discursivos. Destaquemos os seguintes exemplos de V.M.T.:

- (11) «Ah! estamos em Tortoni...que delícia um sorvete com este calor!» – é *seguramente*, é dos prazeres maiores deste mundo (...). (p. 38).
- (12) Ora eu filósofo *seguramente* não sou, já o disse; (...). (p. 61).
- (13) É gracejo isso, ou *realmente* há ali uma mulher, bonita, e? (...). (p. 58).
- (14) Mas esta mulher é bela *realmente!* (p. 266).
- (15) A velha gemeu *profundamente*, e, por um jeito de antiga reminiscência, levou as mãos aos olhos (...). (p. 108).
- (16) (...) Joaninha, meio recostada, meio deitada, dormia *profundamente*. (p. 115).

Do conjunto dos exemplos salientamos, como advérbios de focalização especializada, isto é, com acento de insistência de entoação ascendente ou descendente e, conseqüentemente, com capacidade de deslocação dentro da sua área de domínio – a frase –, os advérbios *seguramente*, exemplos (11) e (12),

realmente, (13) e (14). Os advérbios *profundamente*, exemplos (15) e (16) são advérbios de focalização neutra e têm como característica serem integrados no focus do SV. Pelos exemplos dados vemos que a força ilocucionária dos actos de fala, cujos operadores são, nos enunciados do Português, a asserção, a interrogação, a ordem e a exclamação, constitui um critério fundamental na avaliação e interpretação do advérbio de modo da frase. É assim que se distinguem as atitudes do locutor, os valores de intensidade, de modalidade dos advérbios *seguramente* e *realmente* – frases (11), (12), (13), (14) –, em enunciados interrogativos e exclamativos por um lado, e, por outro, a expressão do modo como se efectua uma acção por meio do advérbio *profundamente*, nos enunciados assertivos (15) e (16).

Neste contexto, poder-se-á concluir que existe uma relação estreita entre focalização e coesão discursiva no sentido de que o encadeamento explora esta contrastividade inerente a toda a focalização. Com efeito, relacionar dois ou mais elementos de um mesmo paradigma é focalizá-los em cada um dos enunciados. E esta capacidade de contraste do advérbio de modo de frase possibilita um dinamismo gerador que se pode subdividir em duas situações: uma enunciação locutória que define a atitude do enunciador produzindo adesão/distanciação em relação ao dito no enunciado; uma enunciação referencial que define o papel da situação do discurso.

3. Estes três módulos seleccionados apresentaram-se como pertinentes para o estudo em questão – a análise modular da posição do advérbio de modo na frase. O módulo sintáctico designa as posições abertas aos advérbios de modo; o módulo lógico-semântico governa a combinatória entre vários advérbios de modo num mesmo enunciado; o módulo pragmático-semântico explica a escolha de posição feita numa situação concreta e de acordo com os tipos ilocutórios.

A presente análise, ao mesmo tempo que mostra o funcionamento de emprego do advérbio de modo em V.M.T., fornece uma ilustração de uma análise modular concreta e um ponto de partida para uma análise mais exaustiva da posição dos advérbios de modo em outros textos com outros contextos. Não havendo consenso nem acordo quanto à extensão e definição da classe dos advérbios de modo, limitamo-nos neste estudo a classificar as suas ocorrências. Nos advérbios de modo da frase foram tidas em conta propriedades com as seguintes características: o escopo (os advérbios de modo da frase têm sob o seu domínio a própria frase), a extensão do seu escopo (a extensão da frase que entra no seu alcance) e a perspectiva (o aspecto sob o qual este segmento é visto).

Neste sentido, os advérbios de modo de frase perfilam-se em duas grandes

classes⁷, segundo a sua perspectiva de domínio: os advérbios de enunciado que recaem sobre o «mostrado» e sobre o «dito» e os advérbios de enunciação, que recaem sobre o «dizer». Por outro lado, a distinção feita sobre o eixo prosódico, permite distinguir entre posições integradas e posições destacadas. Começemos pela estrutura sintagmática. Regra geral, os advérbios de modo de frase colocam-se em todas as cesuras maiores da frase. Assim:

(17) *Realmente* o século estava muito atrasado: (...). (p. 34).

1. o século 2. estava 3. muito atrasado 4.

(18) Entra em ti, Carlos, e discorramos *pausadamente* sobre a nossa situação, (...). (p. 188).

Entra em ti, Carlos, e 1. discorramos 2. sobre a nossa situação 3.

(19) O rosto oval e *perfeitamente* simétrico, pálido; (...). (p. 250).

No exemplo (17), não há restrições prosódicas. O advérbio de frase *realmente*, sendo de natureza destacada, pode ocupar qualquer posição na frase (1., 2., 3., ou 4.). Já no exemplo (18), as posições 1. e 3. são destacadas, enquanto a posição 2. seria integrada. De facto, só a posição 2. exprime o modo como se deve efectuar a acção de «discorrer». As posições 1. e 3. denotam a atitude do locutor perante uma determinada situação, que ele ordena e deseja que seja calma. No primeiro caso, o advérbio de modo cai no escopo do SV; no segundo caso, o advérbio tem como domínio todo o segmento frásico. No exemplo (19), o advérbio de modo *perfeitamente* só pode ocupar a posição imediatamente anterior ao adjectivo, que ele intensifica. Também aqui, a posição do advérbio de modo é integrado.

De tudo isto se podem extrair as seguintes regras sintagmáticas: o advérbio de modo de enunciado pode colocar-se em posição destacada em todas as cesuras entre constituintes maiores da frase; o advérbio de sintagma coloca-se junto do verbo ou do adjectivo. O advérbio de modo de enunciação, uma vez que recai sobre o próprio acto de enunciação, só pode aceitar a posição destacada. Este facto explica-se pela perspectiva do seu domínio:

(20) Eu, que nem morrer já posso, que vejo terminar *desgraçadamente* esta guerra no único momento em que a podia abençoar (...). (p. 269).

(21) Já agora rasgo o véu, e declaro *abertamente* ao benévolo leitor a profunda ideia (...). (p. 12).

⁷ O termo «advérbio» parece pouco apropriado para dar conta de todas as ocorrências desta classe. Com efeito, seria mais coerente o emprego de «adfrase», para os advérbios de modo de frase, à semelhança dos termos em inglês «adsentence» e do francês «adphrase».

Como os advérbios de enunciação só entram em acção depois da realização deste acto, acontece que eles não podem fazer parte integrante dos materiais linguísticos enunciados. Daí a sua capacidade em veicular um ponto de vista que vai para além do que é «mostrado» na frase.

Analisadas as diferentes posições do advérbio de modo da frase, feito o seu enquadramento e definidas as suas regras, o passo seguinte seria verificar o jogo da combinatória dos vários adverbais em presença na mesma frase. A presença de dois advérbios de modo de frase ou de um adverbial de modo de frase e qualquer outro advérbio também de frase, num só enunciado exige compatibilidade semântica entre eles, como se viu no exemplo (4). Também os dois grandes tipos de advérbios de modo se comportam diferentemente consoante os actos ilocutórios em que estão inseridos. Assim, os advérbios de modo de enunciado aceitam somente serem integrados em actos de fala assertivos, enquanto os adverbais de enunciação aceitam serem integrados em actos de fala interrogativos ou exclamativos:

(22) *Infelizmente* o sacrifício não foi de todo incruento. (p. 42)

?*Infelizmente* o sacrifício não foi de todo incruento! (?)

? O sacrifício não foi *infelizmente* incruento! (?)

? O sacrifício não foi incruento *infelizmente* ! (?)

(23) *Felizmente* que não estava só; e escapei de mais essa caturrice. (p. 46).

Felizmente que não estava só! (?)⁸

É interessante notar que, pelo critério do operador exclamativo ou interrogativo, se pode aferir se um advérbio de modo, embora pertencendo ao mesmo campo semântico (como é o caso de *infelizmente/felizmente*), é um adverbial de enunciado ou de enunciação. No caso de (22) trata-se de um adverbial de enunciado modal porque a frase em que «*infelizmente*» está inserida só aceita um acto ilocutório assertivo. No caso de (23), «*felizmente*» é um adverbial de enunciação com valor de intensidade. Com efeito, a frase em que o adverbial está inserido realiza-se ilocutoriamente num acto de fala exclamativo ou interrogativo.

Numa situação concreta ver-se-ia melhor qual o papel da focalização na escolha de posição dos advérbios de modo na frase. De qualquer forma, parece certo que há uma relação exacta entre o advérbio de modo e o escopo, o que faz prever qual o tipo de advérbio: se de enunciado, se de enunciação. O pri-

⁸ É natural pensar que a presença de «que» na frase bloqueia o acesso ao escopo. Daí «*felizmente*» formar o seu próprio sintagma e tornar-se um advérbio de enunciação.

meiro recai sobre o enunciado compreendido como o resultado do acto de enunciação. É assim que os advérbios de enunciado têm acesso quer ao acto de fala quer ao conteúdo proposicional, que eles são susceptíveis de comentar:

(24) (...) ambos pereceram *desastradamente* num dia cruzando o Tejo (...). (p. 93).

(25) Abraçaram-se, e desta vez *frouxamente*; (...). (p. 150).

Os adverbiais modais *desastradamente* e *frouxamente* trazem um comentário ao valor de verdade (eles modalizam as condições de verdade) transmitido pela frase. Vejamos ainda a frase seguinte:

(26) O frade contemplava o enfermo e a enfermeira. Mas *visivelmente* não queria ser visto nessa ocupação, porque ao menor estremecimento do doente recuava apressado e como assustado para o interior da sua alcova. (p. 183).

O comentário de *visivelmente* só diz respeito à forma escolhida ou à sua função, e esta relação tem pouca importância sobre a escolha de posição. Além disso, a curva entoativa que incide sobre «visivelmente» só é possível num contexto em que a acção denotada pelo verbo («não queria ser visto») é contrastada com uma outra acção («recuava apressado»). O comentário incide sobre o verbo. «Visivelmente» não teria o mesmo valor de contraste, e logo a mesma intenção, se a sequência da frase fosse outra:

(27) O frade contemplava o enfermo e a enfermeira, mas *visivelmente* não queria ser visto nessa ocupação, mas certamente noutra.

Aqui o comentário incide sobre o nome («ocupação») e não sobre o verbo. A análise focalizadora permite detectar qual a intenção de o adverbial ocupar uma ou outra posição na frase. Esta estratégia de natureza pragmático-semântica alimenta-se em considerações sintácticas para tornar acessível uma posição do adverbial não prevista pela sintaxe. Pelo contrário, os adverbiais de enunciação só recaem sobre o acto de fala e não têm nenhum acesso ao conteúdo proposicional.

4. Estudado o advérbio de modo em V.M.T. pelo viés de uma análise modular, interessante seria sistematizar e precisar as relações entre os diferentes módulos. Na impossibilidade de o fazer nesta análise rápida, limitar-nos-emos a mostrar que existe uma relação estreita entre os meios postos à disposição pelo módulo da estrutura sintagmática e pelas regras de focalização, por um lado e, por outro, pelo módulo lógico-semântico que indica os valores semân-

ticos e funcionais ligados às diversas posições dos advérbios.

Com efeito, o modelo sintagmático integra regras que põem a prosódia em relação precisa com a estrutura sintagmática. As relações particulares que existem entre os advérbios de modo e a focalização fazem prever certas possibilidades de posição em relação aos seus domínios e escopo. Assim um advérbio de modo do SV ou do Sadj. (cuja posição é integrada) nunca pode ocupar a última posição dum grupo rítmico porque ele não suporta a focalização:

(27) – «Bem, camaradas!» bradou Carlos caminhando *rapidamente* para eles (...). (p. 123).

(28) (...) se encontram aonde está toda a fé e toda a crença...nuns olhos *sincera e lealmente* pretos. (p. 70).

Pelo contrário, as posições destacadas dos advérbios de modo focalizam automaticamente o elemento que os precede na estrutura sintagmática. São os advérbios de modo do enunciado.

(29) Bifurquei-me *resignadamente* sobre o cilício do esfarrapado albardão (...). (p. 29).

Quanto aos advérbios de modo de enunciação, eles entram também numa estrutura focalizadora, mas o seu escopo não é o enunciado, a estrutura proposicional, o que é dito, mas uma justificação do dizer, dos termos do dizer, ou um juízo sobre a adequação do dizer ao pensamento:

(30) «Gil Vicente» tem outro – isto é, *verdadeiramente* não tem senão meio frade, que é André Resende (...). (p. 77).

É combinando todas estas regras (metarregras) que se chega à previsão das posições abertas aos advérbios e à indicação dos valores semântico e funcional ligados às diversas posições. Parece que os advérbios de modo da frase se podem colocar em todas as cesuras maiores e só nestas, isto é, entre os núcleos-sintagmas da frase.

4.1. Numa síntese breve, e necessariamente provisória, concluiremos que o recurso à aplicação de um modelo modular para a análise do facto linguístico tem a vantagem de se estar perante um modelo em construção permanente. Isto pelo facto de que, à medida que as análises vão progredindo, novos módulos se poderão ir acrescentando enquanto outros se vão dissipando ao mesmo tempo que se geram novas metarregras ligando os novos módulos entre si. Além disso, como o modelo não é derivacional, o ponto de partida pode ser a componente sintáctica ou pragmática, ou outra. Destes princípios

se conclui que a ideia modular permite distinguir rigorosamente as estratégias do trabalho a empreender assim como o estabelecimento do modelo explicativo. A solidariedade e a colaboração entre áreas e investigações afins permitem chegar ao ideal científico de aliar a empiria, os níveis de análise e a modularidade.

4.2. Aplicado o modelo modular ao estudo do advérbio de modo em V.M.T., do qual se destacaram três módulos – sintático, lógico-semântico e pragmático-semântico –, verificámos os seus valores através das suas diversas ocorrências. Em V. M. T., o advérbio de modo surge numa média de uma ocorrência por página, ou seja à volta de 250 na sua totalidade, sendo que alguns são retomados embora em contextos diferentes e, por vezes, com valor diferente. De notar que os advérbios mais repetidos ao longo da obra são advérbios de enunciado (*voluntariamente*, 7 vezes; *verdadeiramente*, 6 vezes) e de enunciação (*realmente*, 7 vezes e *sinceramente*, 5 vezes). Assim, a distribuição dos adverbiais de modo exprime-se como a efectivação de uma acção, da atitude do locutor ou de uma modalidade.

4.2.1. Como expressão de uma acção, o advérbio de modo surge como fazendo parte do SV e sujeito ao seu domínio. Neste sentido, a sua posição é integrada sendo a sua situação reduzida à de satélite do verbo. Tendo o SV sob o seu escopo, natural será que se crie uma solidariedade semântica e lexical entre as duas categorias de palavras. O verbo e o advérbio de modo:

(31) Foi *rapidamente* postar, a alguma distância dali, duas sentinelas que lhe faltavam; (...).
(p. 114).

(32) Carlos acordou de todo, abriu os olhos e cravou-os *fixamente* no rosto angélico dessa mulher. (p. 184).

A densidade de emprego do advérbio de modo do verbo é muito baixa (à volta de 35 ocorrências) em comparação com o número total de emprego do advérbios de modo em toda a obra (mais ou menos 250). Quanto ao advérbio de modo sob o domínio do SAdj., ele é bastante constrangido posicionalmente, quer o adjectivo seja qualificativo (*verdadeiramente* belas, p. 51; olhos *sincera* e *lealmente* pretos, p. 70), quer seja um adjectivo verbal (*laboriosamente* arrendadas, p. 40; *habilmente* esboçados, p. 50; *friamente* decisivo, p. 108; *tranquilamente* sentados, p. 156). Os seus valores variam entre transmitir um valor de intensidade (*gravemente* ferido, p. 152) e expressar uma modalidade (*elegantemente* cingida, p. 117). O número de ocorrências são aproximadamente as mesmas do advérbio de modo do verbo. À volta de 35 também.

Esta situação não é de estranhar se tivermos em consideração o carácter da obra. É uma obra de cariz romântico com uma textualização fortemente modalizadora. Daí o seu recurso ao uso de advérbios de modo de frase que, como se mostrou acima e se sintetiza a seguir, têm a capacidade de modalizar o discurso (advérbio de modo do enunciado) ou de expressar a atitude do locutor (advérbio de modo da enunciação).

4.2.2. Como expressão modalizadora, o advérbio de modo é engendrado na frase ao nível do enunciado e pode expressar ou um valor de verdade (*incertamente, provavelmente, inquestionavelmente*):

- (33) (...) e revolve *incertamente* no ânimo a poderosa dúvida: (...). (p. 14).
 (34) (...) não me lembra de que santo, dizendo o seu *dominus vobiscum provavelmente* a algum acólito bacante ou coribante (...). (p. 31).
 (35) (...) um figurão esquisitíssimo que tinha *inquestionavelmente* o instinto de descobrir assuntos dramáticos nacionais (...). (p. 49).

ou um valor de subjectividade (*felizmente, inutilmente, extremosamente*):

- (36) (...) e realidade do sistema constitucional que *felizmente* nos rege. (p. 32).
 (37) A velha chorou, pediu, rogou...*inutilmente*, em vão. (p. 97).
 (38) Namorou-se dela *extremosamente* o jovem Britaldo (...). (p. 171).

O contributo do advérbio de modo do enunciado para a saturação interpretativa da frase advém não só do seu conteúdo lexical próprio, mas também do domínio sintáctico sob o seu escopo e da identificação do constituinte focus da frase. A consideração de todo este conjunto é que permite avaliar a frase no seu contexto discursivo ou pragmático e apreender o seu campo de incidência. O advérbio de modo do enunciado é o que apresenta, em V.M.T., a maior densidade percentual.

4.3.3. Quando o advérbio de modo se apresenta como um elemento gerador enunciativo é um advérbio de enunciação. Neste caso, o advérbio de modo engendra o seu próprio sintagma e pode apresentar ou uma justificação do dizer (o facto de dizer ou os termos do dizer) ou um juízo sobre a adequação do dizer ao pensamento. No primeiro caso, pode representar a justificação pelo próprio facto de dizer,

- (39) (...) É a reflexão com que um dos nossos companheiros de viagem acudiu ao princípio de ponderação que eu ia *involuntariamente* fazendo a respeito de Vila Franca. (p. 8).

ou uma justificação dos termos do dizer,

(40) (...) e onde, aqui e ali, algumas raras feições se percebem, ou mais *exactamente* se adivinhem, da nossa velha e boa Lisboa das crónicas. (p. 7).

No segundo caso – emissão de um juízo sobre a adequação do dizer ao pensamento,

(41) Eu creio *firmemente* que não. (p. 102).

(42) O aspecto e hábito da planta é *realmente* africano e oriental (...). (p. 177).

(43) Detesto a filosofia, detesto a razão; e *sinceramente* creio que num mundo tão desconchavado como este (...). (p. 219).

A classificação dos advérbios de modo aqui esboçada deveria poder ser apoiada em outras análises mais detalhadas onde se privilegiasse a sua distribuição e a sua combinatória, em relação com a distinção asserção/pressuposição e uma repartição dos modos verbais indicativo/conjuntivo, por exemplo, à qual se ligaria a noção de valor de verdade. De qualquer forma, a análise encetada permitiu-nos chegar a uma pequena conclusão: o advérbio de modo, sobretudo de frase, permite, por meios poderosamente económicos, estabelecer uma espécie de comentário, um juízo de valor sobre os dados, os dizeres, os ditos, os factos enunciados. O advérbio de modo em geral ou segue e reforça o sentido do verbo ou do adjectivo saturando-os interpretativamente ou acrescenta novos sentidos, novas modalizações ao conjunto da frase. O vigor expressivo de V.M.T. comprova isso mesmo. Efectivamente, o número e emprego criterioso de advérbios de modo dimensionam a narração e o narrado numa atmosfera humana onde se vive em cada página diferentes modos de agir (...que limpou *minuciosamente*, p.181), de sentir (...ondulando *lascivamente* com a brisa temperada da Primavera, p.45), de pensar (A sociedade é materialista; a literatura, que é a expressão da sociedade, é toda *excessivamente e abundantemente e despropositadamente* espiritualista, p. 19), de acordo com ambientes onde o narrador e as personagens se inserem.

Em definitivo, o advérbio de modo na frase, pelo seu poder modal, pelo seu grau de intensidade que imprime à frase, pelo laço que estabelece entre a entoação e o discurso, permite dar conta das intuições e das intenções que lhe subjazem. O seu poder manipulatório é grande e a sua proeminência máxima como é evidente, ainda, nesta frase de V.M.T.

(44) O barão é pois *usurariamente* revolucionário, e *revolucionariamente* usurário. (p. 74).

Bibliografia

- BURGER, M. (1997) – «Positions d'interaction: une approche modulaire», in *Cahiers de Linguistique française* 17, pp. 11-46.
- DUCROT, O. et al. (1980) – *Les Mots du Discours*, Paris, Minuit.
- NØLKE, H. (1994) – *Linguistique Modulaire: de la Forme au Sens*, Louvain/Paris, Peeters.
- NØLKE, H. (1998) – «L'adverbe de phrase: focalisation, position et cohérence textuelle», in PATRICK, D. e WALTER, M. (eds), *Hommage à Liliane Tasmowki-De Ryck*.
- RONAT, M. e COUQUAUX, D. (1986) – *La Grammaire Modulaire*, Paris, Minuit.
- ROULET, E. (1991a) – «Vers un approche modulaire de l'analyse du discours», in *Cahiers de Linguistique Française*, 12, pp. 53-81.
- ROULET, E. (1994) – «La phrase: unité de langue ou unité de discours?», in *Mélanges de philologie et de littérature médiévales offerts à Michel Burger*, Genève, Droz, pp. 101-110.
- ROULET, E. (1997a) – «A modular approach to discourse structures», in *Pragmatics* 7, pp. 125-146.
- WALTHER, C. (1998) – *Modularity and Natural Language Parsing*, Genève, Systèmes et Information.

SERÁ QUE A MONTANHA É SEMPRE A MESMA?

Estratégias de solução de problemas na tradução literária

Thomas J.C. Hüsgen

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Centro de Linguística da Universidade do Porto
thomasgen@sapo.pt

Questionado sobre a interpretação revolucionária de um concerto de piano de Beethoven, o pianista russo respondia ao jornalista incrédulo que, tocada desta ou de outra maneira, a obra beethoveniana, afinal, permanecia sempre a mesma, tal qual uma montanha que, vista de uma perspectiva ou outra, não deixava de ser a mesma. Poderíamos questionar-nos se isso não valerá também para o acto criativo que é, sem dúvida, a tradução de uma obra literária. Do mesmo modo que o músico interpreta uma partitura de uma obra musical acrescentando às instruções textuais explícitas elementos de análise subjectiva, também o tradutor de textos literários se vê confrontado com uma teia de decisões tradutológicas que vão muito para além daquilo que é explícito no texto a traduzir. A visão um pouco optimista de que a obra resiste a todas as interpretações parece, no entanto, no mínimo discutível, já que densos nevoeiros, nem sempre lançados pelos céus, dificultam, por vezes, a vista descomprometida sobre o objecto do nosso (des)contentamento. Mas seja como for, convém realçar aqui a ideia de que, como na arte musical, também na arte de traduzir importa dar relevo à eficácia interpretativa e da sensibilidade estética do artista.

Parece ser de consenso generalizado na área dos estudos tradutológicos que a tradução literária se distingue da tradução de outro tipo de textos na expressão de um certo sentir estético, na realização da tarefa de mediar entre o autor do texto de partida (T-p) e do seu leitor da cultura de chegada. Sendo o texto literário marcado por aquilo que se poderia chamar uma «ambiguidade específica», em que o valor estético tende a sobrepor-se ao valor da expressão precisa, torna-se evidente a necessidade de, quando se fala do processo tradutológico (não só literário), considerar a intuição como interveniente decisivo no processo de solução de problemas, tal como é definida a tradução do ponto de vista cognitivo (cf. Hönig, 1995; Stolze, 1992; Wilss, 1988, etc.).

A emoção na procura de soluções de problemas

Parece evidente que a afinidade literária entre autor e tradutor está estreitamente ligada aos processos tradutológicos que nos ocupam. Estudos mais recentes na área da neurobiologia fornecem pistas para a compreensão deste processo nesse sentido. Num estudo com amplo impacto na comunidade científica, intitulado *O Erro de Descartes*, o neurologista português António Damásio (1994) apresenta uma teoria da racionalidade humana, segundo a qual as decisões humanas não se baseiam exclusivamente na razão pura, mas, pelo contrário, são coadjuvadas pelas emoções. Estudando com a sua equipa doentes que, devido a determinadas lesões cerebrais, tinham perdido totalmente a capacidade de tomar decisões, chegou à conclusão de que o homem nunca seria um ser racional sem ser, ao mesmo tempo, ser emocional. O que faltava aos doentes acima referidos era precisamente a componente emocional. A lesão tinha-lhes obliterado por completo essa faceta da sua personalidade, e com a faceta emocional do seu raciocínio tinham perdido igualmente a capacidade de decisão e de escolha entre alternativas possíveis.

A vida baseada unicamente no raciocínio lógico seria, em suma, como um imenso jogo, na metáfora utilizada por Damásio (1994: 215), em que nunca teríamos tempo para fazer uma escolha adequada em tempo real. São justamente os sentimentos que nos permitem restringir o campo das alternativas lógicas possíveis, escolhendo a opção que se afigura mais conveniente em termos de sobrevivência a longo prazo. A opção, realizada de forma intuitiva, é ao mesmo tempo trabalhada e legitimada racionalmente. Segundo Damásio, o erro de Descartes consiste, pois, precisamente na «separação abissal entre corpo e mente, entre a substância corporal, infinitamente divisível, com volume, com dimensões e com um funcionamento mecânico, por um lado, e a substância mental, indivisível, sem volume, sem dimensões e intangível» (Damásio, 1994: 255). A compreensão cabal da mente humana, no entender de Damásio, requer a adopção de uma perspectiva do organismo.

Sendo a tradução um processo elaborado e complexo de tomada de decisões, no qual o tradutor desenvolve determinadas estratégias de uma forma consciente ou não para não só se «apropriar» de um T-p, mas também para garantir a sua transmissão, esta visão de organismo da mente humana torna-se, sem dúvida, relevante. O processo de tomada de decisões proposto por Damásio (1994: 209), ou seja: (1) a ordenação das alternativas possíveis, (2) o estabelecimento de critérios; (3) o fornecimento dos critérios através dos marcadores somáticos, que nos indicam as preferências cumulativas que recebemos e adquirimos, será, então, um processo no qual «a racionalidade é configurada e modulada por sinais do corpo» (ibid.: 211), que nos indicam que «o processo está realmente a ser avaliado, positiva ou negativamente, em ter-

mos das preferências e objectivos do indivíduo» (ibid.: 208). Parece, assim, que as decisões tomadas por todos nós serão sempre o resultado de uma avaliação, positiva ou negativa, em termos de sobrevivência da nossa capacidade física e mental, de suplantar os obstáculos que determinada situação nos coloca. Uma decisão, ou melhor, uma estratégia de resolução de problemas será, por isso, sempre o resultado de um processo de ajustamento dos resultados possíveis ao 'eu'.

Não é certamente por acaso que muitos tradutores literários tendem a justificar certas soluções mais «ousadas» no sentido de se afastarem do T-p, pelo facto de terem que salvaguardar a inteligibilidade e legibilidade do texto de chegada T-ch (cf. Hüsgen, 1995; 2000).

O desejo de clareza por parte do tradutor

Tendo nos últimos anos analisado diversas traduções de textos literários por parte de diferentes tradutores, tornou-se para mim óbvio que grande parte das traduções analisadas tinham, para além de outros aspectos, algo em comum: ofereciam menos espaço para ambiguidades interpretativas do que os respectivos T-p, ao ponto de um crítico literário alemão, referindo-se num conhecido semanário do seu país ao romance *A Sibila* de Agustina Bessa Luís, declarar com grande convicção que afinal o texto alemão seria de uma leitura tão acessível como o seu original em língua portuguesa. Uma análise crítica da versão alemã deste romance agustiniano veio a revelar as razões concretas para este tipo de recepção na Alemanha (cf. Hüsgen, 1991). Acontece que este caso não é único. A necessidade de criar um texto marcado pela clareza, mesmo que arrancada a ferros, liberto de ambiguidades, encontra-se, de uma forma mais ou menos extremada, no trabalho de muitos outros tradutores de textos literários, tendência que o grande tradutor de língua francesa Edmond Cary chamou «le désir de clarté» dos tradutores literários (Cary, 1963: 131). Adoptando, neste sentido, a perspectiva da tradução como encontro de (pelo menos) duas personalidades, parece pertinente a questão de se uma estratégia defendendo a inteligibilidade e a legibilidade de um determinado T-ch não é mais do que uma «estratégia de sobrevivência» de uma concepção de traduzibilidade ou, por outras palavras, a tentativa de aproximar a língua e o idelecto do outro à sua própria língua e personalidade, tendo por resultado não um texto mais inteligível mas, isso sim, um texto liberto de barreiras que o tradutor não soube transpor.

Na realidade, se compararmos o processo criador no momento da génese de um texto original com o momento da «re-criação» tradutológica, depara-se-nos uma diferença fundamental. Enquanto o escritor ou poeta se empenha na expressão da sua realidade subjectiva, numa linguagem que tenta ser o

espelho da sua unicidade como indivíduo, criador de realidades, renovando formas de expressão, o tradutor, por seu lado, tenta recriar a realidade subjectiva do outro, adaptando o seu conteúdo às regras de um novo código. Não será esta a diferença fundamental entre os dois processos? Na criação literária, a ideia tenta dar forma aos mecanismos da linguagem, enquanto no processo tradutológico esses mesmos mecanismos dominam a ideia. Não será essa pressão de racionalizar, exercida sobre o tradutor, responsável pelo medo que sente perante a «ambiguidade específica» do texto literário?

Pensamos que esta tendência clarificadora inerente ao processo tradutológico se acentua tanto mais quanto os temperamentos e as sensibilidades estéticas diferem entre autor do T-p e autor do T-ch. Compete ao crítico, por meio de análises empíricas fundamentadas, apontar as diferenças que daí advêm a nível léxico-semântico e estilístico e, assim, descrever ao seu leitor a perspectiva que o tradutor lhe ofereceu da montanha, que por vezes – e porque não: devido à sua altura – aparece coberta de nevoeiro.

Exemplos de uma estratégia de sobrevivência

Alguns exemplos retirados da tradução alemã de Georg Rudolf Lind¹ do *Livro do Desassossego* por Bernardo Soares² poderão mostrar o efeito que a clarificação pretendida por vezes pode ter no texto de chegada. Que o tradutor alemão tinha o objectivo de produzir um texto legível, isso é abertamente expresso pelo próprio no pós-fácio da sua tradução³. Vai tão longe essa vontade que propõe uma reorganização dos fragmentos no sentido de homogeneizar estilisticamente o T-ch, dando preferência aos fragmentos escritos entre 1934-35 em detrimento dos anteriores. Lind (1983: 22) critica abertamente Jacinto do Prado Coelho por se ter absterido dum juízo de valor ao esvaziar «o saco dos fragmentos diante ao leitor incauto, em lugar de meter os fragmentos demasiadamente imperfeitos num apêndice.» Na polémica que se segue, Jacinto do Prado Coelho, secundado, entre outros, por Arnaldo Saraiva,

¹ A partir de agora referenciado por B.d.U.

² A partir de agora referenciado por L.d.D. I ou II.

³ No pós-fácio da tradução alemã o tradutor reafirma a sua intenção de produzir um texto que evite lacunas e repetições a fim de facilitar a recepção de um autor ainda pouco conhecido na cultura de chegada: «Die deutschsprachige Ausgabe versucht, alles Lückenhafte oder bloß Wiederholende auszusondern und aus der Materialienfülle der Originalausgabe ein von Anfang bis Ende lesenswertes Buch herauszufiltern. [...] Möge der deutschsprachige Leser über das hier gestrafft vorgelegte Werk des Moralisten Pessoa einen neuen Zugang zum Werk des Dichters finden!» (B.d.U.: 302) [A versão alemã tentará evitar todas as lacunas e repetições desnecessárias filtrando dos materiais abundantes da versão original um livro, digno de ser lido de princípio a fim. [...] Para que o leitor alemão ganhe através desta tradução concisa do texto do moralista Fernando Pessoa uma nova visão sobre a obra do poeta. Trad. do autor].

defende uma edição que não fosse crítica e, por isso, demasiado didáctica para «que o leitor partilhasse comigo [J.P.C.] o prazer da descoberta duma obra *in progress*, a fazer-se, com suas versões e variantes ainda não submetidas a juízos de valor preten(sio)samente definitivos» (Prado Coelho, 1983: 67). Pondo um ponto final, pela sua parte, nesta disputa, Lind resume a sua divergência com Prado Coelho do seguinte modo: «ele [Prado Coelho] julga a sua literatura «de dentro» e abstém-se de juízos de valor, porque sabe que Pessoa é o maior poeta português desde Camões, respeitando o papelinho mais incompleto do autor; eu aproximo-me de Pessoa «de fora», tentando incorporar na literatura mundial (na «Weltliteratur») o que valha realmente a pena e rejeito, por isso, tudo o que não me parece digno de ser conhecido fora das fronteiras de Portugal.» (Lind, 1983: 69). Não há dúvida de que na concepção tradutológica de Lind o tradutor toma o papel activo de mediador entre culturas que, ao mediar, sente a responsabilidade por uma recepção eficaz da obra. Para o conseguir não se abstém de alterar o T-p com o intuito de salvaguardar o seu leitor de tudo que seja, a seu ver, desnecessário⁴.

Vejamos, a seguir, alguns exemplos em que, por alguma razão, o significado foi omitido ou alterado pelo tradutor e quais as consequências que isso teve para a legibilidade do texto. Deverá, no entanto sublinhar-se que não se trata de, perante uns poucos de casos, lançar um veredicto final sobre a qualidade do T-ch no seu todo ou pôr em dúvida a competência do tradutor. O objectivo é apenas mostrar as consequências de alterações, voluntárias ou não, efectuadas pontualmente na tradução de um T-p, quando este foi concebido como uma unidade global, que constrói a coerência numa «continuidade temática que, percorrendo todo o texto, suporta a sua unidade e viabiliza o desenho de um «sentido global».» (Fonseca, 1992: 35).

O semi-heterónimo Bernardo Soares distingue nos fragmentos deste «diário poético», como lhe chama Angel Crespo (1988), duas formas de ver: o *ver sonhado*, que mostra a verdadeira essência imaterial das coisas e que lhes dá «uma extraordinária nitidez de visão interior» (L.d.D. II: 118), e o *ver real*, que permite apenas uma visão parcial da realidade. A visão por dentro, o ver pensado, torna-se assim na única maneira de abranger o essencial da realidade, criando deste modo uma nova objectividade. Soares, de quem Fernando Pessoa afirma que «é a mutilação da sua personalidade que aparece quando está cansado ou sonolento» (Padrão, 1977: 29), vê na recusa a única postura perante o mundo. Para ele a vida «é cosa mentale» (Bréchon, 1983: 101):

⁴ Jacinto Prado Coelho explica este tipo de postura revelado por Lind pelo «didatismo do professor alemão» (Prado Coelho, 1983: 66).

«Porque a visão do sonhador não é como a visão do que vê as cousas. No sonho, não há o assentar da vista sobre o importante e o inimportante de um objecto que há na realidade. Só o importante é que o sonhador vê. A realidade verdadeira dum objecto é apenas parte delle; o resto é o pesado tributo que elle paga à materia em troca de existir no espaço. Semelhantemente, não há no espaço realidade para certos phenomenos que no sonho são palpavelmente reaes. Um poente real é imponderável e transitorio. Um poente de sonho é fixo e eterno. Quem sabe escrever é o que sabe vêr os seus sonhos nitidamente (e é assim) ou ver em sonho a vida, vêr a vida immaterialmente, tirando-lhe photographias com a machina do devaneio, sobre a qual os raios do pesado, do util e do circumscripto não teem acção, dando negro na chapa espirital.» (L.d.D.II: 119-120).

O excerto do fragmento 165 que se segue poderá então apenas ser entendido perante estas duas formas distintas do ver:

Senti immediatamente a inutilidade da vida. Vêr, sentir, lembrar, esquecer – tudo isso se me confundiu, numa vaga dor nos cotovellos, com o murmurio incerto da rua proxima e os pequenos ruidos do trabalho socegado no escriptorio quedo. Quando, depostas as mãos sobre a mesa ao alto, lancei sobre o que lá via o olhar que deveria ser de um cansaço cheio de mundos mortos, a primeira coisa que vi, com ver⁵, foi uma mosca varejeira (aquelle vago zumbido que não era do escriptorio!) poisada em cima do tinteiro. (L.d.D. I: 186)

*

Unvermittelt spürte ich die Nutzlosigkeit des Lebens. Sehen, fühlen, erinnern, vergessen – all das verwirrte sich mir, ein vager Schmerz an den Ellenbogen, das undeutliche Gemurmel von der nahen Straße und die leisen Arbeitsgeräusche in meinem stillen Büro.

Als ich, die Hände aufs Pult gelegt, über das, was da vor mir lag, meinen Blick schweifen ließ, in welchem die Erschöpfung toter Welten lag, fiel er zuerst auf eine Schmeißfliege, – das Brummen, das nicht aus dem Büro stammte – die auf dem Tintenfaß saß. (B.d.U.: 47-48)

A formulação «a primeira coisa que vi, com ver» alude ao facto de Soares, depois de ter acordado «dum somno falso longinquo» (L.d.D.I: 186), se aperceber da razão do seu acordar involuntário. «O murmurio certo da rua proxima», que durante o sonho se tinha confundido com o seu pensamento, afinal não era senão uma mosca varejeira. Na passagem do estado de introspecção, do mundo sonhado, para uma forma exterior e material de ver «vi, com ver», o mundo transforma-se.

⁵ Sublinhado pelo autor.

O tradutor alemão omite esta formulação (vontade clarificadora?) no seu T-ch retirando, assim, ao leitor alemão a percepção do jogo entre estas duas formas do ver, jogo que logo a seguir é retomado, sobrepondo-se de novo o sonho «às cousas vistas» (L.d.D.II: 121): «Quem sabe para que forças supremas, deuses ou demonios da Verdade em cuja sombra erramos, não serei senão a mosca lustrosa que poisa um momento deante d'elles? Reparo facil? Observação já feita? Philosophia sem pensamento? Talvez, mas eu não pensei: senti.(...) Senti-me mosca quando supuz que me o senti. E senti-me uma alma à mosca, dormi-me mosca, senti-me fechado mosca. E o horror maior é que no mesmo tempo me senti eu. Sem querer, ergui os olhos para a direcção do tecto, não baixasse sobre mim uma regua suprema, a esmagar-me, como eu poderia esmagar aquella mosca. Felizmente, quando baixei os olhos, a mosca, sem ruido que eu ouvisse, desaparecera. O escriptorio involuntario estava outra vez sem philosophia.» (L.d.D.I: 186-187). Ao baixar os olhos, Soares dá conta do desaparecimento da mosca: a exterioridade da vida retoma o seu lugar e a filosofia desvanece.

A dificuldade que o tradutor teve na interpretação do trecho que omitiu tem, no entanto, consequências para o tipo de soluções que propõe para outros fragmentos do *Livro do Desassossego* nos quais é retomado este motivo:

Um sopro leve de vento, que por traz da janella não sinto, rasga em desnivelamentos aereos a queda rectilinea da chuva. Clareia qualquer parte do céu que não vejo. Noto-o porque, por traz dos vidros meio-limpas da janella fronteira, já vejo vagamente o calendario na parede, lá dentro, que até agora não via.

Esqueço. Não vejo, sem pensar.⁶ (...)

Mas em que pensava eu antes de me perder a ver? Não sei. Vontade? Esforço? Vida? Com um grande avanço de luz sente-se que o céu é já quasi todo azul. (L.d.D. I: 196)

*

Ein leichter Windhauch, den ich hinter dem Fenster nicht spüre, zerteilt das rechtlinige Fallen des Regens in luftiges Ungleichmaß. Ein Teil des Himmels, den ich nicht sehe, hellt sich auf. Ich bemerke das, weil ich hinter den angeschmutzten Scheiben des gegenüberliegenden Fensters dort drinnen bereits undeutlich den Kalender an der Wand erkenne, den ich bisher nicht erkennen konnte.

Ich vergesse. Ich sehe nicht, denke nicht.⁷(...)

Doch woran dachte ich, bevor ich mir selber sehend verlorenging? Ich weiß es nicht. Wille? Anstrengung? Leben? Das Licht dringt vor, und man fühlt, daß der Himmel schon fast gänzlich blaut. (B.d.U.: 70)

⁶ Sublinhado pelo autor.

⁷ Sublinhado pelo autor.

Este excerto do fragmento 173 retoma a metáfora do «ver» que acentua a sua distância para com a vida e o seu refúgio na emoção pensada:

«Tudo isto vale para o estheta pelas sensações que lhe causa. Avançar seria entrar no domínio onde começa o ciúme, o sofrimento, a excitação. Nesta antecâmara da emoção há toda a suavidade do amor sem a sua profundidade – um gozo leve, portanto, aroma vago de desejos, se com isso se perde a grandeza que há na tragédia do amor, repare-se que, para o estheta, as tragédias são cousas interessantes de observar, mas incommodas de sofrer. O próprio cultivo da imaginação é prejudicado pelo da vida. Reina quem não está entre os vulgares.» (L.d.D.I: 304).

O olhar para fora torna-se assim um olhar para dentro, sendo a realidade exterior apenas um sintoma de realidade interior mais complexa. E é quando a percepção do céu azul colide com a consciência da impossibilidade de um sossego interior que a interpenetração entre os dois mundos, interior e exterior, atinge o seu auge: «Mas não ha socego – ah, nem o haverá nunca – no fundo do meu coração, poço velho ao fim da quinta vendida, memória de infancia fechada a pó no sotam da casa alheia. Não ha socego – e, ai de mim!, nem sequer ha desejo de o ter...» (L.d.D.I: 197).

A percepção do real confunde-se com a visão imaginada. «Não vejo, sem pensar» – ver é pensar, porque pensar é melhor que viver e, portanto, sofrer. O tradutor alemão, no seguimento da solução apresentada em cima, mais uma vez não consegue estabelecer a relação de coerência criada pela metáfora do «ver», traduzindo no sentido contrário: «Não vejo, nem penso» (Ich sehe nicht, denke nicht). E como explicar ao leitor alemão a frase seguinte: «Mas em que pensava eu antes de me perder a ver?» Como é possível perder-se a ver, se não estava a ver, nem a pensar? O leitor alemão certamente estará confundido nesta altura, atribuindo, no entanto, a sua confusão ao carácter poético da obra. A razão, porém, é mais prosaica, como vimos.

Mas a falta de coerência textual continua no fragmento 373 a dificultar a leitura ao leitor do T-ch. Neste fragmento, Soares compreende que a razão do seu cansaço existencial reside justamente no facto de ser incapaz de se livrar do pensamento. Ao contrário, o chefe Vasques, por exemplo, é o representante da banalidade da vida, um homem prático cuja condição essencial é a «ausência de sensibilidade» (L.d.D.II: 232) e que, por isso, não carrega a cruz do pensamento e da sensibilidade, acedendo somente à exterioridade das coisas. A Soares, no entanto, só resta um tremendo cansaço de viver:

Disse mal o escoliasta de Virgílio. É de compreender que sobretudo nos cansamos. Viver é não pensar⁸. (L.d.D. II: 116)

⁸ Sublinhado pelo autor.

*

Der Kommentator Vergils hat falsch formuliert. Es muß heißen, daß wir uns vor allem ermüden. Leben heißt nicht denken⁹. (B.d.U.: 142)

Os que vivem, retiram a sua vitalidade da vontade de chegar à vida, porque «Para o homem vulgar, sentir é viver e pensar é saber viver. Para mim [Bernardo Soares], pensar é viver e sentir não é mais que o alimento de pensar.» (L.d.D.I: 262). Daí que «viver é não pensar». O pensamento exclui a vontade de participação na vida. O tradutor alemão traduz a negação de modo que denuncia o seu não entendimento correcto da sintaxe-semântica da frase em português, entendendo-a no sentido de «Viver não é pensar», resultando numa constatação banal que passa completamente ao lado da cena¹⁰ que contextualiza os excertos até aqui apresentados. Esta formulação é muito provavelmente o resultado das soluções tradutivas que já anteriormente tinha vindo a apresentar, criando assim uma outra coerência: a do texto da sua própria tradução.

Perante estes exemplos poderá o leitor português compreender que também a interpretação do excerto seguinte só dificilmente poderá ser feita pelo leitor de língua alemã.

Verdade seja que é a hora de almoço, ou de repouso, ou de intervalo. Tudo vaee bem pela superfície da vida. Eu mesmo durmo, ainda que me debruce da varanda, como se fosse a amurada de um barco sobre uma paisagem nova. Eu mesmo nem scismo, como se estivesse na provincia. E, subitamente, outra coisa me surge, me envolve, me commanda: vejo, por traz do meio-dia da villa toda a vida em tudo da villa; vejo a grande felicidade estúpida da vida domestica, a grande felicidade estúpida da vida dos campos, a grande felicidade estúpida do socego na sordidez. Vejo, porque vejo. Mas não vi e disperto¹¹. Olho em roda, sorrindo, e, antes de mais nada, saccudo dos cotovellos do fato, infelizmente escuro, todo o pó do appoio da varanda, que ninguem limpou, ignorando que teria um dia, um momento que fosse, que ser a amurada sem pó possivel de um barco singrando num turismo infinito. (L.d.D. I: 147)

*

Zwar stimmt es schon, daß es die Stunde des Mittagessens oder der Entspannung oder der Pause ist. Alles geht gut auf der Oberfläche des Lebens. Ich selber schlafe, auch wenn ich mich über die Veranda lehne, als wäre sie die Reling eines Schiffes über einer neuen Landschaft. Ich selber grüble nicht einmal, als ob ich in der Provinz sei. Und auf einmal taucht etwas anderes auf, hüllt mich ein und befiehlt mich: Ich sehe hinter dem Mittag der Ortschaft das gesamte Leben in

⁹ Sublinhado pelo autor.

¹⁰ No sentido do modelo holístico «scenes-and-frames semantics» de Fillmore (1977).

¹¹ Sublinhado pelo autor.

der ganzen Ortschaft; ich sehe das große stupide Glück des Familienlebens, das große stupide Glück des Lebens auf dem Lande, das große stupide Glück der Ruhe inmitten von Schmutz. Ich sehe, weil ich sehe. Aber ich habe nicht gesehen und wache auf¹². Ich schaue umher, lächle und klopfe zuerst einmal den gesammelten Staub der Verandabrüstung, die niemand gesäubert hat, von den Ellenbogen meines leider dunklen Anzugs und ignoriere bewußt, daß sie eines Tages, wenn auch nur für einen Augenblick, die Reling ohne möglichen Staub von einem Schiff sein könnte, das zu einem unendlichen Tourismus aussegt. (B.d.U.: 100)

A chave para a compreensão deste excerto está na aparente redundância «vejo, porque vejo», que só será possível entender-se perante aquilo que temos vindo a mostrar sobre as diferentes formas de «ver» e a relação entre realidade e sonho. Estando à varanda, debruçado sobre um mundo real, Soares vê no sonho, no pensamento, a representação interior das coisas exteriores que lhe permitem ver aquilo que o sonho necessita. Soares, mais uma vez, vê porque sonha o que não é senão uma outra forma de ver. Acordando, mais uma vez também, toma consciência daquilo que o rodeia («Mas não vi e disperto.»). Aqui a transição entre sonho e realidade não sonhada concentra-se metaforicamente nos cotovelos do fato como imagem exterior da contemplação, criando uma relação intra-textual com o excerto 165: «Senti imediatamente a inutilidade da vida. Vêr, sentir, lembrar, esquecer – tudo isso se me confundiu, numa vaga dor nos cotovellos, com o murmúrio incerto da rua próxima e os pequenos ruídos do trabalho socegado no escriptorio quedo.» Não tendo havido anteriormente no T-ch uma diferenciação das diferentes formas de ver, o texto alemão não é capaz de criar uma teia de associações que permita estabelecer uma coerência textual que através de múltiplas relações de retoma garantem a compreensão daquilo que Soares, este viajante do mundo interior, sintetiza numa frase: «O que vemos, não é o que vemos, senão o que somos.» (L.d.D.II: 133).

Conclusão

Ao longo deste trabalho procurámos demonstrar que um método tradutológico, que empregue estratégias simplificadoras na procura de soluções de tradução e que à superfície podem resultar aparentemente numa maior clareza de expressão, não resistem a uma análise mais pormenorizada. Determinadas estratégias de solução de problemas que, no caso da tradução, se desenca-

¹² Sublinhado pelo autor.

deiam de uma forma linear, seguindo uma lógica de unidade frásica, tendem a fracassar, sempre que as relações textuais sejam de natureza complexa. Perante um contexto referencial alargado, pondo a descoberto estruturas profundas de significação textual, verifica-se o carácter inconsistente e redutor deste tipo de soluções. Limitando a *cena* por trás do texto, que, no caso de um encadeamento metafórico, se torna primordial para a construção de uma coerência textual, o tradutor acaba por tornar o T-p mais opaco e, por isso, mais resistente a uma recepção descomprometida por parte do leitor de chegada. Assim, este mediador entre culturas falha necessariamente o seu objectivo declarado de pôr à disposição do seu público um texto mais inteligível e legível, o que, e voltando à imagem do início, nos leva a pensar que, afinal, a montanha nem sempre se mantém a mesma.

Bibliografia

- BRÉCHON, R. (1983) – «Rec. crítica do Livro de Desassossego, em trad. de Álvaro Salema» in *Colóquio Letras*, 72, Março de 1983, pp. 100-102.
- CRESPO, Á. (1988) – «O Paganismo e o problema dos Heterónimos no Livro do Desassossego, na tradução do castelhano de José Bento» in *Estudos sobre Fernando Pessoa*, Lisboa, Teorema, pp. 115-130.
- DAMÁSIO, A. R. (1995) – *O Erro de Descartes. Emoção, Razão e Cérebro Humano*, Mem Martins, Europa-América.
- FILLMORE, Ch. J. (1977) – «Scenes-and-frames semantics» in Zampolli, A. (ed.) *Linguistic Structure Processing*, Amsterdam, North-Holland, pp. 55-81.
- FONSECA, J. (1992) – *Linguística e Texto / Discurso, Teoria, Descrição, Aplicação*, Lisboa, Ministério da Educação / ICALP.
- HÖNIG, H. G. (1995) – *Konstruktives Übersetzen*, Stauffenberg, Tübingen.
- HÜSGEN, Th. J. C. (1991) – *Agustina Bessa Luís – A Sibila. Eine Übersetzungskritik*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- HÜSGEN, Th. J. C. (1995) – «Para uma leitura da tradução alemã do romance ‘A Sibila’ de Agustina Bessa Luís» in Brauer Figueiredo, M.F. (ed.) *Actas do Congresso da AIL, Hamburgo 1993*, Lisboa – Porto- Coimbra, LIDEL, pp. 597-606.
- HÜSGEN, Th. J. C. (2000) – *Vom getreuen Boten zum nachschöpferischen Autor. Entwicklung und Anwendung eines integrierenden Modells der Übersetzungskritik*, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- PADRÃO, M. d. G. (1977) – «A Escrita do Desassossego» in *Persona 1*, Centro de Estudos Pessoaanos, Novembro 1977, pp. 21-31.
- PESSOA, F. (1982) – *Livro do Desassossego por Bernardo Soares*. Recolha e transcrição dos Textos: Maria Aliete Galhoz e Teresa Sobral Cunha. Prefácio e organização: Jacinto do Prado Coelho, 2 Vols., Lisboa, Ática.
- PESSOA, F. (1985) – *Das Buch der Unruhe des Hilfsbuchhalters Bernardo Soares*, Aus dem Portugiesischen übersetzt und mit einem Nachwort versehen von Georg Rudolf Lind, Zürich, Ammann.

- STOLZE, R. (1992) – *Hermeneutisches Übersetzen. Linguistische Kategorien des Verstehens und Formulierens beim Übersetzen*, Tübingen, Narr.
- WILSS, W. (1988) – *Kognition und Übersetzen. Zu Theorie und Praxis der menschlichen und der maschinellen Übersetzung*, Tübingen, Niemeyer (= *Konzepte der Sprach- und Literaturwissenschaft* 41).

ÍNDICE

Historial e Actividades do Centro de Linguística da Universidade do Porto	7
<i>António Franco</i>	
Ontology, Ontologies, General Language and Specialised Languages	23
<i>Belinda Maia</i>	
O slogan na linguagem da publicidade – um estudo contrastivo Português-Alemão	41
<i>Carola Kaiser</i>	
Termos de Espécie e Tipos de Predicados	57
<i>Fátima Oliveira e Luís Filipe Cunha</i>	
A Temporalidade em <i>O Homem</i> de Sophia de Mello Breyner Andresen	79
<i>Fátima Silva</i>	
Un «puzzle» référentiel en anaphore associative	97
<i>Georges Kleiber</i>	
Sobre la interfaz entre léxico y gramática, significado léxico y combinatoria morfosintáctica	111
<i>Gerd Wotjak</i>	
Algumas Reflexões sobre Ordem de Palavras em Línguas Românicas de Sujeito Nulo	133
<i>Inês Duarte</i>	
Porque é que a cabeça deita fumo? Metáforas em idiomatismos do português, francês e alemão	147
<i>Isabel Galhano Rodrigues / Júlia Cordas / Margarida Mouta</i>	
O relato de discurso na <i>Crónica de D. João I</i> (I parte) de Fernão Lopes	185
<i>Isabel Margarida Duarte</i>	
As comparativas condicionais como elementos configuradores de textualidade	199
<i>Joaquim Fonseca</i>	
A distinção entre palavras terminadas em consoante e palavras terminadas na sequência ortográfica «consoante+ "-e"» num grupo de crianças falantes do português europeu em idade pré-escolar	259
<i>João Veloso</i>	
A Harmonização Vocálica e o Abaixamento de vogais nos Verbos do Português	289
<i>Maria Helena Mira Mateus</i>	
<i>O sol, quando nasce, é para todos</i> – provérbio e ocorrências	303
<i>Maria Helena Sampaio Sereno</i>	

Ter metáforas à flor da pele (ou outra forma de «ter nervos»)	317
<i>Mário Vilela</i>	
Da modularidade Linguística: a propósito do advérbio de modo em <i>Viagens na Minha Terra</i>	337
<i>Olivia Figueiredo</i>	
Será que a montanha é sempre a mesma?	
Estratégias de solução de problemas na tradução literária	355
<i>Thomas J.C. Hüsgen</i>	

APOIOS:



Faculdade de Letras
da Universidade do Porto

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

clup Centro de
Linguística da
Universidade
do Porto